JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Colíder 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Diamantino 5
Camara Municipal de Rondolândia 5
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Camara municipal de Denise 6
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 7
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 12
Prefeitura Municipal de Apiacás 13
Prefeitura Municipal de Araguaiana 54
Prefeitura Municipal de Araputanga 55
Prefeitura Municipal de Arenápolis 55
Prefeitura Municipal de Aripuanã 55
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 59
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 67
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 68
Prefeitura Municipal de Cáceres 68
Prefeitura Municipal de Campinápolis 81
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 85
Prefeitura Municipal de Campo Verde 88
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 91
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 93
Prefeitura Municipal de Canarana 93
Prefeitura Municipal de Carlinda 94
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 97
Prefeitura Municipal de Cláudia 98
Prefeitura Municipal de Cocalinho 99
Prefeitura Municipal de Colíder 99
Prefeitura Municipal de Colniza 109
Prefeitura Municipal de Comodoro 112
Prefeitura Municipal de Confresa 113
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 129
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 144
Prefeitura Municipal de Curvelândia 145
Prefeitura Municipal de Denise 146
Prefeitura Municipal de Diamantino 146
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 146
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 149
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 149
Prefeitura Municipal de Itanhangá 149
Prefeitura Municipal de Itiquira 167
Prefeitura Municipal de Jaciara 170
Prefeitura Municipal de Jangada 172
Prefeitura Municipal de Jauru 172
Prefeitura Municipal de Juara 172

Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 173
Prefeitura Municipal de Luciara 173
Prefeitura Municipal de Marcelândia 173
Prefeitura Municipal de Matupá 173
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 202
Prefeitura Municipal de Nobres 202
Prefeitura Municipal de Nortelândia 208
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 212
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 218
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 233
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 235
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 237
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 238
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 239
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 262
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 263
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 264
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 266
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 266
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 280
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 290
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 292
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 309
Prefeitura Municipal de Poconé 328
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 350
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 352
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 352
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 353
Prefeitura Municipal de Poxoréu 353
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 354
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 355
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 356
Prefeitura Municipal de Rondolândia 357
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 360
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 361
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 361
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 362
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 362
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 383
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 384
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 384
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 384
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 385
Prefeitura Municipal de São José do Povo 386
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 387
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 387
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 389
Prefeitura Municipal de Tabaporã 390
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 393
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 394
Prefeitura Municipal de Tesouro 396
Prefeitura Municipal de Torixoréu 396
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 397
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 397
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 405
Prefeitura Municipal de Vila Rica 407

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2019

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS – AMM, PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO.**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

CONTRATADA: FERNANDO CARLOS DA SILVA COSTA-ME CNPJ 11. 336.828/0001-31

VIGÊNCIA: 23/11/2020.

Cuiabá (MT) 01 de setembro 2020.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
ERRATA - PORTARIA 032/2020

ERRATA

Da Portaria n° 032/2020, que “Concede férias regulamentares a Servidora Andréia Mignoso e, dá outras providências”.

Onde se lê:

Art. 1º - Concede férias à Servidora ANDRÉIA MIGNOSO, matricula nº 000016, inscrita na cédula de identidade de n° 3.494.082 SSP/SC e portadora do CPF N° 569.412.851-68, referente ao período aquisitivo compreendido de 14/05/2019 à 13/05/2019, que serão gozadas de 08 de setembro de 2020 a 28 de setembro de 2020, com retorno previsto para o dia 29 de setembro de 2020.

Leia-se:

Art. 1º - Concede férias à Servidora ANDRÉIA MIGNOSO, matricula nº 000016, inscrita na cédula de identidade de n° 3.494.082 SSP/SC e portadora do CPF N° 569.412.851-68, referente ao período aquisitivo compreendido de 14/05/2019 à 13/05/2020, que serão gozadas de 08 de setembro de 2020 a 28 de setembro de 2020, com retorno previsto para o dia 29 de setembro de 2020.

Sala da Presidência, aos 17 de setembro de 2020.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

A Câmara Municipal de Colider/MT, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05/10/2020, as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), realizar-se-á abertura da **Tomada de Preço nº 001/2020**, a qual tem por objeto a **Contratação de empresa para elaboração de projeto, execução de instalação de painéis solares (fotovoltaicas) para sistema de microgeração de energia e homologação junto a concessionária de energia elétrica na Câmara Municipal de Colider/MT**. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Câmara Municipal de Colider/MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 17, Setor Leste, Colider-MT e no site https://sic.tce.mt.gov.br/89 (Ícone: Licitações).

Colider/MT, 17 de setembro de 2020

ROBISON VOLPATO

Presidente da CPL

Publique-se

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
ATA DA SESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS

ATA DA SESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS

Pregão presencial	:	**001/2020**
Objeto:	:	**Locação de software de Gestão Pública (Sistemas de Contabilidade, Folha de Pagamento/Recursos Humanos, Compras e Licitações, Almoxarifado, Patrimônio, Portal da Transparência) para um período estimado de 12 (doze) meses, e serviços correlatos de implantação e conversão; treinamento; suporte técnico e manutenção (corretiva, preventiva e atualizações).**
Órgão	:	**Câmara Municipal de Confresa – MT**

Às 08h e 32min do dia 17 de Setembro de 2020, reuniram-se a Pregoeira Jocilaine Santos Fortes de Sousa e Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº.47 de 04 de agosto de 2020, para em atendimento às Disposições contidas na Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, para realizar os procedimentos relativos a abertura da sessão de apresentação e avaliação dos sistemas da empresa classificada no pregão n°. 001/2020. A Comissão Técnica de Avaliação é composta pelos servidores: Marcia Luiza do Amaral, Maria Wildei Coelho Brito e Claudiomiro Santos Fortes. Entretanto, a servidora Maria Wildei Coelho Brito não se fez presente devido encontrar-se de atestado médico, conforme anexado a este processo licitatório. Inicialmente em conformidade com as disposições contidas no Edital, a Comissão Técnica de Avaliação credenciou os representantes da empresa STAF SISTEMAS LTDA – EPP habilitados para fazer a demonstração dos sistemas: Ceone André dos Reis – Analista Superior ERP Senior, Ricardo Tomazini Marques Linaldi – Coordenador I, Rudinei Mayer Kruger – Consultor Comercial Junior e Naiara Cardoso Pereira – Auxiliar de Suporte Técnico. Conforme declaração de estrutura profissional que segue em anexo. Sequencialmente foi iniciada a apresentação dos sistemas pelo item 3.1 que foi totalmente demonstrado. Em seguida passou-se a apresentação do item 3.2 o qual até às 12h haviam sido apresentados os seguintes sistemas: Patrimônio, Contabilidade, Compras e Licitações, Recursos Humanos e Folha de Pagamento. Às 12h a sessão de demonstração foi pausada para horário de almoço com retorno programado para 14h. Às 14 horas foi recomeçado a apresentação dos sistemas pelos técnicos cadastrados e foram apresentados os seguintes sistemas: Transparência fly, Frotas e Almoxarifado. Após a demonstração e Avaliação dos itens 3.1 e 3.2 conforme discriminando no termo de referência do edital do Pregão Presencial nº. 001/2020. A pregoeira solicitou a Comissão Técnica de Avaliação que entregasse relatório constando se a empresa demonstrante do sistema atingiu os percentuais exigidos no edital conforme discriminado no item 6.3.1, que será anexado ao processo juntamente com as fichas de avaliação devidamente preenchidas e assinadas. Após análise do relatório da Comissão Técnica de Avaliação constando que a empresa alcançou percentual de 100% dos requisitos do item 3.1 e item 3.2 do termo de referência presente no edital, a senhora Pregoeira declarou que a empresa STAFF SISTEMAS LTDA – EPP é a vencedora do certame, pois cumpriu todos os requisitos do edital. Nestes termos, adjudica o objeto desta licitação à empresa vencedora nos valores constantes da ata de realização do processo licitatório pregão n°. 01/2020, o qual foi R$ 47.400,00. A senhora Pregoeira comunicou que o referido processo será encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal de Confresa para a

devida homologação e que posteriormente a empresa será convocada no prazo previsto em edital para comparecer a Câmara Municipal de Confresa para a assinatura do contrato. A Pregoeira declarou encerrada a sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por Ela, Equipe de Apoio, Comissão Técnica de Avaliação e pelos representantes da Licitante presente.

_____

Jocilaine Santos Fortes de Sousa – Pregoeira

_____

Weslaine da Silva Santos – Equipe de Apoio

_____

Itamara Pais Pereira da Silva - Equipe de Apoio

_____

Marcia Luiza do Amaral – Comissão Técnica de Avaliação

_____

Claudiomiro Santos Fortes – Comissão Técnica de Avaliação

_____

Rudinei Mayer Kruger – STAF SISTEMAS LTDA – EPP

_____

Ceone André dos Reis – STAF SISTEMAS LTDA – EPP

_____

Ricardo Tomazini Marques Linaldi – STAF SISTEMAS LTDA – EPP

_____

Naiara Cardoso Pereira – STAF SISTEMAS LTDA – EPP

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 056/2020

PORTARIA Nº. 056/2020

Concessão de 30 (trinta) dias de gozo das férias do período aquisitivo 2019/2020 ao servidor Eder Wilson da Costa Soares.

Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Requerimento do Servidor

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Eder Wilson da Costa Soares, o gozo de 30(trinta) dias das férias do período aquisitivo 2019/2020.

Parágrafo Único – O gozo das férias será de 14 de setembro a 13 de outubro de 2020, com retorno as atividades em 14 de outubro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 10 de setembro de 2020

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº 57/2020

Portaria nº 57/2020

Dispõe sobre a substituição temporária de membro titular da equipe de apoio do Pregoeiro.

Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 05/2020 e Retificação, a qual nomeia o Servidor Eder Wilson da Costa Soares como membro titular da equipe de apoio do Pregoeiro;

CONSIDERANDO o afastamento concedido ao Servidor Eder Wilson Soares para o gozo do período de 30 dias de férias;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 056/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Substituir temporariamente o Servidor Eder Wilson Soares pela Servidora Kátia Aparecida do Prado Konrad, para que a mesma faça parte como membro titular da equipe de apoio do Pregoeiro, no período de 14/09/2020 a 13/10/2020.

Art. 2º Após o término do período acima mencionado, o Servidor Eder Wilson da Costa Soares volta automaticamente a fazer parte da equipe de apoio do Pregoeiro.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 14 de setembro de 2020

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO CONTRATO Nº.: 010/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº.: 010/2020

Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Contratada...: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A

Valor.....: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 19/08/2020 Término: 31/12/2020.

Objeto.....: Contratação de empresa especializada em fornecimento de energia elétrica para Câmara Municipal de Diamantino/MT.

DIAMANTINO /MT em 17 de setembro de 2020

EDSON DA SILVA – PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT
ATA DA REUNIAO DA COMISSAO PROCESSANTE Nº. 01/2020

Ata da Reunião da Comissão Processante n. 01/2020, Câmara Municipal de Rondolândia – MT.

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às 20:00 horas reuniram-se os membros da Comissão Processante n. 01/2020, nas dependências da Câmara Municipal de Rondolândia, localizada na Av. Joana Alves de Oliveira, 774, Cidade Alta, Rondolândia-MT, para a elaboração do cronograma dos atos a serem realizados pela Comissão Processante 01/2020. Constatada a presença da Vereadora Ligia Neiva - Presidente, da Vereadora Adriana Oliveira Barroso- Relatora e do Vereador Joaquim Cruz Nogueira – Membro, ocasião em que deliberou o seguinte cronograma: a) 21.09.2020 – Sessão Ordinária – Leitura da Ata da Reunião da Comissão Processante realizada no dia 02, que deliberou sobre o prosseguimento da denúncia; b) 16 a 22.09 – Prazo para a defesa arrolar as testemunhas; c) 23.09 – Reunião da Comissão – estabelecer dia e horário para cada depoimento e oitiva – proceder as convocações e intimações –

lembrar que pode ser por vídeo conferência; d) 13.10 à 16.10 – oitiva das testemunha e depoimento do denunciado, sair da audiência de instrução devidamente intimado para as razões escritas; e) Prazo de 5 (cinco) dias razões escritas, prazo máximo 26/10, artigo 5º, inciso V, DEC 201/67; f) prazo para Assessoria Preparar parecer final pelo menos cinco dias; g) Julgamento para os dias 03/11 à 09/11. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, eu, Ligia Neiva, redigi a ata e assino juntamente com os demais membros da Comissão.

Câmara Municipal de Rondolândia – MT, 16 de Setembro de 2020.

Ver. Ligia Neiva Ver. Adriana Oliveira Barroso

Presidente da Comissão Processante Relatora da Comissão Processante

Ver. Joaquim Cruz Nogueira

Secretário da Comissão Processante

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA .º 087/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender as férias referidas na Portaria nº 86/2020 em face da necessidade e da singularidade do trabalho realizado nesse período de pandemia devendo o servidor usufruir em momento mais oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 11/08/2020.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 12 de agosto de 2020.

Ver. FABIO JOSE TARDIN

Presidente

Verª GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE DENISE

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
PORTARIA 023/2020

PORTARIA Nº 023/2020 Denise - MT, 16 de setembro de 2020.

O SR. JOZIAS DE SOUZA GOMES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

RESOLVE:

PROMOVER, através da elevação de **NÍVEL** a funcionária abaixo relacionada, sendo de **Nível "VIII"** para o **Nível "IX"**, conforme o que dispõe a LEI MUNICIPAL Nº 409/2004, de 20 de abril de 2004, do Plano de Carreiras, Cargos, Salários e Sistema de Avaliação de Desempenho dos Funcionários do Município de Denise **–** MT, Seção I, Artigo 16,Inciso I e II, Titulo I, Capitulo V, Capítulo VI, Título II.

NOME	Nº RG	Nº CPF
ANGELA APARECIDA ALVES	490.957 SSP/MT	481.841.521-91

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro de 2020.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Jozias de Souza Gomes

Presidente

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
PORTARIA Nº 022/2020

PORTARIA Nº 022/2020 Denise - MT, 16 de setembro de 2020.

O SR. JOZIAS DE SOUZA GOMES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

RESOLVE:

PROMOVER, através da elevação de **NÍVEL** o funcionário abaixo relacionado, sendo de **Nível "IX"** para o **Nível "X"**, conforme o que dispõe a LEI MUNICIPAL Nº 409/2004, de 20 de abril de 2004, do Plano de Carreiras, Cargos, Salários e Sistema de Avaliação de Desempenho dos Funcionários do Município de Denise **–** MT, Seção I, Artigo 16,Inciso I e II, Titulo I, Capitulo V, Capítulo VI, Título II.

NOME	Nº RG	Nº CPF
Mauricio Pinheiro de Souza	3.118.789-3 SSP/PR	424.838.599-68

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro de 2020.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Jozias de Souza Gomes

Presidente

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
PORTARIA 025/2020

PORTARIA Nº 025/2020 Denise - MT, 16 de setembro de 2020.

O SR. JOZIAS DE SOUZA GOMES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

RESOLVE:

PROMOVER, através da elevação de **NÍVEL** o funcionário abaixo relacionado, sendo de **Nível "III"** para o **Nível "IV"**, conforme o que dispõe a LEI MUNICIPAL Nº 409/2004, de 20 de abril de 2004, do Plano de Carreiras, Cargos, Salários e Sistema de Avaliação de Desempenho dos Funcionários do Município de Denise **–** MT, Seção I, Artigo 16,Inciso I e II, Titulo I, Capitulo V, Capítulo VI, Título II.

NOME	Nº RG	Nº CPF
EDSON VIEIRA NÓIA	426.052 SSP/MT	293.255.011-04

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro de 2020.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Jozias de Souza Gomes

Presidente

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
PORTARIA 024/2020

PORTARIA Nº 024/2020 Denise - MT, 16 de setembro de 2020.

O SR. JOZIAS DE SOUZA GOMES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

RESOLVE:

PROMOVER, através da elevação de **NÍVEL** a funcionária abaixo relacionada, sendo de **Nível "III"** para o **Nível "IV"**, conforme o que dispõe a LEI MUNICIPAL Nº 409/2004, de 20 de abril de 2004, do Plano de Carreiras, Cargos, Salários e Sistema de Avaliação de Desempenho dos Funcionários do Município de Denise **–** MT, Seção I, Artigo 16,Inciso I e II, Titulo I, Capitulo V, Capítulo VI, Título II.

NOME	Nº RG	Nº CPF
JUSCILEIDE GOMES DA CRUZ	611.215-3 SSP/MT	442.338.171-00

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro de 2020.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Jozias de Souza Gomes

Presidente

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2020

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico Nº 07/2020 objetivando aquisição de duas ESCAVADEIRAs HIDRÁULICA tipo "PC" conforme especificações e condições técnicas constantes do edital e seus anexos, para atender aos CONVÊNIOs MDR Nº 831120/2016 e Nº 836329/2016. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **01/10/2020 às 9:00h.** Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal2@gmail.com ou fone 65 3251-1115. São José dos Quatro Marcos-MT, 18 de setembro de 2020.

DANILO RICARDO PIVETTA - Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DO CONSORCIO.**

CONTRATADA

CAPITAL MOVEIS, PAPELARIA E INFORMATICA – EIRELI-ME.

CNPJ; 27.659.467/0001-02

CONTRATANTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

CNPJ 36.833.348/0001-07

VALOR: 5.036,00 (CINTO MIL E TRINTA SEIS REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 144/2020

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 144/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: CAPRI CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica habilitada para serviços de reforma e manutenção de imóveis em atendimento a Casa de Amparo em Cuiabá/MT

VIGÊNCIA: 01/09/2020 á 01/11/2020

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.1001.44.90.51 "057"

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 081/2020

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 081/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EPP

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, utensílios e materiais de expediente, a serem entregues no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

VIGÊNCIA: 13/09/2020 á 31/12/2020

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.30 "027"

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Chamada Pública nº. 001/2020.

OBJETO: Credenciamento de empresas e/ou operadoras que forneçam mecanismos e ferramentas para auxiliar no serviço de arrecadação por meio de pagamentos com cartões de crédito e/ou débito.

Prazo para o Credenciamento: Do dia 21/09/2020 até 05/10/2020.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 16 de setembro de 2020.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente Interino da Comissão Permanente de Licitação

CODEMA
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Aquisição de Óleo Diesel S10 – afim de atender ao CODEMA – Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA-MT

CNPJ: 37.465.002/0001-66

EMPRESA CONTRATADA: PRIMAVERA DIESEL LTDA

CNPJ: 00.183.277/0001-05

PRODUTO	VALOR UNIT	PERCENTUAL DE DESCONTO
OLEO DIESEL S10	R$ 116.000,00	0,7%

Água Boa-MT, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva

Presidente do CODEMA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 471, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

"REVOGAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA Á PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 72, inciso VI, da Lei Orgânica e Artigo 103 da Lei Complementar nº 009/2000;

R E S O L V E:

Art. 1º - REVOGAR a Concessão de Licença à Pleito Eleitoral Municipal de 2020 ao servidor público municipal **CELSO TEIXEIRA VASCONCELLOS DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 132212498 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF sob nº 032.302.988-45, matrícula nº 5064.1 Estável no cargo de Médico/20h, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

Parágrafo Único: Cabe ao RH descontar em folha de pagamento 15 (quinze) dias que o referido servidor esteve ausente de suas atividades laborais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor em data retroativa de 09/09/2020, revogando a Portaria Municipal nº 419, de 17 de agosto de 2020.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 17 DE SETEMBRO DE 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 17 de setembro de 2020.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CODEMA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 004/2020

CONTRATO Nº. 008/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA – CODEMA

CNPJ: 09.237.626/0001-90

CONTRATADA: **PRIMAVERA DIESEL LTDA**

CNPJ: 00.183.277/0001-05

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento do combustívelÓLEO DIESEL S10, para atender a demanda dos veículos, caminhões e maquinas do Codema.

VALOR: 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais).

VIGÊNCIA: 16.09.2020 À 31.12.2020.

João Batista Vaz da Silva

Presidente do CODEMA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 196/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 124/2020

PREGÃO PARA VENDAS/CONCESSÃO: Nº. 038/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

CONTRATADA: BANCO BRADESCO S/A

OBJETO: Contrato é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato, da Administração Direta do Município de Água Boa - MT

TOTAL: R$ 1.445.000,00 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais).

DATA: 17 de setembro de 2020

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 17/09/2025

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2020.

AVISO DE REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2020.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa /MT, torna público para conhecimento de quem possa interessar, a REABERTURA do Pregão Presencial Nº. 041/2020, tipo Menor Preço, que tem por Objeto: Futura e Eventual Contratação de empresa especializada em tecnologia e vigilância, para prestação de serviços de monitoramento eletrônico com comodato, fornecimento e instalação dos equipamentos de segurança, implantação do sistema, inclusive toda a infraestrutura necessária.

A sessão realizar-se a em:

Data: 01/10/2020.

Credenciamento: das 8h00min. Às 8h30min. (horário de Brasília)

Abertura dos envelopes: 8h30min. (horário de Brasília)

Endereço: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro- Água Boa–MT.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 17 de setembro de 2020.

Marcos da Silva Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO 001/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS Nº 001/2020.

Primeiro Termo Aditivo ao **Termo de Cessão de Uso de Equipamentos nº 001/2020,** que entre si celebram **a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT e a Escola Estadual Jaraguá,** na forma abaixo.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT**, CNPJ Nº 15.023.898/0001-90, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu **Prefeito Sr. Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 2.019.647 SSP/GO, devidamente inscrito no CPF sob nº 333.126.801-15, residente e domiciliado na AV. Coopercana, nº 350, Bairro Primavera, Água Boa – MT, doravante denominado **CEDENTE** e do outro lado a **ESCOLA ESTADUAL JARAGUÁ**, CNPJ Nº 20.283.631/0001-72, neste ato representada pelo seu **Diretor Sr. Higor Ângelo dos Santos**, brasileiro, solteiro, Diretor da Escola Estadual Jaraguá (Portaria nº 029/2019/65/Seduc/MT), portador do RG nº 4150822 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº 974.660.501-15, residente na Agrovila Central, PA Jaraguá, município de Água Boa/MT, denominada simplesmente de **CESSSIONÁRIA**, celebram o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** ao TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS, mediante as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente TERMO ADITIVO, tem por objeto conceder a CESSIONÁRIA o ESPAÇO FÍSICO (barracão) que abriga os referidos equipamentos, localizados no Lote 08, Quadra 11, esquina com Rua Miranda com Rua Jatobá, Agrovila PA Jaraguá, município de Água Boa, com finalidade exclusiva o "uso didático", pelas condições seguintes:

a) Toda e qualquer benfeitoria realizada no referido espaço físico, não será indenizada pelo Município;

b) Ao final da vigência do Termo de Cessão de Uso as benfeitorias realizadas serão revertidas automaticamente ao patrimônio do Município;

c) Zelar e manter o espaço físico conservado e limpo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Cessão de Uso de Equipamentos nº 001/2020, publicado em 31 de agosto de 2020.

E, por assim estarem de acordo as partes inicialmente nomeadas firmam o presente TERMO ADITIVO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Água Boa – MT, 10 de setembro de 2020.

_____ _____

Mauro Rosa da Silva Higor Ângelo dos Santos

MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT ESCOLA ESTADUAL JARAGUÁ

CEDENTE CESSSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

Luiz Omar Pichetti

CPF nº 376.764.239-53

NOME:_____

Lucinéia Bernardo da Silva

CPF nº 317.870.881-20

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 004 AO CONTRATO Nº. 155/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 004/2020 ao Contrato n°. 155/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e ENGSERVICE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 156/2018

OBJETO: Acréscimo de 9.86% ao contrato originário.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Terceira – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO; fica acrescido ao contrato original o valor de R$ 70.388,70 (Setenta mil e trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).

VALOR: R$ 70.388,70 (Setenta mil e trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).

Água Boa-MT, 16 de setembro de 2020.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 003 AO CONTRATO Nº. 155/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 003/2020 ao Contrato n°. 155/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e ENGSERVICE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 156/2018

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato. Acréscimo de valor ao contrato original de 2.94% conforme índice INPC.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Terceira – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO; fica acrescido ao contrato original o valor de R$ 24.962,85 (Vinte e quatro mil e novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), referente ao INPC de 2.94% acumulados nos últimos 12 meses.

Fica alterada à Cláusula Quinta – DO PRAZO E DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS; fica prorrogado a vigência do contrato por 06 (seis) meses, até 17 de março de 2021.

O valor total do Contrato para 06 (seis) meses será de R$ 437.019,66 (Quatrocentos e trinta e sete mil dezenove reais e sessenta e seis centavos).

O valor mensal será de: R$ 72.836,61 (Setenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos).

VALOR: R$ 437.019,66 (Quatrocentos e trinta e sete mil dezenove reais e sessenta e seis centavos).

Água Boa-MT, 16 de setembro de 2020.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2020

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 042/2020

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.397/2020; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 17/09/2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 042/2020, cujo é oregistro de preços para futura e eventual

Contratação de Empresa para Elaboração de projeto técnico de engenharia para implantação de reservatório metálico e Elaboração de projeto executivo de rede de energia e de iluminação, teve como vencedora do certame a empresa LIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 29.092.872/0001-09.

Água Boa - MT, 17 de setembro de 2020.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu junto ao CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental“Médio Araguaia” a LP – Licença Prévia e LI – Licença de Instalação para Construção de Ponte sobreCórrego Martins, sob as coordenadas: 13º52'00.35"S - 052º26'19.67"O,situada na MT-414, em Zona Rural do município de Água Boa - MT.

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu junto ao CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental“Médio Araguaia” a LP – Licença Prévia e LI – Licença de Instalação para Construção de Ponte sobreCórrego Miguelão, sob as coordenadas: 13º48'34.56"S - 52º27'29.23"O,situada na MT-414, em Zona Rural do município de Água Boa - MT.

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu junto ao CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental“Médio Araguaia” a LP – Licença Prévia e LI – Licença de Instalação para Construção de Ponte sobreCórrego Novilha, sob as coordenadas: 13º47'28.08"S - 52º27'15.94"O,situada na MT-414, em Zona Rural do município de Água Boa - MT.

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu junto ao CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental“Médio Araguaia” a LP – Licença Prévia e LI – Licença de Instalação para Construção de Ponte denominada Dr. João, sob as coordenadas: 13º43'50.70"S - 52º26'07.06" O,situada na MT-414, em Zona Rural do município de Água Boa - MT.

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu junto ao CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental“Médio Araguaia” a LP – Licença Prévia e LI – Licença de Instalação para Construção de Ponte do Garapu, sob as coordenadas: 13º41'18.40"S - 52º25'32.23"O,situada na MT-414, em Zona Rural do município de Água Boa - MT.

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu junto ao CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental“Médio Araguaia” a LP – Licença Prévia e LI – Licença de Instalação para Construção de Ponte Córrego Fundo, sob as coordenadas: 13º39'48.41"S - 52º26'13.07"O,situada na MT-414, em Zona Rural do município de Água Boa - MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA N° 194 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

“Designa servidor responsável pelo envio de dados no Sistema APLIC, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso, VI e X da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 32º, e o anexo III da Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

CONSIDERANDO, a portaria 177 de 18 de Agosto de 2020, onde exonera o Servidor Carlos Henrique Leite Ramos;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor **DIEGO XAVIER LIMA**, portador do RG nº 197.296.77 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 024.593.251-85,como responsável pelo envio das **cargas tempestivas e cargas mensais do Sistema APLIC**, a partir de 02 de Setembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria produzirá seus efeitos retroativos legais a partir da data de 02 de Setembro de 2020, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 115/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 11 de Setembro de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PORTARIA N° 193 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

“Remove o servidor público que menciona, do e para o órgão que especifica, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas, e;

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover e lotar o servidor público municipal **DIEGO XAVIER LIMA**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento exercendo o cargo de Assistente Administrativo,para a Secretaria Municipal de Administração,sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos retroativos legais a partir da data de 02 de Setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 11 de Setembro de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PORTARIA N° 195 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Nomeia DIEGO XAVIER LIMA, para o exercício da função gratificada de Supervisão de Protocolo e Arquivo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da

Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar, **DIEGO XAVIER LIMA**, portador do Registro Geral n° 197.296.77 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 024.593.251-85, para o exercício da função gratificada de **Supervisão de Protocolo e Arquivo,** lotado na **Secretaria Municipal de Administração.**

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de Setembro de 2020, revogado as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 165/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 11 de Setembro de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
DECRETO Nº 063/2020

DECRETO Nº 063/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ALTO PARAGUAI – MT.

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Senhora, Dra. **Diane Vieira de Vasconcellos Alves,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o **Art. 4°**. da Lei Municipal **nº. 184/2007**, que dispõe sobre a criação e composição do Conselho Municipal de Cultura o mandato de dois (02) anos a partir da nomeação.

D E C R E T A:

I - SEGMENTO GOVERNAMENTAL:

1º. TITULAR – JOSÉ MARCIO DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Cultura e Desporto, CPF n.875.237.871.34 e RG n. 11355417 SSP/MT;

SUPLENTE – LAELSON AGRIPINO DA SILVA, servidor efetivo, professor CPF n. 362.987.191.72 e RG n. 399160 SSP/MT;

2º. TITULAR – MIRELI VITOR FERNANDES, Coordenadora da Creche Municipal, CPF n. 019.947.488.84 e RG n. 18407145 SSP/MT;

SUPLENTE – MARIA VITOR DA SILVA, professora, CPF n. 412.152.731.34 e RG n. 989719 SSP/MT;

3º. TITULAR – LENILSON BATISTA BARROS, Secretário Municipal de Receita e Controle – servidor efetivo, Controlador Interno, CPF n. 709.124.781.53 e RG n. 1033933-7 SSP/MT;

SUPLENTE – YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, CPF n. 037.765.051.09 e RG n. 1841123 SSP/MT;

II – SEGMENTO PRODUTORES CULTURAIS:

1º. TITULAR – LAODICEIA VALERIO DA CONCEIÇÃO – professora Artes Cênicas, CPF n. 921.378.061.34 e RG n. 14007681 SSP/MT;

SUPLENTE – CHARLESSON FERREIRA DA SILVA, árbitro futebol, CPF n. 024.547.901.57 e RG n. 18695361 SSP/MT;

2º. TITULAR – LUANA ESTELA DE ARRUDA, Assistente Social, representante ARTES PLASTICAS, CPF n. 042.453.131.37 e RG n. 22685308 SSP/MT;

SUPLENTE – JOSIANE DA SILVA SANTANA, representante artes plásticas, CPF n. 946.899.621.20 e RG n. 14118378 SSP/MT;

3º. TITULAR – MOISES RODRIGUES DA SILVA, professor de cururu, representante de artes musicais e danças, CPF n. 459.973.571.04 e RG n. 0988892.6 SSP/MT**;**

SUPLENTE – GELSO FRANCISCO PEREIRA, professor música, CPF n. 299.017.231.91 e RG n. 1447017 SSP/MT;

III – SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

1º. TITULAR - DIOGENES FERREIRA LIMA, Pastor da Primeira Igreja Batista, representando as Igrejas Evangélicas, CPF n. 343.605.065.20 e RG n. 0260225592 SSP/BA;

SUPLENTE – RIUSDELAR LOPES PEREIRA, evangélica da Primeira Igreja Batista, CPF n. 003.123.601.42 e RG n. 15868753 SSP/MT.

2º. TITULAR – MARIA ANGELA CEZIMBRA MACHADO, representando a Igreja Católica, CPF n. 867.122.841.04 e RG n. 13951866 SSP/MT;

SUPLENTE – THAUANY CORREIA DE OLIVEIRA, representando a Igreja Católica, CPF n. 036.249.321.95 e RG n. 20630670 SSP/MT;

3º. TITULAR – MARIO CESAR GUIZZI, representando a APRUSA, CPF n. 065.894.418.55 e RG n. 14723854 SSP/SP;

SUPLENTE – JURANDIR FERRER DE FIGUEIREDO, representando a APRUSA, CPF n. 486.861.741.91 e RG n. 826504 SSP/MT.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 14 de agosto de 2020.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal

CONVOCAÇÃO DO SERVIDOR JONAS BENEDITO DA CRUZ

CONVOCAÇÃO DO SERVIDOR JONAS BENEDITO DA CRUZ

Alto Paraguai, 17 de Setembro 2020

Ao Ilmo

Sr. JONAS BENEDITO DA CRUZ

SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

ALTO PARAGUAI - MT

Prezado Servidor,

Solicitamos o comparecimento do servidor JONAS BENEDITO DA CRUZ, no Departamento de Recursos Humanos no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar da data de sua publicação. O não comparecimento resultará em descontos de sua remuneração, podendo configurar abandono de emprego Publico, implicando em sua exoneração direta conforme lei n° 11/1990.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

KAUANY BARBARA NASCIMENTO PEREIRA

CHEFE DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

SETOR DE CONVÊNIOS
ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA 001/2020

ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA 001/2020

Aos quatorze de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas vinte e sete minutos, reuniu-se os presentes abaixo relacionados, no gabinete da Prefeita Municipal para criação do Conselho Municipal de Cultura, conforme lei municipal 184/2007, aberto a palavra o secretário de cultura Jo-

sé Márcio deu início explicando a necessidade da formação do conselho. Aberto a palavra a Sra. Prefeita Diane Alves ressaltou a importância do conselho para ajudar no bom andamento da administração. Ressaltou também sobre o desmembramento da secretaria de cultura da secretaria de educação o que melhorou e ajudou nos bom andamento das obras do município. Aberto a palavra foi explica que há mais de treze anos não se faz nada ligado a atualização do Conselho da Cultura. Dentre os presentes deu-se a formação do Conselho, sendo os representantes do segmento governamental, 1º Titular: José Márcio de Almeida, CPF.: 875.237.871-34 e RG.: 11355417 SSP/MT, fone 65 99277-0595; suplente: Laelson Agripino da Silva, CPF.: 362.987.191-72 e RG.: 399.160 SSP/MT, fone 65 99207-9665; 2º Titular: Mireli Vitor Fernandes, sec. Educação, CPF.: 019.947.488-84 e RG.: 1840714-5 SSP/MT e fone 65 99209-4757; suplente: Maria Vitor da Silva, CPF.: 412.152.731-34 e RG.: 989.719 SSP/MT, fone 65 99231-5979 Professora rede municipal; 3º Titular: Lenilson Batista Barros, CPF.: 709.124.751-53 e RG.: 1033933-7, fone 65 99216-4222, representando a secretaria de receita e controle; suplente/; Yhuri Rayan Arruda de Almeida, CPF.: 037.765.051-09, RG.: 1841123 SSP/MT, fone 65 99278-4278. No seguimento Cultural, assim ficou a formação, sendo: 1º Titular: Laudicéia Valério da Conceição, CPF.: 921.378.061-34 e RG.: 1400768-1 SSP/MT, fone 65 99361-3734 – representando Artes Cênicas; suplentes: Charlesson Ferreira da Silva, CPF.: 024.547.901-57 e RG.: 186.9536-1 SSP/MT, fone 65 99238-6358; 2º Titular: representante artes plásticas Luana Estela de Arruda, CPF.: 042.453.131-37 e RG.: 2268530-8 SSP/MT e fone 65 99239-4475; Suplente.: Josiane da Silva Santana, CPF.: 946.899.621-20 e RG.: 14118378 SSP/MT e fone 65 99333-3283; 3º Titular: representante músicas geral e danças Moises Rodrigues da Silva, CPF.: 459.973.571-04 e RG.: 0988892-6 SSP/MT e fone 99230-8326; suplente: Gelso Francisco Pereira, CPF.: 299.017.231-91 e RG.: 144701-7, fone 99313-5321. No seguimento da sociedade civil a formação é: 1º Titular – representando as igrejas evangélicas do município, pastor Diógenes Ferreira Lima, CPF.: 343.605.065-20 e RG.: 0260225592 SSP/BA da Primeira Igreja Batista, fone 65 99602-8922, Suplente.: Riusdelar Lopes Pereira, CPF.: 003.123.601-42 e RG.: 15868753 SSP/MT, fone 99257-3531; 2º Titular: representando a Igreja Católica do Município – Maria Angela Cezimbra Machado, CPF.: 867.122.841-04 e RG.: 1395186-6 SSP/MT, fone 65 99252-2139; Suplente: Thauany Correia de Oliveira, CPF.: 036.249.321-95 e RG.: 2063067-0 SSP/MT e fone 99246-1789; 3º Titular – representante da Aprusa, Mário Cesar Guizzi, CPF.: 065.894.418-55 e RG.: 14723854 SSP/SP – fone 65 99235-7615; suplente: Jurandir Ferrer de Figueiredo, portador do CPF.: 486.861.741-91 e RG 826504 SSP/MT, fone 65 99263-1651. Dando por encerrado assinam o presente ata, ficando consignada reunião do Conselho no dia 19 de agosto de dois mil e vinte, às oito horas na sala no gabinete da prefeita municipal para outras deliberações. Encerrada a reunião, assinamos o presente.

RESOLUÇÃO Nº 002/2020 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 002/2020

O Conselho Municipal de Assistência Social de Alto Paraguai – CMAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Nº 067/96 que dispõe sobre sua criação tendo em vista seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da **DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO** em Reunião Ordinária do dia 04/09/2020.

RESOLVE:

Aprovar o Plano de Ação do Cofinancimento Estadual de Mato Grosso/**FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS** - Ano 2020-da Secretaria de Assistência social do Município de Alto Paraguai garantindo a qualidade dos Serviços da rede socioassistencial visando melhorias no atendimento, redução da desigualdade social e ampliação da proteção social.

Alto Paraguai, 08 de Setembro de 2020.

Edina Pinto do Nascimento

Presidente do CMAS

PORTARIA 232/2020

PORTARIA 232/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o Regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos d o Município de Alto Paraguai-MT.

RESOLVE:

Art. 1º. – Reenquadrar, a servidora municipal JAQUELINE AGRIPINA DA SILVA matricula 1264 que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **253 A-03** PARA CLASSE **253 B- 03**.

Art. 2º. – Reenquadrar, a servidora municipal MARIANE CRISTINA DA SILVA ALMEIDA matricula 1125, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **253 B-03** PARA NIVEL **253 B- 04**.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 28 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 005/2020 – AVISO DE RESULTADO

TOMADA DE PREÇOS 005/2020 – AVISO DE RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através da CPL, no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 211/2020 de 06/08/2020, torna público aos interessados que a TOMADA DE PREÇOS N° 005/2020, cujo certame se deu início às 07h00min, do dia 08/09/2020, sagrou-se vencedor o proponente **ALMEIDA PAIVA E SILVA LTDA CNPJ: 30.864.956/0001-00, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA NO 13 PONTOS** com valor total de **R$ 277.420,73 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e vinte reais e setenta e três centavos)**. O certame foi homologado em 16/09/2020. Maiores informações pelo fone (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 16 de setembro de 2020. Raimundo da Silva Carvalho - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020 – EDITAL RESUMIDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇAO DE GAS ACONDICIONADO (COZINHA) E OUTROS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI., de acordo com anexo I. Abertura às **13h00min (Horário de Mato Grosso)** do dia **25/09/2020.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Pregoeiro, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de setembro de 2020. **Raimundo da Silva Carvalho -** Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 007/2020 – EDITAL RESUMIDO

TOMADA DE PREÇOS 007/2020 – EDITAL RESUMIDO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020 cujo objeto é a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA PERFURAÇÃO DE POÇO SEMI-ARTESIANO.** Abertura às **08h30min** (horário de Brasília) do dia **30/09/2020**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 15 de setembro de 2020 - **Raimundo da Silva Carvalho** - Presidente da CPL.

COVID-19: PORTARIA N.º 321/2020/PMAT

Dispõe sobre nomeação de representantes para fazer parte da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, para contratação temporária de trabalhadores em caráter excepcional de interesse público de Alto Taquari e outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari – MT, Sr. Marco Aurélio Julien no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de criar a **"Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado"** para contratação temporária de trabalhadores em caráter excepcional de interesse público e estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os profissionais abaixo relacionados, para comporem a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

Nome	Função na Comissão	Cargo	Matrícula
Carla Gifani	Membro	Professor	016
André Luis Idalino	Membro	Professor	3107
Rosangela Carvalho de Oliveira Santos	Membro	Professor	086
Suelen Rezende Miranda	Secretária	Técnica Administrativa	328
Janaina Barreto Passadore	Presidente	Assessora Jurídica	198

Art. 2º. A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado terá como competências:

I. Organizar, executar e avaliar o Processo Seletivo Simplificado conforme critérios estabelecidos no Edital n.º 05/2020/PMAT;

II. Solucionar problemas em primeira instância referentes assuntos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Alto Taquari, 17 de Setembro de 2020.

_____

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: ERRATA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020 – EDITAL RESUMIDO ONDE SE LÊ:

ERRATA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020 – EDITAL RESUMIDO

ONDE SE LÊ:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BASICAS PARA FAMILIAS EM SITUAÇAO DE VULNERABILIDADE, para atender necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do Município de Alto Taquari, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Brasília)** do dia **17/09/2020.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Pregoeiro, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 09 de setembro de 2020. **Raimundo da Silva Carvalho-**Pregoeiro.

LEIA-SE:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BASICAS PARA FAMILIAS EM SITUAÇAO DE VULNERABILIDADE, para atender necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do Município de Alto Taquari, de acordo com anexo I. Abertura às **07h10min (Horário de Brasília)** do dia **21/09/2020.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Pregoeiro, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 16 de setembro de 2020. **Raimundo da Silva Carvalho-**Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **CIRURGICA GONÇALVES LTDA-ME**, CNP n° 15.371.628/0001-70, situada na Av. General Mello, n° 1527, Bairro Pico do Amor, Cuiabá/MT, CEP: 78.065-290, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. **Tertuliano Gonçalves da Costa**, portador do RG n° 003298-SSP/MT e do CPF n° 171.769.301-63, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total
11	12-01-1067	AVENTAL DESCARTAVEL JALECO AVENTAL CIRURGICO, TAMANHO UNICO, EM FALSO TECIDO (TIPO JALECO) NA COR BRANCA, MANGA LONGA, 100% POLIPROPILENO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, APRESENTACAO CONFORME DEC. LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M. SAUDE, PACOTE COM 10 UNIDADES.	Pt	ANADONA	250,00	68,00	17.000,00
25	12-01-1064	CANETA DE ALTA ROTACAO, COM ROTACAO MINIMA DE 380.000 RPM, COM SPRAY TRIPLO, COM ENCAIXE UNIVERSAL BORDEN, COM NUMERO DE SERIE E MARCA IMPRESSOS NO CORPO DA CANETA, EMBALADA EM ESTOJO, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, GARANTIA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	CALU	2,00	384,00	768,00
31	12-01-1111	CONTRA ANGULO COM SISTEMA SACA BROCAS, GIRO LIVRE DE 360° ACOPLAMENTO, SPRAY EXTERNO, BAIXO NIVEL DE RUIDO E VIBRACAO, ENCAIXE INTRA UNIVERSAL, ANGULACAO DA CABECA DO CONTRA ANGULO QUE FAVORECE A PEGA DURANTE OS PROCEDIMENTOS, EVITANDO A MOVIMENTACAO DESNECESSARIA DA MAO DO DENTISTA, ROTACAO MINIMO DE 5.000 RPM E MAXIMO DE 20.000 RPM, INDICADA PARA PREPARACAO DE CAVIDADES, UNIDADE	UN	CALU	2,00	390,00	780,00
44	12-01-1099	FOTOPOLIMERIZADOR MODELO LED SEM FIO DE ALTA INTENSIDADE DE PESO 144 G, SEM RUIDO DE VENTILACAO, MODO RAMP AUTOMATICO DE POLIMERIZACAO, DA AO PICO MAXIMO DE ABSORCAO DA CANFORQUININA 440 A 480NM FOTOPOLRMERIZACOES DE 10S, COM RADIOMETRO INTERNO,PARA TESTE SIMPLES DA INTENSIDADE DO LED TEMPORIZADOR COM TEMPO MINIMO DE USO 15 SEGUNDOS E TEMPO MAXIMO DE 65 SEGUNDO COM SINAL SONORO BIP APOS,15 SEGUNDOS 5 SEGUNDOS E TEMPO MAXIMO 65 SEGUNDOS COM SINAL SONORO BIP APOS 15 SEGUNDOS 5 SEGUNDOSS EM ASCENDENCIA E 10 SEGUNDOS DE INTENSIDADE TOTAL,DOIS ACUSTICO,DEPOIS DE 10 SEGUNDOS DE INTENCIDADE,TOTAL DOIS SINAIS ACUSTICOS DEPOIS DE 10 SEGUNDOS E TRES,SINAIS ACUSTICOS APOS,MAIS 10 SEGUNDOS, EMISSAO LUMINOSA QUE GARANTE A POLIMERIZACAO ADEQUADA DE RESINAS COMPOSTAS,LUZ, 1.	UN	SCHUSTER	2,00	620,00	1.240,00

		200MW/CM2,BIVOLT, GARANTIA DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, ASSISTENCIA TECNICA EM CUIABA, EMBALAGEM APROPRIADA					
58	12-01-1110	MICROMOTOR ODONTOLOGICO, ACLOPAVEL AO EQUIPO, ROTACAO DE 5000 A 20000 RPM, SISTEMA DE ENCAIXE BORDEN, SPRAY INTERNO, INDICADO PARA O PREPARO DE CAVIDADES, PROFILAXIA COM PASTA ABRASIVA, ACABAMENTO DE RESTAURACOES E TRABALHOS LEVES EM LABORATORIO DE PROTESE, LIMPEZA INTERNA DE INLAY-ONLAY DE RESINA E CERAMICA, COM GARANTIA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	CALU	2,00	905,00	1.810,00
62	12-01-1112	PECA DE MAO RETA EM FORMATO ANATOMICO, PARA CIRURGIA E PROCEDIMENTOS ODONTOLOGICOS, COM SISTEMA DE ENCAIXE DA PECA RETA UNIVERSAL INTRA EIXO PRINCIPAL, SPRAY PARA REFRIGERACAO POR CONDUCAO INTERNA, SISTEMA DE FIXACAO DE BROCA DE GIRO DE ANEL, REFRIGERACAO EXTERNA, MINIMO DE 5.000 RPM, MAXIMO DE 20.000 RPM, ACOPLAVEL AO MICROMOTOR ATRAVES DO SISTEMA BORDEN 2 FUROS	UN	CALU	2,00	720,00	1.440,00
							23.038,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 17 de Setembro de 2020.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Tertuliano Gonçalves da Costa

CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA-ME

FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denomina-

do simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **DEDIMAR FELIZARDO DA ROCHA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 34.440.014/0001-48, com sede Rua Rodolfo Cremm, nº 12970, Jd Monte Rei, CEP: 87.083-661, em Maringá/PR, neste ato, representada pela Sra. **Dedimar Felizardo da Rocha**, brasileira, Empresária, portadora da Cédula de identidade RG: 4291217 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 144.865.608-76, residente e domiciliada na Rua Pioneiro Aníbal Borin, n° 658, Casa A, Jd Paris, em Maringá/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total
57	13-01-1343	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, EM FALSO TECIDO BRANCO, DE AJUSTE, PREGUEADA E COM ELASTICO QUE ENVOLVE OPAVILHAO AURICULAR, COM DUPLO CAMADA, HIPOALERGICA, FILTRO QUE GARANTA BOA VENTILACAO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE, CAIXA COM 50 UNIDADES	Cx	MARCA PROPRIA	100,00	27,00	2.700,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 17 de Setembro de 2020.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Dedimar Felizardo da Rocha

DEDIMAR FELIZARDO DA ROCHA-ME

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **DENTAL HIGIX DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 26.240.632/0001-16, com sede à Rua Helena Bigaton, nº 615, Centro, Caibi/SC, CEP: 89.888-000 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pela Sra. **Francisco Feitosa de Matos**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº: 357.441.965 SSP/SP, inscrito CPF/MF SOB nº 248.909.283-91 residente e domiciliado à Rua Pastor Antônio Polito, nº 62, Conj. Moradias União, Boqueirão, Curitiba/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total
24	12-01-1096	CABO PARA ESPELHO BUCAL, EM ACO INOXIDAVEL, COM FORMATO OITAVADO, AUTOCLAVAVEL, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA	UN	KONNEM	40,00	7,90	316,00
26	12-01-1047	CARBONO PARA ODONTOLOGIA REGISTRO DE ARTICULACAO, 12 FOLHAS DUPLAS AZUL E VERMELHA, PAPEL COM 300 MICRAS DE ESPESSURA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, PACOTE COM 12 FOLHAS	Blc	PHARMAINOX	30,00	2,00	60,00
36	1-04-0124	ESCOVA DENTAL INFANTIL, COM CERDAS MACIAS, EM CORES DIVERSAS,TIPO COMUM, MODELO RETO, MANUAL, COM CAPA PROTETORA DE PVC, UNIDADE.	UN	MEDFIO	2.000,00	0,44	880,00
47	12-01-1085	IONOMERO DE VIDRO 10 GR PARA RESTAURACOES E REPAROS ESTETICAS, FOTOPOLIMERIZAVEL, EM PO, APRESENTACAO EMBALAGEM COM 10 GR NAS CORES A2 OU A3, COMPOSTO POR CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO E VALIDADE, COM VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	FGM	10,00	25,61	256,10
67	12-01-1044	RESINA A3 COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL TIPO FLOW, UTILIZADA NO SELAMENTO DE CICATRICULAS E RESTAURACOES PREVENTIVAS, SERINGA 2 G, VALIDADE MINIMA 18 MESES DA DATA DE ENTREGA	UN	BIODINAMICA	30,00	15,00	450,00
69	12-01-1077	RESINA COMPOSTA COR B1, FOTOPOLIMERIZAVEL, TIPO FLOW, UTILIZADA NO SELAMENTO DE CICATRICULAS E RESTAURACOES PREVENTIVAS, SERINGA 2 G, VALIDADE MINIMA DE 18 MESES	UN	BIODINAMICA	30,00	14,00	420,00
76	12-01-1105	SACO PLASTICO PARA EMBALAGEM TIPO SAQUINHO DE PLASTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS TRANSPARENTE MEDINDO 5CM X 23CM, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pt	SEGPLAST	4,00	1,65	6,60
							2.388,70

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 17 de Setembro de 2020.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Francisco Feitosa de Matos

DENTAL HIGIX DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES-EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.504.525/0001-34, com sede Rua Anne Frank, 5241, Boqueirão, Curitiba/PR, CEP 81.730-010, neste ato, representada pela Sr. **Humberto Délio Donini**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 7.995.874-3- SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.710. 129-42, residente e domiciliado na Av. Presidente Getúlio Vargas, n° 881, Bloco C, Apto 401, Rebouças, Curitiba/PR., CEP 80.230-030, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8. 666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total
9	12-01-1098	ANTISSEPTICO BUCAL COMPOSTO POR AGUA, DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%,SEM ALCOOL E EFETIVO EM MATAR GERMES, COMBATE A GENGIVITE, A PLACA BACTERIANA E O MAU HALITO, EMBALADO EM FRASCO DE	UN	IODONTOSUL	20,00	55,00	1.100,00

		2 LITROS, PRODUTO PARA A HIGIENIZACAO BUCAL, VALIDADE MINIMA 24 MESES					
10	12-01-1038	APLICADOR DESCARTAVEL COMO PINCEL PLASTICO, MICROBRUSH, CAIXA COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL ,FABRICANTE E QUANTIDADE	Cx	FGM	10,00	7,60	76,00
15	12-01-1062	BROCA Nº 04 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, ACO CARBIDE, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	KAVO	20,00	4,20	84,00
16	12-01-1061	BROCA Nº 05 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA-ROTACAO, ACO CARBIDE, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	KAVO	20,00	4,20	84,00
17	12-01-1072	BROCA Nº 06 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA-ROTACAO, ACO CARBIDE, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	KAVO	20,00	4,20	84,00
30	12-01-1039	CIMENTO DE OXIDO DE ZINCO PARA RESTAURACAO ODONTOLOGICA, PROVISORIA E FORRAMENTO, PO, EM FRASCO COM 50 GRAMAS, OXIDO DE ZINCO, PRESA LENTA, ROTULO CONTENDO VALIDADE , QUANTIDADE , MARCA COMERCIAL E FABRICANTE,VALIDADE DE 2 ANOS APARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	MAQUIRA	20,00	3,30	66,00
33	12-01-1097	DISCO DE LIXA 19MM, COM FINALIDADE PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURACOES EM RESINA SEM CENTRO METALICO (SISTEMA DE ENCAIXE FLEXIVEL), DIMENSAO DE DIAMETRO DE 19 MM, GRANULACAO SORTIDA (GROSSA, MEDIA, FINA E EXTRAFINA), EMBALADO EM PACOTES COM 50 DISCOS DE LIXA SORTIDOS E MANDRIL, IDENTIFICACAO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO	Cx	TDV	10,00	42,00	420,00
34	12-01-1073	ENVELOPE EM PAPEL AUTO SELANTE, POSSUI UMA CAMADA DE FILME PLASTICO LAMINADO TRANSPARENTE + PAPEL GRAU CIRURGICO BRANCO, TAMANHO 90 X 260MM, COM 200 UNIDADES.	Pt	HARBO MEDICAL	100,00	37,00	3.700,00
41	12-01-1034	FIO DENTAL ENCERADO, EM EMBALAGEM RESISTENTE E VEDADA ROLO COM 500M, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO E VALIDADE	UN	MEDFIO	50,00	7,50	375,00
43	12-01-1036	FORMOCRESOL EM SOLUCAO, MISTURA DE CRESOIS E FORMOL, FRASCO COM 10ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	MAQUIRA	10,00	3,30	33,00
45	12-01-0839	GESSO PEDRA ESPECIAL TIPO III, COMPOSTO SULFATO DE CALCIO BETA HEMIHIDRATO, CORANTE, SEM TOXIDADE, EMBALADO EM PLASTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE COM DADOS DO FABRICANTE E VALIDADE, VALIDADE MINIMA 03 ANOS, PACOTE COM 1 KG	Pt	QUIMIDROL	50,00	6,50	325,00
48	12-01-1084	IONOMERO DE VIDRO 8 ML PARA RESTAURACOES E REPAROS ESTETICAS, FOTOPOLIMERIZAVEL, LIQUIDO, APRESENTACAO EM FRASCO DE 8 ML, COMPOSTO POR CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO E VALIDADE, COM VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	FGM	20,00	14,30	286,00
75	12-01-1113	RESINA COMPOSTA MICROHIBRIDA T, PARA RESTAURACOES DE PREPAROS POUCO INVASIVOS. SELANTE DE FOSSULAS E FISSURAS, BASE/FORRAMENTO SOB RESTAURACOES DIRETAS LINER, RESTAURACOES CLASSE III E V, PREPARO TIPO TUNEL, REPARO DE DEFEITOS DE ESMALTE, RESTAURACOES DE DENTES DECIDUOS, COLAGEM DE FRAGMENTOS DENTARIOS, REPARO EM RESINA COMPOSTA, LESOES CERVICAIS NAO CARIOSAS, PLANIFICAR PAREDES DE PREPARO, SERINGA ERGONOMICA, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA, EMBALAGEM COM 1 SERINGA DE 2GR + 1 PONTEIRA DE APLICACAO	UN	FGM	30,00	24,00	720,00
78	12-01-1040	SISTEMA ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL, KIT C/ 02 FR PRIME/BOND 4,0ML CADA, 50 PONTAS APLICADORAS DESCARTAVEIS, COMPOSTO BASICAMENTE POR RESINA DIMETACRILATO ELASTOMERICA, PENTA, FOTOINICIADORES, HIDROFLUORETO DE CETILAMINA E ACETONA, CONDICIONADOR EM SERINGA 2,5ML 05 AGULHAS APLICADORAS DESCARTAVEIS, COMPOSTO BASICAMENTE POR ACIDO ORTOFOSFORICO 37%, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM CAIXA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO. RECOMENDACOES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	DENTSPLY	20,000	132,2500	2.645,00
							9.998,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 17 de Setembro de 2020.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Humberto Délio Donini

DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES-EIRELI

FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES- EIRELLI,** inscrita no CNPJ sob o nº 29.700. 587/0001-23, com sede Rua Saíra-militar, nº 570, Parque Industrial V, CEP: 86.702-700, em Arapongas/PR, neste ato, representada pelo Sr. **Vinícius Lopes Salvi**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de identidade RG 108654511 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.204.279-14, residente e domiciliado na Rua Saíra-ouro, n° 201, Jd Universidade, CEP: 86.702-820, em Arapongas/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total
12	12-01-1090	BABADOR EM PLASTICO IMPERMEAVEL, COM MEDIDA APROXIMADA DE 33 X 47 CM, PODENDO VARIAR 2 A 3CM, USO ADULTO, CORES VARIADAS, ATOXICA, IMPERMEAVEL, DESCARTAVEL, PACOTE 100 UNIDADES	Pt	HOSPFLEX	20,00	14,24	284,80
13	12-01-1087	BROCA 1016 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, GRONA GROSSA, NUMERO 1016 G, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO AO MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	CHAMPION	20,00	8,48	169,60
27	12-01-0841	CERA ROSA Nº 09, PARA ARTICULACAO, EMBALADA EM CAIXA COM 18 LAMINAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	ASFER	10,00	19,49	194,90
49	12-01-1100	KIT DE MOLDEIRA ODONTOLOGICA PERFURADA DE ALUMINIO PARA MOLDAGEM TOTAL E MINIMO 9 PECAS, ESTERILIZAVEL, MOLDAGEM PROTETICA, SUPERIOR, INFERIOR E GIRATORIA, ADULTO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, CONJUNTO COM 9 PECAS	UN	TECNODENT	4,00	63,92	255,68
50	12-01-1101	KIT DE MOLDEIRA ODONTOLOGICA RASA PERFURADA DE ALUMINIO PARA MOLDAGEM TOTAL ESTERILIZAVEL, MOLDAGEM PROTETICA, SUPERIOR, INFERIOR NAS NUMERACOES 1, 2,3 E 4, ADULTO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, CONJUNTO COM 8 PECAS	UN	TECNODENT	4,00	84,20	336,80
56	12-01-0104	MANDRIL ODONTOLOGICO, EM METAL PARA APLICACAO DE DISCO DE LIXA E SERRAS NO CONTRA ANGULO, UNIDADE	UN	PREVEN	20,00	2,39	47,80
							1.289,58

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 17 de Setembro de 2020.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Vinícius Lopes Salvi

PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELLI

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.862.531/0001-26, com sede a Rua José Bonifácio, n° 531, Bairro Centro, Barão de Cotegipe/RS, CEP: 99.740-000, neste ato, representada pela Sra. **Adriana Fátima Guralski**, Brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG 3092167919 SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.847.330-32, residente e domiciliada na Rua Maranhão, n° 279, Apto 105, Bairro Fátima, Erechim/RS, CEP: 99.709-260, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total

52	12-01-1075	LUVA DESCARTAVEL TAMANHO PP (EXTRA P) PARA PROCEDIMENTO EM LATEX, COM TALCO, COM LUBRIFICACAO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, COM TEXTURA UNIFORME ,CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE, CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	LEMGRUBER/ TARGA	100,00	48,94	4. 894,00
53	13-02-0550	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LATEX TAMANHO P, COMPOSTAS DE LATEX 100% NATURAL; NAO ESTERIL; AMBIDESTRAS; LUBRIFICADAS COM PO BIOABSORVIVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	LEMGRUBER/ TARGA	50,00	45,23	2. 261,50
55	13-01-5288	LUVA TAM M DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO EM LATEX, LUBRIFICADA COM PO, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO BOA SENSIBILIDADE TÀTIL, NAO ESTERIL,TAMANHO GRANDE, COM PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	LEMGRUBER/ TARGA	100,00	45,23	4. 523,00
83	13-01-1266	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL CONFECCIONADA EM TNT, 100 POR CENTO POLIPROPILENO ATOXICO DESCARTAVEL, FORMATO SANFONADA BRANCO, COM TOTAL CAPACIDADE DE VENTILACAO, RESISTENTE, GRAMATURA 20 G/M2 PACOTE C/ 100 UNIDADES	Pt	DEJAMARO	30,00	16,49	494,70
							12. 173,20

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás MT 17 de setembro de 2020

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Adriana Fátima Guralski

TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nr.: 014/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

EMPRESAS VENCEDORAS:

CIRURGICA GONÇALVES LTDA –EPP - CNPJ sob nº 15.371.628/0001-70

Vencedora nos itens 11, 25, 31, 44, 58 E 62

Valor total do fornecedor R$ 23.038,00 (vinte e três mil e trinta e oito reais).

DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES-EIRELI- CNPJ sob o nº 21.504.525/0001-34, vencedora nos itens 09, 10, 15, 16, 17, 30, 33, 34, 41, 43, 45, 48 e 75.

Valor total do fornecedor R$ 9.998,00 (nove mil novecentos e quarenta e oito reais).

PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - CNPJ sob o nº 29. 700.587/0001-23, vencedora nos itens 120 13, 27,49, 50 e 56.

Valor total do fornecedor R$ 1.289,58 (um mil duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

DENTAL HIGIX DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, CNPJ sob nº 26.240.632/0001-16, vencedora nos itens 24, 26, 36, 47, 67, 69 e 76

Valor total do fornecedor R$ 2.388,70 (dois mil trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).

DENTAL OESTE EIRELI - EPP - CNPJ sob nº 05.412.147/0001-02 vencedora nos itens 52, 53, 55 e 83.

Valor total do fornecedor R$ 2.099,50 (dói mil noventa e nove reais e cinquenta centavos).

TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI, CNPJ sob nº 22.862.531/0001-26, vencedora nos itens 044.

Valor total do fornecedor R$ 12.173,20 (doze mil cento e setenta e três reais e vinte centavos).

DEDIMAR FELIZARDO DA COSTA, CNPJ sob nº 34.440.014/0001-48, vencedora no item 057.

Valor total do fornecedor R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP E COM. DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, CNPJ sob nº 30.082.076/0001-74, vencedora nos itens 01 ao 08, 14, 18 ao 23, 28, 29, 35, 37 ao 40, 42, 46, 59, 60, 61, 63 ao 66, 68, 70 ao74, 77, 79, 80, 81, 82.

Valor total do fornecedor R$ 20.199,00 (vinte mil cento e noventa e nove reais).

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **DENTAL OESTE EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 05.412.147/0001-02, com sede à Rua das Flores, nº 549, Centro, Iporã do Oeste/SC, CEP: 89.899-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. **Jackson Luiz Berti**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº: 1.851.582 SSP/SC, inscrito CPF/MF sob nº 726.179. 939-49 residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 326, Centro, Iporã do Oeste/SC, CEP: 89.899-000, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total
54	13-01-1384	LUVA TAM G DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO EM LATEX, LUBRIFICADA COM PO, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO BOA SENSIBILIDADE TATIL, NAO ESTERIL,TAMANHO GRANDE, COM PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	SUPERMAX	50,00	41,99	2.099,50

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil - Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 17 de Setembro de 2020.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Jackson Luiz Berti

DENTAL OESTE EIRELI - EPP

FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2020

PREGÃO: Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2020, O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, em

Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.082.076/0001-74, com sede Rua Barão cerro azul, nº 42, Vila Recreio, CEP: 86.025-110, em Londrina/PR, neste ato, representada pelo Sr. **Lucas de Morais Ladeira**, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG: 7.230.120-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.009.779-88, residente e domiciliado na Rua Bromélias do Engenho, n° 296, Qd 05, Lt 16, Vila do Engenho, em Londrina/PR, CEP: 86.191-900, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 014/2020 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

Item	código	Nome do Material	Un.	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr.total
1	12-01-1030	ACIDO FOSFORICO EM GEL A 37%,EMBALADO EM SERINGA DE 3 ML, ROTULO N. LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA, EMBALAGEM COM 3 UNIDADES DE 3 ML CADA	Pt	IMPLA	10,00	3,50	35,00
2	12-01-1095	ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL, SOLVENTE A BASE DE AGUA E ALCOOL CONTEM PARTICULA DE CARGA DE 5MM QUE PROPORCIONA UMA EXCELENTE ADESAO A DENTINA E AO ESMALTE, REPARO EM PORCELANA E RESINA, CIMENTACAO DE RESTAURACOES INDIRETAS TAMPA FLIP TOP, FRASCO COM 6 GR, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	3M	20,00	82,00	1.640,00
3	12-01-1092	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL CALIBRE 30 G CURTA 25MM, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM LACRE EM PLASTICO RESISTENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	Cx	DFL	10,00	28,00	280,00
4	12-01-1029	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL CALIBRE G-27, LONGA, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM LACRE EM PLASTICO RESISTENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	Cx	DFL	30,00	27,50	825,00
5	12-01-1094	ALGINATO PARA MOLDAGEM E IMPRESSAO ODONTOLOGICA, PRESA NORMAL TIPO II, SABOR TUTTI-FRUTTI, CROMATICO, CONTEM CLORHEXIDINA EM SUA COMPOSICAO, EMBALAGEM 410 G	UN	MAQUIRA	10,00	12,00	120,00
6	12-01-1046	ALGODAO EM ROLO PARA USO ODONTOLOGICO, ROTULO COM MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, EMBALADO EM PACOTE COM 100 ROLETES	Pt	SSPLUS	100,00	1,65	165,00
7	12-01-1050	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL A BASE DE PRILOCAINA A 3% E FELIPRESSINA (OCTAPRESSIN), TUBETES COM 1,8ML, EMBALADO EM CAIXA COM 50 TUBETES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA	Cx	DLA	50,00	62,80	3.140,00

		DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA					
8	12-01-1028	ANESTESICO TOPICO 20% EM FORMA DE GEL, COM SABORES DIVERSOS, EM POTE COM APROXIMADAMENTE 12 G, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	DFL	50,00	5,48	274,00
14	12-01-1088	BROCA DE ALTA ROTACAO DIAMANTADA ESFERICA Nº 1015, CONFORME AS NORMAS ANGULO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERELIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVUDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA E FABRICACAO	UN	3RMICRODONT	20,00	2,00	40,00
18	12-01-0409	BROCA Nº 1012 PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDÊNCIA DE FABRICACAO	UN	3RMICRODONT	20,00	1,25	25,00
19	12-01-1060	BROCA Nº 2200 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, CONICA CHAMA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDÊNCIA DE FABRICACAO	UN	3RMICRODONT	20,00	1,25	25,00
20	12-01-1089	BROCA Nº 3168 FF, PARA USO ODONTOLOGICO CONFORME AS NORMAS ANGULO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDÊNCIA DE FABRICACAO, UNIDADE	UN	3RMICRODONT	20,00	1,25	25,00
21	12-01-0223	BROCA ODONTOLOGICA PARA ALTA ROTACAO DIAMANTADA ESFERICA Nº 1011, CONFORME AS NORMAS ANGULO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERELIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDÊNCIA DE FABRICACAO	UN	3RMICRODONT	20,00	1,25	25,00
22	12-01-0993	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO 1013, PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, NUMERO 1013, ESTERELIZAVEL EM MEIO FISICO-QUIMICO, EMBALADO INDIVIDUAL, CONTENDO EXTERNAMENTE NUMERO, MARCA COMERCIAL E FABRICANTE.UNIDADE.	UN	3RMICRODONT	20,00	1,24	24,80
23	12-01-0994	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO 1014 PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, NUMERO 1014,ESTERELIZAVEL EM MEIO FISICO-QUIMICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE COM NUMERO, MARCA COMERCIAL E FABRICANTE. UNIDADE.	UN	3RMICRODONT	20,00	1,24	24,80
28	12-01-0840	CERA ROSA Nº 7, PARA MOLDAGEM DENTARIA, ARTICULACAO E ESCULTURA, EM LAMINAS, EMBALADA EM CAIXA COM 18 LAMINAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, RECOMENDACOES ARMAZENAR ADEQUADAMENTE, VALIDADE MINIMA DE CONSTANTE NA CAIXA	UN	BLUE	10,00	11,45	114,50
29	12-01-0842	CERA UTILIDADE, PARA CONFECCAO DE PROTESE DENTARIA, EM LAMINAS, COM MARCA DE IDENTIFICACAO DO FABRICANTE E PROCEDENCIA, CAIXA COM 5 UNIDADES	Cx	BLUE	10,00	13,00	130,00
32	12-01-1106	CURATIVO ESPONJA HEMOSTATICA ABSORVIVEL, MEDINDO: 1CM X 1CM, COMPOSTA DE MATRIZ ORGANICA ESPECIALMENTE INDICADA NA CIRURGIA DEVIDO AO SEU GRANDE PODER, HEMOSTATICO E CICATRIZANTE, SUBSTITUI O ALGODAO COM MUITAS VANTAGENS NAS EXTRACOES DENTAIS, APRESENTACAO EM EMBALAGEM COM 10 UNIDADES, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA E REGISTRO MS, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	UN	MAQUIRA	40,00	42,00	1.680,00
35	12-01-1086	ESCOVA DE ROBSON EM FORMA RETA, HASTE METALICA E CERDAS DE NYLON/SIMILAR, PARA CONTRA-ANGULO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, COR BRANCA OU PRETA	UN	3RMICRODONT	30,00	0,98	29,40
37	12-01-1107	ESCULPIDOR HOLLENBACK NUMERO 3, CABO CONTENDO INSCRICAO DO NUMERO E MARCA, EXTREMIDADE DE SUPERFICIE IRREGULAR, PONTA ATIVA COM ANGULOS E CORTE PRECISOS, CONFECCIONADO EM ACO INOX COM ACABAMENTO E POLIMENTO PERFEITO, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	IMPLA	10,00	12,00	120,00
38	12-01-1108	ESPATULA DE TITANIO Nº 5 DUPLA, PARA MANIPULACAO DE RESINA, FABRICADO EM ACO INOXIDAVEL E TITANIO, ANTIADERENTE, RESISTENTE A FRATURA E CORROSAO, POLIMENTO FEITO COM PADRAO INTERNACIONAL (ELETRO POLIMENTO).	UN	IMPLA	4,00	50,00	200,00
39	12-01-1032	ESPELHO BUCAL PLANO NUM.05, S/CABO, IMAGEM FRONTAL DE PRECISAO, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, SUPERFICIE ESPELHADA, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	IMPLA	40,00	3,80	152,00
40	12-01-1031	EUGENOL LIQUIDO, FRASCO COM 20ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	BIODINAMICA	20,00	9,00	180,00
42	12-01-1035	FLUORETO DE SODIO FLUOR EM GEL, COM 2% DE FLUOR NEUTRO, PODENDO SER DE DIVERSOS SABORES : MORANGO , CEREJA , TUTTI-FRUTTI E MENTA, FRASCO DE 200ML,CONSTANDO EXTERNAMENTE VALIDADE, SABOR , MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	IMPLA	30,00	3,85	115,50
46	12-01-1074	HIDROXIDO DE CALCIO PASTA BASE/PASTA CATALIZADORA E BLOCO DE MISTURA, PASTA BASE COM 13G APROXIMADAMENTE, EM TUBOS, COMPOSTA BASICAMENTE POR ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS, 01 TUBETE COM 11 G, COMPOSTO BASICAMENTE POR ETIL TOLUENO SULFONAMIDA, HIDROXIDO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO, DIOXIDO DE TITANIO, ESTEARATO DE ZINC, O E CORANTES MINERAIS, EMBALADO EM CAIXA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES EMBALAGEM COM RECOMENDACOES PARA PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	MAQUIRA	10,00	15,00	150,00
59	12-01-1114	OBTURADOR PROVISORIO, MATERIAL DE PREENCHIMENTO TEMPORARIO DAS CAVIDADES DENTARIAS, A BASE DE OXIDO DE ZINCO/SULFATO DE ZINCO, DESTINADO PARA APLICACOES TEMPORARIAS EM CURTO PRAZO, NAO	UN	ALLPLAN	15,00	6,40	96,00

		CONTEM EUGENOL, POSSUI GRANDE ADERENCIA GARANTINDO BOM ISOLAMENTO MARGINAL. EMBALAGEM COM 25 GR					
60	13-01-5289	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL, NAO TOXICO, DE BAIXA VISCOSIDADE, PARA PROTECAO E LUBRIFICACAO DE INSTRUMENTAIS DE ALTA E BAIXA ROTACAO COM ACAO DETERGENTE E BACTERICIDA. O PRODUTO DEVE SUPORTAR ALTA TEMPERATURAS DE ESTERILIZACAO, FORNECIMENTO EM EMBALAGEM APROPRIADA DO TIPO SPRAY, COM 200 ML	UN	IMPLA	4,00	12,00	48,00
61	12-01-1041	PASTA PROFILATICA CONTENDO ABRASIVOS SUAVES E AROMA ARTIFICIAL, COM FLUOR, EM BISNAGAS DE 90G EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ACONDICIONADAS EM CAIXAS OU PACOTES CONFORME O FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	ALLPLAN	30,00	4,40	132,00
63	12-01-1103	PINCA CLINICA EM ACO INOXIDAVEL AISI-420, PARA ALGODAO, TAMANHO 15 CM, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE, GARANTIA: 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO CERTIFICACOES: FABRICADO DE ACORDO COM PADROES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE	UN	IMPLA	10,00	7,20	72,00
64	12-01-1091	PONTA PARA SUGADOR DE PLASTICO ATOXICO DESCARTAVEL, CIRURGICO, EMBALADA EM PACOTE COM 40 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDEN CIA DE FABRICACAO	Pt	AG	100,00	4,50	450,00
65	12-01-1093	PORTA AGULHA EM ACO INOXIDAVEL,TIPO MATHIEU,14 CM, EMBALAGEM ANGULO, CONSTANDO EXTERNAMENTE, MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	6B	7,00	50,00	350,00
66	12-01-1042	RESINA A1 COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL, EMBALADA EM CAIXA INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, VALIDADE MINIMA DE VALIDADE DE 24 MESES DA DATA DE ENTREGA, SERINGA DE 2GR, UNIDADE	UN	BIODINAMICA	30,00	10,00	300,00
68	12-01-1076	RESINA COMPOSTA COR A2 FOTOPOLIMERIZAVEL TIPO FLOW, UTILIZADA NO SELAMENTO DE CICATRICULAS E RESTAURACOES PREVENTIVAS, SERINGA 2 G, VALIDADE MINIMA DE 18 MESES DA DATA DE ENTREGA, UNIDADE	UN	BIODINAMICA	30,00	10,00	300,00
70	12-01-1081	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A 3,5, 3M FILTEK E FILTEK SUPREME XT, GARANTE UMA EXCELENTE RETENCAO DE POLIMENTO, INDICADO PARA RESTAURACOES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES EM CLASSES 1,2,3,4 E 5. FECHAMENTO DE DIASTEMAS, ESPLINTAGEM DE DENTES COM MOBILIDADE RESTAURADOR UNIVERSAL, NATURALIDADE, SIMILAR AO ESMALTE DO DENTE, FACIL DE USAR EXCELENTE MANIPULACAO: ANGULO GRUDA NA ESPATULA E POSSUI OTIMA CONSISTENCIA, SERINGA COM 4 GR, UNIDADE	UN	3M	20,00	76,90	1.538,00
71	12-01-1079	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A1, 3M FILTEK E FILTEK SUPREME XT, GARANTE UMA EXCELENTE RETENCAO DE POLIMENTO, INDICADO PARA RESTAURACOES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES EM CLASSES 1,2,3,4 E 5. FECHAMENTO DE DIASTEMAS, ESPLINTAGEM DE DENTES COM MOBILIDADE RESTAURADOR UNIVERSAL, NATURALIDADE, SIMILAR AO ESMALTE DO DENTE, FACIL DE USAR EXCELENTE MANIPULACAO: ANGULO GRUDA NA ESPATULA E POSSUI OTIMA CONSISTENCIA, SERINGA COM 4 GR, UNIDADE	UN	3M	20,00	76,90	1.538,00
72	12-01-1078	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A2, 3M FILTEK E FILTEK SUPREME XT, GARANTE UMA EXCELENTE RETENCAO DE POLIMENTO, INDICADO PARA RESTAURACOES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES EM CLASSES 1,2,3,4 E 5. FECHAMENTO DE DIASTEMAS, ESPLINTAGEM DE DENTES COM MOBILIDADE RESTAURADOR UNIVERSAL, NATURALIDADE, SIMILAR AO ESMALTE DO DENTE, FACIL DE USAR EXCELENTE MANIPULACAO: ANGULO GRUDA NA ESPATULA E POSSUI OTIMA CONSISTENCIA, SERINGA COM 4 GR, UNIDADE	UN	3M	20,00	76,90	1.538,00
73	12-01-1080	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A3, 3M FILTEK E FILTEK SUPREME XT, GARANTE UMA EXCELENTE RETENCAO DE POLIMENTO, INDICADO PARA RESTAURACOES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES EM CLASSES 1,2,3,4 E 5. FECHAMENTO DE DIASTEMAS, ESPLINTAGEM DE DENTES COM MOBILIDADE RESTAURADOR UNIVERSAL, NATURALIDADE, SIMILAR AO ESMALTE DO DENTE, FACIL DE USAR EXCELENTE MANIPULACAO: ANGULO GRUDA NA ESPATULA E POSSUI OTIMA CONSISTENCIA, SERINGA COM 4 GR, UNIDADE	UN	3M	20,00	76,90	1.538,00
74	12-01-1082	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL COR B1, 3M FILTEK E FILTEK SUPREME XT, GARANTE UMA EXCELENTE RETENCAO DE POLIMENTO, INDICADO PARA RESTAURACOES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES EM CLASSES 1,2,3,4 E 5. FECHAMENTO DE DIASTEMAS, ESPLINTAGEM DE DENTES COM MOBILIDADE RESTAURADOR UNIVERSAL, NATURALIDADE, SIMILAR AO ESMALTE DO DENTE, FACIL DE USAR EXCELENTE MANIPULACAO: ANGULO GRUDA NA ESPATULA E POSSUI OTIMA CONSISTENCIA, SERINGA COM 4 GR, UNIDADE	UN	3M	20,00	76,95	1.539,00
77	12-01-1109	SELANTE RESINOSO FOTOPOLIMERIZAVEL DE FOSSULAS E FISSURAS, KIT CONTENDO 1 SERINGA DE 2 GR, ACOMPANHADO DE 3 A 5 PONTEIRAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, COM RECOMENDACOES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	ANGELUS	10,00	25,00	250,00
79	12-01-1102	SISTEMA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURACOES EM RESINA, COMPOSITOS, COMPOMEROS RESTAURADORES E NAS BORDAS DE RESTAURACOES INDIRETAS FIXADAS EM CIMENTOS RESINOSOS, IDENTIFICACAO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, CAIXA COM 7 PONTAS NO FORMATO CHAMA DE VELA	Cx	MICRODONT	3,00	95,00	285,00
80	12-01-0021	SONDA EXPLORADORA Nº 05, CONTENDO INSCRICAO DA MARCA E NUMERACAO, EXTREMIDADE DE SUPERFICIE IRREGULAR DENTEADA, COM RANHURAS OU RUGOSIDADES, ENCAIXES PERFEITOS E ALINHADOS, CONFECCIONADA EM ACO INOX COM ACABAMENTO E POLIMENTO PERFEITO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	IMPLA	20,00	6,50	130,00
81	12-01-1048	TIRA DE LIXA DE ACO 4MM, ENVELOPE COM 12 UNIDADES PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURACOES DE AMALGAMA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	Cx	IMPLA	50,00	4,90	245,00
82	12-01-1083	TIRA DE LIXA DE POLIESTER 4MM X 170MM, PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES COM CENTRO NEUTRO, CONSTANDO NA EMBALAGEM EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, PACOTE 150 UNIDADES	Cx	IMPLA	50,00	6,20	310,00

							20. 199,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil, Fone: (66)3593.2200, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2020.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2070. – MANUTENÇÃO DO PAB

339030.000000- MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 17 de Setembro de 2020.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

Lucas de Morais Ladeira

ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 17 de Setembro de 2020.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR)

AGROPECUARIA SANTA BEATRIZ LTDA 24.765.067/0001-85 9869 /00069/2020

AGROPECUARIA SANTA BEATRIZ LTDA 24.765.067/0001-85 9869 /00070/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: IRISVAN DUTRA VIEIRA Matrícula: 00001421

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 1232018 Assinatura

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00007, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00007, de 17 de Setembro de 2020.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e

Intimação (ITR)

BRAULIO CASSOL 196.606.771-20 9869/00135/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: IRISVAN DUTRA VIEIRA Matrícula: 00001421

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 1232018 Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 328/2020

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 156 e 157/2020, ORIUNDOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D' ÁGUA E DEDETIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1° - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Isaias Soares de Souza como fiscal titular e Sr. Cleber de Miranda Barros como fiscal suplente, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização dos CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 156 e 157/2020, oriundo da Dispensa de Licitação n°. 035/2020:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 156/2020 – Neila Maria Vieira 97721441153, inscrita no CNPJ n°. 17.535.094/0001-04.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 157/2020 – DDMAXX CONTROLE DE PRAGAS LTDA, inscrita no CNPJ n°. 23.441.904/0001-58.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA- CONTABILIDADE
EDITAL 020/2020- AUDIENCIA PUBLICA RGF-2º QUADRIMESTRE 2020

EDITAL Nº 020/2020

O Exmº. Srº. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT.,** no uso de suas atribuições legais, etc...

A Prefeitura Municipal de Arenápolis, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2020, torna público que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL, no dia 24 de Setembro de 2020, com início ás 9:00 horas**, no auditório da Câmara Municipal de Arenápolis/MT, com intuito de esclarecer a população sobre os ANEXOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, do 2º quadrimestre de 2020. Em razão da pandemia COVID 19, a audiência pública será realizada de forma virtual e será transmitida via Facebook na página: Prefeitura de Arenápolis. Este Edital será publicado no site www.arenapolis.mt.gov.br, portal transparência, diário oficial e nas mídias digitais.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis – MT, aos 17 de setembro de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP - CPF Nº 786.970.268-49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – E 2ª PRORROGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 022/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação nomeado pela Portaria 11.873/2020, vem a público divulgar para o conhecimento dos interessados, que a sessão de julgamento da **Tomada de Preço nº. 022/2020**, objetivando a "Contratação de empresa para execução de remanescente de obra referente à construção de uma Praça no bairro Jardim Planalto com 4.202,61 m² de paisagismo, e de um Centro de Apoio ao Turismo com 77,45 m², incluindo materiais e mão-de-obra necessária de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos, em atendimento a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio deste Município de Aripuanã/MT, conforme contrato de repasse nº. 0306960-97/2009/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA.", com abertura no dia 16/09/2020, às 08h00-min, restou **DESERTA**. E que no uso de suas atribuições, determina a **2ª PRORROGAÇÃO do certame**, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, **sendo o dia 29 de setembro de 2020, ás 08h00min, horário local, na sala de licitações desta Prefeitura.** E sendo mantidas as demais disposições editalícias.Maiores informaçõespoderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 16 de setembro de 2020.

Tamara Piran da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 12.328/2020.

"CRIA O GRUPO MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA (GMGP), DISPÕE SOBRE SUAS ATRIBUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADIR VIEIRA FERREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ - MT, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os princípios e normas que norteiam a conduta administrativa pautada pela responsabilidade na gestão fiscal, controle de despesas e, em especial, aqueles contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - e na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO a contínua obrigação de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;

CONSIDERANDO que é dever do gestor público buscar medidas de contenção de gastos, cuja escolha das ações a serem implantadas está dentro do poder discricionário do Administrador Municipal;

CONSIDERANDO que para a efetiva adoção das medidas citadas acima exigirá a revisão e modernização das normas e regulamentos existentes nos Departamentos de Licitações e Compras e de Arrecadação e Fiscalização Tributária, bem como, a capacitação de seus servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir grupo de trabalho especial para implantar e monitorar a implantação de medidas efetivas e específicas que impactem direta e indiretamente no incremento de receitas e redução de despesas no âmbito da administração pública municipal, com prazos e metas estabelecidos;

CONSIDERANDO ainda que a legalidade, a transparência, o controle e o equilíbrio fiscal são requisitos próprios de governabilidade democrática.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado o Grupo Municipal de Modernização da Gestão Pública (GMGP), com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativas, organizacional, funcional e operacional dos Departamentos de Compras/Licitações e de Arrecadação e Fiscalização Tributária, implantando ações que impactem no equilíbrio fiscal das contas públicas.

Parágrafo único – O GMGP ficará diretamente vinculado e coordenado pela Secretaria Municipal de Finanças, através da sua titular a Senhora Secretária **Andréia Cristina Medeiros Rodrigues** e ainda constituído pelos seguintes membros:

I - Tamara Piran da Silva/ Licitação

II - Wellington Diego Ferreira da Silva/ Compras

III - Fabiana Gomes de Oliveira/ Tributos

Art. 2º O GMGP, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da Secretaria Municipal de Finanças, terá as seguintes atribuições específicas:

I.Acompanhar a execução de cada uma das etapas dos trabalhos de assessoramento aos Departamentos de Compras Licitações e de Fiscalização e Arrecadação Tributária;

II. Auxiliar no levantamento dos regulamentos e normas existentes da área de fiscalização tributária e de Compras e Licitações;

III. Discutir e propor a revisão e adequação dos regulamentos existentes das áreas de Arrecadação/Fiscalização de Tributos e de Compras e Licitações;

IV. Acompanhar a elaboração dos novos regulamentos a serem utilizados pelos Departamentos de Fiscalização Tributária e de Compras e Licitações;

V. Validar os regulamentos que porventura forem revisados, bem como, daqueles elaborados e enviá-los para publicação;

VI. Monitorar e fiscalizar a implantação das medidas previstas nesta Portaria por parte dos Departamentos de Arrecadação/Fiscalização e de Compras e Licitações;

VII. Avaliar e propor outras ações que visem melhorias no desempenho das atividades desenvolvidas nos Departamentos de Compras/Licitações e de Arrecadação/Fiscalização Tributária.

Art. 3º A função desempenhada no âmbito do GMGP não importará remuneração adicional, considerada, porém, serviço de relevante interesse público, a ser atestado nos respectivos assentamentos funcionais que a integram.

Art. 4º O GMGP desempenhará ainda caso necessário, outras atribuições e tarefas designadas pelo Prefeito Municipal, com a adoção de outras medidas que entender oportunas e não relacionadas nesta Portaria e que tenham por finalidade a supremacia do interesse público e focadas no contínuo processo de melhoria da gestão pública em:

I. Aperfeiçoar e padronizar procedimentos no atendimento ao contribuinte;

II. Fortalecimento das áreas de Arrecadação/Fiscalização e de Compras e Licitações;

III. Propiciar a eficiência do planejamento tributário e fiscalizatório no município;

IV. Fomentar de forma contínua a participação dos fornecedores locais nos processos de fornecimento de bens e produtos ao poder público municipal;

V. Implementar ações que visem melhorar a cada dia a relação entre Fisco e contribuinte.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de setembro de 2020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 002/2019 **DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS;** FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARIPUANÃ - FAPEMA*;* ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E VALOR; VIGÊNCIA 20/09/2020 A 19/09/2021; VALOR R$ 203.003,04.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 69/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 11.872/2020, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Objeto: **Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos destinados a Saúde Bucal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Mu-**

nicípio de Aripuanã/MT. Início da Sessão: **Dia 1º/10/2020, às 08h00-min (oito), horário local**, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site: http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 17 de setembro de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 3.961/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA A CARGA HORÁRIA EM REGIME EXCEPCIONAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADIR VIEIRA FERREIRA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3.790/2020, que determina medidas temporárias restritivas às atividades para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o artigo 5º do Decreto Municipal nº 3.840/2020, que mantém suspensas por tempo indeterminado as aulas presenciais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino público infantil e fundamental no âmbito do Município de Aripuanã;

CONSIDERANDO o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece no §2º que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto em Lei;

CONSIDERANDO o artigo 31 da LDB, que estabelece as bases de organização da Educação Infantil e o Parecer do Conselho Nacional da Educação nº 005/2020, que define as Diretrizes Curriculares para essa etapa de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 32 da LDB, que estabelece no §4º que "O ensino fundamental será presencial, seno o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais";

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020, que estabelece normais excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Nota Pública de Flexibilização do Calendário Escolar da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino – UNDIME de 30 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Nota Pública de Uso da Educação a Distância (EAD) da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino – UNDIME de 30 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Nota Pública nº 002/2020 –Direito a Educação e Calendário Letivo, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME de 02 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução nº 003/2020 do CEE/MT que dispõe sobre as normas de reorganização do Calendário Escolar para o Ano Letivo de 2020 em razão da Pandemia da COVID – 19;

DECRETA:

Art. 1º Regulamentar a carga horária em regime excepcional de atividades escolares não presenciais nas instituições de ensino integrantes da rede municipal de ensino público, atendendo as decisões de isolamento social definidas pelo Governo Estadual e Municipal com o intuito de combater o avanço da pandemia causada pelo Novo Coronavírus – COVID – 19.

Art. 2º A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa em primeiro lugar evitar retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e ao abandono, de acordo com o Parecer n.º 05/2020 do Conselho Nacional de Educação.

Art. 3º O Ministério de Educação e Cultura autorizou que no ano letivo de 2020 não será necessário cumprir os 200 dias, no entanto, manteve a obrigatoriedade de 800 horas no ano para todas as escolas do país, em razão da pandemia.

Art. 4º Na impossibilidade do cumprimento das 800 horas presencias, poderão ser utilizadas estratégias como atividades pedagógicas domiciliares no período da suspensão e de ampliação da jornada diária quando do retorno das atividades presenciais, sempre acordando como os professores.

§ 1º O período de 23/03/2020 a 06/04/2020 foi antecipado o recesso escolar de 15 dias que regularmente acontece no mês de julho de cada ano e a partir de 18/05/2020 iniciamos com atividades **não presenciais** (aulas online, via *whatsapp* ou escritas entregues aos alunos) de acordo com orientação já realizada pela SEMEC às Escolas Municipais de Aripuanã.

§ 2º O calendário proposto para o cumprimento das 800 horas do ano letivo de 2020 segue conforme especificações a seguir:

Ficha Técnica	**Total de aulas presenciais e não presenciais**
Dias trabalhados	29 dias (**116 horas**)
Recesso Escolar 15 dias	23/03/2020 a 06/04/2020
Dias de reposição	24 dias (14 dias de abril e 10 dias de maio) Total: **96 horas**
Retorno a aulas não presenciais	18/05/2020
Quantidade de horas trabalhadas de 18/05/2020 a 30/10/2020 *Cada dia equivale a **4 horas** trabalhadas	Maio de 18 a 31 (10 dias) Total: 40 horas Junho de 1º a 30 (20 dias) Total: 80 horas Julho de 1º a 31 (23 dias) Total: 92 horas Agosto 3 a 31 (21 dias) Total: 84 horas Setembro 1º a 30 (21 dias) Total: 84 horas Outubro 1º a 31 (20 dias) Total: 80 horas Total de horas não presenciais: **460 horas**
Retorno as aulas presenciais a partir do dia 03/11/2020 a 12/02/2021 * Cada dia equivale a **4 horas** trabalhadas, sendo que os alunos irão a aula um dia sim outro não em forma de escalonamento	Novembro de 03 a 30 (19 dias) Total: 76 horas Dezembro de 1º a 31 (14 dias) Total: 56 horas Janeiro/21 de 11 a 31 (15 dias) Total: 60 horas Fevereiro/21 de 1º a 12 (10 dias) Total 40 horas Total de horas**: 232**
	Total de horas Calendário letivo de 2020: **808**

Art. 5º A descrição do plano de ação/atividades escolares durante a pandemia devem ser cumpridas por cada segmento dos envolvidos seja por parte das Escolas e da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º As Escolas Municipais deverão observar todas as medidas não farmacológicas de prevenção ao Novo Coronavírus (COVID-19) recomendadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º As atividades escolares regulamentadas deverão atender o Plano de Ação constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de setembro de 2020.

ADIR VEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ERMES JOSÉ DOS REIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

ANEXO I

PLANO DE AÇÃO/ATIVIDADES ESCOLARES DURANTE QUARENTENA COVID-19

AÇÃO	AGENTES
Garantir o prosseguimento do processo de aprendizagem dos objetos de conhecimentos prepostos pela BNCC, DRC/MT e outros;	SEMEC, Diretores, Coordenadores, Professores
Reunir-se com a equipe para informar a discutir o plano estratégico	SEMEC, Diretores, Coordenadores Pedagógicos
Estabelecer estratégias para a atuação das unidades escolares durante o período de pandemia e os momentos imediatos a ser computado a partir de 18/05/2020 até a retomada das aulas presenciais;	SEMEC
Elaborar Plano de Ação Pedagógica Emergencial/Contingência que deverá ser enviado à Assessoria Pedagógica para validação e posterior entrega as escolas municipais.	SEMEC
Disponibilizar veículo e motorista para a entrega das atividades aos estudantes	SEMEC
Validar o Calendário Escolar a ser reprogramado	SEMEC
Fazer levantamento dos alunos da zona rural, por linha de transporte escolar	SEMEC, Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Motoristas
Ao retornar as aulas presenciais, disponibilizar álcool gel a todos os setores das escolas, bem como máscara aos alunos, pias para higienização das mãos de todos as pessoas que adentrarem a escola.	SEMEC, Diretores e Coordenadores Pedagógico
Orientar os professores da rede sobre como se organizar para planejar atividades não presenciais, a serem trabalhadas com seus alunos, no período de distanciamento social;	Diretores, Coordenadores Pedagógicos
Zelar e estreitar o relacionamento já existente entre escola, professor, aluno e famílias/responsáveis;	Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Professores
Disponibilizar a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino a oportunidade de acesso a atividades escolares não presenciais no período de distanciamento social;	Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Professores
Analisar e orientar o planejamento dos professores e realizar cronograma de plantão para os professores em relação a entrega e recebimento das atividades dos alunos.	Diretor e Coordenador Pedagógico
Enviar dados solicitados pela SEMEC	Diretor e Coordenador Pedagógico
Em consonância com o plano estratégico da SEMEC, realizar o plano de ação de cada Unidade Escolar	Diretor e Coordenador Pedagógico
Acompanhar e registrar curso de Formação Continuada online dos professores	Diretor e Coordenador Pedagógico
Fortalecer a comunicação com as famílias	Diretor, Coordenador Pedagógico e Professor
Realizar a busca ativa para atingir 100% dos estudantes realizando as atividades não presenciais, por meio do uso de material impresso ou digitais, caso os responsáveis pelo aluno não estabelecer o vínculo escolar a unidade escolar deverá notificar o Conselho Tutelar.	Diretor, Coordenador Pedagógico e Professor
No retorno as aulas presenciais as turmas serão compostas de 50% do total de alunos, portanto o aluno irá a escola um dia e no outro levará atividades complementares para fazer em casa.	Diretor, Coordenador Pedagógico e Professor
Atender aos pais e alunos no turno de 04 horas (matutino e vespertino) para entrega de materiais, bem como orientação na realização das atividades	Coordenador Pedagógico, Professor
Receber os resultados das avaliações e listas de atividades realizadas pelos alunos e manter sob sua guarda.	Coordenador Pedagógico, Professor
Realizar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas em casa pelos alunos durante as aulas não presenciais, por meio de atividade on-line, vídeos-aula e demais materiais digitais como apostilas produzidos pelos próprios professores, indicações de sites e outros materiais disponíveis na internet, exercícios e atividades elaborados pelo professor ou retiradas de outro livros didáticos e outras possiblidades de insumos e materiais que possam colaborar na aprendizagem a distância. Organizar o material que será disponibilizado as instruções por escrito para serem entregues aos pais/alunos, informar prazo de entrega das atividades bem como os dias de plantão do(a) professor(a).	Professor
Receber as atividades dos alunos, corrigir, avaliar e registrar os resultados como prova de carga horária realizada pelo aluno.	Professor
Registrar nos planejamentos a carga horária das atividades não presenciais enviadas aos estudantes.	Professor
Preparar o material a ser entregue para os alunos do transporte escolar	Professor
Criar grupo de whatsapp por turma	Professor
Orientar por telefone e whatsapp pais e alunos como realizar as atividades.	Professor
Garantir por meio das atividades não presencias, o alcance dos objetos de aprendizagem e, consequentemente o desenvolvimento desejado para cada etapa, ano e modalidade de ensino	Professor
O professor de atendimento educacional especializado (AEE) atuará com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários, também deverão dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizado, seguindo a singularidade dos alunos, para serem articulados e disponibilizados às famílias.	Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 059/2020

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: DARILEI SALVATERRA; REFERENTE À LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL MEDINDO APROXIMADAMENTE 60M² PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA LOCALIDADE AR-2 PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SUS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, COM BASE NO ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2020; VALOR GLOBAL R$ 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS); VIGENCIA: 01/10/2020 A 30/09/2021.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 018/2020

Objeto: Locação de um imóvel comercial medindo aproximadamente 60m² para abrigar as instalações da Unidade Básica de Saúde da Família na localidade AR-2 para atendimento da população usuária do SUS, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste município.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã – MT

Contratado: DARILEI SALVATERRA

CPF Nº. 020.361.441-01

Valor Global: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Data: 17 de setembro de 2020.

Base Legal: no art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Tamara Piran da Silva

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 084/2019

Aos **dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte,** o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal**, Sr. ADIR VIEIRA FERREIRA** e a empresa **K.O.A. DREHMER - ME** inscrita no CNPJ Nº. 26.897.644/0001-18, Inscrição Estadual nº. 13.665.672-2, Inscrição Municipal nº. 245662, com sede na Rua B, nº 13, Quadra 11, Bairro Residencial Buriti, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.057-019 Telefone: (065) 3661-8929, e-mail: diogo.imperiomoveis@gmail.com, representada pela sua proprietária Srª **Karoline Oliveira Alves Drehmer**, portadora do **RG: 2024400-2 SSP/MT** e **CPF de n° 033.146.321-00**, resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 109/2019,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes diversos para atender as necessidades das Unidades Administrativas: Gabinete do Prefeito, e Secretarias Municipais de Governo e Planejamento, Administração, Finanças, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Infraestrutura, Saúde, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio deste Município de Aripuanã-MT.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	VALOR REAJUSTADO
3	695528	COMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL CORE I7-8700 A PARTIR DA 8ª GERACAO (3.2GHZ EXPANSIVEL ATE 4.6GHZ, CACHE DE 12 MB), PLACA MAE MOTHERBOARD 1151, PLACA DE VIDEO NVDIA GEFORCE GTX 1060 DE 6GB, GDDR5 192 BITS CLOCK (BASE 1506MHZ BOOST 1708MHZ), MEMORIA 16GB, DDR4,2400MHZ INTEL OPTANE, DISCO RIGIDO (HD) DE 1TB(7200RPM), DISCO SOLIDO INTERNO SANDISK X110 128GB SATA 6.0GB/S, GRAVAÇÃO SEQUENCIAL ATÉ 455 MB/S, LEITURA SEQUENCIAL ATÉ 505 MB/S, TECLADO E MOUSE WIRELESS, LEITOR E GRAVADOR DE DVD/CD (DVD-RW), PLACA DE SOM INTEGRADA 5.1, COM MANUAL DE INSTRUCAO.	IMPRERIO PC MODELO I7 INTEL	UNID.	R$ 6.240,00

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº 109/2019.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 17 de setembro de 2020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

K.O.A. DREHMER - ME

CNPJ Nº. 26.897.644/0001-18

Karoline Oliveira Alves Drehmer

CPF Nº. 033.146.321-00

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Luciene Souza da Silva

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 978.869.121-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2020

No dia 16 do mês de Setembro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAO DE MELGACO , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.507.563/0001-69, com sede administrativa localizada na AV. AUGUSTO LEVERGER, N° 1410, bairro CENTRO, CEP nº. 78190-000, nesta cidade de Barão de Melgaço/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, inscrito no CPF sob o nº. 651.105.011-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 1/2020, Processo Licitatório nº. 48/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO TECIDOS

E AVIAMENTOSPARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6512	L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18,
		19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
		33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51,
		52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,
		66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79,
		80, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100,
		101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112,
		113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122,
		123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132,
		133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142,
		143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153,
		154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163,
		164, 165, 166, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181,
		182, 183
7408	MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE	10, 39, 40, 41, 43, 44, 81, 82, 102, 109, 148, 167,
		168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
5579	TEX NORTE COM DE TECIDOS LTDA	87, 89, 92, 93, 94

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a

seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME	13.498.051/0001-37	. .	-
MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE	17.992.596/0001-56	. .	-
TEX NORTE COM DE TECIDOS LTDA	74.149.493/0001-62	. .	-

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO TECIDOS E AVIAMENTOSPARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT.

T udo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO** 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PRECO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 5579 - TEX NORTE COM DE TECIDOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
87	TECIDO ATOALHADO LARG. 1,40 CM	MT	ATLANTICA A	200,000	13,6100	2.722,00
89	TECIDO BRIM LARG 1,63 M	MT	SANTANENS	200,000	10,8500	2.170,00
92	TECIDO CETIM CHARMOUSE COM ELASTANO	MT	EXCIM EXCIM	150,000	15,4200	2.313,00
93	TECIDO CETIM CHARMOUSE SEM ELASTANO ESTAMPADO	MT	EXCIM EXCIM	100,000	7,6200	762,00
94	TECIDO CETIM CHARMOUSE SEM ELASTANO LISO	MT	EXCIM EXCIM	100,000	6,2400	624,00

Fornecedor: 6512 - L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AGULHA DE BARBANTE 4,5 MM	UND	CORRENTE A	100,000	3,3800	338,00
2	AGULHEIRO DE CESTINHA 12X1	PCT	TRADER AGU	10,000	16,9900	169,90
3	ALGODÃO BOLA BRANCO 40 GR	PCT	HIGIE TOP AL	100,000	3,6900	369,00
4	ALGODÃO HIDRO COTTON LIVE 25 GR	UND	HIGIE TOP AL	100,000	3,1100	311,00
5	ALICATE BICO CHATO PARA ARTESANATO.	UND	WESTERN AL	80,000	29,5800	2.366,40
6	ALICATE DE CUTICULA EM AÇO INOX REF. 522, IGUAL OU SUPERIOR AO MUNDIAL.	UND	MUNDIAL ALI	50,000	31,1000	1.555,00
7	ALICATE PERFURADOR PARA ARTESANATO.	UND	WESTERN AL	50,000	71,8500	3.592,50
8	ARGILA.	UND	FERNANDES	200,000	2,5500	510,00
9	ASPIRAL PARA BISCUIT METAL 10X1	PCT	TASIL ASPIRA	50,000	3,6000	180,00
11	BARBATANA PLÁSTICA 10 M	NV	ARANHA BAR	50,000	6,8800	344,00
12	BARBANTE BARROCO MAXCOLOR 400 GR	NV	CIRCULO BA	100,000	37,3800	3.738,00

13 BARBANTE BARROCO MAXCOLOR Nº 06 200 GR	NV	CIRCULO BA	100,000	20,0000	2.000,00
14 BARBANTE COLORIDO Nº 03 370 GR	NV	FIAL BARBAN	30,000	16,9400	508,20
15 BARBANTE COLORIDO Nº 04	NV	EUROFIOS B	30,000	16,0500	481,50
16 BARBANTE COLORIDO Nº 06 1000 GR	NV	EUROFIOS B	30,000	21,4000	642,00
17 BARBANTE COLORIDO Nº 06 1800 GR	NV	EUROFIOS B	30,000	38,9800	1.169,40
18 BARBANTE COLORIDO Nº 06 2100 GR	NV	EUROFIOS B	30,000	39,9200	1.197,60
19 BARBANTE COLORIDO Nº 06 610 M	NV	EUROFIOS B	30,000	14,9500	448,50
20 BARBANTE CRU Nº 04 2100 GR	NV	EUROFIOS B	100,000	38,2000	3.820,00
21 BARBANTE CRU Nº 04 915 M	NV	EUROFIOS B	30,000	12,8400	385,20
22 BARBANTE CRU Nº 06 1000 GR	NV	EUROIFIOS B	30,000	20,3500	610,50
23 BARBANTE CRU Nº 06 1800 GR	UND	EUROFIOS B	100,000	36,6900	3.669,00
24 BARBANTE CRU Nº 06 2100 GR	NV	EUROFIOS B	100,000	38,2000	3.820,00
25 BARBANTE CRU Nº 06 610 M	NV	EUROFIOS B	100,000	12,8400	1.284,00
26 BARBANTE CRU Nº 08 1000 GR	NV	EUROFIOS B	50,000	20,3500	1.017,50
27 BARBANTE CRU Nº 08 1800 GR	NV	EUROFIOS B	30,000	36,6900	1.100,70
28 BARBANTE CRU Nº 08 2100 GR	NV	EUROFIOS B	30,000	38,2000	1.146,00
29 BARBANTE CRU Nº 08 457 M	NV	EUROFIOS B	30,000	12,8400	385,20
30 BARBANTE MILANO Nº 06 200 GR	NV	EUROFIOS B	50,000	13,5000	675,00
31 BOTÃO DE NYLON CAMISA 144X1	PCT	COROZITA B	5,000	9,3600	46,80
32 BOTÃO DE NYLON 4 FUROS 144X1	PCT	COROZITA B	5,000	9,3600	46,80
33 CABELO DE BONECA 80 GR	PCT	THATI CABEL	100,000	33,4100	3.341,00
34 CAIXA ACRILICA 7X7 CM REF. 504 10X1	PCT	TASIL CAIXA	50,000	28,8000	1.440,00
35 CHAPEÚZINHO DE TELA Nª 01 10X1	PCT	ARANHA CHA	25,000	15,5500	388,75
36 CHINELO DE TIRAS IGUAL OU SUPERIOR AO HAVAIANAS DA MUNERAÇÃO DE 33 À 44	PAR	HAVAIANAS C	250,000	16,8800	4.220,00

Fornecedor: 6512 - L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	COLA BRASCOPLAST 75 GR	UND	BRASCOLA C	100,000	13,7400	1.374,00
38	COLA PARA CHINELO 250 GR	UND	GLITTER CO	100,000	29,0600	2.906,00
42	COLA PARA MADEIRA REF. 2291 100 GR	UND	ALMAFLEX C	50,000	9,2000	460,00
45	COLA UNIVERSAL 17 GR	TB	PEGAMIL CO	100,000	7,9500	795,00
46	DESCASCADOR E BOLEADOR REF. 1827.	UND	BLACK BULL	25,000	4,9500	123,75
47	EJETOR DE BISCUIT 24X1	KIT	BLUE STAR E	10,000	56,9600	569,60
48	EMBORRACHADO 1,50 LARG	MT	PLAST. CO E	200,000	47,5300	9.506,00
49	ENCHIMENTO FIBRA ACRILICA SOFT 1 KG	KG	ALLFIBRA EN	50,000	38,8800	1.944,00
50	FECHO DE COLAR LAGOSTA 50X1	PCT	OKERO FE-CH	100,000	17,2800	1.728,00
51	FITA DE GORGURÃO Nº 05 21 MM 10 M	UND	CINDERELA F	25,000	8,6400	216,00
52	LIXA DE UNHA MOSTARDA POP	PCT	DARMA LI-XA	100,000	11,9300	1.193,00
53	MALHA FIO 30 COR CLARA EM KILO.	KG	COSTA RI-CA	20,000	62,4800	1.249,60
54	MALHA FIO 30 ESTAMPADA EM KILO	KG	COSTA RI-CA	20,000	74,9800	1.499,60
55	MASSA DE BISCUIT NATURAL EM KILO	KG	POLYCOL MA	100,000	17,3800	1.738,00
56	MDF BANDEIJA PADEIRA	UND	T&J ARTE-SA	25,000	22,3500	558,75
57	MDF BAÚ MINI.	UND	T&J ARTE-SA	25,000	14,9400	373,50
58	MDF CAIXA COSTURA TAMPA SOLTA	UND	T&J ARTE-SA	100,000	19,8800	1.988,00
59	MDF CAIXA DE CHÁ 4 DIVISÓRIAS TAMPA DE VIDRO	UND	T&J ARTE-SA	25,000	32,0200	800,50
60	MDF CAIXA DE FOTO 4 ALBÚNS	UND	T&J ARTE-SA	50,000	37,1500	1.857,50
61	MDF CAIXA DECOUPAGEM	UND	T&J ARTE-SA	10,000	50,4000	504,00
62	MDF CAIXA FARMACINHA LASER C/ FECHO	UND	T&J ARTE-SA	10,000	39,3100	393,10
63	MDF CAIXA ORGANIZADORA.	UND	T&J ARTE-SA	25,000	61,1900	1.529,75
64	MDF CAIXA ORGANIZADORA C/ 9 GAVETAS	UND	T&J ARTE-SA	5,000	67,3000	336,50
65	MDF PORTA RETRATO SIMPLES.	UND	T&J ARTE-SA	25,000	14,3800	359,50
66	MOLDE DE SILICONE ALFABETO OVAL REF. 1588	UND	SPACCHI MO	25,000	75,5100	1.887,75
67	MOLDE DE SILICONE LEGUMES REF. 194	UND	SPACCHI MO	25,000	20,6500	516,25
68	MOLDE DE SILICONE KIT DOCES REF. 1665	UND	SPACCHI MO	25,000	14,1100	352,75
69	MOLDE DE SILICONE ABACATE/MILHO/LARANJA REF. 0573	UND	SPACCHI MO	30,000	7,8000	234,00

70 MOLDE DE SILICONE BALAS REF. 0260	UND	SPACCHI MO	30,000	10,3600	310,80
71 MOLDE DE SILICONE FLORES REF. 1388	UND	SPACCHI MO	100,000	11,5300	1.153,00
72 PALITO PARA UNHA 100X1	PCT	DARMA PA-LIT	30,000	11,3800	341,40
73 PANO DE COPA FELPUDO P/ BORDAR LISO 45X70 CM, IGUAL OU SUPERIOR AO PANO DE COPA VIGO	UND	DOHLER PAN	50,000	14,7100	735,50
74 PANO DE COPA FELPUDO P/ PINTAR 40X60 CM, IGUAL OU SUPERIOR AO PANO DE COPA ALPINO	UND	DOHLER PAN	25,000	13,3300	333,25
75 PANO DE COPA ALVEJADO C/ BARRA P/ BORDAR,IGUAL OU SUPERIOR AO PANO DE COPA ESTILOTEX	UND	ESTILOTEX P	150,000	11,5800	1.737,00
76 PANO DE COPA PINTADO 40X63 CM, IGUAL OU SUPERIOR AO PANO DE COPA PINTADO KELLY	UND	DOHLER PAN	150,000	12,0400	1.806,00
77 PEDRARIA ACRILICA 490 GR	PCT	BLESSED PE	25,000	50,4000	1.260,00
78 PEDRARIA CONTAS PLÁSTICA 490 GR	PCT	BLESSED PE	25,000	58,3300	1.458,25
79 PEDRARIA PLÁSTICA 20 GR	PCT	BLESSED PE	25,000	6,1900	154,75
80 PEROLA EM FIO 8 MM 20 JARDAS	PÇ	BLESSED PE	10,000	57,6000	576,00
83 RENDA DE NYLON REF. 900 10 MM 50 M	PÇ	CIRCULO RE	20,000	22,4500	449,00
84 RENDA DE NYLON REF. 900 37 MM 50 M	PÇ	CIRCULO RE	20,000	52,7300	1.054,60
85 RENDA DE NYLON REF. 900 70 MM 50 M	PÇ	CIRCULO RE	20,000	74,6500	1.493,00
86 RENDA REF. CHL 120 LARG 1,5 CM, COMP. 13,70 M. COMPOSIÇÃO: 90% POLIESTER, 10% ALGODÃO	UND	S. PRO-CHOV	50,000	31,5400	1.577,00
88 TECIDO PARA BORDAR VAGONITE LARG. 1,40 M	MT	ESTILOTEX T	350,000	37,5000	13. 125,00
90 TECIDO CAMBRAIA DOBBY ESTAMPADO LARG. 1,60 M	MT	ADAR TE-CID	100,000	13,6300	1.363,00
91 TECIDO CANHAMO LARG. 1,40 M	MT	TRILONA TEC	100,000	33,8500	3.385,00

Fornecedor: 6512 - L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
95	TECIDO CHIFON , LARG. 1,40 M	MT	ROZAC TECI	100,000	14,4400	1. 444,00
96	TECIDO CHITÃO ESTAMPADO, LARG. 1,47 M	MT	MASCARENH	200,000	5,7900	1. 158,00
97	TECIDO DE ALGODÃO CRU, LARG. 1,70 M	MT	SÃ?O GERAL	200,000	11,4000	2. 280,00
98	TECIDO DE ALGODÃO CRU, LARG. 2,50 M	MT	SÃ?O GERAL	200,000	12,0500	2. 410,00
99	TECIDO DE FRALDA BRANCO, LARG. 0,70 M	MT	INCOMFRAL	300,000	11,9500	3. 585,00
100	TECIDO DE FRALDA ESTAMPADO, LARG. 0,70 M	MT	INCOMFRAL	200,000	12,8100	2. 562,00
101	TECIDO DE JUTA EMBORRACHADA, LARG. 1,50 M	MT	CATARINENS	50,000	47,5300	2. 376,50
103	TECIDO ENTRETELA COLA 460 LARG. 0,90 M, IGUAL OU SUPERIOR A ENTREVIN	MT	LINC EN-TRET	150,000	6,8800	1. 032,00
104	TECIDO ETAMINE, LARG. 1,40 M	MT	DOHLER TEC	100,000	27,2100	2. 721,00
105	TECIDO FELTRO COR SORTIDA, LARG. 1,40 M	MT	ARTEPUNTO	100,000	21,0300	2. 103,00
106	TECIDO FILÓ DE ARMAÇÃO LARG. 3,00 M	MT	BRANYL TEC	100,000	12,9500	1. 295,00
107	TECIDO GORGURINHO LARG. 1,40 M	MT	STEIGLEDER	100,000	7,5900	759,00
108	TECIDO GORGURÃO LARG. 3,00 M	MT	STEIGLEDER	100,000	20,6300	2. 063,00
110	TECIDO LAMINADO LISO LARG. 1,50 M	MT	CASSIA NAHA	100,000	57,3100	5. 731,00
111	TECIDO P/ LENÇOL PERCAL 150 FIOS LARG. 2,50 M	MT	TEXANA TEC	150,000	15,2000	2. 280,00
112	TECIDO P/ LENÇOL POLICOTON LISO LARG. 2,40 M	UND	LUCAT TE-CID	150,000	19,4500	2. 917,50
113	TECIDO LESE LARG. 1,40 M	MT	ADAR TECID	100,000	42,3800	4. 238,00
114	TECIDO LONITA COR LARG. 1,40 M	MT	SANTA MARG	50,000	28,6500	1. 432,50
115	TECIDO MALHA HELANCA LARG. 1,70 M. EM KILO	KG	4K MALHA HE	50,000	23,9000	1. 195,00
116	TECIDO MANTA ACRILICA 60 GR LARG. 1,50 M	MT	TRISOFT MA	50,000	5,9000	295,00
117	TECIDO MANTA ACRILICA 80 GR LARG. 1,50 M	MT	TRISOFT MA	50,000	8,1300	406,50
118	TECIDO MANTA ACRILICA 100 GR LARG. 1,50 M	MT	TRISOFT MA	50,000	9,8100	490,50
119	TECIDO MANTA ACRILICA 150 GR LARG. 1,50 M	MT	TRISOFT MA	50,000	14,5600	728,00
120	TECIDO MOURIM LARG. 0,80 M	MT	TMG TECIDO	100,000	6,0600	606,00
121	TECIDO ORGANZA CRISTAL CORES. LARG. 1,40 M	MT	DELFIM TECI	100,000	22,9000	2. 290,00

122	TECIDO OXFORD LARG. 1,50 M	MT	ADAR TECID	200,000	7,2000	1.440,00
123	TECIDO PANO DE COPA ALVEJADO LARG. 0,70, IGUAL OU SUPERIOR AO SANTA MARGARIDA.	MT	SANTA MARG	100,000	5,3800	538,00
124	TECIDO P/ PATCHWORK TRICOLINE LARG. 1,50 M	MT	PERIPAN TEC	200,000	18,2000	3.640,00
125	TECIDO PLANO VISCOSE CRUISE. LARG. 1,47 M	MT	ADAR TECID	100,000	19,7500	1.975,00
126	TECIDO RENDÃO RENASCE REF. 4933. LARG. 1,47 M	MT	EXCIM TECID	100,000	37,3800	3.738,00
127	TECIDO SARJA LARG. 1,50 M	MT	PERIPAN TEC	100,000	28,8000	2.880,00
128	TECIDO TERGAL. LARG. 1,50 M	MT	CATARINENS	100,000	11,8800	1.188,00
129	TECIDO TRICOLINE LISO. LARG. 1,40 M	MT	PERIPAN TEC	50,000	14,6500	732,50
130	TECIDO TULE SIMPLES. LARG. 1,20 M	MT	DELFIM TECI	50,000	3,1300	156,50
131	TECIDO TWO WAY STRESH. LARG. 1,40 M	MT	ROZAC TECI	100,000	14,6500	1.465,00
132	TECIDO VELBOA FINA. LARG. 1,40 M	MT	ADAR TECID	50,000	20,6300	1.031,50
133	TECIDO VOAL CORES. LARG. 3,00 M	MT	REALCE TEC	100,000	24,3600	2.436,00
134	TECIDO XADREZ. LARG. 1,50 M	MT	FAVERO TEC	250,000	18,7000	4.675,00
135	TESOURA DE BORDADO CEGONHA 10 CM REF. M 428, IGUAL OU SUPERIOR A MUNDIAL.	UND	MUNDIAL TES	25,000	28,2000	705,00
136	TESOURA DE PICOTAR 24 CM REF. MP 513, IGUAL OU SUPERIOR A MUNDIAL.	UND	MUNDIAL TES	25,000	65,5800	1.639,50
137	TESOURA ESCOLAR 12 CM REF. 167 N, IGUAL OU SUPERIOR A MUNDIAL	UND	MUNDIAL TES	25,000	3,7400	93,50
138	TESOURA DE UNHA CURVA REF. BC 327, IGUAL OU SUPERIOR A MUNDIAL.	UND	MUNDIAL TES	25,000	23,3900	584,75
139	TESOURA DE UNHA RETA REF. BC 326, IGUAL OU SUPERIOR A MUNDIAL.	UND	MUNDIAL TES	25,000	23,3900	584,75
140	TESOURA MULTI USO REF 1860, IGUAL OU SUPERIOR A MUNDIAL	UND	MUNDIAL TES	25,000	62,3800	1.559,50

Fornecedor: 6512 - L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
141	TESOURA 24 CM REF. 3790/12, IGUAL OU SUPERIOR A MUNDIAL	UND	MUNDIAL TES	25,000	54,8000	1.370,00
142	TINTA ACRILICA FOSCA 37 ML	UND	ACRILEX TIN	40,000	3,7900	151,60
143	TINTA CRAQUELEX KIT 37 ML 2X1	KIT	ACRILEX KIT	40,000	19,8300	793,20
144	TINTA CRAQUELEX KIT 100 ML 2X1	KIT	ACRILEX KIT	40,000	53,0300	2.121,20
145	TINTA DIMENSIONAL 35 ML	UND	ACRILEX TIN	40,000	4,9000	196,00
146	TINTA DIMENSIONAL GLITTER 35 ML	UND	ACRILEX TIN	40,000	9,9400	397,60
147	TINTA DIMENSIONAL METALLIC 3 D 35 ML	UND	ACRILEX TIN	40,000	5,4800	219,20
149	TINTA OLEO 20 ML	UND	ACRILEX TIN	100,000	7,2000	720,00
150	TINTA PINTA VIDRO 37 ML	UND	ACRILEX TIN	100,000	4,7900	479,00
151	TINTA PVA 100 ML	UND	ACRILEX TIN	100,000	9,0000	900,00
152	TINTA PVA 250 ML	UND	ACRILEX TIN	100,000	18,0800	1.808,00
153	TINTA PVA PLASTICA 37 ML	UND	ACRILEX TIN	100,000	3,6000	360,00
154	TINTA P/TECIDO 37 ML	UND	ACRILEX TIN	200,000	3,9500	790,00
155	TINTA P/ TECIDO FLUORESCENTE 37 ML	UND	ACRILEX TIN	100,000	6,2500	625,00
156	TINTA P/TECIDO C/ GLITTER 37 ML	UND	ACRILEX TIN	50,000	9,0000	450,00
157	TINTA P/TECIDO METÁLICA 37 ML	UND	ACRILEX TIN	50,000	9,9500	497,50
158	TIPS DE COLAR BOLINHA 250X1	PCT	ARANHA TIPS	20,000	13,6900	273,80
159	TIRA BORDADA LARG. 2,5 CM, COMP. 13,70 M. COMPOSIÇÃO: 90% POLIESTER, 10% ALGODÃO	PÇ	ARTEPUNTO	50,000	18,6000	930,00
160	TIRA BORDADA LARG. 5,0 CM, COMP. 13,70 M. COMPOSIÇÃO: 90% POLIESTER, 10% ALGODÃO	PÇ	ARTEPUNTO	50,000	24,7500	1.237,50
161	TIRA BORDADA LARG . 10,0 CM, COMP. 13,70 M. COMPOSIÇÃO: 90% POLIESTER, 10% ALGODÃO	PÇ	ARTEPUNTO	50,000	44,5000	2.225,00
162	TOALHA DE BANHO 70X140 CM, IGUAL OU SUPERIOR A ATLANTICA	PÇ	ATLANTICA T	300,000	39,7300	11.919,00
163	TOALHA DE LAVABO 30X45 CM, IGUAL OU SUPERIOR A ESTILOTEX	PÇ	ESTILOTEX T	100,000	3,7400	374,00
164	TOALHA DE ROSTO 45X70 CM. IGUAL OU SUPERIOR A ATLANTICA	PÇ	ATLANTICA T	100,000	14,2500	1.425,00
165	VELCRO PRETO 16MM 25M	UND	ARTEPUNTO	50,000	32,9800	1.649,00
166	VELCRO PRETO 25MM 25M	UND	ARTEPUNTO	30,000	50,2500	1.507,50
175	VIÉS DE ALGODÃO ESTREITO LISO LARG. 24 MM, COMP. 20 M	UND	PERIPAN VIE	100,000	7,3500	735,00
176	VIÉS DE ALGODÃO ESTREITO ESTAMPADO LARG. 24 MM, COMP. 20 M	UND	PERIPAN VIE	50,000	10,4300	521,50
177	VIES DE ALGODÃO LARGO LISO LARG. 35 MM, COMP. 20 M	UND	PERIPAN VIE	50,000	9,7400	487,00
178	VIES DE ALGODÃO LARGO ESTAMPADO LARG. 35 MM, COMP. 20 M	UND	PERIPAN VIE	50,000	14,8000	740,00
179	ZIPER INVISÍVEL SIMPLES 18 CM 10X1	PCT	LULITEX ZIPE	10,000	8,8500	88,50
180	ZIPER INVISÍVEL SIMPLES 50 CM 10X1	PCT	LULITEX ZIPE	10,000	10,6000	106,00

181	ZIPER NYLON COMUM 15 CM 10X1	PCT	LULITEX ZI-PE	10,000	4,0600	40,60
182	TINTA RELEVO ACRIPUFF 35 ML	UND	ACRILEX TIN	50,000	5,4800	274,00
183	PINCEL REDONDO REF.062 N.00	UND	ACRILEX PIN	100,000	9,0200	902,00

Fornecedor: 7408 - MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

10	BALÃO IMP Nº 7 COR SORTIDA 50X1, IGUAL OU SUPERIOR AO	PCT	ARTLATEX	500,000	6,9900	3.495,00
39	SÃO ROQUE COLA EXTRA FAIXA AZUL COM 1 KG	UND	TEK BOND	200,000	25,0000	5.000,00
40	COLA GLITTER 35 GR	UND	APLICOR	50,000	4,5000	225,00
41	COLA INSTANTANEA I REF. 793 20 GR	UND	BRW	100,000	7,2500	725,00
43	COLA QUENTE GROSSA TRANSPARENTE 1000 GR	PCT	RENDICOLLA	50,000	35,0000	1.750,00
44	COLA DE SILICONE 100 GR	UND	TEK BOND	100,000	9,1000	910,00

Fornecedor: 7408 - MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

81	PINCEL REDONDO REF. 062 Nº 0	UND	ROMA	100,000	7,9900	799,00
82	PINCEL REDONDO REF. 062 Nº 000	UND	ROMA	100,000	6,9900	699,00
102	TECIDO DE TNT CORES LARG. 1,40 M COMP. 50 M	RL	SANTA FE	300,000	106,4900	31.947,00
109	TECIDO JUTA CRUA FECHADA LARG. 1,00 M	MT	HALLEY	250,000	15,9800	3.995,00
148	TINTA GUACHE 250 ML	UND	PIRA	100,000	8,5000	850,00
167	VERNIZ ACRILFIX BRILHANTE 250.79 G 300 ML	UND	ACRILEX	50,000	41,0000	2.050,00
168	VERNIZ ACRILFIX FOSCO 206.70 G 300 ML	UND	ACRILEX	50,000	41,0000	2.050,00
169	VERNIZ ACRILFIX SEMIBRILHO 207G 300 ML	UND	ACRILEX	50,000	42,5000	2.125,00
170	VERNIZ ACRILICO BRILHANTE 100 ML	UND	ACRILEX	50,000	14,9500	747,50
171	VERNIZ ACRILICO BRILHANTE 250 ML	UND	ACRILEX	50,000	21,0000	1.050,00
172	VERNIZ ACRILICO BRILHANTE 500 ML	UND	ACRILEX	50,000	55,0000	2.750,00
173	VERNIZ ACRILICO FOSCO 100 ML	UND	ACRILEX	50,000	12,0000	600,00
174	VERNIZ GERAL 500 ML	UND	ACRILEX	100,000	70,0000	7.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS** 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS** 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no

objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES** 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS** 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA** 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO** 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES** 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades

aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio de Leverger para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Barão de Melgaço,16 de Setembro de 2020.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZPREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME CNPJ: 13.498.051/0001-37

MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE CNPJ: 17.992.596/0001-56

TEX NORTE COM DE TECIDOS LTDA CNPJ: 74.149.493/0001-62

PORTARIA N.º 062/2020

"Dispõe sobre a retificação da portaria nº 110/2018, que dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez ao servidor **Sr. *Benedito Ribeiro da Silva***."

A Secretária Municipal de Administração do Município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 110/2018, publicada no publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XIII, Edição Nº 3.126, que concedeu o benefício Aposentadoria por Invalidez, a **Sra. Benedito Ribeiro da Silva**, brasileiro, portador do RG n.º 365. 679 SSP/MT, e do CPF sob n.º 877.413.341-15, residente e domiciliado no Município de Barão de Melgaço, servidor efetivo no cargo de Operador de Maquinas, Classe "A", Nível "08", com jornada de 40 horas semanais; contando com 20 (vinte) anos, 11 (onze) meses e 04 (quatro) dias de tempo de contribuição; lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, devidamente matriculado sob o n.º 42, com proventos Integrais, conforme processo administrativo do **BARÃO-PREV,I n.º** 2018.03.00013P

Onde se Le: "{...}Considerando o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003 c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c o Artigo 12, inciso I da Lei n.º 340 de 03/07/2009 " **Leia-se: "**Considerando o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003 c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c o Artigo 12, inciso I **e art. 13** da Lei n.º 340 de 03/07/2009 {...}"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de dezembro de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barão de Melgaço/MT, 04 de setembro de 2020.

VERA LUCIA DIAS MORENO

Secretaria Municipal de Administração

Homologo:

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 032/2020

PORTARIA Nº 032/2020

SÚMULA: NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSOEL IZÍDIO BARBOZA, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor comissionado Senhor ***Rudinei* da Cruz Linhares**, inscrito no RG sob o nº 10779698/SJ/MT e no CPF sob o nº 627.195. 051, detentor do cargo de Secretário Geral, como fiscal dos contratos da Câmara Municipal de Barra do Bugres/MT, com todos os seus deveres e direitos.

Art. 2º - Atribuições do Fiscal do Contrato:

1 – Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

2 – Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

3 – Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

4 – Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

5 – Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao departamento financeiro do órgão; acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL) e relatório do fiscal.

6 – Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

7 – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

Art. 3º - O Fiscal deve acompanhar os contratos e verificar rigorosamente as exigências expressas na Legislação em vigor, o objeto dos contratos firmados e os serviços realizados, conforme segue:

I - Receber as listagens fornecidas pelo Gestor de Licitação;

II - Conferir no ato de entrega se todos os materiais correspondem com a lista recebida verificando: quantidade, unidade, volume, marca, observando os prazos de validades apresentado na proposta de licitação;

III - Não aceitar nota fiscal rasurada, com valores incorretos, razão social, CNPJ e endereço da Câmara sem que estejam devidamente preenchidos e corretos;

IV - Os serviços, quando for o caso, solicitar ao fiscal de obras ou setor de engenharia para acompanhamento dos serviços a serem executados, bem como, outros tipos de serviço de acordo com cada área e forma de prestação;

V - Assinar no carimbo atesto mercadoria/serviço, quando as mercadorias forem entregues na secretaria.

VI – Os Fiscais de contrato podem, antes de assinar exigir do setor de engenharia, medições e explicações necessárias atestando a veracidade da despesa, bem como, poderá ser feita a mesma solicitação a outros funcionários. Parágrafo único: fica autorizado o funcionário não receber qualquer entrega em que os produtos/serviços estejam em desacordo com o processo de licitação/contrato. Devendo registrar em relatório próprio a as divergências encontradas.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

“REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE”.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, EM 1º DE SETEMBRO DE 2020.

Josoel Izídio Barboza

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
TERMO DE RESCISÃO UNILITERAL DO CONTRATO 08/2020

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 08-2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE, E J. MENDES RODRIGUES - ME

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa na Av. Marco Aurelio Fullin, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, RONALDO ROSA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 1189901-8 SSP/MT e CPF 842.922.881-00, com endereço na Rua José Ribeiro esquina com a Rua Brasil, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, com interveniência da **SECRETARIA DE SAÚDE**, usando das atribuições conferidas pela legislação vigente **RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE,** o Contrato n° **08-2020** que foi firmado com **J. MENDES RODRIGUES - ME**, o que fazem mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão unilateral do Contrato n° **08-2020**, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS E EMISSÃO DE SEUS RESULTADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Em razão dos fatos apresentados anteriormente, fica rescindido o Contrato mencionado na cláusula anterior, retroagindo seus efeitos em 14 de Fevereiro de 2020, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira – MT.

E assim, por estarem de acordo, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Araguaia – MT, 04 de Agosto de 2020

_____ RONALDO ROSA DE OLIVEIRA Prefeito Municipal
_____ J. MENDES RODRIGUES - ME

Testemunhas

1)_____

2) _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 55-2020 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM/ GRUPO

Interessada: Secretárias Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de consumo para Laboratório e serviço, visando suprir as necessidades do Laboratório de Análises Clínicas do Município de Cáceres. **Realização:** 05 de Outubro de 2020 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/ ou gov.br/compras

Prefeitura de Cáceres-MT, 17 de setembro de 2020.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 056/2020

PORTARIA Nº 631 DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 28.656 de 11 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **ODENIR CARVALHO DE ASSUNÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2002/2007, no período de 14 de setembro a 12 de dezembro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de setembro de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº. 627 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.021 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **DILZA GONÇALVES PEIXOTO,** portadora do CPF: 303.737.431-49, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 27/08/2020 a 30/09/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 27/08/2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de setembro de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 625 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 28.204, de 08 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **MIRTES EDENIA DO PRADO,** portadora do CPF nº 362.282.651-72, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 20/08/2020 a 19/09/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 20 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de setembro de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 622 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo no Memorando nº. 25.526, de 14 de agosto de 2020;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, para constituírem a **Comissão Especial de Processo Administrativo**, destinada a apurar possíveis irregularidades referente ao Contrato Administrativo nº 179/2017-PGM, firmado entre a Prefeitura Municipal de Cáceres-MT e a Empresa HS CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 1 no Residencial Jardim Aeroporto, bairro Jardim Aeroporto, denominada Creche Professora Emília Darci, Município de Cáceres-MT.

PRESIDENTE

JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA NETO

MEMBROS

GEAN CARLOS SOARES MILITÃO

JANETE APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA AMORIM

Art.2º Fica a cargo da Secretária de Educação que solicitou a abertura do Processo Administrativo, o envio à Comissão, de todo e qualquer processo, por ato específico, para que a mesma faça a necessária e adequada apuração em cada caso.

Art.3º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos a partir da publicação da Portaria, e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deverá consultar a Procuradoria Geral do Município, para orientação quanto ao procedimento a ser adotado na apuração de cada irregularidade.

Art.4º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de setembro de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº. 621 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo no Memorando nº. 25.526, de 14 de agosto de 2020;

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 576 de 27 de agosto de 2020 que constituiu a **Comissão Especial de Processo Administrativo**, destinada a apurar possíveis irregularidades referente ao Contrato Administrativo nº 179/2017-PGM, firmado entre a Prefeitura Municipal de Cáceres-MT e a Empresa HS CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 1 no Residencial Jardim Aeroporto, bairro Jardim Aeroporto, denominada Creche Professora Emília Darci, Município de Cáceres-MT.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de setembro de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 591 DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 26.963/2020 de 31 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Designar aos servidores, lotados na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: Wesley Alencar de Freitas.

Suplente: Alison Ribeiro Félix.

Nº Contrato	Contratante	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
090/2020	M. C. PEREIRA RIBEIRO-ME	Contratação de empresa de Serviços de inserção e remoção de plotagens em veículos para Prefeitura de Cáceres, personalização de veículos nas laterais e traseiras em adesivo, impressão digital e recorte eletrônico,	31/08/2020	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de agosto de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 1 CONTRATO N° 028/2019 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2020/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 003/2019

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **JESSICA RAMOS DA SILVA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor(a) Licenciado(a) em Pedagogia, para exercer sua função na E.M Brincando e Aprendendo.

Considerando que a professora Jéssica Ramos dos Santos encontrava-se se licença maternidade e tem direito a mais 30 dias de estabilidade;

Considerando o disposto no **art. 2º e no § 1º, do art. 3º do Decreto nº 268/2020, cujas normas estabeleceram que os contratos temporários mantiveram seus efeitos suspensos em decorrência da paralização das aulas da Rede Municipal de Ensino, no período de "***06 de abril de 2020 até 30 de junho"***, e por consequência houvera a recontagem do prazo original de vigência, com o desconto do período de suspensão**;

Celebram o presente termo aditivo para alterar o disposto no Contrato nº. 028/2019, como delineado a seguir:

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado **com efeitos retroativos** a partir de 01/09/2020, com termo final alterado para 20/10/2020, a fim de viabilizar o cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 14 de Setembro de 2020

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: AVISO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇO Nº 14/2020

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a Contratação de empresa especializada no ramo, para engenharia para reforma e ampliação da Cozinha Comunitária - Irmã Maria Estevão, localizado a Rua Rousaro Araújo Souzano, nº S/N, Bairro Vila Mariana, no Município de Cáceres, de acordo com Justificativa, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de empreitada por menor preço global.

Estimativa do Valor: **R$ 399.937,45 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos).**

Realização: 07 de Outubro de 2020 às 08:30 horas, Horário de Cuiabá-MT.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de Setembro de 2020.

ANILCE RIBEIRO DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 056/2020

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 076/2020

PORTARIA N.º 076/2020 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº. Iran Pereira Leite".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, inciso I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003; Art. 117, inciso III, alínea "a", Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Art. 179, inciso I, II, III, IV e V da Lei Complementar n.º 143/2019, de 12 de julho de 2019; Lei Complementar n.º 047/2003, de 29 de setembro de 2003; Lei Complementar n.º 080/2009, de 10 de agosto de 2009; Lei Complementar n.º 84/2010, de 28 de julho de 2010; Decreto de Nomeação nº 063 de 05 de março de 1996; Decretos de atualização salarial nº 236 de 17 de maio de 2011; n° 011 de 23 de janeiro de 2012; nº 095 de 16 de abril de 2012; nº 073 de 29 de janeiro de 2013; Leis de atualização Salarial nº 100 de 04 de fevereiro de 2014; Lei nº 104 de 20 de janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018; Decreto nº 382 de 18 de junho de 2018, Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019 e Lei nº 2.831 de 22 de janeiro de 2020.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do **Srº. Iran Pereira Leite**, brasileiro, casado, portador do RG nº 281.193 SSP/MT, CPF nº 229.893.311-15, PIS/PASEP nº 107.11053.18-6, Efetivo no cargo de Professor Licenciado em Letras, 30hs/aula, nível "III", classe "H", Matriculado sob o n.º 2.275, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 048/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 17 de Setembro de 2020, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 17 de Setembro de 2020.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

DECRETO Nº 468 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 27.104, de 31 de agosto de 2020;

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à senhora **SUELLEN CARVALHO MARTINS,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime previdenciário/INSS, pelo período de 31 de agosto de 2020 a 26 de fevereiro de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de setembro de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 2 CONTRATOS N° 092 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2020/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2019

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **SINEZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor(a) Licenciado(a) em Pedagogia, para exercer sua função na E.M Gotinhas do Saber.

Em substituição a Licença Prêmio da professora Laura Alexsandra Neves Monteiro;

Considerando o disposto no **art. 2º e no § 1º, do art. 3º do Decreto nº 268/2020, cujas normas estabeleceram que os contratos temporários mantiveram seus efeitos suspensos em decorrência da paralização das aulas da Rede Municipal de Ensino, no período de "***06 de abril de 2020 até 30 de junho"***, e por consequência houvera a recontagem do prazo original de vigência, com o desconto do período de suspensão**;

Celebram o presente termo aditivo para alterar o disposto no Contrato nº. 092, como delineado a seguir:

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado **com efeitos retroativos** a partir de 29/08/2020, com termo final alterado para 14/09/2020, a fim de viabilizar o cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 15 de Setembro de 2020

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº. 489 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE FAZENDA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo nº. 14.543, de 19 de agosto de 2020;

RESOLVEM:

Art.1º Nomear os representantes relacionados abaixo para compor o **Conselho Municipal de Contribuintes,** do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, para o biênio 2020/2022.

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CÁCERES:

Titular: Victor Luiz Martins de Almeida em substituição à senhora Adriane Aparecida Barbosa do Nascimento

Suplente: Adriane Aparecida Barbosa do Nascimento em substituição ao senhor Victor Luiz Martins de Almeida

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de setembro de 2020.

GUSTAVO CALABRIA RONDON

Secretário Municipal Interino de Fazenda

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Municipal Cáceres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº.009/2016

Lei Municipal nº. 25/1997:Art. 212 - A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração**.**

ATA INDICIATÓRIA Nº. 002/2020 DA CPIAD

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2020, reúne a comissão permanente de inquérito administrativo disciplinar, representada pelos membros, senhora Odenise Jara Gomes Lente (presidente), Fátima Arruda da Silva (secretária) e Gimerson Ferreira de Souza (membro titular), designada pela Portaria nº. 477 de 27 de julho de 2020, em análise ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016 instaurado por força da Portaria nº. 133/2016 sob protocolo nº. 15425

A Portaria de instauração determina a comissão de inquérito apurar supostas irregularidades e/ou ilegalidades em incorporação de função gratificada em desfavor de inúmeros servidores públicos municipais por inobservância a Lei Complementar nº. 25/1997 como apontado no Processo nº. 12643-8/2006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso/TCE.

Em observância ao princípio da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI da Constituição Federal, foi deliberado em reunião registrado em Ata de nº. 004-CPIAD de 05 de abril de 2016 (fls.41), analisar as denúncias individualizadas, realizando cópia reprográfica do processo administrativo disciplinar para cada servidor. Dentre os servidores denunciados, analisemos a do servidor qualificado abaixo.

DANIVAL BENTO RODRIGUES, brasileiro, divorciado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº. 111.492131-91; Carteira de Identidade de Registro Geral sob nº. 0110.875-1 SSP/MT, contratado em 11 de abril de 1972 para desenvolver as atribuições de Zelador de Usina Diesel Elétrica-2 da Prefeitura Municipal de Cáceres.

1. Da Portaria de instauração.

A Portaria de instauração trouxe anexo o Processo nº. 12643-8/2006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso-MT, contendo os seguintes documentos.

a) Memorando nº. 20/2016-AEEM, datado de 31 de março de 2016, protocolizado sob o nº. 15425/2016 (fls.02.v).

b) Relatório do Conselheiro Antônio Joaquim do TCE-MT (fls.03/08).

c) Notas Taquigráficas, Decisões Administrativas, Sessão de Julgamento em 20.03.2007(fls.08.v/11.v).

d) Decisão Administrativa nº. 03/2007 do TCE-MT (fls.12).

e) Ofício nº. 2.357/2007/TCE-MT/PRES, datado de 11 de abril de 2007 (fls. 13).

f) Representação Interna nº. 35/2012 (fls.13.v/14v).

g) Relatório Técnico Preliminar do TCE/MT, tendo como assunto Representação de Natureza Interna (fls.15/40).

De início a comissão de inquéritonotificou o servidor (fls.59) encaminhando-lhe cópia na íntegra do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016, para conhecimento e apresentação de reposta no prazo de 15 dias.

A partir da notificação prévia foi proporcionado ao servidor o direito de defesa nos autos, convidado desde o início a participar dos andamentos e dos trabalhos apuratórios desenvolvidos pela comissão de inquérito.

2. Da aplicação da fungibilidade de meios.

Trata-se de manifestações encaminhado pelo servidor **Danival Bento Rodrigues** a respeito dos fatos que instruem a Portaria nº.133/2016.

Às (fls. 60/64) o servidor vem apresentando as suas justificativas e esclarecimentos na forma de Defesa Prévia. Todavia, a referida Defesa não seria o correto nesta fase introdutória, pois, carece de ato indicatório, o que não ocorreu.

Diante da situação fática e, para que sejam aproveitados os atos já praticados, atentando ao princípio da celeridade processual, entendeu a comissão por receber a Defesa supracitada na forma de esclarecimentos e justificativas, com supedâneo no entendimento de que os atos direcionados com nomenclatura diversa da que deve ser praticada, aplica-se o princípio da **fungibilidade** de meios.

Desse modo, os autos foram encaminhados para análise da comissão, a qual em preliminar deliberou diligenciar a Secretaria Municipal de Administração para solicitar todos os documentos contratuais do servidor desde seu ingresso no serviço público em 1972 pertinentes a elucidação do objeto denunciado.

3 Da manifestação do servidor quanto a notificação.

Em preliminar, o servidor em sua defesa requer.

3.1 Da Prescrição quinquenal.

Manifesta pelo arquivamento do presente PAD por motivo de prescrição quinquenal, utilizando como menção a Lei Complementar nº. 25/97, artigo 207.

Afirma que a ciência dos fatos pelo Prefeito Municipal ocorreu no ato da elaboração do decreto nº. 290/2011 que concedeu a incorporação gratificada ao servidor investigado, ocorrendo a prescrição quinquenal, uma vez que o servidor somente foi intimado da instauração do presente PAD em 14/09/2017.

Manifesta ainda que em 07.07.2016 completou os 5 (cinco) anos do conhecimento do fato pelo Prefeito Municipal, prazo máximo para a demissão, dessa forma “não poderá o município continuar com a tramitação deste Inquérito Administrativo, porque está prescrito o seu direito de processar administrativamente o Investigado”.

3.2 Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia.

A defesa guerreia ainda que o servidor está sendo tratado de forma discriminatória e desigual, pelo fato de responder o presente inquérito sozinho, sem que os agentes políticos e agentes públicos que assinaram e analisaram o seu pedido não responderem junto com o mesmo, caracterizando negativa de vigência ao Princípio da Isonomia e ato atentatório a dignidade da pessoa humana, uma vez que o servidor está sendo acusado de incorporar de forma irregular e ilegal função gratificada sem observância a Lei Complementar nº. 25/97, por não ser o mesmo a autoridade que deferiu a incorporação de função gratificada.

3.3 Do mérito e da acusação e dos pedidos.

Manifesta no mérito que o servidor é inocente, que não praticou qualquer conduta ilícita no exercício das funções.

Quanto à acusação afirma que o servidor faz jus função gratificada e que foi observado os aspectos legais para a concessão da incorporação.

Ao final requer prescrição, reconhecimento da negativa do princípio da isonomia e produção de provas testemunhais.

É a síntese necessária, analisa e pondera a comissão de inquérito.

4. Da análise da comissão quanto a manifestação da defesa.

a) prescrição quinquenal.

No regime administrativo disciplinar, o estabelecimento da prescrição ocasiona a extinção da punibilidade, ou seja, aplicação da pena, que é procedente do julgamento do PAD pela autoridade competente.

A Lei Complementar nº. 25/1997 dispõe no seguinte sentido, vejamos em litteris.

Art. 207 A ação disciplinar prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na Lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição". (Grifo nosso)

O presente Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado pela Portaria nº. 133 de 04/04/2016 após denúncia realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Grosso-TCE-MT., com apontamentos e decisões determinando ao Prefeito de Cáceres (fls.08.v/12) nos termos *in verbis.*

Chefe do Executivo Municipal de Cáceres, que revogue os atos administrativos eivados de vício, conforme as razões constantes do Voto do Conselheiro Relator, encaminhando-lhe fotocópias, devendo ainda exigir que os beneficiários das incorporações indevidas restituam aos cofres do Município todo o recurso **recebido ilegalmente, sob pena de responsabilidade solidária (...)".**

A respeito de excessos de prazos no processo administrativo disciplinar, o STJ assim tem manifestado.

A terceira seção desta corte já se manifestou no sentido de que: "o excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar não é causa de sua nulidade quando não demonstrado prejuízo à defesa do servidor. Precedentes." (ms 8928/df, rel. ministra Maria Thereza de Assis moura, terceira seção, julgado em 24/09/2008, dje 07/10/2008).

Entendimento estabelecido também na Súmula 592, constatemos em *litteris.*

O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa. (Súmula 592, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 18/09/2017).

Quanto à prescrição a *Controladoria Geral da União/CGU entende que.*

Se a prescrição extinguisse a apuração, se configuraria pré-julgamento de culpa, como se o processo somente se justificasse como instrumento para aplicação de pena. Ademais, é direito e interesse do bom servidor a conclusão da apuração que declare sua inocência.

São razões pelas quais não cabe à administração pública municipal realizar pré-julgamentos dos fatos, e sim, finalizar o presente processo administrativo disciplinar, interesse que subentende ser também do servidor indiciado.

De todo o exposto, não podemos aceitar o pedido de prescrição do processo administrativo disciplinar na linha do entendimento da defesa por estar desamparada legalmente.

Importante esclarecer a douta causídica que esta comissão desempenha seu trabalho em conformidade com o artigo 212 da Lei Complementar nº. 25/1997, proporcionando ao servidor a ampla defesa e contraditório, e, somente após todas as instruções dos autos que terá elementos suficientes para exarar sua opinião dos fatos denunciados.

Não alinhamos ao seu entendimento de que as incorporações à remuneração do servidor são atos ***natimortos,*** *como afirmado pela mesma em sua defesa técnica juntado às folhas 60/60 v. dos autos. Vejamos.*

(...).

A Lei complementar nº. 25/1997 estabelece que a contagem do prazo inicial da prescrição do processo disciplinar, será a partir do momento em que o fato investigado se tornou conhecido, desprezando a data em que ele ocorreu.

Informamos ainda que neste momento os fatos estão sendo investigados, não havendo pela Administração Pública Municipal e nem por esta comissão de inquérito qualquer convicção de juízo quanto as denúncias feitas pelo TCE/MT.

Nesses termos, **analisamos** *e* **denegamos** as manifestações da defesa quanto à*prescrição do processo administrativo disciplinar* e prosseguimos com a análise.

b) Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia.

Acusa a defesa que o servidor está sendo tratado de forma discriminatória e desigual, pelo fato de responder o presente inquérito sozinho, sem que os agentes políticos e agentes públicos que assinaram e analisaram o seu pedido não responderem também no PAD.

As denúncias nos presentes autos são de suposta ilegalidade e/ou irregularidades na incorporação de função gratificada e cargo comissionado à remuneração do servidor Danival Bento Rodrigues conforme demonstrado em Ata de nº. 010/2017, (fls. 57/58.v) dos autos, de ciência do servidor quando notificado com cópia na íntegra do PAD (fls.59).

Do arguido pela defesa onde se refere a agentes públicos e agente políticos não estarem respondendo junto com o servidor neste Processo Administrativo Disciplinar, torna-se necessário citar a Lei nº. 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, que possui a seguinte redação, *litteris*:

Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, **ainda que transitoriamente** ou sem remuneração, por eleição, **nomeação**, designação, contratação **ou qualquer outra forma de investidura** ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Em continuidade ainda dispõe:

Art. 3° As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do

ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

No caso de agente público que exerceu cargo por período temporário, sendo de livre nomeação e exoneração do Executivo Municipal, e do agente político de cargo eletivo, também deverá ser aplicado o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, e, comprovado conduta dolosa ou culposa, enquadrando nos termos do art. 10 do referido Diploma Legal.

Tendo a Lei a seguinte redação, *in verbis.*

Art. 10. **Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa**, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...) Grifo nosso.

Sendo necessário trazer à baila a independência das esferas Penal e Administrativa, onde já posicionou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme acórdão abaixo transcrito:

ADMINISTRATIVO. POLICIAIS FEDERAIS. PECULATO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO PENAL E PROCESSO DISCIPLINAR. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS DEMISSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA.

1. Doutrina e jurisprudência são unânimes quanto à independência das esferas penal e administrativa; a punição disciplinar não depende de processo civil ou criminal a que se sujeite o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração Pública a aguardar o desfecho dos mesmos.

2. Segurança denegada.

(STJ - MS: 7138 DF 2000/0084722-4, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, Data de Julgamento: 28/02/2001, S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data de Publicação: DJ 19/03/2001 p. 74 JBCC vol. 189 p. 387). (grifo nosso).

Todavia, agente público e agente político, mencionado pela defesa, tratam-se de ex-servidores que não estão adstritos as regras estabelecidas no Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei nº. 25/1997.

Dessa forma não recairá sobre os mesmos possíveis penalidades e/ou infração disciplinares neste âmbito administrativo. Se, ao final do processo restar comprovado a responsabilidade dessas autoridades pelos atos administrativos irregulares e/ou ilegais que causam danos ao erário público municipal, esta comissão de ofício solicitará o encaminhamento dos fatos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que entender necessárias, conforme previsto no artigo nº. 213 da Lei nº. 25/1997, que possui o seguinte texto legal, analisemos em *litteris.*

Art. 213 Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciado que a

irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora comunicará o fato ao Ministério Público.

Da Legalidade supra citadas, a abertura de processo em desfavor desses agentes não cabe a esta esfera Municipal, e sim a esfera Judicial.

Pelo todo exposto, de ofício analisamos as manifestações da "Negativa de Vigência ao Princípio Constitucional da Isonomia", argumentado pela defesa e a **denegamos,** prosseguindo com o feito.

c) Do mérito

Quanto ao mérito, a defesa não trouxe fatos novos capazes de modificar a instauração do presente PAD, bem como não apresentou provas robustas e incontestes, capazes de demonstrar de plano que os atos que deram causas a incorporação de função gratificada atenderam as legalidades previstas em Lei, sendo assim, o prosseguimento do presente PAD é necessário para propiciar ao servidor a mais ampla defesa e o contraditório, com todas as possibilidades de provas em direito admitidas.

4.1. Decisão da comissão.

Da legalidade e por todo ponderado, decidimos por **indeferi**r o pedido de prescrição quinquenal e **indeferir** o pedido de Negativa de vigência ao Princípio Constitucional da Isonomia.

5. Dos assentamentos na ficha cadastral e funcional **do servidor.**

Juntado aos autos os documentos diligenciados, extraem-se informações inerentes as funções gratificadas exercidas pelo servidor na forma trazida abaixo.

01.Portarianº. 74 de 08/11/72. Resolve admitir por contrato, o sr. Danival Bento Rodrigues, como zelador da usina diesel elétrica-2, da Prefeitura Municipal de Cáceres, considerando-o em função do cargo desde do dia 11 de abril de 1972.

02. Portaria nº. 63 de 19 de abril de 1979, o servidor foi designado para exercer a função gratificada de chefe de cadastro imobiliário.

03. Portaria nº. 67 de 13 de novembro de 1984 revoga a portaria nº. 63 de 19 de abril de 1979. E, concede uma gratificação mensal de R$ 139.932 (cento e trinta e nove mil, novecentos e trinta e dois cruzeiros) reajustável nas mesmas proporções de sua variação salarial, enquanto permanecer na função de chefe de cadastro imobiliário.

04. Portaria nº. 46 de 10 de dezembro de 1985, Revoga a Portaria nº. 67 de 13 de novembro de 1984.

05. Portaria nº. 049 de 18 de dezembro de 1985, concede ao servidor Danival Bento Rodriguesa chefia do setor de cadastro imobiliário.

06. Portaria nº. 250 de 21 de julho de 1988, designa o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-2, lotado na Secretaria de desenvolvimento social, para exercer a função de chefe de almoxarifado II com FG 4 enquanto permanecer na função.

07. Portaria nº. 068 de 20 de fevereiro de 1989 revoga a Portaria nº. 250 de 21 de julho de 1988 que designou o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-2, para exercer a função de chefe de almoxarifado II.

08. Portaria nº. 070 de 20 de fevereiro de 1989 remaneja o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-2, lotado na Secretaria de desenvolvimento social- almoxarifado II para a secretaria municipal de finanças – Divisão de cadastro imobiliário.

09. Portaria nº. 071 de 21 de fevereiro de 1989 designa o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-2, lotado na Secretaria Municipal de Finanças para exercer a função de chefe divisão de cadastro imobiliário com FG2, enquanto permanecer na função;

10. Portaria nº. 078 de 27 de março de 1990 designa o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-5, para exercer a função de coordenador geral da secretaria de finanças.

11. Portaria nº. 140 de 19 de junho de 1990 revoga a Portaria nº. 078 de 27 de março de 1990, que designou o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-5, para exercer a função de coordenador geral da secretaria de finanças.

12. Portaria nº. 289 de 05 de dezembro de 1990, designa o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-5, para exercer a função de coordenador geral da secretaria de finanças e revoga a Portaria nº. 071 de 21 de fevereiro de 1989 que designou o servidor a chefia divisão de cadastro imobiliário;

13. Portaria nº. 176 de 25 de julho de 1991, designa o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-5, para responder em substituição pelo expediente da Secretaria Municipal de Finanças, nos impedimentos legais ou eventuais do titular do cargo Dr Rinaldo Ortega, percebendo por força da lei a diferença do salário integral nos períodos em que ocorrer a substituição.

14. Portaria nº. 313 de 06 de novembro de 1991, designa o servidor Danival Bento Rodrigues para exercer interinamente o cargo de Secretário de Finanças, referência "J", Nível 09, nesta prefeitura.

15. Portaria nº. 367 de 06 de dezembro de 1991 revoga a Portaria nº. 313 que designou interinamente o cargo em comissão de secretário de finanças, Referência "J" Nível 09, desta prefeitura.

16. Portaria nº. 376 de 17 de dezembro de 1991 revoga a Portaria nº. 289 de 05 de dezembro de 1990, que designou o servidor Danival Bento Rodrigues, assistente administrativo h-5 para exercer a função de coordenador geral da Secretaria de Finanças, com FG01.

17. Decreto nº. 004 de 15 de janeiro de 1992- determina a integralização da gratificação de função FG-01 ao vencimento do servidor Danival Bento Rodrigues, técnico nível médio, referência, h-5, de conformidade com a tabela de FG do plano de cargos e salários dos servidores públicos municipais, a partir de 17/12/91.

18. Portaria nº. 020 de 16 de janeiro de 1992 designa o servidor Danival Bento Rodrigues, para exercer cargo em comissão de Secretário de Finanças, referência "J", Nível 09 nesta prefeitura.

19. Portaria nº. 294 de 24 de dezembro de 1992 exonera a pedido o servidor Danival Bento Rodrigues do cargo em comissão de Secretário Municipal de Finanças.

20. Portaria nº. 097 de 23 de abril de 1996, designar o servidor Danival Bento Rodrigues, Técnico Nível médio para exercer função de chefe de seção de cadastro financeiro da divisão de pessoal da Secretaria de Administração, com FG-04, enquanto permanecer na função.

21. Portaria nº. 008 de 03 de janeiro de 1997 remaneja o servidor Danival Bento Rodrigues-assistente administrativo, da Secretaria de Administração para a Secretaria de Finanças.

22. Portaria nº. 155 de 07 de maio de 1997 designa o servidor Danival Bento Rodrigues assistente administrativo, para exercer a função de chefe da divisão de apoio administrativo da Secretaria de Agricultura Indústria e Comercio, com FG-02, enquanto permanecer na função.

23. Portaria nº. 072 de 09 de maio de 2000 revoga a portaria nº. 155 de 07 de maio de 1997 que designou o servidor Danival Bento Rodrigues, para exercer a função de chefe da divisão de apoio administrativo da Secretaria de Agricultura, indústria e comercio, com FG-02.

24. Portaria nº. 238 de 18 de outubro de 2002 designa o servidor Danival Bento Rodrigues-Assistente administrativo, para exercer a função de chefe da divisão de cadastro imobiliário da Secretaria Municipal de Finanças, com FG -01, a partir de 21 de outubro de 2002.

25. Portaria nº. 051 de 21 de março de 2005 designa o servidor considerando o processo de nº 5259 de 21 de março de 2005 para função de chefe de divisão com FG-01.

26. Portaria nº. 007 de 08 de janeiro de 2009 designa o servidor Danival Bento Rodrigues-assistente administrativo para exercer o cargo em comissão de coordenador de projetos e orçamentos da Secretaria Municipal de Planejamento a partir de 01 de janeiro de 2009.

27. Portaria nº. 266 de 03 de julho de 2012 o servidor Danival Bento Rodrigues assistente administrativo para exercer o cargo em comissão de coordenador de inspeção tributária da Secretaria Municipal de Finanças a partir de 02 de julho de 2012.

28. Portaria nº. 018 de 02 de janeiro de 2013 destitui o servidor Danival Bento Rodrigues-Assistente administrativo, para exercer o cargo em comissão de coordenador de inspeção tributária da Secretaria Municipal de Finanças, designado através da Portaria nº. 266 de 03 de julho de 2012.

29. Decreto nº. 290 de 07 de julho de 2011 determina a incorporação aos vencimentos do servidor Danival Bento Rodrigues, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Secretaria Municipal de Finanças, com efeitos a partir de 14 de junho de 2011.

Essas são as importantes informações para embasamento da comissão de inquérito quanto aos fatos denunciados.

6. Da análise da comissão de inquérito.

O Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, em notificação/citação à Administração Pública Municipal, pontuou com indicativos de responsabilidades solidária caso não tomasse providencias imediatas para resolução das irregularidades pontuadas.

Pontua sobre "comezinho que incide o adicional de tempo de serviço na razão de 2% do salário base, acrescido da referida gratificação de função. De forma idêntica do valor equivalente a evolução salarial, (salário-base acrescido do valor da função gratificada) em face do PCCS."

O TCE denúncia quanto ao descompasso de ilegalidades/irregularidades perpetradas no âmbito da Prefeitura de Cáceres em face do evento 210 quanto ao adicional de tempo de serviço sobre a própria gratificação integralizada.

Quanto ao ATS sobre funções gratificadas, veementemente pontua que as vantagens pecuniárias não devem incidir em cascata, ou seja, cumulativamente, uma sobre outra com base no artigo 37, inciso XIV da CF 88 e no artigo 17 do ADC.

Da função gratificada a remuneração dos servidores da Prefeitura de Cáceres, o TCE demonstra que o efeito repicão de vantagens pecuniárias percebidas por servidores públicos está expressamente vedado pela Constituição Federal/88, inciso XIV do artigo 37. Ponderam ainda que somente os vencimentos base poderão ser utilizados como parâmetro para o cálculo das vantagens, sem que uma incida sobre a outra.

Pontuam ainda que os vencimentos, as vantagens pecuniárias, os adicionais e os proventos de aposentadorias pagos em desacordo com o estabelecido em lei, serão imediatamente reduzidos aos limites delas decorrentes, vedado a invocação do direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título em conformidade com o artigo 37 da CF e artigo 17 do ADCT.

Quanto ao servidor Danival Bento Rodrigues, o TCE aponta incongruência do Decreto nº. 290/2011 com o livro de registro, utilizando também de decreto efetivado naquele ano com outro fim.

Aponta também que a incorporação está em desacordo com a CF/88 artigo 37, inciso XIV, ADCT artigo 17 e LC nº. 25/1997, artigo 160 inciso I, contrárias às legalidades vigentes (fls.28, 31.v)

Das denúncias encaminhadas pela Administração Pública Municipal e da manifestação do servidor por meio de defesa técnica (fls.60/64), em resposta a notificação recebida (fls. 59), analisamos os registros assentados na ficha cadastral, na ficha funcional e nos atos administrativos que nomearam e revogaram as funções gratificadas e/ou cargos comissionados exercidos pelo servidor, findado com os Decretos das aludidas incorporações.

6.1 Dos documentos aos autos.

Na ficha funcional e cadastral do servidor, constata-se que o mesmo foi contratado na Prefeitura de Cáceres em 11 de abril de 1972 pelo regime jurídico vinculado à Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, para exercer as atribuições das funções de zelador de usina diesel elétrica-2 da Prefeitura Municipal de Cáceres. Tratando-se de servidor estável ao serviço público municipal por excepcionalidade da Promulgação da Constituição Federal de 1988.

Quanto à estabilidade de servidores públicos que prestavam serviços 05 (cinco) anos sucessivo antes da Promulgação da Constituição Federal em 1988, o artigo 19do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT assegura nos termos *in verbis*.

Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos

5 anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição são considerados estáveis no serviço público.

Em atendimento ao artigo 19 do ADCT retro mencionado, o Município de Cáceres por meio do Decreto nº. 529 de 02 de dezembro de 2004 reconhece a estabilidade do servidor por exercício no trabalho público municipal a mais de 05 anos contínuos e por não ter sido admitido na forma regulada no artigo 37 da Constituição Federal na data de sua Promulgação em 1988.

Nesse sentido posicionou a EXMA. Juíza de Direito, Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva, constatemos em *litteris*.

Mandado de segurança do Processo nº. 91/2003.

(...)

Impetrado o Secretário Municipal de Administração.

(...) primeiramente se faz necessário discorrer sobre a diferença entre estabilidade e efetividade do servidor público. A estabilidade se refere ao direito do servidor de se manter no serviço público após aprovação em concurso público e a transposição do estágio probatório de 03 anos; já a efetividade diz respeito à forma de provimento do cargo, declarado no decreto de nomeação do servidor, em virtude de concurso público.

Assim a efetividade é uma característica da nomeação e estabilidade é o atributo do ocupante do cargo, adquirido após aprovação em concurso público e o estágio probatório.

A estabilidade constitucional, outorgada pelo artigo 19 dos ADCT aos servidores públicos há pelo menos 05 anos em exercício até a promulgação da CF/88 é um instituto anômalo, eis que prescindi do pressuposto efetividade.

Dos assentamentos realizados na ficha funcional, ficha cadastral (fls. 47/56) e nos atos administrativos referentes ao servidor Danival Bento Rodrigues, constata-se que o mesmo ficou estável no serviço público municipal por meio do outorgado no artigo 19 do ADCT.

6.2 Das funções gratificadas, dos cargos comissionados, do cargo de agente político exercidos pelo servidor até a primeira incorporação**.**

Dos documentos aos autos, constata-se que o servidor Danival Bento Rodrigues exerceu funções gratificadas nos períodos conforme demostrado no quadro abaixo.

Quadro 01

Função gratificada e cargo comissionado	Portarias de nomeação e revogação	Período	Tempo aproximado
Chefe de cadastro imobiliário	063 de 19/04/1979 067 de 13/11/1984	19/04/1979 31/10/1984	05 anos e 06 meses e 12 dias
Chefe de cadastro imobiliário	067 de 13/11/1984 046 de 10/12/1985	01/11/1984 09/12/1985	**Concomitante: 08 dias** 01 ano 01 mês e 08 dias
Chefe de cadastro imobiliário	049 de 18/12/1985 157 de 12/06/1987	01/12/1985 11/06/1987	**Concomitante: 08 dias** 01 ano 06 meses e 10 dias
Chefe de almoxarifado II com FG- 04 seções/setores	250 de 21/07/1988 068 de 20/02/1989	01/07/1988 19/02/1989	07 meses e 18 dias
Chefe de cadastro imobiliário com FG-02 divisão	071 de 21/02/1989 289 de 05/12/1990	21/02/1989 04/11/1990	**Concomitante: 2m e 21 d** 01 ano e 08 meses 14 dias
Coordenador geral da Secretaria de Finanças com FG-01	078 de 27/03/1990 140 de 19/06/1990	27/03/1990 17/06/1990	**Concomitante: 2 m e 21 d** 02 meses e 21 dias
Coordenador geral da Secretaria de Finanças com FG-01	289 de 05/12/1990 376 de 17/12/1991	05/11/1990 16/12/1991	**Concomitante: 1 mês** 01 ano, 01 mês e 11 dias
Secretário de finanças	313 de 06/11/1991	06/11/1991	**Concomitante: 1 mês** 01 mês
	367 de 06/12/1991	05/12/1991	
Decreto nº. 004 de 15 de janeiro de 1992- Resolve-Determinar a integralização da gratificação de função FG-01 ao servidor, a partir de 17/12/1991.			

Antes de adentrarmos a análise dos períodos com função gratificada exercidas pelo servidor, faz-se necessário registrar que houveram 02 (dois) Atos revogando a Portaria nº. 067 de 13/11/1985 que concedeu a função gratificadas de chefe de cadastro imobiliário, sendo:

1º**)** Portaria de nº. 046 de 10/12/1985, e;

2º**)** Portaria de nº. 157 de 12/06/1987.

Evidencia-se que a Portaria de nº. 157 de 12/06/1987 revogou na data de sua edição todas a disposições em contrárias vigentes, subentendo nesses termos também a revogação da Portaria de nº. 049 de 18/12/1985.

Da Portaria supracitada, que revogou a portaria de nº. 067 de 13/11/1984**, extrai-se um período concomitante de 02 anos e sete meses aproximadamente em exercícios com funções gratificadas.**

Evidencia -se ainda a edição da Portaria de nº. 176 de 25/07/1991 designando o servidor para exercer interinamente pelo expediente da Secretaria de Finanças, nos impedimentos legais e/ou eventuais do titular do cargo, percebendo as respectivas diferenças integral do salário nos períodos em que ocorreram a substituição, essa portaria foi revogada pela Portaria de nº. 313 de 06/11/1991. Computando-se **um período concomitante de aproximadamente 03 meses e 19 dias em exercícios de cargos comissionados.**

Conforme demonstrado no quadro acima, das funções gratificadas exercidas pelo servidor **entre os anos de 1979 a 1991,** apura-se o período alternado **aproximado de 11 anos, 10 meses e 21 dias**, exercidos conforme especificados a abaixo, analisemos.

a) na função gratificada de chefe de cadastro imobiliário aproximadamente **08 anos, 01 mês e 23 dias ininterruptos; b)** na função de chefe de cadastro imobiliário e chefe de almoxarifado aproximadamente 02 anos 04 meses e 2 dias alternados; **c)** no cargo comissionado de coordenador geral na Secretaria Municipal de Finanças aproximadamente 01 anos, 04 mês e 02 dias alternados.

Constata-se ainda que o servidor **exerceu o cargo de agente político** na Secretaria Municipal de Finanças pelo período aproximado de **01 mês ininterruptos**.

Destaca-se que os períodos acima foram computados a partir da nomeação do servidor em outro cargo comissionado, não utilizando dos períodos concomitantes para duplicação do tempo, pois, se assim o fizeram, cabe uma investigação e possível instauração de PAD para se apurar os responsáveis pelo ato, por se tratar de uma ilegalidade.

Fortes razões para trazermos à baila a Lei Complementar nº. 25/1997 que assim doutrina quanto aos fatos em questão, analisemos *in verbis.*

Art. 181 Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista, da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º A compatibilidade de horários somente será admitida quando houver probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, em turnos completos, fixados em razão do horário de funcionamento do órgão ou entidade a que o servidor pertencer.

O mesmo Diploma Legal em seu artigo nº. 116 veda a contagem cumulativa de tempo de serviço nos seguintes termos, constatemos em *litteris.*

§ 2º É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidade dos poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Diante da normativa descrita acima, há de se refletir se o período em que o servidor exerceu cargo de agente político foi computado para fins de sua aposentadoria.

Razões legais pelas quais foram computados somente os períodos trabalhados com a nomeação aos cargos comissionados por portaria e não as datas das revogações das mesmas de forma tardia.

6.3. Dos exercícios dos cargos comissionados.

Posterior à incorporação determinada por força do decreto 004 de 15 de janeiro de 1992, o servidor exerceu novamente funções gratificadas, cargos de coordenador e de agente político, analisemos no quadro abaixo.

Quadro 02

Função gratificada e cargo comissionado	Portarias de nomeação e revogação	Período	Tempo aproximado
Secretário de finanças	020 de 16/01/1992 294 de 24/12/1992	16/01/1992 23/12/1992	11 meses e 07 dias
Chefe do cadastro financeiro com F04 seção/setor	097 de 23/05/1996 008 de 03/01/1997	20/05/1996 31/12/1996	07 meses e 10 dias
Chefe da divisão de apoio adm. da SAIC com FG 02	155 de 07/05/1997 072 de 9/05/2000	05/05/1997 01/05/2000	02 anos 11 meses e 26 dias
Chefe da divisão de cadastro imobiliário com FG-01	238 de 18/10/2002 004 de 03/01/2005	21/10/2002 02/01/2005	02 anos, 02 meses e 11 dias
Chefe da divisão de cadastro imobiliário com FG-01	051 de 21/03/2005 007 de 08/01/2009	01/03/2005 31/12/2008	03 anos e 10 meses
Coordenador de projetos e orçamentos da Seplan	007 de 08/01/2009 Decreto nº 290/2011	01/01/2009 07/07/2011	02 anos, 06 meses e 06 dias
Decreto nº. 290 de 07 de julho de 2011 Resolve determinar a incorporação aos vencimentos do servidor Danival Bento Rodrigues, das vantagens referentes ao exercício das funções de Secretário Municipal de finanças, com efeitos a partir de 14 de junho de 2011.			

Evidencia-se **entre os anos de 1992 a 2011** um período **aproximado de 11 anos, 01 mês e 10 dias** exercidos pelo servidor em chefia e cargo comissionado, sendo:

a) da função gratificada de chefe de divisões diversas de forma **alternada** por aproximadamente **09 anos, 07 meses e 17 dias. b)** do cargo comissionado de coordenador de projetos e orçamentos da Seplan por aproximadamente **02 anos, 06 meses e 06 dias.**

Destaca-se ainda que o servidor exerceu o cargo de agente político da Secretaria Municipal de Finanças **por aproximadamente 11 meses e 07 dias**.

As informações demonstradas nos quadros 01 e 02 acima encontram-se acostadas às folhas 47/56, 69, 70/101, 116/117 e 125/125v dos autos e referem-se aos atos administrativos que designaram e revogaram funções gratificadas, cargo comissionado e cargo de agente político exercido pelo servidor entre os anos de 1979 a 2011 nesta Prefeitura de Cáceres/MT, por aproximadamente, 23 anos e 01 dia.

6.5 Dos atos administrativos que determinaram as incorporações.

Evidencia-se nos autos que a administração pública municipal, **por 02 (duas) vezes** determinou **incorporações à remuneração do servidor**, na forma que se especifica abaixo.

Vejamos.

O 1º (primeiro) Ato (fls.88) determinado pelo Decreto nº. 004 de 15/01/1992, que concedeu **a incorporação** a remuneração do servidor Danival Bento Rodrigues, das vantagens concernente ao exercício das funções de Coordenador geral da Secretaria de Finanças com FG-01**, a partir de 17/12/1991**.

O 2º (segundo) Ato (fls.101) determinado pelo Decreto nº. 290 de 07/07/2011, que **concedeu a incorporação a** remuneração do servidor Danival Bento Rodrigues, referente ao exercício do cargo de agente político da Secretário Municipal de finanças, **a partir de 14/07/2011**

No próximo subitem passaremos a analisar os documentos acostados aos autos referentes às incorporações recebidas pelo servidor.

Vejamos:

6.5.1 Da análise ao direito à incorporação**.**

Para obter-se o direito a incorporação de função gratificada, o servidor público deveria preencher os requisitos necessários previsto no caput do artigo nº. 160, nos incisos I, II e nos parágrafos 1º e 2º, todos da Lei Complementar nº. 25/1997, conforme descritos *in verbis*.

O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:

I a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

II o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

§ 1º O servidor que após a incorporação, vier a fazer novamente jus a vencimentos da mesma espécie, perceberá apenas a diferença entre a incorporação e esta, se maior, durante a sua permanência no cargo.

§ 2º Para os fins deste artigo não será considerado o exercício de funções de confiança em outro órgão a nível Federal ou Estadual ou em outros Municípios.

Preenchidos os requisitos legais, o servidor no exercício do seu direito provocava a administração pública municipal por meio de petição pleiteando a incorporação a sua remuneração.

6.5.2 Da primeira incorporação.

Na data de 16 de dezembro de 1991, o servidor já havia exercido funções gratificadas, cargos comissionados e cargo de agente político pelo período **11 anos, 10 meses e 21 dias** (demonstrado no quadro 01).

Desse período, aproximadamente 08 anos 01 mês e 23 dias ininterruptos, foram no exercício da função gratificada de chefe de cadastro imobiliário.

E, 03 anos, 09 meses e 04 dias alternados, foram no exercício de chefe de cadastro imobiliário, de chefe de almoxarifado, de coordenador geral, e, de agente político na Secretaria Municipal de Finanças.

Por meio do Decreto nº. 004 de 15 de janeiro 1992 (fls.88) foi determinado a incorporação a remuneração do servidor referente ao valor do cargo comissionado de coordenador geral da Secretaria Municipal de Finanças. Cargo esse até então **exercido pelo período de 01 ano, 04 mês e 02 dias.**

Após a incorporação do valor do cargo de coordenador geral a remuneração do servidor no ano de 1992, desempenhou **novamente** a função gratificada de chefe de cadastro imobiliário, de chefe de almoxarifado, de coordenador geral e de agente político na Secretaria Municipal de Finanças (demonstrado no quadro 02).

6.5.3 Da segunda incorporação.

Constata-se no quadro 02 que o servidor exerceu funções gratificadas, cargos comissionados e cargo de agente político pelo período aproximado de **11 anos, 01 mês e 10 dias.**

Desse período, aproximadamente **09 anos, 07 meses e 17 dias** foram **alternadas** em diversas funções gratificadas de chefe de Divisões.

E, **02 anos, 06 meses e 06 dias** foram **ininterruptos** no cargo comissionado de coordenador de projetos e orçamentos da Seplan;

Na função de agente político, foi ordenador de despesa na Secretaria Municipal de Finanças pelo período ininterrupto de **aproximadamente 11 meses e 07 dias**.

No dia 14 de junho de 2011, passou surtir efeito o Decreto nº. 290 de 07 de julho de 2011 determinando incorporação dos valores referente ao cargo de Secretário Municipal de Finanças a remuneração do servidor.

Evidencia-se nos documentos aos autos que posterior a incorporação do cargo de coordenador geral, o servidor exerceu o **cargo de agente político no período 16/01/1992 a 24/12/1992, aproximadamente 11 meses** e **07 dias. Período utilizado pelo mesmo para requerer a incorporação a sua remuneração,** e, utilizado pela administração pública municipal para somatória de tempo de serviço para justificar o ato de incorporação. Fatos esses realizados 19 (dezenove) anos posterior o exercício do cargo de agente político.

6.5.4 Do cargo agente político**.**

A **segunda incorporação** à remuneração do servidor trata-se de cargo de auxiliar direto do prefeito, considerado agente político da Secretaria Municipal de Finanças conforme regido pela Lei Orgânica Municipal.

Do cargo comissionado de Secretário Municipal de Finanças incorporado aos vencimentos do servidor, a Lei Orgânica Municipal administra conforme *in verbis*.

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Artigo 79 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - Os Secretários Municipais ou titulares de órgãos equivalentes;

(...)

Artigo 80 - Os auxiliares diretos do Prefeito serão de livre nomeação e exoneração do Prefeito, promovidos nos respectivos cargos em comissão, criados por Lei a qual fixará a sua remuneração (redação dada pela Emenda n° 13/2003)

(...)

§ 1°. Os Secretários Municipais, considerados “Agentes Políticos” e desvinculados do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, terão seu subsídio fixado na forma do artigo 70 desta Lei Orgânica. (redação dada pela Emenda n° 13/2003)

(...).

O Dispositivo Legal descrito acima doutrina que o cargo de **Agente Político** édesvinculado do Plano de Cargo Carreira e Salário dos servidores públicos municipais, não podendo incorporá-lo à remuneração de servidores.

Constata-se nos autos (fls.101) que Administração Pública Municipal, por intermédio de seus Gestores à época, determinou incorporação a remuneração do servidor das vantagens

referentes ao exercício do cargo de agente político da Secretaria deFinanças por força do Decreto 290/2011, ato que merece análise minuciosa nestes autos.

6.5.5. Dos critérios estabelecidos em Lei para a incorporação.

No caput do artigo 160 da LC nº 25/1997, determinava que paraincorporação à remuneração de servidor público municipal na Prefeitura de Cáceres, preliminarmente era necessário ser efetivo no quadro permanente do município por meio de concurso público de provas e ou de provas e títulos, *in verbis*

Art. 160 O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte

De preliminar evidencia-se nos autos que o servidor Danival Bento Rodrigues é estável no serviço público da Prefeitura de Cáceres por força do artigo 19do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT, dessa feita não detêm de efetividade.

Conseguinte o servidor deveria ter permanecido na função gratificada por 05 (cinco) anos consecutivos, ou 10 (dez) anos alternados, obedecendo a critérios trazidos nos incisos I e II do artigo 160 da LC nº. 25/1997 em *litteris.*

I - a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

II- o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

Das legalidades citada e descritas acima, faz-se necessário a análise da concessão das incorporações à remuneração do servidor em confronto com o estabelecido no dispositivo Legal que garantia esse direito.

Analisemos.

Da primeira incorporação à remuneração do valor do cargo comissionado de coordenador geral na Secretaria Municipal de Finanças, o servidor esteve no exercício do cargo pelo período aproximado de **01 ano, 04 meses e 02 dias alternados** antes da edição do Decreto 004/1992, não existindo nos autos registros legais dos critérios estabelecidos para tal concessão. Com a edição da LC nº. 25/1997, supostamente não contemplou o inciso I do artigo 160.

Da segunda incorporação do valor do cargo de agente político da Secretaria Municipal de Finanças, constata-se nos autos que o servidor permaneceu no cargo pelo período aproximado de **11 meses e 07 dias ininterruptos,** supostamente não contemplou o inciso I do artigo 160 **da**LC nº. 25/1997. Ressalta-se ainda a expressa vedação no parágrafo 4º do mesmo Dispositivo Legal, analisemos *in verbis.*

Lei nº 25/1997, artigo 160.

(...)

§ 4º É vedada, sob qualquer pretexto, a incorporação da diferença referida no Parágrafo Primeiro.

Dessa análise o servidor também supostamente não contemplou o parágrafo 4º do artigo 160 daLC nº. 25/1997. Sopesando ainda tratar-se de cargo de agente político, não contemplado no PCCS dos servidores públicos Municipais de Cáceres.

7. Do reenquadramento e elevação de nível do servidor e adicional de tempo serviço-ATS**.**

Da progressão funcional, o TCE-MT aponta que a Prefeitura de Cáceres concedeu de forma reiterada direitos inerentes aos servidores efetivos concursados aos servidores contratados e a servidores estáveis pela Constituição Federal. Afirmam ainda que o STF tem manifestado com veemência e severidade quanto a esses atos de concessão praticados por gestores públicos em desacordo com os artigos 37, inciso II da CF/88 e artigo 19. § 1º do ADCT/88.

Na ficha cadastral do servidor (47/56) foram assentadas informações de atos administrativos que o enquadraram em cargo público municipal, que elevaram o seu nível, sua classe e concederem adicional de tempo de serviço/ ATS.

Os documentos acostados aos autos demonstram que o servidor é estável no serviço público municipal, contratado em 11/04/1972 para as atribuições do cargo de zelador de usina diesel elétrica-2, regido pela consolidação das leis de trabalho-CLT.

E, no decorrer dos anos teve benefícios aos seus vencimentos e remuneração que são atribuídas a servidores estatutários. Analisemos em *litteris.*

Da elevação de nível e classe sem registros dos atos.

a) Em 01/01/1974 o servidor estava no cargo de contínuo nível 01 b) Em 01/01/1975 o servidor elevou do cargo de contínuo nível 01 para o cargo de escriturário nível 03. c) Em 01/01/1976 o servidor elevou do cargo de escriturário nível 03 para o cargo escriturário nível 05, classe C. d) Em 19/07/1977 o servidor elevou do cargo de escriturário nível C para o cargo de fiscal de rendas, nível 03. e) Em 19/04/1979 o servidor elevou do cargo fiscal de rendas, nível 03 para o cargo de escriturário classe D, nível 05.

Da elevação de nível e classe com registros dos atos

a) Decreto nº.169 de 30/03/92 eleva o nível do servidor para H-5. b) Decreto nº. 186 de 28/05/96 eleva o nível do servidor de H-6 para H-7. c) Decreto nº. 110 de 17 de fevereiro de 2003 eleva a classe do servidor de F para G.

Do enquadrando em cargo com registros dos atos.

a) Decreto nº. 142 de 09 de dezembro de 1985 enquadrado o servidor em conformidade com a Lei nº. 851 de 28 de janeiro de 1981 no cargo de Técnico Nível Médio- Nível 4. b) Decreto nº. 113 de 22 de setembro de 1987 enquadra o servidor ao cargo auxiliar administrativo, nível 05. c) Decreto nº. 217 de 09 de agosto de 1991 enquadra o servidor ao cargo técnico nível médio referência H, nível 05. d) Decreto nº. 135 de 29 de março de 2004 enquadra o servidor no plano de carreira no cargo de assistente administrativo- Estável Classe J Nível I.

Do adicional de tempo de serviço/ATS com registros dos atos.

e) Portaria n. **300 de 30/09/1988, concede ATS de 20%** de acordo com o processo nº. 3226 de 28/09/1988. f) Portaria n. 103 de 20/04/1990, concede ATS de 36% a partir de 05/05/1990.

De conhecimento dos atos administrativos elencados acima, faz-se necessário uma análise investigativa por comissão de sindicância para evidenciar os dispositivos legais utilizados pela Administração Pública Municipal para determinação e concessão de direitos estatutários ao servidor.

Tal entendimento tem como supedâneo os documentos acostados aos autos que mostram que o servidor foi contratado na Prefeitura de Cáceres por meio da Portaria nº. 74 de 08 de novembro de 1972 para exercer a função de zelador de usina diesel elétrica-2.

Não há registros nos autos de nomeação do servidor em cargo na Prefeitura de Cáceres por aprovação em concurso público municipal como preceitua o artigo 37 da CRFB, existindo no momento registros de sua estabilidade constitucional ao serviço público na Prefeitura de Cáceres.

7.1 Da investidura em cargo público municipal.

O Estatuto do Servidor Público Municipal (LC 25/1997), artigo 3º inciso I, lecionado que "**o servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público".**

Para melhor entendimento quanto ao **cargo público** a LC 25/1997 assim leciona no caput do artigo 4º § 1º, vejamos.

Art. 4º-Os cargos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, e são de provimento efetivo ou em comissão.

§ 1º-Os cargos de provimento efetivo serão organizados e providos em carreira.

Ainda nesse mérito o mesmo Diploma Legal regulamenta que **servidor em cargo público** municipal são cidadãos admitidos por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, usufruindo de todos os direitos estabelecidos no mesmo e no Plano de Cargos Carreiras e Salários/PCCS da Prefeitura de Cáceres, direitos resguardados nos termos do artigo 3º, incisos, III, IV - § 1º e § 2º, que assim dispõe *in verbis*.

III - Classe é a divisão básica da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido vertical, com os correspondentes níveis de retribuições pecuniárias;

IV - Quadro é o conjunto de cargos e funções pertencentes a estrutura organizacional da administração direta, autárquica e das fundações do Município.

§ 1º As carreiras serão organizadas em classes de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e complexidade de suas atribuições, guardando correlação com a finalidade do órgão ou entidade.

§ 2º As carreiras compreendem classes de cargos do mesmo grupo profissional, reunidas em segmentos distintos, de acordo com a escolaridade exigida para ingresso.

Verifica-se em Lei que os benefícios da carreira pública municipal são direitos de servidor de cargo efetivo, evidenciado pelos documentos acostados aos autos que o caso do servidor não detém de cargo público efetivo na Prefeitura de Cáceres.

Os atos administrativos em tela, agravando-se com o reenquadramento de cargo público para outro cargo sem prévio concurso público, afronta a Constituição Federal que assim disciplina quanto à matéria, observemos em *litteris:*

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19, de 1998).

(...).

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Fortes razões para que os atos administrativos que conceberam benefícios estatutários ao servidor sejam levados ao conhecimento de autoridades competentes para análise e providencias que o caso requer, considerando que tais atos onera o cofre público municipal desta urbe, necessitando apurar as causas.

Esta comissão de inquéritoem atenção aoartigo nº. 135 da LC nº. 25/1997 doutrinando que **"Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade", r**esolve informar ao Executivo Municipal quanto aos atos administrativos de enquadramento e reenquadramento em cargo público, elevação de nível, de classe e adicional de tempo de serviço em prol do servidor **Danival Bento Rodrigues,** para providencias que o caso requer.

8. Das decisões e deliberações.

Verifica-se que os fatos trazidos pelo servidor, não são suficientes para demonstrarem por ora que as provas acostadas nos autos são inverdades ou ilegais, não apresentou fatos modificativos ou extintivos das denúncias trazidas pela Portaria de instauração do PAD.

Razões que esta comissão de inquérito **recebe** as denúncias administrativas encaminhadas pela Portaria nº. 133/2016 do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016 em desfavor do servidor Danival Bento Rodrigues, para que demonstre perante a comissão de inquérito a legalidade e regularidade nas incorporações dos cargos comissionados a sua remuneração, sendo.

1. Primeira incorporação em 17 de dezembro de 1991, por força do Decreto Municipal nº 004 de 15/01/1992 ao cargo de coordenador da Secretaria Municipal de Finanças.

2. Segunda incorporação em 14 de junho de 2011 por força do Decreto Municipal nº. 290 de 07/07/2011 do cargo de Secretário Municipal de Finanças.

E **decide** pela **INDICIAÇÃO** do servidor **Danival Bento Rodrigues,** brasileiro, divorciado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 111. 492131-91; Carteira de Identidade de Registro Geral sob nº. 0110.875-1 SSP/MT, contratado em 11 de abril de 1972 para desenvolver as atribuições de Zelador na Usina Diesel Elétrica na Prefeitura Municipal de Cáceres sob registro nº. 948, **dos seguintes fatos acusatórios.**

1º Fato. Supostamente descumprir com o disposto no artigo 178, incisos II, III, ao utilizar da função pública para requerer incorporação de função gratificada a sua remuneração.

2º Fato. Supostamente não preencher os critérios estabelecidos no artigo nº. 160 da Lei Complementar nº. 25/1997, bem como não existem nos autos registros legais dos critérios estabelecidos para incorporação do cargo comissionado à remuneração do servidor.

3º Fato. Supostamente descumprir com o disposto no artigo 178, incisos II, III, ao utilizar da função pública para requerer incorporação a sua remuneração do valor do cargo de agente político da Secretaria Municipal de Finanças, desvinculados do plano de cargos carreiras e salários/PCCS dos servidores públicos municipais. Vedada também pelo § 4º do artigo 160 da Lei Complementar nº. 25/1997.

De contínuo **delibera pela**.

a) CITAÇÃO do servidor com cópia desta Ata Indiciatória, e cópias dos autos a partir das folhas 60, pelo fato de ter recebido cópia na íntegra do PAD no ato da notificação.

b) Encaminhar à defesa técnica constituída nos autos, cópia da Carta de Citação e desta Ata Indiciatória para conhecimento e providencias que entender necessárias.

c) Indeferir o pedido de prescrição administrativa nos termos arguido pela defesa.

d) Não reconhecer e nem declarar a negativa de vigência ao princípio da isonomia em relação ao servidor.

e) Deferir a produção detodos os meios de provas admitidas em direito.

f) Juntar aos autos esta Ata Indiciatória nº. 002/2020/CPIAD.

g) Solicitar da Secretaria Municipal de Administração ficha financeira do servidor dos períodos concomitantes exercidos com função gratificada pelo servidor.

h) Requerer da Secretaria Municipal de Administração informações e documentos relativos ao apontamento do TCE sobre incongruência do Decreto nº. 290/2011 com o livro de registro, utilizando também de decreto efetivado naquele ano com outro fim.

O Inquérito Administrativo Disciplinar é o meio necessário para proporcionar ao servidor **Danival Bento Rodrigues**, a ampla defesa e o contraditório com os meios de provas admitidas em direito, para que demonstre perante a Administração Pública Municipal a legalidade da incorporação da função gratificada e do cargo comissionado a sua remuneração.

Nada mais a analisar no momento, encerra-se esta ata cumprindo como decidido e deliberado pelos membros em uniformidade.

Publica-se para que se torne público.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

FÁTIMA ARRUDA DA SILVA

Secretária da CPIAD

GIMERSON FERREIRA DE SOUZA

Membro da CPIAD

CARTA DE CITAÇÃO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR

Cáceres – MT, 15 de setembro de 2020.

Lei Municipal nº. 25/1997
Art. 212 A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Senhor,

DANIVAL BENTO RODRIGUES, brasileiro, divorciado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº. 111.492131-91; Carteira de Identidade de Registro Geral sob nº. 0110.875-1 SSP/MT, contratado em 11 de abril de 1972 para desenvolver as atribuições de Zelador de Usina Diesel Elétrica-2 da Prefeitura Municipal de Cáceres.

A presente carta, extraída dos autos abaixo-identificados, tem por finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, na qualidade de acusado, por todo o exposto na Ata Indiciatória nº. 002/2020/CPIAD acostada às folhas 126/138 dos autos e pelo despacho ao final transcrito, cuja cópia segue anexa como parte integrante desta carta, para querendo responder dentro do prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 227 da Lei Municipal nº. 25/1997 o presente PAD.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº.009/2016.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº. 133 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

PROTOCOLO Nº. 15425 DE 04/04/2016.

SERVIDOR ACUSADO DANIVAL BENTO RODRIGUES.

DESPACHO/DECISÃO - Trata-se de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD, instaurado pela Portaria nº. 133 de 04 de abril de 2016 expedida pelo Executivo Municipal da Prefeitura de Cáceres determinando apurar supostas irregularidades nas incorporações de função gratificada e cargo comissionado à remuneração do servidor **Danival Bento Rodrigues**, já qualificado nos autos.

É o que merece registro, fundamentamos e decidimos.

As denúncias foram ofertadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso na Representação Interna de nº. 35/2012 onde *notificou e citou o gestor da Prefeitura da de Cáceres para providencias imediatas sob pena de responsabilidade solidária quanto as ilegalidades e irregularidades em incorporações de funções gratificadas concedidas sem* observância a Constituição Federal artigo 37, ADCT 17 e a Lei Complementar nº. 25/1997.

De início a comissão de inquéritonotificou o servidor (fls.59) encaminhando-lhe cópia na íntegra do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016, para conhecimento e apresentação de reposta no prazo de 15 dias.

A partir da notificação prévia foi proporcionado ao servidor o direito de defesa nos autos, convidado desde o início a participar dos andamentos e dos trabalhos apuratórios desenvolvidos pela comissão de inquérito.

A resposta encaminhada pelo servidor foi juntada às (fls. 60/64). Analisada e despachada em Ata indiciatória nº. 002/2020-CPIAD (fls.126/138) dos autos.

O Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, pontua sobre “comezinho que incide o adicional de tempo de serviço na razão de 2% do salário base, acrescido da referida gratificação de função. De forma idêntica do valor equivalente a evolução salarial, (salário-base acrescido do valor da função gratificada) em face do PCCS.”

Denuncia quanto ao descompasso de ilegalidades/irregularidades perpetradas no âmbito da Prefeitura de Cáceres em face do evento 210 quanto ao adicional de tempo de serviço sobre a própria gratificação integralizada.

Quanto ao ATS sobre funções gratificadas, veementemente pontua que as vantagens pecuniárias não devem incidir em cascata, ou seja, cumulativa-

mente, uma sobre outra com base no artigo 37, inciso XIV da CF 88 e no artigo 17 do ADC.

Da função gratificada a remuneração dos servidores da Prefeitura de Cáceres, o TCE demonstra que o efeito repicão de vantagens pecuniárias percebidas por servidores públicos está expressamente vedado pela Constituição Federal/88, inciso XIV do artigo 37. Ponderam ainda que somente os vencimentos base poderão ser utilizados como parâmetro para o cálculo das vantagens, sem que uma incida sobre a outra.

Pontuam ainda que os vencimentos, as vantagens pecuniárias, os adicionais e os proventos de aposentadorias pagos em desacordo com o estabelecido em lei, serão imediatamente reduzidos aos limites delas decorrentes, vedado a invocação do direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título em conformidade com o artigo 37 da CF e artigo 17 do ADCT.

Quanto ao servidor Danival Bento Rodrigues, o TCE aponta incongruência do Decreto nº. 290/2011 com o livro de registro, utilizando também de decreto efetivado naquele ano com outro fim. Aponta também que a incorporação está em desacordo com a CF/88 artigo 37, inciso XIV, ADCT artigo 17 e LC nº. 25/1997, artigo 160, inciso I, contrárias às legalidades vigentes (fls.28, 31.v)

Das denúncias, da manifestação do servidor por meio de defesa técnica (fls.60/64), da análise aos registros assentados na ficha cadastral, na ficha funcional e nos atos administrativos que nomearam e revogaram as funções gratificadas e/ou cargos comissionados exercidos pelo servidor, findado com os Decretos das aludidas incorporações, **e, por tudo mais que constam nos autos e na carta indiciatória nº. 002/2020-CPIAD, CITAMOS o servidor dos seguintes fatos acusatórios.**

1º Fato. Supostamente descumprir com o disposto no artigo 178, incisos II, III, ao utilizar da função pública para requerer incorporação de função gratificada a sua remuneração.

2º Fato. Supostamente não preencher os critérios estabelecidos no artigo nº. 160 da Lei Complementar nº. 25/1997, bem como não existem nos autos registros legais dos critérios estabelecidos para incorporação do cargo comissionado à remuneração do servidor.

3º Fato. Supostamente descumprir com o disposto no artigo 178, incisos II, III, ao utilizar da função pública para requerer incorporação a sua remuneração do valor do cargo de agente político da Secretaria Municipal de Finanças, desvinculados do plano de cargos carreiras e salários/PCCS dos servidores públicos municipais. Vedada também pelo §4º do artigo 160 da Lei Complementar nº. 25/1997.

O servidor deverá apresentar **DEFESA PRÉVIA** por escrito com indicação de rol de testemunha no limite máximo de 05 (cinco) no prazo de 15 (quinze) dias, utilizando de todos os meios e recursos de provas admitidas em direito.

ADVERTÊNCIAS.

a) PRAZO O prazo para apresentação da defesa prévia é de 15 (quinze) dias, partindo da juntada da citação nos autos do Processo.

b) Caso o servidor não apresente a defesa prévia no prazo previsto, "a revelia será declarada por termo nos autos do Processo" (art.230 da Lei Complementar nº. 25/1997 nas alterações da L.C. nº. 94/2011), bem como declarada a sua preclusão.

DOS DISPOSITIVOS LEGAIS.

a) Art. 209 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, por meio de sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurado ao acusado ampla defesa;

b) Art. 210 - As denúncias sobre as irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e formulada por escrito confirmada a autenticidade;

c) Art. 216 - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias; de demissão; de cassação de disponibilidade ou aposentadoria; de destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração do inquérito administrativo disciplinar.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá no dia 21 de setembro de 2020, às 8 horas da manhã, por vídeo conferência.

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
1521/2020	Agropecuária JGA Ltda	Tiago Ruas Ferreira
3052/2020	TRR Carretão Petróleo LTDA	Eliana da Silva Carvalho Duarte
6836/2020	Alessandra Porto Ferraz	Ledson Glauco Monteiro Catelan
8226/2020	Joselito Gonçalves de Alcântara	Nycollas Fernandes de Almeida

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 15 de setembro de 2020

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
COVID-19: EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 1633/2020

Aos 14 dias do mês de setembro de 2020, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônio José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Jeovan Faria**, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio

Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a **Ata de Registro de Preços (ARP) nº 45/2020** com a empresa **GRÁFICA DO PRETO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.750.414/0001-26, com sede na Av. Balneário Dr. Meirelles, nº 09, Qd. 03 – Setor II, Bairro Tijucal – CEP 78. 088-010, em Cuiabá - MT, doravante denominada REGISTRADA, representada neste ato por seu sócio administrador **Waldemir Ferreira de Souza Filho**, brasileiro, casado, empresário, portadora da cédula de Identidade nº 10932094 SSP/MT e do CPF nº 702.949.251-04, residente e domiciliado na Rua Cinco, nº 25, Altos do Coxipó – CEP 78.088-540, em Cuiabá - MT; nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber as disposições das Leis Federais nº 8.666/93, 123/06 e 147/214, Decreto Estadual nº 840/17, Decreto Federal nº 8. 250/14, Decreto Federal nº 8.683/16; decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 06/2020, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - SERVIÇO DA LICITAÇÃO

1.1. O serviço do presente instrumento é o Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos para o combate ao Covid-19, para atender as necessidades da secretaria de educação e escolas municipais, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência**.**

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

GRÁFICA DO PRETO LTDA CNPJ Nº 03.750.414/0001-26							
ITENS	**CÓD**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UNIDADE**	**QTD**	**V. UNIT.**	**TOTAL**
1	93795	DISPENSER PARA ALCOOL EM GEL COM CAPACIDADE PARA ATE 5 LITROS DE PRODUTO, CARCACA EM MDF, ADESIVADO; ACIONAMENTO POR PEDALEIRA, SISTEMA DE TRANCAMENTO DE PORTA, ALTURA 1,30M, LARGURA 0,30M PROFUNDIDADE 0,50M	Gráfica do Preto	UNIDADE	12	262,50	3. 150,00
7	93794	TOTEM DISPLAY SUPORTE PARA ALCOOL EM GEL, ACIONAMENTO POR PEDAL, TODO CONSTRUIDO EM METAL COM PEDAL E ACOMPANHA DISPENSER EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE PARA 500 ML	Gráfica do Preto	UNIDADE	5	219,00	1. 095,00
TOTAL							**R$ 4. 245,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 4.245,00 (quatro mil duzentos e quarenta e cinco reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, serviço deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2020:

06.020.12.361.0012.2059.3390300000 – RED. 0427

06.020.12.361.0012.2059.3390300000 – RED. 0424

3.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

4.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 06/2020.

4.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade de Nelson Gonçalves de Melo, conforme Portaria nº 337, de 14 de setembro de 2020.

Campinápolis - MT, 14 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GRÁFICA DO PRETO LTDA

CNPJ nº 03.750.414/0001-26

Waldemir Ferreira de Souza filho

Sócio Administrador

CONTRATADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 340 DE 15 SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Ata de Registro de Preços e Substituto referente ao processo administrativo nº **2206/2020,** pregão eletrônico nº **07/2020,** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

ARP Nº	**46/2020**	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COMERCIALIZAÇÃO DE PLACAS PARA INAUGURAÇÃO.	
EMPRESA:	RB COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI	
CNPJ:	27.232.288/0001-86	
FISCAL TITULAR		
SERVIDOR:	DANIEL JUNIOR DOS SANTOS	
CARGO:	GERENTE ADMINSTRATIVO DO GABINETE	
CPF:	060.227.861-93	**MATRÍCULA:** 3877
LOTAÇÃO:	GABINETE DO PREFEITO	
FISCAL SUBSTITUTO		
SERVIDOR:	MARIVONE ALMEIDA LEITE	
CARGO:	FISCAL DE TRIBUTOS	
CPF:	625.170.741-00	**MATRÍCULA:** 8473
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTOS	

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado

no **Art. 1º** desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 15 de setembro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
COVID-19: EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 1633/2020

Aos 14 dias do mês de setembro de 2020, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônio José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Jeovan Faria**, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a **Ata de Registro de Preços (ARP) nº 43/2020** com a empresa **N. S. Karydi**, inscrita no CNPJ nº 24.728.467/0001-10, com sede na Rodovia Benevenuto Moretto, 1564, Bairro Uberaba – Cep 12.914-970, em Bragança Paulista – SP, com endereço para correspondência: Rua Ruth Franco Rocha, nº 44- Bragança Paulista – SP, doravante denominada REGISTRADA, representada neste ato por seu proprietário, **Nicolaos Stavros Karydi** , brasileiro, solteiro empresário, portador da cédula de Identidade nº 34659001 SSP/SP e do CPF nº 418.358.588-05, localizado no mesmo endereço profissional; nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber as disposições das Leis Federais nº 8.666/93, 123/06 e 147/214, Decreto Estadual nº 840/17, Decreto Federal nº 8. 250/14, Decreto Federal nº 8.683/16; decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 06/2020, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - SERVIÇO DA LICITAÇÃO

1.1. O serviço do presente instrumento é o Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos para o combate ao Covid-19, para atender as necessidades da secretaria de educação e escolas municipais, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência**.**

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

N. S. KARYDI CNPJ Nº 24.728.467/0001-10							
ITENS	**CÓD**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UNIDADE**	**QTD**	**V. UNIT.**	**TOTAL**
3	93792	MASCARA ARTESANAL DE TECIDO, CONFECCIONADA COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVEL REUTILIZAVEL, CARACTERISTICA: TECIDO 100% ALGODAO, CAMADA DUPLA, C/ CLIPE NASAL, ELASTICO RESISTENTE E DURADOURO, TAMANHOS VARIADOS (ADULTO A INFANTIL) BRANCA	RECIPROCA	UNIDADE	10.000	2,02	20.200,00
TOTAL							**R$ 20.200,0**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, serviço deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2020:

06.020.12.361.0012.2059.3390300000 – RED. 0427

06.020.12.361.0012.2059.3390300000 – RED. 0424

3.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

4.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 06/2020.

4.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade de Nelson Gonçalves de Melo, conforme Portaria nº 337, de 14 de setembro de 2020.

Campinápolis - MT, 14 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

N. S. Karydi

CNPJ nº 24.728.467/0001-10

Nicolaos Stavros Karydi

Proprietário

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
COVID-19: EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 1633/2020

Aos 14 dias do mês de setembro de 2020, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônio José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Jeovan Faria**, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a **Ata de Registro de Preços (ARP) nº 42/2020** com a empresa **STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 24.768.176/0001-56, com sede na Rua Dom Sebastião, 617, sala 02 – Bairro Vila Real, CEP 88.337-110, em Balneário Camboriú - SC, doravante denominada REGISTRADA, representada neste ato por sua Proprietária **Fernanda de Souza Straliotto**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira nacional de habilitação nº 04351180722 DETRAN/SC e do CPF nº 072.381. 099-05, residente e domiciliada na Rua 200, nº 369, Apto. 803, Centro, CEP: 88.330-462, em Balneário Camboriú - SC; nos termos da Lei Federal nº 10. 520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber as disposições das Leis Federais nº 8.666/93, 123/06 e 147/214, Decreto Estadual nº 840/17, Decreto Federal nº 8.250/14, Decreto Federal nº 8.683/16; decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 06/2020, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - SERVIÇO DA LICITAÇÃO

1.1. O serviço do presente instrumento é o Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos para o combate ao Covid-19, para atender as necessidades da secretaria de educação e escolas municipais, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência**.**

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI CNPJ Nº 24.768.176/0001-56							
ITENS	**CÓD**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UNIDADE**	**QTD**	**V. UNIT.**	**TOTAL**
6	93789	TERMOMETRO LASER DIGITAL ADULTO E INFANTIL, INFRAVERMELHO. CARACTERISTICA: 100% DIGITAL, TEMPO MAXIMO PARA MEDICAO 5 SEGUNDOS, DESLIGAMENTO AUTOMATICO DA BATERIA 7 SEGUNDOS, ALIMENTACAO PILHA, TEMPERATURA DE TRABALHO 10 A 40 °C, MIRA LASER PARA ACERTA	STRA MEDICAL / BIOLAND	UNIDADE	10	148,45	1. 484,50
TOTAL							**R$ 1. 484,50**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 1.484,50 (mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, serviço deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2020:

06.020.12.361.0012.2059.3390300000 – RED. 0427

06.020.12.361.0012.2059.3390300000 – RED. 0424

3.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

4.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 06/2020.

4.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade de Nelson Gonçalves de Melo, conforme Portaria nº 337, de 14 de setembro de 2020.

Campinápolis - MT, 14 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI

CNPJ nº 24.768.176/0001-56

Fernanda de Souza Straliotto

Proprietária

CONTRATADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 341 DE 16 SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Contrato Administrativo e Substituto referente ao Processo **nº 1857/2019,** tomada de preços nº **15/2020,** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

CONTRATO Nº	**73/2019**	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAÇÃO DE: CONCLUSÃO DA CRECHE PROINFÂNCIA TIPO 2 PADRÃO FNDE.	
EMPRESA:	CONSTRUTORA MODELAR LTDA-ME	
CNPJ:	10.788.243/0001-90	
FISCAL TITULAR		
SERVIDOR:	ADERCINO BATISTA GUIMARÃES	
CARGO:	DIRETOR	
CPF:	424.498.041-53	**MATRÍCULA:** 579
LOTAÇÃO:	UMEI – MARIA DE MORAES LIMA (CRECHE)	
FISCAL SUBISTITUTO		
SERVIDOR:	NELSON GONÇALVES DE MELO	
CARGO:	ASSESSOR PEDAGÓGICO	
CPF:	580.797.771-87	**MATRÍCULA:** 266
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 16 de setembro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PORTARIA Nº 740, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA **ELAINE CRISTINA EUZEBIO RODRIGUES GONÇALVES.**

1. A Licença será concedida pelo período de 30 (trinta) dias, com inicio em 08/09/2020 e término em 07/10/2020.

PORTARIA Nº 738, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **ZELIA SILVA ALVES PEDROTTI.**

1. O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 11/09/2020 a 09/11/2020.

PORTARIA Nº 746, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL VANUZA GLERIAN OLIVEIRA DA SILVA.

1. A licença concedida será de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 09/09/2020 e termino em 07/03/2021;

PORTARIA Nº 745, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **TICIANE LORENZON CHASSOT.**

1. O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 11/08/2020 a 29/08/2020.

PORTARIA Nº 747, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **ELAINE CRISTINA BARROS CAMPOS.**

1. O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 29/08/2020 a 26/11/2020.

AVISO DE EDITAL DE PP 043/2020

ABERTURA: 01 de outubro de 2020.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 01 de outubro às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição e instalação de persianas e divisórias.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 17 de setembro de 2020**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PORTARIA Nº 748, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

NORMATIZA A ESCALA DE TRABALHO, REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 2020, DAS ASSISTENTES DA DIVISÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADELESCENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Decreto nº 125/2017 que Dispõe sobre a criação da "Casa Lar" para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco no Município de Campo Novo do Parecis e dá outras providências;

o Memorando nº 459/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. NORMATIZAR a escala de trabalho, referente ao mês de setembro de 2020, das Assistentes da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente:

Equipe S	Rita de Cassia Vilas Boas e Izabeliane de Souza Macedo
Equipe T	Carla Cristina Souza Moura e Hellen Magalhães Rodrigues
Equipe U	Francisca Maria Lopes Soares e Gislei Pereira da Silva

	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom.
Dia		1	2	3	4	5	6
07:00 ás 19:00		Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe S	Equipe S	Equipe S
19:00 ás 07:00		Equipe T	Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe T	Equipe T
Dia	7	8	9	10	11	12	13
07:00 ás 19:00	Equipe U	Equipe T	Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe T	Equipe T
19:00 ás 07:00	Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe S	Equipe U	Equipe U	Equipe U
Dia	14	15	16	17	18	19	20
07:00 ás 19:00	Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe S	Equipe U	Equipe U	Equipe U
19:00 ás 07:00	Equipe T	Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe S	Equipe S	Equipe S
Dia	21	22	23	24	25	26	27
07:00 ás 19:00	Equipe T	Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe S	Equipe S	Equipe S
19:00 ás 07:00	Equipe U	Equipe T	Equipe S	Equipe U	Equipe T	Equipe T	Equipe T
Dia	28		29		30		
07:00 ás 19:00	Equipe U		Equipe T		Equipe S		
19:00 ás 07:00	Equipe S		Equipe U		Equipe T		

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de setembro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 744, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL ZILENE LEONEL DA SILVA.

1. A licença concedida será de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 09/09/2020 e termino em 07/03/2021;

PORTARIA Nº 749, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA **CLAIR PIRES MACIEL.**

1. A licença concedida será de 30 (trinta) dias, com início em 23/09/2020 e término em 22/10/2020.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 742, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2020, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. INSTITUIR COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2020, em desfavor da empresa SÃO BERNADO COMERCIO DE PRODU-

TOS PARA SAÚDE EIRELI, inscrita no CNPJ nº 23.015.239/0001-30 devido o fato de a mesma não cumprir com o prazo de entrega de material hospitalar referente a Ata de Registro de Preços nº 308/2019 que tem como objeto Aquisição de Materiais Hospitalares Para Atender as Necessidades da Secretaria M 2. unicipal de Saúde, pois tal fato acarretou em prejuízo ao Município. 3. DESIGNAR membros da comissão, a saber: Presidente: Geraldo Bastos Ribeiro, matrícula funcional nº 836; Membros: Bruna Nayara Farias de Menezes, matrícula funcional nº 2353; Membros: Keully Ciany Batista Gomes, matrícula funcional nº 1903;

PORTARIA Nº 743, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

EXONERA O SENHOR **CAIO VINICIUS ELESBÃO SILVA** DO CARGO EM COMISSÃO DE *CHEFE DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO,* VINCULADO AO GOVERNO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
COVID-19: EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TRANSFERÊNCIAS

VOLUNTÁRIAS RECEBIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19

A ***PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS***, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36 neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ***RAFAEL MACHADO***, brasileiro, casado, portador do RG nº 50604257773 SSP/RS e CPF Nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, conforme dispõe no inciso V do art. 2º. da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2020 – TP proveniente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, torna público que o relatório das transferências voluntárias recebidas para o enfrentamento do Covid-19 até a presenta data, estão afixados no mural do saguão do Paço Municipal, Câmara Municipal, no site www.camponovodoparecis.mt.gov.br no Portal Transparência, conforme discriminação abaixo:

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID19) - SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Data	Origem	Finalidade	Especificação Receita	Fonte de Recurso	Valor
31/03/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 117.555,95
08/04/2020	Estadual - Fundo a fundo	Assistência Social	1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	0.1.43.074000	R$ 6.300,00
13/04/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 205.702,99
30/04/2020	** Federal - Emenda*	*Saúde*	*1.7.1.8.03.1.1.25.00.00*	*0.1.46.070000*	*R$ 100.000,00*
19/05/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.09.00.00	0.1.29.074000	R$ 15.000,00
19/05/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.08.00.00	0.1.29.074000	R$ 51.150,00
26/05/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - HOSPITAL	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.075000	R$ 56.252,01
04/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - HOSPITAL	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.075000	R$ 953.335,40
05/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.10.00.00	0.1.29.074000	R$ 14.175,00
05/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.11.00.00	0.1.29.074000	R$ 38.640,00
05/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.12.00.00	0.1.29.074000	R$ 104.400,00
09/06/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	0.1.26.076000	R$ 128.034,39
23/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.08.00.00	0.1.29.074000	R$ 51.150,00
24/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.11.00.00	0.1.29.074000	R$ 38.640,00
24/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.12.00.00	0.1.29.074000	R$ 104.400,00
13/07/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	0.1.26.076000	R$ 128.034,39
15/07/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 200.000,00
06/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.10.00.00	0.1.29.074000	R$ 14.175,00
06/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde/Educação	1.7.1.8.03.9.1.03.00.00	0.1.46.074001	R$ 75.950,00
12/08/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.06.00.00	0.1.27.076000	R$ 128.034,39
18/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 800.000,01
18/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 100.000,33
21/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 1.411.261,67
21/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.08.00.00	0.1.29.074000	R$ 34.100,00
21/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.09.00.00	0.1.29.074000	R$ 5.000,00
11/09/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	0.1.26.076000	R$ 129.885,86
				Total:	R$ 5.011.177,39
** Valor recebido através de Emenda Parlamentar Individual no Bloco "Atenção Básica", mais com finalidade de atendimento ao COVID19.*					
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS REFERENTE APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO (MP Nº 938/2020) E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS FINANCEIROS (LEI Nº. 173/2020, art. 5., II)					
Data	Origem	Finalidade	Especificação Receita	Fonte de Recurso	Valor
14/04/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 110.912,33
07/05/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 101.908,00
05/06/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 448.266,99
09/06/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.312.549,33
07/07/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 316.177,06
13/07/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.312.549,33
12/08/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.312.549,33
21/08/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 28.479,86
04/09/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 205.116,03
11/09/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.335.768,38
				Total:	R$ 10.484.276,64
				Total Geral:	R$ 15.495.454,03

Campo Novo do Parecis/MT, 11 de setembro de 2020.

EMERSON DE LIMA MIRANDA RAFAEL MACHADO

Contador Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE TP 004/2020

ABERTURA: 05 de outubro de 2020.

INÍCIO DA SESSÃO: 05 de outubro às 08h00min.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de restauração do pavimento asfáltico com aplicação de lama asfáltica em diversas ruas no município de Campo Novo do Parecis, de acordo com o Convênio nº 008/2014 firmado entre a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e o Município de Campo Novo do Parecis..

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, Centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 17 de setembro de 2020**.**

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão de Permanente Licitação

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 39/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

VIGÊNCIA: Os produtos hospitalares deverão ser entregues em até 07 (sete) dias úteis.

OBJETO: Dispensa de Licitação para aquisição de materiais hospitalares para tender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde na Farmácia Municipal, aquisição de materiais hospitalares necessários devido ao cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 307/2019.

DO FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei n.º. 8.666/93, dispensado o instrumento contratual por se tratar de produtos para entrega imediata conforme art. 62, §4º, da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL: R$ 26.997,54 (vinte e seis mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020 – EMERGENCIAL

Dispensa de Licitação emergencial para atender as necessidades do Município ao combate da pandemia de COVID-19, nos moldes do art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e Decreto Municipal nº 61/2020, com aquisição de botijão de criogênico para nitrogênio, para tender o Laboratório Municipal.

Razão Social	**VOLTA INDUSTRIAL AGROPECUARIA LTDA - EPP**
CNPJ	45.450.285/0001-09
Valor R$	VALOR: R$ **6.000,00 (seis** mil reais).
Prazo de entrega	**O prazo de entrega será de até 10 dias úteis**
Numero Contrato	Processo de Dispensa de Licitação nº 038/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2020

PREGÃO PRESENCIAL 036/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: LF ENGENHARIA E METALURGICA EIRELI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de produtos de serralheria com sua devida instalação.

VALOR TOTAL: R$ 67.500,00.

AVISO DE RESULTADO PP 036/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 036/2020, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de produtos de serralheria com sua devida instalação, teve como vencedoras as empresas: NATHANN L. PERINI com o valor total de R$ 331.500,00 (trezentos e trinta e um mil e quinhentos reais), IVONEI ZAMBERLAN –ME, com o valor total de R$ 307.500,00 (trezentos e sete mil e quinhentos reais) e LF ENGENHARIA E METALURGICA EIRELI, com o valor total de R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 17 de setembro de 2020.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2020

PREGÃO PRESENCIAL 036/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: IVONEI ZAMBERLAN –ME.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de produtos de serralheria com sua devida instalação.

VALOR TOTAL: R$ 307.500,00.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2020

PREGÃO PRESENCIAL 036/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: NATHANN L. PERINI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de produtos de serralheria com sua devida instalação.

VALOR TOTAL: R$ 331.500,00.

PORTARIA Nº 737, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **INES TERESINHA HORN.**

1. O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 13/09/2020 a 11/11/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o REGISTRODE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10. SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES Dia: 01 **de OUTUBRO de 2020, às 9:30 horas (Horário de Brasília – DF). Site: www.licitanet.com.br. LOCAL, DIAS E HORARIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DO EDITAL: Dias – Segunda à Sexta-feira (em dias de expedi-**

ente), Horários – Das 07:00 às 13:00 (horário de Mato Grosso). Local: Praça dos 03 Poderes, nº 03 – Campo Real II - Campo Verde-MT (Sala de Licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o Edital acessando a página www.campoverde.mt.gov.br, local "Compras Públicas). Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura Municipal de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br, conforme modelo do Anexo VIII deste Edital, para eventuais informações aos interesses, quando necessário. Campo Verde – MT, 17 de Setembro de 2020.

Ana Carolina Sant'Ana Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

005/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS POR MEIO DE DAM – DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, na Modalidade Credenciamento Nº 005/2020, que acontecerá do dia 19 de OUTUBRO de 2020 ao dia 19 de OUTUBRO de 2021, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital no site www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 17 de setembro de 2020.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: HGR COMÉRCIO DE HIDRÔMETROS LTDA – EPP, CNPJ Nº 17.880.286/0001-40

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HIDROMETROS E KIT CAVALETE COMPLETO – PREGÃO Nº 091/2020.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 17/09/2020 À 17/09/2021

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	HIDRÔMETRO MULTIJATO ¾ X 3M³	260 UND	ENERGYRUS	R$ 72,52	R$ 18.855,20
02	KIT CAVALETE COMPLETO ¾	290 UND	ESAPLAST	R$ 23,60	R$ 6.844,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 25.699,20 (VINTE E CINCO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2608/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE APROVAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020, REFERENTE AO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DESTINADO AO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado a Reavaliação Atuarial de 2020 e alterada a tabela do anexo único do inciso IV do Art. 44, fazendo-se substituir pela tabela anexa, referente ao plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, considerando o reinício de contagem do prazo máximo de 35 (trinta e cinco anos) para o plano de amortização, a contar da publicação desta lei, trazida pelo artigo 6º, I, da Instrução Normativa SPREV nº 007/2018, da Portaria MF 464/2018.

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2020, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei, conforme tabela constante do Anexo Único.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de setembro de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

DOURIVAL PEREIRA GARDEZ JUNIOR e AMABILE MACHADO GARDEZ, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 14 da QUADRA 15, LOCALIZADO NA AV. PORTO ALEGRE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
COVID-19: DECRETO Nº. 090, 17 DE SETEMBRO DE 2020.

ATUALIZA AS MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS, DE CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, DESTINADAS À PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE.

O Prefeito Municipal de Campo Verde - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança do exercício das atividades econômicas sem qualquer prejuízo a manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação ao COVID-19;

CONSIDERANDO, por fim, a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em ação de controle concentrado de constitucionalidade, que conferiu aos Municípios o poder para, diante da realidade, adotar as medidas restritivas à circulação de pessoas e de funcionamento de atividades econômicas para preservar a vida.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do Art. 3º do Decreto nº 077 de 18 de agosto de 2020, que passa a vigorar com as seguinte redação:

*"**parágrafo único -** Fica autorizado o atendimento de até 3 (três) alunos, pelo período de até 2 (duas) horas, nas escolas públicas e privadas de ensino infantil, fundamental e médio, e, quanto as creches e hotelzinho, fica autorizado o funcionamento limitado a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento, após parecer da vigilância sanitária e emissão de Nota pela Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19, e, em todos os casos, deve ser seguido os protocolos de higiene para prevenção da COVID-19."*

Art. 2º - Altera o caput do Art. 4º do Decreto nº 077 de 18 de agosto de 2020, e acrescenta-se os incisos IV e V, passando a vigorar com as seguinte redação:

*"**Art. 4º -** Ficam vedadas as seguintes atividades:*

(...)

***IV -** utilização, em veículos ou aparelhos de qualquer espécie, de equipamento que produza som audível pelo lado externo, nas avenidas, ruas, canteiros, praças e logradouros públicos.*

a) Exceto veículos prestadores de serviço com emissão sonora de publicidade, divulgação, entretenimento e comunicação, desde que estejam portando autorização emitida pelo órgão ou entidade local competente.

***V –** Aglomeração de pessoas em avenidas, ruas, canteiros, praças e logradouros públicos.*

a) Considera-se aglomeração a reunião de mais de 03 (três) pessoas"

Art. 3º - Ficam alterados os inciso III e XII do Art. 5º do Decreto nº 077 de 18 de agosto de 2020, que passam a vigorar com as seguinte redação:

(...)

III –** Bares, conveniência e distribuidoras de bebidas deverão manter a distância entre as mesas dos consumidores em 2 m (dois metros), devendo ainda ser seguido todos os protocolos de higiene para prevenção da COVID-19 as regras da **NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 03: RESTAURANTES, PIZZARIA, SORVETERIAS, LANCHONETES, PADARIAS E CAFÉS.

(...)

***XII -**Festas e reuniões com até 10 (dez) pessoas nas residências particulares.*

(...)"

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Fica revogado o Art. 11º do Decreto nº 077 de 18 de agosto de 2020 e os incisos XXVI e XXVII da ***NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 03: RESTAURANTES, PIZZARIA, SORVETERIAS, LANCHONETES, PADARIAS E CAFÉS***.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de setembro de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2609/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A FIRMAR INSTRUMENTO PÚBLICO COM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar instrumento público com o Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS-MT, a fim de destinar aporte financeiro no valor de R$ 33.825,00 (trinta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais) para aquisição de 165 (cento e sessenta e cinco) exames de tomografia computadorizada de tórax, cujo objetivo visa atender as demandas oriundas da situação epidemiológica decorrentes da pandemia (COVID-19) no âmbito do município de Campo Verde-MT, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública, para fins de contenção do coronavirus em nosso município.

Parágrafo único – Os recursos de que trata o caput deste artigo são provenientes de repasse federal, liberado através da Portaria nº 1.666 de 01 de julho de 2020, para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19), disponibilizados para a população campoverdense e municípios vizinhos no combate a COVID-19.

Art. 2º - As especificações relacionadas e demais providências que condicionam o respectivo aporte serão entabuladas mediante instrumento público entre as partes celebrado, ficando previamente estabelecido que o referido instrumento extingue-se em 31 de Dezembro de 2020, ou até que seja utilizado todo o saldo especificado no artigo 1º desta Lei.

Parágrafo Único – Poderá o referido instrumento ser rescindido a qualquer tempo, mediante justificativa razoável do Poder Público Municipal, devendo ser restituído ao Erário o saldo residual não utilizado.

Art. 3º - O interesse público se justifica porque essa medida irá beneficiar toda a população campoverdense que utiliza dos serviços públicos de saúde, para garantir a segurança e bem estar de todos os munícipes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 17 de Setembro de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

EUCLIDES MAGRI , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 04 da QUADRA 14, LOCALIZADO NA AV. BRASIL, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 091/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a homologação do PREGÃO Nº 091/2020 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HIDROMETROS E KIT CAVALETE COMPLETO – para a empresa: HGR COMÉRCIO DE HIDRÔMETROS LTDA – EPP, CNPJ nº 17.880.286/0001-40, vencedora do certame com o valor de R$ 25.699,20 (vinte e cinco mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos). Campo Verde, 17 de setembro de 2020. Leila Gubert – Pregoeira.

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 071/2018, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE JARDINEIRO, RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE EL

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI – EPP

Objeto: fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de Dezembro de 2020, contados a partir do dia 12 de Setembro de 2020.

Valor: R$ 22.265,79 (vinte e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

Data de Assinatura: 11 de Setembro de 2020.

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 109/2019, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LAVADOR DE VEÍCULOS, SERVENTE DE ATERRO SANITÁRIO E AUXILIAR DE CARG

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de Dezembro de 2020, contados a partir do dia 16 de Setembro de 2020.

Valor: R$ 23.835,51 (vinte e três mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Data de Assinatura: 11 de Setembro de 2020.

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 110/2019, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LAVADOR DE VEÍCULOS, SERVENTE DE ATERRO SANITÁRIO E AUXILIAR DE CARG

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de Dezembro de 2020, contados a partir do dia 16 de Setembro de 2020.

Valor: R$ 9.717,58 (nove mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos).

Data de Assinatura: 11 de Setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2020

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 127/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que foi realizada adesão à Ata de Registro de Preços nº 245/2019, oriunda do Pregão Eletrônico nº 21/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis – MT para aquisição de brinquedos para parques infantis, conforme edital e demais documentos do referido certame, tendo como detentora do preço registrado a empresa **EDUCA FACIL INDUSTRIA DE BRINQUEDOS E COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS, PAPELARIA E DESCARTAVEIS EIRELI,** inscrita noCNPJ/MFsob o nº 15.644.619/0001-06, com valor global, para esta adesão, de R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 16 de setembro de 2020.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro

Portaria nº 127/2020

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 53/2020.

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 06/2020, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente a futura e eventual contratação de empresa pra aquisição de brinquedos com acessibilidade para parques em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio/MT.

Contratado: Delva Fabricação de Peças em Metais LTDA. CNPJ/MF nº 09. 135.430/0001-95.

Valor por unidade: R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Valor global: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Fundamento Legal: Art. Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, art. 1º, II, do Decreto Federal nº 9.412/2018.

Dispensa de Licitação: 53/2020.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 17 de Setembro de 2020.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2020

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 127/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que foi realizada adesão à Ata de Registro de Preços nº 243/2019, oriunda do Pregão Eletrônico nº 21/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis - MT para aquisição de brinquedos com acessibilidade para parques infantis, conforme edital e demais documentos do referido certame, tendo como detentora do preço registrado a empresa **DELVA FABRICACAO DE PECAS EM METAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.135.430/0001-95, com valor global, para esta adesão, de R$ 47.880,00 (quarenta e sete mil e oitocentos e oitenta reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 17 de setembro de 2020.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro

Portaria nº 127/2020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 86/2020.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviço de saúde (Classes A, B e E).

DO VALOR GLOBAL: R$ 12.600,00 (Doze mil e Seiscentos reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06- Secretaria Municipal de Saúde; 01 - Fundo Municipal de Saúde; 6149 – Unidade Mista Integrada Leocyr Lazaretti

(364) 06.01.2.029.3.3.90.39.75.00.00.00.0102 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

DA VIGÊNCIA: 16/09/2020 à 15/12/2020.

ASSINAM:JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e PAZ AMBIENTAL LTDA - / CONTRATADO.

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 148, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR remanejamento DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, “c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.106, de 14 de abril de 2020;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar por Remanejamento ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 1.048.385,92 (um milhão, quarenta e oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras Públicas e Serviços Urbanos

PROJETO: 1.112 Construção de Ciclovia e Pista de Caminhada Na Avenida Valdir Masutti

(150) 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 1.048.385,92

Total.....R$ 1.048.385,92

Art. 2º A cobertura do crédito suplementar por Remanejamento a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 12 Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

UNIDADE: 01 Departamento de Indústria e Comércio

(720) 4.5.90.66.00.00.1.005.01.0000 Concessão de Empréstimos e Financ. R$ 92.550,00

(721) 4.4.90.51.00.00.1.062.01.0000 Obras e Instalações R$ 898.355,48

(704) 3.1.90.11.00.00.2.103.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 57.480,44

Total da anulação.....R$ 1.048.385,92

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de setembro de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

CHEFE DE GABINETE
EDITAL Nº 004 / PLANEJAMENTO, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a audiência pública da Lei Orçamentaria Anual para o exercício 2021.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, e demais legislações aplicáveis, **COMUNICA** às entidades civis organizadas e à população em geral que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia 06 de outubro de 2020 (terça-feira), às 19:00 horas, no auditório do Centro Cultural Ricieri Mazutti, sendo desígnio do local com melhores acomodações, resguardando distanciamento social durante a pandemia do Covid-19, a fim de evitar propagação do Coronavírus; com o objetivo de apresentar a LOA Lei Orçamentária Anual (LOA) do Exercício 2021.

Campos de Júlio/MT, em 17 de Setembro de 2020.

José Odil da Silva

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 411/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

PORTARIA N. 411/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

"QUE *REVOGA A* PORTARIA N. 115/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020*, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o memorando n. 766/2020/SMSCBN, exarado pela Sr.ª Gabriela Pereira Lima, que solicita a revogação da referida portaria.

RESOLVE:

Artigo 1º. Revogar a portaria n. 115/2020, de 20 de março de 2020, que nomeou o Sr. **Ivanis Gomes Tiburcio**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n.58.537.410-7, emitido por SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 098.928.826-95, no cargo de **FISCAL SANITÁRIO.**

Artigo 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 07 de agosto de 2020 , revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá - MT para Canabrava do Norte, em 17 de setembro de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 412/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

PORTARIA N. 412/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **DANILO RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n.2078772-3, emitido por SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 036.321.021-04, para exercer o cargo de **FISCAL SANITÁRIO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá-MT para Canabrava do Norte - MT, em 17 de setembro de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

ERRATA – PORTARIA Nº 441/2020

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Designar **GABRIEL KASPRCZAK DA SILVA**, servidor no cargo de Motorista Escolar, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 100/2020 – Adesão a Ata de Registro de Preços nº 007/2020 -** Cujo objeto é Adesão (Carona) a Ata de Registro de Preços nº 188/2019, oriundo do pregão presencial nº 064/2019, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte-MT, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Ônibus escolar.

LEIA-SE CORRETO:

Art. 1º - Designar **GABRIEL KASPRCZAK DA SILVA**, servidor no cargo de Motorista Escolar, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 100/2020 – Adesão a Ata de Registro de Preços nº 006/2020 -** Cujo objeto é Adesão (Carona) a Ata de Registro de Preços nº 188/2019, oriundo do pregão presencial nº 064/2019, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte-MT, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Ônibus escolar.

(*) Republicada por conter no documento público no Diário Oficial de Contas (TCE/MT) nº 1953, de 15/07/2020, p.44 e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios (AMM) nº 3.521, de 15/07/2020, p.78, erro material (digitação), divergindo do documento assinado.

ERRATA – PORTARIA Nº 442/2020

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Designar **ENISIO MELATO**, servidor no cargo de Assessor de Planejamento, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 101/2020 – Adesão a ata de registro de preços nº 006/2020 -** Cujo objeto é Adesão (Carona) a Ata de Registro de Preços nº 188/2019, oriundo do pregão presencial nº 064/2019, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte-MT, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Ônibus escolar.

LEIA-SE CORRETO:

Art. 1º - Designar **ENISIO MELATO**, servidor no cargo de Assessor de Planejamento, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 101/2020 – Adesão a ata de registro de preços nº 007/2020 -** Cujo objeto é Adesão (Carona) a Ata de Registro de Preços nº 041/2020, oriundo do Pregão Eletrônico nº 001/2020, da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, que tem por objeto a aquisição de caminhão caçamba basculante.

(*) Republicada por conter no documento público no Diário Oficial de Contas (TCE/MT) nº 1953, de 15/07/2020, p.44 e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios (AMM) nº 3.521, de 15/07/2020, p.78, erro material (digitação), divergindo do documento assinado.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051-2020

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP ‘‘

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a locação de decoração natalina**,de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **30/09/2020 às 13h30min** (**Horário de brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação sub-

sidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, **por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 17 de setembro de 2020.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

QUINTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 102/2019

QUINTO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 102/2019**, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O **MUNICÍPIO DE CANARANA – MT**, E A EMPRESA **J.P. BARBOSA - ME**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, neste ato devidamente representado, na forma de sua lei Orgânica, por seu prefeito **FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 888.448.461-87, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **J.P. BARBOSA - ME**, inscrita no CNPJ nº. 28.257.664/0001-50, localizada à Rua Planalto nº 923, Bairro Nova Canarana-MT, na cidade de Canarana-MT, por intermédio de seu representante legal, o **Sr JEFFERSON PEREIRA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de Obras, portador da Cédula de Identidade RG nº 1308395-3 SESP/MT e do CPF nº. 905.323.921-91, denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **5º termo aditivo do contrato nº 102/2019**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no art. 57, § 1º incisos II, III e VI da Lei nº. 8.666/93 e conforme disposto no inciso 4.4 do contrato originário.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2019**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e o contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do contrato** e o **prazo de execução da obra** de **reforma do Posto de Saúde da Família Mutirão, conforme Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Ministério da Saúde.**

2.2 – Ficam acrescidos **120 (cento e vinte) dias ao prazo de execução estendendo-se até o dia19/01/2021** e **240 (duzentos e quarenta) dias à vigência do contrato** prorrogando até o dia **19/05/2021**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1 – Conforme justificativa do fiscal do contrato, diante da falta de repasse financeiro pelo Governo Federal através do Ministério da Saúde, a ordem de inicio para a reforma atrasou, existindo assim a necessidade de prorrogar a vigência do contrato, bem como, o prazo de execução, para as futuras medições e pagamentos, não causando nenhum prejuízo aos cofres públicos.

CLÁSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Em conformidade com o previsto no artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, este instrumento será publicado no Mural de Publicações da Prefeitura, Portal da Transparência, Diário Oficial de Contas do TCE/MT e Diário Oficial dos Municípios - AMM.

CLAÚSULA QUINTA – CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do **contrato nº 102/2019, 1º, 2º, 3º e 4º termos aditivos**.

CLAÚSULA SETIMA – FORO

7.1 - As partes elegem o foro da comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno e comum acordo com todas as cláusulas e condições contratuais acima consubstanciadas, assinam o presente instrumento, lavrado em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Canarana-MT, 11 de Setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

J.P. BARBOSA - ME.

JEFFERSON PEREIRA BARBOSA

CONTRATADO

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

FISCAL DO CONTRATO

PORTARIA Nº 253 de 13/05/2019

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020, de 17/09/2020

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a Dispensa de licitação para **Contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos para montagem de Padrão T6 e aterramento para atender as necessidades do Ponto Atendimento municipal de Carlinda/MT,** visando o **atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**

VALOR GLOBAL: **R$6.900,00 (seis mil e novecentos reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **MAIA MATERIAIS ELETRICOS LTDA LTDA sob CNPJ: 21.637.658/0001-89**

Carlinda - MT, 17 de Setembro de 2020.

Deise Dione Mutschall

Presidente da C.P.L

LEI MUNICIPAL Nº 1.232/2020

Lei Municipal nº 1.232/2020

Autoria: Poder Executivo

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU, E EU, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de Até R$ 31.200,00(Trinta e Um Mil, Duzentos Reais), destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar em seu Orçamento Programa 2020 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Assistência Social.		
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social		
Função: 08 – Assistência Social		
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária		
Programa: 0029 COVID – AÇÕES EMERGENCIAIS - SUAS		
Atividade: 2062 – AÇÕES EMERGENCIAIS SUAS - COVID19		
Fonte de Recursos: 0.1.29.074000 – Ações de Saúde para Enfrentamento do Coronavírus-COVID-19		
Natureza da Despesa:		
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	22.000,00
339030 – Material de Consumo	R$	7.200,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R$	2.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**31.200,00**

ARTIGO 3°: Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, nos termos do § 1º, Inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS		
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social		
Função: 08 – Assistência Social		
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária		
Programa: 0005- Proteção Social Básica		
Atividade: 2013 – Manutenção dos Programas da Rede SUAS		
Fonte de Recursos: 0.1.29.000000 – Transferências de Recursos do FNAS		
Natureza da Despesa:		
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	31.200,00
TOTAL GERAL	**R$**	**31.200,00**

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 1186/2019 - LDO 2020, LOA 2020 aprovada pela Lei Municipal nº1189/2019 e Lei Municipal nº 1045/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda – MT, em 17 de Setembro de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 030/2020

O Senhor **Francisco Robério Gomes Alencar**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

Considerando a impossibilidade do Vereador Manoel Miranda da Costa;

Resolve:

Artigo 1º - DECLARAR vago o cargo de Vice-Presidente da Mesa Diretora, de acordo com o Artigo 28 do Regimento Interno.

Parágrafo único- Fica o cargo vago a disposição dos interessados, podendo votar e serem votados(a) todos(a) os Vereadores(a), exceto o suplente de Vereador.

Artigo 2º - O(a) interessado(a) deverá encaminhar ofício a presidência desta Casa manifestando seu interesse ao cargo vago.

Artigo 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 14 de setembro de 2020.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Francisco Robério Gomes Alencar

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 337 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MÔNICA ROQUE DA COSTA DE LIMA** matricula n.º 3737, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 17 de Setembro de 2020, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 16 de Setembro de 2020.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 034/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: HANSEN & MELO LTDA CNPJ 28.014.669/0001-51

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO BURITI NO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 26 de Outubro de 2020.

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 25 de Dezembro de 2020.

ACRESCIMO: R$51.090,46 (cinquenta e um mil novecentos reais quarenta e seis centavos)

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 338 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **PEDRO PEREIRA MORBEGUES**, ocupante do cargo de Vigia matricula 3460, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo ser usufruído de **21/09/2020 à 20/10/2020**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2018/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 034/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: HANSEN & MELO LTDA CNPJ 28.014.669/0001-51

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO BURITI NO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

SUPRESSIVO: R$43.750,02 (quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais e dois centavos)

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

LEI MUNICIPAL Nº 1.233/2020

Lei Municipal nº 1.233/2020

Autoria: Poder Executivo

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU, E EU, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de Até R$ 26.542,00(Vinte e Seis Mil, Quinhentos e Quarenta e Dois Reais), destinados à Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar em seu Orçamento Programa 2020 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA		
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 122 – Administração Geral		
Programa: 0028 COVID - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA		
Atividade: 2061 - Enfrentamento da Emergência COVID19		
Fonte: 0.1.46.074000 – Ações de Saúde para Enfrentamento do Coronavírus-COVID-19		
Natureza da Despesa:		
339030 - Material de Consumo	R$	23.887,80
339039 - Outros Serviços de Terceiros – PJ	R$	2.654,20
TOTAL GERAL	R$	26.542,00

ARTIGO 3°: Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, nos termos do § 1º, Inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA		
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 – Saúde		
Subfunção: 301- Atenção Básica		
Programa: 0025- Blocos de Financiamentos do SUS		
Atividade: 2035 – Bloco I – Atenção Básica		
Fonte: 0.1.46 – Transferências SUS União – Bloco Custeio		
Natureza da Despesa:		
3390.30 – Material de Consumo	R$	26.542,00
TOTAL GERAL	**R$**	**26.542,00**

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 1186/2019 - LDO 2020, LOA 2020 aprovada pela Lei Municipal nº1189/2019 e Lei Municipal nº 1045/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda – MT, em 17 de Setembro de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Secretário Municipal de Saúde, torna pública a errata da publicação do edital de divulgação das inscrições, que em súmula "**DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2020, EDITAL DE SELEÇÃO N° 002/2020 COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 907/2015**", publicado no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, página 116 da publicação nº 3.566 do dia 17 de setembro de 2020, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

A Secretária Municipal de Educação

LEIA-SE:

O Secretário Municipal de Saúde

ONDE SE LÊ:

Maria das Dores da Costa

Secretária Municipal de Educação

Decreto 010/2017

LEIA-SE:

Darci Marques de Brito

Secretário Municipal de Saúde

Decreto 29/2020

Carlinda-MT, 17 de setembro de 2020.

Darci Marques de Brito

Secretário Municipal de Saúde

Decreto 29/2020

Daiane Mariana da Silva Benfica

Presidente Comissão Seletiva

Portaria 184/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SETOR DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 004/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 004/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 0529/2020

OBJETO: "***Contratação de Pessoa Física Especializada na Prestação de Serviços na Área de Termo de Referência, para atender a necessidade da Prefeitura Municipal***"

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, REPRESENTADA PELO SECRETÁRIO, SENHOR **LUIZ LEITE DE OLIVEIRA.**

CONTRATADA: CLAYTON NASCIMENTO MACHADO - CPF nº. 002. 006.711-97.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global do presente contrato será de **R$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais)** sendo **R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) mensais**

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do contrato.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da realização da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**, realizado com fundamento no **art. 25, inciso II, da Lei n. º 8.666, de 21 de junho de 1993**, e com respaldo do **Parecer Jurídico n.º 07/2020**.

Chapada dos Guimarães, 20 de janeiro de 2020.

RATIFICO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL N.º 078/2020

DECRETO MUNICIPAL N.º 078/2020

PRORROGA O MANDATO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que a pandemia do COVID-19 inviabilizou, por um determinado período, a realização de atos que, por sua natureza, poderia resultar na aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO que, durante esse período, o mandato dos membros de Conselhos Municipais, entre eles, o CONDEMA e o Conselho Municipal de Saúde, o que pode inviabilizar a participação da sociedade civil nas importantes decisões que devem ser adotadas pela administração pública municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar para 31 de dezembro de 2020 o mandato de todos os membros de Conselhos Municipais de Chapada dos Guimarães/MT, que venceram até a data de publicação deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 16 de setembro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 006/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 006/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 0259/2020

OBJETO: "***Contratação para prestação de serviço técnico de alimentação do Sistema Geo-Obras em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento do Município de Chapada dos Guimarães, MT***"

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, REPRESENTADA PELA SECRETÁRIA, SENHORA **CLAUDIA MARIA BORGES.**

CONTRATADA: LUZINEI APARECIDA DOS SANTOS CASTRO E SILVA - CPF nº. 050.335.971-83.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global do presente contrato será de **R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)** sendo **R$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais**

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do contrato.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da realização da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2020**, realizado com fundamento no **art. 25, inciso II, da Lei n. º 8.666, de 21 de junho de 1993**.

Chapada dos Guimarães, 11 de fevereiro de 2020.

RATIFICO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 003/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 003/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 142/2020

OBJETO: "***Prestação de serviços técnicos de auditoria, assessoria e consultoria visando a recuperação das receitas advindas do ITR e recuperação ISS.***"

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, REPRESENTADA PELA SECRETÁRIA, SENHOR LUIZ PAULO SIQUEIRA DA SILVA**.**

CONTRATADA: MAXIMUS SERVIÇOS INTELIGENTES LTDA- CNPJ: 29.657.107/0001-99.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global do presente contrato será de **R$ 20% (vinte por cento) do valor máximo de R$ 550.00,00 (quinhentos e cinquenta reais) ou seja R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).**

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do contrato.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da realização da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020**, realizado com fundamento no **art. 25 da Lei n. º 8.666, de 21 de junho de 1993**, e com respaldo do **Parecer Jurídico n.º 009-M/2020/ /PGM**.

Chapada dos Guimarães, 28 de janeiro de 2020.

RATIFICO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2020/GAB.

EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2020/GAB.

CONSIDERANDO os recentes acontecimentos com os moradores no entorno do Lago do Manso, relativo as ações de reintegração de posse promovida pela Furnas Centrais Elétricas S/A;

CONSIDERANDO que esse acontecimento demonstrou não só a capacidade de União dos moradores do entorno do Lago do Manso, mas também um grande sentimento de fraternidade e solidariedade entre eles;

CONSIDERANDO que, através do requerimento protocolado em 10/09/2020 pelo do Vereador Paulinho, houve a manifestação de interesse na criação do Distrito Turístico de João Carro, como uma forma de intensificar a presença do Poder Público na Região ;

CONSIDERANDO que, para criação de um distrito a Lei Complementar nº 23/1992 exige a consulta prévia às populações diretamente interessadas;

CONSIDERANDO que a pandemia do COVID-19 que estamos vivenciando impede a prática de atos que importe em aglomeração de pessoas e, portanto, limita a realização de uma audiência pública para tratar do assunto:

CONVOCAMOS toda a população da região do João Carro, Buritizinho, Sertãozinho, Barra Bom Jardim, Quilombo, Mamede, Pedra Preta e Mata do Cipó para **CONSULTA PÚBLICA** sobre a criação do Distrito Turístico de João Carro que se realizará entre os dias 21 e 23 de setembro de 2020, das 10:00 às 17:00, no Posto de Saúde de João Carro.

A Consulta pública se dará mediante a disponibilização de duas listas para colheita de assinatura, uma **CONCORDANDO** com a criação do Distrito Turístico de João Carro a outra **DISCORDANDO** com a criação do Distrito Turístico de João Carro.

Chapada dos Guimarães/MT, 11 de setembro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA Nº 003/2020/GAB.

EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA Nº 003/2020/GAB.

CONSIDERANDO a necessidade de maio prazo para a realização da Consulta Pública sobre a criação do Distrito Turístico de Paraíso do Manso,

CONVOCAMOS toda a população da região do Paraíso do Manso, Praia Rica, Rio Palmeiras, São Joaquim, Santa Bárbara, Genésio, Arráia, Batatais, JJ, Capão das Vacas, Padilha, Córrego do Campo, Genésio Alves, Mutum, Serra Morena e toda margem direita do Rio Manso para **CONSULTA PÚBLICA** sobre a criação do Distrito Turístico de Paraíso do Manso que se realizará entre os dias 18 e 27 de setembro de 2020, das 10:00 às 17:00, no imóvel alugado para abrigar os profissionais de saúde que atuam na região, localizado no Paraíso do Manso.

A Consulta pública se dará mediante a disponibilização de duas listas para colheita de assinatura, uma **CONCORDANDO** com a criação do Distrito Turístico de Paraíso do Manso a outra **DISCORDANDO** com a criação do Distrito Turístico de Paraíso do Manso.

Chapada dos Guimarães/MT, 14 de setembro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO N° 443, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

DECRETO N° 443, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o cancelamento de valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados referentes ao exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os créditos empenhados no exercício de 2019, inscritos em “Restos a Pagar – Não processados”, conforme segue:

7452/2019-2 – Construtora Queiroz e Lima EIRELI - R$ 1.826,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 11 de setembro de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020- REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020- REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, TIPO CAMIONETE (STANDER), ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO, NO MÍNIMO 20/20, COMBUSTÍVEL: FLEX, 4 PORTAS, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, INCLUINDO O MOTORISTA, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE SUPERIOR A 70 LITROS, MOTOR POTENCIA MÍNIMA 2.0, 16 VÁLVULAS, TRANSMISSÃO MANUAL, POTENCIA MINIMA DE 163 CV (ETANOL) E 159 (GASOLINA); TRAÇÃO 4X2, FREIOS ABS NAS 04 RODAS, CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO, 1.050,00 LITROS, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVA ELÉTRICA, AIRBAG, PROTETOR DE CAÇAMBA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, RODAS ARO 17" OU SUPERIOR, CONTROLE DE ESTABILIDADE, COMPUTADOR DE BORDO COM INFORMAÇÕES DE VIAGEM, DO VEICULO E DE CONSUMO, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE DISTANCIA, INCLINAÇÃO E ALTURA, COR BRANCA, JOGO DE TAPETES, EQUIPADO COM OS DEMAIS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, GARANTIA DE NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO, PRIMEIRA DOCUMENTAÇÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA, VEICULO ENTREGUE SEM CUSTO ADICIONAIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **01 de Outubro de 2020**, estará recebendo propostas, para abertura às 08h00min,do Pregão Presencial para as aquisições supracitadas. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR ou poderá ser obtido junto à Secretaria Municipal de Administração, durante o horário de expediente. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia/MT, 17 de Setembro de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ | Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO N° 444, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

DECRETO N° 444, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o cancelamento de valores inscritos em Restos a Pagar Processados referentes a exercícios anteriores.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados no valor de R$ 8.597,20 (oito mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte centavos), conforme segue:

Empenho	Data	Credor	Valor a Pagar	Processado	Não Processado
4382/2015-2	27/07/2015	CONSTENGE CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COM. LTDA EPP	8.597,20	8.597,20	-

Art. 2º Nos termos da Lei nº 815, de 11 de setembro de 2020, os empenhos de restos a pagar cancelados poderão ser reempenhados à conta do orçamento de 2020, caso seja reconhecida e comprovada a entrega do material ou a prestação de serviços, mediante processo administrativo de reconhecimento de dívida.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 15 de setembro de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO PP 022 2020

Aviso de Resultado

A prefeitura municipal de Cocalinho, através da CPL torna público aos interessados que realizou a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 022/2020, FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS, PARA ATENDER À PREFEITURA E SUAS UNIDADES, **E sagrou se vencedora as Empresas JRF DE OLIVEIRA COMERCIO CNPJ. 05.028.523/0001-60, R DIAS LEITE COMERCIO ME CNPJ. 27.516.092/0001-13 E A EMPRESA R R OLIVEIRA DA SILVA EIRELLI ME CNPJ. 10.917.844/0001-55.**

Cocalinho-MT 16 de setembro de 2020.

Divino Cândido Cardoso

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

CONTRATO Nº. **238/2020**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **LEYLA MARTINS JACOME**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor(a), junto a Secretaria Municipal de Educação, neste município de Colíder.

VALOR: R$: 1.948,93 (Hum mil e novecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **16/09/2020 a 23/12/2020**

SECRETARIA: Municipal de Educação

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA: NA PUBLICAÇÃO DO DIA 09 DE JANEIRO DE 2020, EDIÇÃO 3393, NA PÁGINA 176 A 180 DO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO-AMM.

Onde se lê:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 077/2019

Dispõe sobre os critérios de férias coletivas dos Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Educação de Colíder.

O Secretário **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Conceder férias coletivas no período de 23 de dezembro de 2019 a 21 de janeiro de 2020, aos profissionais da educação conforme determina Art. 54 da Lei Municipal 2118/2008.

Art. 2º A concessão será de acordo com a relação descrita no Anexo I desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data da publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Colíder, 17 de dezembro de 2019.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM FÉRIAS COLETIVAS CONCEDIDAS CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR 2019.

ESCOLA MUNICIPAL FÁBIO RIBEIRO DA CRUZ

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
302	ADRIANO MARCOS C. DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3564	ANTÔNIO CARLOS FERRANTE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3563	APARECIDA ANGÉLICO DE ARAUJO BESERRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
301	CLEBER CAPELARI DA PURIFICAÇÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
117	EDSON RODRIGUES L. CAVALHEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
399	ELIZABETE REBOUÇAS NASCIMENTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3188	FÁBIO ROGÉRIO COVRE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3988	FRANCIELE ALTRÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3124	HELENA COSTA DE ARAUJO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
280	ILSON MOREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
236	ISABEL DEMITO CAPELARI DA PURIFICAÇÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
88	LUCIENE DE ALMEIDA TEODÓRIO	2018/2019	23/12/19	12/01/20	21
		2019/2020	13/01/20	21/01/20	09
122	LUZMARINA GOMES DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
4104	MARCELI GORLACH DE ALMEIDA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3558	MARCIA DA SILVA FURLANETTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
123	MARILZA MENDONÇA DE MELLO BEPPLER	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
252	MARLENE APARECIDA FONSECA MARTINS	2018/2019	23/12/19	09/01/20	18
		2019/2020	10/01/20	21/01/20	12
204	ROSA APARECIDA ZANCANI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
379	ROSANA APARECIDA CHAVES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
4101	ROSENY DE SOUZA AMORIM	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1112	ROSINEI DA SILVA SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2789	SUELEN VANESSA MUNIZ TERÇARIOL VIANA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
175	VERA LÚCIA VICENTE COUTINHO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3561	VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA	2017/2018	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO, VIGIA, TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
318	ANA MARIA DE OLIVEIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
445	EZENI DE OLIVEIRA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
178	GRACINDA DE FÁTIMA BETARELLI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1005	JANETE BOSQUETTI	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
36	JURACI FERREIRA DA SILVA ADÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1003	LEONILDO FERNANDES DE SOUZA	2018/2019	23/12/19	05/01/20	14
		2019/2020	06/01/20	21/01/20	16
470	LUZIA CAVALCANTE DA SILVA	2019/2020	23/12/20	21/01/20	30
1057	MARIA TATIANE CAVÉQUIA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
1021	MARLY NEVES DE SOUZA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
466	MARTA NOGUEIRA BASTOS SANTOS	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
367	RAQUEL APARECIDA DO AMARAL	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL ATALAIA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
4102	ANGELA MONTEIRO DOS SANTOS	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
2207	APARECIDA DE LOURDES DECHICHI SASAZAWA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
378	CREODETE A F. ALBUQUERQUE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3562	CRISTIANE PLÁCIDO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3122	DEBORA MIRIAN MARTINS RODRIGUES SOARES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
277	EDINA MARTINS DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
199	EMI RAQUEL TEIXEIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
279	ERICA DE MELO DA SILVA	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
2210	FLÁVIA CORREA DA SILVEIRA LOPES DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
283	LUIZ VANDELINO MOLINARI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3959	MARINES BATISTA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
400	QUITÉRIA DOMICIANO SILVA GOMES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
188	RAQUEL PALHARES DA SILVA OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
186	ROSELI MACENA DE JESUS RIBEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2213	ROSEVANI VALÉRIO CALVI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

3137	VALDIRENE VIANA ROCATTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3846	VANUSA DE OLIVEIRA MARINHO NUNES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO, TECNICO EM E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
3704	DIANA FRANCISCA SILVA MARTINS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
421	PAMELLA DA ROCHA LIMA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
189	RENIRA SUNIGA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
475	NEUZELI RODRIGUES DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL IVANIRA MOREIRA JUNGLOS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
291	APARECIDA PRECILIANO VUOLLO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
154	AURELICE MARCOS BALAN	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
249	EDILEUS DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3619	EDNA APARECIDA RAMOS DE CARVALHO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3121	HOSANA APARECIDA DONADIA SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
160	IVANETE FRANCISCA DA SILVA CUNHA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
403	JOSÉ ATAÍDE DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
305	LEILA DA SILVA TEIXEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
382	MARIA APARECIDA JESUS CORNIANI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
38	MARIA CRISTINA FÁVERO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3450	MIRIAN DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3632	RENATA CORREA RAMOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1155	ROGÉRIO DA SILVA CANOVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR, VIGIA, TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
361	ADOLFO FERREIRA MOURA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1501	ALICE DA CRUZ ALMEIDA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1028	ELIANE MOREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1274	ELIANE RUBENS DE SOUZA	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
141	ENIVALDO ALVES DE LIMA	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
411	PEDRO LEONIR CAMARGO	2018/2019	23/12/19	21/01/20	
394	SEBASTIANA ALVES FERNANDES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
393	VALDILENE BRITO MENEZES PIGOSSO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL SANTA BERNADETE

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
3130	ELIANE LOPES PEREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3423	ELIANE MARCELINO DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3560	GISELLE JERONIMO SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3847	JOSIANE DA COSTA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3848	ROSA VUOLLO DE ARAUJO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3559	VALDELÚCIA DANIEL DE RESENDE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
316	APARECIDA GUIMARÃES DA SILVA RODRIGUES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
293	MARIA HELENA B. DA SILVA CORDEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2788	VANESSA FERNANDES FISCHER BOSSETI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
90	CLEIDE ALVES DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
447	IZABEL CAVALCANTE DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1397	JULIANA SALDINO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1848	LUZIA ROSALINA DE MELO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
471	MARIA LÚCIA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
469	ROSANICE BATISTA DA ROCHA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1069	ROSANY TEREZINHA GUIMARÃES BASTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1509	SILVANETI BARBOSA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
480	VALDELICIA MARIA DA CRUZ RIBEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1022	VANILDA ROSA FERREIRA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
174	ELIZANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

3128	FERNANDA BERNERT DAMACENO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3127	IVETE MOREIRA DOMINGUES FREIRE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2790	LIVIA GONÇALVES DE ALCANTARA RIVADAVIA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2504	LUCINÉIA FERREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3186	LUIZ PEDRO DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3451	MARIA LUIZA MARTINELLI FARIA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
124	NAIR TEREZINHA MENEGATI BRITO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3184	ROSANGELA SILVA SANTOS	2019/2020	24/12/19	22/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1264	CIRLEIDE DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
417	CLEIDE CARAVAJÁ MARTINS	2018/2019	23/12/19	16/01/20	25
1063	JULIANA APARECIDA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
479	MARIA LUCILENE DE JESUS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
476	NEIDE DE OLIVEIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2592	SILVANA CRISTINA PAIVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
251	ALMIR ROGÉRIO DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1044	FRANCISCA NELI DEODATO	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
3316	GILMA VALADAO DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
281	IRENE ALVES VIANA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3939	LUCILÉIA SANTOS FREIRE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
39	VALDECI MOREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1024	ELISANGELA LUIZ DOS SANTOS POLTRONIERI	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
118	GENI DIAS JACOME	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL SÃO MATEUS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1017	LAÉRCIO APARECIDO DA COSTA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
376	LUZIA BÁRBARA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
167	VERGÍNIA CONCEIÇÃO CORREA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA PAULINA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
3424	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
313	ROSE ALVES BISPO	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
1070	ROSIMEIRE CARRILHO CASADEI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR E TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1055	ANTÔNIA MARIA CUSTÓDIO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1056	HILDA ALVES PEREIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2791	JOSIANE GADZISKI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
396	MARIA LUIZA PEREIRA DUARTES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
82	MARILENE TEIXEIRA MATIAS	2017/2018	23/12/19	21/01/20	30
1411	TANIA JUSTINIANA DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL GUSTAVO GUARAGNI VIEIRA DA SILVA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1733	CIRLENE APARECIDA BALIEIRO CAROBA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2506	EDITH APARECIDA MUNIZ TERÇARIOL	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
3849	LUZENY FRANCISCA PORTUGUÊS NOVAIS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
397	MARINALVA RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
169	NEUZA MUNIZ TOMIYOSHI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
298	REGINA ANTÔNIA MARTINS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3461	ROSANE RIEG MUNIZ DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA E NUTRIÇÃO ESCOLAR					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS

2271	ADRIANA MARIA RIBEIRO DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
324	CLEUZA MARIA MENDES DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
444	DIRCE ANGELO FERREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
274	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR JOSÉ DE FREITAS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
4103	DAIANE FERNANDA DACROCE DAMASCENO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3962	EDILEUSA DE ARRUDA PLÁCIDO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
4100	JOCÉLIA PEREIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR, VIGIA E TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1838	HÉLIO ANTÔNIO DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
177	MARILANDE BRAGA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
464	MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1067	SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA BELGO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALISSOM MATOS ROOS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
311	EDNA FERREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3126	KELLY CRISTINA PAVARIN	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
315	MARIA APARECIDA GARCIA ARRABAL NOBRE	2019/2020	31/12/19	29/01/20	30
3136	MARTA MODESTO SOARES	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA E TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
467	LOURDES VIEIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1257	MARCIA RODRIGUES	2019/2020	23/12/19	09/01/20	18
77	MARIA APARECIDA DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
451	MARIA CONCEIÇÃO PINTO DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	09/01/20	18

ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA DO OURO VERDE

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
235	EDVAL MOREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
163	LUCY DIANA MATIAS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
377	MARCELI ALVES DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
1048	SILVANIA RODRIGUES SALOMÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
2505	MARILÚCIA DE JESUS SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
375	SANDRA PEGORARO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇAO DE INFRAESTRUTURA					
307	CLAUDINEIA VIEIRA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
295	IVONETE TEREZA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
278	ENI PEREIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
161	JANAINA CANTÓIA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3125	LUCINÉIA APARECIDA PEREIRA DOS REIS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
385	MARIA DO CARMO DOS SANTOS	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
171	NELSI FIGUEIREDO LIMA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
2503	ROSANA DA SILVA	2019/2020	26/12/19	24/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MOTORISTA, TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL e NUTRICIONISTA					
3117	AILTON JOSÉ LEMOS	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3116	ALAIN JOSÉ MANGOLIN	2017/2018	23/12/19	03/01/20	12
389	ALTAMIR MARTINS MACEDO	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12

3133	ANDERSON DOS SANTOS	2017/2018	23/12/19	10/01/20	19
3115	ANTÔNIO LUIZ RODRIGUES	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3134	CIZINO MANOEL DA SILVA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
1332	ELIAS PEREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3163	ELISANDRO RUBENS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
185	FRANCISCO ALFREDO SEMELER	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3664	HELITON RUBENS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3118	JAILSO FISTAROL	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
5231	JESSICA ALVES DE LIMA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
437	JOÃO DA ROCHA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
1415	JOÃO GERALDO DA SILVA	2018/2019	23/12/19	03/01/20	12
3190	JONES BOGNAR DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3132	JOSÉ BATISTA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3111	JOSÉ DE ASCIS DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3433	JUDINEIS LIMA GOULART	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3142	JULIANA DA SILVA CAZELATO	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
261	LORENA RASSVEILER LEAL	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3114	LOVEGILDO BARTOLOMEU DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3131	LUCAS BRUNO DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
87	MARIA DO SOCORRO ALMEIDA	2017/2018	23/12/19	03/01/20	12
		2018/2019	06/01/20	21/01/20	16
97	MIZAEL BEZERRA MILAN	2016/2017	26/12/19	10/01/20	16
41	NIUTON ALVES DA SILVA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3172	PAULO DE SOUZA CALISTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
5076	PRISCILA PEDROSO BARROS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3708	SILVINO DA ROCHA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3447	THAIS FERRARI DA CUNHA	2019/2020	23/12/19	10/01/20	19
3474	VAGNO MONTEIRO DE ALMEIDA LISBOA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12

Leia se lê:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 077/2019

Dispõe sobre os critérios de férias coletivas dos Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Educação de Colíder.

O Secretário **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Conceder férias coletivas no período de 23 de dezembro de 2019 a 21 de janeiro de 2020, aos profissionais da educação conforme determina Art. 54 da Lei Municipal 2118/2008.

Art. 2º A concessão será de acordo com a relação descrita no Anexo I desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data da publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Colíder, 17 de dezembro de 2019.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM FÉRIAS COLETIVAS CONCEDIDAS CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR 2019.

ESCOLA MUNICIPAL FÁBIO RIBEIRO DA CRUZ

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
302	ADRIANO MARCOS C. DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3564	ANTÔNIO CARLOS FERRANTE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3563	APARECIDA ANGÉLICO DE ARAUJO BESERRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
70	CARLOS ALBERTO MILIATI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
301	CLEBER CAPELARI DA PURIFICAÇÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
117	EDSON RODRIGUES L. CAVALHEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
399	ELIZABETE REBOUÇAS NASCIMENTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3188	FÁBIO ROGÉRIO COVRE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3988	FRANCIELE ALTRÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3124	HELENA COSTA DE ARAUJO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
280	ILSON MOREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
236	ISABEL DEMITO CAPELARI DA PURIFICAÇÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
88	LUCIENE DE ALMEIDA TEODÓRIO	2018/2019	23/12/19	12/01/20	21
		2019/2020	13/01/20	21/01/20	09
122	LUZMARINA GOMES DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
4104	MARCELI GORLACH DE ALMEIDA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

3558	MARCIA DA SILVA FURLANETTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
123	MARILZA MENDONÇA DE MELLO BEPPLER	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
252	MARLENE APARECIDA FONSECA MARTINS	2018/2019	23/12/19	09/01/20	18
		2019/2020	10/01/20	21/01/20	12
204	ROSA APARECIDA ZANCANI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
379	ROSANA APARECIDA CHAVES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
4101	ROSENY DE SOUZA AMORIM	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1112	ROSINEI DA SILVA SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2789	SUELEN VANESSA MUNIZ TERÇARIOL VIANA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
175	VERA LÚCIA VICENTE COUTINHO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3561	VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA	2017/2018	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO, VIGIA, TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
318	ANA MARIA DE OLIVEIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
445	EZENI DE OLIVEIRA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
178	GRACINDA DE FÁTIMA BETARELLI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1005	JANETE BOSQUETTI	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
36	JURACI FERREIRA DA SILVA ADÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1003	LEONILDO FERNANDES DE SOUZA	2018/2019	23/12/19	05/01/20	14
		2019/2020	06/01/20	21/01/20	16
470	LUZIA CAVALCANTE DA SILVA	2019/2020	23/12/20	21/01/20	30
1057	MARIA TATIANE CAVÉQUIA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
1021	MARLY NEVES DE SOUZA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
466	MARTA NOGUEIRA BASTOS SANTOS	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
367	RAQUEL APARECIDA DO AMARAL	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL ATALAIA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
4102	ANGELA MONTEIRO DOS SANTOS	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
2207	APARECIDA DE LOURDES DECHICHI SASAZAWA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
378	CREODETE A F. ALBUQUERQUE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3562	CRISTIANE PLÁCIDO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3122	DEBORA MIRIAN MARTINS RODRIGUES SOARES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
277	EDINA MARTINS DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
199	EMI RAQUEL TEIXEIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
279	ERICA DE MELO DA SILVA	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
2210	FLÁVIA CORREA DA SILVEIRA LOPES DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
283	LUIZ VANDELINO MOLINARI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3959	MARINES BATISTA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
400	QUITÉRIA DOMICIANO SILVA GOMES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
188	RAQUEL PALHARES DA SILVA OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
186	ROSELI MACENA DE JESUS RIBEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2213	ROSEVANI VALÉRIO CALVI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3137	VALDIRENE VIANA ROCATTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3846	VANUSA DE OLIVEIRA MARINHO NUNES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO, TECNICO EM E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
3704	DIANA FRANCISCA SILVA MARTINS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
421	PAMELLA DA ROCHA LIMA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
189	RENIRA SUNIGA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
475	NEUZELI RODRIGUES DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL IVANIRA MOREIRA JUNGLOS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
291	APARECIDA PRECILIANO VUOLLO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
154	AURELICE MARCOS BALAN	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
249	EDILEUS DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3619	EDNA APARECIDA RAMOS DE CARVALHO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3121	HOSANA APARECIDA DONADIA SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
160	IVANETE FRANCISCA DA SILVA CUNHA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
403	JOSÉ ATAÍDE DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
305	LEILA DA SILVA TEIXEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
382	MARIA APARECIDA JESUS CORNIANI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
38	MARIA CRISTINA FÁVERO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3450	MIRIAN DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3632	RENATA CORREA RAMOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1155	ROGÉRIO DA SILVA CANOVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR, VIGIA, TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
361	ADOLFO FERREIRA MOURA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1501	ALICE DA CRUZ ALMEIDA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1028	ELIANE MOREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1274	ELIANE RUBENS DE SOUZA	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
141	ENIVALDO ALVES DE LIMA	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
411	PEDRO LEONIR CAMARGO	2018/2019	23/12/19	21/01/20	
394	SEBASTIANA ALVES FERNANDES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
393	VALDILENE BRITO MENEZES PIGOSSO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL SANTA BERNADETE

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
3130	ELIANE LOPES PEREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3423	ELIANE MARCELINO DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3560	GISELLE JERONIMO SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3847	JOSIANE DA COSTA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3848	ROSA VUOLLO DE ARAUJO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3559	VALDELÚCIA DANIEL DE RESENDE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
316	APARECIDA GUIMARÃES DA SILVA RODRIGUES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
293	MARIA HELENA B. DA SILVA CORDEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2788	VANESSA FERNANDES FISCHER BOSSETI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
90	CLEIDE ALVES DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
447	IZABEL CAVALCANTE DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1397	JULIANA SALDINO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1848	LUZIA ROSALINA DE MELO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
471	MARIA LÚCIA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
469	ROSANICE BATISTA DA ROCHA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1069	ROSANY TEREZINHA GUIMARÃES BASTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1509	SILVANETI BARBOSA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
480	VALDELICIA MARIA DA CRUZ RIBEIRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1022	VANILDA ROSA FERREIRA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
174	ELIZANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3128	FERNANDA BERNERT DAMACENO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3127	IVETE MOREIRA DOMINGUES FREIRE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2790	LIVIA GONÇALVES DE ALCANTARA RIVADAVIA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2504	LUCINÉIA FERREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3186	LUIZ PEDRO DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3451	MARIA LUIZA MARTINELLI FARIA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
124	NAIR TEREZINHA MENEGATI BRITO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3184	ROSANGELA SILVA SANTOS	2019/2020	24/12/19	22/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1264	CIRLEIDE DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
417	CLEIDE CARAVAJÁ MARTINS	2018/2019	23/12/19	16/01/20	25
1063	JULIANA APARECIDA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
479	MARIA LUCILENE DE JESUS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
476	NEIDE DE OLIVEIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2592	SILVANA CRISTINA PAIVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
251	ALMIR ROGÉRIO DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1044	FRANCISCA NELI DEODATO	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
3316	GILMA VALADAO DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
281	IRENE ALVES VIANA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3939	LUCILÉIA SANTOS FREIRE	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

39	VALDECI MOREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR E TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1024	ELISANGELA LUIZ DOS SANTOS POLTRONIERI	2018/2019	23/12/19	06/01/20	15
		2019/2020	07/01/20	21/01/20	15
118	GENI DIAS JACOME	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA MUNICIPAL SÃO MATEUS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1017	LAÉRCIO APARECIDO DA COSTA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
376	LUZIA BÁRBARA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
167	VERGÍNIA CONCEIÇÃO CORREA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA PAULINA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
3424	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
313	ROSE ALVES BISPO	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
1070	ROSIMEIRE CARRILHO CASADEI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR E TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1055	ANTÔNIA MARIA CUSTÓDIO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1056	HILDA ALVES PEREIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2791	JOSIANE GADZISKI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
396	MARIA LUIZA PEREIRA DUARTES	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
82	MARILENE TEIXEIRA MATIAS	2017/2018	23/12/19	21/01/20	30
1411	TANIA JUSTINIANA DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL GUSTAVO GUARAGNI VIEIRA DA SILVA

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1733	CIRLENE APARECIDA BALIEIRO CAROBA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
2506	EDITH APARECIDA MUNIZ TERÇARIOL	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
3849	LUZENY FRANCISCA PORTUGUÊS NOVAIS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
397	MARINALVA RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
169	NEUZA MUNIZ TOMIYOSHI	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
298	REGINA ANTÔNIA MARTINS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3461	ROSANE RIEG MUNIZ DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA E NUTRIÇÃO ESCOLAR					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
2271	ADRIANA MARIA RIBEIRO DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
324	CLEUZA MARIA MENDES DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
444	DIRCE ANGELO FERREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
274	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR JOSÉ DE FREITAS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
4103	DAIANE FERNANDA DACROCE DAMASCENO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3962	EDILEUSA DE ARRUDA PLÁCIDO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
4100	JOCÉLIA PEREIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, NUTRIÇÃO ESCOLAR, VIGIA E TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
1838	HÉLIO ANTÔNIO DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
177	MARILANDE BRAGA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
464	MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1067	SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA BELGO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALISSOM MATOS ROOS

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
311	EDNA FERREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3126	KELLY CRISTINA PAVARIN	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
315	MARIA APARECIDA GARCIA ARRABAL NOBRE	2019/2020	31/12/19	29/01/20	30

3136	MARTA MODESTO SOARES	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA E TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
467	LOURDES VIEIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
1257	MARCIA RODRIGUES	2019/2020	23/12/19	09/01/20	18
77	MARIA APARECIDA DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
451	MARIA CONCEIÇÃO PINTO DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	09/01/20	18

ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA DO OURO VERDE

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
235	EDVAL MOREIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
163	LUCY DIANA MATIAS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
377	MARCELI ALVES DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
1048	SILVANIA RODRIGUES SALOMÃO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
2505	MARILÚCIA DE JESUS SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
375	SANDRA PEGORARO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇAO DE INFRAESTRUTURA					
307	CLAUDINEIA VIEIRA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
295	IVONETE TEREZA DOS SANTOS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSORES

MATRÍCULA	PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	INICIO	FINAL	DIAS
278	ENI PEREIRA LIMA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
161	JANAINA CANTÓIA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3125	LUCINÉIA APARECIDA PEREIRA DOS REIS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
385	MARIA DO CARMO DOS SANTOS	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
171	NELSI FIGUEIREDO LIMA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
2503	ROSANA DA SILVA	2019/2020	26/12/19	24/01/20	30

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MOTORISTA, TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL e NUTRICIONISTA					
3117	AILTON JOSÉ LEMOS	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3116	ALAIN JOSÉ MANGOLIN	2017/2018	23/12/19	03/01/20	12
389	ALTAMIR MARTINS MACEDO	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3133	ANDERSON DOS SANTOS	2017/2018	23/12/19	10/01/20	19
3115	ANTÔNIO LUIZ RODRIGUES	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3134	CIZINO MANOEL DA SILVA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
1332	ELIAS PEREIRA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3163	ELISANDRO RUBENS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
185	FRANCISCO ALFREDO SEMELER	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3664	HELITON RUBENS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3118	JAILSO FISTAROL	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
5231	JESSICA ALVES DE LIMA	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
437	JOÃO DA ROCHA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
1415	JOÃO GERALDO DA SILVA	2018/2019	23/12/19	03/01/20	12
3190	JONES BOGNAR DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3132	JOSÉ BATISTA DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3111	JOSÉ DE ASCIS DA SILVA	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3433	JUDINEIS LIMA GOULART	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3142	JULIANA DA SILVA CAZELATO	2018/2019	23/12/19	21/01/20	30
261	LORENA RASSVEILER LEAL	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3114	LOVEGILDO BARTOLOMEU DE OLIVEIRA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3131	LUCAS BRUNO DE SOUZA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
87	MARIA DO SOCORRO ALMEIDA	2017/2018	23/12/19	03/01/20	12
		2018/2019	06/01/20	21/01/20	16
97	MIZAEL BEZERRA MILAN	2016/2017	26/12/19	10/01/20	16
41	NIUTON ALVES DA SILVA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3172	PAULO DE SOUZA CALISTO	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
5076	PRISCILA PEDROSO BARROS	2019/2020	23/12/19	21/01/20	30
3708	SILVINO DA ROCHA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12
3447	THAIS FERRARI DA CUNHA	2019/2020	23/12/19	10/01/20	19
3474	VAGNO MONTEIRO DE ALMEIDA LISBOA	2019/2020	23/12/19	03/01/20	12

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO:EDRIANO CRISTINO EIRELI CNPJnº 06.173.681/0001-76,neste ato representado pelo seu Proprietário, Sr. Edriano Guedes Cristino portador da cédula de RG 613197 SSP/RO e inscrito no CPF sob nº 616.965.952-15, residente e domiciliado na Avenida Dois de Junho, nº 2977, Cacoal/RO, tel. (69) 99211-7777

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional 8 cm de espessura, não armado.

VALOR DO CONTRATO: R$131.622,19(cento e trinta e um mil seiscentos e vinte e dois reais e dezenove centavos) .

DATA DO INICIO DA VIGÊNCIA: 02/09/2020.

DATA VENCIMENTO: 02 /01/ 2021.

TIPO LICITAÇÃO: Processo de Tomada de preço nº. 04/2020- Processo Administrativo 21.535/2020.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 312/GP/202

PORTARIA Nº312/GP/2020, DE 17 DESETEMBRO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, a Servidora **Lourdes Alves dos Santos Schram**,matricula nº. 6861, Efetiva no Cargo de Cozinheira, 40 horas semanais**, Vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 17 de setembro de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 17 de setembro de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
ATA DA 2ª AUDIENCIA PUBLICA QUADRIMESTRAL DE 2020 E DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - 2021.

ATA DA 2ª AUDIENCIA PUBLICA QUADRIMESTRAL DE 2020 E DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - 2021.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2020, às 19,00 horas, realizou-se nas dependências da Creche Municipal Raio de Sol, localizada no bairro Garça em Colniza/MT, a 2ª Audiência Publica de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das metas fiscais referente ao 2º (Segundo) Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2020 e **Discussão E Elaboração da Loa – Lei Orçamentaria Anual - 2021**, em cumprimento as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. A abertura se deu pelo Senhor Diego André Alves que agradeceu a presença dos presentes nesta reunião e iniciou explicando o porque a audiência não foi realizada nas dependências da câmara legislativa municipal, leu a Portaria nº 78 de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre o trabalho remoto de servidores no âmbito da câmara municipal de Colniza-MT em virtude da reforma que esta sendo executada. A seguir passou a palavra para o Senhor João Paulo Miquelin Todesco que dai em diante iniciou efetivamente a reunião e ressaltou a importância da participação da Comunidade neste tipo de ato , assegurando que dessa forma a população integra com a Administração e passa a conhecer a realidade da Prefeitura , no que se diz respeito as dificuldades e conquistas pelo Setor Publico Municipal , falou ainda da Lei de Responsabilidade Fiscal (L C 001/2000) , como instrumento legal de controle dos Atos do Administrador Publico , em seguida passou apresentar os dados relativos a execução orçamentária , tendo como objetivo a analise das receitas e despesas do Quadrimestre , para apresentação dos dados foram montados gráficos e planilhas para detalhar melhor a compreensão pelos presentes , foi mostrado o comparativo da receita estimada com a receita real, com os valores referentes a cada mês , explicou também a composição das receitas , classificando–as em Tributarias, Contribuição, Patrimonial, de capital de transferência do Estado e da União e outras receitas correntes em seguida a apresentação dos gráficos relativos as despesas que foi apresentadas pelas Secretarias, o Sr João resaltou que os resultados atingidos evidenciam que a avaliação foi bastante positiva em um cenário que o pais vivencia devido a pandemia do Covid-19, com serio reflexos nas finanças publicas municipais, tendo sido apurado um excepcional Resultado Primário. Abriu-se em seguida a oportunidade para os presentes formular os questionamentos, sanar duvidas que por ventura existentes ou ainda exponham suas opiniões acerca dos assuntos ora tratados onde foram discutidos vários questões envolvendo a receita e despesas, após discutir os questionamentos , após o Sr João explicou sucintamente o processo de Formação do Plano Plurianual (PPA) da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) , momento em que referiu a oportunidade que a população tem para participar de forma direta da discussão e elaboração dessas Leis , visto que é oportunizado a Comunidade por meio de Conferencias publicas, o acompanhamento e participação do processo , em seguida iniciou a discussão da elaboração da LOA-2021. Assim passou a apresentar por meio de slides o projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e após esta explanação através de slides abriu-se para debate com participação publica. Algumas perguntas foram feitas e respondidas a contento dos participantes. Após isso foi deixado à palavra livre para mais questionamentos e esclarecimentos. Ninguém mais se manifestando e perguntando. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente audiências seguindo em anexo lista dos participantes.

Celso Leite Garcia

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 310/GP/2020

PORTARIA Nº310/GP/2020, DE 17 DESETEMBRO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar **Lucas Silva Silveira,** matricula nº. 6933,portador CPF n° 101.114.366-640, CREA 24230/D-DF, como Fiscal de Obra, conforme abaixo relacionado, sem ônus para a Administração.

Obra: Construção de Ponte de madeira de 45,00 m de extensão sobre o Rio Agua Branca no Distrito do Guariba, Município de Colniza/MT.

Contrato: 031/2020

Convenio: 0060/2020 - SINFRA

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 17 de setembro de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 17 de setembro de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020 - H

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020 - H

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Colniza/MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o gabarito preliminar das provas escritas objetivas aplicadas no dia 13 de setembro de 2020, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, conforme segue:

QUESTÕES	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	CONTADOR	COZINHEIRA	ENCANADOR
1.	A	A	A	A
2.	C	C	D	D
3.	A	D	A	A
4.	D	C	C	C
5.	C	B	B	B
6.	C	D	C	C
7.	B	C	D	D
8.	D	C	C	C
9.	C	B	C	C
10.	B	B	A	A
11.	C	B	D	D
12.	C	B	B	B
13.	B	C	B	B
14.	A	B	C	C
15.	B	D	D	D
16.	B	C	C	C
17.	B	A	B	B
18.	B	C	A	A
19.	B	B	C	C
20.	C	C	D	D
21.	D	A		
22.	B	B		
23.	D	B		
24.	A	A		
25.	D	C		

QUESTÕES	ENFERMEIRO	GARI	LEITURISTA	MECÂNICO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
1.	A	A	A	A	A
2.	C	D	D	D	C
3.	D	A	A	A	D
4.	C	C	C	C	C
5.	B	B	B	C	B
6.	D	C	C	D	D
7.	C	D	D	B	C
8.	C	C	C	B	C
9.	B	C	C	C	B
10.	B	A	A	D	B
11.	B	D	D	C	B
12.	B	B	B	B	B
13.	C	B	B	A	C
14.	A	C	C	C	B
15.	D	D	D	D	D
16.	B	C	C	C	B
17.	C	B	B	B	C
18.	B	A	A	B	C
19.	C	C	C	A	D
20.	D	D	D	B	B
21.	C				D
22.	D				D
23.	D				B

24.	A				C
25.	D				D

QUESTÕES	MÉDICO VETERINÁRIO	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	OPERADOR DE ETA	OPERADOR DE MÁQUINAS
1.	A	A	A	A
2.	C	D	D	D
3.	D	A	A	A
4.	C	C	C	C
5.	B	C	B	C
6.	D	D	C	D
7.	C	B	D	B
8.	C	B	C	B
9.	B	C	C	C
10.	B	D	A	D
11.	B	C	D	C
12.	B	B	B	B
13.	C	A	B	A
14.	C	C	C	C
15.	C	D	D	D
16.	C	A	C	A
17.	D	C	B	A
18.	B	B	A	D
19.	D	D	C	A
20.	B	A	D	B
21.	C			
22.	A			
23.	A			
24.	A			
25.	C			

QUESTÕES	PEDREIRO	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAÚDE	SERVIÇOS GERAIS	TÉCNICO AGROPECUÁRIO
1.	A	A	A	A
2.	D	C	D	C
3.	A	A	A	D
4.	C	D	C	C
5.	B	C	B	B
6.	C	C	C	D
7.	D	B	D	C
8.	C	D	C	C
9.	C	C	C	B
10.	A	B	A	B
11.	D	C	D	B
12.	B	C	B	B
13.	B	B	B	C
14.	C	A	C	A
15.	D	B	D	A
16.	C	B	C	D
17.	B	B	B	C
18.	A	B	A	C
19.	C	B	C	B
20.	D	C	D	B
21.		D		B
22.		B		D
23.		D		A
24.		A		B
25.		D		D

QUESTÕES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TÉCNICO EM RAIO-X	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	TOPÓGRAFO
1.	A	A	A	A
2.	C	C	C	C
3.	D	D	D	D
4.	C	C	C	C
5.	B	B	B	B
6.	D	D	D	D
7.	C	C	C	C
8.	C	C	C	C
9.	B	B	B	B
10.	B	B	B	B
11.	B	B	B	B
12.	B	B	B	B
13.	C	C	C	C
14.	A	A	D	D
15.	D	B	B	B
16.	D	C	C	A

17.	D	A	D	C
18.	A	C	A	B
19.	A	A	C	A
20.	C	D	A	C
21.	D	D	B	B
22.	B	C	C	D
23.	A	B	A	A
24.	A	B	B	A
25.	A	B	A	D

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Colniza- MT, 14 de setembro de 2020.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 034/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 005/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01. 367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Jeferson Ferreira Gomes,** brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Três Mártires nº 219, bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa **J.A. GARBIM E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.167.399/0001-50, instalada a Rua Goiás nº 1435, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda – MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **E332.F0A7.C4C0.5050** de 20/05/2020 até 16/11/2020, representada neste ato pelo seu Sócio Proprietário o Srº. **José Antonio Garbim**, brasileiro, portador do RG nº 04.28.17. 05 SSP/SP e CPF nº 318.465.641-15 residente e domiciliado no Município de Pontes e Lacerda – MT, doravante denominada **FORNECEDORA,** acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 005/2020 – Processo Administrativo nº. 069/2020, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, bem como Decreto Municipal nº 054/2020 de 14/07/2020, além das demais disposições legais aplicáveis e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E ACESSÓRIOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS E SEUS DEPARTAMENTOS, conforme dos itens e valores total abaixo:

J.A. GARBIM E CIA LTDA: para os itens de Nº 01, 02 e 03 no valor de **R$ 20.867,55** (vinte mil oitocentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e cinco centavos).

O valor total da presente ata é de **R$ 20.867,55** (vinte mil oitocentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e cinco centavos).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando de 17/09/2020 à 17/09/2021 contados a partir de sua assinatura.

Comodoro - MT, 17 de Setembro de 2020.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº 005/2020.

PORTARIA N.º 024/2020

PORTARIA N.º 024/2020

“Dispõe sobre a Retificação da Portaria nº 028/2019 que concedeu o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. ELZENI PEREIRA SILVA FERRARI.”

O Sr. GUSTAVO ANDRE ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO - PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais; e Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003 e Art. 12, III, "a" c/c § 3º do mesmo artigo, da Lei nº. 1. 519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, Lei Municipal n.º 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, e Lei Municipal nº 1329/2011 que trata do Estatuto dos Profissionais da Educação RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora Sr(a). ELZENI PEREIRA SILVA FERRARI, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 687608 SSP-MT, inscrito(a) no CPF sob o n.º 468.333.231-00, efetiva no cargo de PROFESSOR PII, classe “G”, nível “4”, lotada na FUNDEB 60% - PROF. DO MAG. ENS FUND EFETIVO, com proventos integrais contidos na planilha de calculo de proventos, conforme processo administrativo do COMODORO - PREVI, n.º 2020.04. 18766P, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 07 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 16 de setembro de 2020.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor Executivo do COMODORO PREVI

Homologo

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 070/2020 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO. ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÃO, AUTORIZADA PELA ANATEL PARA O FORNECIMENTO DE TELEFONIA MOVEL, COM DISPONIBILIDADE DE PORTABILIDADE. EM FACE DO NÃO COMPARECIMENTO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE, RESTOU A ESTA COMISSÃO DECLARAR DESERTA A LICITAÇÃO.

COMODORO – MT, 17 DE SETEMBRO DE 2020.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 277/2020 ADM DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal, abaixo qualificados como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	SERVIDOR
SEC. DE OBRAS	**Walter Ramos Teles**

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	158/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	INDUSTRIA E COMERCIO DE CONCRETO CONFRESA LTDA	28.976.000/0001-40	R$ 496.750,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CONCRETO USINADO, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.		
VIGÊNCIA	17/09/2020 A 17/09/2021		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 17 de setembro de 2020.

_____ **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 159/2020

Aos 17 dias do mês de Setembro do ano de dois Mil e Vinte , o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 185/2020** na modalidade **Pregão Presencial n° 102/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 17/09/2020** , cujo objetivo é a **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS/ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS/ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (Dez) dias corridos após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de CONFRESA/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 17 de Setembro de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **ANTÔNIA RAMILDA DA SILVA VIANA - ME**

CNPJ: 21.469.324/0001-43

END.: AV. INDUSTRIAL N°. 355 BAIRRO INDUSTRIAL CEP: 78.652-000 CONFRESA/MT.

FONE/FAX: (66) 3564-3179 / 98432-1920 EMAIL: **reginaldosinop2@hotmail.com**

REPRESENTANTE LEGAL: REGINALDO ABRIL DA SILVA

RG: 1.680.836-3 SSP/MT CPF: 011.019.691-05

ITENS: 01 E 02.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	UND	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	361581-2	UND	30	Poste de concreto 11/300. Em baixo relevo, com profundidade entre 3mm e 5mm, de forma Legível e indelével, na face lisa mais próxima dos furos para passagem do condutor de aterramento. A altura dos caracteres deve estar entre 40mm e 50mm. Na fabricação dos postes os componentes devem ser verificados segundo as seguintes normas e Recomendações: conforme prescrevem as NBR 5732, NBR 5733, NBR 5735, NBR 5736, NBR 5737, NBR 11578 ou NBR 12989. O consumo mínimo de cimento deve atender a NBR 12655, o aço utilizado para armadura deve obedecer a NBR 7480 com exceção da característica de dobramento que é dispensada para as barra longitudinais. **Não serão aceitos aço remanufaturados, reciclados ou que tenham sido Reaproveitados.**	R$ 1.325,00	R$ 39.750,00
02	20427	UND	50	POSTE DE CONCRETO 11/150. Em baixo relevo, com profundidade entre 3mm e 5mm, de forma Legível e indelével, na face lisa mais próxima dos furos para passagem do condutor de aterramento. A altura dos caracteres deve estar entre 40mm e 50mm. Na fabricação dos postes os componentes devem ser verificados segundo as seguintes normas e Recomendações: conforme prescrevem as NBR 5732, NBR 5733, NBR 5735, NBR 5736, NBR 5737, NBR 11578 ou NBR 12989. O consumo mínimo de cimento deve atender a NBR 12655, o aço utilizado para armadura deve obedecer a NBR 7480 com exceção da característica de dobramento que é dispensada para as barra longitudinais. **Não serão aceitos aço remanufaturados, reciclados ou que tenham sido. Reaproveitados.**	R$ 930,00	R$ 46.500,00
					TOTAL GERAL	**R$ 86.250,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (TRINTA)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PUB.

UNID: 03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA

PROJ. ATIV.: 1.120 – MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS

CÓD RED: 1256

FONTE: 17 – COSIP

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0017

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos dos objetos, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
S SEC. DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES	**278/2020**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** nº **102/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

ANTÔNIA RAMILDA DA SILVA VIANA - ME

CNPJ: 21.469.324/0001-43

Representante Legal:Reginaldo Abril da Silva

CPF: 011.019.691-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 278/2020 ADM DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal, abaixo qualificados como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	SERVIDOR
SEC. DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	159/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	ANTONIA RAMILDA DA SILVA VIANA - ME	21.469.324/0001-43	R$ 86.250,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS/ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGÊNCIA	17/09/2020 A 17/09/2021		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 17 de setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 247/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 247/2020 de 14 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O requerimento do servidor de 01/09/2020 e Oficio 481/SMEEL/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal MARCIO ANDRADE DE PAIVA, matricula 010597, efetivo no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM BIOLOGIA, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Jacaré Valente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/09/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 246/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 246/2020 de 14 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005.

CONSIDERANDO o requerimento da servidora de 03/09/2020 e oficio 1843//SMS/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER no período de 08/09/2020 a 07/09/2022 LICENÇA SEM VENCIMENTOS, a servidora pública municipal MARA RUBIA EVANGELISTA PEREIRA matricula 000574, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DA SAUDE/LABORATORIO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Laboratório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 245/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 245/2020 de 14 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 01/10/2020 a 29/12/2020 referente ao período aquisitivo 25/08/2011 a 23/08/2016, a Servidora Pública Municipal KLEIDIVANE BATISTA TEIXEIRA, matricula 010456, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL** lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Creche Municipal Lucinara Aparecida de Lima.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 245/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 245/2020 de 14 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 01/10/2020 a 29/12/2020 referente ao período aquisitivo 25/08/2011 a 23/08/2016, a Servidora Pública Municipal KLEIDIVANE BATISTA TEIXEIRA, matricula 010456, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL** lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Creche Municipal Lucinara Aparecida de Lima.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 244/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 244/2020 de 14 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 72 (setenta e dois dias) dias ininterruptos no período de 14/09/2020 a 24/11/2020 referente ao período aquisitivo 02/07/2012 A 01/07/2017, a Servidora Pública Municipal FLAVIA SIMONE CINTRA DE MORAIS, matricula 012023, ocupante do cargo efetivo de PNSS - FARMACEUTICO/BIOQUIMICO - 40 HORAS lotada na Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 243/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 243/2020 de 14 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **14/09/2020 a 12/12/2020** referente ao período aquisitivo 01/03/2011 a 28/02/2016, ao Servidor Público Municipal ROGERIO LUIZ KOZAK, matricula 000090, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE OPERACIONAL/MOTORISTA CNH CAT C** lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 242/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 242/2020 de 14 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **01/10/2020 a 29/12/2020** referente ao período aquisitivo 31/01/2015 a 30/01/2020, ao Servidor Público Municipal EURIPEDES PEREIRA DOS SANTOS, matricula 000850, ocupante do cargo efetivo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/VIGILANCIA PATRIMONIAL lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Central.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 241/2020 DE 02 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 241/2020 de 02 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **01/09/2020 a 29/11/2020** referente ao período aquisitivo 03/05/2009 a 02/05/2014, ao Servidor Público Municipal ALDERINO PEREIRA GONCALVES, matricula 000004, ocupante do cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL/MOTORISTA CNH CAT D, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 239/2020 DE 02 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 239/2020 de 02 de Setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **14/09/2020 a 12/12/2020** referente ao período aquisitivo 13/06/2008 a 12/06/2013, ao Servidor Público Municipal VALDICO PEREIRA DOS SANTOS, matricula 010426, ocupante do cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL/MOTORISTA CNH CAT C, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Laser.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA PROCESSO LICITATORIO Nº 195/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 047/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO LICITATORIO Nº 195/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 047/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT, COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, CONVID-19, CONFORME LEI FEDERAL 13.979/2020 e DECRETOS MUNICIPAL.

CONTRATADA: CONTRATADA: CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. CNPJ: **05.443.348/0001-77.** Endereço: AVENIDA 2ª RADIAL, Nº 363, QUADRA 48, LOTE 29. BAIRRO: SETOR PEDRO LUDOVICO. CIDADE: GOIÂNIA-GO. CEP:74.820-090. (62) 3241-8277 OU (62) 3088-5577.

VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 125.023,00 (Cento e Vinte Cinco Mil e Seiscentos e Noventa e Seis Reais), para o fornecimento dos itens objeto desta Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 047/2020, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa – MT, 17 de SETEMBRO de 2020

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU – CISAX.

ATA DE REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU – CISAX.

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu – CISAX, Rua 13 de Maio nº 43, centro, Confresa – MT, reuniram-se os membros do Conselho Diretor do CISAX (Prefeitos dos municípios consorciados), que ao final assinaram e são identificados, para tratar do pedido de renuncia do Presidente do CISAX Senhor Marcos de Sá Fernandes. Nesta oportunidade,

o senhor Marcos efetiva o seu afastamento da Presidência do Consórcio, passando então a Presidência a ser exercida, doravante, pelo senhor Maicol Angelo Soares atual Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu- MT. O Prefeito Maicol aceita cargo, passando a partir dessa data a presidir o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu- CISAX com toda responsabilidade inerente ao cargo. O cargo de Vice Presidente ficará vago, por ora, sendo que seu preenchimento será objetivo de deliberação em reunião a ser realizada em data posterior, a ser agendada. A secretária executiva do Consórcio ficará responsável por proceder aos registros internos e as publicações necessárias.

Sendo somente essa a pauta da reunião, os presentes devidamente identificados assinam abaixo, para que tudo quanto ora deliberado possa surtir seus jurídicos e legais efeitos. Eu, Juliana Mara Vieira de Melo Finotti, Secretária Executiva do CISAX, redigi e assino à presente Ata.

_____

Maicol Angelo Soares

Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu

_____

Abamael Borges da Silva

Prefeito Municipal de Vila Rica

_____

Ronio Barros Milhomem Condão

Prefeito Municipal de Confresa

_____

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte

_____

Euclésio José Ferreto

Prefeito Municipal de Santa Terezinha

_____

João Cleiton Araújo Medeiros

Prefeito Municipal de Canabrava do Norte

_____

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal de São José do Xingu

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 158/2020

Aos 17 dias do mês de setembro do ano de dois Mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 188/2020** na modalidade **Pregão Presencial n° 103/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 17/09/2020**, cujo objetivo é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CONCRETO USINADO, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT**, **a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CONCRETO USINADO, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização do presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** após solicitação - **(entrega da A.F.),** junto ao Município de CONFRESA/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 17 de setembro de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: INDUSTRIA E COMERCIO DE CONCRETO CONFRESA LTDA

CNPJ: 28.976.000/0001-40

ENDEREÇO: ROD. BR 158 KM 145 BAIRRO: BANG

CEP: 78.652-000, CONFRESA - MT.

TELEFONE: (66) 984146267/ 3564 - 1173 **EMAIL:** CONCRECON@OUTLOOK.COM

REPRESENTANTE LEGAL: MARIO SERGIO DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR

CPF: 073.027.656-26 **RG:** 10.805.901 SSP/MT

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD. TCE	COD. SIST	UND	QT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	00015400	119040	M3	750	CONCRETO USINADO 15MPA - CONCRETO USINADO FKC 15 MPA, BOMBEADO, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	R$ 425,00	R$ 318.750,00
02	00025208	33121370	M3	400	CONCRETO USINADO 25MPA, - CONCRETO USINADO FCK 25MPA, CONVENCIONAL, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	R$ 445,00	R$ 178.000,00
TOTAL = R$ 496.750,00							

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (TRINTA)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo (a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PUB.

UNID: 04 – SETOR DE TRANSPORTE.

PROJ. ATIV.: 2.126 – MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS.

CÓD RED: 1366 – MATERIAL DE CONSUMO.

FONTE: 1112 – RECURSOS DE FUNDO DE TRANSPORTE E HABILITAÇÃO – FETHAB.

ELEMENTO: 339030

ITEM	COD. TCE	COD. SIST	UND	QT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	00015400	119040	M3	375	CONCRETO USINADO 15MPA - CONCRETO USINADO FKC 15 MPA, BOMBEADO, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	R$ 425,00	R$ 159. 375,00
02	00025208	33121370	M3	200	CONCRETO USINADO 25MPA, - CONCRETO USINADO FCK 25MPA, CONVENCIONAL, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	R$ 445,00	R$ 89. 000,00
TOTAL = R$ 248.375,00							

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

UNID: 02 – URBANISMO.

PROJ. ATIV.: 2052 – MANUTENÇÃO E ENGARGOSCOM O SETOR DE URBANIZAÇÃO.

CÓD RED: 1235 – MATERIAL DE CONSUMO.

FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

ELEMENTO: 339030

ITEM	COD. TCE	COD. SIST	UND	QT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	00015400	119040	M3	375	CONCRETO USINADO 15MPA - CONCRETO USINADO FKC 15 MPA, BOMBEADO, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	R$ 425,00	R$ 159. 375,00
02	00025208	33121370	M3	200	CONCRETO USINADO 25MPA, - CONCRETO USINADO FCK 25MPA, CONVENCIONAL, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	R$ 445,00	R$ 89. 000,00
TOTAL = R$ 248.375,00							

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
S SEC. DE OBRAS	**Walter Ramos Teles**	2 277/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** nº **103/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____ **INDUSTRIA E COMERCIO DE CONCRETO CONFRESA LTDA**

CNPJ: 28.976.000/0001-40

REPRESENTANTE LEGAL: MARIO SERGIO DOS SANTOS F. JUNIOR

CPF: 073.027.656-26

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO 134 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000134/20 de 16 de Setembro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000956/20 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE FINANCAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANCAS	
(114) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.030-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.500,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(196) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.054-0001 - OBRAS E INSTALACOES	7.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(522) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0002 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO(	3.600,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	1.700,00
Total Suplementação:	**13.800,00**

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.07 - FUNDO MUN DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CONFRESA	
(1416) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.129-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	13.800,00
Total Anulação:	**13.800,00**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/1

MÁRCIA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO 133 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000133/20 de 15 de Setembro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000956/20 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESS	8.000,00
(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESS	1.920,00
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	400,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(530) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.107-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	6.000,00
(522) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0002 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO	1.600,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(902) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	39.000,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	172.500,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.08 - ATENÇÃO À CRIANÇA, ADOLESC E ATIV CONSELHO TUTELAR	
(1841) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.082-0000 - DIARIAS - CIVIL	1.000,00
Total Suplementação:	**248.420,00**

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.07 - FUNDO MUN DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CONFRESA	
(1416) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.129-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	74.000,00
(1416) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.129-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	174.420,00
Total Anulação:	**248.420,00**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/1

MÁRCIA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO 132 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000132/20 de 14 de Setembro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000956/20 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	1.000,00
04.02 - ENCARGOS ESPECIAIS	
(115) 3.2.90.21.00.00.00.00.2.031-0000 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	600,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(276) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.042-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	4.000,00
(274) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.042-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	36.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(507) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	3.000,00
(507) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	1.000,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(902) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	13.000,00
(902) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	3.000,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1691) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.071-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	4.600,00
(1739) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.078-0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	1.000,00
09.08 - ATENÇÃO À CRIANÇA, ADOLESC E ATIV CONSELHO TUTELAR	
(1842) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.082-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(1999) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.012-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
Total Suplementação:	**72.200,00**

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(201) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.063-0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	66.078,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1683) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.071-0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PE	6.122,00
Total Anulação:	**72.200,00**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/1

MÁRCIA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 131 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000131/20 de 11 de Setembro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000956/20 de 8 de Maio de 2020
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.08 - INVESTIMENTOS
(1101) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.206-0002 - OBRAS E INSTALACOES 41.134,70
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
07.02 - URBANISMO
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00

Total Suplementação: 42.134,70

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL
(201) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.063-0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN 42.134,70

Total Anulação: 42.134,70

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEN
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/1

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTABILIDADE
RREO 4. BIMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.476.600,00	23.102.604,94	4.702.164,47	20,35	17.178.736,06	74,36	5.923.868,88
RECEITAS CORRENTES	21.966.600,00	22.029.071,07	4.702.164,47	21,35	15.244.759,26	69,20	6.784.311,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.165.000,00	1.165.000,00	268.217,90	23,02	811.151,95	69,63	353.848,05
Impostos	1.035.000,00	1.035.000,00	234.677,26	22,67	734.914,49	71,01	300.085,51
Taxas	130.000,00	130.000,00	33.540,64	25,80	76.237,46	58,64	53.762,54
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	724.500,00	724.500,00	145.062,59	20,02	455.909,83	62,93	268.590,17
Contribuições Sociais	653.700,00	653.700,00	108.014,20	16,52	375.631,32	57,46	278.068,68
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	70.800,00	70.800,00	37.048,39	52,33	80.278,51	113,39	-9.478,51
RECEITA PATRIMONIAL	155.000,00	155.000,00	3.325,93	2,15	63.507,71	40,97	91.492,29
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	97.000,00	97.000,00	2.330,93	2,40	38.795,91	40,00	58.204,09
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais	58.000,00	58.000,00	995,00	1,72	24.711,80	42,61	33.288,20
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	29.463,88	36,83	114.525,25	143,16	-34.525,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.500,00	1.500,00		0,00	2.580,00	172,00	-1.080,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços	78.500,00	78.500,00	29.463,88	37,53	111.945,25	142,61	-33.445,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.812.100,00	19.874.571,07	4.251.137,30	21,39	13.778.712,16	69,33	6.095.858,91
Transferências da União e de suas Entidades	8.939.000,00	9.001.471,07	2.395.887,69	26,62	6.661.675,42	74,01	2.339.795,65
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.503.100,00	8.503.100,00	1.435.448,43	16,88	5.404.058,73	63,55	3.099.041,27
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.370.000,00	2.370.000,00	419.801,18	17,71	1.712.978,01	72,28	657.021,99
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000,00	30.000,00	4.956,87	16,52	20.952,36	69,84	9.047,64
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	18.000,00	18.000,00	533,65	2,96	3.354,29	18,63	14.645,71
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	12.000,00	12.000,00	4.423,22	36,86	17.598,07	146,65	-5.598,07

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	510.000,00	1.073.533,87	0,00	0,00	1.933.976,80	180,15	-860.442,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	500.000,00	1.063.533,87	0,00	0,00	1.933.976,80	181,84	-870.442,93
Transferências da União e de suas Entidades	285.000,00	848.533,87		0,00	1.933.976,80	227,92	-1.085.442,93
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	215.000,00	215.000,00		0,00		0,00	215.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	650.000,00	650.000,00	73.239,09	11,27	372.851,05	57,36	277.148,95
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.126.600,00	23.752.604,94	4.775.403,56	20,10	17.551.587,11	73,89	6.201.017,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	23.126.600,00	23.752.604,94	4.775.403,56	20,10	17.551.587,11	73,89	6.201.017,83
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	23.126.600,00	23.752.604,94	4.775.403,56	20,10	17.551.587,11	73,89	6.201.017,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	423.259,97			423.259,97		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		423.259,97			423.259,97		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.208.300,00	23.255.163,91	4.686.173,94	14.975.115,33	8.280.048,58	4.500.765,95	14.208.190,44	9.046.973,47	13.660.749,87	0,00
DESPESAS CORRENTES	20.193.400,00	20.405.400,15	3.733.430,48	13.026.387,19	7.379.012,96	3.644.952,39	12.561.546,35	7.843.853,80	12.026.936,78	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.870.200,00	10.850.826,07	1.807.769,76	7.402.630,65	3.448.195,42	1.807.769,76	7.402.630,65	3.448.195,42	7.372.530,55	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00			5.000,00			5.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.318.200,00	9.549.574,08	1.925.660,72	5.623.756,54	3.925.817,54	1.837.182,63	5.158.915,70	4.390.658,38	4.654.406,23	
DESPESAS DE CAPITAL	1.934.900,00	2.832.763,76	952.743,46	1.948.728,14	884.035,62	855.813,56	1.646.644,09	1.186.119,67	1.633.813,09	0,00
INVESTIMENTOS	1.919.900,00	2.817.763,76	952.743,46	1.948.728,14	869.035,62	855.813,56	1.646.644,09	1.171.119,67	1.633.813,09	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	15.000,00	15.000,00			15.000,00			15.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	17.000,00			17.000,00			17.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	651.100,00	653.501,00	109.870,75	402.995,85	250.505,15	110.041,86	402.995,84	250.505,16	342.616,68	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.859.400,00	23.908.664,91	4.796.044,69	15.378.111,18	8.530.553,73	4.610.807,81	14.611.186,28	9.297.478,63	14.003.366,55	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Dívida Contratual					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Dívida Contratual					0,00			0,00		
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	22.859.400,00	23.908.664,91	4.796.044,69	15.378.111,18	8.530.553,73	4.610.807,81	14.611.186,28	9.297.478,63	14.003.366,55	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	22.859.400,00	23.908.664,91	4.796.044,69	15.378.111,18		4.610.807,81	14.611.186,28		14.003.366,55	0,00
RESERVA DO RPPS	267.200,00	267.200,00			267.200,00			267.200,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	650.000,00	650.000,00	73.239,09	11,27	372.851,05	57,36	277.148,95
RECEITAS CORRENTES	650.000,00	650.000,00	73.239,09	11,27	372.851,05	57,36	277.148,95
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							0,00
Taxas							0,00
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	650.000,00	650.000,00	73.239,09	11,27	372.851,05	57,36	277.148,95
Contribuições Sociais	650.000,00	650.000,00	73.239,09	11,27	372.851,05	57,36	277.148,95
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários							0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes							0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	651.100,00	653.501,00	109.870,75	402.995,85	250.505,15	110.041,86	402.995,84	250.505,16	342.616,68	0,00
DESPESAS CORRENTES	651.100,00	653.501,00	109.870,75	402.995,85	250.505,15	110.041,86	402.995,84	250.505,16	342.616,68	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	651.100,00	653.501,00	109.870,75	402.995,85	250.505,15	110.041,86	402.995,84	250.505,16	342.616,68	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					0,00			0,00		
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS					0,00			0,00		
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					0,00			0,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.208.300,00	23.255.163,91	4.686.173,94	14.975.115,33	97,38	8.280.048,58	4.500.765,95	14.208.190,44	97,24	9.046.973,47	0,00
Legislativa	980.000,00	980.000,00	135.942,76	594.261,76	3,86	385.738,24	149.492,82	557.506,74	3,82	422.493,26	0,00
Ação Legislativa	980.000,00	980.000,00	135.942,76	594.261,76	3,86	385.738,24	149.492,82	557.506,74	3,82	422.493,26	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	163.000,00	135.507,00	20.282,24	80.939,45	0,53	54.567,55	20.282,24	80.939,45	0,55	54.567,55	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	163.000,00	135.507,00	20.282,24	80.939,45	0,53	54.567,55	20.282,24	80.939,45	0,55	54.567,55	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	3.452.000,00	2.964.517,00	493.984,55	2.089.355,90	13,59	875.161,10	509.434,92	1.990.538,27	13,62	973.978,73	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	3.058.000,00	2.570.017,00	445.265,23	1.839.393,87	11,96	730.623,13	454.161,60	1.749.105,74	11,97	820.911,26	
Administração Financeira	394.000,00	394.500,00	48.719,32	249.962,03	1,63	144.537,97	55.273,32	241.432,53	1,65	153.067,47	
Controle Interno					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	1.442.000,00	1.500.130,00	148.658,70	665.161,02	4,33	834.968,98	106.853,91	558.631,77	3,82	941.498,23	0,00
Assistência ao Idoso	42.000,00	36.627,00		4.273,89	0,03	32.353,11		4.273,89	0,03	32.353,11	
Assistência ao Portador de Deficiência	15.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	175.000,00	175.000,00	14.600,68	71.174,31	0,46	103.825,69	14.600,68	71.174,31	0,49	103.825,69	
Assistência Comunitária	1.052.000,00	1.169.000,00	134.058,02	549.076,80	3,57	619.923,20	92.253,23	442.547,55	3,03	726.452,45	
FU08 - Administração Geral	143.000,00	89.503,00		40.636,02	0,26	48.866,98		40.636,02	0,28	48.866,98	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Demais Subfunções	15.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	
Previdência Social	1.052.400,00	1.052.400,00	187.728,79	580.698,59	3,78	471.701,41	143.956,89	536.244,19	3,67	516.155,81	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	822.000,00	822.000,00	121.650,91	451.536,51	2,94	370.463,49	121.650,91	451.536,51	3,09	370.463,49	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	230.400,00	230.400,00	66.077,88	129.162,08	0,84	101.237,92	22.305,98	84.707,68	0,58	145.692,32	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	5.126.000,00	5.368.936,87	917.828,33	3.871.706,22	25,18	1.497.230,65	1.044.068,59	3.795.398,72	25,98	1.573.538,15	0,00
Atenção Básica	2.240.000,00	1.839.037,96	241.961,46	1.153.844,47	7,50	685.193,49	363.294,15	1.125.117,57	7,70	713.920,39	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.243.000,00	2.622.832,25	471.152,60	2.174.439,02	14,14	448.393,23	476.167,37	2.129.119,22	14,57	493.713,03	
Suporte Profilático e Terapêutico	190.000,00	293.550,00	92.681,20	274.493,34	1,78	19.056,66	91.497,20	273.309,34	1,87	20.240,66	
Vigilância Sanitária	142.000,00	123.297,00	15.434,47	46.636,08	0,30	76.660,92	16.511,27	45.559,28	0,31	77.737,72	
Vigilância Epidemiológica	125.000,00	102.500,00	10.770,91	43.519,39	0,28	58.980,61	10.770,91	43.519,39	0,30	58.980,61	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	186.000,00	387.719,66	85.827,69	178.773,92	1,16	208.945,74	85.827,69	178.773,92	1,22	208.945,74	
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	4.800.000,00	4.667.640,53	586.489,37	2.206.977,84	14,35	2.460.662,69	533.327,41	2.152.679,41	14,73	2.514.961,12	0,00
Ensino Fundamental	3.513.000,00	3.545.640,53	458.704,74	1.723.602,79	11,21	1.822.037,74	409.859,08	1.673.620,66	11,45	1.872.019,87	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional	18.000,00	18.000,00			0,00	18.000,00			0,00	18.000,00	
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	5.228,22	5.228,22	0,03	29.771,78	911,92	911,92	0,01	34.088,08	
Educação Infantil	746.000,00	749.000,00	82.532,88	339.335,42	2,21	409.664,58	82.532,88	339.335,42	2,32	409.664,58	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	143.000,00	143.000,00	11.735,64	64.917,56	0,42	78.082,44	11.735,64	64.917,56	0,44	78.082,44	
FU12 - Demais Subfunções	345.000,00	177.000,00	28.287,89	73.893,85	0,48	103.106,15	28.287,89	73.893,85	0,51	103.106,15	
Cultura	392.000,00	237.286,99	8.035,93	97.905,21	0,64	139.381,78	8.035,93	97.905,21	0,67	139.381,78	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	392.000,00	237.286,99	8.035,93	97.905,21	0,64	139.381,78	8.035,93	97.905,21	0,67	139.381,78	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	1.572.000,00	2.492.341,28	1.327.085,84	2.010.056,03	13,07	482.285,25	1.315.432,95	1.958.290,39	13,40	534.050,89	0,00
Infra-Estrutura Urbana	504.000,00	990.638,28	766.669,70	768.937,90	5,00	221.700,38	764.119,03	764.119,03	5,23	226.519,25	
Serviços Urbanos	750.000,00	1.237.786,00	512.494,46	1.075.687,79	6,99	162.098,21	518.744,24	1.047.931,02	7,17	189.854,98	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	256.000,00	263.897,00	47.921,68	165.430,34	1,08	98.466,66	32.569,68	146.240,34	1,00	117.656,66	
FU15 - Demais Subfunções	62.000,00	20,00			0,00	20,00			0,00	20,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	322.000,00	261.700,00	49.444,58	111.512,63	0,73	150.187,37	42.244,58	104.312,63	0,71	157.387,37	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	322.000,00	261.700,00	49.444,58	111.512,63	0,73	150.187,37	42.244,58	104.312,63	0,71	157.387,37	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	59.000,00	162.000,00	60.405,76	138.812,78	0,90	23.187,22	22.341,76	99.982,78	0,68	62.017,22	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental	59.000,00	162.000,00	60.405,76	138.812,78	0,90	23.187,22	22.341,76	99.982,78	0,68	62.017,22	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	1.115.000,00	1.341.625,24	344.021,72	897.473,62	5,84	444.151,62	185.896,49	719.168,39	4,92	622.456,85	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural	90.000,00	95.700,00	1.320,00	38.375,84	0,25	57.324,16	3.026,00	33.725,84	0,23	61.974,16	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	655.000,00	691.730,01	145.836,65	489.261,83	3,18	202.468,18	153.900,65	483.501,83	3,31	208.228,18	
FU20 - Demais Subfunções	370.000,00	554.195,23	196.865,07	369.835,95	2,40	184.359,28	28.969,84	201.940,72	1,38	352.254,51	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Energia	105.000,00	90.010,00	12.936,50	37.748,92	0,25	52.261,08	12.936,50	37.748,92	0,26	52.261,08	0,00
Conservação de Energia	105.000,00	90.010,00	12.936,50	37.748,92	0,25	52.261,08	12.936,50	37.748,92	0,26	52.261,08	
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	1.047.000,00	1.520.158,00	347.830,69	1.245.168,18	8,10	274.989,82	343.666,66	1.236.809,46	8,46	283.348,54	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	1.047.000,00	1.520.158,00	347.830,69	1.245.168,18	8,10	274.989,82	343.666,66	1.236.809,46	8,46	283.348,54	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	255.000,00	188.011,00	15.498,18	92.337,18	0,60	95.673,82	15.498,18	92.337,18	0,63	95.673,82	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Lazer	175.000,00	85.511,00	15.498,18	70.262,18	0,46	15.248,82	15.498,18	70.262,18	0,48	15.248,82	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	80.000,00	102.500,00		22.075,00	0,14	80.425,00		22.075,00	0,15	80.425,00	
Encargos Especiais	245.900,00	275.900,00	30.000,00	255.000,00	1,66	20.900,00	47.296,12	189.696,93	1,30	86.203,07	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	20.000,00	20.000,00			0,00	20.000,00			0,00	20.000,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	225.900,00	255.900,00	30.000,00	255.000,00	1,66	900,00	47.296,12	189.696,93	1,30	66.203,07	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	80.000,00	17.000,00				17.000,00				17.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	651.100,00	653.501,00	109.870,75	402.995,85	2,62	250.505,15	110.041,86	402.995,84	2,76	250.505,16	
TOTAL (III) = (I + II)	22.859.400,00	23.908.664,91	4.796.044,69	15.378.111,18	100,00	8.530.553,73	4.610.807,81	14.611.186,28	100,00	9.297.478,63	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	651.100,00	653.501,00	109.870,75	402.995,85	2,62	250.505,15	110.041,86	402.995,84	2,76	250.505,16	0,00
Legislativa	30.000,00	30.000,00	5.105,62	18.486,26	0,12	11.513,74	5.105,62	18.486,26	0,13	11.513,74	0,00
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	5.105,62	18.486,26	0,12	11.513,74	5.105,62	18.486,26	0,13	11.513,74	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	12.000,00	12.000,00	2.535,27	8.790,51	0,06	3.209,49	2.535,27	8.790,51	0,06	3.209,49	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	12.000,00	12.000,00	2.535,27	8.790,51	0,06	3.209,49	2.535,27	8.790,51	0,06	3.209,49	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	103.000,00	103.000,00	17.668,05	59.211,08	0,39	43.788,92	17.668,05	59.211,08	0,41	43.788,92	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	82.000,00	82.000,00	13.508,30	44.959,34	0,29	37.040,66	13.508,30	44.959,34	0,31	37.040,66	
Administração Financeira	21.000,00	21.000,00	4.159,75	14.251,74	0,09	6.748,26	4.159,75	14.251,74	0,10	6.748,26	
Controle Interno					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	39.000,00	35.901,00	6.095,99	23.169,39	0,15	12.731,61	6.095,99	23.169,39	0,16	12.731,61	0,00
Assistência ao Idoso					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Comunitária	32.000,00	35.900,00	6.095,99	23.169,39	0,15	12.730,61	6.095,99	23.169,39	0,16	12.730,61	
FU08 - Administração Geral	7.000,00	1,00			0,00	1,00			0,00	1,00	
FU08 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	100,00	100,00			0,00	100,00			0,00	100,00	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	194.000,00	194.000,00	27.792,21	124.706,71	0,81	69.293,29	27.792,21	124.706,71	0,85	69.293,29	0,00
Atenção Básica	95.000,00	95.000,00	18.671,23	70.390,77	0,46	24.609,23	18.671,23	70.390,77	0,48	24.609,23	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	72.000,00	72.000,00	5.764,25	39.603,86	0,26	32.396,14	5.764,25	39.603,86	0,27	32.396,14	
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	10.000,00	1.665,22	8.554,95	0,06	1.445,05	1.665,22	8.554,95	0,06	1.445,05	
Vigilância Sanitária	8.000,00	8.000,00	495,50	1.803,62	0,01	6.196,38	495,50	1.803,62	0,01	6.196,38	
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.000,00	683,46	2.487,84	0,02	2.512,16	683,46	2.487,84	0,02	2.512,16	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	4.000,00	4.000,00	512,55	1.865,67	0,01	2.134,33	512,55	1.865,67	0,01	2.134,33	
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	213.000,00	213.000,00	36.808,05	122.510,75	0,80	90.489,25	36.808,05	122.510,75	0,84	90.489,25	0,00
Ensino Fundamental	162.000,00	162.000,00	30.591,00	101.116,38	0,66	60.883,62	30.591,00	101.116,38	0,69	60.883,62	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Infantil	49.000,00	49.000,00	6.217,05	21.394,37	0,14	27.605,63	6.217,05	21.394,37	0,15	27.605,63	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	2.000,00	2.000,00			0,00	2.000,00			0,00	2.000,00	
FU12 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cultura	5.000,00	5.000,00	3.701,74	4.728,40	0,03	271,60	3.872,85	4.728,40	0,03	271,60	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	3.701,74	4.728,40	0,03	271,60	3.872,85	4.728,40	0,03	271,60	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	14.000,00	19.500,00	7.083,46	15.623,85	0,10	3.876,15	7.083,46	15.623,85	0,11	3.876,15	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Urbanos	10.000,00	15.500,00	6.759,66	15.300,05	0,10	199,95	6.759,66	15.300,05	0,10	199,95	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	4.000,00	4.000,00	323,80	323,80	0,00	3.676,20	323,80	323,80	0,00	3.676,20	
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	2.000,00	2.000,00	323,90	1.036,25	0,01	963,75	323,90	1.036,25	0,01	963,75	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	323,90	1.036,25	0,01	963,75	323,90	1.036,25	0,01	963,75	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	20.000,00	20.000,00	2.756,46	16.864,10	0,11	3.135,90	2.756,46	16.864,09	0,12	3.135,91	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	20.000,00	20.000,00	2.756,46	16.864,10	0,11	3.135,90	2.756,46	16.864,09	0,12	3.135,91	
FU20 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	18.000,00	18.000,00	0,00	7.868,55	0,05	10.131,45	0,00	7.868,55	0,05	10.131,45	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	18.000,00	18.000,00		7.868,55	0,05	10.131,45		7.868,55	0,05	10.131,45	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto Comunitário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.125/2020

Revoga Dispositivos da Lei Municipal Nº 692/2011- Que Dispõe Sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cotriguaçu/MT, e dá outras providências.

JAIR KLASNER, **Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei**:

Art. 1º - Ficam Revogados os artigos nºs. 15, 16, 17,18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 33 da Lei Municipal nº 692/2011 que Dispõe Sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cotriguaçu/MT.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, aos 15 dias do mês de setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
LEI N.º 1.124/2020

Dispõe sobre a alteração da lei que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cotriguaçu/MT e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, SR. JAIR KLASNER, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O texto do art. 44, incisos III da Lei Municipal n. 692/11, de 02 de maio de 2011, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 44 - A receita do PREVI-CONTRI será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo Art. 2º da Lei Federal n.º 9.717, alterado pelo Art. 10 da Lei Federal n.º 10.887, igual a 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento) mais uma alíquota suplementar para suportar os gastos administrativos de 2% (dois por cento), num total de 16,5% (dezesseis inteiros e cinco décimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

Art. 2º. A alíquota patronal suplementar igual a 3,50% prevista no cálculo atuarial realizado em 25 de junho de 2020.

Art. 3º. Homologa-se o cálculo atuarial anual realizado em 25 de junho de 2020.

Art. 4º. Fica equacionado o déficit estabelecido pelo cálculo atuarial realizado no mês de 25 de junho de 2020 e será amortizado conforme a tabela I do anexo I desta lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, 15 de setembro de 2020.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TABELA I

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	TAXA CUSTO ESPECIAL	ANO	TAXA CUSTO ESPECIAL
2020	3,50%	2043	8,82%
2021	5,00%	2044	8,86%
2022	6,50%	2045	8,91%
2023	7,93%	2046	8,95%
2024	7,97%	2047	9,00%
2025	8,02%	2048	9,04%
2026	8,06%	2049	9,09%
2027	8,11%		
2028	8,15%		
2029	8,20%		
2030	8,24%		
2031	8,29%		
2032	8,33%		
2033	8,38%		
2034	8,42%		
2035	8,46%		
2036	8,51%		
2037	8,55%		
2038	8,60%		
2039	8,64%		
2040	8,69%		
2041	8,73%		
2042	8,78%		

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CREDENCIAMENTO 004/2020 PROCESSO 068/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu torna público o SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO, referente ao credenciamento 004-2020 processo 068-2020, que deu origem aos contratos 036/2020, 037/2020 e 038/2020, objetivando a: **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA NA MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCAIS FRENTE AO NOVO CORONAVÍRUS NAS PREVENÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU".**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula de prazo dos Contratos, prorrogando o prazo de 22/09/2020 até 31/12/2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 036-2020

Contrato que entre si celebram Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT e a **SENHORA ADAUEIDS ARIMA DOS SANTOS ALMEIDA CPF: 029.252.961-90**. As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula de prazo dos Contratos, prorrogando o prazo de 22/09/2020 até 31/12/2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 037-2020

Contrato que entre si celebram prefeitura municipal de Cotriguaçu/MT e a **SENHORA AMANDA ALMEIDA DOS SANTOS CPF: 053.484.301-88**. As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula de prazo dos Contratos, prorrogando o prazo de 22/09/2020 até 31/12/2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 038-2020

Contrato que entre si celebram prefeitura municipal de Cotriguaçu/MT e a **SENHOR DYHEK LUHANNDA SILVA CARVALHO CPF: 031.861.691-27.** As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula de prazo dos Contratos, prorrogando o prazo de 22/09/2020 até 31/12/2020.

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu-MT, 17 de setembro de 2020.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei Federal n° 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei Federal n° 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve, **HOMOLOGAR** o processo licitatório nº 052/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 011/2020, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de insumos, materiais e equipamentos hospitalares, para atender as necessidades da unidade básica de saúde deste município, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para futura contratação das empresas: GREEN FARMACEUTICA EIRELI-EPP inscrita no CNPJ: 03.411.908/0001-86, para os itens: 04 R$ 3,00; 08 R$ 0,10; 15 R$ 9,52; 16 R$ 13,50; 20 R$ 1,85; 34 R$ 3,30; 35 R$ 3,75; 38 R$ 16,75; 58 R$ 1,30; 89 R$ 1,05; 90 R$ 8,50; 121 R$ 163,80; 142 R$ 0,22; 148 R$ 2,80; 167 R$ 2,67; RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI-ME inscrita no CNPJ: 35.042.079/0001-06, para os itens: 01 R$ 16,00; 02 R$ 16,00; 07 R$ 0,13; 10 R$ 0,08; 11 R$ 0,07; 21 R$ 0,90; 22 R$ 1,06; 24 R$ 13,00; 31 R$ 0,98; 36 R$ 3,75; 39 R$ 14,04; 40 R$ 14,04; 47 R$ 28,99; 59 R$ 21,029; 60 R$ 26,50; 66 R$ 1,278; 68 R$ 1,14; 69 R$ 0,21; 70 R$ 73,41; 71 R$ 69,30; 72 R$ 75,75; 76 R$ 1,03; 78 R$ 31,501; 80 R$ 53,511; 82 R$ 44,254; 83 R$ 37,859; 87 R$ 4,68; 91 R$ 10,658; 93 R$ 0,362; 94 R$ 0,374; 95 R$ 2,76; 96 R$ 3,40; 102 R$ 44,805; 108 R$ 3,301; 110 R$ 1,39; 111 R$ 2,787; 124 R$ 3,404; 140 R$ 0,356; 141 R$ 0,55; 143 R$ 0,393; 144 R$ 0,27; 145 R$ 4,47; 147 R$ 2,60; 149 R$ 3,30; 151 R$ 3,13; 152 R$ 2,69; 177 R$ 126,113; perfazendo o valor total do pregão em R$ 504.590,24 (quinhentos e quatro mil e quinhentos e noventa reais e vinte e quatro centavos), os demais itens foram desertos ou fracassados.

Curvelândia/MT, 17 de setembro de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 030/2020

O Prefeito Municipal de Curvelândia–MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR E HOMOLOGAR** o presente PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2020. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de energia elétrica de

acordo com as normas regularizadoras da ANEEL, para atender as necessidades da prefeitura e as secretarias do município de Curvelândia - MT. Empresa: **ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**, Inscrita CNPJ: 03.467.321/0001-99, totalizando o valor de**R$ 525. 800,00 (Quinhentos e vinte e cinco mil, e oitocentos reais).** E **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Curvelândia - MT, 17 de setembro de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 126/2020.

PORTARIA N.º 126/2020. denise – mt, 17 DE SETEMBRO DE 2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE *EXONERAÇÃO DA SENHORA "*DELMA GOMES MINEIRO" *CARGO de provimento EFETIVO* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SENHORA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, LEI MUNICIPAL N.º 149/99 E às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a servidora pública municipal do cargo de provimento efetivo, a Senhora ***"*DELMA GOMES MINEIRO***", brasileira, matrícula 324, portadora da C.I - RG nº 1452005-2- SSP/MT, cadastrada no CPF sob o nº 982.555.681.15*, servidora admitida em 26/02/2007, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** por motivos particulares a pedido da servidora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 (dezessete) dias do mês de Setembro do ano de 2020.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
EDITAL N° 08/2020

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, através do **PREFEITO EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, juntamente com a **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, em atendimento ao disposto no Art. 9°, § 4°, da Lei Complementar n° 101 de 04 de maio de 2000, torna público que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de levar ao conhecimento da comunidade o **PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA**, a realizar-se no dia 25 de setembro de 2020, ás 09:00, na Câmara Municipal de Diamantino – "Palácio Urbano Rodrigues Fontes".

Em razão das restrições impostas pela pandemia do COVID-19, a audiência será realizada com restrição de público em 50% da capacidade do plenário, sendo obrigatório o uso de máscara.

A Audiência será transmitida pela internet, através dos seguintes canais (facebook e Youtube):

www.facebook.com/PrefeituradeDiamantino

www.camaradiamantino.mt.gov.br/impresa/sessao-cama...

Na oportunidade, contamos com a participação de toda a população, neste relevante processo de desenvolvimento do Município, as sugestões e solicitações de informação podem ser enviadas pelo e-mail: sec.planejamento@diamantino.mt.gov.br ou pelos telefones (65) 3336-6400 / 98433-7333.

Diamantino/MT, 17 de setembro de 2020

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 135/2019

CONTRATADO(a):ELISANGELA CAPONI FEDRIGO

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR(a) TEMPORÁRIO Nº. 135/2019**, que teve como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI - CONTRATO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** com termino dia **30 de Setembro de 2020.**

GABINETE
EDITAL N.º 07/2020

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE 2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, através do Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, juntamente com a **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, em atendimento ao dispositivo no Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000, torna público que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com o objetivo de levar ao conhecimento da comunidade os**Resultados e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre 2020**, de acordo com o **RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL,** a realizar-se no **dia 24 de setembro de 2020, as 16h00min, na Câmara Municipal -** "Palácio Urbano Rodrigues Fontes".

Em razão das restrições impostas pela pandemia do COVID19, a audiência será realizada com restrição de público em 50% da capacidade do plenário, sendo obrigatório o uso de máscara.

A Audiência será **transmitida pela internet**, através dos seguintes canais (Facebook e Youtube):

www.facebook.com/PrefeituradeDiamantino

www.camaradiamantino.mt.gov.br/imprensa/sessao-cam...

Diamantino/MT, 16 de setembro de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 069/2020 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO 052/2020 DE CONSOLIDAÇÃO DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS E TEMPORÁRIAS DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO AO COVID19 E ATUALIZAÇÕES PERTINENTES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Valdécio Luiz da Costa, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO as decisões tomadas após consultados os comerciantes e representantes das categorias econômicas do Município de Dom Aquino;

CONSIDERANDO o sensível estado econômico-financeiro ocasionado pelo fechamento do comércio devido a atual pandemia do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de readequação do Decreto de ***CONSOLIDAÇÃO*** para maior equilíbrio entre as medidas sanitárias e econômicas.

D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 1º do Decreto 052/2020 passa a ter a seguinte redação:

Artigo 1º - Ficam CONSOLIDADAS, pelo presente Decreto, as medidas emergenciais e temporárias outrora estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, visando a prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Dom Aquino.

Art. 2º - O § 4º e § 5º do Art. 15 do Decreto 052/2020 passa a ter a seguinte redação:

§ 4º - Os restaurantes poderão funcionar NORMALMENTE, bem como possibilitar o consumo em suas dependências, devendo, no entanto, adotarem medidas de segurança sanitária para funcionários e clientes, bem como disporem as mesas de forma intercalada e demais medidas sanitárias e de assepsia já dispostas, e das normas estabelecidas na nota técnica emitida pela Vigilância Sanitária;

§ 5º - Bares, conveniências, "espetinhos", lanchonetes, sorveterias e carrinhos de lanches poderão funcionar NORMALMENTE, bem como possibilitar o consumo em suas dependências, devendo, no entanto, adotarem medidas de segurança sanitária para funcionários e clientes, bem como disporem as mesas de forma intercalada e demais medidas sanitárias e de assepsia já dispostas, e das normas estabelecidas na nota técnica emitida pela Vigilância Sanitária;

Art. 3º - O Art. 16 do Decreto 052/2020 passa a ter a seguinte redação:

Artigo 16 - Igrejas, templos e cultos religiosos em geral poderão realizar suas celebrações, NORMALMENTE, apenas uma celebração por cada dia, desde que os responsáveis comprovem e adotem as medidas de higiene e segurança sanitárias descritas nas normas estabelecidas na nota técnica da Vigilância Sanitária, que passa a fazer parte integrante deste Decreto, e, mais as seguintes condições:

a) Limitação no número de fiéis durante cada celebração, de modo que mantenham distância mínima de 2 (dois) metros entre cada pessoa presente nas Igrejas, templos ou congêneres;

b) O ingresso dos fiéis deve se limitar às cadeiras disponíveis em número de até 50% (cinquenta por cento) da capacidade total, conforme normas estabelecidas nas Notas Recomendatórias da Vigilância Sanitária, e aferição pelo Corpo de Bombeiros, e, os assentos que não forem utilizados devem ser interditados, observando-se as regras do inciso anterior;

c) Duração NORMAL em cada celebração, e, desde que haja total desinfecção do local entre uma celebração e outra;

d) Admissão de fiéis dentro das Igrejas, templos ou congêneres se estiverem usando máscaras;

e) Disponibilização aos fiéis de álcool 70%, ou outros produtos desinfetantes com poderes semelhantes ou superiores, na entrada do estabelecimento e com entrega para o uso obrigatório;

f) Participação de todos os fiéis recomendando aos portadores de comorbidades os cuidados e as medidas sanitárias largamente preconizadas;

g) Deverá ser fixado em local visível cartaz informativo da capacidade de ocupação no limite estabelecido neste Decreto, do distanciamento entre as pessoas, e, da obrigação de higienização das mãos antes de entrar na Igreja, templos ou congêneres.

h) Não realizar qualquer tipo de celebração, evento e/ou reunião de pessoas nas residências dos fiéis.

i) Pessoas em grupo de risco ou com baixa imunidade (asma, pneumonia, tuberculose, câncer, pacientes renais crônicos e transplantados) ou que apresentem sintomas de gripe, e aqueles que tiveram contato com casos suspeitos nos últimos 15 (quinze) dias devem evitar ir às celebrações religiosas.

Art. 4º - O Art. 18 do Decreto 052/2020 passa a ter a seguinte redação:

Art. 18 - As academias de musculação poderão voltar a funcionar normalmente, DESDE QUE adotando o seguinte protocolo:

I – Respeitar a limitação máxima de alunos por horário e limite da capacidade máxima do total de aparelhos fixos;

II – Os estabelecimentos devem atender, obrigatoriamente, com o agendamento de horários de alunos previamente listados e disponibilizado em local visível, mencionando a capacidade exigida, de modo a evitar aglomeração de pessoas aguardando para entrar na academia;

III – As academias devem realizar a higienização periódica e constante dos seus equipamentos após a utilização de cada aluno, mantendo à disposição álcool 70° INPM em gel ou equivalente profilático para higienização pessoal de seus alunos/clientes, devendo usar material descartável para a limpeza;

IV – As academias e os profissionais de educação física devem orientar os seus alunos/clientes a higienizarem as mãos ao mudarem de estação ou de equipamento utilizado;

V – A disposição dos aparelhos deve ser readequada para que se mantenha 1,5 metros de distância de um aparelho para o outro;

VI – As aulas e atividades coletivas, como as de ginástica ou treinamento funcional poderão ser dadas em ambientes fechado, porém com todas as normas estabelecidas na nota técnica emitida pela Vigilância Sanitária;

VII – Recomenda-se também que se evitem os alongamentos com contato, substituindo pela demonstração do profissional de educação física;

VIII – As academias devem incentivar alunos/clientes a, ao chegarem, lavar as mãos com água e sabão, com tempo de duração não inferior de 20 a 30 segundos e/ou utilização de álcool 70° INPM em gel ou equivalente profilático na forma orientada pelo Ministério da Saúde;

IX – As academias são responsáveis por disponibilizar água e sabão e/ou álcool 70% em gel ou equivalente profilático aos usuários e profissionais;

X – Pessoas em grupo de risco ou com baixa imunidade (asma, pneumonia, tuberculose, câncer, pacientes renais crônicos e transplantados) ou que apresentem sintomas de gripe, e aqueles que tiveram contato com casos suspeitos nos últimos dias devem evitar ir à academia, devendo o profissional de educação física prescrever exercícios para fazer em casa;

XI – As seguintes medidas devem ser amplamente divulgadas aos alunos e profissionais: Tomar cuidado com a intensidade e o volume dos exercícios, já que o excesso de esforço pode acabar tendo o efeito contrário e ocasionar um enfraquecimento do sistema imunológico, evitar tocar o rosto, especialmente mucosas, boca, nariz e olhos, mesmo após o uso do álcool gel ou após lavar as mãos, não compartilhar objetos de uso pessoal como garrafas de água e toalhas de rosto, além de talheres, ao tossir ou espirrar, cobrir sempre com o braço

ou com lenço de papel (descarte imediatamente após o uso), é importante não utilizar as mãos, pois terão contato com aparelhos e outras superfícies;

XII – As novas regras de funcionamento e as medidas para prevenção e controle da COVID-19 serão afixadas em locais visíveis;

Art. 5º - O Art. 20 do Decreto 052/2020 passa a ter a seguinte redação:

Artigo 20 – Fica autorizada a presença dos professores nas escolas púbicas e privadas, de acordo com normativa da Secretaria de Educação e Assessoria Pedagógica, com a finalidade de elaboração de aulas virtuais e materiais de apoio, podendo haver reuniões para dinamizas as diretrizes da secretaria.

Art. 6 – Fica acrescido o Art. 35 ao Decreto 052/2020 passa a ter a seguinte redação:

Art. 35 - A realização de tradições fúnebres, velórios e funerais, deverão acontecer com número de até 15 (quinze) pessoas, por vez, de modo a contemplar preferencialmente os familiares e OBRIGATORIAMENTE NA CAPELA JESUS GONÇALVES, adotando as medidas de assepsia de forma breve sendo proibido as aglomerações de visitantes no local e nas proximidades, podendo ainda ser acompanhado por um agente de saúde do município; ressalvados os casos de óbito ocasionados por coronavírus (COVID-19), cujo procedimento adotado será de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde e/ou do Ministério da Saúde;

Art. 7º - As demais atividades esportivas coletivas (futebol, Voleibol, Caratê, etc.) continuam, PROIBIDAS e poderão ser revistas a qualquer tempo, dependendo da evolução dos casos de Covid-19 no Município de Dom Aquino.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 057/2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de -MT em 17 de setembro de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ERRATA DE EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2020

ERRATA DE EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2020

ONDE SE LE: EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2020

CONTRATADA:MACHADO - COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ: 15.567.062/0001-57

LEIA SE: EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2020

CONTRATADA:MACHADO - COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ: 15.567.062/0001-57

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 067/2020 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CAUÇÃO DE LOTES PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO LOTEAMENTO ÁGUA AZUL APROVADO PELO DECRETO MUNICIPAL n.º 066/2020 DE 10/09/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdécio Luiz da Costa, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a aprovação do Loteamento Água Azul através do Decreto 066/2020;

CONSIDERANDO a possibilidade de caucionamento de imóveis em favor da Administração Pública, até que as obras de infraestrutura de parcelamento do solo sejam concluídas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 6.766/79, mais especificamente no artigo 9º;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica oferecido em caução, o seguinte imóvel, como garantia para execução das obras faltantes no prazo estabelecido, em relação ao parcelamento do solo denominado ***"Loteamento Água Azul",*** imóvel com matricula 12.778, fls. 095, Livro 2-BG do C.R.I. desta Comarca de Dom Aquino, com área total de 30,358 hás (trinta hectares, trinta e cinco ares e oitenta centiares), de propriedade do Jacintho e Becker Ltda., conforme documento em anexo que passa a fazer parte integrante desse Decreto.

Artigo 2º - Em relação ao imóvel descrito no artigo 1º, ficará caucionado ao Município de Dom Aquino-MT, onde somente será determinada a respectiva baixa, assim que houver a verificação da conclusão da infraestrutura**.**

Parágrafo Único – Poderão eventual imóvel ser substituído, desde que demonstrada de modo fundamentada as razões para tanto.

Artigo 3º - Caso as obras não sejam concluídas no prazo assinalado no termo de compromisso/caução, os proprietários deverão arcar com multa no importe de 30% (trinta por cento) do valor despendido pela Administração Municipal para a conclusão dos trabalhos.

§ 1º - Dependendo do andamento das obras, as garantias sobre os lotes poderão ir sendo liberadas, da seguinte forma:

a) Liberação de 20% da garantia, em caso de conclusão de 20% das obras;

b) Liberação de 50% da garantia, em caso de conclusão de 50% das obras;

c) Liberação de 80% da garantia, em caso de conclusão de 80% das obras;

d) Liberação de 100% da garantia, em caso de conclusão de 100% das obras;

§ 2º - A vistoria será realizada pelos Servidores da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo do Município, ou a quem for delegado o encargo.

Artigo 4º - Cópia do Presente Decreto será encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Dom Aquino-MT, com respectiva firma reconhecida dos proprietários dos imóveis indicados no "Caput" do Art. 1º.

Artigo 5º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT em 14 de setembro de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 012/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 012/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 012/2020, QUE TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ADUELAS/GALERIAS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS), DE FORMA PARCELADA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR e em consonância ADJUDICAR a Empresa: BRUNA BRAGAGNOLO PEREIRA EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 24.440.270/0001-81, sediada a Rua Alberto Saddi, s/n, quadra Ind 2 Lote 9/11, Distrito Industrial, município de Rondonópolis - MT, CEP: 78.745-710, neste ato representada por *LETICIA TEREZINHA BRAGAGNOLO PEREIRA ROSA*, inscrito sob o CPF nº 020.336.841-05, no valor global de R$ 711.690,00 (setecentos e onze mil, seiscentos e noventa reais), conforme resultado do Pregão SRP 012/2020, destinado a atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 17 de setembro de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 326/2020

DATA: 15 de SETEMBRO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDIde Feliz Natal, para o Biênio 2019-2020, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Francisca Aline da Silva da Conceição Zorzi

Suplente: Dirce Aparecida dos Santos

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Vanessa Susana Dorti

Suplente: Thalita Maria Silva

Representante do Poder Legislativo:

Titular: Sidonia Kessler

Suplente: Manoel Aparecido Nazario

Representante das Igrejas sediadas no Município:

Titular: Julio Ferler

Suplente: Braz Emilio Modaelli

Representante do Clube dos Idosos:

Titular: Sirlei Canello Dessordi

Suplente: Neldi Glitz

Secretária Executiva: Anette Ingrit Bencke Schneider

Artigo 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

DECRETO Nº 1048 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

"Dispõe sobre a nomeação de Junta Medica para fins da previdência própria no Município de Gaúcha do Norte – MT."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Gaúcha do Norte;

CONSIDERANDO ao disposto no Art. 86 da Lei 194 de 19 de agosto de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes médicos para comporem a Junta Medica do Município de Gaúcha do Norte:

I – Adanes Mendonça Silva – CRM/MT 7494

II – Cindi Daniele Oliveira de Melo – CRM/MT 11375

III – Nerlen Silva de Melo – Portaria MS 5/00500

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial ao Decreto 968/2020.

Gaúcha do Norte – MT, 17 de setembro de 2020.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 02/2020-CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

EDITAL 02/2020-CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA vem tornar público a aprovação de seleção de projetos para inclusão no seu Banco de Projetos da Criança e do Adolescente.

O presente instrumento visa regulamentar e publicizar o procedimento de seleção de projetos públicos e privados direitos da infância e da adolescência bem como dispor sobre a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, que passarão a constar do Banco de Projetos da Criança e do Adolescente do CMDCA, passando, assim, a serem considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA conforme previsto na Lei nº 8.069/90.

RESOLVE:

Artigo 1º – APROVAR os projetos para celebração dos Termos de Fomento,

com recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente, conforme segue:

a) **Escola Municipal Paulo Freire** – Projeto" Educação e Tecnologia em Tempos de Pandemia" da Escola Municipal Paulo Freire.

Termo de fomento no valor R$23.000,00 (vinte e três mil reais);

b) **Escola Municipal Pequeno Príncipe** – Projeto "Brincando de Aprende" do Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe.

Termo de fomento no valor R$12.000,00 (doze mil reais);

Artigo 2º – Este Edital passará a vigorar na data de sua publicação e será publicado na página da internet da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT.

Itanhangá – MT, 17 de setembro de 2020.

ELIANDRA GOMES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EDITAL 02/2020-CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA vem tornar público a aprovação de seleção de projetos para inclusão no seu Banco de Projetos da Criança e do Adolescente.

O presente instrumento visa regulamentar e publicizar o procedimento de seleção de projetos públicos e privados direitos da infância e da adolescência bem como dispor sobre a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, que passarão a constar do Banco de Projetos da Criança e do Adolescente do CMDCA, passando, assim, a serem considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA conforme previsto na Lei nº 8.069/90.

RESOLVE:

Artigo 1º – APROVAR os projetos para celebração dos Termos de Fomento,

com recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente, conforme segue:

a) **Escola Municipal Paulo Freire** – Projeto" Educação e Tecnologia em Tempos de Pandemia" da Escola Municipal Paulo Freire.

Termo de fomento no valor R$23.000,00 (vinte e três mil reais);

b) **Escola Municipal Pequeno Príncipe** – Projeto "Brincando de Aprende" do Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe.

Termo de fomento no valor R$12.000,00 (doze mil reais);

Artigo 2º – Este Edital passará a vigorar na data de sua publicação e será publicado na página da internet da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT.

Itanhangá – MT, 17 de setembro de 2020.

ELIANDRA GOMES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2020

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 002/2020 de 06/01/2020, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 028/2020**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da rede de iluminação pública e para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT".,** sagrou-se vencedora as seguintes empresas: **COTELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP – CNPJ: 07.237.858/0001-13** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 33.410,00 (trinta e três mil quatrocentos e dez reais), a empresa **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI – EPP – CNPJ: 37. 227.550/0001-58** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 191.255,50 (cento e noventa e um mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), a empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME – CNPJ: 12.995.729/0001-24** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 164.564,60 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos) e a empresa **MARISTELA S. B. MENDONCA EIRELI – ME – CNPJ: 33.440.338/0001-13** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 143.810,00 (cento e quarenta e três mil oitocentos e dez reais), os itens 4, 7, 8, 10 e 12, tiveram como resultado fracassado.

Itanhangá-MT, 17 de setembro de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 050/2020/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***CAROLINE DE JESUS SILVA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2019. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **CAROLINE DE JESUS SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2306453-6 SSP/MT e do CPF nº. 042.890.651.63, residente e domiciliada na Rua Jandira Comaretto Selzlein, S/N, Quadra 04, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Farmacêutica 40H** para à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Art.2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019, Item 1.3.1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 005/2019 de 12/12/2019, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 43.230,71 (quarenta e três mil, duzentos e trinta reais e setenta e um centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; b) Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal. Contribuição Sindical Anual.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 14 (quatorze) de setembro de 2020 e encerrar-se-á no dia 13 (treze) de setembro de 2021, conforme regulamentado no Art.4º, IV, da Lei Municipal 267/2011.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Fundo Municipal de Saúde – Atenção Básica:

05.002.10.301.0034.2063.3190.04.00.00.00 Red. 0157 – Contratação Por Tempo Determinado.

Fonte de Recurso 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, nos casos dos incisos b e c, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo Sexto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado o valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 14 DE SETEMBRO DE 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

CAROLINE DE JESUS SILVA

CONTRATADA

ALDO LOUREIRO DA SILVA

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

CONTABILIDADE
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 4º BIM 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.750.000,00	25.370.988,00	7.106.894,33	28,01	21.300.183,58	83,95	4.070.804,42
RECEITAS CORRENTES	24.458.000,00	24.621.174,00	5.717.773,65	23,22	19.210.560,18	78,02	5.410.613,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.851.600,00	2.851.600,00	383.189,64	13,44	2.781.068,73	97,53	70.531,27
Impostos	2.342.000,00	2.342.000,00	314.856,63	13,44	2.408.873,75	102,86	-66.873,75
Taxas	485.800,00	485.800,00	62.343,09	12,83	334.484,03	68,85	151.315,97
Contribuição de Melhoria	23.800,00	23.800,00	5.989,92	25,17	37.710,95	158,45	-13.910,95
CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	19.494,46	16,25	45.885,09	38,24	74.114,91
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	120.000,00	120.000,00	19.494,46	16,25	45.885,09	38,24	74.114,91
RECEITA PATRIMONIAL	111.050,00	111.050,00	5.436,99	4,90	35.757,05	32,20	75.292,95
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Valores Mobiliários	111.050,00	111.050,00	5.436,99	4,90	35.757,05	32,20	75.292,95
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	799.000,00	799.000,00	181.496,32	22,72	589.787,31	73,82	209.212,69
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	794.000,00	794.000,00	181.496,32	22,86	589.787,31	74,28	204.212,69
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00		0,00		5.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.558.200,00	20.721.374,00	5.050.756,46	24,37	15.657.220,04	75,56	5.064.153,96
Transferências da União e de suas Entidades	9.026.700,00	9.189.874,00	2.960.407,94	32,21	7.573.798,18	82,41	1.616.075,82
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.631.000,00	7.631.000,00	1.431.913,76	18,76	5.398.848,77	70,75	2.232.151,23
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.900.000,00	3.900.000,00	657.470,75	16,86	2.683.609,08	68,81	1.216.390,92
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	500,00	500,00	964,01	192,80	964,01	192,80	-464,01
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.150,00	18.150,00	77.399,78	426,45	100.841,96	555,60	-82.691,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00		1.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	17.150,00	17.150,00	77.399,78	451,31	85.841,96	500,54	-68.691,96
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		15.000,00		-15.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	292.000,00	749.814,00	1.389.120,68	185,26	2.089.623,40	278,69	-1.339.809,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	457.814,00	1.081.092,39	236,14	1.755.306,25	383,41	-1.297.492,25
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	457.814,00	1.081.092,39	236,14	1.755.306,25	383,41	-1.297.492,25
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	142.000,00	142.000,00	15.913,55	11,21	42.202,41	29,72	99.797,59
Alienação de Bens Móveis	500,00	500,00	0,00		0,00		500,00
Alienação de Bens Imóveis	141.500,00	141.500,00	15.913,55	11,25	42.202,41	29,83	99.297,59
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	150.000,00	150.000,00	292.114,74	194,74	292.114,74	194,74	-142.114,74
Transferências da União e de suas Entidades	75.000,00	75.000,00	0,00		0,00		75.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	75.000,00	75.000,00	292.114,74	389,49	292.114,74	389,49	-217.114,74
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.750.000,00	25.370.988,00	7.106.894,33	28,01	21.300.183,58	83,95	4.070.804,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	24.750.000,00	25.370.988,00	7.106.894,33	28,01	21.300.183,58	83,95	4.070.804,42
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	24.750.000,00	25.370.988,00	7.106.894,33	28,01	21.300.183,58	83,95	4.070.804,42
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			3.980.717,65		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			3.980.717,65		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.749.000,00	30.658.869,50	3.736.697,40	22.458.499,41	8.200.370,09	5.910.408,43	18.500.476,37	12.158.393,13	18.196.724,69	0,00
DESPESAS CORRENTES	23.276.900,00	24.955.386,56	2.883.050,70	17.134.269,30	7.821.117,26	3.784.256,87	14.389.563,13	10.565.823,43	14.120.666,25	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.285.684,00	12.200.581,22	1.837.859,06	7.527.417,34	4.673.163,88	1.836.699,06	7.518.340,29	4.682.240,93	7.366.780,73	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	47.086,33	10.000,00	47.086,33	0,00	2.907,25	17.106,59	29.979,74	17.106,59	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.990.216,00	12.707.719,01	1.035.191,64	9.559.765,63	3.147.953,38	1.944.650,56	6.854.116,25	5.853.602,76	6.736.778,93	
DESPESAS DE CAPITAL	1.422.100,00	5.653.482,94	853.646,70	5.324.230,11	329.252,83	2.126.151,56	4.110.913,24	1.542.569,70	4.076.058,44	0,00
INVESTIMENTOS	1.419.600,00	5.583.082,94	853.646,70	5.253.830,11	329.252,83	2.109.195,50	4.074.657,76	1.508.425,18	4.039.802,96	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500,00	70.400,00	0,00	70.400,00	0,00	16.956,06	36.255,48	34.144,52	36.255,48	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00			50.000,00			50.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.750.000,00	30.658.869,50	3.736.697,40	22.458.499,41	8.200.370,09	5.910.408,43	18.500.476,37	12.158.393,13	18.196.724,69	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	24.750.000,00	30.658.869,50	3.736.697,40	22.458.499,41	8.200.370,09	5.910.408,43	18.500.476,37	12.158.393,13	18.196.724,69	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			2.799.707,21		3.103.458,89	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	24.750.000,00	30.658.869,50	3.736.697,40	22.458.499,41		5.910.408,43	21.300.183,58		21.300.183,58	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.749.000,00	30.658.869,50	3.736.697,40	22.458.499,41	100,00	8.200.370,09	5.910.408,43	18.500.476,37	100,00	12.158.393,13	0,00
Legislativa	1.204.284,00	1.204.284,00	170.329,05	732.202,23	3,26	472.081,77	185.049,98	697.024,82	3,77	507.259,18	0,00
Ação Legislativa	1.204.284,00	1.204.284,00	170.329,05	732.202,23	3,26	472.081,77	185.049,98	697.024,82	3,77	507.259,18	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	125.000,00	108.970,00	0,00	108.420,00	0,48	550,00	26.550,00	71.250,00	0,39	37.720,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	125.000,00	108.970,00	0,00	108.420,00	0,48	550,00	26.550,00	71.250,00	0,39	37.720,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	3.365.500,00	3.499.754,91	286.348,67	2.500.780,93	11,14	998.973,98	475.367,12	1.840.368,59	9,95	1.659.386,32	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	1.984.500,00	2.143.699,02	142.416,94	1.523.102,87	6,78	620.596,15	308.675,87	1.056.134,78	5,71	1.087.564,24	
Administração Financeira	1.195.000,00	1.174.555,89	116.731,07	866.816,79	3,86	307.739,10	139.078,09	674.403,79	3,65	500.152,10	
Controle Interno	180.000,00	178.500,00	27.200,66	108.241,94	0,48	70.258,06	27.200,66	108.241,94	0,59	70.258,06	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	6.000,00	3.000,00	0,00	2.619,33	0,01	380,67	412,50	1.588,08	0,01	1.411,92	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	942.050,00	1.164.049,84	105.381,74	771.307,86	3,43	392.741,98	150.277,30	673.287,10	3,64	490.762,74	0,00
Assistência ao Idoso	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	6.000,00	14.928,00	0,00	14.928,00	0,07	0,00	0,00	14.928,00	0,08	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	218.500,00	248.320,54	21.055,93	151.567,45	0,67	96.753,09	27.472,76	141.670,36	0,77	106.650,18	
Assistência Comunitária	714.550,00	854.501,30	63.749,81	581.389,11	2,59	273.112,19	99.381,24	493.265,44	2,67	361.235,86	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	0,00	46.300,00	20.576,00	23.423,30	0,10	22.876,70	23.423,30	23.423,30	0,13	22.876,70	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	5.948.600,00	8.138.458,48	963.420,73	5.750.027,37	25,60	2.388.431,11	1.028.956,67	4.608.935,53	24,91	3.529.522,95	0,00
Atenção Básica	3.283.000,00	4.369.893,99	513.699,89	3.086.674,03	13,74	1.283.219,96	524.634,12	2.556.987,54	13,82	1.812.906,45	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.267.100,00	3.113.409,28	330.513,44	2.129.021,77	9,48	984.387,51	396.829,52	1.654.147,41	8,94	1.459.261,87	
Suporte Profilático e Terapêutico	163.000,00	196.722,16	0,00	163.000,00	0,73	33.722,16	7.681,90	114.014,96	0,62	82.707,20	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	155.500,00	252.433,05	15.889,04	178.423,21	0,79	74.009,84	41.101,84	173.075,13	0,94	79.357,92	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	80.000,00	206.000,00	103.318,36	192.908,36	0,86	13.091,64	58.709,29	110.710,49	0,60	95.289,51	
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	273.916,00	268.916,00	0,00	225.000,00	1,00	43.916,00	57.765,09	177.988,96	0,96	90.927,04	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	250.000,00	250.000,00	0,00	221.000,00	0,98	29.000,00	57.765,09	175.688,96	0,95	74.311,04	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	23.916,00	18.916,00	0,00	4.000,00	0,02	14.916,00	0,00	2.300,00	0,01	16.616,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	7.404.250,00	8.367.955,06	1.112.773,38	5.965.179,23	26,56	2.402.775,83	1.103.171,80	4.824.468,46	26,08	3.543.486,60	0,00
Ensino Fundamental	4.243.450,00	5.052.028,89	646.513,72	3.547.838,12	15,80	1.504.190,77	602.025,49	3.011.109,80	16,28	2.040.919,09	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	2.093.800,00	2.306.085,43	374.900,96	1.706.588,71	7,60	599.496,72	376.442,79	1.220.375,39	6,60	1.085.710,04	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	764.500,00	738.124,23	91.358,70	557.098,29	2,48	181.025,94	104.840,21	506.185,56	2,74	231.938,67	
FU12 - Demais Subfunções	302.500,00	271.716,51	0,00	153.654,11	0,68	118.062,40	19.863,31	86.797,71	0,47	184.918,80	
Cultura	186.000,00	122.830,00	-5.037,17	113.751,99	0,51	9.078,01	11.540,00	67.953,48	0,37	54.876,52	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	186.000,00	122.830,00	-5.037,17	113.751,99	0,51	9.078,01	11.540,00	67.953,48	0,37	54.876,52	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	679.000,00	2.717.926,06	448.920,59	2.429.951,40	10,82	287.974,66	1.778.730,51	2.303.042,41	12,45	414.883,65	0,00
Infra-Estrutura Urbana	62.000,00	2.017.447,37	493.641,70	1.929.577,79	8,59	87.869,58	1.659.413,91	1.921.908,55	10,39	95.538,82	
Serviços Urbanos	617.000,00	700.478,69	-44.721,11	500.373,61	2,23	200.105,08	119.316,60	381.133,86	2,06	319.344,83	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	497.000,00	520.591,89	164.638,57	423.389,88	1,89	97.202,01	111.298,38	348.741,93	1,89	171.849,96	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	497.000,00	520.591,89	164.638,57	423.389,88	1,89	97.202,01	111.298,38	348.741,93	1,89	171.849,96	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	431.000,00	381.150,66	8.222,57	198.136,10	0,88	183.014,56	39.516,77	151.332,20	0,82	229.818,46	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	431.000,00	381.150,66	8.222,57	198.136,10	0,88	183.014,56	39.516,77	151.332,20	0,82	229.818,46	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	290.600,00	327.317,10	58.800,42	210.371,06	0,94	116.946,04	95.325,86	202.842,30	1,10	124.474,80	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	290.600,00	327.317,10	58.800,42	210.371,06	0,94	116.946,04	95.325,86	202.842,30	1,10	124.474,80	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	2.900.300,00	3.216.712,49	353.781,50	2.561.412,65	11,41	655.299,84	687.304,87	2.124.718,44	11,48	1.091.994,05	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	2.900.300,00	3.216.712,49	353.781,50	2.561.412,65	11,41	655.299,84	687.304,87	2.124.718,44	11,48	1.091.994,05	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	441.000,00	547.466,68	59.117,35	446.082,38	1,99	101.384,30	159.554,08	396.092,46	2,14	151.374,22	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	441.000,00	547.466,68	59.117,35	446.082,38	1,99	101.384,30	159.554,08	396.092,46	2,14	151.374,22	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	3.500,00	22.486,33	10.000,00	22.486,33	0,10	0,00	0,00	12.429,69	0,07	10.056,64	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	3.500,00	22.486,33	10.000,00	22.486,33	0,10	0,00	0,00	12.429,69	0,07	10.056,64	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	24.750.000,00	30.658.869,50	3.736.697,40	22.458.499,41	100,00	8.200.370,09	5.910.408,43	18.500.476,37	100,00	12.158.393,13	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 407, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

"*Retifica a Portaria nº 060/2020 que Concede Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo.*"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Retificar Portaria nº 060/2020que Concede Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, no que refere a data de gozo do referida licença, conforme segue abaixo:

Onde se lê:

1. AVERALDO VELASCO DOS SANTOS, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PEDREIRO, empossado em 22/01/2014, pelo período de 03 (três) mês– sendo os períodos de gozo de 03/02/2020 à 03/03/2020 e 01/01/2021 à 01/03/2020, referente ao período aquisitivo 07/07/2014 a 07/07/2019, com o retorno aos trabalho nos dias 04/03/2020 e 02/03/2021, respectivamente.

É correto ler:

1. **AVERALDO VELASCO DOS SANTOS**, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PEDREIRO, empossado em 22/01/2014, pelo período de 03 (três) mês– sendo os períodos de gozo de **03/02/2020 à 03/03/2020, 01/09/2020** à **01/11/2020,** referente ao período aquisitivo 07/07/2014 a 07/07/2019, com o retorno aos trabalho nos dias **04/03/2020 e 02/11/2020**, respectivamente.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo do Município de Itiquira-MT., em 14 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 295/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LEILLIANI MARQUES TUNES DA SILVA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 295/2019, a partir de 17/09/2020, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **SERVENTE DE PEDREIRO.**

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 406, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

*Dispõe sobre a **retificação da portaria nº 188/202020- ITIPREV**, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, a servidoraEfetiva **Sra. Elaine de Aquino."***

O Prefeito Municipal de Itiquira do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 188/2020 – ITIPREV, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AMM, na data de 30 de abril de 2020, que concedeu o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, em nome da servidora **Sra. ELAINE DE AQUINO,** a partir de 01 de Abril de 2020, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2020.03.00014P.**

Onde se Lê: Considerando o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003 c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c o Artigo 12, inciso I da Lei n.º 675 de 18/03/2010, que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT(...).

Leia-se: Considerando o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003 c/ c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012; c/c o Artigo 12, inciso I , e **Artigo 13** da Lei n.º 675 de 18/03/2010, que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT (...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **01 de Abril de 2020**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira – MT, 14 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 304, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Concede férias referente ao mês de AGOSTO de 2020, aos servidores públicos que especifica, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo nominados, relativo ao período aquisitivo que menciona como segue:

MAT	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
239	AGUINALDO FRANCISCO MONTEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/04/2018 A 10/04/2019	03/08/2020 A 17/08/2020	18/08/2020
239	AGUINALDO FRANCISCO MONTEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/04/2019 A 10/04/2020	18/08/2020 A 16/09/2020	17/09/2020
47	AGUINALDO FURTADO DE MORAIS	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	01/03/2018 A 28/02/2019	03/08/2020 A 01/09/2020	02/09/2020
1177	ALINE DA SILVA LIMA PEREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/03/2018 A 08/03/2019	13/08/2020 A 27/08/2020	28/08/2020
1415	ANGELICA FERREIRA DOS SANTOS FELIX	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	29/01/2019 A 28/01/2020	03/08/2020 A 17/08/2020	18/08/2020
7826	ANTONIO CARLOS DORNEL DE CARVALHO	LUBRIFICADOR	17/07/2019 A 16/07/2020	10/08/2020 A 08/09/2020	09/09/2020
5	APARECIDA JOSE MACHADO DE SOUZA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/04/2016 A 31/03/2017	03/08/2020 A 01/09/2020	02/09/2020
1425	AUXILIADORA GONZAGA DE ALMEIDA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	29/04/2018 A 28/04/2019	10/08/2020 A 24/08/2020	25/08/2020
990	CONSTANCIA DE PAULA NOVAIS	GUARDA	20/03/2018 A 19/03/2019	10/08/2020 A 08/09/2020	09/09/2020
940	DAIANE CAMARGO LUZIO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	18/09/2018 A 17/09/2019	27/07/2020 A 25/08/2020	26/08/2020
144	DILMA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/04/2018 A 06/04/2019	28/07/2020 A 26/08/2020	27/08/2020
144	DILMA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/04/2019 A 06/04/2020	27/08/2020 A 25/09/2020	26/09/2020
491	ELIANE NEUBERT	COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS	26/02/2019 A 25/02/2020	04/08/2020 A 14/08/2020	15/08/2020
529	FERNANDA RAFAEL ANTUNES LENK	FARMACÊUTICA	10/11/2018 A 09/11/2019	31/08/2020 A 14/09/2020	15/09/2020
965	FERNANDA RODRIGUES PACHECO LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	24/10/2017 A 23/10/2018	03/08/2020 A 01/09/2020	02/09/2020
1431	GEILIANI ALVES CABRAL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	03/05/2018 A 02/05/2019	03/08/2020 A 17/08/2020	18/08/2020
1431	GEILIANI ALVES CABRAL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	03/05/2019 A 02/05/2020	18/08/2020 A 01/09/2020	02/09/2020
7424	JARLEY RIBEIRO DA SILVA	GERENTE DE CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	16/08/2018 a 15/08/2019	13/08/2020 A 11/09/2020	12/09/2020
966	LUCIANA UMBELINO DE ALMEIDA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	24/10/2017 A 23/10/2018	04/08/2020 A 02/09/2020	03/09/2020
1296	LUCIANA PEREIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	23/01/2019 A 22/01/2020	24/08/2020 A 07/09/2020	08/09/2020
720	LUCIONE MACHADO BRITO	GUARDA	11/03/2019 A 10/03/2020	03/08/2020 A 01/09/2020	02/09/2020
1209	LUIZ CARDOSO MENDONÇA	ELETRICISTA DE VEÍCULOS	22/12/2017 A 21/12/2018	03/08/2020 A 01/09/2020	02/09/2020

900	MARCELO FIANCO	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/09/2017 A 05/09/2018	19/08/2020 A 28/08/2020	29/08/2020
499	MARCOS PAULO QUIRINO	GERENTE DA GUARDA MUNICIPAL	27/02/2016 A 26/02/2017	30/08/2020 A 28/09/2020	29/09/2020
24	MARIA DE FATIMA PACHECO FERREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/04/2019 A 01/04/2020	03/08/2020 A 17/08/2020	18/08/2020
745	MARIA DO CARMO CAMPOS MORAIS	ALMOXARIFE	18/03/2017 A 17/03/2018	31/08/2020 A 29/09/2020	30/09/2020
745	MARIA DO CARMO CAMPOS MORAIS	ALMOXARIFE	18/03/2016 A 17/03/2017	01/08/2020 A 30/08/2020	31/08/2020
697	MARIA ELIANA SCHUSLER SCHMIDT	RECEPCIONISTA	07/03/2019 A 06/03/2020	05/08/2020 A 03/09/2020	04/09/2020
7436	MICHELLE DA SILVA RIBEIRO	COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16/08/2019 A 15/08/2020	31/08/2020 A 29/09/2020	30/09/2020
722	NEIVA CARMEN PRESOTTO DE MATTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/03/2019 A 10/03/2020	17/08/2020 A 15/09/2020	16/09/2020
1419	NEURIDES OLIVEIRA CAMPOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	21/01/2018 A 20/01/2019	24/08/2020 A 07/09/2020	08/09/2020
1420	NEUSA PEREIRA REGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	23/01/2019 A 22/01/2020	10/08/2020 A 08/09/2020	09/09/2020
619	ROBERTA CAMPOS FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	28/06/2021 A 27/06/2022	22/06/2020 A 21/07/2020	22/07/2020
644	SAMIA CONCEIÇÃO CAMPOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	06/03/2019 A 05/03/2020	31/08/2020 A 10/09/2020	11/09/2020
569	SIMONE MOREIRA DIAS	RECEPCIONISTA	29/02/2018 A 28/02/2019	12/08/2020 A 21/08/2020	22/08/2020
848	TAYNÁ BALDANZA SANTOS	GUARDA	29/08/2017 A 28/08/2018	03/08/2020 A 01/09/2020	02/09/2020
546	TEREZA JANJACOMO DOS REIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	28/02/2018 A 27/02/2019	28/07/2020 A 26/08/2020	27/08/2020
546	TEREZA JANJACOMO DOS REIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	28/02/2019 A 27/02/2020	27/08/2020 A 25/09/2020	26/09/2020
1429	UISLEY DA SILVA LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	02/05/2018 A 01/05/2019	17/08/2020 A 31/08/2020	01/09/2020

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 22/06/2020.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 31 de julho de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
COVID-19: PORTARIA N° 408, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

Designa o servidor que menciona para exercer suas atribuições no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, e da outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

CONSIDERANDO, as medidas de enfrentamento ao Covid-19.

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar o servidor que menciona para exercer suas atribuições no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de setembro de 2020, como segue:

1- VALDEIR JOSÉ JOAQUIM

CPF-MF: 616.625.421-00 Motorista

Art. 2° - Os servidores acima mencionados não receberá qualquer vantagem pecuniária para exercer as funções as qual estão sendo designados nesta portaria.

Art. 3°- Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/09/2020.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 16 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 409, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família, ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

CONSIDERANDO a previsão contida no artigo 80 da Lei Municipal 379/99, bem como laudo pericial da junta médica oficial do município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, ao servidor abaixo relacionado:

1. MAURINETE GALDINA DE JESUS, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ARTÍFICE DE COPA E COZINHA, empossado em 05/03/2015, pelo período de 30 (trinta) dias– **sendo o período de gozo de 27/07/2020 à 25/08/2020,** com o retorno aos trabalho no dia **26/08/2020.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27/07/2020.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 16 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LEI N° 1.970 DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

LEI N° 1.970 DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DO IMÓVEL RURAL EM ARÉA URBANA DO EMPREENDIMENTO “CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ALTAR DA LUA” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

O Prefeito do Município de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal **AUTORIZADO** realizar a transformação de área rural em urbana, com a seguinte descrição:

1. EMPREENDEDOR:

Proprietário: - Imobiliária Paiaguás Ltda

CNPJ: - 11.009.202/0001-10

Inscrição Estadual: - 13459820-2

Representado por: - Edgar dos Santos Veggi

RG: 1367997-0 SSP-MT

CPF: 032.368.641-92

Endereço: - Rua Dr. Leônidas de Matos, nº 77, Goiabeiras

Cidade: Cuiabá**; Estado:** Mato Grosso.

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:

Nome: Condomínio Residencial Altar da Lua

Município: Jaciara – Mato Grosso

Endereço: Av. Principal de acesso, S/Jardim Clementina, Jaciara – MT, CEP 78.820-000

Principal Acesso: Avenida de Principal Acesso

Confrontações: Norte: José Catarino de Sá

Sul: Avenida Principal de Acesso

Leste: Luiz Sacardi

Oeste: José Catarino de Sá

Resp. Técnico Proj. Urbanístico: Arq. Michelle Dinucci Bezerra CAU 229500-8

R.R.T: Nº 9478869

Área Total do Lote: 68.711,00 m²

DESCRIÇÃO DO LOTE:

O empreendimento proposto localiza-se no município de Jaciara no estado de Mato Grosso, próximo a Av. Ronan Araújo Tiacarabari e ao fórum de Jaciara.

CARACTERIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO:

O projeto propõe o parcelamento da área com **68.711,00m² (6,8711ha)**, em **179 lotes,** predominantemente residenciais. A tipologia de lote adotada foi baseada no padrão de aproximadamente 200m² ou mais, conforme quadro de áreas, e a partir desta modulação surgiram ás variações para lotes de esquina e para quadras irregulares.

Abaixo se descreve os limítrofes de todas as áreas residenciais e de uso comum.

QUADRO 1 – Resumo das Áreas

RESUMO DAS ÁREAS		
ESPECIFICAÇÃO		
Matricula	**68.711,00**	**100,00%**
Terrenos	40.659,79	59,18%
Sistema Viário	19.903,76	28,97%
Áreas de uso comum	8.147,45	11,86%

Área do Condomínio	**68.711,00**	100,00%

QUADRO 2 – QUADRO DE ÁREAS

RESUMO DAS ÁREAS			
TERRENOS			
Quadra	**Nº de casas**	**Quantidade**	**Área (m²)**
1	22	22	4.844,43
2	22	22	4.911,38
3	34	34	7.140,55
4	17	17	3.786,40
5	26	26	7.225,78
6	41	41	8.994,60
7	17	17	3.756,65
Subtotal 1	**-**	**179**	**40.659,79**
SISTEMA VIÁRIO			
Faixa Carroçável	-	1	13.591,95
Calçada	-	1	5.902,95
Canteiro 1	-	1	205,70
Canteiro 2	-	1	41,03
Canteiro 3	-	1	49,03
Canteiro 4	-	1	113,10
Subtotal 2	**-**	**6**	**19.903,76**
USO COMUM (Áreas verdes) E FECHAMENTO DO COND.			
Uso Comum 1		1	3.923,27
Uso comum 2		1	996,20
Uso comum 3		1	2.914,00
Fechamento do condomínio		1	313,98
Subtotal 3	**-**	**4**	**8.147,45**
ÁREA DO CONDOMÍNIO			**68.711,00**

QUADRO 3 – Quadro de áreas verdes

QUADRO DE ÁREAS VERDES E RECREAÇÕES (ÁREA PERMEÁVEL)							
Descrição	**Área total 9(m²)**	**Uso comum**	**Qntd (un)**	**Área Construída total (m²)**	**Área Constr. Impermeável (m²)**	**Área Constr. Permeável (m²)**	**Área Permeável total (m²)**
Faixa de Serviço	**2.078,10**	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.078,10**
Canteiro 1	**205,70**	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**205,70**
Canteiro 2	**41,03**	**Guarita**	**71,31**	**71,31**	**25,04**	**0,00**	**15,99**
Canteiro 3	**49,03**	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**49,03**
Canteiro 4	**113,10**	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**113,10**
Uso Comum 1	**3.923,27**		**29**	**347,90**	**347,90**	**0,00**	**2.427,68**
		Estacionamento					
		Calçada	**1**	**481,77**	**481,77**	**0,00**	
		Administrativo	**1**	**49,98**	**45,01**	**0,00**	
		Salão de festa	**1**	**102,00**	**130,70**	**0,00**	
		Parquinho	**1**	**122,54**	**0,00**	**122,54**	
		Piscina	**1**	**207,01**	**207,01**	**0,00**	
		Churrasqueira	**1**	**58,79**	**58,79**	**0,00**	
		Espaço Gourmet	**1**	**56,22**	**56,22**	**0,00**	
		Pista de Cooper	**1**	**165,15**	**165,15**	**0,00**	
Uso Comum 2	**996,20**		**1**	**79,92**	**79,92**	**0,00**	**916,28**
Uso comum 3	**2.914,00**	**Pista de Cooper**	**2**	**95,89**	**95,89**	**0,00**	**2.593,31**
		Campo Society	**1**	**722,37**	**722,37**	**722,37**	
		Depósito de lixo	**1**	**50,00**	**50,00**	**0,00**	
		Calçada	**1**	**174,8**	**174,8**	**0,00**	
Sub Total	**-**	**-**	**-**	**2.785,6**	**1.921,24**	**844,91**	**8.399,19**
ÁREA DE USO COMUM EDIFICADA TOTAL (m²)				**595,31**	**PERMEABILIDADE**		**12,22%**

QUADRO 4 – Quadro Resumo de áreas verdes e equipamentos

QUADRO DE ÁREAS VERDES DE USO COMUM E EQUIPAMENTOS			
Descrição		**Área (m²)**	**(%)**
Equipamentos de uso comum construídos	**Computável**	**2.323,40**	**3,38%**
	Não computável	**121,29**	**0,18%**
Áreas verdes c/ acesso p/ moradores*		**5.937,57**	**8,64%**
Uso comum total		**8.260,67**	**12,02%**

*bosque, campo society, parquinho, pergolados c/ bancos, espaços para piquenique.

3. INFRAESTRUTURA:

O empreendimento deverá contar com a seguinte infraestrutura: Rede de Distribuição para Abastecimento de Água Potável, Rede de Distribuição de Energia Elétrica, Sistema de Drenagem Superficial, Sistema de Esgotos Sanitários, Pavimentação do Sistema Viário, Paisagismo e Áreas de uso comum.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

CÉLIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo / Portaria nº. 09/2018

Registrada e Publicada de conformidade com a Legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 001/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, INCLUINDO TODAS AS FASES PREVISTAS, PROVAS PRÁTICAS E ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE JANGADA – MT.

PRAZO: 05/06/2020 A 05/11/2020

CONTRATADO: MÉTODO E SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA-ME

CONTRATANTE: EDERZIO DE JESUS MENDES

JANGADA/MT, 05 DE JUNHO DE 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº. 001 de 02 de janeiro de 2020 “ADJUDICA” aEmpresa **GL OXIGENIO EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ nº. 12.520.836/0001-04, no valor de R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais) visto que a mesma foi vencedora desta Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico **Nº. 015/2020**, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta/Termo de Referencia deste Edital.

Jauru - MT, aos 17 dias do mês de setembro de 2020.

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro Oficial

Portaria 01/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Pregão Eletrônico **N° 015/2020**, para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Oxigênio Medicinal e Oxigênio Gasoso com elemento industrial solda, para atender as Secretarias Municipais de Saúde e Obras, Infraestrutura Urbana e Rural, conforme descrição detalhada no anexo deste edital, conforme especificações constantes no anexo I, de conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria nº. 001/2020, FAÇO SABER, que nesta data fica “HOMOLOGADO” o processo licitatório modalidade Pregão n° **015/2020**, tendo como vencedor a Empresa, **GL OXIGENIO EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ nº. 12.520.836/0001-04, no valor de R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais) por sagrar-se vencedora da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 17 dias do mês de setembro de 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Juara/MT, CNPJ nº 15.072.663/0001-99, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SAMA, Licença Prévia (LP) para a atividade de Construção de Centro Educacional Infantil, localizada na Rua Estrela Dalva, Lote 01, Quadra 22, Bairro Cruzeiro do Sul, Juara/MT.

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

Processo: Dispensa de Licitação n.º 062/2020.

Assunto: Aquisição de tablet para rastreamento e monitoramento de pacientes com síndrome gripal e casos confirmados de COVID-19, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: OLMIR IORIS & CIA LTDA inscrita com o CNPJ sob o n.º 70.429.956/0001-99, estabelecida na Avenida Mato Grosso cx postal 104, n.º 839, Centro, CEP: 78.320-000, no Município de Juína/MT.

Valor Global: R$ 5.995,00 (cinco mil novecentos e noventa e cinco reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 062/2020, com fundamento no Art. 24, Inciso Iv, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 17 de setembro de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 62/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 62/2020

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **Aquisição de tablet para rastreamento e monitoramento de pacientes com síndrome gripal e casos confirmados de COVID-19, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa contratada **OLMIR IORIS & CIA LTDA** inscrita com o CNPJ sob o n.º 70.429.956/0001-99, estabelecida na Avenida Mato Grosso cx postal 104, n.º 839, Centro, CEP: 78.320-000, no Município de Juína/MT.

Valor Global: R$ 5.995,00 (cinco mil novecentos e noventa e cinco reais)

Juara - MT 17 de setembro de 2020.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 022/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 022/2020.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL S.R.P. N.º 10/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 21/2020, NO QUAL A PREFEITURA DE LAMBARI D'OESTE-MT FEZ UMA ADESÃO (CARONA N.º 05/2020) À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2020, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 03/2020, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA – MT.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S/A

CNPJ: 60.546.801/0031-02

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA RL-1C, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LAMA ASFÁLTICA NA AVENIDA BOA VISTA, NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-M.

OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE 5,60% SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 04 DE SETEMBRO DE 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 008/2020 - PROCESSO 018/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 018/2020

PREGÃO PRESENCIAL 008/2020

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 008/2020, no dia 29/09/2020, às 09:00h, **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças materiais de primeira linha para utilizar nas máquinas (moto niveladoras, escavadeira hidráulica, pá carregadeira) caminhões basculantes e veículos da prefeitura Municipal de Luciara-MT**, segundo os critérios estabelecidos no Edital de Pregão Presencial 008/2020, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou

E-mail: pmluciara.mt@gmail.com

Luciara-MT, em 16 de Setembro de 2020.

_____

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE EXUMAÇÃO Nº 01/2020

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Lei Municipal nº 30/89, de 16 de fevereiro de 1989, em seu artigo 191, faz saber a todos os interessados, que conforme Requerimento de Exumação e Traslado 001/2020, será feita a exumação dos restos mortais de NEUDI KICH, no Cemitério Público Municipal de Marcelândia, situado a Rua Santa Adélia, nº 400 - , Bairro Jardim Andressa.

Sob a responsabilidade do familiar autorizado, senhora Lisani Liliane Kich, CPF 616.856.741-00, os despojos mortais serão devidamente colocados em urna especifica e trasladados para o Cemitério Municipal de Palotina – PR.

O responsável terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para comparecer junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, para devidos esclarecimentos e providências para efetivação da exumação.

Marcelândia/MT, 17 de setembro de 2.020.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE PREFEITO MUNICIPAL

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Saúde, vem através deste COMUNICAR que a Audiência Pública que aconteceria no dia 18/09/2020, ás 15hrs na Secretaria Municipal de Saúde, por meio virtual, ao vivo, com finalidade de apresentar do Relatório Detalhado do Quadrimestre (RDQA) de Setembro á Dezembro/2019, Relatório Detalhado do Quadrimestre (RDQA) de Janeiro a Abril/2020 e Relatório Detalhado do Quadrimestre (RDQA) de Maio a Agosto de 2020, devido isolamento de um dos técnicos essenciais para a realização, foi **ADIADA** para o dia **02/10/2020**, ás **15hr** na Secretaria Municipal de Saúde.

O link para a live da WEB Audiência, será disponibilizado no site https://www.marcelandia.mt.gov.br/.

Sem mais para o momento,

Marcelândia 17 de setembro de 2020.

Silas de Oliveira Rezende
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8613 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso, Sr. **VALTER MIOTTO FERREIRA,** no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Revogado a Portaria n° 6973 de 01 de março de 2018, o qual nomeava o Sr. ***IVO DA SILVA E SILVA*** *a exercer o cargo de* ***ADJUNTO IMEDIATO*** junto a **SECRETARIA DE GOVERNO.**

Art. 2º Esta Portaria entrara em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO 07/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que recebeu documentos e credenciou no PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT a Empresa **MORAIS PEREIRA SERVIÇOS E COMERCIO MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ:** 37.862.868/0001-00 para o Item 3.1.2 do Termo de Referência do Edital 098/2020. Matupá – MT, 17 de setembro de 2020. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 141/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.820.186/0001-89 e Inscrição Estadual n° 260.180.897.118, com sede na Rua Goiás, n° 862, Bairro Higienópolis, no Município de Catanduva/SP, CEP 15.804-010, endereço eletrônico: empemhos@fprinter.com.br, comercial2@fprinter.com.br, telefone (17) 3531-0300/(61) 3205-1601, neste ato representado pelo Sr. **DANIEL NICOLA**, portador do RG n° 29.440.676-1 SSP/SP, inscrito do CPF n° 216.721.888-57, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
364477	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - COLORIDO,REF. CH562HL(HP 122),PARA IMPRESSORA DESKJET SERIE1000	UNIDADE	FASTPRINTER	48	40,00	1.920,00
364478	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - PRETO,REF. CH561HL(HP 122),PARA IMPRESSORA HP DESKJET SERIE 1000	UNIDADE	FASTPRINTER	48	35,00	1.680,00
371273	TONER BROTHER TN 580/650	UNIDADE	FASTPRINTER	3	40,00	120,00

374322	TONER PARA MAQUINA COPIADORA - COMPATÍVEL COM MODELO MLT-D205L IMPRESSORA SAMSUNG ML3310 / ML3710 / SCX4833 / SCX5637 CAPACIDADE DE IMPRESSÃO MÍNIMA 5.000 PAGINAS	UNIDADE	FASTPRINTER	10	55,01	550,10
371691	TONER SAMSUNG ML-2850	UNIDADE	FASTPRINTER	8	55,00	440,00
Total Fornecedor						**R$ 4. 710,10**

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1. O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 - O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de (03) três dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita á aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 Recebimento dos Produtos:

5.9.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.9.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.9.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.10 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

5.11 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.12 – Os cartuchos/toner deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

5.13 – O padrão de rendimento dos produtos deverá atender a ABNT/ISSO/IEC 19798 (19752) e ABNT/ISSO/IEC 24711, devidamente declarado pelo fornecedor.

5.14 - Cada item fornecido deverá conter numeração sequencial impresso na embalagem ou corpo do produto.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são: MARCOS S BIUDES

Banco do Brasil, Ag. nº 8687-8 Conta corrente nº 71554-9

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE O PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0106MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA HOSPITALAR – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – *MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Planejamento		
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018
Secretaria de Meio Ambiente	Antônio Pereira de Figueiredo Netto	7252/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 010/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 17 de setembro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA – ME

CNPJ sob o nº. 10.820.186/0001-89

DANIEL NICOLA

CPF sob o nº 216.721.888-57

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **RIBEIRO COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.237.458/0001-33 e Inscrição Estadual n° 13.347.772-0, com sede na Rua 21, n° 3002, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT, CEP 78525-000, e-mail florencamatupa@hotmail.com, telefone (66) 3595-2128, neste ato representada pela Sócia **DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO**, portadora da RG nº 1226202-1 SSP/MT e do CPF nº 850.445.711-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
374376	CARTUCHO DE TINTA HP 670, ORIGINAL - KIT COMPOSTO POR 04 CARTUCHOS (PRETO 7,5 ML (CZ113AB); CIANO 3,5 ML (CZ114AB); MAGENTA 4 ML (CZ115AB); E AMARELO 3,5ML (CZ116AB))	UNIDADE	HP	8	243,50	1.948,00
374325	CILINDRO/FOTOCONDUTOR PARA IMPRESSORA XEROX, REF.: 101R00474, SERIE: PHASER 3052/3260, WORKCENTRE 3215/3225, ORIGINAL/COMPATÍVEL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTOS, COMPONENTES 100% NOVOS, RENDIMENTO 10.000 PÁGINAS	CAIXA 1 UNIDADE	PREMIUN	47	83,99	3.947,53
368965	TINTA EPSON T664 PRETO, ORIGINAL 70ML	UNIDADE	EPSON	35	66,00	2.310,00
374354	TONER COMPATÍVEL LEXMARK PRETO [60F1H00] 601H MX310 MX410 MX510 MX511 MX610 MX611	UNIDADE	PREMIUN	5	159,90	799,50
371271	TONER COMPATIVEL XEROX WC 3215 3225 PHASER 3052 3260, INCLUINDO CHIPE	UNIDADE	PREMIUN	139	51,90	7.214,10
374317	TONER - PARA IMPRESSORA ? MARCA BROTHER, PRETO, REF. TONER TN-1060, MODELO DR1060, HL1212, RENDIMENTO MÉDIO 12.000 PÁGINAS, ORIGINAL.	UNIDADE	PREMIUN	100	29,98	2.998,00
374374	TONER XEROX 106R02778 - XEROX PHASER 3052, 3260 - XEROX WORKCENTRE 3215, 3225 (PODERÁ SER ENTREGUE OUTRO TONER EQUIVALENTE DESDE QUE SEJA COMPATÍVEL COM A IMPRESSORA)	UNIDADE	PREMIUN	73	55,00	4.015,00
Total Fornecedor						**R$ 23.232,13**

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1. O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 - O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de (03) três dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita á aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 Recebimento dos Produtos:

5.9.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.9.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.9.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.10 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

5.11 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.12 – Os cartuchos/toner deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

5.13 – O padrão de rendimento dos produtos deverá atender a ABNT/ISSO/IEC 19798 (19752) e ABNT/ISSO/IEC 24711, devidamente declarado pelo fornecedor.

5.14 - Cada item fornecido deverá conter numeração sequencial impresso na embalagem ou corpo do produto.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE O PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0106MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA HOSPITALAR – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – *MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Planejamento		
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018
Secretaria de Meio Ambiente	Antônio Pereira de Figueiredo Netto	7252/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 010/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 17 de setembro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA – ME

CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33

DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO

CPF nº 850.445.711-72

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE ENGENHARIA Nº. 037/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS URBANAS DO BAIRRO INDUSTRIAL ZI-001, ZI-002 E ZI-003 NO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT COM UM TOTAL DE 71.613,63 m², contidas nos anexos do Edital 147/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2013, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.

CONTRATADA: REBEQUI & CIA LTDA- ME

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Quinta que passa a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **17 DE SETEMBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 17/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8610 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

*"Concede **LICENÇA MATERNIDADE** a Servidora**EDINEUSA SOARES PININGA,*** no cargo de ***MANUTENCAO E LIMPEZA*** e dá outras providências**"**.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art.1º- Conceder ***LICENÇA MATERNIDADE*** a servidora ***EDINEUSA SOARES PININGA,***matrícula nº 6321 a partir de 24 de agosto de 2020.

.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 026/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que fica alterado para o próximo dia 05 de outubro de 2020 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GRAXAS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E DERIVADOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até 09:00 horas do dia 05/10/2020 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital Retificado nº. 100/2020, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 17 de setembro de 2020. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MARCOS S BIUDES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.257.279/0001-03 e Inscrição Estadual n° 13.329.559-1, com sede na Rua Dom Pedro I, n° 224, Bairro Jardim Independência, no Município de Cuiabá/MT, CEP 78.030-020, endereço eletrônico: vendas.msbrecargas@gmail.com, neste ato representado por seu sócio **MARCOS SACARDI BIUDES**, portador do RG n° 1282173-0, inscrito do CPF n° 995.129.981-49, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
363466	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - COLORIDO, 664 REF. F6V28AB PARA IMPRESSORA HP DESK JET 2136	UNIDADE	HP F6V28AB	85	45,60	3.876,00
374384	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - COR COLORIDO 664XL 8 ML, REF. F6V30AB F6V30A	UNIDADE	HP F6V30AB	45	84,00	3.780,00
363467	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - COR, PRETO 664 REF. F6V29AB,PARA IMPRESSORA HP DESK JET 2136.	UNIDADE	HP F6V29AB	85	49,00	4.165,00
374383	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL HP - COR PRETO 664 XL 8,5 ML, REF. F6V31AB F6V31A	UNIDADE	HP F6V31AB	5	84,55	422,75
364487	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - COLORIDO (HP 662), **ORIGINAL**, NOVO, VALIDADE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA 2 ML	UNIDADE	HP 662	30	45,60	1.368,00
374326	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - KIT REFIL ORIGINAL DE TINTA COM 4 CORES 70ML CADA (PRETO, MAGENTA, CIANO, AMARELO), MODELO 664, PARA IMPRESSORA EPSON (ECOTANK) L355, L375, L380, L395, L396, L495, L575, LACRADA A VÁCUO C/ GARANTIA. KIT 4 CORES	UNIDADE	EPSON	22	145,00	3.190,00
374299	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, HP 662 PRETO, ORIGINAL, NOVO, VALIDADE 12 MESES, CARTUCHO 2 ML	UNIDADE	HP 662	27	45,60	1.231,20
364486	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, REF. CC643WL (HP 60), PARA IMPRESSORA HP, **ORIGINAL,** NOVO, VALIDADE 12 MESES	UNIDADE	HP CC643W	20	60,00	1.200,00
374315	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, TONER 51B4000, ORIGINAL, REF. MX417, PARA IMPRESSORA LEXMARK 317, 417, 517	UNIDADE	LEXMARK	20	446,50	8.930,00
374324	CHIP PARA CARTUCHO DE TONER - CHIP PARA TONER DA IMPRESSORA XEROX WC 3215 3225 PHASER 3052 3260	UNIDADE	APEX XEROX 3215	102	14,25	1.453,50
374302	CZ130A CARTUCHO HP 711 CIANO DE 29 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ130A	4	198,55	794,20
374303	CZ131A CARTUCHO HP 711 MAGENTA DE 29 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ131A	4	205,00	820,00
374304	CZ132A CARTUCHO HP 711 AMARELO DE 29 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ132A	4	198,55	794,20
374305	CZ133A CARTUCHO HP 711 PRETO DE 80 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ133A	4	360,00	1.440,00
374309	TINTA EPSON 544 AMARELO, ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544420	18	27,55	495,90
374307	TINTA EPSON 544 CIANO, REFIL ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544420	18	27,55	495,90
374308	TINTA EPSON 544 MAGENTA, REFIL ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544320	18	27,55	495,90
374306	TINTA EPSON 544 PRETO, REFIL ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544120	22	54,00	1.188,00
368968	TINTA EPSON T664 AMARELO, ORIGINAL 70ML	UNIDADE	EPSON T664420	24	27,55	661,20
368966	TINTA EPSON T664 CIANO, ORIGINAL 70ML	UNIDADE	EPSON T664220	24	27,55	661,20
368967	TINTA EPSON T664 MAGENTA, ORIGINAL 70ML	UNIDADE	EPSON T664320	24	27,55	661,20
374300	TONER 278A / 78A PARA IMPRESSORA HP LASER JET - COMPATÍVEL	UNIDADE	BYQUALY	126	18,00	2.268,00
374301	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA BROTHER TN 2340 - DCP 2540DW - TN 660	UNIDADE	BYQUALY	209	19,00	3.971,00
368309	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA HP - 12A	UNIDADE	BYQUALY	20	23,75	475,00
368308	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA HP CB-435 (35A)	UNIDADE	BYQUALY	140	18,50	2.590,00
368317	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA SAMSUNG D111	UNIDADE	BYQUALY	205	27,55	5.647,75
374321	TONER PARA IMPRESSORA - COMPATÍVEL, PRETO, MLT - D101S, PARA USO EM IMPRESSORAS SAMSUNG SCX 3405W	UNIDADE	BYQUALY	8	27,55	220,40

374318	TONER PRETO PANTUM PB-211 EV COMPATÍVEL COM OS TONERS PB-211, PB-210, PB-210S E PB-210E. UTILIZADO NAS IMPRESSORAS PANTUM P2500NW, MULTIFUNCIONAL M6550NW E M6600 ? ELGIN -RENDIMENTO DE ATÉ 1.600 PÁGINAS	UNIDADE	ELGIN	14	132,05	1.848,70
374319	TONER PRETO, REF. MLT-D203U, COM CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 15.000 COPIAS, PARA IMPRESSORA SAMSUNG MULTIFUNCIONAL PRO XPRESS M4070FR M4070, ORIGINAL, NOVO, GARANTIA MÍNIMA 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, EM EMBALAGEM APROPRIADA	UNIDADE	BYQUALY	10	80,00	800,00
374375	TONER SAMSUNG XPRESS 2022	UNIDADE	BYQUALY	12	35,00	420,00
Total Fornecedor						**R$56.365,00**

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1. O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 - O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de (03) três dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita á aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 Recebimento dos Produtos:

5.9.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.9.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.9.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.10 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

5.11 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.12 – Os cartuchos/toner deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

5.13 – O padrão de rendimento dos produtos deverá atender a ABNT/ISSO/IEC 19798 (19752) e ABNT/ISSO/IEC 24711, devidamente declarado pelo fornecedor.

5.14 - Cada item fornecido deverá conter numeração sequencial impresso na embalagem ou corpo do produto.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são: MARCOS S BIUDES

Banco do Brasil, Ag. nº 8687-8 Conta corrente nº 71554-9

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE O PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0106MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA HOSPITALAR – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – *MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Planejamento		
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019

Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	**Fernanda Rodrigues de Lima Martins**	**8548/2020**
Secretaria Municipal de Obras	**Mariza Jeniffer Wachholz**	**7021/2018**
Secretaria de Meio Ambiente	**Antônio Pereira de Figueiredo Netto**	**7252/2018**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 010/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 17 de setembro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

MARCOS S BIUDES –ME

CNPJ sob o nº. 08.257.279/0001-03

MARCOS SACARDI BIUDES

CPF sob o nº 995.129.981-49

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES NAYARA MEDEIROS DE OLIVEIRA PREGOEIRA SUBSTITUTA EQUIPE DE APOIO**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2020**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MARCOS S BIUDES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.257.279/0001-03 e Inscrição Estadual n° 13.329.559-1, com sede na Rua Dom Pedro I, n° 224, Bairro Jardim Independência, no Município de Cuiabá/MT, CEP 78.030-020, endereço eletrônico: vendas.msbrecargas@gmail.com, neste ato representado por seu sócio **MARCOS SACARDI BIUDES**, portador do RG n° 1282173-0, inscrito do CPF n° 995.129.981-49, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
363466	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - COLORIDO, 664 REF. F6V28AB PARA IMPRESSORA HP DESK JET 2136	UNIDADE	HP F6V28AB	85	45,60	3.876,00
374384	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - COR COLORIDO 664XL 8 ML, REF. F6V30AB F6V30A	UNIDADE	HP F6V30AB	45	84,00	3.780,00
363467	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL - COR, PRETO 664 REF. F6V29AB,PARA IMPRESSORA HP DESK JET 2136.	UNIDADE	HP F6V29AB	85	49,00	4.165,00
374383	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL HP - COR PRETO 664 XL 8,5 ML, REF. F6V31AB F6V31A	UNIDADE	HP F6V31AB	5	84,55	422,75
364487	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - COLORIDO (HP 662), **ORIGINAL**, NOVO, VALIDADE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA 2 ML	UNIDADE	HP 662	30	45,60	1.368,00
374326	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - KIT REFIL ORIGINAL DE TINTA COM 4 CORES 70ML CADA (PRETO, MAGENTA, CIANO, AMARELO), MODELO 664, PARA IMPRESSORA EPSON (ECOTANK) L355, L375, L380, L395, L396, L495, L575, LACRADA A VÁCUO C/ GARANTIA. KIT 4 CORES	UNIDADE	EPSON	22	145,00	3.190,00
374299	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, HP 662 PRETO, ORIGINAL, NOVO, VALIDADE 12 MESES, CARTUCHO 2 ML	UNIDADE	HP 662	27	45,60	1.231,20
364486	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, REF. CC643WL (HP 60), PARA IMPRESSORA HP, **ORIGINAL**, NOVO, VALIDADE 12 MESES	UNIDADE	HP CC643W	20	60,00	1.200,00
374315	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, TONER 51B4000, ORIGINAL, REF. MX417, PARA IMPRESSORA LEXMARK 317, 417, 517	UNIDADE	LEXMARK	20	446,50	8.930,00
374324	CHIP PARA CARTUCHO DE TONER - CHIP PARA TONER DA IMPRESSORA XEROX WC 3215 3225 PHASER 3052 3260	UNIDADE	APEX XEROX 3215	102	14,25	1.453,50
374302	CZ130A CARTUCHO HP 711 CIANO DE 29 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ130A	4	198,55	794,20
374303	CZ131A CARTUCHO HP 711 MAGENTA DE 29 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ131A	4	205,00	820,00
374304	CZ132A CARTUCHO HP 711 AMARELO DE 29 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ132A	4	198,55	794,20
374305	CZ133A CARTUCHO HP 711 PRETO DE 80 ML HP DESIGN T120 - ORIGINAL HP	UNIDADE	HP CZ133A	4	360,00	1.440,00
374309	TINTA EPSON 544 AMARELO, ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544420	18	27,55	495,90
374307	TINTA EPSON 544 CIANO, REFIL ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544420	18	27,55	495,90
374308	TINTA EPSON 544 MAGENTA, REFIL ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544320	18	27,55	495,90
374306	TINTA EPSON 544 PRETO, REFIL ORIGINAL EPSON, 65ML	UNIDADE	EPSON T544120	22	54,00	1.188,00
368968	TINTA EPSON T664 AMARELO, ORIGINAL 70ML	UNIDADE	EPSON T664420	24	27,55	661,20
368966	TINTA EPSON T664 CIANO, ORIGINAL 70ML	UNIDADE	EPSON T664220	24	27,55	661,20
368967	TINTA EPSON T664 MAGENTA, ORIGINAL 70ML	UNIDADE	EPSON T664320	24	27,55	661,20
374300	TONER 278A / 78A PARA IMPRESSORA HP LASER JET - COMPATÍVEL	UNIDADE	BYQUALY	126	18,00	2.268,00
374301	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA BROTHER TN 2340 - DCP 2540DW - TN 660	UNIDADE	BYQUALY	209	19,00	3.971,00
368309	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA HP - 12A	UNIDADE	BYQUALY	20	23,75	475,00
368308	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA HP CB-435 (35A)	UNIDADE	BYQUALY	140	18,50	2.590,00

368317	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA SAMSUNG D111	UNIDADE	BYQUALY	205	27,55	5.647,75
374321	TONER PARA IMPRESSORA - COMPATÍVEL, PRETO, MLT - D101S, PARA USO EM IMPRESSORAS SAMSUNG SCX 3405W	UNIDADE	BYQUALY	8	27,55	220,40
374318	TONER PRETO PANTUM PB-211 EV COMPATÍVEL COM OS TONERS PB-211, PB-210, PB-210S E PB-210E. UTILIZADO NAS IMPRESSORAS PANTUM P2500NW, MULTIFUNCIONAL M6550NW E M6600 ? ELGIN -RENDIMENTO DE ATÉ 1.600 PÁGINAS	UNIDADE	ELGIN	14	132,05	1.848,70
374319	TONER PRETO, REF. MLT-D203U, COM CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 15.000 COPIAS, PARA IMPRESSORA SAMSUNG MULTIFUNCIONAL PRO XPRESS M4070FR M4070, ORIGINAL, NOVO, GARANTIA MÍNIMA 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, EM EMBALAGEM APROPRIADA	UNIDADE	BYQUALY	10	80,00	800,00
374375	TONER SAMSUNG XPRESS 2022	UNIDADE	BYQUALY	12	35,00	420,00
Total Fornecedor						**R$56.365,00**

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1. O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 - O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de (03) três dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita á aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 Recebimento dos Produtos:

5.9.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.9.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.9.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.10 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

5.11 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.12 – Os cartuchos/toner deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

5.13 – O padrão de rendimento dos produtos deverá atender a ABNT/ISSO/IEC 19798 (19752) e ABNT/ISSO/IEC 24711, devidamente declarado pelo fornecedor.

5.14 - Cada item fornecido deverá conter numeração sequencial impresso na embalagem ou corpo do produto.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são: MARCOS S BIUDES

Banco do Brasil, Ag. nº 8687-8 Conta corrente nº 71554-9

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE O PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0106MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA HOSPITALAR – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – *MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Planejamento		
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	**Francisco Carlos Vieira**	**6579/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	**Mariza Rafaela Baptista da Silva**	**7734/2019**
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	**Fernanda Rodrigues de Lima Martins**	**8548/2020**
Secretaria Municipal de Obras	**Mariza Jeniffer Wachholz**	**7021/2018**
Secretaria de Meio Ambiente	**Antônio Pereira de Figueiredo Netto**	**7252/2018**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 010/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 17 de setembro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

MARCOS S BIUDES –ME

CNPJ sob o nº. 08.257.279/0001-03

MARCOS SACARDI BIUDES

CPF sob o nº 995.129.981-49

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8607 DE 31 DE AGOSTO DE 2020

*"Concede **RETORNO DELICENÇA SAÚDE**a servidora **EDINEUSA SOARES PININGA,***no cargo de***MANUTENCAO E LIMPEZA** *e dá outras providências".*

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder***RETORNO DE LICENÇA SAÚDE*** **a servidora** ***EDINEUSA SOARES PININGA,*** **matrícula nº6321, a partir do dia 23 de agosto de 2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 31 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8614 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr.***IVO DA SILVA E SILVA***a exercer o cargo de ***SECRETARIO ADJUNTO,***junto a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ADRICULTURA,*** o qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços prestados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 404/2020

PORTARIA Nº 404 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

REVOGA PORTARIA Nº 347 DE 14 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e,

Considerando solicitação da servidora Marinez de Campos, conforme protocolo nº 2782/2020 resolve baixar a seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º- Fica revogada a portaria nº 347 de 14 de agosto de 2020, que concede **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para a servidora **MARINEZ DE CAMPOS,** conforme solicitação protocolo nº 2782/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 15/09/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 17 de setembro de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO P.E 44.2020

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 44/2020 –Tipo de Licitação: Menor Preço por Item. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES/INSUMOS PARA LABORATÓRIO MUNICIPAL E BANCO DE SANGUE - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.** Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **30/09/2020 às 10hs. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO: JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA - Portaria 143/2018. M. D'Oeste, 18/09/2020.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 405/2020

PORTARIA Nº 405 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar a servidora **PATRICIA DE CARVALHO MELQUIADES,** ocupante do cargo de ***AUXILIAR ADMINISTRATIVO,*** lotada na Secretaria de Fazenda, para a Secretaria de Administração, desempenhando suas funções na Coordenadoria de Gestão de Pessoas, a partir de 17/09/2020.

Artigo 2º - Lotar o servidor **WIRDINO LAURO MARASSI FRANÇA,** ocupante do cargo de ***AUXILIAR ADMINISTRATIVO,*** desempenhando suas funções na Coordenadoria de Gestão de Pessoas, a partir de 16/09/2020.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 17 setembro de 2020.

MARCIO LUIZ PEREIRA

Sec. De Administração

MLP/pcm

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 59/2020

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 59/2020,cujo Objeto visa **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL *Aquisição De Pedra Brita E Pó De Pedra, Para Atender As Necessidades De Diversas Secretarias Do Município De Nobres/MT*,** Sagrou-se vencedora a empresa **COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E CEREAIS LTDA, CNPJ 00.951.459/0002-51**, com o valor global de R$ R$ 856.960,00 (oitocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta reais).

Nobres/MT, 17 de Setembro de 2020.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 47/2020

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que no dia 16/09/2020 foi adjudicada a licitação modalidade **Pregão Presencial SRP n° 47/2020,** cujo Objeto é ***Aquisição de Pneus, Câmaras, Protetores e itens em Ge-***

ral, para atender as necessidades de diversas secretarias do Município De Nobres/MT.

Onde se lê:

Sagrou-se vencedora a empresaPNEU VIA NOBRES LTDA (TROPICAL), CNPJ nº 01.976.860/0048-91, com valor global de **R$ 532.074,00 (quinhentos e trinta e dois mil e setenta e quatro reais).**

Leia-se:

Sagrou-se vencedora a empresaPNEU VIA NOBRES LTDA (TROPICAL), CNPJ nº 01.976.860/0048-91, com valor global de **R$ 531.174,00 (quinhentos e trinta e um mil e cento e setenta e quatro reais).**

Nobres, 18 de março de 2020.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 60/2020

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que no dia 14/09/2020, modalidade **Pregão Presencial SRP n° 60/2020,** cujo Objeto ***visa a Aquisição de*** **MATERIAL DE EXPEDIENTE**, **PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT**. Sagraram-se vencedoras as empresas **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME**, inscrita no CNPJ n° 10.226.940/0001-57, o valor global e R$ 41.224,00 (quarenta e um mil, duzentos e vinte e quatro reais); **RM DOS REIS COMERCIAL - ME**, inscrita no CNPJ nº 33.947.168/0001-68 o valor global e R$ 32.955,72 (trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais com setenta e dois centavos); **SUPER UTIL COMERCIAL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ n° 15. 392.562/0001-03, o valor global e R$ 55.777,03 (cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais com três centavos); **MARIA ALICE DA SILVA EIRELI - ME,** inscrita no CNPJ n° 14.284.593/0001-70 o valor global e R$ 62.668,50 (sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais com cinquenta centavos); **HDS DOS SANTOS EIRELI,** inscrita no CNPJ n° 34. 508.569/0001-84 o valor global e R$ 42.390,00 (quarenta e dois mil, trezentos e noventa reais); **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP,** inscrita no CNPJ n° 26.877.656/0001-80, o valor global e R$ 56.560,28 (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais com vinte e oito centavos) e a empresa **JV COMERCIO E SERVIÇO LTDA,** inscrita no CNPJ n° 13.498.158/0001-85, o valor global e R$ 39.598,32 (trinta e nove mil, quinhentos e noventa e oito reais com trinta e dois centavos).

Nobres/MT, 18 de setembro de 2020.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 247/2020

"Dispõe sobre a nomeação Profissional Habilitado para Acompanhamento / Fiscalização de Obras , e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. **Magno Silva Bahia,** portador do RG nº. 2496378-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 050.952.111-81, engenheiro civil CREA RN 121754849-1, para Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Execução de Pavimentação em diversas ruas do Distrito de Roda D'Água.

Art. 2º. O presente profissional promoverá o acompanhamento e fiscalização da Obra de Execução de Pavimentação em diversas ruas do Município, onde emitirá parecer sobre o andamento da obra quando solicitado, efetuará medições para pagamento e assumirá responsabilidades pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação, a partir da expedição da respectiva ART.

Art. 3º - *Fica revogada a Portaria nº 239/2020 publicada no dia 26 de agosto de 2020.*

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 22 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 17 de setembro de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES/ MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, e do outro lado a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.976.860/0048-91, e Inscrição Estadual n.º 135866618-MT, estabelecida a Av. Da Feb, s/n.º, bairro Ponte Nova, cidade de Várzea-Grande/MT, Cep: 78.115-005, Fone: 65-3319-6000, email: orgaopublicomt@tropicalpneus.conm.br, neste ato representada pelo Sr. Sergio Carlos Ferreira, portador do CIRG n.º 843.046 DGPC/GO e CPF n.º 234.279.731-15, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 47/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS, PROTETORES E ITENS EM GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/ MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 47/2020, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

3	CAMARA 1.000 X 20	PEGASUS	UNIDADE	30	R$ 129,00	R$ 3.870,00
7	CAMARA AR KM-24	PEGASUS	UNIDADE	20	R$ 249,00	R$ 4.980,00
9	CAMARA DE AR 12.4-24	PEGASUS	UNIDADE	10	R$ 214,00	R$ 2.140,00
13	CAMARA DE AR 16	PEGASUS	UNIDADE	20	R$ 56,00	R$ 1.120,00
16	CAMARA DE AR 8.00 - 18	LEVORIN	UNIDADE	20	R$ 75,00	R$ 1.500,00
18	CAMARA DE AR MOTO N 18	LEVORIN	UNIDADE	10	R$ 35,00	R$ 350,00
20	CAMARAS DE AR PRA PNEU 275/18 (MOTOCICLETAS)	LEVORIN	UNIDADE	10	R$ 65,00	R$ 650,00
22	PNEU N 265/70 R16	PIRELLI	UNIDADE	12	R$ 987,00	R$ 11.844,00
23	PNEU 1000 X 20 - 14 LONA - DIAGONAL - LISO	ANTEO	UNIDADE	20	R$ 1.610,00	R$ 32.200,00
26	PNEU 1300 X 24 - 12 LONAS	PIRELLI	UNIDADE	8	R$ 2.889,00	R$ 23.112,00
28	PNEU 1400X24 - 12 LONAS	PIRELLI	UNIDADE	30	R$ 3.639,00	R$ 109. 170,00
30	PNEU 175/65 - R14 - RADIAL	PIRELLI	UNIDADE	34	R$ 308,00	R$ 10.472,00
32	PNEU 175/70 - R14 - RADIAL	PIRELLI	UNIDADE	60	R$ 284,00	R$ 17.040,00
33	PNEU 18,4 - 30 - 12 LONAS - TRASEIRA P/ TRATOR VALTRA 785	PIRELLI	UNIDADE	6	R$ 3.875,00	R$ 23.250,00
34	PNEU 185/65 - R14 - RADIAL	PIRELLI	UNIDADE	12	R$ 300,00	R$ 3.600,00
35	PNEU 185/70 - R14 - RADIAL	PIRELLI	UNIDADE	18	R$ 295,00	R$ 5.310,00
36	PNEU 19,5 L - 24 TRASEIRO P/ RETRO ESCAVADEIRA RANDON RD 406	PIRELLI	UNIDADE	4	R$ 3.000,00	R$ 12.000,00
37	PNEU 195/60 - R15 - RADIAL	PIRELLI	UNIDADE	8	R$ 315,00	R$ 2.520,00
40	PNEU 205/70 - R15 - RADIAL	FORMULA	UNIDADE	28	R$ 587,00	R$ 16.436,00
42	PNEU 215/65 - R16 - RADIAL	FORMULA	UNIDADE	26	R$ 612,00	R$ 15.912,00
43	PNEU 215/75 - R17,5 - RADIAL BORRACHUDO	PIRELLI	UNIDADE	30	R$ 1.084,00	R$ 32.520,00
46	PNEU 225/65 - R16 - RADIAL	PIRELLI	UNIDADE	20	R$ 919,00	R$ 18.380,00
52	PNEU 275-80 R22.5 RADIAL 16 LONA BORRACHUDO	FORMULA	UNIDADE	39	R$ 2.095,00	R$ 81.705,00
55	PNEU 295/80 R22,5 RADIAL LISO	ANTEO	UNIDADE	9	R$ 1.880,00	R$ 16.920,00
56	PNEU 7.5 - R16 - LISO RADIAL	PIRELLI	UNIDADE	9	R$ 986,00	R$ 8.874,00
59	PNEU 7.5-16 T RADIAL BORRACHUDO	PIRELLI	UNIDADE	11	R$ 994,00	R$ 10.934,00
64	PNEU 900 X 20 RADIAL BORRACHUDO	PIRELLI	UNIDADE	30	R$ 1.630,00	R$ 48.900,00
65	PNEU 900 X 20 RADIAL LISO	FORMULA	UNIDADE	9	R$ 1.513,00	R$ 13.617,00
73	PROTETOR ARO 24-1300/1400X24	CARRETEIRO	UNIDADE	12	R$ 154,00	R$ 1.848,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 531.174,00 (quinhentos e trinta e um mil e cento e setenta e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 47/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 02 **(dois)** dias uteis após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante e a entrega dos matérias solicitados nesta, deverá ser realizada em remessa única.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 13h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 24 **(vinte e quatro)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Infraestrutura.....447-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 62-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....166-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....321-06.002.10.302.0029.2100.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....305-06.002.10.302.0029.2082.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....344-06.002.10.305.0029.2084.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....258-06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....229-06.002.10.122.0029.2086.33903000000

Sec. Mun. De Saúde.....350-06.002.10.305.0029.2085.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....360-07.001.08.244.0025.2070.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....388-07.002.08.244.0025.2076.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....378-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....405-07.003.09.243.0025.2074.339030000000

Sec. Mun. De Turismo.....543-11.001.23.695.0015.2046.33903000000

Sec. Mun. De Fiscalização Tributaria.....512-10.001.04.129.0017.2058.33903000000

Gabinete Prefeito.....22-02.001.04.122.0002.2005.339030000000

Sec. Mun. De Agricultura.....473-09.001.20.122.0024.2032.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 47/2020, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 47/2020 a proposta da empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.976.860/0048-91, classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 16 de setembro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

PNEUS VIA NOBRE LTDA

CNPJ sob o n.º 01.976.860/0048-91

Sr. Sergio Carlos Ferreira

CPF n.º 234.279.731-15

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 835/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a Prorrogação onde Concede o benefício de Auxílio Doença em favor da servidora LUCIMEIRE FERNANDES DE SOUZA".

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo, e nos termos dos Art. nº 98, e 99, § 1º a 5º, da Lei Municipal nº 021/2005 de 11 de Outubro de 2005.

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar o benefício de **Auxílio Doença,** em favor da servidora **LUCIMEIRE FERNANDES DE SOUZA** efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Classe "A", Nível "1", lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de NORTELÂNDIA-MT, com remuneração integral no período compreendido entre 11/09/2020 e término em 11/11/2020, conforme atestado médico anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do atestado (11/09/2020).

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 17 dias do mês de setembro de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 17.09.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N° 837/2020, DE SETEMBRO DE 2020.

PORTARIA N° 837/2020, DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR/ORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. ***JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES*** - Prefeito Municipal de Nortelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia como ORDENADORA DE DESPESAS do FMDM DE NORTELÂNDIA a Senhora **Márcia Deungaro Fernandes**,matrícula funcional 221.1**,** portadora da cédula de Identidade RG nº 12589322 SSP/MT, e CPF nº 87243806104, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social, como Administradora/Ordenadora das despesas do Fundo Municipal de Apoio a Política do Idoso do Município de Nortelândia – FUMAPI.

Art. 2º - Regulamenta a nomeação do Presidente do FUMAPI a Sra Francisca Gracinete Rodrigues Paz, portadora da cédula de Identidade RG nº 2401693-93 SSP/CE, CPF nº 786675773-91.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 17 dias do mês de setembro de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 17.09.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Prefeito Municipal Secretária de Administração, Planej.e Finanças

COVID-19: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é aquisição de medicamentos utilizados para prevenção e tratamento de pacientes com covid-19, em observancia ao artigo 4°-B da lei13.979/2020, além do artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do artigo 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: GOLDENPLUS COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 17.472.278/0001-64

ENDEREÇO: RUA GOTARDO MAZZAROLO, Nº 16, CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE-RS.

VALOR: R$ 10.387,00 (dez mil trezentos e oitenta e sete reais), a serem pagos pelos ITENS: Código: 27857; 27858; 321368; 8897; 8476; 7915; 3683; 29896.

Nortelândia, 18 de setembro de 2020

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 833/2020, DE 17 DE SETEMBR0 DE 2020

Nomeia responsáveis pela fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo;

Considerando as adequações administrativas que estão sendo promovidas nesta Prefeitura Municipal de Nortelândia;

Considerando art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que exige a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores elencados nos anexos desta portaria, para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução dos contratos abaixo discriminados, a partir desta data.

Art. 2º O Fiscal de Contratos deverá, durante toda a vigência do contrato:

I - elaborar relatórios conclusivos quadrimestrais para envio ao sistema contábil e Aplic dos respectivos meses, acerca das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas;

II -reservar tempo necessário para cumprir o encargo de fiscalizar a execução dos contratos designados, em complemento à atividade principal, já apreciada pela autoridade competente e dentro do interesse público e dos princípios da eficiência, eficácia e efetividade;

III -assumir o encargo, dever e responsabilidade de fiscalizar a execução dos contratos designados, dentro do espírito público exigido pela ética, transparência e moralidade administrativa, implícitos nos compromissos e deveres funcionais dos agentes públicos, exceto nas hipóteses em que, sob declaração:

a) For impedido (parente, cônjuge, companheiro) ou suspeito (amigo íntimo, inimigo declarado, recebeu presentes ou vantagens como consumidor da empresa contratada; tem relação de débito com a empresa ou qualquer tipo de interesse direto ou indireto junto ao contratado);

b) Não deter conhecimento específico. (Mas este caso pode ser resolvido com a contratação de terceiros que possam subsidiá-lo com informações específicas);

IV - conhecer detalhadamente a Lei Federal n° 8.666/93, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas;

V - examinar a descrição dos serviços, obras ou produtos a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado, características técnicas);

VI - avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

VII - anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;

VIII - notificar por escrito a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - manter um arquivo próprio para sua segurança e controle, onde serão mantidas as cópias e comprovantes das suas providências, com no mínimo as seguintes pastas:

a) cópia do contrato, da proposta da empresa e do edital para meticulosa análise (e verificação da eventual necessidade de requisitar o apoio de conhecimento especializado);

b) comunicações com o ordenador de despesa;

c) comunicações com o preposto;

d) comunicações com os setores da administração;

e) comunicações com terceiros;

f) diligências;

g) registro de ocorrências;

X - manter um livro de fiscalização para fazer as anotações de cada etapa do seu trabalho, consignando visitas, vistorias, entrevistas, encaminhamento de providências, resultados das diligências, incidentes, etc;

XI - manter-se informado sobre o assunto, lendo, pesquisando, recolhendo informações que possam subsidiar um conhecimento maior acerca daquilo que lhe cabe conferir;

XII - formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais e garantir o cumprimento integral do contrato;

XIII–buscar, em caso de dúvida, os devidos esclarecimentos com as áreas afins (assessoria técnica, consultoria jurídica, gestor, engenharia, setores de finanças e contabilidade);

XIV - exercer suas atribuições anteriormente ao recebimento do objeto pela Comissão de Recebimento, se reportando a esta;

XV - receber representações de qualquer cidadão sobre irregularidades que tenham conhecimento dentro da jurisdição de fiscalização da execução do contrato à que foi designado;

XVI - promover a apuração de irregularidades que tenha conhecimento dentro da jurisdição de fiscalização da execução do contrato à que foi designado através de averiguação (informal), anotando em expediente próprio, inclusive recomendando a instauração de sindicância de natureza investigatória;

XVII - sinalizar para pagamento e/ou liberar a fatura, conferindo os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais devidamente atestadas ao departamento financeiro do órgão, acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL) e relatório do fiscal, arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

XVIII - não aceitar nota fiscal rasurada, com valores incorretos, razão social, CNPJ e endereço da Prefeitura e/ou Fundo sem que estejam devidamente preenchidos e corretos, assim como produtos e/ou serviços que estejam em desacordo com o processo de licitação/ contrato/ autorização ao fornecedor/ ordem de serviço, devendo registrar em relatório próprio as divergências encontradas;

XIX - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

Art. 3º O Fiscal de Contratos poderá, durante o período de fiscalização do contrato:

I - solicitar assessoramento técnico necessário, inclusive contratação de terceiros, mas prioritariamente do quadro próprio da Administração;

II - solicitar orientação, estabelecer diretrizes para dar e receber informações sobre a execução do contrato. Essas informações podem ser solicitadas pelo gestor, pelo contratado, pelo serviço jurídico ou pela área de controle;

III - Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

IV - interditar e/ou determinar a paralisação da execução do contrato quando, objetivamente, constatar uma irregularidade que precisa ser sanada. Se perceber que, sem o saneamento do problema, haverá comprometimento da qualidade futura, deve agir com firmeza e prontamente;

V - certificar e/ou emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado. Isso pode ser solicitado tanto para medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas pela Administração, ou pelo contratado, na postulação dos seus direitos ou na defesa dos seus interesses;

VI - representar e/ou levar a conhecimento das autoridades crimes de que tenham conhecimento em razão do ofício. Por exemplo, uso de documento falso, crime contra as relações de trabalho, crime contra o meio ambiente, crime contra a Administração Pública. Da mesma forma, comunicar, via superior hierárquico, as situações irregulares que devam ser objeto de atenção de órgãos fiscalizadores, como inspeção sanitária, corpo de bombeiros, defesa civil, etc;

VII - buscar, no caso de dúvidas quanto ao ATESTO, obrigatoriamente auxílio junto às áreas competentes para que se efetue corretamente a atestação;

VIII - glosar e/ou indicar ao gestão que efetue glosas de medições por serviços, obras ou produtos mal executados ou não executados; e sugerir a aplicação de penalidades ao contrato em face do inadimplemento das obrigações;

IX - aprovar e/ou confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de obras, dos fornecimentos atendidos e da linha de produção;

X - Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

XI - atestar e/ou emitir atestado de execução parcial ou total.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de setembro de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 17.09.2020.

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANEXO I – FISCAIS DE CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS DE AGOSTO DE 2020.

Data	Número	Nome do Contratado	Objeto	Valor	Vigência	Secretaria de Origem	Fiscal
19/08/2020	10/2020	**VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM**	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE BUEIRO NA MT-343 ACESSO AO DISTRITO DO SANTANINHA	132.657,23	19/08/2021	Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças	MARCIO NUNES NEVES

ANEXO II – FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DE AGOSTO 2020.

Data	Número	Nome do Contratado	Objeto	Valor	Vigência	Secretaria de Origem	Fiscal
03/08/2020	031/2020	**COMERCIO DE GAS NORTELANDIA LTDA-ME**	AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA LIQUIDO DESTINADOS A PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS	57.420,00	03/08/2021	Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças	VALERIA KEZIA ARAUJO SILVA
14/08/2021	032/2020	**KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA**	CAMINHÃO ZERO KM, TIPO TOCO, CHASSI DE CAMINHÃO EQUIPADO COM LEITOR E COLETOR DE LIXO	327.000,00	14/08/2021	DEPARTAMENTO DE FROTAS TRANSPORTES E VIAS PUBLICAS	ZENILDA ALVES PORTELA
14/08/2020	033/2020	**SIMOOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**	TRATOR AGRICOLA POTENCIA MINIMA 85 CV, 4X4 TOMADA DE POTENCIA INDEPEDENTE , SISTEMA HIDRAULICO, ENGATE 3 PONTOS CONTROLE REMOTO, CAPOTA DE PROTEÇÃO, ARCO DE SEGURANÇA, PLATAFORMA PARA OPERADOR E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TECNICAS	114.435,50	14/08/2021	DEPARTAMENTO DE FROTAS TRANSPORTES E VIAS PUBLICAS	ZENILDA ALVES PORTELA

ANEXO III – FISCAIS DE ADITIVOS AOS CONTRATOS DE AGOSTO 2020.

Data	Número	Nome do Contratado	Objeto	Valor	Vigência	Secretaria de Origem	Fiscal
03/10/2019	022/2019	CONSTRUTORA IRMAOS GONCALVES LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RCUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORAS, NO PROJETO DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO LOCALIZADO NESTE MUNICIPIO	899.999,97	14/01/2021	Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças	MARCIO NUNES NEVES
19/03/2020	005/2019	CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA	AQUISIÇÃO DE ONIBUAS ESCOLAR ORE 2- ADESAO AO REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 011/2019 FNDE/MEC	214.000,00	13/12/2020	Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças	NEURACY DOS SANTOS MODULO

AVISO DE LEILÃO Nº 001/2020 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

LEILÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT

AVISO DE LEILÃO Nº 001/2020 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leilão hibrido – presencial e on-line simultaneamente pela internet

Leiloeiro Público Oficial Kleiber Leite Pereira Junior - Matricula 031/2015/ Jucemat.

Dia do leilão: 06 de Outubro de 2020 – 3ª feira – 09:00 horas

Local do leilão: Pátio da Secretaria Municipal de Obras – perimetro urbano da cidade.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÊNDIA/MT, comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei nº 8.666/93

e suas alterações, leilão público para alienação de bens móveis diversos, conforme Anexo I, vendidos no estado em que se

encontram, e demais condições gerais dispostas no Edital.

- Fato relevante: em função da pandemia Covid-19, caso ocorra restrição até a data do leilão, o leilão será somente ON-LINE.

- Participação presencial (se houver) – preenchimento de ficha cadastral no dia e antes de iniciar o leilão.

- Participação on-line - obrigatório prévio cadastro para aprovação e liberação de senha de acesso em até 24 horas

antes do leilão no site: www.kleiberleiloes.com.br.

- Descrição dos bens, fotos, etc, tem carater meramente ilustrativos para publicidade e divulgação do leilão.

- Informações com a Comissão (65) 3346.1411 ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 e 99289.8092.

- Edital completo no site do leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br, para conhecimento, leitura e impressão, também disponível

no site da Prefeitura, no Portal da Transparência.

- Visitas e vistorias aos bens no local do leilão, a partir do dia 17/08/2020, das 08:00h as 11:00h e das 14:00h as 17:00h.

Nortelândia/MT, 17/09/2020.

A Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 836/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida ao servidor Edgar José dos Santos dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito ao servidor abaixo relacionado:

Edgar José dos Santos, Motorista, lotado na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 01/04/2004 (primeiro de abril de dois mil e quatro) a 01/04/2009 (primeiro de abril de dois mil e nove), cujo gozo se observará no período no período de 01/09/2020 (primeiro de setembro do ano de dois mil e vinte) a 30/11/2020 (trinta de novembro de dois mil e vinte), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2020.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 17 dias do mês de setembro de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 17.09.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é aquisição de medicamentos utilizados na farmácia básica do município, em observancia ao artigo 4°-B da lei13.979/2020, além do artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do artigo 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: GOLDENPLUS COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 17.472.278/0001-64

ENDEREÇO: RUA GOTARDO MAZZAROLO, Nº 16, CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE-RS.

VALOR: R$ 5.660,40 (cinco mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), a serem pagos ITENS: Código: 320935; 27710; 17017; 17016; 27695; 31034; 29882; 27693; 27687; 27683; 313319; 6111; 5377; 313336; 3214.

Nortelândia, 18 de setembro de 2020

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

LEI Nº 928/2020

Lei nº 928/2020

"Dispõe sobre autorização para abertura de Elemento de Despesa à LOA/PPA/LDO do exercício de 2020."

Art. 1º Tomando por base a Lei 173 de 27/05/2020 MP 938 de 02/04/2020 referente a Mitigação dos efeitos financeiros causados pela Covid 19 no exercício de 2020, estamos propondo alteração a Lei Municipal 907/2019.

Propomos a alteração do código da especificação da receita nos códigos e valores descritos abaixo em conformidade com a respectiva Lei e MP citada

De 1718.01.2.1.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação do Município

Para Lei 173 de 27/05/2020-1718.01.2.1.00.77.00.00 no valor de R$ 3.040.592,00

MP 938 **de 27/05/2020-1718.01.2.1.00.08.00.00 no valor de R$ 488.632,21, perfazendo um total de R$ 3.529.224,21.**

Art. 2º As dotações criadas para os recursos da Lei 173 de 27/05/2020 código da receita 1718.01.2.1.00.77.00.00 fonte 0.1.00.077 serão abertas com os saldos dos mesmos elementos de despesas fonte 100 dos projetos atividades relacionados abaixo, com efeito financeiro no exercício de 2020.

Orgão	Projeto Atividade	Código Da Despesa	Fonte De Recurso	Valor
02 Gabinete doPrefeito	2002 Manutenção das Atividades	3.1.90.11	1.00.77	R$ 224.916,00
02 Gabinete doPrefeito	2002 Manutenção das Atividades	3.1.90.13	1.00.77	R$ 39.092,00
02 Gabinete doPrefeito	2002 Manutenção das Atividades	3.1.91.13	1.00.77	R$ 9.353,00
03 Procuradoria Municipal	2003 Manutenção das Atividades	3.1.90.11	1.00.77	R$ 69.036,00
03 Procuradoria Municipal	2003 Manutenção das Atividades	3.1.90.13	1.00.77	R$ 4.216,00
03 Procuradoria Municipal	2003 Manutenção das Atividades	3.1.91.13	1.00.77	R$ 6.634,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção das Atividades	3.1.90.11	1.00.77	R$ 420.214,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção das Atividades	3.1.90.13	1.00.77	R$ 13.995,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção das Atividades	3.1.91.13	1.00.77	R$ 29.964,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção do DAE	3.1.90.11	1.00.77	R$ 49.631,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção do DAE	3.1.90.13	1.00.77	R$ 2.150,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção do DAE	3.1.91.13	1.00.77	R$ 5.149,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2089 Manutenção das Atividades	3.1.90.11	1.00.77	R$ 185.466,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2089 Manutenção das Atividades	3.1.90.13	1.00.77	R$ 8.271,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2089 Manutenção das Atividades	3.1.91.13	1.00.77	R$ 23.095,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2092 Agencia Municipal de Transito	3.1.90.11	1.00.77	R$ 30.451,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2092 Agencia Municipal de Transito	3.1.90.13	1.00.77	R$ 5.000,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2092 Agencia Municipal de Transito	3.1.91.13	1.00.77	R$ 5.961,00
05 Secretaria Municipal de Educação	2045 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.90.11	1.00.77	R$ 384.479,00
05 Secretaria Municipal de Educação	2045 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.90.13	1.00.77	R$ 35.591,00
05 Secretaria Municipal de Educação	2045 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.91.13	1.00.77	R$ 55.104,00
06 Secretaria de Assist Social	2022 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.90.11	1.00.77	R$ 129.494,00

06 Secretaria de Assist Social	2022 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.90.13	1.00.77	R$ 6.513,00
06 Secretaria de Assist Social	2022 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.91.13	1.00.77	R$ 19.120,00
06 Secretaria de Assist Social	2074 Manutenção e Encargos do Cons Tutelar	3.1.90.11	1.00.77	R$ 39.455,00
06 Secretaria de Assist Social	2074 Manutenção e Encargos do Cons Tutelar	3.1.90.13	1.00.77	R$ 11.352,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2030 Manutenção e Encargos da Saúde	3.1.90.11	1.00.77	R$ 149.345,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2030 Manutenção e Encargos da Saúde	3.1.90.13	1.00.77	R$ 774,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2030 Manutenção e Encargos da Saúde	3.1.91.13	1.00.77	R$ 24.268,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2049 Apoio as Atividades de Reabilitação	3.1.90.11	1.00.77	R$ 43.501,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2049 Apoio as Atividades de Reabilitação	3.1.90.13	1.00.77	R$ 377,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2049 Apoio as Atividades de Reabilitação	3.1.91.13	1.00.77	R$ 7.289,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2067 Manutenção das Atividades Hospitalar	3.1.90.11	1.00.77	R$ 109.461,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2067 Manutenção das Atividades Hospitalar	3.1.91.13	1.00.77	R$ 46.740,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2268 Manutenção das Ações do NASF	3.1.90.04	1.00.77	R$ 12.571,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2268 Manutenção das Ações do NASF	3.1.90.13	1.00.77	R$ 13.936,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2268 Manutenção das Ações do NASF	3.1.91.13	1.00.77	R$ 3.000,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2269 Manutenção das Ações de Vig Ambiental	3.1.90.11	1.00.77	R$ 48.727,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2269 Manutenção das Ações de Vig Ambiental	3.1.90.04	1.00.77	R$ 10.000,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2269 Manutenção das Ações de Vig Ambiental	3.1.90.13	1.00.77	R$ 1.567,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2269 Manutenção das Ações de Vig Ambiental	3.1.91.13	1.00.77	R$ 9.346,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2070 Manutenção das Ações do PACS	3.1.90.04	1.00.77	R$ 103.338,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2070 Manutenção das Ações do PACS	3.1.90.13	1.00.77	R$ 52.303,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2071 Manutenção das Ações do PSF	3.1.90.04	1.00.77	R$ 48.727,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2071 Manutenção das Ações do PSF	3.1.90.13	1.00.77	R$ 45.595,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2071 Manutenção das Ações do PSF	3.1.91.13	1.00.77	R$ 36.000,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2074 Manutenção e Encargos	3.1.90.11	1.00.77	R$ 78.307,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2074 Manutenção e Encargos	3.1.90.13	1.00.77	R$ 1.933,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2074 Manutenção e Encargos	3.1.91.13	1.00.77	R$ 8.967,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2278 Recuperação e Manu e Const de Estradas	3.1.90.11	1.00.77	R$ 47.255,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2278 Recuperação e Manu e Const de Estradas	3.1.90.13	1.00.77	R$ 9.000,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2278 Recuperação e Manu e Const de Estradas	3.1.91.13	1.00.77	R$ 10.986,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2077 Manutenção das Vias Públicas	3.1.90.11	1.00.77	R$ 116.017,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2077 Manutenção das Vias Públicas	3.1.90.13	1.00.77	R$ 2.617,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2077 Manutenção das Vias Públicas	3.1.91.13	1.00.77	R$ 19.769,00
09 Secretaria de Controle Interno	2035 Manutenção das Atividades da Controladoria	3.1.90.11	1.00.77	R$ 32.037,00
09 Secretaria de Controle Interno	2035 Manutenção das Atividades da Controladoria	3.1.90.13	1.00.77	R$ 1.000,00
09 Secretaria de Controle Interno	2035 Manutenção das Atividades da Controladoria	3.1.91.13	1.00.77	R$ 5.775,00
10 Secretaria de Desenvolvimento Rural	2036 Manutenção e Encargos da Secretaria	3.1.90.11	1.00.77	R$ 86.846,00
10 Secretaria de Desenvolvimento Rural	2036 Manutenção e Encargos da Secretaria	3.1.90.13	1.00.77	R$ 14.182,00
10 Secretaria de Desenvolvimento Rural	2036 Manutenção e Encargos da Secretaria	3.1.91.13	1.00.77	R$ 4.101,00
13 Secretaria de Cultura e Turismo	2288 Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	3.1.90.11	1.00.77	R$ 17.462,00
13 Secretaria de Cultura e Turismo	2288 Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	3.1.90.13	1.00.77	R$ 3.484,00
13 Secretaria de Cultura e Turismo	2288 Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	3.1.91.13	1.00.77	R$ 287,00
TOTAL				**R$3.040.592,00**

Art. 2º As dotações criadas para os recursos da Medida Provisória n.º 938 de 27/05/2020-1718.01.2.1.00.08.00.00 fonte 0.1.00.008 serão abertas com os saldos dos mesmos elementos de despesas fonte 100 dos projetos atividades relacionados abaixo, com efeito financeiro no exercício de 2020.

Orgão	Projeto Atividade	Código Da Despesa	Fonte De Recurso	Valor
02 Gabinete doPrefeito	2002 Manutenção das Atividades	3.3.90.93	1.00.08	R$ 73.894,00
03 Procuradoria Municipal	2003 Manutenção das Atividades	3.3.90.93	1.00.08	R$ 10.698,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção das Atividades	3.3.90.93	1.00.08	R$ 26.806,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção das Atividades	3.3.90.39	1.00.08	R$ 22.849,21
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2089 Manutenção das Atividades	3.3.90.93	1.00.08	R$ 29.155,00
04 Sec de Adm Plan e Finanças	2092 Agencia Municipal de Transito	3.3.90.93	1.00.08	R$ 3.155,00
05 Secretaria Municipal de Educação	2045 Manutenção e Encargos da Secretária	3.3.90.93	1.00.08	R$ 22.299,00
05 Secretaria Municipal de Educação	2045 Manutenção e Encargos da Secretária	3.3.91.97	1.00.08	R$ 90.944,00
06 Secretaria de Assist Social	2022 Manutenção e Encargos da Secretária	3.3.90.93	1.00.08	R$ 21.764,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2030 Manutenção e Encargos da Saúde	3.3.90.93	1.00.08	R$ 9.991,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2067 Manutenção das Atividades Hospitalar	3.3.90.93	1.00.08	R$ 16.026,00
07 Secretaria Municipal de Saúde	2071 Manutenção das Ações do PSF	3.3.90.93	1.00.08	R$ 94.200,00
08 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2074 Manutenção e Encargos	3.3.90.93	1.00.08	R$ 13.685,00
09 Secretaria de Controle Interno	2035 Manutenção das Atividades da Controladoria	3.3.90.93	1.00.08	R$ 23.088,00
10 Secretaria de Desenvolvimento Rural	2036 Manutenção e Encargos da Secretaria	3.3.90.93	1.00.08	R$ 22.607,00
13 Secretaria de Cultura e Turismo	2288 Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	3.3.90.93	1.00.08	R$ 7.471,00
TOTAL				**R$ 488.632,21**

Estes valores altera a Lei Municipal 907/2019 na sua receita e despesa não altera os projeto/ atividade.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de Setembro de 2020.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO Nº 08.2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº II/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 001/2019-EMATER/PI, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. AA.039.1.000475/19-99, REALIZADO PELO ÓRGÃO EMATER/PI

AVISO DE *ADESÃO nº 08.2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº II/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 001/2019-EMATER/PI, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. AA.039.1.000475/19-99, REALIZADO PELO ÓRGÃO EMATER/PI*

Dados do Registro de Preços:

Ata de Registro de Preços nºII/2019Pregão Presencial nº 001/2019;

Órgão gestor: ***EMATER/PI***

Objeto: ***Adesão à Ata de Registro de Preço nº II/2019 do Pregão Presencial (SRP) nº 001/2019-EMATER/PI, Processo Administrativo nº. AA.039.1.000475/19-99, realizado pelo órgão EMATER/PI, REGISTRO DE PREÇOS, MENOR PREÇO POR ITEM, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERENCIA) DESTE EDITAL, QUE COMPÕEM O EMATER/PI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, conforme especificações técnicas anexas neste instrumento..*** **TR n. 082/2020 - PROCESSO: 001272/2020**

O Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal – **Sr. Silmar Gonçalves de Souza**, considerando a vantagens expostas nos documentos constantes dos autos e após regular autorização da ***EMATER/PI*** **RESOLVE** aderir à Ata de Registro de Preços **n°II/2019**, oriunda do Pregão Presencial nº **001/2019**, que tem o seu objeto acima descrito.

Concretizada a adesão, tomem-se todas as providências para a efetivação da contratação em comendo.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 19 de agosto de 2020.

Silmar Gonçalves de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO nº 08/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº II/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 001/2019-EMATER/PI, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. AA.039.1.000475/19-99, REALIZADO PELO ÓRGÃO EMATER/PI

Dados do Registro de Preços:

Ata de Registro de Preços nºII/2019Pregão Presencial nº 001/2019;

Órgão gestor: ***EMATER/PI***

OBJETO: ***Adesão à Ata de Registro de Preço nº II/2019 do Pregão Presencial (SRP) nº 001/2019-EMATER/PI, Processo Administrativo nº. AA.039.1.000475/19-99, realizado pelo órgão EMATER/PI, REGISTRO DE PREÇOS, MENOR PREÇO POR ITEM, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERENCIA) DESTE EDITAL, QUE COMPÕEM O EMATER/PI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, conforme especificações técnicas anexas neste instrumento..*** **TR n. 082/2020 - PROCESSO: 001272/2020.**

3.1.1. Especificação dos itens a serem adquiridos:						
ITEM	**IDENT. APLIC**	**DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO**	**UND. DE MEDIDA**	**QTDE.**	***VALOR UNT. R$***	***VALOR TOTAL R$***
28	***259602-4***	MARCA: LENOVO MODELO: B330-15IKBR i3-7020U 4GB 500GB W10P PN: 81M10000 + EXTENSÃO DE GARANTIA P/ 24 MESES ON SITE PN: 5WS0K75723 Notebook Tipo I	***UND Cód. (1)***	*12*	*R$ 3. 699,00*	*R$ 44. 388,00*
32	***00019604***	MARCA: LENOVO MODELO: SFF V530S I3 8100 GB 500 W10P PN: 10TXA01FBP + EXTENSAO DE GARANTIA P/12 MESES ON SITE PN: 5WS0K26179 + MONITOR LENIVO 19.5” THINK VISION E2002B PN: 60BBH-BR1BR MICROCOMPUTADOR TIPO II – Intermediário	***UND Cód. (1)***	*25*	*R$ 3. 995,00*	*R$ 99. 875,00*
36	***00019603***	MARCA: LENOVO MODELO: TINY THINKCENTRE M720Q I5 8400T 8GB 500 W10P PN: 10TT8A02PBP + MONITOR LENOVO 19.5” THINK VISION E2002B PN 60BBHBR1BR MICROCOMPUTADOR TIPO VI – Estação avançada compacta com baixo consumo de energia e alta resistência.	***UND Cód. (1)***	*11*	*R$ 5. 280,00*	*R$ 58. 080,00*
77	***00020936***	MARCA: APC MODELO: BACK-UPS 700VA BZ700BI-BR No – Break 700 VA	***UND Cód. (1)***	*32*	*R$ 560,00*	*R$ 17. 920,00*
TOTAL						***R$ 220.263,00***

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, Sr. Silmar Gonçalves de Souza no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, ADJUDICA e HOMOLOGA : ***Adesão à Ata de Registro de Preço nº II/2019 do Pregão Presencial (SRP) nº 001/2019-EMATER/PI, Processo Administrativo nº. AA.039.1.000475/19-99, realizado pelo órgão EMATER/PI, REGISTRO DE PREÇOS, MENOR PREÇO POR ITEM, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERENCIA) DESTE EDITAL, QUE COMPÕEM O EMATER/PI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, conforme especificações técnicas anexas neste instrumento..*** **TR n. 082/2020 - PROCESSO: 001272/2020.**

Da *EMATER/PI*, tendo como vencedora a Empresa: EDIMILSON ALVES BARBOSA &CIA LTDA CNPJ Nº 10.742.806/0001-09, com o valor de R$ 220.263,00 (duzentos e vinte mil e duzentos e sessenta e três reais).

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Finanças	Próprio	02004 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças	025	44.90.52.00	100	R$ 5.840,00
ADM	Próprio	02089 – Manutenção das Atividades de ADM e Planejamento	070	44.90.52.00	100	R$ 73.524,00
Educação	Próprio	02032 – Atividades em Educação CEFEM	086	44.90.52.00	100	R$ 18.220,00
Educação	Federal	02011 – Manutenção do Ensino Fundamental –FUNBEB 40%	142	44.90.52.00	119	R$ 13.665,00
Educação	Federal	02104 – Manut. da Educação Infantil Pré Escola – FUNDEB 40%	174	44.90.52.00	119	R$ 13.665,00
Saúde	Próprio	02030 – Manutenção Encargos da Saúde	240	44.90.52.00	100	R$ 32.160,00
Saúde	Federal	02305 – Manutenção da Atenção Básica	364	44.90.52.00	146	R$ 32.160,00
A. Social	Estadual	2027 – Manutenção Apoio Pessoa idosa - API	211	44.90.52.00	143	R$ 3.699,00
A. Social	Federal	02028 – Manutenção do IGD-SUAS	216	44.90.52.00	129	R$ 4.555,00
A. Social	Federal	02082 – Manutenção do Programa IGDBF - MUNICIPAL	223	44.90.52.00	129	R$ 9.110,00
Obras	Próprio	02074 – Manutenção Encargos de Salário	381	44.90.52.00	100	R$ 13.665,00
TOTAL						R$ 220.263,00

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Nossa Senhora do Livramento – MT. 17 de Setembro de 2020.

Silmar Gonçalves de Souza

Prefeito Muncipal

LEI Nº 929/2020

Lei nº 929/2020

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional por transposição à LOA/PPA/LDO do exercício de 2020."

Art. 1º Tomando por base a Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019 que em seu Artigo 9º Parágrafo 3º, onde determina que os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade e o salário família serão pagos pelo Ente Federativo e não pela Previdência Social a qual o servidor está vinculado, para tanto todo saldo orçamentário da Nossa PREVI será transposta para o poder Executivo Municipal nos respectivos Órgãos e Projetos Atividades que tenham orçamento de pessoal, no exercício financeiro de 2020, que altera a Lei Municipal 907/2019.

Art. 2º Estes Recursos serão transposta da NOSSA PREVI do código de receita para as Secretarias nas respectivas Atividades Encargos Previdenciários e elementos de despesas abaixo relacionados com efeito financeiro no exercício de 2020.

Orgão	Projeto Atividade	código da despesa	Fonte de recurso	valor
204 Sec de Adm Plan e Finanças	2004 Manutenção das Atividades	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
204 Sec de Adm Plan e Finanças	2089 Manutenção das Atividades	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
205 Secretaria Municipal de Educação	2045 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
205 Secretaria Municipal de Educação	2008 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB 60%	3.1.90.05	1.18.00	R$ 30.000,00
205 Secretaria Municipal de Educação	2009 Manutenção da Educação infantil FUNDEB 60%	3.1.90.05	1.18.00	R$ 20.000,00
205 Secretaria Municipal de Educação	2011 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB 40%	3.1.90.05	1.19.00	R$ 20.000,00
205 Secretaria Municipal de Educação	2012 Manutenção da Educação infantil FUNDEB 40%	3.1.90.05	1.19.00	R$ 10.000,00
205 Secretaria Municipal de Educação	2103 Manutenção da Edu infantil Pre Escola FUNDEB 60%	3.1.90.05	1.18.00	R$ 10.000,00
205 Secretaria Municipal de Educação	2104 Manutenção da Edu infantil Pre Escola FUNDEB 40%	3.1.90.05	1.19.00	R$ 5.000,00
206 Secretaria de Assist Social	2022 Manutenção e Encargos da Secretária	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2030 Manutenção e Encargos da Saúde	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2049 Apoio as Atividades de Reabilitação	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2067 Manutenção das Atividades Hospitalar	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2269 Manutenção das Ações de Vig Ambiental	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2269 Manutenção das Ações de Vig Ambiental	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2070 Manutenção das Ações do PACS	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2070 Manutenção das Ações do PACS	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2071 Manutenção das Ações do PSF	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
207 Secretaria Municipal de Saúde	2071 Manutenção das Ações do PSF	3.1.90.05	1.00.00	R$ 10.000,00
208 Secretaria de Obras e Infla Estrutura	2074 Manutenção e Encargos	3.1.90.05	1.00.00	R$ 7.000,00
TOTAL				

Estes valores altera a Lei Municipal 907/2019 na sua receita e despesa não altera os projeto/ atividade.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de Setembro de 2020.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO Nº 07/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2019, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2019, REALIZADO PELO ÓRGÃO CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES

AVISO DE ***Adesão nº 07/2020 à Ata de Registro de Preços 006/2019, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2019, realizado pelo órgão CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES***

Dados do Registro de Preços:

Ata de Registro de Preços nº006/2019Pregão Eletronico nº 006/2019;

Órgão gestor: ***CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES***

Objeto: ***Adesão à Ata de Registro de Preços 006/2019, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2019, realizado pelo órgão CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES objeto de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO REFERENTE AOS ATIVOS PER-***

MANENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL, DURANTE O PERÍODO DE DOZE MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOES."conforme especificações técnicas anexas neste instrumento.TR n. 016/2020 - **PROCESSO: 001535/2020.**

O Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal – **Sr. Silmar Gonçalves de Souza**, considerando a vantagens expostas nos documentos constantes dos autos e após regular autorização do ***CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES*** **RESOLVE** aderir à Ata de Registro de Preços **n°006/2019**, oriunda do Pregão Presencial nº **006/2019**, que tem o seu objeto acima descrito.

Concretizada a adesão, tomem-se todas as providências para a efetivação da contratação em comendo.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 17 de Setembro de 2020.

Silmar Gonçalves de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE Adesão nº 07/2020 à Ata de Registro de Preços 006/2019, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2019, realizado pelo órgão CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES

Dados do Registro de Preços:

Ata de Registro de Preços nº006/2019Pregão Eletrônico nº 006/2019;

Órgão gestor: ***CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES***

OBJETO:*Adesão à Ata de Registro de Preços 006/2019, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2019, realizado pelo órgão CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES objeto de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO REFERENTE AOS ATIVOS PERMANENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL, DURANTE O PERÍODO DE DOZE MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOES."conforme especificações técnicas anexas neste instrumento.***TR n. 016/2020 - **PROCESSO: 001535/2020.**

3.1.1. Especificação dos itens a serem adquiridos:

ITEM	IDENT. APLIC	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND. de Medida	Qtde	*Valor Unitários R$*	*Valor Total R$*
02	00034173	CONJUNTO RETANGULAR ADULTO - Conjunto formado por uma cadeira e uma mesa. A cadeira deve ser composta por: estrutura metálica, assento, encosto, ponteiras, sapatas e fixadores plásticos, e dois parafusos. O assento deve ser confeccionado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado e dimensões aproximadas de 395 mm de largura, 420 mm de profundidade 4 mm de espessura de parede com cantos arredondados, montado à estrutura por meio de um encaixe em todo o tubo da base da frente da cadeira e 2 (duas) cavidades reforçadas com aletas de 2mm de espessura, que acomodam parafusos auto atarraxantes para plástico de diâmetro 5x25 mm fenda 18hillips. Na parte frontal, que fica em contato com as pernas do usuário deve ser provido de borda arredondada com raio a fim de não obstruir a circulação sanguínea. A altura do assento até o chão deve ser de 460 mm. O encosto deve ser inteiriço, sem nenhum tipo de ventilação ou abertura, fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Suas dimensões aproximadas devem ser de 375 mm de largura por 195 mm de altura, com espessura de parede média de 3,5 mm. A peça deve possuir cantos arredondados e unir-se à estrutura por meio de encaixes de suas cavidades posteriores aos tubos da estrutura metálica da cadeira e ser travada por dois pinos retráteis injetados em polipropileno copolímero, na mesma cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. A estrutura deve ser fabricada à partir de tubos de secção redonda com ø 19,05 mm e 1,5 mm de espessura de parede dobrados e soldados. O conjunto estrutural deve receber banhos químicos e pintura Epoxi em pó. As extremidades das pernas da cadeira devem receber sapatas plásticas de acabamento padrão FDE. A mesa deve ter 760 mm de altura e permitir sua montagem completa por encaixes de seus componentes e poder ser utilizada de ambos os lados, frente ou traz dependendo da escolha dousuário. Deve possuir tampo injetado em termoplástico ABS virgem, com pigmentação, superfície lisa sem brilho e com formato retangular. O tampo deve fixar-se ao contra tampo por meio de um encaixe em toda a sua lateral e quatro torres para fixação por parafusos. O contra tampo deve apoiar, reforçar e estruturar a superfície do tampo além de prover acabamento na parte inferior do tampo da mesa. As dimensões aproximadas do tampo devem ser de 620mm de largura e 485mm de profundidade, contendo um porta objetos retangular em sua parte posterior. Deve possuir 01 (um) porta livro em formato retangular, injetado em termoplástico com superfície texturizada, aberto por todos os lados facilitando o manuseio dos materiais. A estrutura metálica da mesa deve ser confeccionada em tubos de aço 1010/1020, sendo a base do tampo com tubo quadrado de 20x20mm e espessura de 1,9 mm soldados à duas camisas metálicas de tubo oblongo 29x58mm e espessura de parede de 1,9mm unidas entre 19h por um tubo oblongo 29x58mm comespessuradeparedede1,5mm.Aspernasdamesasdevemserfabricadascomtubooblongo29x58mm espessura 1,9 mm soldados aos pés da mesa fabricados em tubo de ø 38,10 mm e espessura de 1,5 mm com ponteiras plásticas de acabamento padrão FDE/FNDE fixadas por meio de rebites tipo POP. A montagem das pernas da mesa ao tampo se dará por meio de 4 parafusos. Todos os componentes da estrutura metálica devem ser fabricados em tubo de aço industrial, tratados por conjuntos de banhos químicos, e receber pintura epóxi empó.	CJ COD:1135	100	R$ 419,37	**R$ 41. 937,00**
03	391216-7	CONJUNTO ADULTO COM PRANCHETA LATERAL - Composto por estrutura metálica, assento, encosto, porta-livros e prancheta plásticos. A prancheta deve ser fabricada em ABS injetado com contra-tampo também injetado em Polipropileno nas dimensões 620 mm de comprimento por 318 mm de largura aproximadamente, permitindo a inserção de uma folha A4 rotacionada em 20° em sua superfície de trabalho. Tampo e contra-tampo devem ser encaixados um no outro por meio de 5 encaixes e fixados por meio de um parafuso para plástico abraçando entre eles a estrutura de suporte do conjunto. A altura da prancheta ao chão na região de apoio do cotovelo deve ser de aproximadamente 685 mm e a mesma deve possuir uma inclinação em torno de 10° com o plano horizontal afim de proporcionar maior conforto ergonômico ao usuário. O assento deve ser confeccionado em polipropileno copolímero (PP) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Suas dimensões aproximadas devem ser 465mm de largura, 420mm de profundidade com 5mm de espessura de parede. Deve possuir cantos arredondados e unir-se à estrutura por meio de 4 (quatro) parafuso 5x30 para plástico. A altura do assento até o chão deve ser de 460 mm aproximadamente. O encosto deve ser fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, com dimensões aproximadas de 460mm de largura por 330mm de altura, com espessura de parede de 5mm e cantos arredondados, unido à estrutura metálica pelo encaixe de dupla cavidade na parte posterior do encosto, sendo travado por dois pinos fixadores plásticos injetados em polipropileno copolímero, na cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. O encosto deve possuir furos para ventilação. O porta-livros deve ser produzido em polipropileno copolímero virgem pelo processo de injeção de termoplásticos. Ele deve ser totalmente fechado nas partes laterais e traseira e com aberturas para ventilação na parte inferior. A abertura frontal de acesso ao porta-livros deve me-	CJ COD:1135	20	R$ 233,10	**R$ 4. 662,00**

		dir aproximadamente 270mm x 85mm, e sua profundidade deve ser de 270mm. Deve acoplar-se ao assento através de abas que se prolongam da cesta e juntam-se com a estrutura onde serão fixadas por 2 parafusos. A estrutura deve ser fabricada em tubos de aço 1010/1020, sendo a base de ligação do assento e encosto e as pernas com tubos de secção oblonga 16x30 mm e espessura de parede de 1,5mm dobrados. Duas travessas horizontais em tubo de 22 mm de diâmetro e 1,2mm de espessura de parede que servirão de encaixe para o suporte da prancheta. Esse por sua vez deve ser fabricado em um tubo 19 mm de diâmetro e 1,2 mm de espessura de parede. Todas as peças da estrutura metálica devem ser unidas por solda MIG, tratadas em conjuntos de banhos químicos e pintadas com tinta epóxi (pó), o que garante proteção antioxidante e uma maior vida útil ao conjunto. Além disso todas as pontas dos tubos devem ser cobertas buchasplásticas.				
05	00028265	MESA PARA CADEIRANTE - A mesa para cadeirante deve ser constituída de estrutura metálica formada à partir de tubos de secção oblonga e circular e tampo fabricado em aglomerado com revestimento melamínico com fitas de borda e porta-livros plástico. O tampo deve ter dimensões aproximadas de 900x600 mm fabricado em chapa de aglomerado de 18mm de espessura com revestimento melamínico branco cristal em ambas as faces, com fita de borda de 3 mm de espessura com cantos arredondados com 6 porcas-garra alojadas diretamente no tampo. A altura do tampo até o chão deve ser de aproximadamente 820mm. Estrutura metálica da mesa deve ser confeccionada em tubos de aço 1010/1020, sendo a base do tampo um “u” de secção circular ø 31,75 mm com espessura de parede de 1,5 mm com 6 furos passantes de ø 7,0 mm, por esses furos devem ser inseridos parafusos cabeça panela fenda 24hillip m6x45 mm que se fixarão nas porcas-garra do tampo. A esse “u” devem ser soldadas duas camisas metálicas de tubo oblongo 29x58mm e espessura de parede de 1,9mm unidas entre 24h por um tubo oblongo 29x58mm com espessura de parede de 1,5mm. As pernas da mesas devem ser fabricadas com tubo oblongo 29x58mm espessura 1,9mm soldados aos pés da mesa fabricados em tubo de ø38,10mm e espessura de 1,5mm com ponteiras plásticas de acabamento padrão fde/24hil fixadas por meio de rebites tipo pop. A montagem das pernas da mesa ao conjunto estrutural do tampo deve ocorrer por meio de 4 parafusos, dois em cada perna. Todos os componentes da estrutura metálica devem ser fabricados em tubo de aço industrial, tratados por conjuntos de banhos químicos, e receber pintura epóxi em pó. O porta-livros deve ser injetado em polipropileno na cor cinza, medindo aproximadamente 503x302 sendo fixado na travessa por meio de 4 rebites de repuxe pop em alumínio com ø 4x10 mm.	UND COD: 01	6	R$ 565,84	**R$ 3. 395,04**
06	00052369	MESA REFEITÓRIO COM TAMPO INJETADO ADULTO 6 LUGARES-Mesa, a mesa deve ser composta por tampos modulares em plástico injetado de alto impacto na cor Vermelha, formado por 3 módulos que se fixam à estrutura por meio de encaixes, sendo 4 encaixes nas laterais da mesa (2 de cada lado) e 3 encaixes centrais por módulo e 4 parafusos por módulo. Após montada a mesa mede 1860x820mm e tem 590mm de altura. A estrutura deve ser formada por um quadro fabricado em tubo de aço 1010/1020 de seção 20x40mm com 1,2mm composto por 3 travessas e 2 cabeceiras. As pernas devem ser fabricadas em tubo de aço 1010/1020 Ø 1.1/2”x0,9mm de parede e encaixadas sem o uso de parafusos. Na extremidade inferior de cada pé existe de uma sapata com regulagem de altura para nivelamento da mesa, fabricada em polipropileno. Todas as peças metálicas que compõe a mesa recebem tratamento anticorrosivo e pintura em tinta Epoxi. Cadeira. O conjunto é composto por 6 cadeiras, ela deve ser composta por: estrutura metálica, assento, encosto, ponteiras, sapatas e fixadores plásticos, e dois parafusos. O assento deve ser confeccionado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado e dimensões de aproximadamente 395 mm de largura, 305 mm de profundidade 4 mm de espessura de parede com cantos arredondados, montados à estrutura por meio de um encaixe em todo o tubo da base da frente da cadeira e 2 (duas) cavidades reforçadas com aletas de 2mm de espessura, que acomodam parafusos auto atarraxantes para plástico de diâmetro 5x25 mm fenda 27hillips. Na parte frontal, que fica em contato com as pernas do usuário deve ser provido de borda arredondada com raio a fim de não obstruir a circulação sanguínea. A altura do assento até o chão é de 355 mm. O encosto deve ser inteiriço, sem nenhum tipo de ventilação ou abertura, fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Suas dimensões são 374 mm de largura por 195 mm de altura, com espessura de parede média de 3,5 mm. A peça deve possuir cantos arredondados e une-se à estrutura por meio de encaixes de suas cavidades posteriores aos tubos da estrutura metálica da cadeira e deve ser travada por dois pinos retráteis injetados em polipropileno copolímero, na mesma cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. A estruturadeveser fabricadaàpartir detubosdesecçãoredondacomø19,05mme1,5mmdeespessurade parede dobrados e soldados. O conjunto estrutural deve recebe banhos químicos e pintura Epoxi em pó. As extremidades das pernas da cadeira recebem sapatas plásticas de acabamento padrãoFDE.	UND COD: 01	4	R$ 1. 501,50	**R$ 6. 006,00**
07	00025219	CONJUNTO REFEITÓRIO COM TAMPO INJETADO INFANTIL 6 LUGARES - MESA : escolar infantil com montagem simplificada e que permite o seu emprego também como brinquedo infantil. Compreende em um corpo estruturante, um porta-livros e um tampo substancialmente trapezoidal. O corpo é inteiriço de forma poliédrica e moldado no processo de injeção com termoplástico denominado copolímero de polipropileno em uma peça única, sendo composto de um pé dianteiro largo e de secção transversal em “ U “, voltado para dentro, dois pés traseiros também em “ U “, voltados para frente e suavemente arqueados, travessas superiores e travessas inferiores de ligação dos pés dianteiros nos pés traseiros. O tampo apresenta uma forma substancialmente trapezoidal e moldado pelo processo de injeção com material denominado ABS, porém com base menor arredondada e chanfros nas extremidades das bases maiores. Um sulco transversal, posicionado junto á base menor do tampo, se destina a porta – objetos. O porta-livro apresenta a forma de uma placa triangular e moldado pelo processo de injeção com material denominado Copolímero de Polipropileno, com vértice frontal arredondado, sendo encaixada em trilhos situados nas superfícies internas das travessas superiores do corpo e sendo fixada por meio de pinos salientes que se projetam da placa e penetram em orifícios das travessas superiores. CADEIRA INFANTIL: Formada com assento, encosto e estrutura com a seguinte descrição técnica: Assento, confeccionado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento polido, com dimensões de 330 mm de largura por 320 mm de profundidade, 04 mm de espessura, cantos arredondados, montado à estrutura por meio de 04 (quatro) cavidades reforçadas com aletas de no mínimo 02 mm de espessura, que acomodam parafusos autos atarraxantes para plástico FL de diâmetro 5x30 mm de fenda Phillips. Altura em relação ao piso 350 mm. Encosto é inteiriço, sem nenhum tipo de ventilação ou abertura, fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento polido, com dimensões de 330 mm de largura por 185 mm de altura, com espessura média de 3,5 mm, cantos arredondados, unindo à estrutura por meio de encaixes de suas cavidades posteriores nos tubos da estrutura travada por dois pinos retráteis injetados em polipropileno copolímero, na mesma cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou de parafusos. Estrutura, fabricada em tubos de aço industrial com pés e travessas em tubo de seção circular com diâmetro de 19,05 mm com espessura de 1,06 mm, base do encosto fabricados em tubo de seção quadrada 20x20 mm com espessura de 1,2 mm, peças de tubos de aço industrial são unidas entre si por meio de solda MIG e tratadas por conjunto de banhos químicos, com pintura epóxi (pó), que possibilita proteção contra oxidação e maior vida útil à estrutura, com ponteiras plásticas de polipropileno nos pés e nas extremidades das travessas com acabamento padrão FDE, são ponteiras com aba para proteção das estruturas quando as mesmas são empilhadas paratransporte. MESA CENTRAL: com a seguinte descrição técnica: Constituída de duas peças plásticas e um tubo central. As peças plásticas são confeccionadas em polipropileno copolímero injetado com acabamento superficial liso sem brilho, com espessura mínima de 3mm. As peças, vistas superiormente, apresentam formato sextavado para união de 06 mesas, que formam um círculo. Possuindo 07 divisórias: Seis referentes às faces externas e uma central. Na parte inferior a peça apresenta um ressalto de 40mm para encaixe do tubo central. Estrutura central fabricada em tubo de aço industrial com diâmetro de 38,1mm com espessura de 0,9mm. As peças plásticas são encaixadas no tubo, uma em cada extremidade, Altura em relação ao piso 590 mm. Conjunto com Mesas Infantil e Cadeiras Infantil nas Cores: Amarelo, Vermelho, Azul, Laranja, Verde e Roxo. Mesa Central Cor Cinza, Estrutura da Mesa Central e das Cadeiras na Cor Branca.	CJ COD:1135	6	R$ 1. 411,20	**R$ 8. 467,20**

09	00033369	CADEIRA ESTOFADA FIXA 4 PÉS - A Cadeira Estofada Fixa 4 Pés deve ser constituída de: Assento e encosto estofados e estrutura tubular de aço com 4 (quatro) pés. O conjunto de sustentação do assento e encosto deve ser constituído de uma estrutura de aço com 04 pés e suporte do encosto em formato de "L" que se fixa ao encosto pode meio de um acoplamento plástico articulado para ajustar a melhor posição do encosto. Os pés das cadeira devem ser fabricados em tubos de aço de ø 7/8" e espessura de 1,5mm. Os pés devem ser interligados por duas travessas de tubo quadrado 20x20mm e espessura de 1,2mm. As sapatas da estrutura devem encaixar-se internamente nos tubos e serem articuladas para facilitar o nivelamento da cadeira com o solo. O assento deve se fixar à estrutura por 4 parafusos ¼"x 2" sextavados. Já o encosto deve se fixar ao "L" através de 2 parafusos Philips cabeça panela ¼"x1" alojados em peça para acoplamento produzida em polipropileno injetado. O assento deve possuir uma estrutura em madeira com medidas aproximadas de 420 mm de largura,380mmdeprofundidadee10mmdeespessura,comcantosarredondadosequatroporcasgarrade rosca ¼" fixadas à mesma. O estofado deve possuir espuma injetada com densidade de 45 kg/m³ e 40 milímetros de espessura, moldada anatomicamente. A altura do assento até o chão deve ser de aproximadamente 430mm. O assento deve ser revestido em sua base por uma capa plástica injetada em polipropileno com acabamento texturizado. O encosto deve possuir estrutura de polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente, com dimensões aproximadas de 360mm de largura por 270mm de altura com espessura de 11mm e cantos arredondados, espuma injetada com densidade de 45 Kg/m³ e 40 milímetros de espessura, moldada anatomicamente e uma capa de acabamento em polipropileno injetado com acabamento texturizado. Ele deve ser unido à estrutura por um tubo oblongo de 16x30 mm com espessura de parede de 1,5 mm e reforços internos e revestido com por uma sanfona plástica. Esse sendo fixado a estrutura da base por meio de solda Mig. Tanto assento quanto encosto devem ser revestidos em tecido ou courvim com costuras marcando 3 gomos em cada peça. A estrutura da cadeira deve ser fosfatada e pintada com tinta epóxi pó na cor preta.	UND COD: 01	20	R$ 254,10	**R$ 5. 082,00**
14	228239-9	CADEIRA 4 PÉS FIXA - A cadeira deve ser constituída de assento e encosto plásticos, e estrutura metálica. A estrutura deve ser composta de tubos de aço 1010 /1020, sendo os pés e suportes do assento e encosto fabricados em tubos oblongos 16x30 com 1.5mm de espessura de parede soldados com solda Mig à duas travessas horizontais de tubos de aço 7/8" x 1,2mm de espessura formando um conjunto estrutural empilhável. A estrutura deve receber tratamentos químicos de fosfatização e pinturas epóxi pó. Para dar acabamento nas pontas dos tubos dos pés e travessas, a estrutura deve apresentar ponteiras plásticas injetadas em polipropileno. O assento deve ser confeccionado em polipropileno copolímero (PP) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Suas dimensões aproximadas devem ser 465mm de largura, 420mm de profundidade com 5mm de espessura de parede. Deve possuir cantos arredondados e unir-se à estrutura por meio de 4 (quatro) parafuso 5x30 para plástico. A altura do assento até o chão deve ser de 445mm aproximadamente. O encosto deve ser fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, com dimensões aproximadas de 460mm de largura por 330mmdealtura,comespessuradeparedede5mmecantosarredondados,unido àestruturametálicapelo encaixe de dupla cavidade na parte posterior do encosto, sendo travado por dois pinos fixadores plásticos injetados em polipropileno copolímero, na cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. O encosto deve possuir furos paraventilação.	UND COD: 01	51	R$ 129,15	**R$ 6. 586,65**
TOTAL						**R$ 76.135,89**

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, Sr. Silmar Gonçalves de Souza no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, ADJUDICA e HOMOLOGA : ***Adesão à Ata de Registro de Preços 006/2019, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 006/2019, realizado pelo órgão CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES objeto de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO REFERENTE AOS ATIVOS PERMANENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL, DURANTE O PERÍODO DE DOZE MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOES."conforme especificações técnicas anexas neste instrumento.*** TR n. 016/2020 - **PROCESSO: 001535/2020.**

Do *CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES*, tendo como vencedora a Empresa: PLAXMETAL S/A – INDÚSTRIA DE CADEIRAS COOPORATIVAS CNPJ Nº 91.404.251/0001-97, com o valor de R$ 76.135,89 (setenta e seis mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Educação	Federal	02011 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	142	44.90.52.00	119	R$ 46.599,00
Educação	Federal	02104 – Manutenção da Educação Infantil Pré Escola FUNDEB 40%	174	44.90.52.00	119	R$ 17.868,24
Educação	Próprio	02032 – Atividades em Educação CEFEM	86	44.90.52.00	100	R$ 5.856,90
Saúde	Próprio	02067 – Manutenção das Atividades Hospitalar/Ambulatorial-MAC	280	44.90.52.00	100	R$ 1.937,25
Saúde	Próprio	02305 – Manutenção da Atenção Básica	362	44.90.52.00	100	R$ 1.937,25
Saúde	Estadual	02305 – Manutenção da Atenção Básica	363	44.90.52.00	142	R$ 1.937,25
TOTAL						R$ 76.135,89

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Nossa Senhora do Livramento – MT. 17 de Setembro de 2020.

Silmar Gonçalves de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

RECURSOS HUMANOS
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO.

Servidora Senhora Darine Franciele Valentim Reis.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES e **ADVOCACIA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES,** vêm a presença de Vossa Senhoria, requisitar informações e documentos junto no que cinge a tratamento médico **Cid C53.9** tais, **PRONTUÁRIOS MÉDICOS DE ATENDIMENTO JUNTO AOS HOSPITAIS CREDENCIADOS PARA O TRATAMENTO DA PRESENTE ENFERMIDADE DA SERVIDORA QUAL VENHA FAZENDO TRATAMENTO, CRONOGRAMA DE ATENDIMENTO MÉDICO ATUALIZADO E DECLARAÇÃO MÉDICA PERTINENTE AO AFASTAMENTO DA SERVIDORA DAS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS,** no prazo de 15 dias uteis, ser-

vido as presentes informações no que cinge a regular realização das medidas dispostas a Lei Municipal 111/1997 Estatuto dos Servidores Públicos.

Desde já grato com dedicação prestada ao tema em apreço.

Nova Bandeirantes 14 de setembro de 2020.

THIAGO PEREIRA DOS SANTOS

OAB/MT 13.388

ANA CRISTINA CORSETTI DOS SANTOS

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 284/2020

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como Fiscal de Contrato os servidores:

GREICIELLI MARTINS DE ARAUJO, Chefe de gabinete do Prefeito, portador do CPF 055.060.391-31, matricula 5149.

ESTELA GARCIA ALVES, Agente Administrativo, portador do CPF 033. 861.591-17, matricula 5029.

ALESANDRO ROCHA BALANI, Professor Efetivo, portador do CPF 817. 632.041-20, matricula 1237.

LUCIENE APARECIDA DE SOUSA, Diretora Hospitalar, portador do CPF 938.092.391-00, matricula 4377.

GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO, Agente Administrativo, portador do CPF 095.599.428-40, matricula 3393.

RONALDO SANDRINI FELIPES, Agente de Conservação, portador do CPF 001.067.831-06, matricula 429.

SIMONE TRINDADE CERVANTES, Agente Administrativo, portador do CPF 048.127.231-32, matricula 5129.

MIRILENE PEGORETTI MIGUEL, Chefe Depto de Assistência Social, portador do CPF 058.576.691-62, matricula 4977.

JADERSON ALEX DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA NUNES, Coordenador de Programas, portador do CPF 009.876.921-94, matricula 4923.

De acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços Nº 032/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e os fornecedores: EDUARDO DA SILVA FERNANDES – PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO e FLORESTA TINTAS LTDA, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERIODO DE 12 MESES, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como Suplente do referido contrato os servidores:

LILIANE SANDES DE LIMA, Gestor de Convênios, portador do CPF 061. 408.641-86, matricula 4948.

VIVIANE SANDES BRUNO, Agente Administrativo, portador do CPF 060. 281.821-41, matricula 5020.

ELLEN DOANE TEODORO LUIZ, Chefe Divisão de Educação, portador do CPF 054.497.481-67, matricula 4619.

EZEQUIEL GOMES DOS SANTOS, Coordenador da Vigilância em Saúde Ambiental, portador do CPF 030.448.141-62, matricula 3431.

ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA, Agente Administrativo, portador do CPF 013.881.471-65, matricula 4989.

TANIA APARECIDA REIS MOURA, Chefe Depto de Tesouraria, portador do CPF 058.752.761-77, matricula 4540.

AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA, Chefe Departamento de Patrimônio, portador do CPF 014.704.271-25, matricula 4138.

ANA PAULA DE SOUZA POSSAMAE, Coordenador do Cras, portador do CPF 025.207.681-85, matricula 4949.

ARISTIDES PEREIRA DE MENDONCA, Chefe Depto de Esporte e Lazer, portador do CPF 490.963.389-87, matricula 4180.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 18 de setembro de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em Assinatura Nome por extenso

Suplente

Ciente em Assinatura Nome por extenso

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 041/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **041/2020**, cujo OBJETO é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA**

SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERIODO DE 12 MESES.

SAGRARAM-SE vencedora as empresas:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
EDUARDO DA SILVA FERNANDES – PRESTA-CAO DE SERVICOS E COMERCIO	**22.303.601/ 0001-06**	R$ 202. 219,60
FLORESTA TINTAS LTDA	**08.933.472/ 0001-09**	R$ 358. 909,50

Nova Bandeirantes - MT, 17 de setembro de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2020

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Centro, na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, doravante denominado "**MUNICÍPIO**", e do outro lado a empresa **EDUARDO DA SILVA FERNANDES – PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO**, inscrita no CNPJ sob o n.º **22.303.601/0001-06** e Inscrição Estadual n.º 13.809.431-4 estabelecida a Av. Mirante do Lago, n.º 290, Loteamento Mirante do Lago, cidade de Alta Floresta - MT, neste ato representada pelo Sr. Eduardo da Silva Fernandes, portador do CIRG n.º 6683003 PC/PA e CIC n.º 887.558.945-34 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 041/2020**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1 – DO OBJETO:

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERIODO DE 12 MESES, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
5	CAL DE PINTURA	USICAL	UNID	300	R$ 19,00	R$ 5.700,00
6	CAL VIRGEM	USICAL	UNID	300	R$ 31,89	R$ 9.567,00
7	CIMENTO CP II 32 RS-50KG	ITAU	UNID	2.800	R$ 46,33	R$ 129.724,00
9	VERGALHAO 1/2 12 METROS	SINOBRAS	UNID	16	R$ 104,00	R$ 1.664,00
10	VERGALHAO 1/4 12 METROS	SINOBRAS	UNID	270	R$ 26,78	R$ 7.230,60
12	VERGALHAO 5/16 12 METROS	SINOBRAS	UNID	800	R$ 44,48	R$ 35.584,00
16	TIJOLO MEIO	PARA CONSTRUTOR	UNID	15.000	R$ 850,00	R$ 12.750,00
						R$ 202.219,60

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de **18/09/2020** até **18/09/2021.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Bandeirantes não será.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço.

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES ORGÃO GERENCIADOR DA ATA:

4.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

4.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

4.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

4.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

4.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

4.6. Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos neste Termo de Referência serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado neste Termo e Proposta da licitante contratada.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues no local indicado e da forma como forem solicitados pelo setor competente no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega.**

5.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Os itens listados neste anexo**,** não serão necessariamente adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. As licitantes para as quais forem adjudicados itens constantes neste anexo e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o termino da vigência contratual.

5.7. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante neste anexo. A Prefeitura Municipal não se responsabilizara por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte da Prefeitura.

5.8. A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionado neste edital, serve apenas como orientação, não constituindo, sob-hipótese alguma garantia de faturamento.

5.9. Os produtos ofertados deverão ser de primeira linha, de ótima qualidade, ficando sujeito a desclassificação do item em caso, de produto de má qualidade.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da conclusão dos serviços solicitados, com o relatório de execução dos mesmos e emissão da devida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

6.2. Os pagamentos serão efetuados com a devida emissão da referida nota fiscal.

6.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das Notas Fiscais/faturas.

6.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 041/2020).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

7.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.7. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.7.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.8. Acada alteração no preço do combustível é necessário que a empresa contratada apresente as Notas Fiscais de compra para que o Responsável pela Frotas possa estar verificando as alterações de valores. **Somente serão alterados os valores após a comprovação pela contratada através das notas de compras**. **7.8.1.** A empresa terá o prazo de 24(vinte e quatro) horas, para que possa estar encaminhada as notas fiscais, que comprovem o reajuste, e dessa forma, seja alterado o valor com o objetivo de que não haja um acumulo de notas fiscais com valores diferentes ao valores praticados no mercado. **7.8.2.** Até que seja realizado o reajuste, o valor a ser pago ao fornecedor, será o constante na NAD (nota de autorização de despesa), sendo este o valor que se encontra registrado.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento da execução desta Ata de Registro de Preços, designando formalmente, para esse fim, um representante, como Fiscal da Ata de Registro de Preços, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas da parte contratada, cabendo-lhe o recebimento e “atesto” da entrega do equipamento/serviços e o encaminhamento da nota fiscal/fatura para pagamento na forma estabelecida neste contrato.

9.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, serão registradas, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais.

9.3. Fica designado através da Portaria da Licitação nº **284/2020** os servidores para fiscalizar a Ata de Registro de Preços indicado na epígrafe.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Rua Lázaro Moreira dos santos, 1245, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001-GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultado
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
23 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
57 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012-Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
85 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃ DA QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO
93 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 110 - TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO
97 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 116 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PROPIOS
99 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 117-MANUTENÇÃO DO PNATE
101 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0005- Atenção a saúde Publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
150 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0020- Atenção a saúde Publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
174 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
193 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 304-VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa:0020 - Atenção à saúde Pública – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2 126 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA SANITÁRIA
207 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 305-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa:0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
216 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável

Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
235 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
270 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
280 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 - Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
296 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infra Estrutura
Projeto/Atividade: 2 008 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS
301 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infra Estrutura
Projeto/Atividade: 2 073 - MANUTENÇÃO E EN. DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
314 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
326 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICO
348 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
355 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
365 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso a Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
392 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
426 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

12.2. No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. VINCULAÇÃO AO EDITAL

14.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

15. DAS COMUNICAÇÕES

15.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 041/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

IV. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

17. DO FORO

17.1. Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes - MT, 18 de setembro de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO

_____

EDUARDO DA SILVA FERNANDES – PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO

CNPJ **22.303.601/0001-06**

PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Viviane Sandes Bruno

CPF: 050.597.081-36 CPF: 060.281.821-41

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2020

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Centro, na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, doravante denominado "**MUNICÍPIO**", e do outro lado a empresa **FLORESTA TINTAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **08.933. 472/0001-09** e Inscrição Estadual n.º 13.340.930-9 estabelecida a Av. Ludovico da Riva Neto n.º 2056, Centro, cidade de Alta Floresta - MT, neste ato representada pelo Sr. Ilmar Luiz Kraemer, portador do CIRG n.º 668 582 SSP/MT e CIC n.º 458.942.051-15 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 041/2020**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1 – DO OBJETO:

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERIODO DE 12 MESES, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	TELHA AMINHANTO 4MM 244X50	INFIBRA	UNID	300	R$ 29,90	R$ 8.970,00
2	TELHA EM CERÂMICA PORTUGUESA	ROCHA	UNID	3000	R$ 5,90	R$ 17.700,00
3	TELHA EM CERÂMICA ROMANA	ROCHA	UNID	3000	R$ 5,99	R$ 17.970,00
4	CAPA AMIANTO 5 MILIMETRO	INFIBRA	UNID	200	R$ 56,50	R$ 11.300,00
8	PIA INOX CONCRETADA 1,80MT	FORMINOX	UNID	10	R$ 488,10	R$ 4.881,00
11	VERGALHAO 3/8 12 METROS	GERDAU	UNID	600	R$ 65,99	R$ 39.594,00
13	VERGALHAO 5/8 12 METROS	GERDAU	UNID	1050	R$ 152,99	R$ 160.639,50
15	TIJOLO 6 FURO	CERAMICA PARANA	UNID	10	R$ 850,00	R$ 8.500,00
17	COTOVELO 150	AMANCO	UNID	2000	R$ 44,40	R$ 88.800,00
18	LUVA 150	AMANCO	UNID	20	R$ 27,75	R$ 555,00
						R$ 358.909,50

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de **18/09/2020** até **18/09/2021.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Bandeirantes não será.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço.

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES ORGÃO GERENCIADOR DA ATA:

4.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

4.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

4.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

4.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

4.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

4.6. Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos neste Termo de Referência serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado neste Termo e Proposta da licitante contratada.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues no local indicado e da forma como forem solicitados pelo setor competente no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega.**

5.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Os itens listados neste anexo**,** não serão necessariamente adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. As licitantes para as quais forem adjudicados itens constantes neste anexo e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o termino da vigência contratual.

5.7. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante neste anexo. A Prefeitura Municipal não se responsabilizara por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte da Prefeitura.

5.8. A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionado neste edital, serve apenas como orientação, não constituindo, sob-hipótese alguma garantia de faturamento.

5.9. Os produtos ofertados deverão ser de primeira linha, de ótima qualidade, ficando sujeito a desclassificação do item em caso, de produto de má qualidade.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da conclusão dos serviços solicitados, com o relatório de execução dos mesmos e emissão da devida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

6.2. Os pagamentos serão efetuados com a devida emissão da referida nota fiscal.

6.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das Notas Fiscais/faturas.

6.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 041/2020).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

7.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.7. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.7.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.8. Acada alteração no preço do combustível é necessário que a empresa contratada apresente as Notas Fiscais de compra para que o Responsável pela Frotas possa estar verificando as alterações de valores. **Somente serão alterados os valores após a comprovação pela contratada através das notas de compras**. **7.8.1.** A empresa terá o prazo de 24(vinte e quatro) horas, para que possa estar encaminhada as notas fiscais, que comprovem o reajuste, e dessa forma, seja alterado o valor com o objetivo de que não haja um acumulo de notas fiscais com valores diferentes ao valores praticados no mercado. **7.8.2.** Até que seja realizado o reajuste, o valor a ser pago ao fornecedor, será o constante na NAD (nota de autorização de despesa), sendo este o valor que se encontra registrado.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento da execução desta Ata de Registro de Preços, designando formalmente, para esse fim, um representante, como Fiscal da Ata de Registro de Preços, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas da parte contratada, cabendo-lhe o recebimento e “atesto” da entrega do equipamento/serviços e o encaminhamento da nota fiscal/fatura para pagamento na forma estabelecida neste contrato.

9.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, serão registradas, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais.

9.3. Fica designado através da Portaria da Licitação nº **284/2020** os servidores para fiscalizar a Ata de Registro de Preços indicado na epígrafe.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Rua Lázaro Moreira dos santos, 1245, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001-GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultado
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
23 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
57 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012-Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
85 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃ DA QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO
93 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 110 - TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO
97 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 116 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PROPIOS
99 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 117-MANUTENÇÃO DO PNATE
101 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0005- Atenção a saúde Publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
150 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0020- Atenção a saúde Publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
174 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
193 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 304-VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa:0020 - Atenção à saúde Pública – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2 126 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA SANITÁRIA
207 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 305-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa:0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
216 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
235 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO

270 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
280 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 - Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
296 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infra Estrutura
Projeto/Atividade: 2 008 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS
301 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infra Estrutura
Projeto/Atividade: 2 073 - MANUTENÇÃO E EN. DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
314 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
326 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICO
348 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
355 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
365 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso a Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
392 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Órgão:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 27 - DESPORTO E LAZER

Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
426 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

12.2. No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. VINCULAÇÃO AO EDITAL

14.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

15. DAS COMUNICAÇÕES

15.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 041/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

IV. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

17. DO FORO

17.1. Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes - MT, 18 de setembro de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO

_____

FLORESTA TINTAS LTDA

CNPJ **08.933.472/0001-09**

PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Viviane Sandes Bruno

CPF: 050.597.081-36 CPF: 060.281.821-41

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.005/2020

PROCESSO Nº. 071/2020

OBJETO: **CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE PERMANENTE: MOVEIS DE ESCRITORIO, ELETRONICOS, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS ATENDENDO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NO ANEXO I TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.**

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o Decreto Nº. 10.024/2019 e da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado. **HOMOLOGO** o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: **GUAPUI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI – ME,** inscrita **CNPJ: 24.321.932/0001-02**, vencedora dos itens: **1, 2 e 7** com o valor **R$ 52. 655,00** (Cinquenta e Dois Mil Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais).

Empresa: **MILAN MÓVEIS INSDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP,** inscrita **CNPJ: 00.300.400/0001-12**, vencedora dos itens: **3, 24 e 31** com o valor **R$ 23.675,00** (Vinte e Três Mil Seiscentos e Setenta e Cinco Reais).

Empresa: **SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA – ME,** inscrita **CNPJ: 30. 313.649/0001-23**, vencedora dos itens: **4,5,6,21,25,33 e 34 e 35** com o valor **R$ 42.872,00** (Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Setenta e Dois Reais).

Empresa: **STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP,** inscrita **CNPJ: 05.870.717/0001-08**, vencedora do item: **8,** com o valor **R$ 6.600,00** (Seis Mil e Seiscentos Reais).

Empresa: **STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI,** inscrita **CNPJ: 08.710.871/0001-00**, vencedora do item: **9,** com o valor **R$ 153.395,00** (Cento e Cinquenta e Três Mil, Trezentos e Noventa e Cinco Reais).

Empresa: **APS COMERCIO, MANUTENÇÃO, LACODORA DE IMPRESSORA EIRELI**, inscrita **CNPJ: 10.750.752/0001-23**, vencedora do item: **10,** com o valor **R$ 30.200,00** (Trinta Mil e Duzentos Reais).

Empresa: **I.L. MENDES JUNIOR EIRELI – ME**, inscrita **CNPJ: 17.184.211/ 0001-24**, vencedora dos itens: **11,12 e 20** com o valor **R$ 46.519,65** (Quarenta e Seis Mil, Quinhentos e Dezenove Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

Empresa: **REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA - ME,** inscrita **CNPJ: 35.654.754/0001-40**, vencedora dos itens: **13 e 16** com o valor **R$ 73. 700,00** (Setenta e Três Mil e Setecentos Reais).

Empresa: **FRIOLAR COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRONICOS LTDA- ME,** inscrita **CNPJ: 36.850.598/0001-55**, vencedora dos itens: **14 e 15**, com o valor **R$ 59.660,00** (Cinquenta e Nove Mil Seiscentos e Sessenta Reais).

Empresa: **ERICA DE FATIMA GENTIL,** inscrita **CNPJ: 36.656.877/ 0001-82**, vencedora dos itens: **17,18,19,22,26,27,28,29 e 30**, com o valor **R$ 49.974,00** (Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Setenta e Quatro Reais).

Empresa: **CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP,** inscrita **CNPJ: 10.199. 390/0001-24**, vencedora item: **32**, com o valor **R$ 17.550,00** (Dezessete Mil Quinhentos e Cinquenta Reais).

Empresa: **MULTIPLICAR COMPRAS E COMERCIO EIRELI** inscrita **CNPJ: 07.508.571/0001-80**, vencedora com item: **36** com o valor **R$ 1. 390,00** (Um Mil, Trezentos e Noventa Reais).

Valor Total: **R$ 558.190,65** (Quinhentos e Cinquenta Mil, Cento e Noventa Reais e Sessenta e Centavos).

Nova Brasilândia/MT, 16 de setembro de 2020.

_____

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°084/2020

EXTRATO DO CONTRATO N°084/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **BASSIQUE COMERCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO LTDA ME**

CNPJ: 09.643.592/0001-34

OBJETO: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA/MT PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA RADIODIFUSÃO SONORA TEMPORÁRIA DE AUDIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS INSTITUCIONAIS E PROMOCIONAIS, COMPREENDENDO A ZONA RURAL E URBANA (PALESTRAS, CULTO ECUMENICO, SOLENIDADES, INAUGURAÇÕES, POSSES, DATAS FESTIVAS) PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEVOLVIMENTO AGRARIO E MEIO AMBIENTE.

VALOR: **R$ 24.353,00 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e três reais)**

ASSINATURA**: 02 de setembro de 2020.**

VIGENCIA:**02 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°085/2020

EXTRATO DO CONTRATO N°085/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **G.LANZARINI - ME**

CNPJ: 17.554.481/0001-80

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO NA FORMAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA DISTRIBUIÇÃO DA COTA PARTE DOS IMPOSTOS SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS NO ESTADO DE MATO GROSSO, ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS DECLARAÇÕES, DADOS DO ITR, NOTIFICAÇÕES, PAGAMENTO, RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL) JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PARA A ARRECADAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO IMPOSTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA –MT, CONVITE Nº. 007/2020.

VALOR: **R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).**

ASSINATURA**: 03 de setembro de 2020.**

VIGENCIA:**03 de setembro de 2020 a 03 de setembro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONTABILIDADE
ANEXO SIMPLIFICADO RREO 4° BIMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	20.245.000,00
Previsão Atualizada	22.800.497,52
Receitas Realizadas	16.809.353,93
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.507.173,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	19.375.000,00
Dotação Atualizada	24.437.670,52
Despesas Empenhadas	17.459.778,20
Despesas Liquidadas	12.737.245,59
Despesas Pagas	12.731.336,92
Superávit Orçamentário	4.072.108,34

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	17.459.778,20
Despesas Liquidadas	12.737.245,59

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	21.488.278,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	21.488.278,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	21.488.278,62

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	-146.800,00	3.804.154,30	
Resultado Nominal - Acima da Linha	11.487,05	3.824.243,67	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	541.362,60	278.289,26	253.773,34	9.300,00
Poder Executivo	541.362,60	278.289,26	253.773,34	9.300,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	541.362,60	278.289,26	253.773,34	9.300,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.163.778,83	25,00	23,98
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.065.898,42	60,00	62,40
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.440.846,24	15,00	16,17

CONTABILIDADE
ANEXOS SIMPLIFICADO RGF 2° QUADRIMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	21.488.278,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	21.488.278,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	21.488.278,62

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.844.171,90	45,81
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	11.603.670,45	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	11.023.486,93	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.443.303,41	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-6.884.718,88	-32,04
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.438.124,57	16,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.438.124,57	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.504.179,50	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		2.417.537,97

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Documento gerado em 15/09/2020 16:34:25

Página 12 de 12

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2020, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2020.

Contratado: A. LEWINSKI & CIA LTDA

Aditamento O valor unitário registrado dos itens abaixo relacionados, passarão a ter a seguinte recomposição a partir do dia 16/09/2020:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR LICITADO	VALOR COM REAJUSTE
9637	FEIJAO PRETO - TIPO 1, SEM GRAOS MOFADOS, CARUNCHADOS OU TORRADOS - EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE E RESISTENTE CONTENDO PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 04 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA - 1 KG	KG	R$ 5,60	R$ 7,30
30	ALHO NACIONAL - DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, COM DENTES FIRMES E INTEGROS, TAMANHO E COR UNIFORMES, SEM BROTOS - A GRANEL	KG	R$ 21,00	R$ 27,90
29	SAL MOIDO IODADO - EMBALAGEM QUE CONTENHAM DATA DE FABRICACAO E VALIDADE. ISENTOS DE UMIDADE, COR BRANCA, SEM MANCHAS E SINAIS DE MOFO - PACOTES DE 1KG	KG	R$ 1,57	R$ 1,81

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O Art. 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a possibilidade modificações no valor contratual em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis.

Data: 16/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

SECRETARIA DE SAÚDE
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

À Pessoa Jurídica,

REOBOTE HOSPITALAR EIRELI

Av. Vereador Geraldo Padeiro, S/N, Aparecida de Goiânia – GO, CEP: 74. 922-685.

Na qualidade de **Secretário de Saúde do Município de Nova Lacerda - MT**, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LA**, por estar descumprindo dispositivos contidos na Ata de Registro de Preço 32/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 04/2020, notadamente por não estar realizando o fornecimento dos produtos conforme o prazo licitado, em inobservância das exigências contidas no edital mencionado, com o fito de resguardar a qualidade do serviço público prestado por esta municipalidade.

Tendo vencido a licitação acima mencionada, a pessoa jurídica “REOBOTE HOSPITALAR EIRELI” ainda não entregou até a presente data os produtos descritos na Autorização de Fornecimento nº 4860/2020 emitida em 05 de Agosto de 2020, conforme a descrição dos produtos licitados em anexo.

Desta forma, evidenciando o não fornecimento do produto até a presente data, nos termos do que fora licitado na Ata de Registro de Preço 32/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 04/2020, resolve-se **NOTIFICAR** a pessoa jurídica **“REOBOTE HOSPITALAR EIRELI”**, já devidamente qualificada, para que forneça o produto licitado, na qualidade em que fora licitado, no prazo máximo de 05 (dois) dias uteis, a contar do recebimento do presente. Em caso de descumprimento poderão ser aplicadas as penalidades descritas na Ata de Registro de Preço 32/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 04/2020 e demais presentes na legislação vigente.

A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Nova Lacerda-MT, 14 de Setembro de 2020.

Atenciosamente,

Ivair José Salomão Comar

Secretário Interino de Saúde

Portaria 217/2020

SECRETARIA DE SAÚDE
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

À Pessoa Jurídica,

ADEXMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

Rua Vadico Hormides, 129, Paracatu – MG, CEP 38.606-166

Na qualidade de **Secretário de Saúde do Município de Nova Lacerda - MT**, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LA**, por estar descumprindo dispositivos contidos na Ata de Registro de Preço 32/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 04/2020, notadamente por não estar realizando o fornecimento dos produtos conforme o prazo licitado, em inobservância das exigências contidas no edital mencionado, com o fito de resguardar a qualidade do serviço público prestado por esta municipalidade.

Tendo vencido a licitação acima mencionada, a pessoa jurídica “ADEXMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS” ainda não entregou até a presente data os produtos descritos na Autorização de Fornecimento nº 4859/2020 emitida em 05 de Agosto de 2020 e Autorização de Fornecimento nº 5004/2020 emitida em 05 de Agosto de 2020, conforme a descrição dos produtos licitados em anexo.

Desta forma, evidenciando o não fornecimento do produto até a presente data, nos termos do que fora licitado na Ata de Registro de Preço 32/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 04/2020, resolve-se **NOTIFICAR** a pessoa jurídica **“ADEXMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS”**, já devidamente qualificada, para que forneça o produto licitado, na qualidade em que fora licitado, no prazo máximo de 05 (dois) dias uteis, a contar do recebimento do presente. Em caso de descumprimento poderão ser aplicadas as penalidades descritas na Ata de Registro de Preço 32/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 04/2020 e demais presentes na legislação vigente.

A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Nova Lacerda-MT, 14 de Setembro de 2020.

Atenciosamente,

Ivair José Salomão Comar

Secretário Interino de Saúde

Portaria 217/2020

SECRETARIA DE SAÚDE
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

À Pessoa Jurídica,

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOES NUTRICIONAIS

Av. Das Flores, 334, Quadra 28 Lote 04, Cuiabá – MT, CEP 78.043-172

Na qualidade de **Secretário de Saúde do Município de Nova Lacerda - MT**, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LA**, por estar descumprindo dispositivos contidos na Ata de Registro de Preço 41/2020 firmado através do Pregão Presencial 31/2020 e Ata de Registro de Preço 88/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 05/2020, notadamente por não estar realizando o fornecimento dos produtos conforme o prazo licitado, em inobservância das exigências contidas no edital mencionado, com o fito de resguardar a qualidade do serviço público prestado por esta municipalidade.

Tendo vencido a licitação acima mencionada, a pessoa jurídica "NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOES NUTRICIONAIS" ainda não entregou até a presente data os produtos descritos na Autorização de Fornecimento nº 4198/2020 emitida em 08 de Julho de 2020 e Autorização de Fornecimento nº 5593/2020 emitida em 04 de Setembro de 2020, conforme a descrição dos produtos licitados em anexo.

Desta forma, evidenciando o não fornecimento do produto até a presente data, nos termos do que fora licitado na Ata de Registro de Preço 41/2020 firmado através do Pregão Presencial 31/2020 e Ata de Registro de Preço 88/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 05/2020, resolve-se **NOTIFICAR** a pessoa jurídica **"NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOES NUTRICIONAIS"**, já devidamente qualificada, para que forneça o produto licitado, na qualidade em que fora licitado, no prazo máximo de 05 (dois) dias uteis, a contar do recebimento do presente. Em caso de descumprimento poderão ser aplicadas as penalidades descritas na Ata de Registro de Preço 73/2020 firmado através do Pregão Presencial 31/2020 e Ata de Registro de Preço 88/2020 firmado através do Pregão Eletrônico 05/2020 e demais presentes na legislação vigente.

A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Nova Lacerda-MT, 14 de Setembro de 2020.

Atenciosamente,

Ivair José Salomão Comar

Secretário Interino de Saúde

Portaria 217/2020

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: G M N EMPREENDIMENTOS EIRELI;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – prorroga-se o prazo de execução conforme cronograma do departamento de engenharia em anexo até 17/10/2020.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de execução em epigrafe, devido à necessidade de continuidade da execução do serviço de CONSTRUÇÃO DA UNIDADE RECEPTORA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Será de extrema necessidade a prorrogação do prazo de execução do contrato pelos motivos já avençados.

2.2– O presente aditivo encontra embasamento legal na Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato nº 060/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original não será alterado, sendo de R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais).

Nova Lacerda – MT, 17 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 017/2020 SRP 014/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Data da realização: 15/09/2020

Licitantes Vencedores:

MERCANTIL COMÉRCIO DE ALIMENTOS, inscrito no CNPJ: 14.301.827/0001-40, ficou 1° classificada nos itens: 01, 06, 09, 11, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 69, 70, 71, 72, 75, 77, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 95, 97, 98, totalizando um valor de R$ 428.549,00.

T. S. MIRANDA MERCADO EIRELI ME, inscrita sob CNPJ 14.888.194/0001-18, ficou 1° classificada nos itens 02, 03, 04, 05, 07, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 26, 29, 33, 34, 41, 42, 48, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 76, 78, 80, 83, 90, 92, 94, 96, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, totalizando um valor de R$ 437.477,50.

LETICIA S D O DE MOURA inscrita sob CNPJ 32.599.800/0001-67, ficou como 1° classificada nos itens 99, 100, 101, 102, totalizando um valor de R$ 122.850,00.

NOVA MARILANDIA / MT, 17 de setembro de 2020.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 160/2020 DATA: 17 DE SETEMBRO DE 2020. EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE À SR.ª. "LILIAN RIOS DALFIOR". JUVENAL ALEXANDRE D

EMENTA: DISPÕE SOBRECONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE À Sr.ª. **"LILIAN RIOS DALFIOR".**

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Concede afastamento para o Benefício de Licença Maternidade de 180(cento e oitenta dias) à Servidora Pública Municipal, Sr.ª. **LILIAN RIOS DALFIOR,** portadora do RG nº 2031741-7 SSP/MT e CPF Nº 031. 252.861-23,ocupante do cargo comissionado de **MONITOR DE PROGRAMAS,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com vencimentos pela prefeitura municipal de Nova Marilândia, com início dia 08/09/2020 a 06/03/2021, encerrando- se assim o gozo total da licença maternidade no dia 07/03/2021.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 17/09/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

DECRETO DE Nº 005/2020

Decreto Legislativo Nº 005/2020.

Súmula: Dispõe sobre a concessão de licença do Cargo ao Prefeito Municipal, para gozo de férias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o soberano plenário aprovou e o Exmo. Sr. Presidente da mesa, promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam concedidos ao Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Sr. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, conforme requerimento, 60 (sessenta) dias de licença do cargo, contados do dia 21 de Setembro a 21 de Novembro de 2020, para gozo de férias, nos termos do Art. 57, V, e §§1º e 2º do artigo 77 da Lei Orgânica do Município. Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º- Revogam-se as disposições em Contrário.

SALA DAS SESSÕES, CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, 17 de Setembro de 2020.

MANOEL FERNANDES DA SILVA NETOS **JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

Presidente da Câmara vice- presidente

ITALO RAÇAL SOUTO CHAVES CARLOS ADRIANO DALFIOR SILVA

1º Secretario 2º secretario

FÁBIO SOARES DE OLIVEIRA DELVITO PEREIRA DA SILVA

Vereador Vereador

VALMIR SILVA LEITE NEUCIRENO FRANCISCO GOMES

Vereador Vereador

RUTH LEAL DE SOUZA FERREIRA

Vereadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

O Município de Nova Maringá - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 37.464.831/0001-24, com sede na Av. Amos Bernardino Zanchet, 50E, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.ª **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, residente e domiciliado no Município de Nova Maringá/MT, e a empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA – EPP**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.888.3030/0001-05 com sede na Av: Beira Rio N°1.700 Bairro Praeiro na cidade de Cuiabá – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo sócio proprietário senhor **Thiago Freitas do Nascimento** portador da C.I. RG. nº 16081293SSP/MT e CPF/MF n.º027.911441-96, doravante denominada **"DETENTORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal nº 022/2018 e das demais normas legais aplicáveis, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020 para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DOS ORGÃOS PARTICIPANTES

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E PEQUENAS REFORMAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARINGÁ - MT**, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020, para REGISTRO DE PREÇOS nº 0342020, abaixo especificados:

ITEM	UND	QNT.	DESCRIÇÃO	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	UND	15	ABAFADOR DE RUÍDOS COMPOSTO POR DUAS CONCHAS E UM ARCO (HASTE), CONSTRUÍDO EM PLÁSTICO RIGIDO, ESPUMA PORUS BEM FECHADA, ACONDICIONADA INTERNAMENTE NA CONCHA.	R$ 20,50	R$ 307,50
07	KG	44	ARAME RECOZIDO ROLO 01 KG	R$ 12,99	R$ 571,56
15	UND	35	ASSENTO SANITARIO PLASTICO POLIPROPILENO COMPLETO	R$ 28,50	R$ 997,50
16	UND	65	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO COMPETO	R$ 54,90	R$ 3. 568,50

19	UND	82	BALDE PLASTICO 12LTS	R$ 8,90	R$ 729,80
25	UND	25	BROCA AÇO RÁPIDO 6MM	R$ 6,40	R$ 160,00
26	UND	20	BROCA DE VIDIA 5 MM	R$ 5,98	R$ 119,60
30	PCTE	385	BUCHA DE FIXAÇÃO 8MM PCTE COM 100 UND	R$ 9,90	R$ 3. 811,50
34	PCTE	210	BUCHA DE FIXAÇÃO 7MM PCTE COM 100 UND	R$ 11,00	R$ 2. 310,00
41	UND	36	CADEADO 45MM	R$ 30,40	R$ 1. 094,40
48	UND	23	CAPA DE CHUVA EM PVC AMARELA FORRADA COM CAPUZ E MANGA	R$ 24,90	R$ 572,70
49	UND	12	CAPACETE DE SEGURANÇA COM SUSPENSÃO, APROVADO PELO INMETRO	R$ 15,90	R$ 190,80
51	UND	10	CAVADEIRA ARTICULADA LIGHT	R$ 66,40	R$ 664,00
53	UND	16	CHAVE CANO 14"	R$ 44,20	R$ 707,20
56	UND	6	CHAVE COMBINADA 22MM	R$ 16,00	R$ 96,00
57	UND	10	CHAVE COMBINADA 10MM	R$ 9,50	R$ 95,00
58	UND	9	CHAVE COMBINADA 13MM	R$ 11,50	R$ 103,50
59	UND	7	CHAVE COMBINADA 14MM	R$ 12,40	R$ 86,80
60	UND	8	CHAVE COMBINADA 15MM	R$ 10,60	R$ 84,80
61	UND	8	CHAVE COMBINADA 16MM	R$ 14,30	R$ 114,40
62	UND	8	CHAVE COMBINADA 19MM	R$ 14,60	R$ 116,80
63	UND	7	CHAVE COMBINADA 24MM	R$ 19,90	R$ 139,30
64	UND	8	CHAVE DE FENDA AÇO CROMO 1/8 X 3"	R$ 4,35	R$ 34,80
65	UND	13	CHAVE DE FENDA CB AM 1/4 X 6"	R$ 9,00	R$ 117,00
66	UND	10	CHAVE FENDA PHILIPS 3/16 X 4"	R$ 6,90	R$ 69,00
67	UND	10	CHAVE FENDA SIMPLES 1/4 X 6"	R$ 5,30	R$ 53,00
68	UND	5	CHAVE FENDA SIMPLES 3/16 X 4"	R$ 9,70	R$ 48,50
69	UND	6	CHAVE DE FENDA SIMPLES CB AM 1/8 X3"	R$ 4,30	R$ 25,80
72	UND	3	CHAVE MANDRIL S2	R$ 12,80	R$ 38,40
73	UND	7	CHAVE PHILIPS AÇO CROMO 1/4 X 6"	R$ 8,50	R$ 59,50
74	UND	5	CHAVE PHILIPS AÇO CROMO 1/8 X 3"	R$ 9,70	R$ 48,50
75	UND	7	CHAVE PHILIPS AÇO CROMO 1/8 X 5"	R$ 8,80	R$ 61,60
76	UND	7	CHAVE PHILIPS AÇO CROMO 3/16 X 6"	R$ 7,15	R$ 50,05
77	UND	7	CHAVE PHILIPS AÇO CROMO 3/16 X 4"	R$ 12,10	R$ 84,70
79	UND	20	CHUVEIRO PLASTICO BRANCO 8 X ½ SEM REGISTRO	R$ 11,90	R$ 238,00
81	UND	96	CILINDRO P/ FECHADURA SOPRANO	R$ 19,70	R$ 1. 891,20
83	UND	15	COLETE REFLETIVO TIPO X PARA USO NOTURNO OU LOCAIS FECHADOS COM POUCA LUMINOSIDADE	R$ 11,95	R$ 179,25
87	MT	560	CORDA MULTICOR 10MM	R$ 1,90	R$ 1. 064,00
89	MT	60	CORDA MULTICOR 6MM	R$ 1,30	R$ 78,00
90	MT	135	CORDA MULTICOR 8MM	R$ 1,10	R$ 148,50
98	UND	101	DOBRADIÇA DE AÇO 3.1/2 COM PARAFUSOS	R$ 2,25	R$ 227,25
99	KL	110	ELETRODO PARA SOLDA 2,5	R$ 13,40	R$ 1. 474,00
101	UND	12	ENXADA LARGA 2,5 LB COM CABO	R$ 30,90	R$ 370,80
103	UND	5	ENXADAO LARGA 2,5 L COM CABO DE MADEIRA	R$ 30,90	R$ 154,50
107	UND	10	FACÃO CABO PVC 18	R$ 22,80	R$ 228,00
110	UND	83	FECHADURA EXTERNA 2600/41	R$ 34,00	R$ 2. 822,00
113	UND	11	FECHO FIO REDONDO ZINCADO 4"	R$ 5,10	R$ 56,10

121	LATA	55	IMPERMEABILIZANTE 3,600 ML	R$ 39,30	R$ 2.161,50
122	UND	47	INTERRUPTOR 1 TECLA PLACA	R$ 5,90	R$ 277,30
123	UND	57	INTERRUPTOR 1 TECLA+TOMADA 10A PLACA	R$ 9,70	R$ 552,90
127	UND	28	LIMA CHATA P/ AFIAR ENXADA N° 08	R$ 11,90	R$ 333,20
138	UND	17	MARTELO COM CABO 27MM	R$ 31,00	R$ 527,00
141	UND	84	MASSA CORRIDA PVA 20 KG	R$ 41,30	R$ 3.469,20
144	UND	5	OLEO SINGER 100 ML	R$ 3,50	R$ 17,50
145	UND	7	PA BICO CB 120 CM	R$ 26,70	R$ 186,90
146	UND	12	PA DE BICO COM CABO N° 03	R$ 20,15	R$ 241,80
157	UND	10	PE CABRA 3/4" 0 70 CM SX	R$ 27,00	R$ 270,00
161	UND	7	PENEIRA AREIA 60CM EM AÇO GALVANIZADO	R$ 19,00	R$ 133,00
164	UND	9	PIA SINTETICA STD GRANITO 2,10CM X 55 CM GE	R$ 162,00	R$ 1.458,00
172	PCTE	115	PITOES COM BUCHA Nº 10 PACOTE COM 100	R$ 13,60	R$ 1.564,00
176	UND	35	PORTA ALMOFADADA 2,10 X 60	R$ 161,40	R$ 5.649,00
178	UND	29	PORTA ALMOFADADA 2,10 X 80	R$ 148,00	R$ 4.292,00
180	UND	26	PORTA LISA 2,10 X 60	R$ 86,90	R$ 2.259,40
181	UND	31	PORTA LISA 2,10 X 70	R$ 115,80	R$ 3.589,80
182	UND	73	PORTA LISA 2,10 X 80	R$ 119,80	R$ 8.745,40
183	UND	75	PORTAL/BATENTE 3 PCS 14CM	R$ 80,25	R$ 6.018,75
185	KG	19	PREGO 13X15 - 1KG	R$ 10,65	R$ 202,35
186	KG	39	PREGO 15X15 - 1KG	R$ 11,00	R$ 429,00
187	KG	44	PREGO 17X21 - 1KG	R$ 10,30	R$ 453,20
188	KG	63	PREGO 17X27 - 1KG	R$ 10,15	R$ 639,45
189	KG	34	PREGO 19X27 - 1KG	R$ 9,64	R$ 327,76
190	KG	34	PREGO 19X36 - 1KG	R$ 8,68	R$ 295,12
191	KG	44	PREGO 20X30 - 1KG	R$ 11,00	R$ 484,00
192	KG	24	PREGO 20X48 - 1KG	R$ 11,47	R$ 275,28
193	KG	24	PREGO 22X42 - 1KG	R$ 9,14	R$ 219,36
194	KG	34	PREGO 24X60 - 1KG	R$ 13,36	R$ 454,24
195	KG	14	PREGO 25X72 - 1KG	R$ 14,30	R$ 200,20
196	KG	24	PREGO 26X84 - 1KG	R$ 18,56	R$ 445,44
199	UND	20	ROLO ESPUMA 15CM C/CABO	R$ 9,80	R$ 196,00
200	UND	76	ROLO LA 23CM C/CABO	R$ 16,90	R$ 1.284,40
202	UND	35	ROLO LA 10CM C/CABO	R$ 8,65	R$ 302,75
203	UND	20	ROLO LA 15CM C/CABO	R$ 14,75	R$ 295,00
204	UND	20	ROLO LA 18CM C/CABO	R$ 13,40	R$ 268,00
208	UND	8	SERROTE N° 24	R$ 39,90	R$ 319,20
210	UND	53	SPRAY LIMPA CONTATO, EMBALAGEM EM LATA CONTENDO 300 ML CADA	R$ 13,20	R$ 699,60
215	LATA	50	THINNER DE 5 LITRO	R$ 54,50	R$ 2.725,00
218	LATA	155	TINTA ACRÍLICA 18 LTS VARIAS CORES	R$ 158,40	R$ 24.552,00
221	LATA	60	TINTA PISO 18L	R$ 157,60	R$ 9.456,00
228	UND	19	VASSOURAO GARI	R$ 20,90	R$ 397,10
229	UND	53	VASSOURA GRAMA REGULAVEL COM CABO	R$ 23,70	R$ 1.256,10

230	UND	51	VEDADOR DE SAIDA DE VADO SANITARIO	R$ 8,00	R$ 408,00
231	UND	5	VENEZIANA GRADE XADREZ 1,20 X 1,00 QUADRICULADA	R$ 251,00	R$ 1. 255,00
232	LATA	10	VERNIZ TIPO COPAL 3,600ML	R$ 54,30	R$ 543,00
233	LATA	31	VERNIZ MOGNO FILTRO SOLAR 3,600ML	R$ 74,90	R$ 2. 321,90
Valor Total R$ 118.715,21					

1.2. A Ata será gerida pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, e terá como órgãos participantes:

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte;

Secretaria de Obras, Viação e Serv. Públicos;

Secretaria de Saúde;

Secretaria de Agricultura;

Secretaria de Assistência Social;

Secretaria Distrital de Brianorte;

Secretaria de Meio Ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Maringá/MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas nas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

2.5. Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar até 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do estabelecido pelo Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

2.6. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata de Registro de Preços, constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. **2.7.** Após autorizado pelo órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição do objeto em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata. **2.8.** Excepcional e justificadamente, poderá o órgão gerenciador autorizar a prorrogação do prazo designado pelo item 2.7, desde que requerido pelo órgão não participante e desde que dentro da vigência da ata.

2.9. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo representante do Município, doravante denominado Fiscal da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os pagamentos serão efetuados **em até 30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do Município, mediante boleto bancário ou depósito na conta bancária informada pela detentora da ata.

3.2 A detentora da Ata deverá indicar no corpo da nota fiscal/fatura, a descrição do produto, conforme previsto pelo Termo de Referência constante no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 019/2020.

3.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5 O CNPJ da detentora da Ata e/ou do Contrato constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório. **3.6** Caso sejam constatadas irregularidades nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à Detentora para as necessárias adequações, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento de sua reapresentação.

3.7 Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.8 Não haverá, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado.

3.9 Nenhum pagamento isentará a detentora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.10 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da detentora .

3.11 O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

3.12 As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Destinação	Dotação orçamentária
Secretaria Municipal de Administração	03.001.04.122.0003.2007.339030.000000-62
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	05.001.12.122.0005.2013.339030.000000-106 05.004.12.361.0007.1015.339030.000000-172 05.004.12.361.0007.2087.339030.000000-186 05.008.12.365.0008.1030.339030.000000-204 05.008.12.365.0008.2089.339030.000000-230 05.008.12.365.0008.1030.339030.000000-204 05.008.12.365.0008.2088.339030.000000-218
Secretaria de Obras, Viação e Serv. Públicos	06.001.04.122.0017.2037.339030.000000-285
Secretaria Municipal de Saúde	07.001.10.122.0021.2041.339030.000000-331 07.002.10.302.0023.2049.339030.000000-386 07.002.10.301.0022.1053.339030.000000-337 07.002.10.301.0022.2043.339030.000000-359
Secretaria Municipal de Agricultura	08.001.20.122.0026.2053.339030.000000-431
Secretaria Municipal de Assistência Social	09.0001.08.122.0028.2056.339030.00000-454
Secretaria Municipal Distrital de Brianorte	11.011.04.122.0033.2074.339030.000000-541
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	12.001.18.122.0034.2084.339030.000000-553

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PRAZO

4.1 A detentora tratada deverá entregar os produtos quando solicitados pelo Departamento Competente de acordo com o **Termo de Referência** constante no **Anexo I** do Pregão Presencial nº 019/2020 e emissões de requisições. **4.2** Os produtos deverão ser entregues de forma fracionada, na sede do município de Nova Maringá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da requisição/notificação a empresa vencedora. **4.3** Excepcionalmente, a empresa poderá solicitar a substituição/troca de marcas dos produtos cotados, através de pedido por escrito, comprovando o motivo e instruindo sua petição com laudo técnico emitido por profissional registrado no Conselho de Classe competente. A solicitação será analisada pela Prefeitura e, sendo verificada a possibilidade da troca, bem como a inexistência de qualquer prejuízo ao erário público, será autorizada. **4.4** O produto fornecido pela empresa detentora não poderá, em hipótese alguma, ser sublocado, sendo este ato passível de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Detentora da Ata:

5.1.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Detentora da Ata: **5.1.1.1** Executar o fornecimento dos produtos, atendendo fielmente as necessidades e padrões estabelecidos pelas secretarias solicitantes de acordo com Termo de Referência constante do Edital de Pregão nº 019/2020, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas; **5.1.1.2** Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos; **5.1.1.3** Manter, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; **5.1.1.4** Substituir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus, toda ou parte da remessa devolvida pelo órgão municipal por divergência na especificação do produto entregue, ocasião em que disporá de 02 (dois) dias úteis para realizar a substituição; **5.1.1.5** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá ou órgão solicitante relativa ao objeto contratado ou às obrigações assumidas e previstas nesta Ata de Registro de Preços; **5.1.1.6** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos produtos, inclusive nos casos de greves ou paralisações de qualquer natureza; **5.1.1.7** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT qualquer alteração de domicílio, razão social, conta bancária e outros dados julgados necessários para o recebimento de correspondência e pagamentos; **5.1.1.8** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; **5.1.1.9** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; **5.1.1.10** Fiscalizar, a suas expensas, o perfeito cumprimento do fornecimento do produto a que se obrigou, independentemente da fiscalização a ser realizada pela Prefeitura Municipal; **5.1.1.11** Indenizar terceiros e a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização desta, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a detentora adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; **5.1.1.12** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto; **5.1.1.12.1** A inadimplência da Detentora, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Ata. **5.1.1.13** Responder exclusivamente por todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento dos produtos, mesmo nos casos em que envolvam eventuais decisões judicias, ficando eximido o Município de Nova Maringá – MT de qualquer espécie de solidariedade e responsabilidade. **5.1.2** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega dos produtos objeto da Ata de Registro de Preços e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento. **5.1.3** A entrega dos produtos contratados será efetuada em caráter autônomo, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o contratante e contratada ou qualquer de seus empregados e prestadores de serviços.

5.2. Do Município:

5.2.1. Além daquelas resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública:

5.2.1.1. Aplicar à detentora da Ata, quando for o caso e depois de garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, as devidas penalidades, bem como notificá-la de sua aplicação;

5.2.1.2. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Nota de Empenho/requisição;

5.2.1.3. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega dos produtos objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho/ Requisição;

5.2.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.2.1.5. Emitir requisição/ordem de fornecimento dos produtos, estabelecendo a quantidade, local e todas as informações que julgar necessárias para o bom cumprimento do objeto;

5.2.1.6. Cooperar, naquilo que lhe for imputável, para o bom cumprimento do objeto;

5.2.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

5.2.1.8. Notificar a detentora de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos;

5.2.1.9. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pela detentora da Ata;

5.2.1.10. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

5.2.1.11. Comunicar pelo departamento de contabilidade, no ato da liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da Nota de Empenho pela detentora por contrato.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante;

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da requisição deverá colocar na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, descumprir com os prazos para entrega dos produtos de forma injustificada, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

7.2 Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município.

7.3 Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002 e item 7.1 desta Ata, a Detentora estará sujeita às seguintes penalidades:

7.3.1 Advertência;

7.3.2. Multa de até 15% calculada sobre o valor da Ata de Registro de Preços;

7.3.3. Suspensão temporária e Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 05 (cinco) anos;

7.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelo Município, que será concedida quando a Detentora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

24. 24.1.

7.4. As sanções previstas nos itens 7.3.1, 7.3.3. e 7.3.4. poderão ser aplicadas juntamente com a do item 7.3.2., facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.5. A multa prevista pelo item 7.3.2 não exime a detentora da Ata da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura ou a terceiros.

7.6. Em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, é licito à Detentora da Ata apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis quanto as penalidades aplicadas, o qual deve ser dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias corridos.

7.7. Uma vez decidido o recurso ou pedido de reconsideração referido pelo item anterior, será intimada a detentora da Ata para tomar conhecimento da decisão e, se for o caso, recolher o valor da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.8. Caso o valor da multa não seja recolhido no prazo assinalado pelo item anterior, será descontado dos créditos que a detentora por ventura possua com o Município e, em não havendo ou em sendo insuficiente para a sua quitação, será o valor encaminhado à Procuradoria Jurídica para que esta proceda à sua execução.

7.9. Em caso de cometimento de ilícitos penais tipificados pela Lei nº 8.666/93, estes serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até à execução da entrega dos produtos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas nesta Ata, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de mercado, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas no art. 65, II, "d" e § 5º da Lei nº 8.666/93 e alterações (sobrevinda de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, situações supervenientes, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual).

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando a detentora desta Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará a detentora com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote, visando a negociação para a redução de preços e sua adequação a do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, em qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de Apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.11 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder a nova licitação para a execução da entrega dos produtos, sem que caiba direito de recurso.

8.12 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos, sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Cláusula sétima.

CLÁUSULA NOVA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência, quando não restarem fornecedores registrados ou esgotarem-se as quantidade registradas e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

9.1.2 A detentora não retirar a requisição de fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços a critério do município, observada a legislação em vigor;

9.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, se assim for decidido pelo município, com observância das disposições legais;

9.1.5 Por qualquer das hipóteses previstas pelo art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei nº. 8.666/93;

9.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.8 A detentora da Ata sofre sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.2. A presente Ata poderá ser cancelada pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem esta delegar a competência para tanto.

10.2. Para aquisição da Presente Ata de Registros de Preços por órgãos não participantes, deverá ser observado, em qualquer caso, o disposto pelos itens 2.4 à 2.8 deste instrumento, bem como o disposto pelo Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020 e a proposta da empresa **MUDAR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA - EPP** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal n° 022/2018 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio Claro - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nova Maringá-MT, 17 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

MUDAR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO

FERRAMENTAS E EPI´S LTDA - EPP

CNPJ:14.888.303/0001-05

THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO

DETENTORA DA ATA

MIRELA DA SILVA MACHADO/ JUCELINA M. ARAUJO DA SILVA

CPF: 027.674.130.77/ CPF: 414.399.532.87

Fiscal Sec. de Administração/ Fiscal Sec.de Educação

REGINALDO DA SILVA

CPF: 439.469.259-87

Fiscal Sec. de Obras

ALEXSANDRA M.S.S. CLEMENTINO/ KEZIA FREZ DE SOUZA

CPF: 062.293.971.88 /CPF: 041.249.221.08

Fiscal Sec. de Saúde /Fiscal Sec. de Ass. Social

SIDNEI DOS SANTOS COSTA

CPF: 904.375.271.15

Fiscal Sec.de Agricultura

CHRISTIAN MIRANDA PEREIRA / **DRIELLI O. DE ALMEIDA**

CPF: 879.762.691.00 /CPF: 045.804.111.45

Fiscal Sec. Meio Ambiente/Fiscal Sec. Distrital

Testemunhas:

a) WELDER SOUZA CUNHA /b) FATIMA FERNANDES GOLICZESKI

CPF: 037.865.001.77 /CPF: 016.181.541.33

ASSESSORA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT

EXTRATO CONVÊNIO: Nº 002/2020

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE NOVA MARINGÁ - AFENOMA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjugação de esforços com **finalidade específica de fomentar a produção de hortaliças no Município de Nova Maringá – MT através de repasse financeiro à CONVENENTE para produção de hortaliças dos produtores da AFENOMA.**

RECURSOS: O valor do repasse será no importe de R$ 20.800,00, divididos em 4 prestações mensais de R$ 5.200,00, após prestação de contas conforme estabelecido pela Lei Municipal 1.046 de 27 de julho de 2020, e a clausula 3.1.8.1, deste contrato.

VIGÊNCIA: O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 31 de Dezembro de 2020.**Nova Maringá/MT**

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°035/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

O Município de Nova Maringá - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 37.464.831/0001-24, com sede na Av. Amos Bernardino Zanchet, 50E, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.ª **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, residente e domiciliado no Município de Nova Maringá/MT, e a Empresa **GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 24.528.636/0001-79, com sede na Avenida Coronel Botelho, N°226-A – Parte D, Centro, na cidade de Nossa Senhora do Livramento – Estado do Mato Grosso, neste ato representada pela sócia proprietária senhora **Ana Beatriz Cavalieri Vicente** portador da C.I. RG. nº 21471860 SSP/MT e CPF/MF n.º 046.088.981-83, doravante denominada **"DETENTORA",** nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal nº 022/2018 e das demais normas legais aplicáveis, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020 para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DOS ORGÃOS PARTICIPANTES

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E PEQUENAS REFORMAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARINGÁ - MT**, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020, para REGISTRO DE PREÇOS nº 035/2020, abaixo especificados:

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UND	VALOR TOTAL
03	UND	8	ALICATE UNIVERSAL 8" COM CHAVE DE FENDA	EDA	R$ 36,80	R$ 294,40
04	UND	9	ALICATE UNIVERSAL 8" ELETRICISTA	BRASFORT	R$ 13,80	R$ 124,20
05	UND	21	ANCINHO DUAS CARAS S/ CABO 16 DENTES (RASTELO DE FERRO)	PANDOLFO	R$ 31,30	R$ 657,30
06	KG	138	ARAME GALVANIZADO ROLO 01 KG	ARCELOR	R$ 17,10	R$ 2. 359,80
09	SC	155	ARGAMASSA 20 KG PARA CERAMICA	ASSENTAMAIS	R$ 20,40	R$ 3. 162,00
10	SC	180	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	ASSENTAMAIS	R$ 11,50	R$ 2. 070,00
12	MT	50	ARREMATE MOLDURADA PVC (MEIA CANA), UND COM 6 METROS CADA	BRASFORRO	R$ 23,50	R$ 1. 175,00
17	UND	30	ASSENTO SANITARIO INFANTIL COMPLETO	ALUMASA	R$ 35,87	R$ 1. 076,10
21	UNID	10	BANDEJA PARA PINTURA GRANDE	ROMA	R$ 12,60	R$ 126,00
23	UND	27	BOIA P/ CAIXA DE DESCARGA 1/2	LUCONI	R$ 7,20	R$ 194,40
29	UND	25	BROXA PARA PINTURA	ROMA	R$ 8,35	R$ 208,75
33	PCTE	315	BUCHA DE FIXAÇÃO 6MM PCTE COM 100 UND	SUL	R$ 9,50	R$ 2. 992,50
36	UND	18	CADEADO 20MM	GOLD	R$ 10,40	R$ 187,20

37	UND	28	CADEADO 25MM	GOLD	R$ 16,40	R$ 459,20
38	UND	46	CADEADO 30MM	GOLD	R$ 29,30	R$ 1.347,80
39	UND	43	CADEADO 35MM	GOLD	R$ 17,83	R$ 766,69
40	UND	30	CADEADO 40MM	GOLD	R$ 30,20	R$ 906,00
42	UND	25	CADEADO 50MM	GOLD	R$ 25,12	R$ 628,00
44	SC	210	CAL HIDRATADO 20 KG	USICAL	R$ 23,30	R$ 4.893,00
45	SC	170	CAL DE PINTURA 8 KG	USICAL	R$ 14,15	R$ 2.405,50
50	UND	10	CARRINHO DE MÃO 60 L CAÇAMBA EM CHAPA DE AÇO E ARO REFORÇADO	FORTMAX	R$ 212,50	R$ 2.125,00
52	UND	8	CHAVE ALLEN 6MM LONGA	EDA	R$ 3,80	R$ 30,40
54	UND	3	CHAVE CANO 14" CB EMBORRACHADO	EDA	R$ 49,30	R$ 147,90
55	UND	6	CHAVE CANO 24	EDA	R$ 118,50	R$ 711,00
70	UND	8	CHAVE GRIFO 12	EDA	R$ 54,50	R$ 436,00
71	UND	6	CHAVE GRIFO 14MM	EDA	R$ 35,85	R$ 215,10
78	UND	15	CHUVEIRO BRACO EM POLIPROPILENO 5" X 1/2 SEM REGISTRO	LUCONI	R$ 18,50	R$ 277,50
80	UND	96	CILINDRO P/ FECHADURA ALIANÇA	ALIANÇA	R$ 19,20	R$ 1.843,20
84	UND	5	COLHER DE PEDREIRO N° 8	PACETA	R$ 8,30	R$ 41,50
85	UND	37	COLUNA PARA LAVATORIO EM CERAMICA	FIORI	R$ 112,00	R$ 4.144,00
86	UND	110	CORANTE LIQUIDO 50 ML VARIAS CORES	XADREZ	R$ 3,57	R$ 392,70
91	MT	370	CORDA MULTICOR 12MM	UNIFIO	R$ 2,39	R$ 884,30
95	UND	80	CUMEEIRA DE BARRO P/ TELHA PAULISTA	SÃO BENTO	R$ 3,30	R$ 264,00
96	UND	5	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA	COMPEL	R$ 17,40	R$ 87,00
97	UND	5	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	COMPEL	R$ 11,90	R$ 59,50
100	UND	4	ENXADA ESTREITA COM CABO	PANDOLFO	R$ 30,90	R$ 123,60
102	UND	14	ENXADÃO ESTREITO 2,0 L COM CABO DE MADEIRA	PANDOLFO	R$ 28,26	R$ 395,64
108	UND	25	FAIXA DE SINALIZAÇÃO EM POLIETILENO ZEBRADA PRETA/AMARELA 07CM LARGURA ROLO COM 200M.	LUCAS	R$ 11,80	R$ 295,00
109	UND	120	FAIXA REFLETIVA ADESIVA EM ROLO COM 200M, DIMENSÕES COR VERMELHA / BRANCA.	ADELBRAS	R$ 12,60	R$ 1.512,00
111	UND	37	FECHADURA INTERNA 2700/70	SOPRANO	R$ 40,50	R$ 1.498,50
112	UND	39	FECHO CHATO PORTA CADEADO	SILVANA	R$ 4,50	R$ 175,50
114	BR	80	FERRO CA 50 4.2MM	ARCELOR	R$ 11,84	R$ 947,20
115	BR	100	FERRO CA 50 5/16	ARCELOR	R$ 30,50	R$ 3.050,00
116	BR	50	FERRO CA 60 3/8	ARCELOR	R$ 49,60	R$ 2.480,00
118	UND	120	FIXADOR PARA CAL 150ML	LIDER	R$ 2,57	R$ 308,40
119	M²	160	FORRO PVC BRANCO 4M	BRASFORRO	R$ 17,40	R$ 2.784,00
120	M²	85	FORRO PVC 6M 200X8 BRANCO	BRASFORRO	R$ 18,70	R$ 1.589,50
125	UNID	34	INTERRUPTOR DE PARTIDA CS 15A	RADIAL	R$ 29,90	R$ 1.016,60
126	UND	33	LAVATORIO BANHEIRO BRANCO EM CERAMICA	FIORI	R$ 114,50	R$ 3.778,50
135	M²	860	LONA PRETA E BRANCA 200MICRA 8M	NORTENE	R$ 4,30	R$ 3.698,00
137	UND	8	MARRETA COM CABO 3 KG	SUL	R$ 37,60	R$ 300,80
139	UND	29	MÁSCARA CONTRA GASES 1/4 FACIAL PARA 2 FILTROS POSSUEM DUAS VÁLVULAS DE EXALAÇÃO E DUAS ENTRADAS PARA OS CARTUCHOS, POSSUI UMA ARANHA COM QUATRO PONTAS COM ELÁSTICO SUPERIOR E INFERIO COM REGULAGEM E SUPORTE PARA CABEÇA.	ALTEC	R$ 53,80	R$ 1.560,20
140	UND	65	MASSA CORRIDA ACRÍLICA 20 KG	NEOVINIL	R$ 36,00	R$ 2.340,00
143	UND	33	ÓCULOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA COM LENTES EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCOS. ABAS LATERAIS DE PROTEÇÃO. ARMAÇÃO PRETA E HASTES REGULÁVEIS. ACOMPANHA CORDÃO DE SEGURANÇA.	DELTA	R$ 3,50	R$ 115,50
149	UND	60	PARAFUSO MÁQUINA M 16(5/8) X 250MM (PARA BASE)	JOMARCA	R$ 3,50	R$ 210,00

158	M³	288	PEDRA BRITA N° 00	COPACEL	R$ 133,00	R$ 38.304,00
162	UND	10	PERFIL PVC H MEIA CANA MOLDURA 6M	BRASFORRO	R$ 17,00	R$ 170,00
163	UND	6	PIA AÇO INOX 1,20 X 52 CM	GHEL	R$ 192,70	R$ 1.156,20
165	UND	6	PICARETA ALVIAO 4 LBS	PANDOLFO	R$ 58,00	R$ 348,00
166	UND	55	PINCEL MEDIO 2”	ATLAS	R$ 4,50	R$ 247,50
167	UND	45	PINCEL 3”	ATLAS	R$ 7,20	R$ 324,00
168	UND	45	PINCEL ½	ATLAS	R$ 3,48	R$ 156,60
169	UND	34	PINCEL 4”	ATLAS	R$ 8,60	R$ 292,40
170	PCTE	2	PITAO COM BUCHA 06 PACOTE COM 100	SÃO RAFAEL	R$ 23,00	R$ 46,00
171	PCTE	4	PITAO COM BUCHA 08 PACOTE COM 100	SÃO RAFAEL	R$ 19,00	R$ 76,00
175	MT	500	PORCELANATO 62X62 POLIDO	DELTA	R$ 63,70	R$ 31.850,00
177	UND	24	PORTA ALMOFADADA 2,10 X 70	MADESUL	R$ 124,00	R$ 2.976,00
179	UND	21	PORTA ALMOFADADA 2,10 X 90	MADESUL	R$ 180,00	R$ 3.780,00
184	KG	19	PREGO 12X12 - 1KG	ARCELOR	R$ 10,75	R$ 204,25
206	LATA	25	SELADOR ACRILICO 18 LTS	NEOVINIL	R$ 114,50	R$ 2.862,50
207	LATA	82	SELADOR ACRILICO 16 LTS	NEOVINIL	R$ 109,50	R$ 8.979,00
211	MT	200	TELA MANGUEIRAO GALV 3X18 080X50MM	RAYXO	R$ 3,49	R$ 698,00
214	UND	150	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO 366X110 6MM	MULTILIT	R$ 98,90	R$ 14.835,00
216	UND	13.000	TIJOLO 8 FUROS NORMAL 19X19	SÃO BENTO	R$ 1,16	R$ 15.080,00
217	UND	3.300	TIJOLO MACIÇO	SÃO BENTO	R$ 1,37	R$ 4.521,00
219	LATA	192	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6L VARIAS CORES	MAZZA	R$ 70,50	R$ 13.536,00
226	UND	23	VASO SANITARIO LOUCA	FIORI	R$ 112,50	R$ 2.587,50
Valor Total R$ 208.901,83						

1.2. A Ata será gerida pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, e terá como órgãos participantes:

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte;

Secretaria de Obras, Viação e Serv. Públicos;

Secretaria de Saúde;

Secretaria de Agricultura;

Secretaria de Assistência Social;

Secretaria Distrital de Brianorte;

Secretaria de Meio Ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Maringá/MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas nas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

2.5. Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar até 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do estabelecido pelo Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

2.6. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata de Registro de Preços, constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, independen-

temente do número de órgãos não participantes que aderirem. **2.7.** Após autorizado pelo órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição do objeto em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata. **2.8.** Excepcional e justificadamente, poderá o órgão gerenciador autorizar a prorrogação do prazo designado pelo item 2.7, desde que requerido pelo órgão não participante e desde que dentro da vigência da ata.

2.9. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo representante do Município, doravante denominado Fiscal da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os pagamentos serão efetuados **em até 30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do Município, mediante boleto bancário ou depósito na conta bancária informada pela detentora da ata.

3.2 A detentora da Ata deverá indicar no corpo da nota fiscal/fatura, a descrição do produto, conforme previsto pelo Termo de Referência constante no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 019/2020.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5 O CNPJ da detentora da Ata e/ou do Contrato constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório. **3.6** Caso sejam constatadas irregularidades nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à Detentora para as necessárias adequações, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento de sua reapresentação.

3.7 Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.8 Não haverá, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado.

3.9 Nenhum pagamento isentará a detentora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.10 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da detentora.

3.11 O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

3.12 As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Destinação	Dotação orçamentária
Secretaria Municipal de Administração	03.001.04.122.0003.2007.339030.000000-62
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	05.001.12.122.0005.2013.339030.000000-106 05.004.12.361.0007.1015.339030.000000-172 05.004.12.361.0007.2087.339030.000000-186 05.008.12.365.0008.1030.339030.000000-204 05.008.12.365.0008.2089.339030.000000-230 05.008.12.365.0008.1030.339030.000000-204 05.008.12.365.0008.2088.339030.000000-218
Secretaria de Obras, Viação e Serv. Públicos	06.001.04.122.0017.2037.339030.000000-285
Secretaria Municipal de Saúde	07.001.10.122.0021.2041.339030.000000-331 07.002.10.302.0023.2049.339030.000000-386 07.002.10.301.0022.1053.339030.000000-337 07.002.10.301.0022.2043.339030.000000-359
Secretaria Municipal de Agricultura	08.001.20.122.0026.2053.339030.000000-431
Secretaria Municipal de Assistência Social	09.0001.08.122.0028.2056.339030.00000-454
Secretaria Municipal Distrital de Brianorte	11.011.04.122.0033.2074.339030.000000-541
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	12.001.18.122.0034.2084.339030.000000-553

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PRAZO

4.1 A detentora tratada deverá entregar os produtos quando solicitados pelo Departamento Competente de acordo com o **Termo de Referência** constante no **Anexo I** do Pregão Presencial nº 019/2020 e emissões de requisições. **4.2** Os produtos deverão ser entregues de forma fracionada, na sede do município de Nova Maringá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da requisição/notificação a empresa vencedora. **4.3** Excepcionalmente, a empresa poderá solicitar a substituição/troca de marcas dos produtos cotados, através de pedido por escrito, comprovando o motivo e instruindo sua petição com laudo técnico emitido por profissional registrado no Conselho de Classe competente. A solicitação será analisada pela Prefeitura e, sendo verificada a possibilidade da troca, bem como a inexistência de qualquer prejuízo ao erário público, será autorizada. **4.4** O produto fornecido pela empresa detentora não poderá, em hipótese alguma, ser sublocado, sendo este ato passível de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Detentora da Ata:

5.1.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Detentora da Ata: **5.1.1.1** Executar o fornecimento dos produtos, atendendo fielmente as necessidades e padrões estabelecidos pelas secretarias solicitantes de acordo com Termo de Referência constante do Edital de Pregão nº 019/2020, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas; **5.1.1.2** Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos; **5.1.1.3** Manter, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; **5.1.1.4** Substituir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus, toda ou parte da remessa devolvida pelo órgão municipal por divergência na especificação do produto entregue, ocasião em que disporá de 02 (dois) dias úteis para realizar a substituição; **5.1.1.5** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização

realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá ou órgão solicitante relativa ao objeto contratado ou às obrigações assumidas e previstas nesta Ata de Registro de Preços; **5.1.1.6** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos produtos, inclusive nos casos de greves ou paralisações de qualquer natureza; **5.1.1.7** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT qualquer alteração de domicílio, razão social, conta bancária e outros dados julgados necessários para o recebimento de correspondência e pagamentos; **5.1.1.8** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; **5.1.1.9** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; **5.1.1.10** Fiscalizar, a suas expensas, o perfeito cumprimento do fornecimento do produto a que se obrigou, independentemente da fiscalização a ser realizada pela Prefeitura Municipal; **5.1.1.11** Indenizar terceiros e a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização desta, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a detentora adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; **5.1.1.12** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto; **5.1.1.12.1** A inadimplência da Detentora, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Ata. **5.1.1.13** Responder exclusivamente por todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento dos produtos, mesmo nos casos em que envolvam eventuais decisões judicias, ficando eximido o Município de Nova Maringá – MT de qualquer espécie de solidariedade e responsabilidade. **5.1.2** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega dos produtos objeto da Ata de Registro de Preços e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento. **5.1.3** A entrega dos produtos contratados será efetuada em caráter autônomo, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o contratante e contratada ou qualquer de seus empregados e prestadores de serviços.

5.2. Do Município:

5.2.1. Além daquelas resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública:

5.2.1.1. Aplicar à detentora da Ata, quando for o caso e depois de garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, as devidas penalidades, bem como notificá-la de sua aplicação;

5.2.1.2. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Nota de Empenho/requisição;

5.2.1.3. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega dos produtos objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho/Requisição;

5.2.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.2.1.5. Emitir requisição/ordem de fornecimento dos produtos, estabelecendo a quantidade, local e todas as informações que julgar necessárias para o bom cumprimento do objeto;

5.2.1.6. Cooperar, naquilo que lhe for imputável, para o bom cumprimento do objeto;

5.2.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

5.2.1.8. Notificar a detentora de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos;

5.2.1.9. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pela detentora da Ata;

5.2.1.10. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

5.2.1.11. Comunicar pelo departamento de contabilidade, no ato da liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da Nota de Empenho pela detentora por contrato.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante;

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da requisição deverá colocar na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, descumprir com os prazos para entrega dos produtos de forma injustificada, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

7.2 Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município.

7.3 Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002 e item 7.1 desta Ata, a Detentora estará sujeita às seguintes penalidades:

7.3.1 Advertência;

7.3.2. Multa de até 15% calculada sobre o valor da Ata de Registro de Preços;

7.3.3. Suspensão temporária e Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 05 (cinco) anos;

7.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelo Município, que será concedida quando a Detentora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

24. 24.1.

7.4. As sanções previstas nos itens 7.3.1, 7.3.3. e 7.3.4. poderão ser aplicadas juntamente com a do item 7.3.2., facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.5. A multa prevista pelo item 7.3.2 não exime a detentora da Ata da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura ou a terceiros.

7.6. Em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, é licito à Detentora da Ata apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis quanto as penalidades aplicadas, o qual deve ser dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias corridos.

7.7. Uma vez decidido o recurso ou pedido de reconsideração referido pelo item anterior, será intimada a detentora da Ata para tomar conhecimento da decisão e, se for o caso, recolher o valor da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.8. Caso o valor da multa não seja recolhido no prazo assinalado pelo item anterior, será descontado dos créditos que a detentora por ventura possua com o Município e, em não havendo ou em sendo insuficiente para a sua quitação, será o valor encaminhado à Procuradoria Jurídica para que esta proceda à sua execução.

7.9. Em caso de cometimento de ilícitos penais tipificados pela Lei nº 8.666/93, estes serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até à execução da entrega dos produtos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas nesta Ata, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de mercado, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas no art. 65, II, “d” e § 5º da Lei nº 8.666/93 e alterações (sobrevinda de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, situações supervenientes, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual).

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando a detentora desta Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará a detentora com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote, visando a negociação para a redução de preços e sua adequação a do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, em qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de Apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.11 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder a nova licitação para a execução da entrega dos produtos, sem que caiba direito de recurso.

8.12 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos, sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Cláusula sétima.

CLÁUSULA NOVA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência, quando não restarem fornecedores registrados ou esgotarem-se as quantidades registradas e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

9.1.2 A detentora não retirar a requisição de fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços a critério do município, observada a legislação em vigor;

9.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, se assim for decidido pelo município, com observância das disposições legais;

9.1.5 Por qualquer das hipóteses previstas pelo art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei nº. 8.666/93;

9.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.8 A detentora da Ata sofre sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.2. A presente Ata poderá ser cancelada pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem está delegar a competência para tanto.

10.2. Para aquisição da Presente Ata de Registros de Preços por órgãos não participantes, deverá ser observado, em qualquer caso, o disposto pelos itens 2.4 à 2.8 deste instrumento, bem como o disposto pelo Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020 e a proposta da empresa **GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal n° 022/2018 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio Claro - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nova Maringá-MT, 17 de setembro 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

João Braga Neto

Prefeito Municipal

GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP

CNPJ:24.528.636/0001-79

Ana Beatriz Cavalieri Vicente

Detentora Da Ata

MIRELA DA SILVA MACHADO /JUCELINA M. ARAUJO DA SILVA

CPF: 027.674.130.77 /CPF: 414.399.532.87

Fiscal Sec. de Administração /Fiscal Sec.de Educação

REGINALDO DA SILVA

CPF: 439.469.259-87

Fiscal Sec. de Obras

ALEXSANDRA M.S.S. CLEMENTINO/ KEZIA FREZ DE SOUZA

CPF: 062.293.971.88/ CPF: 041.249.221.08

Fiscal Sec. de Saúde /Fiscal Sec. de Ass. Social

SIDNEI DOS SANTOS COSTA

CPF: 904.375.271.15

Fiscal Sec.de Agricultura

CHRISTIAN MIRANDA PEREIRA/ DRIELLI O. DE ALMEIDA

CPF: 879.762.691.00 /CPF: 045.804.111.45

Fiscal Sec. Meio AmbienteFiscal Sec. Distrital

Testemunhas:

a) WELDER SOUZA CUNHA/ b) FATIMA FERNANDES GOLICZESKI

CPF: 037.865.001.77/ CPF: 016.181.541.33

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 019/2020.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E PEQUENAS REFORMAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARINGÁ - MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro Oficial e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital. EMPRESAS VENCEDORAS: **RONIVAN ROSSONI LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 19.909.006/0001-04. ITENS: 02, 08, 11, 13, 14, 18, 20, 22, 24, 27, 28, 31, 32, 35, 43, 46, 47, 82, 88, 92, 93, 94, 104, 105, 106, 117, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 142, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 173, 174, 197, 198, 201, 205, 209, 212, 213, 220, 222, 223, 224, 225 e 227. VALOR TOTAL R$ 177.421,42 (cento e setenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos).

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.888.3030/0001-05.ITENS: 01, 07, 15, 16, 19, 25, 26, 28, 30, 34, 41, 48, 49, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 83, 87, 89, 90, 98, 99, 101, 103, 107, 110, 113, 121, 122, 123, 127, 137, 138, 141, 144, 145, 146, 157, 161, 164, 172, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 202, 203, 204, 208, 210, 215, 218, 221, 228, 229, 230, 231, 232 e 233. VALOR TOTAL R$ 118.715,21 (cento e dezoito mil setecentos e quinze reais e vinte e um centavos).

GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o número 24.528.636/0001-79. ITENS: 03, 04, 05, 06, 09, 10, 12, 17, 21, 23, 29, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 50, 52, 54, 55, 70, 71, 78, 80, 84, 85, 86, 91, 95, 96, 97, 100, 102, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 125, 126, 135, 139, 140, 143, 149, 158, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 177, 179, 184, 206, 207, 211, 214, 216, 217, 219 e 226. VALOR TOTAL R$ 208.901,83 (duzentos e oito mil novecentos e um reais e oitenta e três centavos).

Nova Maringá – MT, 17 de Setembro de 2020.

JOÃO BRAGA NETO - Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2020. PREGÃO PRESENCIAL 015/2020.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, com CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE reajustar os preços da **EMPRESA TIBIRISSA COMERCIO E TRANSPORTE DE DIESEL LTDA**, inscrito no CNPJ 17.897.642.0001.38, neste ato representado pelo Sr. GILMAR OLIVEIRA PINTO portador do **CPF/MF n.º 355.801.860-53**, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 030/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 015/2020, ajustam e celebram o presente Termo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93,com suas alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT,**conforme especificações e condições constante na Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Termo de Aditivo encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

LOTE 01 - ÓLEO DIESEL BS500 TRR – O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERÁ DE 5 (CINCO) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND	VALOR TOTAL	VALOR UND APÓS REAJUSTE	VALOR TOTAL APÓS REEQUILIBRIO
01	LITRO	492.000	**ÓLEO DIESEL BS500 TRR**	R$ 3,17	R$ 1.559.640,00	R$ 3,35	R$ 1.648.200,00

LOTE 02 – ÓLEO DIESEL S-10 TRR - O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS"** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERA DE 5 (CINCO) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UND	VALOR TOTAL	VALOR UND APÓS REAJUSTE	VALOR TOTAL APÓS REEQUILIBRIO
01	LITRO	225.000	**ÓLEO DIESEL S-10 TRR**	R$ 3,28	R$ 738.000,00	R$ 3,54	R$ 796.500,00

LOTE 08 - ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL B S500 – O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA "SECRETARIA DISTRITAL DE **BRIANORTE MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT**" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERÁ DE 5 (CINCO) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UND	VALOR TOTAL	VALOR UND APÓS REAJUSTE	VALOR TOTAL APÓS REEQUILIBRIO
01	LITRO	70.000	**ÓLEO DIESEL S-10 TRR**	R$ 3,28	R$ 229.600,00	R$ 3,54	R$ 247.800,00
02	LITRO	60.000	**ÓLEO DIESEL BS 500 TRR**	R$ 3,17	R$ 190.200,00	R$ 3,35	R$201.000,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O reajuste é justificável tento em vista a retomada de consumo de combustíveis nos últimos dias.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 030/2020, PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 17 de setembro de 2020.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

TIBIRISSA COMERCIO E TRANSPORTE DE DIESEL LTDA

CNPJ: 17.897.642.0001.38

GILMAR OLIVEIRA PINTO

TESTEMUNHAS:

MANOEL DA COSTA CAMPOS/ ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

CPF: 206.441.081.34/ CPF: 017.895.851.38

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 019/2020.SRP

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 206/2020/GRAPE, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o RESULTADO de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 019/2020 menor preço por Item, cujo Objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E PEQUENAS REFORMAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARINGÁ - MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EMPRESAS VENCEDORAS: **RONIVAN ROSSONI LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 19.909.006/0001-04. ITENS: 02, 08, 11, 13, 14, 18, 20, 22, 24, 27, 28, 31, 32, 35, 43, 46, 47, 82, 88, 92, 93, 94, 104, 105, 106, 117, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 142, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 173, 174, 197, 198, 201, 205, 209, 212, 213, 220, 222, 223, 224, 225 e 227. VALOR TOTAL R$ 177.421,42 (cento e setenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos).

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.888.3030/0001-05.ITENS: 01, 07, 15, 16, 19, 25, 26, 28, 30, 34, 41, 48, 49, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 83, 87, 89, 90, 98, 99, 101, 103, 107, 110, 113, 121, 122, 123, 127, 137, 138, 141, 144, 145, 146, 157, 161, 164, 172, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 202, 203, 204, 208, 210, 215, 218, 221, 228, 229, 230, 231, 232 e 233. VALOR TOTAL R$118.715,21 (cento e dezoito mil setecentos e quinze reais e vinte e um centavos).

GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o número 24.528.636/0001-79. ITENS: 03, 04, 05, 06, 09, 10, 12, 17, 21, 23, 29, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 50, 52, 54, 55, 70, 71, 78, 80, 84, 85, 86, 91, 95, 96, 97, 100, 102, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 125, 126, 135, 139, 140, 143, 149, 158, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 177, 179, 184, 206, 207, 211, 214, 216, 217, 219

e 226. VALOR TOTAL R$ 208.901,83 (duzentos e oito mil novecentos e um reais e oitenta e três centavos).

Nova Maringá – MT, 17 de setembro de 2020.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA - Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

O Município de Nova Maringá - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 37.464.831/0001-24, com sede na Av. Amos Bernardino Zanchet, 50E, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.ª **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, residente e domiciliado no Município de Nova Maringá/MT, e a Empresa **RONIVAN ROSSONI LTDA - ME**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 19.909.006/0001-04, com sede na Avenida dos Jatobas, 2121, Bairro Jardim Joelma na cidade de Tapurah – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo sócio proprietário senhor, **RONIVAN ROSSONI**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Tapurah, portador da C.I. RG. nº 802894 SSP/MT e CPF/MF n.º 824.176.281-04, doravante denominada **"DETENTORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal nº 022/2018 e das demais normas legais aplicáveis, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020 para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DOS ORGÃOS PARTICIPANTES

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E PEQUENAS REFORMAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARINGÁ - MT**, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020, para REGISTRO DE PREÇOS nº 033/2020, abaixo especificados:

ESTIMATIVA DE DESPESA

ITEM	UND	QNT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UND	VALOR TOTAL
02	UND	20	ABAFADOR DE RUÍDO COM CORDÃO DE SILICONE - SISTEMA DE DUAS DENSIDADES, UMA PARA A HASTE (MAIS FIRME) E OUTRA PARA OS FLANGES (EXTRACONFORTAVEL) RESISTENTE A ALTAS E BAIXAS TEMPERATURAS E A VAPORES ORGÂNICOS	CAMPER	R$ 1,25	R$ 25,00
08	M³	457	AREIA LAVADA	ARINOS	R$ 109,70	R$ 50.132,90
11	UND	3	ARMARIO PLASTICO VERSATIL 33 X 37 X 10CM COM ESPELHO	ASTRA	R$ 44,50	R$ 133,50
13	UND	110	ARRUELA LISA 1/4	CISER	R$ 0,14	R$ 15,40
14	UND	110	ARRUELA LISA 5/16	CISER	R$ 0,19	R$ 20,90
18	UND	10	BALDE DE PEDREIRO	MM	R$ 9,99	R$ 99,90
20	UND	25	BALDE PLASTICO 8LTS	MM	R$ 8,87	R$ 221,75
22	UND	5	BOIA P/ BEBEDOURO 1/2 (TORNEIRA)	ASTRA	R$ 19,00	R$ 95,00
24	UND	30	BOLSA ESPUDE 1.1/2" 40MM X 2"	PLASMONT	R$ 3,45	R$ 103,50
27	UND	25	BROCA DE VIDIA 8 MM	IRWIN	R$ 9,99	R$ 249,75
28	UND	20	BROCA DE VIDIA 6 MM	IRWIN	R$ 6,14	R$ 122,80
31	PCTE	280	BUCHA DE FIXAÇÃO 12MM PCTE COM 100 UND	MM	R$ 11,90	R$ 3.332,00
32	PCTE	170	BUCHA DE FIXAÇÃO 5MM PCTE COM 100 UND	MM	R$ 9,90	R$ 1.683,00
35	UND	12	CABO PARA ENXADA DE MADEIRA	MM	R$ 9,99	R$ 119,88
43	UND	47	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA	PLASMONT	R$ 24,00	R$ 1.128,00
46	UND	160	CANALETA 20X10X2.0	TRAMONTINA	R$ 2,76	R$ 441,60
47	UND	55	CANALETA 40X16X2.0	TRAMONTINA	R$ 7,35	R$ 404,25
82	SC	575	CIMENTO 50 KG	ITAU	R$ 30,74	R$ 17.675,50
88	MT	195	CORDA MULTICOR 4MM	PLASMODIA	R$ 0,71	R$ 138,45
92	UND	15	CORRENTE DE MOTOSERA MS 325 COM MINIMO 32 DENTES	STIHL	R$ 65,00	R$ 975,00
93	UND	20	CORRENTE DE MOTOSERRA MS 170 COM MINIMO 22 DENTES	STIHL	R$ 46,00	R$ 920,00
94	UND	80	CUMEEIRA AMIANTO NORMAL 15° 5 E 6MM	INFIBRA	R$ 32,50	R$ 2.600,00
104	UND	17	ESCADA ALUMINIO 6 DEGRAUS	ALUMI	R$ 165,00	R$ 2.805,00
105	UND	84	ESMALTE SINTETICO ALTO BRILHO 18LT (VARIAS CORES)	BRASILUX	R$ 349,00	R$ 29.316,00

106	UND	27	ESPUMA DE POLIURETANO 500ML PU X-30 (480G	TECBOND	R$ 22,90	R$ 618,30
117	UND	60	FITA MULTIUSO 30CM X 10M	EUROCEU	R$ 7,30	R$ 438,00
124	UNID	32	INTERRUPTOR CS 15A	PLUS	R$ 29,00	R$ 928,00
128	UND	5	LIMA MOTO SERRA 3/16 4.8MM	STIHL	R$ 8,49	R$ 42,45
129	UND	12	LIMA SERROTE TRIANGULAR 4	MM	R$ 13,00	R$ 156,00
130	UND	26	LIXA DE FERRO N° 36	NORTON	R$ 3,58	R$ 93,08
131	UND	56	LIXA DE FERRO N° 80	NORTON	R$ 2,91	R$ 162,96
132	UND	150	LIXA MASSA 80	NORTON	R$ 0,89	R$ 133,50
133	UND	60	LIXA DAGUA N° 100	NORTON	R$ 1,78	R$ 106,80
134	UND	65	LIXA N° 180	NORTON	R$ 0,88	R$ 57,20
136	UND	5	MADEIRITE CHAPA 6MM	MAAF	R$ 38,00	R$ 190,00
142	UND	50	MASSA DE CALAFETAR 350G	MM	R$ 11,90	R$ 595,00
147	UND	40	PARAFUSO ATARRAXANTE 4.2X38	CISER	R$ 0,15	R$ 6,00
148	UND	50	PARAFUSO FRANCES 3/8X6	CISER	R$ 1,24	R$ 62,00
150	UND	330	PARAFUSO PHILLIPS 3.5X 25	CISER	R$ 0,16	R$ 52,80
151	UND	260	PARAFUSO PHILLIPS 6.0X35	CISER	R$ 0,12	R$ 31,20
152	UND	160	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 1/4X50	CISER	R$ 0,49	R$ 78,40
153	UND	110	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 3/8X60	CISER	R$ 1,18	R$ 129,80
154	UND	195	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8X2.1/2	CISER	R$ 0,85	R$ 165,75
155	UND	75	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X4.1/2	CISER	R$ 0,59	R$ 44,25
156	UND	200	PARAFUSO TELHA 5/16X110	CISER	R$ 0,62	R$ 124,00
159	M³	162	PEDRA BRITA Nº 01	NOBRES	R$ 144,80	R$ 23. 457,60
160	M³	140	PEDRA BRITA Nº 02	NOBRES	R$ 134,20	R$ 18. 788,00
173	PCTE	30	PORCA SEXTAVADA 1/4 PACOTE COM 100	CISER	R$ 20,00	R$ 600,00
174	PCTE	60	PORCA SEXTAVADA 3/8 PACOTE COM 100	CISER	R$ 21,00	R$ 1. 260,00
197	UND	25	RESPIRADOR DESCARTÁVEL COM VÁLVULA, PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS, FUMOS METÁLICOS E ODORES INCÔMODOS DE VAPORES ORGÂNICOS.	PROTEC	R$ 4,90	R$ 122,50
198	UND	25	ROLO ESPUMA 23CM C/CABO	ROMA	R$ 14,89	R$ 372,25
201	UND	30	ROLO LA 09CM C/CABO	ROMA	R$ 8,60	R$ 258,00
205	UND	53	SEGUETA PARA FERRO	EDA	R$ 8,99	R$ 476,47
209	UND	52	SOLVENTE PARA REMOCAO DE TINTAS 900ML	BRASILUX	R$ 12,99	R$ 675,48
212	UND	100	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO 244X110 5MM	MULTILIT	R$ 32,63	R$ 3. 263,00
213	UND	30	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO 244X50 4MM	MULTILIT	R$ 22,50	R$ 675,00
220	UND	46	TINTA PARA QUADRO VERDE 3,6 LITROS	BRASILUX	R$ 71,00	R$ 3. 266,00
222	UND	51	TINTA SPRAY 400ML	MUNDIAL	R$ 11,65	R$ 594,15
223	UND	45	TRELICA TB 8 L 6M (6.0X4.2X4.2)	GERDAU	R$ 38,80	R$ 1. 746,00
224	UND	70	TRELICA TG 12 6M (6.0X4.2X5.0)	GERDAU	R$ 61,50	R$ 4. 305,00
225	UND	8	TRENA EMBORRACHADA 3M	STANLEY	R$ 10,35	R$ 82,80
227	UND	29	VASOURA REGULAVEL JARDIM	MAX	R$ 17,40	R$ 504,60
Valor Total R$ 177.421,42						

1.2. A Ata será gerida pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, e terá como órgãos participantes:

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte;

Secretaria de Obras, Viação e Serv. Públicos;

Secretaria de Saúde;

Secretaria de Agricultura;

Secretaria de Assistência Social;

Secretaria Distrital de Brianorte;

Secretaria de Meio Ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Maringá/MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas nas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

2.5. Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar até 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do estabelecido pelo Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

2.6. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata de Registro de Preços, constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. **2.7.** Após autorizado pelo órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição do objeto em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata. **2.8.** Excepcional e justificadamente, poderá o órgão gerenciador autorizar a prorrogação do prazo designado pelo item 2.7, desde que requerido pelo órgão não participante e desde que dentro da vigência da ata.

2.9. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo representante do Município, doravante denominado Fiscal da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os pagamentos serão efetuados **em até 30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do Município, mediante boleto bancário ou depósito na conta bancária informada pela detentora da ata.

3.2 A detentora da Ata deverá indicar no corpo da nota fiscal/fatura, a descrição do produto, conforme previsto pelo Termo de Referência constante no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 019/2020.

3.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5 O CNPJ da detentora da Ata e/ou do Contrato constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório. **3.6** Caso sejam constatadas irregularidades nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à Detentora para as necessárias adequações, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento de sua reapresentação.

3.7 Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.8 Não haverá, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado.

3.9 Nenhum pagamento isentará a detentora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.10 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da detentora .

3.11 O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

3.12 As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Destinação	Dotação orçamentária
Secretaria Municipal de Administração	03.001.04.122.0003.2007.339030.000000-62
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	05.001.12.122.0005.2013.339030.000000-106 05.004.12.361.0007.1015.339030.000000-172 05.004.12.361.0007.2087.339030.000000-186 05.008.12.365.0008.1030.339030.000000-204 05.008.12.365.0008.2089.339030.000000-230 05.008.12.365.0008.1030.339030.000000-204 05.008.12.365.0008.2088.339030.000000-218
Secretaria de Obras, Viação e Serv. Públicos	06.001.04.122.0017.2037.339030.000000-285
Secretaria Municipal de Saúde	07.001.10.122.0021.2041.339030.000000-331 07.002.10.302.0023.2049.339030.000000-386 07.002.10.301.0022.1053.339030.000000-337 07.002.10.301.0022.2043.339030.000000-359

Secretaria Municipal de Agricultura	08.001.20.122.0026.2053.339030.000000-431
Secretaria Municipal de Assistência Social	09.0001.08.122.0028.2056.339030.00000-454
Secretaria Municipal Distrital de Brianorte	11.011.04.122.0033.2074.339030.000000-541
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	12.001.18.122.0034.2084.339030.000000-553

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PRAZO

4.1 A detentora tratada deverá entregar os produtos quando solicitados pelo Departamento Competente de acordo com o **Termo de Referência** constante no **Anexo I** do Pregão Presencial nº 019/2020 e emissões de requisições. **4.2** Os produtos deverão ser entregues de forma fracionada, na sede do município de Nova Maringá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da requisição/notificação a empresa vencedora. **4.3** Excepcionalmente, a empresa poderá solicitar a substituição/troca de marcas dos produtos cotados, através de pedido por escrito, comprovando o motivo e instruindo sua petição com laudo técnico emitido por profissional registrado no Conselho de Classe competente. A solicitação será analisada pela Prefeitura e, sendo verificada a possibilidade da troca, bem como a inexistência de qualquer prejuízo ao erário público, será autorizada. **4.4** O produto fornecido pela empresa detentora não poderá, em hipótese alguma, ser sublocado, sendo este ato passível de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Detentora da Ata:

5.1.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Detentora da Ata: **5.1.1.1** Executar o fornecimento dos produtos, atendendo fielmente as necessidades e padrões estabelecidos pelas secretarias solicitantes de acordo com Termo de Referência constante do Edital de Pregão nº 019/2020, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas; **5.1.1.2** Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos; **5.1.1.3** Manter, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; **5.1.1.4** Substituir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus, toda ou parte da remessa devolvida pelo órgão municipal por divergência na especificação do produto entregue, ocasião em que disporá de 02 (dois) dias úteis para realizar a substituição; **5.1.1.5** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá ou órgão solicitante relativa ao objeto contratado ou às obrigações assumidas e previstas nesta Ata de Registro de Preços; **5.1.1.6** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos produtos, inclusive nos casos de greves ou paralisações de qualquer natureza; **5.1.1.7** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT qualquer alteração de domicílio, razão social, conta bancária e outros dados julgados necessários para o recebimento de correspondência e pagamentos; **5.1.1.8** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; **5.1.1.9** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; **5.1.1.10** Fiscalizar, a suas expensas, o perfeito cumprimento do fornecimento do produto a que se obrigou, independentemente da fiscalização a ser realizada pela Prefeitura Municipal; **5.1.1.11** Indenizar terceiros e a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização desta, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a detentora adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; **5.1.1.12** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto; **5.1.1.12.1** A inadimplência da Detentora, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Ata. **5.1.1.13** Responder exclusivamente por todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento dos produtos, mesmo nos casos em que envolvam eventuais decisões judicias, ficando eximido o Município de Nova Maringá – MT de qualquer espécie de solidariedade e responsabilidade. **5.1.2** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega dos produtos objeto da Ata de Registro de Preços e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento. **5.1.3** A entrega dos produtos contratados será efetuada em caráter autônomo, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o contratante e contratada ou qualquer de seus empregados e prestadores de serviços.

5.2. Do Município:

5.2.1. Além daquelas resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública:

5.2.1.1. Aplicar à detentora da Ata, quando for o caso e depois de garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, as devidas penalidades, bem como notificá-la de sua aplicação;

5.2.1.2. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Nota de Empenho/requisição;

5.2.1.3. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega dos produtos objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho/Requisição;

5.2.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.2.1.5. Emitir requisição/ordem de fornecimento dos produtos, estabelecendo a quantidade, local e todas as informações que julgar necessárias para o bom cumprimento do objeto;

5.2.1.6. Cooperar, naquilo que lhe for imputável, para o bom cumprimento do objeto;

5.2.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

5.2.1.8. Notificar a detentora de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos;

5.2.1.9. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pela detentora da Ata;

5.2.1.10. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

5.2.1.11. Comunicar pelo departamento de contabilidade, no ato da liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da Nota de Empenho pela detentora por contrato.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante;

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da requisição deverá colocar na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, descumprir com os prazos para entrega dos produtos de forma injustificada, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

7.2 Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município.

7.3 Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002 e item 7.1 desta Ata, a Detentora estará sujeita às seguintes penalidades:

7.3.1 Advertência;

7.3.2. Multa de até 15% calculada sobre o valor da Ata de Registro de Preços;

7.3.3. Suspensão temporária e Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 05 (cinco) anos;

7.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelo Município, que será concedida quando a Detentora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

24. 24.1.

7.4. As sanções previstas nos itens 7.3.1, 7.3.3. e 7.3.4. poderão ser aplicadas juntamente com a do item 7.3.2., facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.5. A multa prevista pelo item 7.3.2 não exime a detentora da Ata da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura ou a terceiros.

7.6. Em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, é licito à Detentora da Ata apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis quanto as penalidades aplicadas, o qual deve ser dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias corridos.

7.7. Uma vez decidido o recurso ou pedido de reconsideração referido pelo item anterior, será intimada a detentora da Ata para tomar conhecimento da decisão e, se for o caso, recolher o valor da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.8. Caso o valor da multa não seja recolhido no prazo assinalado pelo item anterior, será descontado dos créditos que a detentora por ventura possua com o Município e, em não havendo ou em sendo insuficiente para a sua quitação, será o valor encaminhado à Procuradoria Jurídica para que esta proceda à sua execução.

7.9. Em caso de cometimento de ilícitos penais tipificados pela Lei nº 8.666/93, estes serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até à execução da entrega dos produtos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas nesta Ata, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de mercado, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas no art. 65, II, “d” e § 5º da Lei nº 8.666/93 e alterações (sobrevinda de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, situações supervenientes, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual).

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando a detentora desta Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará a detentora com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote, visando a negociação para a redução de preços e sua adequação a do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, em qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de Apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.11 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder a nova licitação para a execução da entrega dos produtos, sem que caiba direito de recurso.

8.12 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos, sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Cláusula sétima.

CLÁUSULA NOVA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência, quando não restarem fornecedores registrados ou esgotarem-se as quantidade registradas e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

9.1.2 A detentora não retirar a requisição de fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços a critério do município, observada a legislação em vigor;

9.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, se assim for decidido pelo município, com observância das disposições legais;

9.1.5 Por qualquer das hipóteses previstas pelo art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei nº. 8.666/93;

9.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.8 A detentora da Ata sofre sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.2. A presente Ata poderá ser cancelada pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem esta delegar a competência para tanto.

10.2. Para aquisição da Presente Ata de Registros de Preços por órgãos não participantes, deverá ser observado, em qualquer caso, o disposto pelos itens 2.4 à 2.8 deste instrumento, bem como o disposto pelo Decreto Municipal nº 022/2018, alterado pelo Decreto 037/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2020 e a proposta da empresa **RONIVAN ROSSONI LTDA - ME** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal n° 022/2018 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio Claro - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nova Maringá-MT, 17 de Setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

João Braga Neto

Prefeito Municipal

RONIVAN ROSSONI LTDA – ME

CNPJ: 19.909.006/0001-04

Ronivan Rossoni

Detentora Da Ata

MIRELA DA SILVA MACHADO /JUCELINA M. ARAUJO DA SILVA

CPF: 027.674.130.77 /CPF: 414.399.532.87

Fiscal Sec. de Administração /Fiscal Sec.de Educação

REGINALDO DA SILVA

CPF: 439.469.259-87

Fiscal Sec. de Obras

ALEXSANDRA M.S.S. CLEMENTINO/ KEZIA FREZ DE SOUZA

CPF: 062.293.971.88/ CPF: 041.249.221.08

Fiscal Sec. de Saúde/ Fiscal Sec. de Ass. Social

SIDNEI DOS SANTOS COSTA

CPF: 904.375.271.15

Fiscal Sec.de Agricultura

CHRISTIAN MIRANDA PEREIRA / **DRIELLI O. DE ALMEIDA**

CPF: 879.762.691.00 /CPF: 045.804.111.45

Fiscal Sec. Meio Ambiente **/** Fiscal Sec. Distrital

Testemunhas:

a) WELDER SOUZA CUNHA/ b) FATIMA FERNANDES GOLICZESKI

CPF: 037.865.001.77 /CPF: 016.181.541.33

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1081/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO EXTRA-ORDINÁRIA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ÁREA DA SAÚDE QUE PRESTAM SERVIÇOS ESSENCIAIS EM EXPOSIÇÃO AO CORO-NAVÍRUS (COVID-19) NA "ALA COVID."

A Câmara Municipal aprovou e **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES,** Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação Extraordinária de Combate ao Coronavírus (COVID-19), que será paga aos servidores que atuam na área da saúde diretamente no combate à pandemia, e que estejam potencialmente expostos ao contágio na prestação de serviços na ala denominada "ALA COVID".

§1º O valor da gratificação será de R$ 600,00 (seiscentos reais) a todos os servidores que atuam na área da saúde, diretamente no combate à pandemia, e que sejam potencialmente expostos ao contágio na prestação de serviços na ala denominada "ALA COVID".

§2º A Secretaria Municipal de Saúde deverá estabelecer por meio de portaria quais serão os beneficiários da gratificação e encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos a relação dos servidores que farão jus à mesma, com a devida discriminação do cargo/função, e valor de acordo com o escalonamento do §1º, Art. 1º desta lei.

§3º Os servidores em cargo de confiança não terão direito à Gratificação Extraordinária de Combate ao Coronavírus (COVID-19).

§4º Ainda farão jus à gratificação, os servidores tratados no *caput* que tenham que se afastar de suas funções por ter contraído o Coronavírus (COVID-19) no exercício das mesmas.

Art. 2º - A Gratificação será paga mensalmente e vigorará de forma temporária limitada a 03 (três) meses, e podendo ser prorrogada por igual período mediante decreto.

Art. 3º - A importância concedida a título de gratificação extraordinária possui natureza de verba indenizatória, e não se incorporará ao vencimento do servidor para qualquer efeito legal, não podendo ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins previdenciários.

Art. 4º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroativos a 01/08/2020.

Nova Monte Verde-MT, 14 de setembro de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica **CANCELADA A PUBLICAÇÃO** do Decreto 132/2020**, VINCULADA** no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 17 setembro de 2020, na página nº 202, por motivo de erro na publicação da mesma.

Nova Monte Verde, 17 de setembro de 2020.

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2020

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 074/2020/PMNMV/GAB de 01 de Junho de 2020, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 31/2020, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **30/09/2020 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO DE MANILHAS DE CIMENTO E CONSTRUÇÃO DE BASE DE BUEIROS, À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria, além da Lei Federal nº. 13.979/2020, da Medida Provisória nº. 926/2020, do Decreto Estadual nº. 432/2020, do Decreto Municipal nº. 44/2020 e da Nota Técnica Conjunta SEGEPRES/SEGECEX nº. 1/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2020 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 17 de Setembro de 2020.

EDUARDO ODAIR DARUI

Presidente da CPL

Decreto 074/2020

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 132/2020

SÚMULA:	NOMEIA O SENHOR **HENRIKION SALLAS SANTOS COSTA** NO CARGO DE **CHEFE DE DIVISÃO** COM LOTAÇÃO NA SECRETARIA DE OBRAS DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO.
	BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei: **DECRETA:**
ARTIGO 1º -	Fica nomeado o Senhor **HENRIKION SALLAS SANTOS COSTA**, para o cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria de Obras do Município de Nova Monte Verde.
ARTIGO 2º -	Este Decreto retroagirá seus efeitos a data de **01/09/2020**, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 17 de setembro de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
"AVISO DE ADESÃO" ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

ÓRGÃO ADESO: Prefeitura Municipal de Nova Nazare - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PROCESSO: Pregão Eletronico nº 011/2019/FNDE/MEC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 11/2019

ÓRGÃO ADESO: Prefeitura Municipal de NOVA NAZARE - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

EMPRESA REGISTRADA: SAN MARINO ONIBUS LTDA.

FORNECEDOR: SAN MARINO ÔNIBUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 93.785.822/0001-06 estabelecida na cidade de Caxias do Sul - RS à Rua Irmão Gildo Schiavo nº 110, Bairro Ana Rech.

OBJETO: aquisição de Ônibus Rural Escolar (ORE), conforme condicoes e exigencias descritas no anexo I (termo de referencia).

ITEM ADESO: Item 03

VALOR GLOBAL : R$ 274.000,00 (duzentos e setenta e quatro mil reais).

DATA DA ATA: 19/12/2019

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

AUTORIZADO POR: Autorização nº 1965/2020 – CGCOM/DIRAD/FNDE de 20/08/2020 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Nova Nazare-MT, 17 de setembro de 2020.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

GELIANE STEFFENON FONTOURA

Secretarário Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 148 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear o Senhor **JEFFERSON RAVELLY GOMES ALVES,** brasileiro, solteiro,portador da Cédula de Identidade RG: 2219748-6 SSP-MT e do CPF: 057.554.771-59, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT**,** para exercer a função de confiança popular Mandato Eletivo de **Conselheiro Tutelar Titular do Conselho Tutelar de Nova Olímpia-MT, gestão 2020/2024,** de acordo com a Lei Municipal nº 955 de 11/05/2012 e Lei Municipal nº 1.034 de 26/05/2015, Edital de Convocação 003/2020 e Termo de Posse de 11/09/2020 - COMDICA/Nova Olímpia – MT

Art. 2º - Os membros do Conselho Tutelar no exercício de suas funções receberão gratificação igual ao valor da remuneração do cargo em comissão de Chefe de Setor do Executivo Municipal, devendo qualquer alteração ser efetuada por lei municipal, cabendo ao servidor ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 17 de Setembro de 2020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
TERMO DE POSSE A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Aos **DEZESSETE DIAS** do mês de SETEMBRO do Ano de Dois Mil e VINTE, perante a Ilmª. Srª. **ELIZÂNGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS,** DD. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA deste Município de Nova Olímpia, compareceu a Sra. **CRISLENE QUEIROZ DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG:1601252-6 SSP/MT e do CPF: 022.859.631-90, que dispõe para ocupar o cargo de **CONSELHEIRA SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR** a título de desincompatibilização pelo período de 17 de setembro à 15 de novembro de 2020. A candidata acima citada foi devidamente classificada como terceira suplente no II Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares do município de Nova Olímpia realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA Edital n.º 001/2019, Edital Complementar nº 001/2019 à nº 019/2019 e Resolução n.º 002/2019. Foi devidamente convocada mediante Edital de Convocação n.º 003/2020 de 11 de setembro de 2020, será nomeada por força de Portaria Municipal do Poder Executivo Municipal.

A remuneração da conselheira será concedida de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 955/2012.

O presente Termo tem o fim específico de dar posse a Candidata ora nomeada, para desempenhar com dedicação exclusiva e responsabilidade as atividades inerentes ao seu cargo.

E para constar, lavrou-se o presente Termo, que lido e achado conforme, vai assinado pelo Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, pela Senhora Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA e pela Conselheira Empossada.

_____

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

_____

ELIZÂNGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS

Presidente do COMDICA

_____

CRISLENE QUEIROZ DE OLIVEIRA

Empossada Temporariamente

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 149 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear a Senhora **CRISLENE QUEIROZ DE OLIVEIRA,** brasileira, casada,portadora da Cédula de Identidade RG: 1601252-6 SSP-MT e do CPF: 022.859.631-90, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT**,** para exercer a função de confiança popular Mandato Eletivo de **Conselheira Tutelar Suplente do Conselho Tutelar de Nova Olímpia-MT, gestão 2020/2024,** no período de 17 de Setembro de 2020 a 15 de novembro de 2020**,** período de afastamento, a título de desincompatibilização do Conselheiro Tutelar Ricardo da Silva, inscrito no CPF nº 038. 973.481-01.

Art. 2º - Os membros do Conselho Tutelar no exercício de suas funções receberão gratificação igual ao valor da remuneração do cargo em comissão de Chefe de Setor do Executivo Municipal, devendo qualquer alteração ser efetuada por lei municipal, cabendo ao servidor ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 17 de Setembro de 2020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
CANCELAMENTO

EXTRATO DE CANCELAMENTO REFERENTE ADITIVO Nº 54/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO 144/2020 PMNO, PUBLICADO NESTE JORNAL CIRCULADO NO DIA 11 DE STEMBRO DE 2020, PAGINA 194, E 195.

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: BRAGA COSNTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA- EPP, **CNPJ: 09.302764/0001-06**, localizada na Avenida General nº 1455 Sala 111 blocos 02, Conjunto General Center, Bairro Campo Velho, fone: (65) 3365-6786 Cuiabá-MT, neste ato representada pelo Senhor **Sebastião Dias Da Silva Junior**, portador da cédula de identidade RG: 0839732-5SSP/MT e o CPF: 812.087.311-49

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTAÇAO ASFALTICA NA RUA 05 NO BAIRRO JARDIM ITAMARATI COM AREA DE 3.439,43 M² NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

MOTIVO: O TERMO DE ADITIVO DE PRAZO NÃO FOI AUTORIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

Nova Olímpia, 17 de setembro de 2020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2020/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: RINALDI & COGO LTDA inscrita no CNPJ: 07.269.677/0001-79 com sede a AV Almirante Barroso, nº 2337, sala 02, Birro Centro, CEP- 85.900-020 cidade Toledo-PR, representada pelo senhor Edson Jose Rinaldi, brasileiro, casado, comerciante, residente a Rua: Nossa Senhora Do Rocio, nº 1665, apt. 04 Bairro: Centro, Toledo/PR, CEP: 85900-180.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT- OS MESMOS SERÃO UTILIZADOS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24º c/c Art. 26 da lei 8666/93.

VALOR GLOBAL: VALOR TOTAL R$ VALOR TOTAL R$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06.060.0.2.10.122.0040.2317.3.3.90.39.00.00.0146074000

Nova Olímpia-MT, 15 de setembro de 2020.

Erison Barros Campos

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 146 DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

"QUE DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Revogar a Portaria Municipal n.º 019/2017 de 02/01/2017, que nomeou o Servidor Público deste Municípioo Senhor **JOSENIL MARQUES PEREIRA,** ao Cargo de Chefe de Departamento Pessoal.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 16 de Setembro de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 147 DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica nomeado para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO PESSOAL**, de acordo com a Lei Municipal nº 775/2008 o Senhor **VILMAR RODRIGUES FERREIRA**,brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG: 1677526-0 SSP-MT e do CPF: 010.422.501-70 residente e domiciliado em Nova Olímpia-MT**.**

Art. 2º - As atribuições do cargo estão prescritas em Lei e restritas a ela, cabendo ao servidor ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - A remuneração do servidor ora nomeado será em nível de CHEFE DE DEPARTAMENTO Municipal, Símbolo DAS-3, nos termos da Lei.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 16 de Setembro de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº040/2020/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 135/2020/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 041/2020/PM-NO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE LIMPEZA , HIGIENIZAÇAO, DESCARTAVEIS E AFINS DESTINADOS AOS ORGAOS PUBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **10 de novembro de 2020**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 08 de setembro de 2020.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
TERMO DE POSSE

Aos **DEZESSETE DIAS** do mês de **SETEMBRO** do Ano de Dois Mil e VINTE, perante a Ilmª. Srª. **ELIZÂNGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS,** DD. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA deste Município de Nova Olímpia, compareceu o Sr. **JEFFERSON RAVELLY GOMES ALVES,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG: 2219748-6 SSP/MT e do CPF: 057.554.771-59, que dispõe para ocupar o cargo de **CONSELHEIRO SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR** para assumir a titularidade em substituição a renúncia da Conselheira Titular JULIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA. O candidato acima citado foi devidamente classificado como segundo suplente no II Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares do município de Nova Olímpia realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA Edital n.º 001/2019, Edital Complementar nº 001/2019 à nº 019/2019 e Resolução n.º 002/2019. Foi devidamente convocado mediante Edital de Convocação n.º 003/2020 de 11 de setembro de 2020, será nomeado por força de Portaria Municipal do Poder Executivo Municipal.

A remuneração do conselheiro será concedida de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 955/2012.

O presente Termo tem o fim específico de dar posse ao Candidato ora nomeado, para desempenhar com dedicação exclusiva e responsabilidade as atividades inerentes ao seu cargo.

E para constar, lavrou-se o presente Termo, que lido e achado conforme, vai assinado pelo Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, pela Senhora Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA e pelo Conselheiro Empossado.

_____

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

_____

ELIZÂNGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS

Presidente do COMDICA

_____

JEFFERSON RAVELLY GOMES ALVES

Empossado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0240/2020

PORTARIA Nº. 0240/2020

DATA: 17 DE SETEMBRO DE 2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA MARIA EUGENIA BUENO".

O SRº. VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E,

Considerando o art. 107, da Lei Complementar 061/2013 de 27 de maio de 2.015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

Resolve,

ART. 1° - Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição nº 10021070.1.00024/13-8, emitida pelo INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social, a servidora **MARIA EUGENIO BUENO.**

Certidão nº 10021070.1.00024/13-8

Período	Empregador	Tempo de Contribuição	Tempo de contribuição dias
19/02/1990 a 20/05/1992	Município de Vera	2 anos,3 meses e 2 dias	822 dias
09/05/1997 a 30/09/1997	Municipio de Nova Ubirata	0 anos,4 meses e 22 dias	142 dias

ART. 2º - O período averbado compreende 964 dias, correspondendo a 2 anos, 07 meses e 24 dias.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria 0202/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 17 de setembro de 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1262/2020.

PORTARIA N.º 1262/2020.

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) preventivo de servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º Em face da pandemia COVID-19, de acordo com perícia médica, determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social pelo período de 30 (trinta) dias, do(a) servidor(a) público(a) municipal **Iranete Guimarães Abreu da Silva**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4189, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30/8/2020 a 3/9/2020.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1261/2020

PORTARIA N.º 1261/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 16 de setembro de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ludmila Ohana Neves Ferreira Barros**, Odontóloga, Matrícula Funcional 3532, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de 13/9/2020 a 12/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1260/2019

PORTARIA N.º 1260/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores, em especial de acordo com a Lei Municipal n.º 2.221, de 8 de setembro de 2020 que "*Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"*, e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 15 de setembro de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Jair Pereira de Araújo**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 184, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período compreendido de 1/9/2020 a 21/2/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1259/2020

PORTARIA N.º 1259/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 15 de setembro de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Beatriz de Moura Guimarães**, Médica Generalista, Matrícula Funcional 3396, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de saúde, pelo período compreendido de 2/9/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 054/2.020

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 054/2.020

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2.020, processo administrativo nº 075/2.020, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES EVAPORATIVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**.** Empresa vencedora docertame VALLE COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 35.656.327/0001-09, com o valor global de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

Nova Xavantina – MT, 17 de setembro de 2.020.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1257/2020.

PORTARIA N.º 1257/2020.

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) preventivo de servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria; .

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º Em face da pandemia COVID-19, por integrar ao(s) grupo(s) de risco(s) (comorbidade(s)), de acordo com perícia médica, determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social pelo período de 30 (trinta) dias, do(a) servidor(a) público(a) municipal **Natalino Henrique de Freitas**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 204, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 16/9/2020 a 15/10/2020.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1256/2020.

PORTARIA N.º 1256/2020.

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) preventivo de servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º Em face da pandemia COVID-19, por integrar ao(s) grupo(s) de risco(s) (comorbidade(s)), de acordo com perícia médica, determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Carolina Vieira de Lima**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 294, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 20/9/2020 a 19/10/2020.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1255/2020

PORTARIA N.º 1255/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 46/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***P B Lemes ME*** que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de pranchões, tábuas e vigas de madeira para recuperação, manutenção e construção de pontes e passarelas nas estradas vicinais do município* – ***Pregão Presencial 028/2.020***, **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal técnico das obras, objeto da **Ata de Registro de Preços nº 46/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Claudinei Spanholi, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 4381;

II – Antônio Rodrigues de Oliveira, Pedreiro, Matrícula Funcional 164;

III – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do* **Ata de Registro de Preços nº 46/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/6/2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1254/2020

PORTARIA N.º 1254/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 041/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Guia Tipoalfa Ltda*** que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de encadernação e fotocópias* – ***Pregão Presencial 026/2.020***, **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal técnico das obras, objeto da **Ata de Registro de Preços nº 041/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Sheila Pereira Costa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3606;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Carolline Rezende Malvina, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4374;

IV – Samara Maria dos Reis Dantas, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4261;

V – Raiara Pinheiro Ferreira, Técnico Administrativa Educacional, Matrícula Funcional 4298;

VI – Dezenilta Souza de Oliveira, Atendente, Matrícula Funcional 3685;

VII – Marlene Morais Silvano, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4392;

VIII – Ketty Ranne Alves Marques, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4377.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do* **Ata de Registro de Preços nº 041/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/6/2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1253/2020

PORTARIA N.º 1253/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 040/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***A. Pedro Figueiredo – ME*** que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gás GLP 13kg e gás GLP 45kg e fornecimento de vasilhames para acondicionamento de gás GLP 13kg* – ***Pregão Presencial nº 025/2.020;*** **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal técnico das obras, objeto da **Ata de Registro de Preços nº 040/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Dinalva Souza de Oliveira, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655;

II – Dezenilta Lopes da Silva, Atendente, Matrícula Funcional 3685;

III – Vanderlene Maria de Oliveira, Professora, Matrícula Funcional 1178;

IV – Arabela Andressa Causi Jung, Professora, Matrícula Funcional 805;

V – Palloma Moreira Alves, Assistente Administrativa, Matricula Funcional 4264;

VI – Zildene Ferreira de Miranda, Atendente, Matrícula Funcional 1105.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do* **Ata de Registro de Preços nº 040/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/6/2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1252/2020

PORTARIA N.º 1252/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 039/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Ivone Alves Rodrigues - ME***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gás GLP 13kg e gás GLP 45kg e fornecimento de vasilhames para acondicionamento de gás GLP 13kg* – ***Pregão Presencial nº 025/2.020;*** **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal técnico das obras, objeto da **Ata de Registro de Preços nº 039/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Dinalva Souza de Oliveira, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655;

II – Dezenilta Lopes da Silva, Atendente, Matrícula Funcional 3685;

III – Vanderlene Maria de Oliveira, Professora, Matrícula Funcional 1178;

IV – Arabela Andressa Causi Jung, Professora, Matrícula Funcional 805;

V – Palloma Moreira Alves, Assistente Administrativa, Matricula Funcional 4264;

VI – Zildene Ferreira de Miranda, Atendente, Matrícula Funcional 1105.

***Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do* **Ata de Registro de Preços nº 039/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/6/2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1251/2020.

PORTARIA N.º 1251/2020.

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) preventivo de servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Caroline de Sousa Machado Duques**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3382, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 15/9/2020 a 18/9/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1250/2020

PORTARIA N.º 1250/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscal técnico, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º Nomear o servidor público municipal **Edbert Moreira Júnior**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956, para atuar como fiscal técnico da obra 002/2020, objeto *pavimentação asfáltica da pista de pouso do aeródromo de Nova Xavantina*, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 1194/2020.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1249/2020.

PORTARIA N.º 1249/2020.

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) preventivo de servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Maria Aparecida dos Santos Xavier Lopes**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4125, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 21/8/2020 a 27/8/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 15 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1248/2020.

PORTARIA N.º 1248/2020.

Altera dispositivos constantes na Portaria nº 59/2020, que dispõe sobre a concessão do benefício Pensão Por Morte a Ediálida Gomes dos passos e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéra; **resolve:**

Art. 1º A Portaria nº 59/2020, que dispõe sobre a concessão do benefício **Pensão Por Morte** a **Ediálida Gomes dos Passos**, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

"O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, Art. 41 da Lei Municipal nº 1.189, 02 de outubro de 2006, que reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências, Art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, **resolve:"**

Leia-se:

"O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 8º, I, §§ 3º e 4º e Art. 41, I, da Lei Municipal nº 1. 189, 02 de outubro de 2006, que reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências, Art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, **resolve:"**

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes da Portaria nº 59/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 15 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1248/2020.

PORTARIA N.º 1248/2020.

Altera dispositivos constantes na Portaria nº 59/2020, que dispõe sobre a concessão do benefício Pensão Por Morte a Ediálida Gomes dos passos e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéra; **resolve:**

Art. 1º A Portaria nº 59/2020, que dispõe sobre a concessão do benefício **Pensão Por Morte** a **Ediálida Gomes dos Passos**, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

"O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, Art. 41 da Lei Municipal nº 1.189, 02 de outubro de 2006, que reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências, Art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, **resolve:"**

Leia-se:

"O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 8º, I, §§ 3º e 4º e Art. 41, I, da Lei Municipal nº 1. 189, 02 de outubro de 2006, que reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências, Art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, **resolve:"**

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes da Portaria nº 59/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 15 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1247/2020

PORTARIA N.º 1247/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 14 de setembro de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Eugênia Maria Ramos da Silva**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 1953, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de 11/9/2020 a 16/1/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1246/2020

PORTARIA N.º 1246/2020

Dispõe sobre o indeferimento de pedido de reconsideração de readaptação de função e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores, de acordo com o Decreto n.º 3.109, de 22 de janeiro de 2017 que *Regulamenta os procedimentos para a realização de Perícias Médicas dos servidores públicos civis do Município de*

Nova Xavantina – MT, e dá outras providências e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo como resultado final do *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 11 de setembro de 2020, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **indeferir pedido de reconsideração de readaptação de função** da(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Jeane Henrique Policarpo**, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção Infraestrutura, Matrícula Funcional 3887, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. O(a) servidor(a) público(a) municipal de que trata o *caput* deste artigo, de acordo com *Laudo de Inspeção de Saúde* foi considerada *Capaz - apto*".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1245/2020

PORTARIA N.º 1245/2020

*Dispõe sobre a **concessão de férias** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Valdeni Valverde Vilas Boas**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 57, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/3/2019 a 3/3/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 20/10/2020 a 29/10/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1244/2020

PORTARIA N.º 1244/2020

*Dispõe sobre a **concessão de férias** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Leandro Daniel Dionezio**, Médico, Matrícula Funcional 4346, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 16/1/2019 a 15/1/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 13/10/2020 a 22/10/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1264/2020

PORTARIA N.º 1264/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Iodete Teodoro da Silva**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 37, lotado(a) junto a Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/11/2018 a 4/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1243/2020

PORTARIA N.º 1243/2020

*Dispõe sobre a **concessão de férias** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ludmila Martins de Oliveira**, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3900, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 21/5/2019 a 20/5/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 15/10/2020 a 3/11/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1242/2020

PORTARIA N.º 1242/2020

*Dispõe sobre a **concessão de férias** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ludmila Martins de Oliveira**, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3900, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 21/5/2018 a 20/5/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 5/10/2020 a 14/10/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1241/2020

PORTARIA N.º 1241/2020

*Dispõe sobre a **concessão de férias** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marcella de Paiva Rocha**, Odontóloga, Matrícula Funcional 3365, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/9/2019 a 9/9/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 14/9/2020 a 28/9/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1240/2020.

PORTARIA N.º 1240/2020.

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) preventivo de servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Sintia Ferreira Bispo**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1978, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 8/9/2020 a 14/9/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1239/2020

PORTARIA N.º 1239/2020

*Dispõe sobre a **concessão de férias** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Dezenilta Lopes da Silva**, Atendente, Matrícula Funcional 3685, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 3/7/2018 a 2/7/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/10/2020 a 30/10/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1265/2020

PORTARIA N.º 1265/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Iria Pereira dos Santos**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 983, lotado(a) junto a Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/11/2018 a 31/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1266/2020

PORTARIA N.º 1266/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Irislane da Silva Lima**, Gari, **Matrícula Funcional 3675, I**otado(a) junto a Secretária Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 3/7/2019 a 2/7/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1267/2020

PORTARIA N.º 1267/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e alterações posteriores;

- De acordo com o Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020; resolve:

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal Leonardo Nunes Manoel, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 812, lotado(a) junto a Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/10/2018 a 14/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1268/2020

PORTARIA N.º 1268/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marina Silva Santos**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 49, lotado(a) junto a Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/8/2017 a 31/7/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1258/2019

PORTARIA N.º 1258/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03

de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores, em especial de acordo com a Lei Municipal n.º 2.221, de 8 de setembro de 2020 que "*Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"*, e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 15 de setembro de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Juscelino da Rocha Reis**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3619, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período compreendido de 1/9/2020 a 5/2/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1269/2020

PORTARIA N.º 1269/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marta Aparecida de Melo**, Fiscal Sanitário, Matrícula Funcional 3413, lotado(a) junto a Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2018 a 2/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1270/2020

PORTARIA N.º 1270/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Mariane Gonçalves Ayres Pinto**, Enfermeira, Matrícula Funcional 3185, lotado(a) junto a Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 4/1/2019 a 3/1/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1271/2020

PORTARIA N.º 1271/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marina Angélica Marca**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4267, lotado(a) junto a Secretária de Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo de 1/6/2019 a 31/5/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1272/2020

PORTARIA N.º 1272/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Murilo Passarelli**, Biólogo, **Matrícula Funcional 3909, l**otado(a) junto a Secretária Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar, referente ao período aquisitivo de 15/7/2019 a 14/7/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1273/2020

PORTARIA N.º 1273/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 15 (quinze) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Jane Kátia Ribeiro**, Atendente, **Matrícula Funcional 102, l**otado(a) junto a Secretária Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 5/5/2019 a 4/5/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1274/2020

PORTARIA N.º 1274/2020

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 35/2020***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Washington Sousa Bispo**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104, lotado(a) junto a Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/6/2018 a 31/5/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1275/2020.

PORTARIA N.º 1275/2020.

Dispõe sobre a concessão de Gratificação especial temporária de combate ao COVID-19 a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.209, de 26 de junho de 2020que "*Dispõe sobre a criação de gratificação especial temporária específica para os profissionais da saúde que integram a equipe de trabalho escalonada para atuar no isolamento do covid-19 no Hospital Municipal Dr. Daércio Oliveira de Morais"* e suas alterações posteriores, de acordo com demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder *Gratificação especial temporária de combate ao COVID-19*, aos servidores públicos municipais - profissionais da saúde, abaixo relacionados, designados para atuar na área de isolamento da COVID-19, no Hospital Municipal Dr. Daércio Oliveira de Morais:

I – **Enfermeiro** – 20% (vinte por cento) sobre o salário base:

a) Aldo Wesley Silva Santana, Matrícula Funcional 4471;

b) Maria Helena Correia da Silva, Matrícula Funcional 4460;

c) Natalia Isabele Macedo, Matrícula Funcional 4461;

II – **Técnico de Enfermagem** – 50% (cinquenta por cento) sobre o salário base:

a) Divina Nascimento das Neves, Matrícula Funcional 3399;

b) Joice Ap. Moura Toledo, Matrícula Funcional 4442;

c) Francieli Swidzikiewicz, Matrícula Funcional 4462;

III – **Fisioterapeuta** – 20% (vinte por cento) sobre o salário base:

a) Thamyrys Nakayra Barzotto, Matrícula Funcional 3407;

b) Olivia Oliveira Serpa, Matrícula Funcional 3383.

Parágrafo único. No termos do art. 8º da Lei Municipal n.º 2.209/2020, os servidores de que trata o *caput* deste artigo, farão jus ao recebimento da Gratificação especial temporária de combate a COVID-19 no mês de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1276/2020

PORTARIA N.º 1276/2020

Dispõe sobre a nomeação de Engenheiro de Fiscalização Técnica, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato de Prestação de Serviço nº 36/2.020, firmado entre o Município de Nova Xavantina e a empresa Adimar Alves da Silva – ME que tem por objeto o contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção de calçadas (passeios públicos) na Avenida Renato Figueiro Varella (acesso a UNEMAT), conforme especificações do projeto e memorial descritivo e planilhas integrantes do edital – Tomada de Preços nº 010/2.020, resolve:

Art. 1º Designar o servidor público municipal Edbert Moreira Júnior, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956, como Engenheiro de Fiscalização Técnica para atuar na fiscalização das obras, objeto do Contrato de Prestação de Serviço nº 36/2.020, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do Contrato de Prestação de Serviço nº 36/2.020 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1277/2020

PORTARIA N.º 1277/2020

Dispõe sobre a nomeação de Engenheiro de Fiscalização Técnica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato de Prestação de Serviço nº 37/2.020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Empreiteira Silforte Eirelli - ME*** que tem por objeto o *contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de 2 (duas) salas de aula no Campus Universitário da UNEMAY-NX, conforme especificações do projeto executivo integrantes do edital – **Tomada de Preços nº 009/2.020***, **resolve:**

Art. 1º Designar o servidor público municipal **Edbert Moreira Júnior**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956, como Engenheiro de Fiscalização Técnica para atuar na fiscalização das obras, objeto do **Contrato de Prestação de Serviço nº 37/2.020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato de Prestação de Serviço nº 37/2.020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1278/2020

PORTARIA N.º 1278/2020

Dispõe sobre a nomeação de Engenheiro de Fiscalização Técnica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato de Prestação de Serviço nº 38/2.020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Solutions Corp Assessoria Empresarial Ltda*** que tem por objeto o *contratação de empresa especializada para execução dos serviços de implantação, ampliação, melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais – **Tomada de Preços nº 002/2.020***, **resolve:**

Art. 1º Designar o servidor público municipal **Thiago Soares Caetano**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 4447, como Engenheiro de Fiscalização Técnica para atuar na fiscalização das obras, objeto do **Contrato de Prestação de Serviço nº 38/2.020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato de Prestação de Serviço nº 38/2.020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1279/2020.

PORTARIA N.º 1279/2020.

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Iracema Maria Berté**, Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional 1961, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 16/9/2020 a 22/9/2020.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.963, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

DECRETO N.º 3.963, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre o reajuste da Taxa de Embarque Rodoviário e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal n.º 847/2000 e demais legislação pertinente à matéria;

- considerando o Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, acumulado de 8,94% no período de agosto/2019 a julho/2020; **Decreta**:

Art. 1º Concede reajuste tarifário de 8,94% (oito vírgula noventa e quatro por cento) incidente sobre a taxa de embarque a ser aplicada no Terminal Rodoviário de Nova Xavantina, passando de R$ 4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos) para **R$ 4,83 (quatro reais e oitenta e três centavos)**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 062/2.020.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 062/2.020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016-2020 - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**.** RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 21/09/2.020 às 8h00 (horário de Brasília - DF); DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 01/10/2.020 às 12h00 (horário de Brasília - DF); DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 01/10/2.020 às 12h30 (horário de Brasília - DF); INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 01/10/2.020 às 13h00 (horário de Brasília - DF). Nos termos do art. 4º- G da Lei nº 13.979/20, ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e sites https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-... e www.bll.org.br . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br .

Nova Xavantina – MT, 17 de setembro de 2.020.

Walmir Arruda Costa Pregoeiro Oficial.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.965, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

DECRETO N.º 3.965, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova o desmembramento de uma área de terras, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando o disposto na **Certidão 047/2.020 – favorável ao desmembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9

- Considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79; **Decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o **desmembramento de 02 (duas) áreas urbana** correspondentes a uma área que se encontra Matriculada sob n.º 16.115 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Maria Batista dos Santos**, brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) do CI/RG n.º 705.617-SSP-MT, inscrito(a) no CPF sob o n.º 460.777.151-15, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que passam a ser assim descritas e caracterizadas:

I – lote desmembramento/remanescente: 01 (um) lote urbano, com área de 400,00m², denominado de **Lote 12 da Quadra 59**, **Cadastro Municipal 001.15.059.12.001,** nesta cidade, de **Maria Batista dos Santos**, já qualificado(a) no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Alto Taquari (antiga Rua 1), medindo 20,00 metros, lado direito para o lote 11, medindo 20,00 metros, lado esquerdo para a Rua 15, medindo 20,00 metros e fundos para o lote 12-A, medindo 20,00 metros;

II – lote desmembramento: 01 (um) lote urbano, com área de 400,00m², denominado de **Lote 12-A da Quadra 59, Cadastro Municipal 001.15.059.12A.001**, nesta cidade, de **Itamar Arante Batista**, portador do CI/RG n.º 1959627-8, inscrito no CPF sob o n.º 025.915.331-13, residente e domiciliado(a) em Nova Xavantina – MT, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua 15, medindo 20,00 metros, lado direito para o lote 12, medindo 20,00 metros, lado esquerdo para o lote 10, medindo 20,00 metros e fundos para o lote 11, medindo 20,00 metros.

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: ART 1220200107775, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Adriano Fabio Sousa e Silva, Engenheiro Civil RNP 2615345737.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do desmembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Divisão de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO 3.966, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

DECRETO 3.966, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

"*Dispõe sobre Abertura de Credito Suplementar e dá outras providências***"**

O **Prefeito Municipal de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Orçamentária Anual nº 2. 167/2019 e de acordo com as demais legislações que tratam da matéria; **Decreta**:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) destinados a dar cobertura a seguinte dotação orçamentária:

01.01 – Gabinete do Presidente

01.001.01.031.0101.2075.319011000000 R$ 35.000,00

01.001.01.031.0101.2075.319113000000 R$ 3.000,00

Total do Gabinete do Presidente R$ 38.000,00

Total geral da suplementação R$ 38.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), oriundos do cancelamento da dotação orçamentária abaixo relacionada:

01.01 – Gabinete do Presidente

01.001.01.031.0101.2001.339035000000 R$ 38.000,00

Total do Gabinete do Presidente R$ 38.000,00

Total geral da redução R$ 38.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

TERMO DE DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 52/2020

TERMO DE DISTRATO

REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 52/2020

O Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso**,** representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509.151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, residente e domiciliado a Rua Santarém, 250, Centro, Nesta, aqui denominado **DISTRATANTE**, e do outro lado a pessoa física do (a) Sr.(a**). JEVERSON DA CRUZ,** brasileiro (a), portador (a) do RG nº 15005003 SSP/MT e CPF 006.747.771.23, **matrícula funcional 4450,** na qualidade de TECNICO EM RADIOLOGIA, residente e domiciliado (a) nesta cidade, neste ato denominado (a) DISTRATADO (**A**), para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA I

Fica distratado (a) o **Contrato de trabalho por tempo determinado** de número **52/2020,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de **06 de setembro de 2020**.

CLÁUSULA II

Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes, dando o(a) **DISTRATADO**(**A**), total quitação do contrato após o recebimento das obrigações trabalhistas consignadas em Lei.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de mesmo teor na presença das testemunhas abaixo.

Nova Xavantina MT, 16 de setembro de 2020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

JEVERSON DA CRUZ

Distratado(a)

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1280/2020

PORTARIA N.º 1280/2020

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 543/2020 que dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 543/2020 que "*concede 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Rosa Maria Pereira de Araújo****, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1974, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde*" passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

"referente ao período aquisitivo de 3/1/2013 a 2/1/2018."

Leia-se;

"referente ao período aquisitivo de 3/1/2019 a 2/1/2020."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2019 – CONTRATO 2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2019 – CONTRATO 2020

ORD	Nº DO CONTRATO	SERVIDOR	CARGO	JUSTIFICATIVA	INÍCIO	TÉRMINO	REMUNERAÇÃO
01	69	Ketly Marlaine Alves de Lima Ribeiro	Agente de Combate as Endemias	O presente Contrato de Prestacao de Servicos e no cargo de Agente De Combate As Endemias, em substituicao a Aderivanio Silva Benevides, em razao do gozo de licenca para concorrer a cargo publico conforme Portaria de nº 1.066/2020	08/09/2020	15/11/2020	1.400,00

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1263/2020

PORTARIA N.º 1263/2020

Dispõe sobre a ***concessão de férias*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ellen Cristina Rosa da Cruz**, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 3/7/2019 a 2/7/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 17/9/2020 a 1/10/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de setembro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO 87/2020

DECRETO 87/2020

Data 04/08/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ANTONIO MAFINI, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 474/2020, e em consonância com a lei Federal 4.320/64.

DECRETA

Art. 1 - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Credito Adicional SUPLEMENTAR, no montante de R$ 58.000,00 **(cinquenta e oito mil reais)** destinados a atender as necessidades da CAMARA MUNICIPAL, nas seguintes dotações:

01.031.0001.2001.339036000000 SERVICOS DE PESSOA FISICA 58.000,00

TOTALERAL: 58.000,00

Art. 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior e indicado como recurso, na forma do disposto no art. 43, inciso III, da Lei Federal N 4.320/64, a anulação parcial das rubricas a saber:

01.031.0001.2001.339030000000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

01.001.01.031.0001.2001.339035000000 CONSULTORIA 4.800,00

01.031.0001.2001.339039000000 SERV. PESSOA JURIDICA 23.200,00

TOTALGERAL: 58.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso 04 de agosto de 2020.

Antonio Mafini

Prefeito

LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-A/2020, 20-B/2020, 20-C/2020 E 20-D/2020 REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 34/2020

Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS), COPA E COZINHA (UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS) E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT.**

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa **ARENA MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 15.337.2020/0001-09 localizada na Rua dos Curios, nº 03, Bairro Parque Ohara, cidade de Cuiabá, CEP 78.080-840 representada pelo seu proprietário senhor **MARCOS FERNANDES DA SILVA** CPF nº 488.728.731-34 RG sob o nº 11142596 SSP/MT residente e domiciliado na Rua dos Igarapés, nº14 Bairro Jardim das Palmeiras, Cidade de Cuiabá-MT

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33068	705	SACO 250 GRAMA	CHA - ERVA MATE QUEIMADO, CONSTITUIDO DE FOLHAS NOVAS, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS,TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR PARDACENTA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A GRANEL, EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTAO	XANXERE	6,70	4.723,50

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	COPA E COZINHA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33132	162	UNIDADE	ACENDEDOR - TIPO ISQUEIRO, DE PLASTICO, TAMANHO GRANDE, COMBUSTIVEL A BASE DE FLUIDO	HIPER	2,80	453,60
33137	89	UNIDADE	AVENTAL DE PROTECAO - IMPERMEAVEL, CONFECCIONADO EM POLIESTER,TAMANHO PADRAO,SEM MANGAS.	BIOSERVICE	9,40	836,60
33142	90	PAR	BOTA - BORRACHA, 34 A 49	INNPRO	33,50	3.015,00
33149	80	UNIDADE	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO, TRANÇADO COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS	ARQPLAST	5,90	472,00
33154	648	UNIDADE	COLHER - EM ALUMINIO,,PARA SOPA	MARTINAZZO	2,21	1.432,08
33161	220	UNIDADE	EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA 01 KG, VALOR POR KG	POLIMPRESS	18,50	4.070,00
33162	281	UNIDADE	EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA 05 KG, VALOR POR KG	POLIMPRESS	18,50	5.198,50
33165	46	UNIDADE	ESCUMADEIRA - DE INOX, COM DIAMETRO DE 10 CM, PARA COZINHA, NA MANIPULACAO E PREPARO DE ALIMENTOS	MONIZ	12,90	593,40
33169	278	UNIDADE	FACA - EM INOX, FACA DE MESA, COM SERRA, CABO EM POLIPROPILENO, ACONDICIONADA DE FORMA APROPRIADA	MARTINAZZO	2,20	611,60
33173	456	UNIDADE	GARFO - EM ACO INOX, PARA REFEICOES, TAMANHO 18CM, COM CABO EM POLIPROPILENO	MARTINAZZO	2,05	934,80
33188	202	CAIXA 100 UNIDADE	PALITO - DE EM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, DE DENTE, TAMANHO 5 CM COM FORMATO ROLICO	THEOTO	0,73	147,46
33206	440	CARTELA 2 UNIDADE	PILHA - TIPO ALCALINA,VOLTAGEM DE 1,5 V,TAMANHO AAA - PALITO,CARTELA COM DUAS PILHAS	ELGIN	6,40	2.816,00
33210	48	UNIDADE	RALADOR - DE PLASTICO, POSSUINDO 04 FACES DE DIVERSAS FORMAS, PARA RALAR ALIMENTOS, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	VIEL	7,00	336,00
34628	150	CAIXA 100 UNIDADE	LUVA - LUVA DESCARTAVEL EM LATEX,TAMANHO P, M E G	TALGE	6,90	1.035,00
VALOR TOTAL						**21.952,04**

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	MATERIAL DE LIMPEZA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL

33158	1750	GALÃO DE 5 LITROS	DESINFETANTE - AGENTE DESINFETANTE QUE ELIMINA GERMES E BACTERIAS,ALQUIL BENZENO, SULFONATO DESODIO,COADJUVANTES,SEQUESTRANTE,COMPOSICAO AROMATICA FRAGANCIA E AGUA,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	MASTER	9,40	16.450,00
33159	630	UNIDADE	DESODORIZADOR AMBIENTAL - SOLUCAO TIPO AEROSOL,DIVERSAS FRAGANCIAS,COMPOSTO DE ALCOOL ETILICO, ANTIOXIDANTE, CONSERVANTE, DESNATURANTE, COADJUVANTE, FRAGANCIA, VEICULO E PROPELENTE, COMO DESNATURANTE BENZOATO DE DENATONIO,FRASCO DE ALUMINIO CONTEUDO 360 ML/250GR	DOMLINE	7,00	4.410,00
33163	126	UNIDADE	ESCOVA PARA LIMPEZA - LIMPEZA DE BANHEIROS, ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE, BASE DE CORPO EM POLIPROPILENO, MEDINDO BASE DA BOLA COM 11CM E 9CM DE PROFUNDIDADE, MEDINDO CABO COM 38CM DE COMPRIMENTO, NA COR BRANCA	ORIGINAL	5,90	743,40
33166	880	PACOTE 3 UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE, MEDINDO NO MINIMO DE 100X70X20 MM, COM FORMATO RETANGULAR, POLIURETANO COM BACTERICIDA, NA COR VERDE/AMARELA	BRILHEX	1,80	1.584,00
33167	640	PACOTE 8 UNIDADE	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES COM 08 UNIDADES, MEDINDO 110X75, COM FORMATO RETANGULAR, LA DE ACO CARBONO	DURA BRILHO	1,30	832,00
33183	450	EMBALAGEM 1 UNIDADE	LUVA PARA LIMPEZA - EM LATEX NATURAL,TAMANHO G,REFORCADA COM BORRACHA NITRILICA. INTERIOR FLOCADO EM ALGODAO, COM TRES CAMADAS PROTETORAS.,CANO LONGO	VOLK	3,90	1.755,00
33184	435	PAR	LUVA PARA LIMPEZA - PLASTICA PVC, P, M , G, LONGO	VOLK	7,95	3.458,25
33217	390	EMBALAGEM 90 GRAMA	SABONETE - EM BARRA, COM PROTECAO ANTIBACTERIANA PROLONGADA, FRAGRANCIAS DIVERSAS	MOTIVUS	1,00	390,00
33222	1360	PACOTE 100 UNIDADE	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDINDO (63CMX0,08MM), NA COR PRETA, PESANDO 3 KGS, NBR 9190,NBR 9191	RC	22,70	30.872,00
33227	328	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO - MEDINDO (70 X 45)CM, NA COR BRANCA, 100% ALGODAO	VENESA	6,50	2.132,00
34684	542	GALÃO DE 5 LITROS	LIMPA PISO - LIMPA PEDRA DESENCRUSTANTE ACIDO GALAO DE 5 LITROS	BIO CLEAN	20,59	11.159,78
VALOR TOTAL						**73.786,43**

Registro de Preço da empresa **BOM JESUS SUPERMERCADO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 02.571.596/0001-05 localizada na Avenida Ayrton Senna Bairro Centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-000 representada pelo seu sócio senhor **JOÃO BATISTA GUEDES** CPF nº 447.998.539-53 RG sob o nº 3.199.911-1 residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna Bairro Centro Cidade de Novo Mundo – MT,

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33029	2970	PACOTE 2 QUILO	ACUCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR,TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR,CHEIRO PROPRIOS,SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTACAO,ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO,CONTENDO 2KG DO PRODUTO	ITAMARATI	5,40	16.038,00
33032	980	MOLHO 1 UNIDADE	ALFACE - TIPO CRESPA,FRESCA, COM COR, ODOR E SABOR PROPRIOS,DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINAS E SAS,COM FOLHAS BRILHANTES E SEM PONTOS ESCUROS,BEM DESENVOLVIDA,AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ISENTA DE SUBSTANCIAS TERROSAS E CORPOS ESTRANHOS,LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES,NAO DEVENDO ESTAR GOLPEADAS OU DANIFICADAS,ACONDICIONADA EM CAIXA DE POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE,.,CONFORME RESOLUCAO CNNPA N°12 DE 1978	LUCENA	3,90	3.822,00
33033	245	QUILOGRAMA	ALHO - BULBO, NACIONAL, DE OTIMA QUALIDADE, FRESCO, SEM LESOES DE ORIGEM LIVRE DE RESIDUOS, TAMANHO E COR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, PESANDO APROXIMADAMENTE PESANDO EM KILO	ADORI	29,00	7.105,00
33034	340	PACOTE 400 GRAMA	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO - OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PO SOLUVEL,LEITE EM PO E/OU SORO, EXTRATO DE MALTE, ACUCAR E SAL, CONSTITUIDO DE PO FINO E HOMOGENEO, ISENTO DE SOJA OU FARINHA,SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 3% EM PESO, ACONDICIONADO EM OU SEJA, DE ACORDO COM AS UNIDADES DE FORNECIMENTOS	ZAELI	5,80	1.972,00
33035	120	PACOTE 500 GRAMA	AMENDOIM - TORRADO, SEM PELE, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, COM GRAOS DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE PLASTICO LAMINADO	DORI	9,50	1.140,00
33038	1705	PACOTE 5 QUILO	ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	TIO LINDO	15,49	26.410,45
33039	104	SACHE 500 GR	AZEITONA EM CONSERVA - VERDE, INTEIRA E SEM CAROCO, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADA EM SACHE LACRADO E VEDADO, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO. EMBALAGEM COM 500 GR DRENADO, PESO LIQUIDO 820 G.	ZAELI	18,40	1.913,60
33040	260	PACOTE	BALA - BALA MASTIGAVEL, SABOR NATURAL DE IOGURTE, COLORIDA ARTIFICIALMENTE. EMBALAGEM COM 600 GRAMAS, COM LACRE E VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES.	DORI	10,80	2.808,00
33041	250	SACO 500 GRAMA	BALA - DE FRUTA, CILINDRICA,, ORIFICIO CIRCULAR AO CENTRO,DURA,OBTIDO DA PASTA DE ACUCAR FUNDIDO,ODOR E SABOR PROPRIOS,AUSENTES DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.,,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA,EMBALADO DE ACORDO COM A UNIDADE DE FORNECIMENTO	DORI	9,80	2.450,00
33042	500	QUILOGRAMA	BANANA - MACA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	FRUTIVINI	2,90	1.450,00
33044	130	QUILOGRAMA	BATATA PROCESSADA - TIPO PALHA,EMBALADA EM SACO PLASTICO,ESTERILIZADA EM ATMOSFERA,ACONDICIONADA PARA TRANSPORTE EM SACO PLASTICO,HIGIENIZADA, CORTADA EM TIRAS,COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,FIRME E INTACTA,LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	FRITEI	21,50	2.795,00

33047	1190	PACOTE 400 GRAMA	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO, ACONDICIONADO EM EM PACOTES, 400 G	ADORALLE	3,99	4.748,10
33049	1210	PACOTE 800 GRAMA	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE DIVERSOS SABORES, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL., ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS., ACONDICIONADO EM PACOTE 800 GRAMAS.	ADORALLE	7,30	8.833,00
33050	1250	UNIDADE	BOLACHA DOCE, RETANGULAR, TIPO MAISENA, EMBALAGEM COM 400 G	ADORALLE	3,99	4.987,50
33057	880	QUILOGRAMA	CARNE BOVINA - TIPO COXAO DURO, PECA INTEIRA, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	BOI VERDE	22,50	19.800,00
33058	930	QUILOGRAMA	CARNE BOVINA - TIPO COXAO MOLE, PECA INTEIRA, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO ENTRE 8 E 10 KILOS	BOI VERDE	29,50	27.435,00
33060	1110	QUILOGRAMA	CARNE BOVINA, ACÉM, DE PRIMEIRA QUALIDADE	BOI VERDE	21,50	23.865,00
33061	725	QUILOGRAMA	CARNE BOVINA - TIPO CHAMBARI EM RODELAS, SEM PELANCA, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA, PESANDO SEM SUGIDADES E ACAO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF	BOI VERDE	12,49	9.055,25
33062	450	QUILOGRAMA	CARNE SUINA - TIPO BACON DEFUMADO,EM PECA,ADEQUADA,CONFORME LEGISLACAO,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	FORTEZA	29,50	13.275,00
33067	1220	SACHE 10 GRAMA	CHA - ERVA DOCE SECA-ANIZ, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS	LELI	2,00	2.440,00
33071	386	PACOTE 100 GRAMA	COCO RALADO - AMENDOAS DE COCO PURO,EM FLOCOS PARCIALMENTE DESIDRATADO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MAXIMA DE 4% P/P E LIPIDIOS ENTRE 35% A 60%, ISENTO DE IMPUREZAS,SUJIDADES E RANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 100 GRAMAS	ZAELI	6,20	2.393,20
33079	982	PACOTE 1 QUILO	FARINHA DE MANDIOCA - SECA,FINA,LIGEIRAMENTE TORRADA, ESCURA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	TIO JAND	7,80	7.659,60
33080	2236	SACO 1 QUILO	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE, LIVRE DE COM FERMENTACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 1 KG	IASAY	3,99	8.921,64
33081	1810	PACOTE 1 QUILO	FEIJAO - CARIOQUINHA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS D E OUTRAS ESPECIES, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA	TIO LINDO	6,40	11.584,00
33088	490	PACOTE 1 QUILO	FUBA DE MILHO - SIMPLES,DO GRAO DE MILHO MOIDO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE,FERMENTACAO,RANCO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 1 QUILO	CAMPILAR	4,69	2.298,10
33089	516	CAIXA 395 GRAMA	LEITE CONDENSADO - COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL,ACUCAR E LACTOSE (TRADICIONAL), DE CONSISTENCIA CREMOSA E TESTURA HOMOGENEA, ACONDICIONADO EM CAIXA CARTONADA	PIRACANJUBA	4,20	2.167,20
33096	176	UNIDADE COM 500 GRAMAS	MAIONESE - EMULSAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEOS VEGETAIS, COM ADICAO DE CONDIMENTOS, SUBSTANCIAS COMESTIVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTENCIA CREMOSA, NA COR AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES DE PREPARO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, ACONDICIONADA EM VIDRO, HERMETICAMENTE FECHADO,	HELLMANS	7,80	1.372,80
33097	1086	POTE 500 GRAMAS	MARGARINAS VEGETAIS - DE CONSISTENCIA CREMOSA,COM SAL,VITAMINA ¨ A ¨ DE 15 A 50 MIL U.I, CONSERVADA EM TEMPERATURA AMBIENTE, ACONDICIONADA DE FORMA ADEQUADA	DELICIA	5,90	6.407,40
33103	390	LATA 200 GRAMA	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADO EM LATA COM 200 GRAMAS, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	QUERO	3,20	1.248,00
33106	3860	LATA 900 MILILITRO	OLEO COMESTIVEL - DE SOJA, OBTIDO DA SOJA, SEM COLESTEROL E SEM ADITIVO, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM EM LATA DE 900 ML	CONCORDIA	4,42	17.061,20
33108	140	PACOTE 10 GRAMA	OREGANO - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO	LELI	2,40	336,00
33110	1350	QUILOGRAMA	PAO - DO TIPO HOT-DOG / CACHORRO QUENTE, PAO DOCE COM MASSA LEVE DE FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, OVOS, LEITE, FEERMENTO QUIMICO, ASSADO.	BOM JESUS	12,99	17.536,50
33112	1200	QUILOGRAMA	PAO DE HOT-DOG - DO TIPO MINI PAO HOT-DOG, PESANDO 25G A UNIDADE, SUPERFICIE MACIA, LISA, BRILHANTE, COM MIOLO CONSISTENTE E SEDOSO, COM VIDA UTIL DE 5 DIAS, EMBALADO EM SACO PLASTICO	BOM JESUS	12,99	15.588,00
33113	394	LATA 250 GRAMA	PESCADO EM CONSERVA - TIPO SARDINHA, PREPARADOS COM PESCADO FRESCO,LIMPO,VISCERADO, APRESENTACAO: INTEIRA COM ESPINHA, CONSERVADO EM MOLHO DE TOMATE, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE FERRUGEM E DANIFICACAO DAS LATAS, SUJIDADES,PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM LATA COM 250 GRAMAS	GOMES DA COSTA	7,90	3.112,60
33114	105	EMBALAGEM 50 GRAMA	PIMENTA DO REINO - EM PO FINO, OBTIDA DE FRUTOS MADUROS DE ESPECIMES GENUINOS, GRAOS SAOS,LIMPOS,DESSECADOS E MOIDOS, DE COLORACAO CINZA ESCURO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTA DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO, EMBALAGEM COM 50 GRAMAS	CAMPILAR	4,50	472,50
33117	350	PACOTE 500 GRAMA	POLVILHO - DOCE, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS	ZAELI	5,15	1.802,50
33118	1470	QUILOGRAMA	QUEIJO - TIPO MUSSARELA,FATIADA, EMBALADO EM PLASTICO INVIOLAVEL	DONILAC	33,00	48.510,00

33122	950	QUILOGRAMA	REPOLHO - BRANCO,FRESCO,DE PRIMEIRA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO,ÓTIMA QUALIDADE, FIRME E INTACTO,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO,EM KG	FRUTIVINI	2,99	2.840,50
33123	650	MACO 1 UNIDADE	RUCULA - FRESCA, DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,FIRME,BEM DESENVOLVIDA,INTACTA,ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL,LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES,,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA,ADEQUADA AO PRODUTO	LUCENA	3,95	2.567,50
33128	480	UNIDADE	TEMPERO PARA ALIMENTOS, COMPOSTO POR ACAFRAO, COENTRO, OREGANO, CONDIMENTO DE PIMENTA, PIMENTA DO REINO MOIDA E COMINHO EM PO. SEM GLUTEN. COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE, EMBALAGEM COM 12 SACHES COM 5 GRAMAS CADA UM TOTALIZANDO 60 GRAMAS	FACA FACIL ZAELI	3,99	1.915,20
33130	378	FRASCO 750 MILILITRO	VINAGRE - DE VINHO TINTO, PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACETICO SIMPLES, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS E MINERAIS ESTRANHOS,LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL, LIVRE DE SUJIDADES,MATERIAL TERROSO, ERROSO,E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS., ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO COM 750 ML	CASTELO	5,75	2.173,50
34613	530	KILO	CARNE SUINA SEM SAL - TIPO COSTELA, CONGELADA EM PECAS SERRADAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO APROXIMADAMENTE ENTRE 1KG A 5KGS	FORTEZA	18,75	9.937,50
34614	306	MACO 1 UNIDADE	CHEIRO VERDE - COMPOSTO POR SALSA E CEBOLINHA	LUCENA	3,90	1.193,40
34615	260	KILO	LINGUICA - TIPO TOSCANA, CONGELADA, PREPARADA COM CARNE SUINA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO. EMBALADA, SELADA EM SACO PLASTICO VIRGEM, TRANSPARENTE, ATOXICO,	FORTEZA	15,00	3.900,00
34616	366	QUILOGRAMA	MANDIOCA - DE PRIMEIRA, IN NATURA, EM CAIXA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	LUCENA	3,70	1.354,20
34618	660	PACOTE 100 GRAMA	POLPA DE FRUTA - CONGELADA, SEM ACUCAR.,SABOR ACEROLA,COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSICAO,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	FRUTAM	1,85	1.221,00
34619	600	PACOTE 100 GRAMA	POLPA DE FRUTA - CONGELADA SEM ACUCAR.,SABOR GOIABA,..COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO , AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ,	FRITAM	1,85	1.110,00
34620	730	PACOTE 100 GRAMA	POLPA DE FRUTA - CONGELADA SEM ACUCAR,SABOR MARACUJA,..COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,	FRUTAM	2,80	2.044,00
34621	640	PACOTE 100 GRAMA	POLPA DE FRUTA - CONGELADA, SEM ACUCAR.,SABOR ABACAXI,COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSICAO,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	FRUTAM	1,75	1.120,00
34622	620	PACOTE 100 GRAMA	POLPA DE FRUTA - PASTEURIZADA, COM ACUCAR,SABOR MORANGO,COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,AUSENTE DE SUBSTANCIA ESTRANHAS,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO.	FRUTAM	2,75	1.705,00
34623	430	CAIXA 1 LITRO	SUCO DA POLPA DE FRUTA - SABOR LARANJA,COMPOSTO LIQUIDO EXTRAIDO PELO ESMAGAMENTO DA FRUTA MADURA,APRESENTACAO NA FORMA LIQUIDA,QUALIDADE LIQUIDO OBTIDO DE FRUTA MADURA,SUBMETIDO A PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO,ISENTO DE FRAGMENTOS DAS PARTES NAO COMESTIVEIS,COM ASPECTO EM COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,COM VALIDADE DE 12 MESES,ACONDICIONADO EM CAIXA TETRAPACK	MAGUARY	5,90	2.537,00
35442	50	LITRO	CHANTILY - PREPARADO PARA CREME TIPO CHANTILLY, OBTIDO ATRAVES DE GORDURA VEGETAL , EMBALAGEM DE 1 LITRO	LEADER	22,00	1.100,00
35444	200	BARRA 1 QUILO	CHOCOLATE - AO LEITE,EM BARRA,CONTEM GLUTEN,PESANDO 30,00G,EMBALADO EM EMBALAGEM PLASTICA	HARALD	22,80	4.560,00
35445	100	BARRA 1 QUILO	CHOCOLATE - MEIO AMARGO,TIPO BARRA,PREPARADO COM CACAU, ACUCAR, LEITE, LICOR DE CACAU, MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS SUBSTANCIAS.,CONTEM GLUTEN,EMBALADO EM EMBALAGEM ATOXICA	HARALD	23,80	2.380,00
35449	150	PACOTE 500 GRAMAS	POLVILHO - AZEDO, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS	ZAELI	6,20	930,00
35450	200	QUILOGRAMA	QUEIJO - TIPO COALHO TIPO A, EMBALADO EM PLASTICO	DONILAC	9,99	1.998,00
35451	50	QUILOGRAMA	SAL - GROSSO, IODADO, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO,RESISTENTE E VEDADO	ZAELI	2,70	135,00
35452	50	UNIDADE	CARVAO VEGETAL - 100 % DE EUCALIPTO, EM PEDRA, UTILIZADO PARA AQUECIMENTO DE CHURRASQUEIRA, EMBALADOS EM SACOS DE PAPEL COM ALCA DE NO MINIMO 5 KG.	PIU	9,90	495,00
			VALOR TOTAL			**378.030,94**

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	COPA E COZINHA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33138	72	UNIDADE	BACIA - DE PLASTICO, PARA USO DOMESTICO,40,.,COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS,NA COR BRANCA	ARQPLAST	13,50	972,00
33139	73	UNIDADE	BACIA - EM PLASTICO REDONDA,MEDINDO APROX. DIAMETRO DE 360MM,ALTURA APROX. DE 112MM,COM CAPACIDADE PARA 7 L,CORES DIVERSAS	ARQPLAST	6,90	503,70
33140	53	UNIDADE	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS	ARQPLAST	16,00	848,00
33141	158	UNIDADE	BALDE - DE POLIETILENO, PLASTICO DE ALTA DENSIDADE, COM CAPACIDADE DE 12 LITROS, COM ALCA EM ACO GALVANIZADO, COR PRETO	ARQPLAST	6,99	1.104,42
33143	50	UNIDADE	CAIXA DE ISOPOR - POLIESTIRENO EXPANDIDO, CAPACIDADE PARA 3 LITROS, COM TAMPA E ALCA, NA COR BRANCA, MEDINDO : (227 X 137 X 186 X 32)MM (ALT X COMP X PROF X ESP), PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS ORGANICOS, QUIMICOS E VACINAS	ISOESTE	6,20	310,00

33144	45	UNIDADE	CAIXA DE ISOPOR - POLIESTIRENO EXPANDIDO, CAPACIDADE PARA 7 LITROS, COM TAMPA E ALCA, NA COR BRANCA, MEDINDO : (285 X 205 X 245 X 17)MM (ALT X COMP X PROF X ESP), PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS ORGANICOS, QUIMICOS E VACINAS	ISOESTE	9,80	441,00
33145	15	UNIDADE	CAIXA DE ISOPOR - POLIESTIRENO EXPANDIDO,CAPACIDADE PARA 160 LITROS,COM TAMPA E COM DRENO,NA COR BRANCA,MEDINDO 80X63X55CM(CXLXA)	ISOESTE	180,00	2.700,00
33146	30	UNIDADE	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR CAPACIDADE 40 LITROS	ISOESTE	61,00	1.830,00
33153	50	UNIDADE	COLHER - DE PAU, TAMANHO MEDIO	STOLF	8,29	414,50
33155	423	UNIDADE	COPO - DE VIDRO TEMPERADO LISO, COM,CAPACIDADE PARA 180ML, DIAMETRO 78MM DE DIAMETRO, ALTURA COM PÉ, PARA SUCO, NA COR TRANSPARENTE	NADIR	3,70	1.565,10
33170	270	UNIDADE	FILME PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - EM PLASTICO ADERENTE DE PVC, MEDINDO (15M X 29CM), COM ESPESSURA DE 10 MICRAS, TIPO EM ROLO, EMBALAGEM SEM SERRILHA.	G-UTIL	3,70	999,00
33185	520	UNIDADE	MARMITA - DE ISOPOR TERMICO, NO FORMATO REDONDO, N 8, COM CAPACIDADE 750 ML, COM TAMPA, SEM ALCA	MEIWA	0,69	358,80
33186	70	CAIXA 100 UNIDADE	MARMITA - DE ISOPOR TERMICO, NO FORMATO REDONDO, N 8, COM CAPACIDADE 750 ML, COM TAMPA, SEM ALCA	MEIWA	67,38	4.716,60
33189	110	PACOTE 100 UNIDADE	PALITO - DE MADEIRA, PARA CHURRASCO, FORMATO REDONDO COM 20 CM	NATURAL	5,00	550,00
33191	50	CAIXA 10000 UNIDADE	PALITO - DE PICOLE EM MADEIRA, PARA CONFECCAO DE PICOLE, TAMANHO 12 CM COM FORMATO CHATO	PARANA	98,00	4.900,00
33192	14	UNIDADE	PANELA EM ALUMÍNIO BATIDO N° 40	MARLUX	250,00	3.500,00
33193	15	UNIDADE	PANELAS - DE ALUMINIO, TIPO CACAROLA, COM CAPACIDADE PARA 17 L, MODELO COM ALCA E TAMPA	MARLUX	98,00	1.470,00
33195	13	UNIDADE	PANELAS - EM ALUMINIO, TIPO DE PRESSAO, COM CAPACIDADE PARA 10 L, MODELO COM CABO	MARLUX	138,00	1.794,00
33211	147	UNIDADE	RECIPIENTE - DE PLASTICO,TIPO RETANGULAR,TRANSPARENTE, CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 2 LITROS	ARQPLAST	7,50	1.102,50
33212	41	UNIDADE	REGISTRO DE GAS - REGULADOR DE GAS, COM MANGUEIRA TAMANHO MINIMO DE 1,20M, DIAMETRO 3/8, PARA BOTIJAO DE GAS GLP 13KG, COM BRACADEIRA SEM FIM, COM NORMA, VALIDADE E FABRICANTE, REGISTRO COM CERTIFICACAO DE APROVACAO DO INMETRO E DE SEGURANCA.	IMAR	24,90	1.020,90
33225	73	UNIDADE	SUPORTE PARA COADOR - DE PLASTICO, NO FORMATO CONICO, PARA COADOR REF.103, NA COR MARRON	SOLO	5,70	416,10
34685	21	UNIDADE	GARRAFA - TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO, INTERNA E EXTERNAMENTE, COM TAMPA, ALCA E ROSCA, 5 LITROS	INVICTA	29,90	627,90
			VALOR TOTAL			**32.144,52**

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	MATERIAL DE LIMPEZA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33148	530	FRASCO 750 MILILITRO	CERA LIQUIDA PARA PISO - PRINCIPIO ATIVO SOLVENTE DE PETROLEO, COMPOSICAO BASICA SILICONE,PARAFINA,FORMOL, CONSERVANTE,PERFUME, E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, TEOR NAO VOLATEIS MINIMO 3,5% NA CATEGORIA PRONTO USO, COR A DEFINIR NO PEDIDO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO,CONTENDO 750ML, PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	POLYLAR	3,00	1.590,00
33182	49	UNIDADE	LIXEIRA - DE LIXEIRA EM POLIPROPILENO RIGIDO, COM CAPACIDADE DE 60 LITROS, COM PEDAL EM FERRO PARA ACIONAR A ABERTURA E O FECHAMENTO DA TAMPA DE ACORDO COM O EDITAL, AZUL	ARQPLAST	115,00	5.635,00
33199	750	UNIDADE	PANO DE LIMPEZA DO TIPO PANO PARA CHAO DE USO DIARIO, ATOXICO, 70% ALGODAO, 20% POLIESTER, 10% VISCOSE, MEDINDO 80 X 90.	START	6,99	5.242,50
33204	1500	UNIDADE	PEDRA SANITARIA - TIPO PASTILHA ARREDONDADA COM SUPORTE DE PLASTICO, FRAGANCIA EUCALIPTO, EM PEDRA, COMPOSTO DE NAFTALINA, CLORETO DE BENZALCONIO E ESSENCIA DE EUCALIPTO	BRISA	1,20	1.800,00
33219	2000	PACOTE 5 UNIDADE	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, MEDINDO (LARG.75CMXALT.105CMXESP.0,12MM), NA COR AZUL, PESANDO 8KGS, NBR 9190,NBR 9191	REPORPARCK	2,80	5.600,00
33223	465	UNIDADE	SACO PLÁSTICO FARDO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50 X 80 X 0,08 CM, EMBALAGEM COM 100 UN.	PLASNORT	45,00	20.925,00
33229	300	UNIDADE	VASSOURA - DE CERDA DE PALHA(TIPO CAIPIRA), CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 30CM, COM BASE DE ARAME	CAIPIRA	17,40	5.220,00
VALOR TOTAL						**46.012,50**

Registro de Preço da empresa **DILIMAS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 36.931.533/0001-34 localizada na Av. Ayrton Senna Bairro Centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-000 representada pela sua proprietária senhora **ROSALINA DE LIMA DIAS** CPF nº 537.431.561-72 RG sob o nº 871.695 SSP/MT residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna Bairro Centro, Cidade de Novo Mundo - MT,

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33030	650	FARDO 12 UNIDADES	AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA COM TAMPA E LACRE, CONTENDO 500ML, VASILHAME PLASTICO RECICLAVEL	LEBRINHA	14,95	9.717,50
33031	480	GARRAFAO 20 LITRO	AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFAO POLIPROPILENO,TAMPA DE PRESSAO E LACRE, CONTENDO 20 LITROS, SEM VASILHAME	LEBRINHA	11,98	5.750,40
33036	165	CAIXA 500 GRAMA	AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO MILHO, PARA O PREPARODE MINGAU, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, SABOR: TRADICIONAL,, COM UMIDADE MAX 14% POR PESO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE PAPEL IMPERMEAVEL, FECHADO, ETC, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CAIXA, VEDADO, ETC,COM PESO LIQUIDODE 500 GRAMAS.	ZAELI	4,89	806,85
33037	1190	QUILOGRAMA	APRESUNTADO - COZIDO, OBTIDO DE PERNIL OU OUTRA PARTE DO SUINO SADIO, COM ASPECTO, COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJI-	FRIMESA	19,50	23.205,00

			DADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO			
33043	1030	QUILOGRAMA	BATATA - LISA, DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESÕES FISICAS OU MECANICAS, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER GRAUDA	FRUTIVINI	3,84	3.955,20
33045	370	QUILOGRAMA	BETERRABA - OTIMA QUALIDADE,FRESCA, COMPACTA E FIRME,ISENTA DE ENFERMIDADES ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADES,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA,ACONDICIONADA EM SACOS PLASTICOS ATOXICO DE GRANDE RESISTENCIA,PESO POR KILO	FRUTIVINI	3,17	1.172,90
33046	90	UNIDADE	BICARBONATO DE SÓDIO, EMBALAGEM COM 30 GR	LELI	2,15	193,50
33048	1320	PACOTE 800 GRAMA	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO, ACONDICIONADO EM EM PACOTES, 800 G	ADORALLE	7,99	10.546,80
33051	750	QUILOGRAMA	BOLO RECHEADO DIVERSOS SABORES COM RECHEIO E COBERTURA.	PADARIA LIMA	30,90	23.175,00
33052	2780	PACOTE 500 GRAMA	CAFE - TIPO TRADICIONAL,COM MAXIMO 20,00 POR CENTO EM PESO DE GRAOS COM DEFEITOS PRETOS, VERDES E OU ARDIDOS - PVA, ADMITINDO-SE CAFE ROBUSTA CONILON, COM CLASSIFICACAO DE BEBIDA DE DURA A RIO, ISENTO DE GOSTO RIO ZONA,EM PO HOMOGENEO TORRADO E MOIDO,COM CHEIRO, SABOR, APARENCIA CARACTERISTICOS,NOTA MINIMA NAO INFERIOR A 4,5 NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10, COM CERTIFICADO DE PUREZA ABIC,UMIDADE MAXIMA DE 5,00 POR CENTO,RESPEITANDO RESOLUCAO 277/05 DE 23/09/2005## RESOLUCAO SAA-37 DE 09/11/01, ACRESCIDA DA SAA-07 DE 11/03/2004 DA SAAESP E INSTRUCAO NORMATIVA NR. 08 DO MINISTERIO DA AGRICULTURA	PELE	9,00	25.020,00
33053	145	SACHE 10 GRAMA	CANELA - EM PAU, OBTIDA DA PLANTA, PEDACOS DE PAUS LIMPOS A GRANEL, PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTOS CHEIROS AROMATICOS E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADA EM MATERIAL PLASTICO	LELI	2,30	333,50
33054	145	SACHE 10 GRAMA	CANELA - EM PO FINA HOMOGENEA, OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAOS E LIMPOS, DE COLORACAO PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTO CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	LELI	1,85	268,25
33055	1070	QUILOGRAMA	CARNE BOVINA - TIPO ALCATRA DE PRIMEIRA, PECA INTEIRA PARA BIFE, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO,, EMBALADA EM SACO PLASTICO, TRANSPARENTE ATOXICO, PESANDO ,, INSPECIONADA PELO SIF	CENTRO OESTE	30,49	32.624,30
33056	1325	QUILOGRAMA	CARNE BOVINA - TIPO COSTELA, EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO., CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA., EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO.	CENTRO OESTE	18,99	25.161,75
33059	1160	QUILOGRAMA (cód.: 3)	CARNE BOVINA - TIPO MOIDA DE PRIMEIRA, PATINHO,HOMOGENEIZADA,RESFRIADA,NO MAXIMO 10 POR CENTO DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ACONDICIONADA ADEQUADAMENTE,EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO,INSPECIONADA PELO SIF OU SIE	CENTRO OESTE	21,00	24.360,00
33063	750	QUILOGRAMA	CARNE SUINA - TIPO PALETA, PICADA, RESFRIADA, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	FORTEZA	15,00	11.250,00
33064	615	QUILOGRAMA	CEBOLA - BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE,COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES E CORTES,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ACONDICIONAMENTO ADEQUADO,EM SACO DE POLIETILENO	FRUTIVINI	5,49	3.376,35
33065	410	QUILOGRAMA	CENOURA - DE PRIMEIRA,COMPACTA E FIRME,COM COR, ODOR E SABOR PROPRIOS,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, NAO APRESENTANDO RACHADURAS OU CORTE NA CASCA,BEM DESENVOLVIDA	FRUTIVINI	3,97	1.627,70
33066	1270	SACHE 10 GRAMA	CHA - CAMOMILA, CONSTITUIDO DE FLORES, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, DE COR ..., COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, EM EMBALAGEM APROPRIADA	LELI	2,99	3.797,30
33069	636	PACOTE 400 GRAMA	CHOCOLATE - DO TIPO BOMBOM SORTIDO E EMBALADO EM EMBALAGEM ATOXICA	GAROTO	12,15	7.727,40
33070	160	QUILOGRAMA	CHUCHU - DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORA O UNIFORME, LIVRE DE ENFERMIDADES, LIVRE DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ACONDICIONADO EM EM SACO PLASTICO, PESANDO APROXIMADAMENTE PESO UNIFORME	FRUTIVINI	4,45	712,00
33072	365	UNIDADE	COLORAU - (URUCUM) PÓ FINO, HOMOGÊNEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA(PACOTE DE 500G)	LELI	5,27	1.923,55
33073	620	PACOTE 8 GRAMA	CRAVO DA INDIA - OBTIDO DO BOTAO FLORAL DE ESPECIME GENUINA,DE COLORACAO PARDO ESCURA, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 16%,ISENTO DE DETRITOS DO PROPRIO PRODUTO E IMPUREZAS DOS GRAOS OU SEMENTES,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO,TIPO TRANSPARENTE	LELI	2,59	1.605,80
33074	296	CAIXA 200 GRAMA	CREME DE LEITE - APRESENTANDO TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 25%, EMBALADO EM CAIXA CARTONADA,PESANDO 200 GRAMAS	NENE	2,70	799,20
33075	520	UNIDADE	DOCE EM PASTA, POTE DE 400 G, SABOR A ESCOLHER	XODÓ	5,85	3.042,00
33076	224	PACOTE 500 GRAMA	DOCES EM PASTA - DE GOIABA(GOIABADA), SIMPLES, EM MASSA, OBTIDO DO PROCESSAMENTO DAS PARTES, COMESTIVEIS DESINTEGRADAS DA FRUTA, COM ACUCAR,COM OU SEM ADICAO DE AGUA,PECTINA, AJUSTADOR DE PH,ADITIVOS E OUTROS INGREDIENTES, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	XODÓ	5,35	1.198,40
33077	210	SACHE 200 GRAMA	ERVILHA VERDE EM CONSERVA - SIMPLES,INTEIRA,IMERSA EM LIQUIDO,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA,APRESENTANDO PESO DRENADO	FUJINI	3,10	651,00
33078	750	CAIXA 340 GRAMA	EXTRATO DE TOMATE - SIMPLES, CONCENTRADO,PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLOGICO,PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS, SEM PELE, SEM	BONARE	2,34	1.755,00

			SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS,ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTACAO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.			
33082	492	UNIDADE	FERMENTO EM PÓ 100 G PARA BOLOS	FLEISCHMANN	2,89	1.421,88
33083	450	UNIDADE	FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO PARA PÃES, EMBALADO A VÁCUO, EMBALAGEM COM 125 G	SAF INSTANT	8,65	3.892,50
33084	462	UNIDADE	FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO PARA PÃES, EMBALAGEM COM 10 G	SAF INSTANT	1,13	522,06
33085	960	QUILOGRAMA	FRANGO PROCESSADO - EM PECA,NAO TEMPERADO,COXA-SOBRECOXA,CONTENDO CONGELADO,PESO EM MEDIA 2KG,COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MANCHAS E LARVAS,EMBALADO EM SACO PLASTICO POLIETILENO, TRANPARENTE ATOXICO,ACONDICIONADO EM EM SACO PLASTICO POLIETILENO, TRANSPARENTE ATOXICO , INSPECIONADO PELO SIF	MAROMBI	10,99	10.550,40
33086	800	QUILOGRAMA	FRANGO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO,CONGELADO,SEM PE, SEM CABECA,COM ASPECTO DE COR E CHEIRO PROPRIOS,SEM MANCHAS,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO,COM SELO DO SERVICO DE INSPECAO FEDERAL E ESTADUAL	MAROMBI	10,32	8.256,00
33087	1180	PACOTE 500 GRAMA	FUBA DE MILHO - SIMPLES, DO GRAO DO MILHO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE E FERMENTACAO, ISENTO DE SUJICIDADE, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 500G	MIKA	2,69	3.174,20
33090	200	LATA 400 GRAMA	LEITE EM PO - FORMULA INFANTIL - PARA LACTENTES EM RISCO DE DESENVOLVER ALERGIAS (LACTENTES COM FAMILIARES ALERGICOS), INGREDIENTES LACTOSE, OLEOS VEGETAIS (GIRASSOL, COCO, COLZA, PALMA) E DE MORTIERELLA ALPINA, PROTEINAS DO SORO DE LEITE HIDROLISADAS ENZIMATICAMENTE, SUBSTANCIAS MINERAIS (FOSFATO DE CALCIO, CLORETO DE MAGNESIO, CLORETO DE POTASSIO, FOSFATO DE POTASSIO, CLORETO DE SODIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO CUPRICO, SULFATO DE MANGANES, SELENATO DE SODIO, IODETO DE POTASSIO), OLEO DE PEIXE, L-ARGININA, VITAMINAS (C, E, A, PP, ACIDO PANTOTENICO, D, B1, B2, B6, K, ACIDO FOLICO, B12, BIOTINA), L-HISTIDINA, BITARTRATO DE COLINA, L-TIROSINA, TAURINA, INOSITOL, NUCLEOTIDOS, L-CARNITINA, CULTURA DE BIFIDOBACTERIAS.IGUAL OU SUPERIOR A MARCA NAN HA 1	DANONE	32,78	6.556,00
33091	142	LATA 400 GRAMA	LEITE EM PO INSTANTANEO - COMPOSICAO: LEITE INTEGRAL, VITAMINAS (A,D E C), E MINERAIS (FERRO E ZINCO) E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN	NINHO	11,89	1.688,38
33092	4040	CAIXA 1 LITRO	LEITE LONGA VIDA - INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 3%, SUBMETIDO A ULTRAPASTEURIZACAO, RECIPIENTE HERMETICO EM GARRAFA TIPO PET COM 1 LITRO	NENE	3,45	13.938,00
33093	350	QUILOGRAMA	LINGUICA - DEFUMADA, TIPO CALABRESA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL,FIRME,SEM UMIDADE,NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	FORTEZA	19,93	6.975,50
33094	165	PACOTE 5 GRAMA	LOURO - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAO SAOS,LIMPOS E SECOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO	LELI	1,99	328,35
33095	430	QUILOGRAMA	MACA - GALA,NACIONAL,DE PRIMEIRA,APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA,COM POLPA INTACTA E FIRME,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE,DEVIDAMENTE HIGIENIZADA E EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME PVC	FRUTIVINI	6,99	3.005,70
33098	2140	PACOTE 500 GRAMA	MASSA ALIMENTICIA - TIPO SECA E FRESCA, FORMATO PARAFUSO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA SEMOLA, OVOS, VITAMINADO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E PARASITAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO 500G, COM SELO DA ABIMA	ADORALLE	2,99	6.398,60
33099	800	QUILOGRAMA	MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM A GRANEL,PESANDO ENTRE (6 A 10)KG CADA UNIDADE	FRUTIVINI	1,50	1.200,00
33100	580	QUILOGRAMA	MELAO - AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME.	FRUTIVINI	4,99	2.894,20
33101	170	PACOTE 500 GRAMA	MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE,BENEFICIADO,POLIDO,LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO FILME BOPP	MIKA	2,49	423,30
33102	110	UNIDADE	MILHO PARA CANJICA, AMARELA, TIPO 01, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, TIPO 1. EMBALAGEM, CONTENDO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER O REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E / OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	3,30	363,00
33104	85	LATA 400 GRAMA	MISTURA PARA PREPARO DE BEBIDA LACTEA - TIPO MINGAU DE AMIDO DE ARROZ (MUCILON), COMPOSTO DE CEREAIS, ACUCARES E VITAMINAS, LATA DE METAL COM 500G	DANONE	9,87	838,95
33105	55	UNIDADE	NOZ MOSCADA - EM PO,CONSTITUIDA DE AMENDOAS SECAS E MOIDAS,COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ISENTA DE MOFO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, pacote com 10 Gr	LELI	3,55	195,25
33107	90	PACOTE 100 GRAMA	OREGANO - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO	ZAELI	8,15	733,50
33109	1762	DUZIA	OVO - OVOS DE GALINHA, VERMELHOS, CLASSE A, EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, GRANDES, SAUDAVEIS E EMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELAO OU ISOPOR.	ALVORADA	6,85	12.069,70

33111	2530	QUILOGRAMA	PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: FARINHA DE TRIGO, AGUA, FERMENTO E SAL, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTANCIAS COM MATERIA PRIMA DE 1º QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, PESANDO NO MININO 50G.	PADARIA LIMA	11,74	29.702,20
33115	420	UNIDADE	PO PARA PREPARO DE GELATINA - SABORES DIVERSOS, AÇÚCAR CRISTAL, GELATINA EM PÓ, SAL, ACIDULANTE, AROMATIZANTE, FOSFATO TRICÁLCICO E DIÓXIDO DE SILÍCIO, FERRO E VITAMINAS, EDULCORANTES ARTIFICIAIS E CORANTES ARTIFICIAIS, SEM GLÚTEN, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	FLEISCHMANN	1,25	525,00
33116	1220	UNIDADE	PÓ PARA SUCO, VÁRIOS SABORES, EMBALAGEM DE 300 GRS	QUALIMAX	6,15	7.503,00
33119	815	GARRAFA 2 LITRO	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, AGUA GASEIFICADA, ACUCAR,ADICAO DE CARAMELO E DE ESSENCIAS,CORANTTES ARTIFICIAIS,LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ACONDICIONADO EM GARRAFA PET, COM TAMPA DE ROSCA,NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR NOME DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE,APRESENTACAO DE INFORMACOES NUTRICIONAIS OBEDECENDO NORMAS VIGENTES	COCA COLA	6,99	5.696,85
33120	850	GARRAFA 2 LITRO	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE GUARANA, AGUA GASEIFICADA, ACUCAR,0,02G A 0,20G DE EXTRATO DE SEMENTE DE GUARANA,CORANTES ARTIFICIAIS,LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ACONDICIONADO EM GARRAFA PET, COM TAMPA DE ROSCA,NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR NOME DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, APRESENTACAO DE INFORMACOES NUTRICIONAIS OBEDECENDO NORMAS VIGENTES	MARAJA	4,99	4.241,50
33121	610	GARRAFA 2 LITRO	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE LARANJA, CONTENDO 2,5% A 3,5% DE SUCO DE LARANJA, COM CORANTES ARTIFICIAIS,LIVRE DE SUJIDADES, PRARASITAS E LARVAS,ACONDICIONADO EM GARRAFA PET DE 2 LITROS COM TAMPA DE ROSCA	FANTA	5,98	3.647,80
33124	1575	PACOTE 1 QUILO	SAL - REFINADO, IODADO, EXTRAIDO DE FONTES NATURAIS, AUSENCIA DE SUJIDADES IMPUREZAS ORGANICAS, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, UMIDADE MAXIMA DE 0,2%, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO DE 1KG	MASTER	1,29	2.031,75
33125	680	QUILOGRAMA	SALSICHA - HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA, CONGELADA COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS, ACONDICIONADA EM ACONDICIONADOS EM SISTEMA CRY-O-VAC, PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE	RESENDE	7,99	5.433,20
33126	115	PACOTE 1 QUILO	TEMPERO - COMPLETO COM PIMENTA, SAL,POLPA DE ALHO, PEMENTA JALAPENA, PIMENTA DO REINO BRANCA, CEBOLA, MANJERICAO, OLEO VEGETAL, REALCADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO , 1 KL	ALCONDI	9,99	1.148,85
33127	152	UNIDADE	TEMPERO - COMPLETO COM PIMENTA, SAL,POLPA DE ALHO, PEMENTA JALAPENA, PIMENTA DO REINO BRANCA, CEBOLA, MANJERICAO, OLEO VEGETAL, REALCADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO , 300 G	ALCONDI	3,67	557,84
33129	1570	QUILOGRAMA	TOMATE - MADURO,BOA QUALIDADE,GRAUDA,DE POLPA FIRME E INTACTA,ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL,LIVRE DE RESIDUOS E FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE,ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELAO, OU EMBALAGEM APROPRIADA PARA O SEU MANUSEIO,VENDA POR PESO	FRUTIVINI	4,54	7.127,80
34612	104	UNIDADE (QUILOGRAMA)	BANHA REFINADA - GORDURA DE SUINO (TECIDO ADIPOSO) NAO CONTEM GLUTEN. NAO CONTEM LACTOSE. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO E PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO. NA DATA DA ENTREGA E TER VALIDADE MINIMA DE 06 MESES E REGISTRADO NO ORGAO COMPETENTE.	MEINHART	14,99	1.558,96
34617	216	PACOTE 800 GRAMA	MISTURAS PARA PREPARO DE FEIJOADA - ORELHA DE PORCO, PE DE PORCO, LINGUICA CALABRESA, PAIO, E COSTELINHA SUINA, FOLHA DE LOURO	FORTEZA	15,97	3.449,52
35443	100	SACO 25 QUILO	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL, OBTIDA DA MOAGEM DO TRIGO, DE COR BRANCA, ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO, FERRO, ISENTA DE SUJIDADE, SEM FERMENTO	MATILDE	99,90	9.990,00
35446	80	PACOTE 25 GRAMAS	CHOCOLATE - AO LEITE,TIPO GRANULADO,PREPARADO COM CACAU, ACUCAR, LEITE, LICOR DE CACAU.,MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS SUBSTANCIAS,EMBALADO EM SACO	MIKA	4,82	385,60
35447	50	FRASCO 10 ML	ESSENCIA ARTIFICIAL - PREPARADA COM CORANTE ARTIFICIAL EM LIQUIDO, PARA FINS ALIMENTICIOS. IDEAL PARA PASTA AMERICANA, GLACES, FONDANT, CHANTILLY...,COM ASPECTO COR,CHEIRO COM ASPECTO E CHEIRO PROPRIO E NAS CORES DIVERSAS,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL	MAVALERIO	8,22	411,00
35448	150	QUILOGRAMA	FARINHA DE ROSCA - SECA,FINA,LIGEIRAMENTE TORRADA, DE COR AMARELADA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELAO REFORCADO	PADARIA LIMA	5,17	775,50
VALOR TOTAL						**395.368,49**

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	COPA E COZINHA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33147	32	UNIDADE	CANECAS - DE ALUMINIO, CAPACIDADE PARA 2 L, COM ALCA	ARABA	33,50	1.072,00
33151	195	UNIDADE	COADOR - DE NYLON, NO FORMATO CONICO, NA COR BRANCA, N-.103, PARA CAFE	SOLO	4,22	822,90
33156	3490	PACOTE 100 UNIDADE	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 180ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 100 COPOS	TOP FORM	2,89	10.086,10
33157	2440	PACOTE 100 UNIDADE	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 50ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 100 COPOS	TOP FORM	1,49	3.635,60
33168	42	UNIDADE	FACA - EM ACO INOX,COM FIO ONDULADO DE 10¨ (POLEGADAS),.,CABO EM POLIPROPILENO,PARA PAO	TRAMONTINA	13,63	572,46
33174	58	UNIDADE	GARRAFA - GARRAFA TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, AMPIDRO TEMPERADO, COM TAMPA TIPO PRESSAO., CAPACIDADE DE 1 LITRO.	INVICTA	38,99	2.261,42
33176	65	UNIDADE	GARRAFAO VAZIO - DE POLIPROPILENO,COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS,NO MODELO USUAL EM FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL,NO FORMATO REDONDO,PARA AGUA	BLUE PET	16,99	1.104,35

33194	17	UNIDADE	PANELAS - DE ALUMINIO, TIPO DE PRESSAO, COM CAPACIDADE PARA 4,5 L, MODELO COM CABO	PANELUX	65,00	1.105,00
33197	11	UNIDADE	PANELAS - PANELA DE ALUMNIO BATIDO - 15 LITROS	MARLUX	89,90	988,90
33200	156	ROLO	PAPEL ALUMINIO - MEDINDO 0,45CMX7,50M, ESPESSURA DE 0,011MICRAS, APRESENTADO EM ROLO,COM CODIGO DE BARRAS DO FABRICANTE	LIFE CLEAR	4,49	700,44
33207	335	UNIDADE	PRATO DESCARTAVEL - DO TIPO PRATO LAMINADO REDONDO Nº 07, 35CM DE DIAMETRO	TOTAL PLASTC	1,99	666,65
33208	574	UNIDADE	PRATOS - DE VIDRO TEMPERADO, FORMATO FUNDO, TAMANHO GRANDE	DURALEX	5,55	3.185,70
33209	136	DUZIA	PRENDEDOR DE ROUPA - DE PLASTICO, NO FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 8CM, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	RODOLAR	1,79	243,44
33226	53	UNIDADE	TABUA PARA MANIPULACAO - DE POLIPROPILENO, MEDINDO 40 X 50 MM, COM ALTURA DE 12MM, NO FORMATO RETANGULAR, COM CABO	ARQPLAST	53,34	2.827,02
33228	169	CAIXA 100 UNIDADE	TOUCA - EM BRIM LEVE BRANCO, COM ELASTICO E TELA DE FILO BRANCA NA PARTE DE CIMA, TAMANHO UNICO, COR BRANCA, PARA MANIPULACAO E PREPARO DE ALIMENTOS	VOLK	16,50	2.788,50
34629	5	UNIDADE	PANELAS - EM ALUMINIO, DE PRESSAO, COM CAPACIDADE PARA 18 LITROS	MARLUX	419,00	2.095,00
35456	150	UNIDADE	INSETICIDA DOMESTICO - EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 50G, APRESENTACAO EMBOLAS, COM DATA DE VALIDADE, LOTE DE FABRICACAO, MEDIA, NAFTALINA 100%	AZULIN	1,79	268,50
35457	80	UNIDADE	INSETICIDA DOMESTICO - MULTI-INSETICIDA, EXTERMINA QUALQUER TIPO DE INSETO CASEIRO, EMBALAGEM COM 500ML, INGREDIENTES ATIVOS: CARBAMATO	DETEFON	8,99	719,20
			VALOR TOTAL			**35.143,18**

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	MATERIAL DE LIMPEZA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33133	2800	UNIDADE	AGUA SANITARIA - SOLUCAO AQUOSA,A BASE DE HIPOCLORITO SODIO OU CALCIO, FRASCO PLASTICO, 2%PP A 2,5%PP, **FRASCO 2 LITROS**	TUFF	3,11	8.708,00
33201	2250	PACOTE 4 UNIDADE	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES PICOTADO NA COR BRANCA, TEXTURA MACIA, MEDINDO 60M X10 CM	SENSATO	4,49	10.102,50
33202	1590	PACOTE 1000 FOLHA	PAPEL TOALHA - DE ALTA QUALIDADE, MACIO, INTERFOLHAS COM 2 DOBRAS, MEDINDO (23 X 27)CM, ISENTO DE IMPUREZA, 100% CELULOSE, C/ GRAMATURA DE 40/42 GR/M2, ABSORCAO PROPRIA, COR BRANCA	SENSATO	18,90	30.051,00
33216	460	PACOTE 5 UNIDADE	SABAO EM BARRA - COMPOSICAO BASICA CARBONATO DE SODIO, CORANTE CARBONATO DE CALCIO, ESPECIFICACOES CORANTE E AGUA, COMUM, NA COR AMARELA, EMBALADO EM SACO PLASTICO	GIRANDO SOL	4,99	2.295,40
35453	60	UNIDADE	RECIPIENTES PARA LIXOS EM PLASTICO COM 03 CESTOS, FORMATO RETANGULAR COM TAMPA, COM SUPORTE, MED. 74 ALT X 40 LARG X 35 PROF. COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS, TIPO SELETIVA EM 03 CORES	JSN	404,45	24.267,00
35455	250	FRASCO 500 ML	ALCOOL - EM GEL, COM TEOR MINIMO DE 70%,.,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,ROTULO N. LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	NUTRIDERM	6,99	1.747,50
VALOR TOTAL						**77.171,40**

Registro de Preço da empresa **SOMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 26.877.656/0001-80 localizada na Avenida Alzira Santana, Quadra 17, Lote 02, Bairro Ikaray, cidade de Várzea Grande CEP 78.130-634 representada pelo seu representante senhor **GEAN DIEGO MEISTER** CPF nº 944.142.621-00 RG sob o nº 1423493-9 SSP/MT residente e domiciliado na Rua 11,Quadra 38, Lote 15, Bairro Jardim Marajoara, Cidade de Várzea Grande - MT,]

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	COPA E COZINHA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33131	70	CAIXA 50 UNIDADE	ACENDEDOR - PALITO DE FOSFORO EXTRA LONGO,EM MADEIRA	PARANA	3,20	224,00
33150	69	UNIDADE	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO, TRANÇADO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS	ARQPLAST	27,90	1.925,10
33172	170	PACOTE 50 UNIDADE	GARFO - DE PLASTICO, PARA SOBREMESA, APRESENTACAO LISA	SERTPLAST	3,90	663,00
33175	46	UNIDADE	GARRAFA TERMICA - TIPO COMUM, REVESTODA EM PLASTICO, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, COM TAMPA DE ROSCA E ALCA, COM CAPACIDADE PARA 5 L	INVICTA	44,95	2.067,70
33177	874	PACOTE 50 UNIDADE	GUARDANAPO DE PAPEL - (24X22)CM, FOLHA SIMPLES, GROFADO COM TEXTURA, NA COR BRANCA, MAXIMA 15MM2	TREVO	1,90	1.660,60
33190	130	PACOTE 100 UNIDADE	PALITO - DE PICOLE EM MADEIRA, PARA CONFECCAO DE PICOLE, TAMANHO 12 CM COM FORMATO CHATO	GABOARDI	7,00	910,00
33196	14	UNIDADE	PANELAS - EM ALUMINIO, TIPO PRESSAO, 07 LITROS	ASJ	109,00	1.526,00
33198	580	UNIDADE	PANO DE COPA E COZINHA - DE ALGODAO LISO (PARA PRATO), MEDINDO 43 X 67CM, NA COR BRANCA, 100% ALGODAO	MARTINS	4,35	2.523,00
33205	350	CARTELA 2 UNIDADE	PILHA - TIPO ALCALINA,VOLTAGEM DE 1,5 V,TAMANHO AA - PEQUENA,CARTELA COM DUAS PILHAS	ELGIN	8,90	3.115,00
34686	114	PCT 50 UNID.	COLHER - COLHER DESCARTAVEL EM POLIESTIRENO,PARA SOBREMESA,NA COR BRANCA,EM EMBALAGEM ADEQUADA	SERTPLAST	3,95	450,30
VALOR TOTAL						**15.064,70**

CÓD.	QUANT.	UND. FORN.	MATERIAL DE LIMPEZA	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
33134	950	UNIDADE	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE 46- HIDRATADO, EMBALADO EM PLASTICO COM 1 LITRO	ALVO	5,80	5.510,00
33135	655	UNIDADE	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE 65 GRAUS INPM,HIDRATADO DILUIDO, EMBALADO EM GEL COM 500G.	AUDAX	7,90	5.174,50
33136	425	UNIDADE	AMACIANTE - PARA USO EM ROUPAS, COMPOSTO POR CLORETO DE DIAQUIL DIMETIL AMONIO, COADJUVANTES, FRAGRANCIAS, 1,2 BENZOTIAZOLIN-3-ONA, ATENUADOR DE ESPUMA E AGUA,ACONDICIONAMENTO EM FRASCO COM **2 LITROS**, E AS SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A (RESOLUCAO MS 1/78),(PORT.874/98)	FLORA	4,95	2.103,75

33160	1925	UNIDADE	DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE NEUTRO ALCALINIZANTE,COMPOSICAO BASICA A BASE DE ACIDO DODECIL BENZENO SULFONICO,PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, FRAGANCIAS COM AGENTES CONSERVANTES,TEOR DE ATIVOS ESPESSANTE E VEICULO,COMPOSICAO AROMATICA AROMA SUAVE,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500ML,PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE NEUTRO ALCALINIZANTE	FLORA	1,65	3.176,25
33164	99	UNIDADE	ESCOVA PARA ROUPA - DE MADEIRA, RETANGULAR, DIVERSAS, M	DSR	2,50	247,50
33171	320	UNIDADE	FLANELA - 100% ALGODAO, MEDINDO 40CM X 60CM, NA COR VERMELHA	MARTINS	2,80	896,00
33178	225	FRASCO 200 MILILITRO	LIMPA MOVEIS - EMULSAO AQUOSA CREMOSA, PERFUMADO, PARA SUPERFICIE EM GERAL (EXCETO PISO), CCOMPOSTO CERA,SILICONE,SOLVENTE,EMULSIFICANTE,CONSERVANTE, SEQUESTRANTE,PERFUME E AGUA, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO	TOQ DE PERFUME	4,70	1.057,50
33180	505	FRASCO 500 MILILITRO	LIMPA VIDRO - PRINCIPIO ATIVO BUTIL ETIL ETER-TRIPOLIFOSFATO DE SODIO INGREDIENTE ATIVO ETANOL 14%, COMPOSICAO BASICA BUTIL, ETIL, ETER-TRIPOLIFOSFATO, COM VALIDADE ATE 12 MESES, COR AZUL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA COM 500ML, COM GATILHO	AUDAX	6,90	3.484,50
33181	850	FRASCO 500 MILILITRO	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIMPADOR GERAL CONCENTRADO LIQUIDO, COMPOSTO DE CABORNATO DE SODIO, HIPOCLORITO DE SODIO, TENSOATIVO NAO IONICO, ESSENCIA E AGUA, COMPONENTE ATIVO; HIPOCLORITO DE SODIO MINIMO 1,0% , COM CAPACIDADE DE 500 ML , E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. (TIPO VEJA)	FLORA	3,05	2.592,50
33187	70	UNIDADE	PA DE LIXO - DE PA COLETORA DE LIXO PLASTICA SEM TAMPA, MEDINDO CABO LONGO, CABO DE EM ALUMINIO, CCOM 150CM	DSR	8,50	595,00
33203	560	PACOTE 2 ROLO	PAPEL TOALHA - EM BOBINA,GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM,MEDINDO ATE 20CMX200M,ISENTO DE IMPUREZA,DE ALTA QUALIDADE,NA COR BRANCA	MILI	4,60	2.576,00
33213	133	UNIDADE	RODO PARA PISO DE PLÁSTICO 40 CM COM CABO DE MADEIRA ROSQUEÁVEL	DSR	6,80	904,40
33214	245	UNIDADE	RODO PARA PISO DE PLÁSTICO 60 CM COM CABO DE MADEIRA ROSQUEÁVEL	DSR	10,70	2.621,50
33215	2100	PACOTE 500 GRAMA	SABAO ALVEJANTE - EM PO, PARA LIMPEZA EM ALGODAO E POLIESTER, EM MAQUINAS INDUSTRIAIS, COM TENSO ATIVO, ANIONICO, ALCALIZANTE, ENZIMA,BRANQUEADOR, CORANTE, PERFUME E AGUA, CONTEM BIODEGRADAVEL, NA COR AZUL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, ROTULO COM COM DESCRICAO(SABAO EM PO)	BREEZE	2,95	6.195,00
33218	270	UNIDADE	SABONETE - LIQUIDO TIPO GEL, CONSISTENCIA FIRME, FRAGRANCIA ERVA-DOCE, PARA HIGIENE DAS MAOS, 500 ML	AUDAX	11,70	3.159,00
33220	860	PACOTE 100 UNIDADE	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS, MEDINDO (LARG.39CMXALT.58CMXESP.0,05MM), NA COR PRETA, PESANDO 850GRAMAS, NBR 9190, NBR 9191	RC	13,50	11.610,00
33221	1160	PACOTE 100 UNIDADE	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 30 LITROS, MEDINDO (LARG.59CMXALT.62CMXESP.0,06MM), NA COR PRETA, PESANDO 2,5KGS, NBR 9190,NBR 9191	RC	17,00	19.720,00
33224	203	UNIDADE	SODA CAUSTICA - TIPO ESCAMA, EMBALADA EM FRASCO PLASTICO,CONTENDO 1 QUILO, COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO	INDAIA	13,80	2.801,40
33230	325	UNIDADE	VASSOURA CERDAS SINTÉTICAS COM PLUMAGENS NO FIM DAS CERDAS. COM CABO DE MADEIRA ROSQUEAVEL PLASTIFICADO. TAMANHO: 3X5 CM	DSR	6,80	2.210,00
35454	150	LITRO	ALCOOL ETILICO A 70% - CONCENTRACAO/DOSAGEM A 70%, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, INDICACAO DE USO: ANTISSEPTICO, DESINFETANTE	AUDAX	6,90	1.035,00
35520	300	PACOTE 8 ROLOS	PAPEL HIGIENICO DE BOA QUALIDADE - FOLHA DUPLA, GOFRADO,PICOTADO, NA COR BRANCA, MEDINDO 40MX10CM, NEUTRO, SEM RELEVO, COMPOSTO DE FIBRAS CELULOSICAS/NATURAIS,EXCETO APARAS DE PAPEL, TUBETE MEDINDO 4,0CM, EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO	SENIOR 30 MT	11,30	3.390,00
VALOR TOTAL						**81.059,80**

Novo Mundo, 03 de Setembro de 2020.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira Oficial designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **02/10/2020**, às 08H00, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min.

Novo Mundo, MT, 17 de ,setembro de 2020.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2020 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2020 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 022/2020, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: O **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES BASCULANTES COM OPERADOR E CONDUTOR RESPECTIVAMENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS DE NOVO MUNDO-MT.**

Novo Mundo – MT, em 17 de setembro de 2020.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2020 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada **por sua Pregoeira Oficial**, designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **01/10/2020**, às 08H00, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA, AREIA, CIMENTO E EQUIPAMENTO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT,** conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

Novo Mundo, MT,17 de setembro de 2020.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA:CONSTRUTORA RESENDE LTDA

VALOR TOTAL: R$ 1.458.427,70 (UM MILHÃO QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS E VINTE SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS)

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM GABIÃO E RECONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E ESCADARIA NO CAIS DO RIO DAS MORTES NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME PLANO DE TRABALHO.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 18/09/2020 Á 18/02/2021.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 18 DE SETEMBRO DE 2020.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIP

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 053/2020

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias **18 de Setembro a 01 de Outubro de 2020**, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 01 de Outubro de 2020, as propostas poderão ser encaminhadas até às 08h00, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08h00. Inicio da sessão da disputa: às 09h00 (Brasília) do dia 01 de Outubro de 2020. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS DE IMPRESSORAS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Licitanet - Licitações On-line www.licitanet.com.br. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosantoantonio.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Licitanet - Licitações On-line, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3548-1140 ou e-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br .

Novo Santo Antônio-MT, 18 de Setembro de 2020.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 051/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 016/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 051/2020

Dispensa de Licitação nº: 016/2020

Objeto: ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVO E EDUCATIVO PARA USO NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS E DE REABILITAÇÃO FÍSICA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ACADEMIA DA SAÚDE E PELO NASF NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO MT.***

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativos de Dispensa de Licitação **n° 016/2020**, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVO E EDUCATIVO PARA USO NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS E DE REABILITAÇÃO FÍSICA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ACADEMIA DA SAÚDE E PELO NASF NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO MT.**

Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação

DISPENSA: **Nº 016/2020**

FAVORECIDA: **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME**

CNPJ: **21.395.275/0001-41**

VALOR TOTAL: **R$** ***16.206,30 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).***

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT, 18 de Setembro de 2020.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo nº: 051/2020

Dispensa de Licitação nº: 016/2020

Objeto: ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVO E EDUCATIVO PARA USO NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS E DE REABILITAÇÃO FÍSICA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ACADEMIA DA SAÚDE E PELO NASF NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO MT.***

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativos de Dispensa de Licitação **n° 016/2020**, **RATIFI-**

CA a declaração de Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVO E EDUCATIVO PARA USO NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS E DE REABILITAÇÃO FÍSICA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ACADEMIA DA SAÚDE E PELO NASF NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO MT.**

Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação

DISPENSA: **Nº 016/2020**

FAVORECIDA: **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME**

CNPJ: **21.395.275/0001-41**

VALOR TOTAL: **R$** ***16.206,30 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).***

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT, 18 de Setembro de 2020.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 052/2020

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

MODO DE DISPUTA ABERTO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias **18 de Setembro a 30 de Setembro de 2020**, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 30 de Setembro de 2020, as propostas poderão ser encaminhadas até às 08h00, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08h00. Inicio da sessão da disputa: às 09h00 (Brasília) do dia 30 de Setembro de 2020. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS E MEDICAMENTOS PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Licitanet - Licitações On-line www.licitanet.com.br. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosantoantonio.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Licitanet - Licitações On-line, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3548-1140 ou e-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br .

Novo Santo Antônio-MT, 18 de Setembro de 2020.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 4° BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	62.778.000,00	69.840.749,58	15.524.066,87	22,23	44.582.527,33	63,83	25.258.222,25
RECEITAS CORRENTES	61.278.000,00	63.487.588,66	14.532.148,97	22,89	42.830.469,98	67,46	20.657.118,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.615.000,00	5.615.000,00	1.021.547,87	18,19	3.532.199,36	62,91	2.082.800,64
Impostos	5.237.000,00	5.237.000,00	985.979,96	18,83	3.319.165,65	63,38	1.917.834,35
Taxas	378.000,00	378.000,00	35.567,91	9,41	213.033,71	56,36	164.966,29
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	369.261,54	36,93	630.738,46
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	369.261,54	36,93	630.738,46
RECEITA PATRIMONIAL	207.000,00	207.000,00	5.026,91	2,43	48.914,58	23,63	158.085,42
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	207.000,00	207.000,00	5.026,91	2,43	48.914,58	23,63	158.085,42
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	24,50	1,23	1.975,50
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	24,50	1,23	1.975,50
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.420.000,00	56.629.588,66	13.490.432,92	23,82	38.657.931,88	68,26	17.971.656,78
Transferências da União e de suas Entidades	21.130.000,00	23.302.109,66	6.819.594,75	29,27	16.622.749,56	71,34	6.679.360,10
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.790.000,00	23.827.479,00	5.189.659,94	21,78	15.981.785,62	67,07	7.845.693,38
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.500.000,00	9.500.000,00	1.481.178,23	15,59	6.053.396,70	63,72	3.446.603,30
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.000,00	34.000,00	15.141,27	44,53	222.138,12	653,35	-188.138,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.000,00	10.000,00	43,78	0,44	696,26	6,96	9.303,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	24.000,00	24.000,00	15.097,49	62,91	221.441,86	922,67	-197.441,86

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.500.000,00	6.353.160,92	991.917,90	15,61	1.752.057,35	27,58	4.601.103,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000,00	6.353.160,92	991.917,90	15,61	1.752.057,35	27,58	4.601.103,57
Transferências da União e de suas Entidades	1.000.000,00	5.763.160,92	481.917,90	8,36	1.242.057,35	21,55	4.521.103,57
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	500.000,00	590.000,00	510.000,00	86,44	510.000,00	86,44	80.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.778.000,00	69.840.749,58	15.524.066,87	22,23	44.582.527,33	63,83	25.258.222,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	62.778.000,00	69.840.749,58	15.524.066,87	22,23	44.582.527,33	63,83	25.258.222,25
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	62.778.000,00	69.840.749,58	15.524.066,87	22,23	44.582.527,33	63,83	25.258.222,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.876.461,08			2.876.461,08		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		2.876.461,08			2.876.461,08		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	59.741.756,09	69.645.691,92	9.729.461,52	45.216.539,13	24.429.152,79	10.888.989,01	37.522.316,65	32.123.375,27	36.658.688,73	0,00
DESPESAS CORRENTES	53.013.482,19	58.064.572,42	9.285.180,31	40.097.870,15	17.966.702,27	10.290.101,28	35.786.044,33	22.278.528,09	34.989.294,94	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.514.235,96	32.496.692,48	5.751.455,50	21.142.288,93	11.354.403,55	5.751.455,50	21.141.904,60	11.354.787,88	20.646.818,97	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	115.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.384.246,23	25.537.879,94	3.533.724,81	18.955.581,22	6.582.298,72	4.538.645,78	14.644.139,73	10.893.740,21	14.342.475,97	
DESPESAS DE CAPITAL	6.017.273,90	11.287.389,40	444.281,21	5.118.668,98	6.168.720,42	598.887,73	1.736.272,32	9.551.117,08	1.669.393,79	0,00
INVESTIMENTOS	5.567.273,90	10.837.389,40	444.281,21	4.870.668,98	5.966.720,42	557.395,74	1.570.940,87	9.266.448,53	1.504.062,34	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	450.000,00	0,00	248.000,00	202.000,00	41.491,99	165.331,45	284.668,55	165.331,45	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	711.000,00	293.730,10			293.730,10			293.730,10		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	59.741.756,09	69.645.691,92	9.729.461,52	45.216.539,13	24.429.152,79	10.888.989,01	37.522.316,65	32.123.375,27	36.658.688,73	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	59.741.756,09	69.645.691,92	9.729.461,52	45.216.539,13	24.429.152,79	10.888.989,01	37.522.316,65	32.123.375,27	36.658.688,73	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			7.060.210,68		7.923.838,60	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	59.741.756,09	69.645.691,92	9.729.461,52	45.216.539,13		10.888.989,01	44.582.527,33		44.582.527,33	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos				0,00		0,00	
Taxas				0,00		0,00	
Contribuição de Melhoria				0,00		0,00	
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais				0,00		0,00	
Contribuições Econômicas				0,00		0,00	
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional				0,00		0,00	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública				0,00		0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				0,00		0,00	
Valores Mobiliários				0,00		0,00	
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença				0,00		0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais				0,00		0,00	
Exploração do Patrimônio Intangível				0,00		0,00	
Cessão de Direitos				0,00		0,00	
Demais Receitas Patrimoniais				0,00		0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA				0,00		0,00	
RECEITA INDUSTRIAL				0,00		0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				0,00		0,00	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				0,00		0,00	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				0,00		0,00	
Serviços e Atividades Financeiras				0,00		0,00	
Outros Serviços				0,00		0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades				0,00		0,00	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades				0,00		0,00	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				0,00		0,00	
Transferências de Instituições Privadas				0,00		0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas				0,00		0,00	
Transferências do Exterior				0,00		0,00	
Transferências de Pessoas Físicas				0,00		0,00	
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				0,00		0,00	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				0,00		0,00	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				0,00		0,00	
Demais Receitas Correntes				0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno				0,00		0,00	
Operações de Crédito - Mercado Externo				0,00		0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis				0,00		0,00	
Alienação de Bens Imóveis				0,00		0,00	
Alienação de Bens Intangíveis				0,00		0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS				0,00		0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades				0,00		0,00	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades				0,00		0,00	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				0,00		0,00	
Transferências de Instituições Privadas				0,00		0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas				0,00		0,00	
Transferências do Exterior				0,00		0,00	
Transferências de Pessoas Físicas				0,00		0,00	
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social				0,00		0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro				0,00		0,00	
Resgate de Títulos do Tesouro				0,00		0,00	
Demais Receitas de Capital				0,00		0,00	

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	62.778.000,00	72.844.854,00	10.143.917,59	47.185.110,55	100,00	25.659.743,45	11.332.154,31	39.399.621,66	100,00	33.445.232,34	0,00
Legislativa	3.036.243,91	3.199.162,08	414.456,07	1.968.571,42	4,17	1.230.590,66	443.165,30	1.877.305,01	4,76	1.321.857,07	0,00
Ação Legislativa	3.036.243,91	3.199.162,08	414.456,07	1.968.571,42	4,17	1.230.590,66	443.165,30	1.877.305,01	4,76	1.321.857,07	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	9.759.543,42	10.121.295,61	2.257.169,18	7.303.879,91	15,48	2.817.415,70	2.095.371,34	6.429.293,04	16,32	3.692.002,57	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	7.415.368,57	7.456.930,40	1.565.655,86	5.203.259,59	11,03	2.253.670,81	1.429.503,99	4.596.137,00	11,67	2.860.793,40	
Administração Financeira	350.100,00	328.000,00	0,00	234.272,59	0,50	93.727,41	36.590,30	162.305,56	0,41	165.694,44	
Controle Interno	298.676,00	335.676,00	53.837,57	211.561,73	0,45	124.114,27	53.837,57	211.561,73	0,54	124.114,27	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	110.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,17	0,00	0,00	80.000,00	0,20	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	1.585.398,85	1.920.689,21	637.675,75	1.574.786,00	3,34	345.903,21	575.439,48	1.379.288,75	3,50	541.400,46	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	17.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	2.488.943,39	2.869.078,00	400.752,46	1.544.975,52	3,27	1.324.102,48	436.334,55	1.414.067,28	3,59	1.455.010,72	0,00
Assistência ao Idoso	153.575,00	302.232,49	24.768,66	156.090,81	0,33	146.141,68	25.882,50	151.035,73	0,38	151.196,76	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	255.121,62	226.266,62	32.629,10	139.974,92	0,30	86.291,70	33.586,52	133.232,34	0,34	93.034,28	
Assistência Comunitária	2.080.246,77	2.340.578,89	343.354,70	1.248.909,79	2,65	1.091.669,10	376.865,53	1.129.799,21	2,87	1.210.779,68	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	13.061.900,00	17.286.743,50	3.281.747,82	12.675.318,40	26,86	4.611.425,10	3.300.310,49	11.504.400,66	29,20	5.782.342,84	0,00
Atenção Básica	2.172.932,70	2.724.862,17	687.731,05	1.898.437,26	4,02	826.424,91	583.492,35	1.673.546,36	4,25	1.051.315,81	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.320.345,68	10.401.720,68	1.434.786,65	7.232.104,57	15,33	3.169.616,11	1.684.098,99	6.583.428,50	16,71	3.818.292,18	
Suporte Profilático e Terapêutico	201.045,00	201.045,00	60.637,87	134.562,47	0,29	66.482,53	44.104,04	97.326,72	0,25	103.718,28	
Vigilância Sanitária	118.812,90	190.912,90	35.900,66	129.125,42	0,27	61.787,48	36.861,68	126.505,89	0,32	64.407,01	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Demais Subfunções	3.248.763,72	3.768.202,75	1.062.691,59	3.281.088,68	6,95	487.114,07	951.753,43	3.023.593,19	7,67	744.609,56	
Trabalho	627.780,00	627.780,00	0,00	627.780,00	1,33	0,00	137.538,34	398.990,23	1,01	228.789,77	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	627.780,00	627.780,00	0,00	627.780,00	1,33	0,00	137.538,34	398.990,23	1,01	228.789,77	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	20.954.500,00	21.300.123,80	3.182.375,69	11.697.669,63	24,79	9.602.454,17	2.873.969,79	10.812.844,92	27,44	10.487.278,88	0,00
Ensino Fundamental	14.998.267,08	14.950.095,05	2.437.622,82	8.470.607,76	17,95	6.479.487,29	2.143.274,36	7.849.811,85	19,92	7.100.283,20	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	408.474,95	262.474,95	47.084,13	122.831,35	0,26	139.643,60	30.429,38	45.813,49	0,12	216.661,46	
Educação Infantil	2.587.536,22	3.036.332,05	231.457,84	1.267.826,61	2,69	1.768.505,44	245.211,81	1.186.162,58	3,01	1.850.169,47	
Educação de Jovens e Adultos	86.091,05	86.091,05	8.143,81	30.263,26	0,06	55.827,79	8.143,81	30.263,26	0,08	55.827,79	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	2.874.130,70	2.965.130,70	458.067,09	1.806.140,65	3,83	1.158.990,05	446.910,43	1.700.793,74	4,32	1.264.336,96	
Cultura	649.642,20	51.349,86	7.000,00	45.839,48	0,10	5.510,38	3.134,75	23.513,93	0,06	27.835,93	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	649.642,20	51.349,86	7.000,00	45.839,48	0,10	5.510,38	3.134,75	23.513,93	0,06	27.835,93	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	229.221,38	239.521,38	30.266,82	132.341,90	0,28	107.179,48	30.982,21	129.572,82	0,33	109.948,56	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	229.221,38	239.521,38	30.266,82	132.341,90	0,28	107.179,48	30.982,21	129.572,82	0,33	109.948,56	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	5.485.058,33	9.260.392,97	398.493,05	6.134.529,82	13,00	3.125.863,15	1.286.518,87	3.695.704,98	9,38	5.564.687,99	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.072.242,63	4.867.188,04	418.527,27	2.321.964,99	4,92	2.545.223,05	374.473,35	717.443,50	1,82	4.149.744,54	
Serviços Urbanos	2.855.500,65	3.588.046,41	-55.098,97	3.365.079,33	7,13	222.967,08	808.929,88	2.571.105,98	6,53	1.016.940,43	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	1.557.315,05	805.158,52	35.064,75	447.485,50	0,95	357.673,02	103.115,64	407.155,50	1,03	398.003,02	
Habitação	19.855,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	3.135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	16.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	526.870,60	543.647,12	26.408,88	369.112,06	0,78	174.535,06	76.590,53	266.511,52	0,68	277.135,60	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	516.420,60	543.647,12	26.408,88	369.112,06	0,78	174.535,06	76.590,53	266.511,52	0,68	277.135,60	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	10.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	1.151.091,27	1.086.081,26	11.679,44	153.706,48	0,33	932.374,78	12.444,74	153.015,63	0,39	933.065,63	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	154.812,27	304.812,27	0,00	235,45	0,00	304.576,82	0,00	235,45	0,00	304.576,82	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	218.250,01	174.240,00	0,00	240,00	0,00	174.000,00	0,00	240,00	0,00	174.000,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	778.028,99	607.028,99	11.679,44	153.231,03	0,32	453.797,96	12.444,74	152.540,18	0,39	454.488,81	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	1.000,00	1.783.160,92	0,00	1.779.084,27	3,77	4.076,65	151.962,00	151.962,00	0,39	1.631.198,92	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	1.000,00	1.783.160,92	0,00	1.779.084,27	3,77	4.076,65	151.962,00	151.962,00	0,39	1.631.198,92	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	20.900,00	10.450,00	3.000,00	9.385,30	0,02	1.064,70	1.798,79	6.692,60	0,02	3.757,40	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	20.900,00	10.450,00	3.000,00	9.385,30	0,02	1.064,70	1.798,79	6.692,60	0,02	3.757,40	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	1.005.381,23	1.005.381,23	9.049,97	805.523,67	1,71	199.857,56	30.691,47	765.523,67	1,94	239.857,56	0,00
Conservação de Energia	1.000.000,00	1.000.000,00	9.049,97	805.523,67	1,71	194.476,33	30.691,47	765.523,67	1,94	234.476,33	
Energia Elétrica	5.381,23	5.381,23	0,00	0,00	0,00	5.381,23	0,00	0,00	0,00	5.381,23	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	1.445.112,87	1.765.112,87	57.045,25	1.342.012,06	2,84	423.100,81	333.712,85	1.281.754,18	3,25	483.358,69	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	1.445.112,87	1.765.112,87	57.045,25	1.342.012,06	2,84	423.100,81	333.712,85	1.281.754,18	3,25	483.358,69	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	1.009.406,40	921.843,30	64.472,96	347.380,63	0,74	574.462,67	76.136,30	323.137,74	0,82	598.705,56	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	640.522,45	472.959,35	4.707,82	87.938,60	0,19	385.020,75	5.614,30	71.405,52	0,18	401.553,83	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	368.883,95	448.883,95	59.765,14	259.442,03	0,55	189.441,92	70.522,00	251.732,22	0,64	197.151,73	
Encargos Especiais	565.000,00	480.000,00	0,00	248.000,00	0,53	232.000,00	41.491,99	165.331,45	0,42	314.668,55	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	565.000,00	480.000,00	0,00	248.000,00	0,53	232.000,00	41.491,99	165.331,45	0,42	314.668,55	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	711.000,00	293.730,10				293.730,10				293.730,10	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	62.778.000,00	72.844.854,00	10.143.917,59	47.185.110,55	100,00	25.659.743,45	11.332.154,31	39.399.621,66	100,00	33.445.232,34	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PORTARIA Nº 642/2020 - NOMEAÇÃO LUCINEIA DA SILVA BARBOSA

DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de servidora Pública Municipal, e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 406/2020/ GESTAO DO SUS;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**como** Servidora Pública Municipal a Senhora **LUCINEIA DA SILVA BARBOSA**, para o cargo de Técnica de Enfermagem na Secretaria de Saúde do Município de Pedra Preta - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de setembro de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 643/2020 - FÉRIAS REGULARES DANIELLY CRISTINA DE BASTIANI

17 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos,

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **20/03/2019 à 20/03/2020,**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora DANIELLY CRISTINA DE BASTIANI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Nutricionista, a serem usufruídas no período de **29/09/2020 à 28/10/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria | Publicada no Diário Oficial AMM

RECIBO RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 4° BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
	Ministério da Fazenda - MF
	Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	4º bimestre
Exercício:	2020
Assinatura(s):	• Nome: JUVENAL PEREIRA BRITO *Titular do Poder Executivo* CPF: 406.594.881-91 Data: 17/09/2020 15:59:21

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **17/09/2020, às 15:59:39** , é:

03.FH.0F-1

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 17/09/2020 15:59:39 Página 1 de 1

PORTARIA Nº 644/2020 - LICENÇA MATERNIDADE TEOVALAINA APARECIDA DE FREITAS

17 DE SETEMBRO DE 2020.

Concede LICENÇA MATERNIDADE a Servidora Pública Municipale dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do atestado médico, apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora TEOVALAINA APARECIDA DE FREITAS, ocupante do cargo de Monitora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a ser usufruída pelo período de 120 dias, do dia 10/09/2020 à 07/01/2021, conforme atestado à gestante.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/09/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 837, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 837, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 5528, ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira**,** admitida em 24 de Abril de 2008, nomeada através da Portaria nº 290/2008 e do Termo de Posse nº 160/2008, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, **Licença para Trato de Interesses Particulares** por um período de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do disposto no Artigo 118 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 836, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 836, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **VALDIRENE DOS SANTOS SILVA,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar,matrícula funcional nº 1603, admitida em 10 de Janeiro de 2003, nomeada através da Portaria nº 158/2002 e do Termo de Posse nº 014/2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 1º.08.2020 à 29.10.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 835, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 835, de 03 De AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido do Senhor **MATUDJO METUKTIRE,** matrícula funcional nº 8194, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Administração Pedagógica,** do Departamento de Administração Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 472/2019, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Agosto de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 472/2019, de 1º de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 834, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 834, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LINDALVA PEREIRA SILVA**,matrícula funcional nº 6194,ocupante do cargo de efetivo de Vigia, admitida em 1º de Junho de 2009, nomeada através da Portaria nº 283/2009 e do Termo de Posse nº 259/2009, lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2014/2019**, no período de 03.08.2020 à 31.10.2020, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03

de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 833, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 833, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOSE RIVALDO FERREIRA DE CARVALHO,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar,matrícula funcional nº 6175, admitido em 1º de Junho de 2009, nomeado através da Portaria nº 282/2009 e do Termo de Posse nº 257/2009, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2014/2019**, no período de 02.08.2020 à 30.10.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 869, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 869, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DALVERLANDIA CHAVES DA SILVA KOTIKOSKI,** matrícula funcional nº 6949,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 11 (onze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 04.08.2020 à 14.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 870, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 870, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MAIARA COSTA SILVA,** matrícula funcional nº 6905,ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 06.08.2020 à 1º.02.2021, nos termos do disposto no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 871, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 871, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DE FATIMA CONCEICAO DOS SANTOS RODRIGUES,** matrícula funcional nº 6816,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 05.08.2020 à 06.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 913, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 913, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ALEXANDRO DOS SANTOS SILVA,** matrícula funcional nº 6916,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 06.08.2020 à 20.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 12

de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 915, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 915, de 13 De AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a Senhora **SELMA FERREIRA DE SOUZA,** matrícula funcional nº 7742, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Cultura,** do Departamento de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº 429/2017, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de Agosto de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 429/2017, de 15 de Março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 917, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 917, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA EDNA SANTOS SILVA AGOSTINI,** matrícula funcional nº 1605,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 32 (trinta e dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 03.08.2020 à 03.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 918, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 918, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DOMINGAS DANUBIA TELES DOS REIS,** matrícula funcional nº 5411,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Escolar Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Administração, 31 (trinta e um) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 04.08.2020 à 03.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 919, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 919, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COORDENADOR ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 1º, da Lei Complementar nº 82, de 29 de Maio de 2020, que alterou o §2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011;

Considerando a C.I. nº 390/2020, de 14 de Agosto de 2020, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

R E S O L V E:

Art.1º - **Nomear**,o profissionalda Educação Básica Pública Municipal, pertencentes ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Coordenação da Escola Municipal Paulo Freire, o seguinte servidor abaixo nominado:

Servidor	Matrícula Funcional	Função
Carleybe Amorim da Silva	7119	Coordenador

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 920, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 920, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 53,00% (cinquenta e três por cento),** por estar exercendo a função de Coordenador Pedagógico, ao Servidor **CARLEYBE AMORIM DA SILVA,** matrícula funcional nº 7119, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Escola Municipal "Paulo Freire", na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 921, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 921, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FRANCIELI BRANCO ARAUJO,** matrícula funcional nº 8335,ocupante do cargo temporário de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 15.07.2020 à 29.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 922, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 922, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JOSIANE CRISTINA DE OLIVEIRA,** matrícula funcional nº 6957,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (FILHO),** conforme atestado médico no período de 27.07.2020 à 10.08.2020, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 937, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 937, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **CLAUDIOMIRO PEREIRA DA LUZ,** matrícula funcional nº 5474,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 27.07.2020 à 23.11.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 938, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 938, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 745, de 15 de Julho de 2020, que nomeou para o cargo de Coordenador Pedagógico da Escola Municipal "São Luiz", a Servidora **RARIANE DA SILVA LIMA,** matrícula funcional nº 6904, ocu-

pante do cargo efetivo de Professor**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 939, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 939, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 768, de 17 de Julho de 2020, que concedeu Dedicação Exclusiva (DE) de 48,00% (quarenta e oito por cento), a Servidora **RARIANE DA SILVA LIMA,** matrícula funcional nº 6904, ocupante do cargo efetivo de Professor**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 940, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 940, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido da Servidora **WILLIAN MARIA DA SILVA,** matrícula funcional nº 6718, ocupante do cargo efetivo de Professor de I a IV**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº 212/2011 e do Termo de Posse nº 037/2011, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de Agosto de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 212/2011, de 30 de Março de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 941, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 941, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **NOEMI MARIA LANG**,matrícula funcional nº 8255,ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 05 (cinco) dias consecutivos de **LICENCA POR FALECIMENTO (PAI)**, conforme certidão de óbito no período de 06.08.2020 à 10.08.2020, nos termos do disposto no artigo 100, inciso III, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 942, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 942, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DEUSENIRA TRAJANO SOUSA**,matrícula funcional nº 6890,ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Transportes Rodoviário, 01 (um) dia de **LICENCA POR FALECIMENTO (ESPOSO)**, conforme certidão de óbito no período de 11.08.2020, nos termos do disposto no artigo 100, inciso III, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 943, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 943, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ARI MAIA DA SILVA NETO**,matrícula funcional nº 6834,ocupante do cargo de efetivo de ES Fisioterapeuta 40 Horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 07 (sete) dias de **LICENCA PATERNIDADE**, conforme certidão de nascimento no período de 1º.08.2020 à 07.08.2020, nos termos do disposto no artigo 86, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Pú-

blicos do Município de Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 106/2020

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**

O presente Contrato é para: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2020 DO PREGÃO ELETRONICO N° 007/2020 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO/MT, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA, PEDRA E PÓ DE PEDRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE SORRISO – MT CONFORME TERMO DE REFERENCIA ".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 113.168,88 (Cento e treze mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de setembro de 2020.

PORTARIA Nº 944, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 944, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **IVANETE GOMES DA SILVA,** matrícula funcional nº 7191,ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (MÃE),** conforme atestado médico no período de 07.08.2020 à 11.08.2020, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 945, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 945, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ALESSANDRA ALVES DO NASCIMENTO,** matrícula funcional nº 6206,ocupante do cargo efetivo de ES Odontólogo 40 Horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 1º.08.2020 à 27.01.2021, nos termos do disposto no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 951, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 951, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **RAIMUNDO SINFRONIO COELHO JUNIOR,** matrícula funcional nº 7254,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 31 (trinta e um) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.08.2020 à 1º.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 952, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 952, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 277, de 19 de Março de 2020, que concedeu Licença para Trato de Interesses Particulares, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, a pedido da Servidora **JANILDE MARIA VIEIRA,** matrícula funcional nº 6880, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no Artigo 118, § 3°, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 958, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 958, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **RAIMUNDO JANUARIO DA SILVA,** matrícula funcional nº 6985,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 17.08.2020 à 15.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20

de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 959, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 959, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LAURINDA AZEVEDO GUEDES,** matrícula funcional nº 6844,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Raio X Radiologia, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, 162 (cento e sessenta e dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.08.2020 à 09.01.2021, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 960, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 960, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOEL FELIX DIAS,** matrícula funcional nº 8165,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 07 (sete) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 20.08.2020 á 26.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 961, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 961, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ATILA WESLEY PORTIL DE ARAUJO,** matrícula funcional nº 7629,ocupante do cargo efetivo de Coletor de Lixo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 11 (onze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 18.08.2020 à 28.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 962, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 962, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **EDILAINE DE FATIMA BAGNARA GRANDINI,** matrícula funcional nº 7559,ocupante do cargo efetivo Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, 13 (treze) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 07.08.2020 à 19.08.

2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 967, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 967, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **MARIO DO NASCIMENTO SILVA,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar,matrícula funcional nº 6193, admitido em 1º de Junho de 2009, nomeado através da Portaria nº 285/2009 e do Termo de Posse nº 260/2009, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2009/2014**, no período de 1º.08. 2020 à 29.10.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 968, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 968, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **FRANCIELLI DA SILVA SANTOS**, matrícula funcional nº 8374, ocupante do cargo temporário de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, o valor fixado de Auxilio Alimentação de R$ 400,00 (quatrocentos reais) nos termos do disposto no artigo 4º, do Decreto Municipal nº 042/2019, de 21 de Maio de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 969, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 969, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COORDENADOR ESCOLAR DA CRECHE ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ DULCE”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 1º, da Lei Complementar nº 82, de 29 de Maio de 2020, que alterou o §2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011;

Considerando a C.I. nº 396/2020, de 19 de Agosto de 2020, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

R E S O L V E:

Art.1º - **Nomear**,o profissionalda Educação Básica Pública Municipal, pertencente ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Coordenação da Creche Escola Municipal Irmã Dulce, o seguinte servidor abaixo nominado:

Servidor	Matrícula Funcional	Função
Sulamita Ortega Bianchi	1725	Coordenador

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 970, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 970, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 58,00% (cinquenta e oito por cento),** por estar exercendo a função de Coordenador Pedagógico, a Servidora **SULAMITA ORTEGA BIANCHI,** matrícula funcional nº 1725, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Creche Escola Municipal “Irmã Dulce”, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 971, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 971, de 21 de AGOSTO de 2020

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Elevação de Nível, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado a cada 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS DE AGOSTO DE 2017**, nos termos do disposto no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Matricula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
4238	ADRIANA BATISTA	01	**08**	C	05	C	06
4237	ELIZABETE MARIA SCHONS	01	**08**	C	05	C	06
7172	CLAUDINEIA APARECIDA BOLONKEZI	14	**08**	C	02	C	03
7175	CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS WESCHENFELDER	14	**08**	C	02	C	03
7173	ELENICE DE ABREU VANSOVSKI	14	**08**	C	02	C	03
7174	MARGARIDA ALVES LIMA	14	**08**	C	02	C	03
7171	SYLVIANE REIS DOS SANTOS	14	**08**	C	02	C	03

A**rt. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2020, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 972, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 972, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **ALZERINA MARTINS DA MOTA,** matrícula funcional nº 7196, admitida em 01 de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 973, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 973, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **ANA LUCIA BRAZ,** matrícula funcional nº 7195, admitida em 01 de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 974, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 974, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **CLEIDE APARECIDA GIANCHINI PRESTES,** matrícula funcional nº 7203, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 975, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 975, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **DINEIDE DE ARAUJO,** matrícula funcional nº 7194, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 976, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 976, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **ELIANA MARIA RODRIGUES,** matrícula funcional nº 7192, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 977, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 977, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **HELENICE DE OLIVEIRA PINTO,** matrícula funcional nº 7199, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 057/2020 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é"**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA E PÁ CARREGADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS COMO MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS VICI-**

NAIS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA". Sagrou-se vencedora as empresas **ASC OBRAS DE TERRAPLENAGEM LTDA (CNPJ 22. 114.957/0001-00)** com o valor total de **R$ 365.200,00 (Trezentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais)** e **LS LOCAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI (CNPJ 32.259.531/0001-90)** com o valor total de **R$ 133. 600,00 (Cento e trinta e três mil e seiscentos reais)**. Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 17 de setembro de 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

PREGOEIRO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 057/2020 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é"**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA E PÁ CARREGADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS COMO MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Sagrou-se vencedora as empresas **ASC OBRAS DE TERRAPLENAGEM LTDA (CNPJ 22. 114.957/0001-00)** com o valor total de **R$ 365.200,00 (Trezentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais)** e **LS LOCAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI (CNPJ 32.259.531/0001-90)** com o valor total de **R$ 133. 600,00 (Cento e trinta e três mil e seiscentos reais)**. Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 17 de setembro de 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

PREGOEIRO

PORTARIA Nº 978, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 978, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **IVANETE GOMES DA SILVA,** matrícula funcional nº 7191, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 979, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 979, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **MARCIA MARIA DIBA FERRARI,** matrícula funcional nº 7188, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 980, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 980, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **MARIA CAMPELO LEITE SILVA,** matrícula funcional nº 7187, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 981, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 981, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **MARIA DA SILVA,** matrícula funcional nº 7186, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 982, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 982, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **MARIA DO SOCORRO MELO DE SOUSA,** matrícula funcional nº 7185, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 983, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 983, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **MARIA GENECY DE OLIVEIRA RODRIGUES,** matrícula funcional nº 7201, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 984, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 984, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **MARIA LENE TIBURSKI,** matrícula funcional nº 7184, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 985, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 985, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **MARINALVA ALVES CARDOSO,** matrícula funcional nº 7183, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo

efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/06"** para **Classe "C/06"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 986, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 986, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **NEIA DA SILVA CORREA,** matrícula funcional nº 7182, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 987, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 987, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **PETRONILIA RODRIGUES REIS MARQUES,** matrícula funcional nº 7181, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 988, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 988, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **VILMA FERREIRA FERNANDES,** matrícula funcional nº 7180, admitida em 01 de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 989, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 989, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **VIVIANE HARKA,** matrícula funcional nº 7179, admitida em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais

do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 990, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 990, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Técnico da Administração,** ao Servidor **WILLIAN JHON LIMA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 7840, admitido em 05 de Julho de 2017, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "A/04"** para **Classe "B/04"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído 180 (cento e oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, IV, "b", da Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 991, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 991, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de APOIO A ADMINISTRAÇÃO,** a Servidora **ANA FARIAS BARBOSA,** matrícula funcional nº 7850, admitida em 03 de Agosto de 2017, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "A/03"** para **Classe "B/04"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído 40 (quarenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "b", da Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 992, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 992, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matrícula funcional nº 7952,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria de Transportes Rodoviário, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 21.08.2020 à 22.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 993, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 993, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LEILIANE SOUSA SANTOS CARNEIRO,** matrícula funcional nº 1744,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 60 (sessenta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.08.2020 à 08.10.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 994, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 994, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COORDENADOR DA ESCOLA MUNICIPAL ELZA KOLLER HELLER”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 1º, da Lei Complementar nº 82, de 29 de Maio de 2020, que alterou o §2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011;

Considerando a C.I. nº 406/2020, de 25 de Agosto de 2020, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

R E S O L V E:

Art.1º - **Nomear**,o profissionalda Educação Básica Pública Municipal, pertencente ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Coordenador da Escola Municipal Elza Koller Heller, o seguinte servidor abaixo nominado:

Servidor	Matrícula Funcional	Função
Rosemilda Maria Lucas de Oliveira	8404	Coordenador

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 25 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 995, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 995, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 48,00% (quarenta e oito por cento),** por estar exercendo a função de Coordenador Pedagógico, a Servidora **ROSEMILDA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA,** matrícula funcional nº 8404, ocupante do cargo temporário de Professor, lotada na Escola Municipal “Elza Koller Heller”, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 25 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 996, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 996, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (RTIDE) de 70,00% (setenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Senhor **EDINEY MENEZES,** matrícula funcional nº 8414, ocupante do cargo em comissão de **Assessor de Imprensa e Comunicação Social,** da Secretaria Municipal de Governo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 25 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 997, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 997, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **PAULIANE PEREIRA PIRES,** matrícula funcional nº 8413, ocupante do cargo em comissão de **Monitor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 25 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 999, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 999, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COORDENADOR ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DOM HELDER CÂMARA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 1º, da Lei Complementar nº 82, de 29 de Maio de 2020, que alterou o §2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011;

Considerando a C.I. nº 401/2020, de 25 de Agosto de 2020, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

R E S O L V E:

Art.1º - **Nomear**,o profissionalda Educação Básica Pública Municipal, pertencentes ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, para

exercer a função de Coordenação da Escola Municipal Dom Helder Câmara, o seguinte servidor abaixo nominado:

Servidor	Matrícula Funcional	Função
Cleonice Abreu Guimarães	5485	Coordenador

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 26 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1000, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 1000, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 58,00% (cinquenta e oito por cento),** por estar exercendo a função de Coordenador Pedagógico, a Servidora **CLEONICE ABREU GUIMARÃES,** matrícula funcional nº 5485, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Escola Municipal "Dom Helder Câmara", na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 26 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1001, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 1001, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Especialista em Saúde,** a Servidora **BIANCA KELLI BRITO,** matrícula funcional nº 7835, admitida em 05 de Julho de 2017, ocupante do cargo efetivo de ES Fisioterapeuta 20 Horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "A/04"** para **Classe "B/04"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 240 (duzentos e quarenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, V, b) Classe B, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 26 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1019, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 1019, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROSANE DE FÁTIMA PACHECO,** matricula funcional nº 1746,ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 18.08.2020 à 13.02.2021, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 31 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1020, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 1020, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FLAVIA CAROLINA LEMOS MELO,** matrícula funcional nº 6838,ocupante do cargo efetivo de ES Educador Físico, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 27.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 31 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 868, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 868, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, de oficio por motivo de falecimento do Servidor **DAVID MARTINS VIEIRA JUNIOR,** matrícula funcional nº 5415, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 476/2008 e do Termo de Posse nº 063/2008, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Julho de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 476/2008, de 25 de Março de 2008.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 867, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 867, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ANA CLEIA CUNHA PARA,** matrícula funcional nº 1372,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, 60 (sessenta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 28.07.2020 à 25.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 866, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 866, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ERICA LETICIA RODRIGUES PEREIRA,** matrícula funcional nº 6927,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Higiene Dentária, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 27.07.2020 a 31.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 865, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 865, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido da Servidora **FABIANA DE SOUZA RODRIGUES,** matrícula funcional nº 6883, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº 124/2013 e do Termo de Posse nº 083/2013, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Agosto de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 124/2013, de 16 de Janeiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 864, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 864, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MADALENA BORNHOLDT MATIELI LIMA,** matrícula funcional nº 4262,ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (FILHO),** conforme atestado médico no período de 03.08.2020, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 863, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 863, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Decreto nº 021, de 18 de Março de 2020, sobre as medidas para enfretamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 022, de 20 de Março de 2020, Declara Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 023, de 24 de Março de 2020, dispõe sobre novas adoções de medidas temporárias restritivas e emergenciais e adicionais aos Decretos nº 021/202, 022/202 às atividades privadas para prevenção e contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19).

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ELSIRA LANGUE,** matrícula funcional nº 5406, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, o exercício de suas funções via “home office”, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 023/2020, até posterior deliberação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 862, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 862, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DEUSENIRA TRAJANO SOUSA,** matrícula funcional nº 6890,ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotada na Secretaria de Administração, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.08.2020 à 10.08. 2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 861, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 861, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FRANCISCA CONCEIÇÃO DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 6895,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 23.07.2020 à 21.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 860, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 860, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1319, de 16 de Setembro de 2019, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de (FE) Função de Encarregado, ao Servidor **RAFAEL MARAFON,** matrícula funcional nº 6817, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 859, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 859, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **NIUCEIA MARIA CORREA,** matrícula funcional nº 5545,ocupante do cargo efetivo de Advogado 40 Horas, lotada na Procuradoria Municipal no Gabinete de Prefeito, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 28.07.2020 à 29.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 858, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 858, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ANA MARIA DA COSTA LIMA,** matrícula funcional nº 7415,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Administração, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 23.07.2020 à 27.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 844, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 844, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **WALTER TRINDADE NUNES DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 8290,ocupante do cargo comissionado de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria de Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 14 (quatorze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 27.06. 2020 à 10.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 843, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 843, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 649, de 1º de Julho de 2020, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de (FE) Função de Encarregado, ao Servidor **FRANCISNALDO LEITE BEZERRA,** matrícula funcional nº 5040, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais**,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 842, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 842, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LILIAN FERNANDA OLIVEIRA PORTELA,** matrícula funcional nº 8368,ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, 13 (treze) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 18.07.2020 á 30.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 840, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 840, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GERCINA FERREIRA LEMES,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar,matrícula funcional nº 308, admitida em 03 de Julho de 2000, nomeada através da Portaria nº 073/2000, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2014/2019**, no período de 26.08.2020 à 23.11.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e

Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 839, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 839, de 03 de AGOSTO de 2020

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do artigo 10 do Plano de Cargos e Carreira do Município - Lei Complementar 002/2005.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Art. 10 da Lei Complementar 002/2005 de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Progressão Funcional, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado 12 (doze) meses ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no**MÊS DE AGOSTO DE 2020**, nos termos do art. 10 da Lei Complementar 02, de 26 de agosto de 2005.

Mat.	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
7850	ANA FARIAS BARBOSA	03	08	A	03	A	04
7646	ALAN PATRICK NOGUEIRA	01	08	B	04	B	05
7647	ALEANDER DA SILVA CONCEIÇÃO	01	08	B	04	B	05
5053	APARECIDO FIRMINO DOS SANTOS	01	08	D	12	D	13
7648	EDESIO CAMPOS EVERTON	01	08	B	04	B	05
375	EDJANE RIBEIRO CHAGAS	01	08	E	25	E	26
408	JANDIR CARLOS LIMA SOARES	01	08	E	25	E	26
374	JOSE BERNARDINO DA COSTA	01	08	E	25	E	26
5058	JOSE RIBAMAR SENA	13	08	D	12	D	13
409	VILSON MOREIRA DA SILVA	01	08	E	25	E	26

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Agosto de 2020.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 838, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 838, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **RAIMUNDO JANUARIO DA SILVA,** matrícula funcional nº 6985,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 62 (sessenta e dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 16.06.2020 à 16.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03

de Agosto de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 071/2020

Ata de Registro de preço n° 071/2020 – Pregão 035/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI, CNPJ sob o nº. 09.315.996/0001-07

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor Registrado: R$ 39.050,00 (trinta e nove mil e cinquenta reais)

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.02.000000

	07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.42.000000 07.002.10.301.0015.2704.3.3.90.32.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.301.0013.2910.3.3.90.30.0.1.46.000000.

Período: 12 meses

Poconé/MT, 15 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 325/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2020 – PREGÃO Nº 029/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal Da Ata de Registro de Preços nº 049/2020, Pregão nº 029/2020 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 08 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Daniele Cristiane Giroldo

CPF nº 014.735.431-50

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 321/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020 – PREGÃO Nº 029/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: C. A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal Da Ata de Registro de Preços nº 051/2020, Pregão nº 029/2020 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 24 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Daniele Cristiane Giroldo

CPF nº 014.735.431-50

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 286/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020 – PREGÃO Nº 025/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: GUILHERME PEREIRA DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Mailde de Almeida Lobo**", CPF nº 204.284.991-04, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social Emprego e Renda, Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 039/2020, Pregão nº 025/2020 que representará a Secretaria perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como:indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu," Mailde de Ameida Lobo " CPF 204.284.991-04, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social Emprego e Renda,declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

MAILDE ALMEIDA LOBO

CPF nº 204.284.991-04

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 330/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DO TERMO DE CONTRATO Nº 037/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: C. A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Bruna Franco**", CPF nº 03.833.971-66, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal do Termo de Contrato nº 037/2020, fiscal que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 08 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Bruna Franco**, portadora do CPF nº 03.833.971-66 , lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Bruna Franco

CPF nº 03.833.971-66

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 314/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 14 DE ABRIL DE 2020 Á 14 DE JUNHO DE 2020.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar o servidor "**Welliton Ferreira da Silva", CPF nº 012.243.941-43**, lotado no gabinete do prefeito**,** Fiscal de Contrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 008/2020 que representará perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 24 de agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, “Welliton Ferreira da Silva”, CPF nº 012.243.941-43, lotado no gabinete, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Welliton Ferreira da Silva

CPF nº 012.243.941-43

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 074/2020

Ata de Registro de preço n° 073/2020 – Pregão 035/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ sob o nº. 12.889.035/0001-02

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor Registrado: R$ 545.020,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil e vinte reais)

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.42.000000 07.002.10.301.0015.2704.3.3.90.32.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.301.0013.2910.3.3.90.30.0.1.46.000000.

Período: 12 meses

Poconé/MT, 15 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 073/2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 073/2020

Ata de Registro de preço n° 073/2020 – Pregão 035/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME, CNPJ sob o nº. 03.250.803/0001-92

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor Registrado: R$ 485.075,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e setenta e cinco reais)

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.42.000000 07.002.10.301.0015.2704.3.3.90.32.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.301.0013.2910.3.3.90.30.0.1.46.000000.

Período: 12 meses

Poconé/MT, 15 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 320/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE TERMO DE CONTRATO Nº 038/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: GD COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA-ME

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora “**Daniele Cristiane Giroldo**”, CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal de Termo de Contrato nº 038/2020 – Covid 19 (Lei 13.979/20) que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 24 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Daniele Cristiane Giroldo

CPF nº 014.735.431-50

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 274/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020 - PREGÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar o Servidor "**Fabio Luis de Arruda Pereira", CPF nº 999.084.251-53**, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 028/2020 – Pregão 023/2020 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **"Fabio Luis de Arruda Pereira", CPF nº 999.084.251-53**, lotado na Secretaria Municipal de Turismo declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Fabio Luis de Arruda Pereira

CPF nº 999.084.251-53

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 271/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E :

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020 - PREGÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Lucyana Aparecida dos Santos**, portadora do CPF nº 002.051.321-62", lotada no Gabinete do Prefeito Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 028/2020 Pregão Nº 023/2020 Fiscal que representará o gabinete, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, Lucyana Aparecida dos Santos, portadora do CPF nº 002.051.321-62 declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lucyana Aparecida dos Santos

CPF nº 002.051.321-62

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 315/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 14 DE JUNHO DE 2020 Á 14 DE AGOSTO DE 2020.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar o servidor "**Welliton Ferreira da Silva", CPF nº 012.243.941-43**, lotado no gabinete do prefeito**,** Fiscal de Contrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 008/2020 que representará perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 24 de agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "Welliton Ferreira da Silva", CPF nº 012.243.941-43, lotado no gabinete, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Welliton Ferreira da Silva

CPF nº 012.243.941-43

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 014/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: L. R. DA SILVA BERNARDI - ME

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 16 de setembro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Poconé/MT, 10 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 285/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2020 PREGÃO Nº 025/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: GUILHERME PEREIRA DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar o servidor "**Nardo Cezar da Guia Oliveira**", CPF nº 420.317,531-34, lotado na Secretaria Municipal de Educação**,** Fiscal De Ata de Registro de Preço Nº 039/2020, Pregão nº 025/2020 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "Nardo Cezar da Guia Oliveira", CPF nº 420.317.531-34, lotado na Secretaria Municipal de Educação, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Nardo Cezar da Guia Oliveira

CPF nº 420.317.531-34

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 289/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020 – PREGÃO Nº 025/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: GUILHERME PEREIRA DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º - Designar o servidor "NATAN KLEUVERT DELMÃO", CPF nº 068.710.841-18, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 039/2020 Pregão Nº 025/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, NATAN KLEUVERT DELMÃO, CPF nº 068.710.841-18, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

NATAN KLEUVERT DELMÃO

CPF 068.710.841-18

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 328/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020 – PREGÃO Nº 029/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal Da Ata de Registro de Preços nº 054/2020, Pregão nº 029/2020 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao

local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 08 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Daniele Cristiane Giroldo

CPF nº 014.735.431-50

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 291/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020 – PREGÃO Nº 025/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: GUILHERME PEREIRA DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ARTIGO 1º - Designar o Servidor "**Fabio Luis de Arruda Pereira"**, **CPF nº 999.084.251-53** lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 039/2020, Pregão nº 025/2020 fiscal que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Fabio Luis de Arruda Pereira**, **CPF nº 999.084.251-53** , lotado na Secretaria Municipal de Turismo declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Fabio Luis de Arruda Pereira

CPF nº 999.084.251-53

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 069/2020

Ata de Registro de preço n° 069/2020 – Pregão 035/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: RINALDI E COGO LTDA, CNPJ sob o nº. 07.269.677/0001-79

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor Registrado: R$ 343.015,00 (trezentos e quarenta e três mil e quinze reais)

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.42.000000 07.002.10.301.0015.2704.3.3.90.32.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.301.0013.2910.3.3.90.30.0.1.46.000000.

Período: 12 meses

Poconé/MT, 15 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2020

CONTRATO N.º 059/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: ***INSTITUTO SOCIAL SAUDE RESGATE À VIDA,*** CNPJ sob o nº 07.900.613/0001-24

Objeto:O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto o gerenciamento e a execução das ações e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento **UPA 24HORAS** "**JAÍME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR (JAIMINHO)",** em consonância com as Políticas de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, diretrizes e programas da Secretaria Municipal da Saúde de Poconé - SMS e com os Anexos Técnicos, que integram este instrumento.

Parágrafo Primeiro: O objeto contratual deverá ser executado de modo a atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

Parágrafo Segundo: para o alcance de sua finalidade, o presente CONTRATO DE GESTÃO especifica, como parte desta avença, um PLANO DE TRABALHO - ANEXO I a ser executado pela CONTRATADA, com metas a atingir, a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a utilizar, indicadores de verificação e as atividades a realizar, com respectivos cronogramas e orçamentos pertinentes.

Parágrafo Terceiro: O objeto do presente contrato deverá garantir atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso lhe fora permitido, sendo vedado outros tipos de atendimento, de modo que os serviços ora contratados serão ofertados conforme necessidades de saúde da população, indicações técnicas e planejamento regional de saúde, compatibilizando demanda e disponibilidade de recursos financeiros.

Dotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.39.0.1.02.00000 – RED. 462

07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.39.0.1.02.07700 - RED. 462

Valor Total: **R$ 8.640.000,00 (oito milhões seiscentos e quarenta mil reais).**

Período: 12 meses

Poconé, 17 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 316/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 14 DE AGOSTO DE 2020 Á 14 DE OUTUBRO DE 2020.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar o servidor "**Welliton Ferreira da Silva", CPF nº 012.243.941-43**, lotado no gabinete do prefeito**,** Fiscal de Contrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 008/2020 que representará perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto pra-

zo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 24 de agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "Welliton Ferreira da Silva", CPF nº 012.243.941-43, lotado no gabinete, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Welliton Ferreira da Silva

CPF nº 012.243.941-43

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 070/2020

Ata de Registro de preço n° 070/2020 – Pregão 035/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI, CNPJ sob o nº. 05.159.591/0001-68

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor Registrado: R$ 1.026.115,00 (um milhão, vinte e seis mil cento e quinze reais)

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.42.000000 07.002.10.301.0015.2704.3.3.90.32.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.301.0013.2910.3.3.90.30.0.1.46.000000.

Período: 12 meses

Poconé/MT, 15 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 072/2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 072/2020

Ata de Registro de preço n° 072/2020 – Pregão 035/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ sob o nº. 81706251/0001-98

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor Registrado: R$ 218.650,00 (duzentos e dezoito mil seiscentos e cinquenta reais)

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.02.000000 07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.32.0.1.42.000000 07.002.10.301.0015.2704.3.3.90.32.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000

	07.002.10.303.0015.2704.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.301.0013.2910.3.3.90.30.0.1.46.000000.

Período: 12 meses

Poconé/MT, 15 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 299/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2020 – PREGÃO Nº 027/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIO LTDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Bruna Franco**", CPF nº 03.833.971-66, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 042/2020, Pregão nº 027/2020, fiscal que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **Bruna Franco**, portadora do CPF nº 03.833.971-66 , lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Bruna Franco

CPF nº 03.833.971-66

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 275/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020 - PREGÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º-- Designar o servidor "**Lauro Pereira Leite**", portador do CPF nº 980.188.171-20 lotadona Secretaria Municipal do Meio Ambiente Fiscal de Ata de Registro de Preço nº 028/2020, Pregão Nº 023/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, Lauro Pereira Leite, CPF 980.188.171.20, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura dos Fiscais - _____

Lauro Pereira Leite

CPF 980.188.171-20

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 273/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020 - PREGÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar o servidor **"Emir Lucas de Paula Santos, portador do CPF nº 667.710.801-53**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Fiscal de Ata de Registro de Preços Nº 028/2020, Pregão Nº 023/2020 que representará a Secretaria perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu,**"Emir Lucas de Paula Santos**, CPF nº 667.710.801-53 lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Emir Lucas de Paula Santos

CPF nº 667.710.801-53

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 326/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2020 – PREGÃO Nº 029/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADO: ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** Fiscal Da Ata de Registro de Preços nº 048/2020, Pregão nº 029/2020 que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 08 de setembro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "**Daniele Cristiane Giroldo**", CPF nº 014.735.431-50, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Daniele Cristiane Giroldo

CPF nº 014.735.431-50

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 290/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020 – PREGÃO Nº 025/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: GUILHERME PEREIRA DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar o servidor **"Emir Lucas de Paula Santos, portador do CPF nº 667.710.801-53**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Fiscal de Ata de Registro de Preços Nº 039/2020, Pregão Nº 025/2020 que representará a Secretaria perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu,**"Emir Lucas de Paula Santos**, CPF nº 667.710.801-53 lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Emir Lucas de Paula Santos

CPF nº 667.710.801-53

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 228/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020 - PREGÃO Nº 014/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º - Designar o servidor "**NATAN KLEUVERT DELMÃO**", CPF nº 068.710.841-18,, lotado na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 023/2020 Pregão Nº 014/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 08 de julho de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu,NATAN KLEUVERT DELMÃO, CPF nº 068.710.841-18, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

NATAN KLEUVERT DELMÃO

CPF nº 068.710.841-18

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 288/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020 – PREGÃO Nº 025/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: GUILHERME PEREIRA DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Lucyana Aparecida dos Santos**, portadora do CPF nº 002.051.321-62", lotada no Gabinete do Prefeito Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 039/2020 Pregão Nº 025/2020 Fiscal que representará o gabinete, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontra-

dos, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, Lucyana Aparecida dos Santos, portadora do CPF nº 002.051.321-62 declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lucyana Aparecida dos Santos

CPF nº 002.051.321-62

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 272/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020 - PREGÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º - Designar o servidor "NATAN KLEUVERT DELMÃO", CPF nº 068.710.841-18, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 028/2020 Pregão Nº 023/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, NATAN KLEUVERT DELMÃO, CPF nº 068.710.841-18, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

NATAN KLEUVERT DELMÃO

CPF 068.710.841-18

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 216/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2020 - PREGÃO Nº 014/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: SUPERMERCADO TIGRÃO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E :

ARTIGO 1º - Designar o servidor "**NATAN KLEUVERT DELMÃO**", CPF nº 068.710.841-18,, lotado na Secretaria Municipal de Finanças Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 025/2020 Pregão Nº 014/2020 Fiscal que representará a Secretaria, perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 08 de julho de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, **NATAN KLEUVERT DELMÃO**, CPF nº 068.710.841-18, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

NATAN KLEUVERT DELMÃO

CPF nº 068.710.841-18,

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 267/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020 - PREGÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

R E S O L V E:

ARTIGO 1º -- Designar o servidor **"Leonidio Rodrigues de Deus Filho, portador do CPF nº 420.317.531-34**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Ata de Registro de Preços Nº 028/2020, Pregão Nº 023/2020 que representará a Secretaria perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu , **"Leonidio Rodrigues de Deus Filho , CPF.420.317.531-34**,, lotado na Secretaria Municipal de Educação, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Leonidio Rodrigues de Deus Filho

CPF.420.317.531-34

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 268/2020

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020 - PREGÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Designar a servidora "**Mailde de Almeida Lobo**", CPF nº 204.284.991-04, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social Emprego e Renda, Fiscal de Ata de Registro de Preços nº 028/2020, Pregão nº 023/2020 que representará a Secretaria perante a prestação do serviço e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como:indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu," Mailde de Ameida Lobo " CPF 204.284.991-04, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social Emprego e Renda,declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

MAILDE ALMEIDA LOBO

CPF nº 204.284.991-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 170/GP/2020

PORTARIA N.º 170/GP/2020 Em 02 de Setembro de 2020.

"Concede retorno de suas funções à Servidor que se encontrava de Licença para Interesse Particular."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o pedido de retorno feito pela servidora através de Requerimento,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder retorno de suas funções a servidora Ana Laura Valadão Oliveira, apartir de 02/09/2020, que se encontrava de Licença para Interesse Particular, concedida através da Portaria n° 144/GP/2018.

Art. 2.º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de Setembro de 2020.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 177/GP/2020

PORTARIA N.º 177/GP/2020 Em 17 de Setembro de 2020.

"Declara a vacância de cargo público de servidor (a) que menciona, por motivo exoneração à pedido".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso I do Art. 65 e inciso I do Art. 66 da Lei Municipal nº 295/2001, de 29/10/2001, e considerando o pedido de desligamento desse órgão feito pela servidora, através de requerimento;

R E S O L V E:

Art. 1.º - Declarar, a partir desta data, a vacância, por exoneração, a pedido do cargo efetivo de Odontóloga, ocupado por Ana Laura Valadão Oliveira, Matricula 1722, do quadro de cargos da Administração Direta do Município, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2.º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 17 de Setembro de 2020.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 175/GP/2020

PORTARIA Nº 175/GP/2020 Em 15 de Setembro de 2020.

"Autoriza servidor(a) a usufruir dias de Férias".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza o servidor **Thiago Jhoner Flores** à usufruir **01 (um) dia de férias** no dia 17/09/2020, referente período aquisitivo de 21/11/2018 a 20/11/2019, constante na Portaria nº 222/2019, adiado pela Portaria nº 230/2019, restando 03 dias a serem usufruídos deste período.

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de Setembro de 2020.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 174/GP/2020

PORTARIA Nº 174/GP/2020 Em 14 de Setembro de 2020.

"Autoriza servidor(a) a usufruir dias de Férias".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza a servidora **Marcia Regina dos Santos Carolo** à usufruir **03 (três)dias** de férias nos dias 15 a 17/09/2020, referente período aquisitivo de 03/01/2016 a 02/01/2017, restando 02 dias à serem usufruídos referente a este período aquisitivo**.**

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Setembro de 2020.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: RODOCAR PNEUS EIRELI ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, PRIMEIRO USO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA

DATA DA ASSINATURA: 17 DE SETEMBRO DE 2020

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR: **R$ 1.344.256,88 (UM MILHÃO TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)**

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COVID-19: PORTARIA N.º 172/GP/2020

PORTARIA N.º 172/GP/2020 Em 03 de Setembro de 2020.

"Dispõe sobre Homologação das Resoluções COMAS-PA Nº 001/2020 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução COMAS-PA Nº 001 de 30/06/2020, dispõe sobre o termo de aceite da portaria 369/2020 que trata do auxílio de Emergência em Saúde Pública declarada pela organização Mundial da Saúde, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 03 de Setembro de 2020.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2020

Tipo: Menor Preço Item

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 030/2020**, tendo como objeto**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MECÂNICOS (RETÍFICA DE MOTOR, MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, PNEUMÁTICA, HIDRÁULICA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, RADIADORES, FUNILARIA, BOMBAS E BICOS INJETORES, TAPEÇARIA, INJEÇÃO ELETRÔNICA E TRANSMISSÃO), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA**, cuja a abertura ocorreu as oito horas (horário de Brasília), do dia 17 de Setembro de 2020.

Sagrou-se vencedora da presente licitação as seguintes Empresas:

1 – ENESIO PINTO TEIXEIRA 36255971104 – inscrita no CNPJ nº 29.655.506/0001-10, situada na Rua Itália nº 021 - Bairro Maria Joaquina, na cidade de Pontal do Araguaia/MT, com valor total de **R$ 773.275,00 (Setecentos e setenta e três mil e duzentos e setenta e cinto reais).**

2 – FERNANDO FERREIRA DE QUEIROZ ME - inscrita no CNPJ nº 32.074.793/0001-80, situada na Rua Padre Carlete nº 0 quadra 19, lote 20 –

Bairro Jardim Nova Barra, na cidade de Barra do Garças/MT, com valor total de **R$ 87.150,00 (Oitenta e sete mil e cento e cinquenta reais).**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 17 de Setembro de 2020.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE BRANCA** Estado de Mato grosso, atendendo o disposto do Art. 48 da Lei Complementar n° 101 de 04 de Maio de 2000 e da Lei Federal n°. 10.257, de 10 Julho de 2001, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, AUDIÊNCIA PÚBLICA, que se realizará **dia 22 de Setembro de 2020, às 15 horas**, no Plenário da Câmara Municipal de Ponte Branca, com toda as medidas de segurança em decorrência da Covid-19, sendo: uso obrigatório de máscara, distanciamento, utilização de álcool e álcool em gel, monitoramento sobre aglomeração, temperatura, dentre outras medidas de higiene.

Pauta:

- Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre exercício 2020.

Ponte Branca – MT, em 14 de Setembro de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE BRANCA** Estado de Mato grosso, atendendo o disposto do Art. 48 da Lei Complementar n° 101 de 04 de Maio de 2000 e da Lei Federal n°. 10.257, de 10 Julho de 2001, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, AUDIÊNCIA PÚBLICA, que se realizará dia **22 de Setembro de 2020, às 15 horas**, no Plenário da Câmara Municipal de Ponte Branca, com toda as medidas de segurança em decorrência da Covid-19, sendo: uso obrigatório de máscara, distanciamento, utilização de álcool e álcool em gel, monitoramento sobre aglomeração, temperatura, dentre outras medidas de higiene.

Pauta:

- Elaboração do Orçamento Público para o exercício de 2021 – LOA.

Ponte Branca – MT, em 14 de Setembro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 83/2020

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso I e II do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZA a contratação direta, através da inexigibilidade de licitação, visando a Contratação de Empresa para Serviço de Up Grade do Icounter 3D para Icounter 5D atendendo as necessidades do Laboratório Municipal e Secretaria de Saúde do Município de Porto Alegre do Norte/MT.

Favorecido: Diagno Soluções em Diagnósticos LTDA CNPJ: 01.866.908/0001-45 Valor: R$ 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais)

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 17 de Setembro de 2020.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 008/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 008/CMAS – 8 de setembro de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com suas competências estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência nº8. 742 de 07/12/1993 e na lei Municipal nº225/1994 que institui o CMAS;

Considerando a Reunião Extraordinária do CMAS realizada no dia 8 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Artigo 1º Aprovar a Inscrição da Entidade: Associação de Acolhimento Institucional de Porto Alegre do Norte (CNPJ nº 14.379.475/0001-45), junto a este Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre do Norte. (Inscrição esta que segue os moldes do que orienta a resolução do CNAS nº 14 de quinze de maio de dois mil e quatorze).

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre do Norte /MT, 08 de setembro de 2020.

_____

Natalie Cipriano Toledo

Presidente do CMAS

_____

Daniel Rosa do Lago.

Prefeito Municipal

_____

Valdirene Pinto do Nascimento Secretária da Assistência Social

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2020.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº. 81/2020, referente ao Pregão eletrônico nº 30/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

Empresa: REALMED DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

CNPJ: 17.263.792/0001-90

Valor total: R$ 211.999,98 (Duzentos e onze mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

OBJETO: Ata de Registro de Preço de aquisição de MEDICAMENTOS FARMACIA BASICA para atender a Secretaria de Saúde, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma 16/09/2020 ate 16/09/2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 07/2020 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 07/2020 de 08 de setembro de 2020.

Ata da Assembléia extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social do município Porto Alegre do Norte-MT, com finalidade de apresentação do requerimento apresentado pela ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE “Cantinho da Esperança”

Ata da Reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada via aplicativo “Whats App”, na data de oito de setembro de dois mil e vinte, com a participação online de: Denise Cristine de Araujo Kopper Wasmann, Valdir Correia de Godoy, Natalie Cipriano Toledo, Ferla Borges, Susana Ferreira da Silva, Karina Leite da Cruz, Marlene Luiza de Barros Ribeiro, Jose Gomes Soares: Tendo em vista o momento que vivemos de pandemia provocada pelo novo coronavirus “covid-19”, em se evitar aglomeração, bem como pela facilidade que se proporciona a todos, resolveu-se então pela viabilidade de realização online desta reunião via aplicativo, dada a necessidade de se apresentar o requerimento de inscrição da Entidade: Associação de Acolhimento Institucional de Porto Alegre do Norte “Cantinho da Esperança” inscrita no CNPJ nº 14.379.475/0001-45, que possui como Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundaria: 94.30-8-00 Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais. Como Síntese dos serviços programas, projetos e benefícios sócioassistenciais realizados no município, serviço de acolhimento de crianças e adolescentes. A Entidade acima descrita requer então a inscrição junto a este conselho municipal de assistência social. Para tanto a referida entidade, por meio de seu diretor administrativo, encaminhou através do oficio nº 036/2020 a documentação exigida na resolução do CNAS nº 14 de quinze de maio do ano de dois mil e quatorze, como sendo: 1º Requerimento de Inscrição, 2º Copia do Estatuto (Atos constitutivos) registrado em cartório, 3º Copia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório, 4º Copia de três atas de reunião da diretoria, 5º plano de ação, 6º Copia do comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ, para a devida verificação por este conselho. Pela presidente do Conselho Natalie, foi encaminhado através do aplicativo em formato (pdf) a referida resolução do CNAS nº 14 de quinze de maio do ano de dois mil e quatorze, para que todos os conselheiros tenham conhecimentos do teor da mesma. Pelo Secretário Executivo Tadeu da Silva Yoshida, foi feito o escaneamento do referido oficio e documentos encaminhados a este conselho e anexada em arquivo (pdf) ao aplicativo hora utilizado. Pela Presidente Natalie, foi dito aos conselheiros que caso desejassem obter para analise copias impressas de todos e quaisquer documentos hora apresentado, que seria providenciado pelo Secretário Executivo deste conselho Tadeu, a entrega dos mesmos, sendo assim foi solicitado aos conselheiros participantes à leitura do conteúdo, e logo em seguida que os mesmos se manifestassem, tanto quanto as possíveis dúvidas para esclarecimentos, em seguida sua aprovação ou não quanto à solicitação apresentada. Os conselheiros participantes da referida reunião logo após terem realizada a leitura dos documentos em anexo, não apresentaram questionamentos e dúvidas, manifestaram-se em unanimidade favoráveis, aceitando assim o requerimento apresentado em todo seu teor, para que se faça a inscrição da referida entidade junto a este conselho. Pela presidente deste Conselho Natalie Cipriano Toledo foi informado sobre a lavratura da referida ata, resolução e demais documentos que se fizer necessários, que os mesmos serão anexados a esta ata. Que o Secretario Executivo do Conselho Tadeu da Silva Yoshida, se deslocara em encontro aos conselheiros para as devidas assinaturas por todos os participantes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/CONTABILIDADE
EDITAL 004/2020 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE EXERCÍCIO 2020.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2020

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do Prefeito municipal Sr. **EUGENIO PELACHIM**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar federal nº 101/2000, da Nota Técnica 04/2020 do TCE-MT e demais legislações aplicáveis, **CONVIDA** as entidades civis organizadas e à população em geral que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no **dia 30 de Setembro de 2020 (quarta-feira), às 10:15 horas**, nas dependências **Prefeitura Municipal, com transmissão ao vivo (live)** através do site https://www.portoestrela.mt.gov.br/**,** e Youtube youtu.be/EAnFZmI1O5A, com objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º **Quadrimestre/2020**, com base nos relatórios RGF - Relatório de Gestão Fiscal, 2º Quadrimestre exercício 2020 e RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 4º Bimestre do Exercício de 2020, facultando-se a participação da sociedade através de perguntas e sugestões por meio de ***chat*** da referida página

O presente edital será disponibilizado no www.portoestrela.mt.gov.br e publicado no jornal oficial dos municípios.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela – MT, 15 de Setembro de 2020.

Atenciosamente

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

,

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 005/2020.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRONICO objetivando o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição materiais de limpeza, copa e cozinha visando atender as demandas das secretarias desta prefeitura**, **acontecerá no dia 01 de outubro de 2020, as 09:30h horário de Brasília**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 13:00 hs.

Porto Estrela – MT, 17 de setembro de 2020.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 043/2020

REGISTRO DE PREÇOS N.º 042/2020

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 018/2018 de 24/05/2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA-**

DA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE COMBUSTÍVEL DE FORMA FRACIONADA E GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL VIA WEB EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS E PA – POSTO AVANÇADO VIA CARTÃO MAGNÉTICO OU CHIP, COM MONITORAMENTO DA FROTA, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 02/10/2020, ÀS 7h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Considerando as medidas de proteção através das recomendações, orientações e determinações pela Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, para reduzir avanço do Covide-19: TODAS as licitantes que participarão do referente certame **DEVERÃO** usar máscaras e uso de canetas pessoal sem compartilhamento das mesmas.Poxoréu-MT, 17 de setembro de 2020.

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 037/2020, REGISTRO DE PREÇO 036/2020**, tendo como objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE,** cuja abertura ocorreu as **07h30min** do dia 17 de setembro de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte empresa:

1- OXIFER COMÉRCIO DE OXIGÊNIO FERRAMENTAS LTDA-ME, inscrita no CNPJ n° 11.496.251/0001-25, com o valor global de R$ 153.150,00 (cento e cinquenta e três mil cento e cinquenta reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 17 de setembro de 2020.

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 033/2020

REGISTRO DE PREÇOS 032/2020

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 033/2020, REGISTRO DE PREÇOS 032/2020**, tendo como objetopor **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA VISANDO ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT,** cuja a abertura ocorreu as 07:30 horas do dia 02/09/2020, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU.

Sagraram-se vencedoras da presente licitação as seguintes Empresas:

1 – J.SODRÉ MÁXIMO DISTR. PROD. ALIM. E EMBALAGENS, inscrita no CNPJ n° 14.437.315/0001-05 com valor global de **R$ 120.753,50** (cento e vinte mil setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

2 – J.C. BAPTISTA FERREIRA GRACIA-ME, inscrita no CNPJ n° 11.073.488/0001-01, com valor global de **R$ 14.741,90** (quatorze mil setecentos e quarenta e um reais e noventa centavos).

3 – CHÃO DE GIZ EIRELI, inscrita no CNPJ n° 29.071.796/0001-55, com valor global de **R$ 104.236,00** (cento e quatro mil reais duzentos e trinta e seis reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 17 de setembro de 2020.

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI N°. 496 DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RURAL, SITUADO NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei Completar:

Art. 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, através de Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel Rural, Desapropriação e/ou cessão de Posse, de uma área de 7,26has (sete hectares e vinte e seis ares) remanescente de um Imóvel Rural denominado Sitio Fonte das Águas com uma área total de 24,20has (vinte e quatro hectares e vinte ares) localizada nas proximidades da captação de águas do município de Reserva do Cabaçal, e possui as seguintes confrontações: Lado Direito: Anelir Germano de Paula; Lado Esquerdo: Rosângela Bicalho Valadão; Frente: Anelir Germano de Paula; Fundos: Rogério Valadão Bicalho e Herondino de Almeida Neto; sendo propriedade do Senhor Ronisson Valadão Bicalho, cadastrado no CPF sob o nº 839.627.271-91 e no RG sob o nº1180559-5 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont nº 23, Bairro, Beira Rio no Município de Reserva do Cabaçal – MT.

Parágrafo 1º. O Imóvel descrito no Art. 1º desta Lei, destina a captação de águas para tratamento e distribuição a toda a população do Município de Reserva do Cabaçal – MT, por meio de canalização e captação por gravidade.

Art. 2º. O valor a ser pago no imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, pactua-se em R$ 150.000,00 (cento e Cinquenta Mil reais) já incluso todas as despesas de transferências e impostos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Para cobertura ao crédito aberto pelo artigo anterior, utilizaremos recursos conforme o artigo 43 § 1º. da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, em 16 de setembro de 2020.

_____

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2019. ADITIVO DE VALORES.

O Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso inscrito no C.N.P. J sob nº. 01.367.788/0001-31 com sede à Avenida Mato Grosso, nº. 221, neste ato representado por seu Prefeito, Excelentíssimo Sr. **TARCÍSIO FERRARI, brasileiro, casado,** residente a Avenida José Júlio de Lima, s/n portador da Cédula de Identidade RG nº. 648.139 SSP/MT, e no CPF nº. 567.672.001-82, doravante denominada de "**CONTRATANTE**"; e de outro lado a empresa: **OESTE CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 04.746. 603/0001-98,** com Sede na Rua 16 de julho nº 473, **Centro Norte** – na cidade de Nova Lacerda - MT, neste ato **representada pelo Senhor José Carlos Monteiro Junior, portador do RG 11126326 SSP/MG e no CPF: 048.252.836-24**. Doravante denominada "**CONTRATADA**"**,** nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, tem como justos pactuados e contratados este ajuste conforme as cláusulas e condições seguintes: resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem:

1. Cláusula Primeira – Dos Fatos

1.1. O prazo de vigência do Contrato nº 27/2019 oriundo do edital de licitação tipo Dispensa de Licitação por calamidade Pública nº. 10/2019, previsto em sua cláusula oitava a partir da data de sua assinatura, sendo que as parte contraentes assinaram o contrato na data de 30 de outubro de 2019, tendo em vista o amparo dado pela Lei Federal nº 8.666/93, art.57; em que pese a celebração de contratos com a administração Pública.

2. Cláusula segunda – Das Alterações

2.1. Sob a inteligência do Art. 65, Inciso I, alínea b, § 1.º fica Aditivado o valor do Contrato nº 27/2019 em R$ 38.910,04 (Trinta e Oito Mil Novecentos e Dez Reais e Quatro Centavos), na dotação orçamentaria (193) 26.782.0005.2127 – 4.4.90.51. Obras e Instalações.

3. Cláusula Terceira – Das Razões do Aditivo

3.1– O Contrato supracitado sofrera acréscimo de supressão de valores para manter o realinhamento da manutenção do equilíbrio Econômico Financeiro no percentual de 3,46% do valor total do contrato embasado com o previsto no Artigo 40, XI, Art. 55, III e Art. 65 § II aliena d da Lei 8.666/93 e Art. 1º § III, Art. 2º da Lei nº 10.192/2001.

3.2– O valor original do contrato é de R$ 1.123.865,61 (Hum Milhão Cento e Vinte e Três Mil Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta e Um centavos), sendo este aditivo no percentual de 3,46% sofrendo o contrato uma alteração de valores de **R$ 38.910,04 (Trinta e Oito Mil Novecentos e Dez Reais e Quatro Centavos).**

4. Cláusula segunda – Das disposições Gerais

1.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, em Reserva do Cabaçal-MT, 02 de setembro de 2020.

OESTE CONSTRUTORA EIRELI **José Carlos Monteiro Junior** **Representante Legal**	**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL– MT** **Tarcísio Ferrari** **Prefeito Municipal**

Testemunhas

1 – UANDERSON HENRIQUE DE SOUZA 2- LEAR TEIXEIRA CPF: 029.553.291-26 CPF: 473.976.831-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO 06 2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº.06/2020

Objeto: Adesão à ata de registro de preços n. 033/2020, Prefeitura Municipal de Torixoreu/MT, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA TIPO FURGÃO ORIGINAL DE FÁBRICA – FIAT DUCATO**

Valor Global: R$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais).

FAVORECIDO: REAVEL VEÍCULOS EIRELI - ME

Rua C 180, n.º 176, Quadra 617, Lote 19/20 Sala 04, Bairro Nova Suíça – Goiânia - GO

Fundamento Legal: Decreto 7.892/2013, Decreto nº 1212/2011 "Pregão", Leis n. 8.666/93 e n.10.520/2002.

Justificativa: anexa nos autos do processo de Adesão n.º 06/2020.

Publique-se conforme o disposto na Lei Orgânica do Município para eficácia do ato.

Ribeirão Cascalheira, 14 de setembro de 2020.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO N° 212/2020

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHERA-MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.113/0001-73, com sede na Avenida Padre João Bosco, n° 2.067, centro, Ribeirão Cascalheira-MT, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a Sra. **LUZIA NUNES BRANDÃO,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 10593837 SJ/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 904.195.101-68, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Ribeirão Cascalheira-MT, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e, de outro lado **o Sr. ROBERTO APARECIDO PAULO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 21512.617-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 111.314.048-82, residente neste Município de Ribeirão Cascalheira – MT,** doravante denominado simplesmente CONTRATADO, entre si firmam o presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviço Temporário por prazo determinado, em caráter de excepcionalidade, para enfrentamento do COVID-19, depois de certos e ajustado, de acordo com a Constituição Federal, Art. 37, inciso IX, Lei Municipal de Contratação Temporária n° 557/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Observado os princípios da legalidade, da moralidade, da finalidade, publicidade e da impessoalidade, e de acordo com os dispositivos legais supracitados, que dispõe sobre a contratação temporária por prazo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse publico, firma-se o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

O (a) Contratado (a), ora Servidor (a) Temporário para todos os efeitos legais do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, declaram não acumular cargos públicos em nível Federal, Estadual ou Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO E CARGO

O objeto do presente contrato é a prestação de Serviço no cargo de **motorista** comprometendo-se a (o) CONTRATADA (O) a desempenhar com

zelo, dedicação e assiduidade às atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA LOTAÇÃO

A(o) CONTRATADA (a) prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de saúde, junto a DIVISÃO DE SAUDE, com o seguinte numero de dotação:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

06.03.02 DIVISÃO DE SAUDE

2.025-MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SERVIÇOS DE SAUDE

3.1.90.04- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA QUINTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

A carga horária da (o) **CONTRATADA (o)** será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará à (o) CONTRATADA (o), pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei Municipal nº 821/2019 de 18 junho 2019, equivalente à remuneração paga ao cargo de MOTORISTA**,** tendo como salário inicial equivalente ao (G.O 04 Nível A/01) no valor de **R$ 1. 800,51 (Mil e oitocentos reais e cinquenta e um centavos).**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura**, iniciando-se em 01 de julho de 2020, tendo seu encerramento previsto para 31 de dezembro de 2020,** sem necessidade de aviso por qualquer das partes quando seu término ocorrer na data prevista.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a (o) CONTRATADA (o) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastante apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a **CONTRATANTE** desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à (o) **CONTRATADA (O)** pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula sétima.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado em caráter de excepcionalidade poderá ser alterado mediante Termo Aditivo convencionado entre as partes, contratante e contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME JURIDICO

Este Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Temporário por Tempo Determinado em caráter de excepcionalidade rege-se pelos princípios do direito público e o regime jurídico estatutário, adotado pela Lei Municipal de Contratação Temporária n° 557/2009 de 28 de dezembro e 2009.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Este Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Temporário por Tempo Determinado em caráter de excepcionalidade vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social, através do INSS, para qual a (o) **CONTRATADA (O)** contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

Este Contrato extinguir-se-à:

I – Pelo término do prazo contratual;

II – Por iniciativa das partes, com comunicação prévia mínima de 30 (trinta) dias, sendo que para o CONTRATANTE observar-se-a a conveniência administrativa;

III – Pela morte da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VÍNCULO

O presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviço Temporário por Tempo Determinado, em caráter de excepcionalidade rege-se pelos princípios do direito público não gerando, entretanto vinculo empregatício.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente, destinadas a cobrir despesas com Pessoal, conforme Lei Municipal de Contratação Temporária n° 557/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes, CONTRATANTE E CONTRATADA (O), elegem o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT, para dirimir quaisquer questões originárias em decorrência do presente Instrumento Particulares de Contrato de Prestação de Serviço Temporário por Tempo Determinado em caráter de excepcionalidade, por mais privilegiado que outro seja.

E, por estarem justas acordadas e contratadas, firmam o presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviço Temporário por Tempo Determinado, em caráter de excepcionalidade, em 03 (três) vias, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Ribeirão Cascalheira - MT, 01 de julho de 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

Contratante

_____

ROBERTO APARECIDO PAULO

Contratada (o)

Testemunhas:

_____

_____

JOÃO DE SOUZA AGUIAR LETICIA VIEIRA VIDA FEITOSA

CPF: 293.072.011-53 CPF: 008.479.281-79

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assunto: Dispensa de Licitação Nº 008/2020

Justificativa: *Considerando a necessidade da contratação* de empresa para Confecção de móveis para Secretaria de Municipal de Assistência social*, faz se necessário o processo de Dispensa. Enfatizamos que a contratação desta empresa é indispensável para que possamos atender a demanda e* suprir a necessidade no Município de Ribeirãozinho - MT***, com o preço acertado é compatível com os praticados na Região, contratou – se a empresa VANESSA VALE VIANA BORGES – MEI CNPJ: 35.519. 797/0001-12***

Ribeirãozinho-MT, 17 de setembro de 2020.

MARIA AUXILIADORA CARDOSO

Presidente da C. P. L

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO - MT**, representada pelo senhor Ronivon Parreira das Neves, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nos termos acima propostos, por atender os quesitos legais em vigor.

Gabinete do Prefeito, 17 de setembro de 2020.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DECRETO Nº 1.793 /GAB/PMR, DE 17 SETEMBRO DE 2020.

PODER EXECUTIVO

"Nomeia o Conselho Municipal de Assistência Social Gestão de 2020/2022 e da outras providências."

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inc. IV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e, em especial com fundamento na Lei Municipal nº. 13, de 26 de fevereiro de 2001.

Considerando a Ata nº. 027 do dia 20 de julho referente a formação do Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando o Ofício nº. 085- Casa dos conselhos, de 16 de setembro de 2020, solicitando a publicação dos representantes do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, indicados pelo Governo e Entidades cujo o período do mandato é de 02 (dois anos);

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Assistência Social de composição paritária e cujas atribuições e competências são as dispostas na Lei Municipal nº. 13, de 26 de fevereiro de 2001, com a seguinte composição:

1)-**Representantes Governamentais:**

a)- PELA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neila Medeiro Carriço RG: 139.196.262-3 CPF: 773.178.152-68 *FUNÇÃO: TITULAR*	Valquiria de Lima Candeias RG: 1252571 CPF: 051.598.981-90 *FUNÇÃO: SUPLENTE*

b)-PELA ÁREA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

> Lindaura Rodrigues da Silva *RG: 1239126 SSP/RO* *CPF: 022.404.142-86* *FUNÇÃO: TITULAR*	*>Elza dos Santos Pinto* *RG: 000815014 SSP/RO* *CPF:419.034.392-72* *FUNÇÃO: SUPLENTE*

c)- PELA ÁREA DA SAÚDE

Laudicéia de Oliveira Viana RG: 1477814 CPF: 619.625.782-72 *FUNÇÃO: TITULAR*	*>Neide Souza dos Santos* *RG: 000894815 SSP/MT* *CPF:762.482.082-04* *FUNÇÃO: SUPLENTE*

d)-PELO PODER LEGISLATIVO

>Elisangela Rdrigues de Souza *RG: 13.555.664 SSP/MG* *CPF: 065.020.201-66* *FUNÇÃO: TITULAR*	*>Silvia Mara Pedroso Neres* *RG: 2451101-3 SSP/MT* *CPF:048.323.911-94* *FUNÇÃO: SUPLENTE*

2)- Representantes dos Prestadores de Serviço pelas Creches, Escolas de Educação Infantil e Albergues:

João Paulo Sliviniski da Silva: RG: 1339334 CPF: 660.656.161.76 *FUNÇÃO: TITULAR*	*>Fabiana Gava Brizidio* *RG: 22104650 SSP/MT* *CPF:056.468.881-90* *FUNÇÃO: SUPLENTE*

3)- Pelas Instituições de Atendimento a Criança e ao Adolescente

João Paulo Sliviniski da Silva RG: 1339334 CPF: 660.656.161.76 *FUNÇÃO: TITULAR*	Geani Souza da Silva CPF: 056.456.041-30 *FUNÇÃO: SUPLENTE*

4)- Representantes dos Profissionais na Área de Assistentes Sociais

> Ivonete de Souza Andrade *RG: 245278 SSP/RO* *CPF: 204.673.032-45* *FUNÇÃO: TITULAR*	Luana Carvalho de Souza RG: 1200588 CPF: 004.458.982-40 *FUNÇÃO: SUPLENTE*

5)-Representantes dos Usuários Representantes da Sociedade Civil e Entidades e organizações da Assistência Social

>Marlene Moreira Lopes *RG: 000.900.237 SSP/RO* *CPF: 005.593.352-10* *FUNÇÃO: TITULAR*	*>Laircer Maria Bezerra de Souza* *RG: 139.3000-1 SSP/MT* *CPF:669.437.952-87* *FUNÇÃO: SUPLENTE*

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua edição.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

17 de setembro de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito *Municipal*

ATO ADMINISTRATIVO Nº 190/GAB/PMR/2020.

ASSUNTO : Autoriza a conversão em pecúnia de 1/3 das férias, prorroga o período de gozo relativo ao período aquisitivo 31/09/2018 à 30/06/2019 ao servidor MAURO FRANCO LEONARDO, Diretor de departamento especial de desenvolvimento industrial e comércio, matricula nº 779.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de que trata o Art. 70 da Lei Orgânica do e,

Considerando que o servidor se encontra investido no cargo de Diretor de departamento especial de desenvolvimento industrial e comércio, conforme Portaria nº 2998/GP/PMR/2019 de 07 de março de 2019;

Considerando que o servidor requereu a conversão em pecúnia de 1/3 das férias relativas ao período aquisitivo de **31/09/2018 à 30/09/2019, bem como, o gozo seja prorrogado para momento mais oportuno em razão dos acumulo das atribuições do cargo que ocupa no momento;**

AUTORIZO, o lançamento das férias da servidora relativo ao período aquisitivo indicado, bem como, com fundamento no artigo 74 da LCM n. 3, de 17/10/2007 (RJU), a conversão de 1/3(um terço) das férias em abono pecuniário. Igualmente, autorizo a prorrogação do gozo dos (20) vinte dias remanescentes das férias deste período referido, para momento oportuno a ser definido, mediante solicitação do servidor.

Retroagindo os efeitos da publicação a 01/09/2020,

Envie ao DRH/SEMAD para cumprimento.

Publique-se. 17 de setembro de 2020.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 122/2020.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação, em conformidade com o disposto no inciso XVII, art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO: Contratação de Empresa para Manutenção Preventiva e Corretiva, durante o período de garantia de fábrica de 500 horas da Retroescavadeira e Pá Carregadeira - JCB 3CX, com motor de turbo 4X4 série 2935713, motor SD320/45064H00248962, ano 2020, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXX, do Art.70 da Lei Orgânica do Município;

RATIFICO a dispensa de licitação realizada com fundamento no inciso XVII, do Art.24 da Lei Federal nº 8.666/93, para execução imediata;

Vencedora do Certame: Empresa – Mamoré Máquinas Agrícolas LTDA, CNPJ: 19.614.838/0001-01, Endereço: Av. Castelo Branco, nº 14893, Bairro; Zona Rural, Cep: 76.967-211, Cacoal/RO.

1) Material de consumo (peças, óleos/acessórios): R$ 2.312,50 (Dois mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos).

2) Prestação de Serviços: R$ 967,50 (Novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Valor Global do Certame de R$ 3.280,00 (Três mil duzentos e oitenta reais).

Empenhe a despesa, por respectiva fonte de recurso.

Dê – ciência a Secretaria de origem.

Rondolândia – MT 17 de Setembro de 2020.

_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

DECISÃO ADMINSITRATIVA Nº 018/2020/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº077/2020- SEMUSA

ASSUNTO: Revogação da Licitação na Modalidade Dispensa de Licitação de n°077/2020 onde tem como objeto, "Contratação de serviço de telefonia móvel-em telecomunicações, para prestação de serviço de três linhas telefônicas para atender a unidade básica de saúde, secretaria municipal de saúde e regulação do município de Rondolândia/MT ."

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da LOM.

Considerando o comunicado interno no processo de fls. 52 do qual informa que já foram efetuadas a chamada do procedimento licitatório;

Considerando que no entanto não obteve sucesso e/ou êxito conseguir empresas interessadas em participar do certame conforme publicações já efetuadas de fls.47-50

Considerando o disposto no art.49 da Lei Federal 8666/93;

DECIDO:

1 – **REVOGAR** a Licitação na Modalidade Dispensa de Licitação de n°077/2020 onde tem como objeto, "Contratação de serviço de telefonia móvel-em telecomunicações, para prestação de serviço de três linhas telefônicas para atender a unidade básica de saúde, secretaria municipal de saúde e regulação do município de Rondolândia/MT ."

Rondolândia-MT,17 de setembro de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

DECISÃO ADMINSITRATIVA Nº 017/2020/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº033/2020- SEMUSA

ASSUNTO: Revogação da Licitação na Modalidade Dispensa de Licitação de n°013/2020 onde tem como objeto, "Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em estação de tratamento de agua para consumo humano, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde."

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da LOM.

Considerando o comunicado interno no processo de fls. 39 do qual informa que já foram efetuadas a chamada do procedimento licitatório;

Considerando que no entanto não obteve sucesso e/ou êxito conseguir empresas interessadas em participar do certame conforme publicações já efetuadas de fls. 33-37

Considerando o disposto no art.49 da Lei Federal 8666/93;

DECIDO:

1 – **REVOGAR** a Licitação na Modalidade Dispensa de Licitação de n°033/2020 onde tem como objeto, "Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em estação de tratamento de agua para consumo humano, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde."

Rondolândia-MT,17 de setembro de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

COVID-19: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART.26 DA LEI Nº 8.666/93) COVID-19

- Processo Administrativo nº 113/2020- SEMUSA

- Dispensa de Licitação Nº 053/2020 *(* do Art. 24,inc. IV *da Lei nº 8.666/93)*

OBJETO: Aquisição de medicamentos para o tratamentos e prevenção no combate ao covid-19.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADO/PROPRIETÁRIO: TD. WILL-ME, CNPJ: 10.772.529/0001-87

CONTRATADO/PROPRIETÁRIO: JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES-EPP, CNPJ: 30.153.492/0001-16

CONTRATADO/PROPRIETÁRIO: ALIANÇA HOSPITALR EIRELI EPP, CNPJ: 21.368.399/0001-38

O Certame foi realizado por dispensa de Licitação em decorrência da Pandemia do Covid-19, e em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 13.979 de 06 de Fevereiro de 2020, Decreto N.407 de 16 de Março de 2020 do Governo do Estado de Mato Grosso, Resolução n.107/2020 da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e Decreto Municipal N. 1.741 de 29 de Abril de 2020 levando em conta a situação de emergência em nível internacional (PANDEMIA COVID-19) fls. 20-28,

O certame está registrado no Sistema compras/Betha como Dispensa de Licitação nº 053/2020 tendo como objeto*Aquisição de medicamentos para o tratamentos e prevenção no combate ao covid-19*.

Devidamente instruído, constam peças da fase interna, tais como: solicitações do titulare da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada do termo de referência; Integralização da solicitação no sistema BETHA/COMPRAS; coleta ampla dos preços praticados no mercado, relatórios do sistema banco de preços em sintonia com o informado no Acordão n.º 868/2013-Planario TCU; parâmetro de preços por media estimativa; Justificativa de opção de escolha da modalidade dispensa de licitação; justificativa da dispensa da indicação da reserva Orçamentária, e autorização do ordenador de despesas, sendo o que de mais relevante importa. (fls. 02-229)

Ainda, instruindo a fase interna do certame, consta, em atendimento ao art. 38 parágrafo único da Lei n.º 8666 de 1993, Parecer nº 071/PGM/GAB/20 exarado pelo órgão de assessoria jurídica fls. 471-474, contendo a aprovação do edital da dispensa de Licitação n.º 053/2020 e seus anexos, onde se encontram encartados e incluso o Termo de Referência e modelo da Minuta do contrato fls. 231-257,

O valor estimado global, considerando a cesta de preços informado ás fls. 205-215, é R$ 155.035,06 (cento e cinquenta e cinco mil trinta e cinco reais e seis centavos)

Na data de 27/08/2020 deu-se início a fase externa do certame com a publicação do extrato do edital de chamamento público, inicialmente afixado nos murais de aviso da Prefeitura e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio, DOU,

DOE e meio eletrônico no portal transparência *fly* endereço https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-007/con_licitações.faces, portal de serviços do TCE/MT, (fls. 259-263).

A sessão pública destinada ao recebimento e julgamento das propostas ocorreu dia 28/08/2020, conforme previsto no instrumento convocatório por e-mail.

Considerando que as Empresas TD. WILL-ME**, CNPJ: 10.772.529/0001-87** endereço comercial na Av. 07 de setembro, 2.921, na cidade de Espigão do Oeste /RO, preencheu e devolveu a proposta de preço por e-mail juntamente com toda a documentação exigida no edital de chamada conforme fls. 391-418, JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES-EPP, CNPJ: 30.153.492/0001-16 endereço comercial na Rua NA-08, Qd 13, Lt 22, Bairro Nova Abadia – Abadia de Góias/GO, preencheu e devolveu a proposta de preço por e-mail juntamente com toda a documentação exigida no edital de chamada conforme fls.276-326, ALIANÇA HOSPITALR EIRELI EPP, CNPJ: 21.368.399/0001-38 endereço comercial na Rua Mirim s/n, Qd.43, Lt 05, Bairro Vila Ausira, Aparecida de Giânia/GO preencheu e devolveu a proposta de preço por e-mail juntamente com toda a documentação exigida no edital de chamada conforme fls. 329-386.

Proposta de preço do licitante TD. WILL-ME**,** CNPJ: 10.772.529/0001-87 encartada de fls. 392-398, JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES-EPP, CNPJ: 30.153.492/0001-16, encartadas de fls. 277-282, ALIANÇA HOSPITALR EIRELI EPP, CNPJ: 21.368.399/0001-38 encartadas de fls. 331-336 Validadas por conformidade, nos termos do parecer da Comissão na Ata de fls. 420-422.

Habilitação e documentos encartados da Empresaas TD. WILL-ME, CNPJ: 10.772.529/0001-87 fls. 399-418, JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES-EPP, CNPJ: 30.153.492/0001-16 fls.283-326, ALIANÇA HOSPITALR EIRELI EPP, CNPJ: 21.368.399/0001-38 fls. 337-357. Licitante validamente habilitado, conforme ressai do parecer da Comissão Ata de fls. 420-422.

Certidões negativas dos licitantes confirmada suas validades conforme fls. 424-448.

Resultado final levado a publicação, a vista do §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio nos murais de avisos da Prefeitura e Câmara municipal e Diários Oficiais. (fls. 461-468).

Em conformidade com o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações RATIFICO a Dispensa da licitação autorizando a aquisição de medicamentos para o tratamentos e prevenção no combate ao covid-19 sagrou-se vencedora do item 01 a Empresa TD. WILL-ME**, CNPJ: 10.772.529/0001-87** com a proposta no valor total R$31.000,00 (trinta e um mil reais), do item 02 a Empresa JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES-EPP, CNPJ: 30.153.492/0001-16 com a proposta no valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e dos itens 03,05,07,08,09,10,11 a empresa ALIANÇA HOSPITALR EIRELI EPP, CNPJ: 21.368.399/0001-38 com a proposta no valor total de R$ 40.242,00 (quarenta mil duzentos e quarenta e dois reais). Perfazendo um valor global da Dispensa de Licitação R$ 75.242,00 (setenta e cinco mil duzentos e quarenta e dois reais).

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preço para os itens 04 e 06, tornando os itens fracassados do certame, ou seja, itens não adjudicados.

Publique-se, nos termos do *caput* art. 26 da Lei nº 8.666/93 para que surta seus efeitos legais.

Rondolândia – MT, 17 de setembro de 2020

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

COVID-19: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART.26 DA LEI Nº 8.666/93) COVID-19

- Processo Administrativo nº 112/2020- SEMUSA

- Dispensa de Licitação Nº 052/2020 *(* do Art. 24,inc. IV *da Lei nº 8.666/93)*

OBJETO: Aquisição de materiais descartáveis, Epis e testes rápidos para enfrentamento do covid-19.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADO/PROPRIETÁRIO: GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ: 05.658.906/0001-11

CONTRATADO/PROPRIETÁRIO: UIATÃ RIBEIRO MOMENTÉ-ME CNPJ: 21.838.062/0001-47

O Certame foi realizado por dispensa de Licitação em decorrência da Pandemia do Covid-19, e em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 13.979 de 06 de Fevereiro de 2020, Decreto N.407 de 16 de Março de 2020 do Governo do Estado de Mato Grosso, Resolução n.107/2020 da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e Decreto Municipal N. 1.741 de 29 de Abril de 2020 levando em conta a situação de emergência em nível internacional (PANDEMIA COVID-19) fls. 18-26,

O certame está registrado no Sistema compras/Betha como Dispensa de Licitação nº 052/2020 tendo como *Aquisição de materiais descartáveis, Epis e testes rápidos para enfrentamento do covid-19.*

Devidamente instruído, constam peças da fase interna, tais como: solicitações do titular da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada do termo de referência; Integralização da solicitação no sistema BETHA/COMPRAS; coleta ampla dos preços praticados no mercado, relatórios do sistema banco de preços em sintonia com o informado no Acordão n.º 868/2013-Planario TCU; parâmetro de preços por media estimativa; Justificativa de opção de escolha da modalidade dispensa de licitação; justificativa da dispensa da indicação da reserva Orçamentária, e autorização do ordenador de despesas, sendo o que de mais relevante importa. (fls. 02-252)

Ainda, instruindo a fase interna do certame, consta, em atendimento ao art. 38 parágrafo único da Lei n.º 8666 de 1993, Parecer nº 070/PGM/GAB/20 exarado pelo órgão de assessoria jurídica fls. 467-470, contendo a aprovação do edital da dispensa de Licitação n.º 052/2020 e seus anexos, onde se encontram encartados e incluso o Termo de Referência e modelo da Minuta do contrato fls. 260-279,

O valor estimado global, considerando a cesta de preços informado ás fls. 225-238, é R$ 72.182,01 (setenta e dois mil cento e oitenta e dois reais e um centavos)

Na data de 27/08/2020 deu-se início a fase externa do certame com a publicação do extrato do edital de chamamento público, inicialmente afixado nos murais de aviso da Prefeitura e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio, DOU, DOE e meio eletrônico no portal transparência *fly* endereço https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-007/con_licitações.faces, portal de serviços do TCE/MT, (fls. 280-284).

A sessão pública destinada ao recebimento e julgamento das propostas ocorreu dia 28/08/2020, conforme previsto no instrumento convocatório por e-mail.

Considerando que as Empresas GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ: 05.658.906/0001-11 endereço comercial na Av. São Francisco, 83, Qd. 36, Lt. 09, Bairro santa Genoveva na cidade de Goiânia/GO, preencheu e devolveu a proposta de preço por e-mail juntamente com toda a documentação exigida no edital de chamada conforme fls. 297-335, UIATÃ RIBEIRO MOMENTÉ-ME CNPJ: 21.838.062/0001-47 endereço comercial na Av. Dona Tita, S/n, Qd.18, Lt.12, Bairro Centro, Alto Horizonte/GO, juntamente com toda a documentação exigida no edital de chamada conforme fls. 390-419.

Proposta de preço do licitante GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA-ME, **CNPJ: 05.658.906/0001-11** encartada de fls. 298-299, UIATÃ RIBEIRO MOMENTÉ-ME CNPJ: 21.838.062/0001-47, encartadas de fls. 397-402, Validadas por conformidade, nos termos do parecer da Comissão na Ata de fls. 420-423.

Habilitação e documentos encartados da Empresas GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ: 05.658.906/0001-11 fls. 300-335, UIATÃ RIBEIRO MOMENTÉ-ME CNPJ: 21.838.062/0001-47 fls 403-419. Licitante validamente habilitado, conforme ressai do parecer da Comissão Ata de fls. 420-423.

Certidões negativas dos licitantes confirmada suas validades conforme fls. 425-439.

Resultado final levado a publicação, a vista do §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio nos murais de avisos da Prefeitura e Câmara municipal e Diários Oficiais. (fls. 458-464).

Em conformidade com o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações RATIFICO a Dispensa da licitação autorizando a aquisição de medicamentos para o tratamentos e prevenção no combate ao covid-19 sagrou-se vencedora do item 01 a Empresa GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ: 05.658.906/0001-11 com a proposta no valor total R$ 4. 000,00 (quatro mil reais), dos itens 02,04,05,06,07,08,09,13 e 14 UIATÃ RIBEIRO MOMENTÉ-ME CNPJ: 21.838.062/0001-47 com a proposta no valor total de R$ 50.058,00 (cinquenta mil e cinquenta e oito reais). Perfazendo um valor global da Dispensa de Licitação R$ 54.058,00 (cinquenta e quatro mil e cinquenta e oito reais).

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preço para os itens 03,10,11 e 12, tornando os itens fracassados do certame, ou seja, itens não adjudicados.

Publique-se, nos termos do *caput* art. 26 da Lei nº 8.666/93 para que surta seus efeitos legais.

Rondolândia – MT, 17 de setembro de 2020

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO' (INC. VI, DO ART. 43, DA LEI Nº 8.666/93 C/C INC. XXX, DO ART. 70 DA LOM)

Proc. nº 120/2020.

Dispensa de Licitação nº 055/2020

Objeto: Contratação de clínica para prestação de serviço em tratamento especial de reabilitação de dependentes químicos para adultos – do tipo tratamento e internação de dependente químico voluntário, para adulto, tratamento terapêutico com atendimento psicológico individual ou em grupo (voluntário), para atender as necessidades de paciente da unidade básica de saúde do município de Rondolândia/MT.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Sagrou-se vencedora do item 01, licitado a empresa **ASSOCIAÇÃO EVANGELICA VIDEIRA CNPJ: 12.054.187/0001-95** com a proposta no valor total de **R$: 4.900** (quatro mil e novessentos reais),

Com o fim de **HOMOLOGAR** a Dispensa de Licitação nº 120/2020, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 17 de setembro de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 33/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados, através da Comissão Permanente de Licitação, que a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 33/2020, cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA AVENIDA PROJETADA, NO BAIRRO ALFREDO DE CASTRO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA ANEXO AO EDITAL", FICA **PRORROGADA** A DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES **PARA O DIA 20/10/2020, ÀS 14:00 HORAS**, NA SALA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, LOCALIZADA A AV. DUQUE DE CAXIAS, 1.000, VILA AURORA.

Rondonópolis-MT, 17 de setembro de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão de Licitação

RESULTADO FINAL DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 72/2020"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 72/2020, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA SEGUINTE OBRA: "CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O CÓRREGO LAGEADINHO, LOCALIZADA NO CORREDOR MUNICIPAL JARDIM TRÊS PODERES, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA"** que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: **SLN CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI**, no valor total da obra de R$: 1. 033.446,12 (um milhão, trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e doze centavos).

Rondonópolis-MT, 17 de setembro de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente de Comissão de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 89/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 89/2020**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, ADAPTAÇÃO E LIMPEZA

DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 287.461,31 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 16 de setembro de 2020.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 28/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados, através da Comissão Permanente de Licitação, que a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 28/2020, cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL, REGIÃO DA VILA RICA/PADRE LOTHAR, LOCALIZADO NA RUA RIO BRANCO – REGIÃO DA VILA RICA/ PADRE LOTHAR, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ANEXO AO EDITAL",, FICA **PRORROGADA** A DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES **PARA O DIA 20/10/2020, ÀS 09:00 HORAS**, NA SALA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, LOCALIZADA A AV. DUQUE DE CAXIAS, 1.000, VILA AURORA.

Rondonópolis-MT, 17 de setembro de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 0 93 - 2020

PORTARIA Nº 093/2020, DE 17 SETEMBRO DE 2020

"Dispõe sobre exoneração e nomeação de pessoa em cargo de livre nomeação e exoneração, no âmbito da administração pública municipal e dá outras providencias."

O Prefeito do Município de Rosário Oeste – Estado de Mato Grosso, **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE: Art. 1º. Fica nomeado no cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito da administração pública municipal, a seguinte servidora abaixo relacionado:

a) MARINETE CONCEIÇÃO DE CAMPOS–Chefe do Setor de Vigilância Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 17 de setembro de 2020.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 094 - 2020

PORTARIA 094/2020

de 17 de Setembro de 2.020

"Dispõe sobre retorno de servidor publico municipal efetivo de afastamento após não aprovação em convenção partidária, e da outras providencias."

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei, uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

C O N S I D E R A N D O as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições da Resolução editada pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre o tema;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado o retorno do servidor publico municipal efetivo, **DEJAIR ROBERTO LIU JUNIOR**, ocupante do cargo de Procurador Municipal, à suas atividades normais, após não ter aprovado em ata seu registro para disputa das eleições municipais de 2020, nos termos da Lei Complementar 64/90.

Artigo 2º. Revogam-se disposições.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 17 de Setembro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

JURÍDICO
DECRETO Nº. 72, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

DECRETO Nº. 72, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 49, DE 13 DE JULHO DE 2020, E DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 53, DE 23 DE JULHO DE 2020, *e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a situação epidemiológica do Coronavírus (COVID-19) no Município de Salto do Céu-MT;

CONSIDERANDO que as medidas de combate e prevenção contra o Coronavírus (COVID-19) tem surtido efeito no âmbito do Município de Salto do Céu-MT;

CONSIDERANDO as deliberações proferidas na última reunião realizada pelo Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) no Gabinete do Prefeito de Salto do Céu-MT;

CONSIDERANDO a alteração no expediente no prédio da Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT disposta no Decreto Municipal nº. 49, de 13 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a prorrogação da alteração no expediente no prédio sede da Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT disposta no Decreto Municipal nº. 53, de 23 de julho de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no art. 23 da Lei Municipal nº. 069, de 28 de maio e 1993, em que o servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, integrante do sistema de carreira, fica sujeito a 30 (trinta) horas semanais de trabalho e, para os servidores considerados essenciais, a 40 (quarenta) horas semanais, ressalvados os cargos com regulamentação por lei específica;

CONSIDERANDO em especial o aumento de demanda dos serviços administrativos em razão do encerramento de mandato da atual gestão 2017/2020,

DECRETA

Art. 1º. Ficam revogadas todas as determinações dispostas no Decreto Municipal nº. 49, de 13 de julho de 2020, e no Decreto Municipal nº. 53, de 23 de julho de 2020.

Art. 2º. O horário de expediente e funcionamento no Paço Municipal da Prefeitura de Salto do Céu-MT volta a ser das 07h às 11h, e das 13h às 17h, a partir do dia 21 de setembro de 2020 (segunda-feira).

Parágrafo único. Nos locais de trabalho, os servidores deverão seguir todas as medidas de higiene para a prevenção do Coronavírus (COVID-19), tais como, manter distância entre os colegas sempre que possível, evitar aglomerações em salas fechadas, além da utilização obrigatória de máscaras faciais, entre outras que se fizerem necessárias.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu-MT, 17 de setembro de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 015/2020

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Tomada de Preços n° 015/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para reforma e ampliação do pronto atendimento municipal **de Santa Cruz do Xingu-MT**. Modalidade Tomada de Preços n° 015/2020, tipo: Menor Preço global. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 08 de Outubro de 2020. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: https://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaSubItem...

Santa Cruz do Xingu – MT, 17 de setembro de 2020.

Luis Marcelio Carvalho – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0162/SAD/2020

PORTARIA N° 0162/SAD/2020 DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OUTRO ORGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAICOL ANGELO SOARES, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cedido, com ônus para o órgão de origem, a servidora pública municipal **Nayara Ribeiro Aguiar**, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, portadora da cédula de identidade RG nº. 21099383 SSP/MT e CPF nº. 034.699.141-25, para prestar os seus serviços no INDEA-MT (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso).

Art. 2º - Fica de responsabilidade pela a assiduidade e desempenho da servidora que será monitorado e avaliado pelo IDEA-MT.

Art. 3º - A Cedência prevista no artigo anterior, vigorará por um período de 1 ano, a partir de 28/08/2020 a 27/08/2021 de acordo com o termo de cooperação técnica nº05/2020/INDEA/MT podendo ser renovada mediante expedição de nova Portaria.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

MAICOL ANGELO SOARES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0163/SAD/2020

PORTARIA N° 0163/SAD/2020 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Maicol Angelo Soares, Prefeito de Santa Cruz do Xingu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 509/2017.

R E S O L V E:

Art. 1° Fica nomeado o Sr. **Tiago José Pereira**, inscrito no CPF: 048.614. 511.59 como **Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social**

Art. 2° Dispõe também sobre a presidência do Conselho Municipal de Assistência Social:

Presidente: Luciana de Jesus Nascimento Viana

Vice-Presidente: Mirian de Paula Ferreira Feitosa Silva

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário em especial a portaria **083/SAD/2020 de 06 de maio de 2020.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 17 DE SETEMBRO DE 2020.

MAICOL ANGELO SOARES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a Tabela: ITEM_PROC_LICIT, quantitativos referente ao item 232075, por motivos de erro formal.

Santa Rita do Trivelato/MT em 16 de setembro 2020.

Sandra Cristina Lemes Pereira

Assessora de Secretaria

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 065/2020

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 065/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **ZBN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAGENS,** inscrita no **CNPJ 08.181.522/0001-49**, CNPJ sob **13.498.051/0001-37**; VIGÊNCIA: 18/09/2020 até 18/09/2021; VALOR ESTIMADO de **R$ 426. 720,00 (quatrocentos e vinte seis mil e setecentos e vinte reais)** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (CAL, CIMENTO E TIJOLOS) EM ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020 para REGISTRO DE PREÇOS.

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA,** para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 039/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 09/09/2020, sagrou-se vencedor a empresa **EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA CNPJ: 04.420.916/0003-13**, conforme segue abaixo:

6586	**04.420.916/0003-13**	**EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
233021	RR-2C		TONELADA	50,0000	2.893,1800	144.659,0000
				Total Fornecedor:		**144.659,00**
				Total Geral:		**144.659,00**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de setembro de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 113/2020 - PROCESSO CARTA CONVITE Nº 001/2020

EXTRATO DO CONTRATO 113/2020

PROCESSO CARTA CONVITE Nº 001/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁTICA COM EMULSÃO RL - 1C EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, Contratada:**LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA- ME, inscrito no CNPJ nº 11.487.619/0001-99,VALOR GLOBAL: 308.102,48** (trezentos e oito mil e cento e dois reais e quarenta e oito centavos), VIGÊNCIA: **ATE 31/12/2020**

Santa Rita do Trivelato – MT, 15 Setembro de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (CAL, CIMENTO E TIJOLOS) EM ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**.

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 042/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 17/09/2020, sagrou-se vencedor a empresa **ZBN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAGENS, CNPJ 08.181.522/0001-49**, conforme segue abaixo:

3253	**08.181.522/0001-49**	**ZBN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO E FERRAGENS LTDA**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
232075	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS, SACO 20KG	Usical	UNIDADE	1.200,0000	15,0000	18.000,0000
232076	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II - 32, SACO 50 KG	Itau	UNIDADE	12.000,0000	32,0000	384.000,0000

234107	BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 8 FUROS, DE 9 X 19 X 19 CM	Cerâmica Fortaleza	UNIDADE	24.000,0000	1,0300	24.720,0000	
				Total ggFornecedor:		**426.720,00**	

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 17 de Setembro de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2020

EXTRATO DO CONTRATO 114/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMA EMPILHAVEL INFANTIL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/1993

Contratada: **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**

CNPJ Nº **35.942.214/0001-61**

VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais)

VIGÊNCIA: **60 (sessenta) dias**

Santa Rita do Trivelato – MT, 15 Setembro de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0423/2020 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 112/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº 028.434.539-33, para Fiscalização do CONTRATO nº 112/2020, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE KITS DE LIVROS DA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL.**

Art. 2º. Esta portaria *entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE SETEMBRO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0422/2020 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 111/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **ROGÉRIO APARECIDO DE ARAUJO**, inscrito no CPF nº 034.167.211-44, para Fiscalização do CONTRATO nº 111/2020, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PREVENTIVA DE 600 HORAS DO TRATOR LS PLUS 100, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

Art. 2º. Esta portaria *entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE SETEMBRO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2017

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2017, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INTERNET, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.348.924/0001-05, com sede na Rua Maria Umbelina da Silva, 655, APT 01 02 03, CEP: 89.254-632, Água Verde, em Jaraguá do Sul – SC, representada pelo Sr. **CARLOS EDUARDO SABEL,** RG nº 3.551.110-9 SSP-SC, CPF nº 034.085.879-65, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato 053/2017, que será regido pela Lei nº 8.666/93,

e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência, bem como aditar o valor, previstos nas Cláusulas Segunda e Quarta, respectivamente, do contrato nº 053/2017, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 – O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início na data de sua assinatura e seu término previsto para **18 de setembro de 2021.**

2.2 - A execução dos serviços será de mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O valor do termo aditivo é de **R$ 6.297,60 (seis mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta centavos),** que será pago em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de **R$ 524,80 (quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)** cada, nas condições inicialmente pactuadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2020.

SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO

048- 003.001.04.122.0022.2003-33.90.40.00.00.00

2.2. Os valores do ano de 2021 serão empenhados em dotação orçamentária do orçamento do exercício do ano seguinte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelos artigos 57, inciso II, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes na data de 18/09/2017.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 18 de setembro de 2020.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA INTERNET LTDA - ME

05.348.924/0001-05

Contratada

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: NOME:

CPF nº: CPF nº:

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0421/2020 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060 E 061/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores MARCO ANTONIO SOARES DE LIMA(titular) inscrito no CPF/MF nº 014.924.641-20 e OLIVER NICOLAS FRANÇA DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.071.901-28 (suplente) para fiscalização das Atas de Registro de Preços a seguir descritas.

Ø **Ata de Registro de Preço Nº 060/2020**;

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO- MT; **DETENTORA:** STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.870.717/0001-08; vigência: **15/09/2020 até 19/09/2021**; Valor estimado de **R$ 132.060,00 (cento e trinta e dois mil e sessenta reais)** OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO;**

Ø **Ata de Registro de Preço Nº 061/2020**;

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO- MT; **DETENTORA:** ÉRICA DE FATIMA GENTIL, inscrita no CNPJ sob nº 36.656.877/0001-82; vigência: **15/09/2020 até 19/09/2021;** Valor estimado de **R$ 219.140,00 (duzentos e dezenove mil, cento e quarenta reais**) OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO.**

Art. 2º. Esta portaria *entra em vigor na data de sua publicação*.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE SETEMBRO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 066 A 067/2020

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 066/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **LEITE E RIBEIRO LTDA - ME,** inscrita no **CNPJ 18.849.143/0001-37**, VIGÊNCIA: 18/09/2020 até 18/09/2021; VALOR ESTIMADO de **R$ 20.975,10 (VINTE MIL E NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS)** OBJETO: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020 para REGISTRO DE PREÇOS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 067/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA,** inscrita no **CNPJ 28.729.142/0001-03**, VIGÊNCIA: 18/09/2020 até 18/09/2021; VALOR ESTIMADO de **R$ 6.457,30 (SEIS MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E TRINTA CENTAVOS)** OBJETO: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020 para REGISTRO DE PREÇOS.

FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO 4º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.713.200,00	29.719.800,00	5.921.634,37	19,92	20.643.767,52	69,46	9.076.032,48
RECEITAS CORRENTES	28.825.200,00	28.831.800,00	5.800.793,89	20,12	20.522.927,04	71,18	8.308.872,96
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.386.500,00	3.386.500,00	562.650,62	16,61	2.702.253,75	79,79	684.246,25
Impostos	2.971.000,00	2.971.000,00	507.113,14	17,07	2.321.375,93	78,13	649.624,07
Taxas	255.500,00	255.500,00	23.548,45	9,22	205.033,91	80,25	50.466,09
Contribuição de Melhoria	160.000,00	160.000,00	31.989,03	19,99	175.843,91	109,90	-15.843,91
CONTRIBUIÇÕES	675.000,00	675.000,00	137.510,44	20,37	463.011,52	68,59	211.988,48
Contribuições Sociais	629.000,00	629.000,00	127.103,02	20,21	450.828,20	71,67	178.171,80
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	46.000,00	46.000,00	10.407,42	22,62	12.183,32	26,49	33.816,68
RECEITA PATRIMONIAL	161.300,00	161.300,00	7.892,58	4,89	73.164,35	45,36	88.135,65
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	700,00	700,00	0,00		0,00	0,00	700,00
Valores Mobiliários	160.600,00	160.600,00	7.892,58	4,91	73.164,35	45,56	87.435,65
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	271.600,00	271.600,00	64.859,37	23,88	189.724,80	69,85	81.875,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	500,00	500,00	0,00		0,00	0,00	500,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Outros Serviços	271.100,00	271.100,00	64.859,37	23,92	189.724,80	69,98	81.375,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.308.600,00	24.315.200,00	5.027.507,91	20,68	17.035.832,03	70,06	7.279.367,97
Transferências da União e de suas Entidades	9.673.300,00	9.679.900,00	2.332.695,03	24,10	6.572.208,16	67,90	3.107.691,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.335.300,00	11.335.300,00	2.169.464,53	19,14	8.318.828,32	73,39	3.016.471,68
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.300.000,00	3.300.000,00	525.348,35	15,92	2.144.795,55	64,99	1.155.204,45
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.200,00	22.200,00	372,97	1,68	58.940,59	265,50	-36.740,59
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.200,00	4.200,00	372,97	8,88	58.938,62	1.403,30	-54.738,62
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	18.000,00	18.000,00	0,00		1,97	0,01	17.998,03

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	888.000,00	888.000,00	120.840,48	13,61	120.840,48	13,61	767.159,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	888.000,00	888.000,00	120.840,48	13,61	120.840,48	13,61	767.159,52
Transferências da União e de suas Entidades	300.000,00	300.000,00	0,00		0,00	0,00	300.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	588.000,00	588.000,00	120.840,48	20,55	120.840,48	20,55	467.159,52
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	919.800,00	919.800,00	170.222,82	18,51	663.609,86	72,15	256.190,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.633.000,00	30.639.600,00	6.091.857,19	19,88	21.307.377,38	69,54	9.332.222,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	30.633.000,00	30.639.600,00	6.091.857,19	19,88	21.307.377,38	69,54	9.332.222,62
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	30.633.000,00	30.639.600,00	6.091.857,19	19,88	21.307.377,38	69,54	9.332.222,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			3.848.598,81		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			3.848.598,81		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.307.130,00	33.067.328,63	5.200.260,14	22.543.138,02	10.524.190,61	5.367.633,72	18.816.551,47	14.250.777,16	17.461.452,95	0,00
DESPESAS CORRENTES	26.274.330,00	28.312.853,30	4.287.635,65	18.669.964,05	9.642.889,25	4.545.664,25	16.482.430,78	11.830.422,52	15.357.803,57	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.572.200,00	13.319.575,90	2.338.390,52	8.279.490,62	5.040.085,28	2.298.657,71	8.239.341,71	5.080.234,19	7.442.485,79	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	95.040,39	0,00	90.040,39	5.000,00	9.862,17	33.615,94	61.424,45	33.615,94	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.702.130,00	14.898.237,01	1.949.245,13	10.300.433,04	4.597.803,97	2.237.144,37	8.209.473,13	6.688.763,88	7.881.701,84	
DESPESAS DE CAPITAL	2.762.800,00	4.484.475,33	912.624,49	3.873.173,97	611.301,36	821.969,47	2.334.120,69	2.150.354,64	2.103.649,38	0,00
INVESTIMENTOS	2.762.800,00	4.200.053,23	912.624,49	3.593.751,87	606.301,36	759.875,67	2.178.886,19	2.021.167,04	1.948.414,88	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	284.422,10	0,00	279.422,10	5.000,00	62.093,80	155.234,50	129.187,60	155.234,50	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	270.000,00	270.000,00			270.000,00			270.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	854.300,00	949.300,18	170.271,04	669.332,31	279.967,87	170.271,04	669.332,31	279.967,87	589.487,31	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.161.430,00	34.016.628,81	5.370.531,18	23.212.470,33	10.804.158,48	5.537.904,76	19.485.883,78	14.530.745,03	18.050.940,26	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	30.161.430,00	34.016.628,81	5.370.531,18	23.212.470,33	10.804.158,48	5.537.904,76	19.485.883,78	14.530.745,03	18.050.940,26	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			1.821.493,60		3.256.437,12	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	30.161.430,00	34.016.628,81	5.370.531,18	23.212.470,33		5.537.904,76	21.307.377,38		21.307.377,38	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	919.800,00	919.800,00	170.222,82	18,51	663.609,86	72,15	256.190,14
RECEITAS CORRENTES	919.800,00	919.800,00	170.222,82	18,51	663.609,86	72,15	256.190,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
CONTRIBUIÇÕES	919.800,00	919.800,00	170.222,82	18,51	663.609,86	72,15	256.190,14
Contribuições Sociais	919.800,00	919.800,00	170.222,82	18,51	663.609,86	72,15	256.190,14
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	854.300,00	949.300,18	170.271,04	669.332,31	279.967,87	170.271,04	669.332,31	279.967,87	589.487,31	0,00
DESPESAS CORRENTES	854.300,00	949.300,18	170.271,04	669.332,31	279.967,87	170.271,04	669.332,31	279.967,87	589.487,31	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	854.300,00	949.300,18	170.271,04	669.332,31	279.967,87	170.271,04	669.332,31	279.967,87	589.487,31	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04205596000117
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.778.700,00	33.538.898,63	5.200.260,14	22.543.138,02	97,12	10.995.760,61	5.367.633,72	18.816.551,47	96,57	14.722.347,16	0,00
Legislativa	1.525.000,00	1.525.000,00	162.801,89	1.006.770,09	4,34	518.229,91	216.118,40	872.543,39	4,48	652.456,61	0,00
Ação Legislativa	1.525.000,00	1.525.000,00	162.801,89	1.006.770,09	4,34	518.229,91	216.118,40	872.543,39	4,48	652.456,61	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	5.710.900,00	5.972.055,98	867.329,04	3.950.286,38	17,02	2.021.769,60	903.446,07	3.115.460,66	15,99	2.856.595,32	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	3.810.000,00	3.956.462,40	662.475,08	2.643.985,05	11,39	1.312.477,35	634.013,55	2.240.031,17	11,50	1.716.431,23	
Administração Financeira	1.900.900,00	1.636.131,09	204.853,96	936.838,84	4,04	699.292,25	197.476,55	686.579,05	3,52	949.552,04	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	379.462,49	0,00	369.462,49	1,59	10.000,00	71.955,97	188.850,44	0,97	190.612,05	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	1.403.150,00	1.533.143,20	193.630,31	836.923,95	3,61	696.219,25	205.869,85	772.008,04	3,96	761.135,16	0,00
Assistência ao Idoso	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	474.000,00	449.203,44	45.045,71	184.885,68	0,80	264.317,76	48.441,15	168.932,20	0,87	280.271,24	
Assistência Comunitária	403.650,00	390.264,74	23.384,79	140.335,76	0,60	249.928,98	37.722,54	137.620,74	0,71	252.644,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	523.500,00	691.675,02	125.199,81	511.702,51	2,20	179.972,51	119.706,16	465.455,10	2,39	226.219,92	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	1.612.900,00	1.612.900,00	89.565,80	461.755,97	1,99	1.151.144,03	111.475,96	437.506,87	2,25	1.175.393,13	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	1.612.900,00	1.612.900,00	89.565,80	461.755,97	1,99	1.151.144,03	111.475,96	437.506,87	2,25	1.175.393,13	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	5.671.600,00	6.226.991,01	985.940,02	4.863.826,21	20,95	1.363.164,80	1.148.311,60	4.283.622,55	21,98	1.943.368,46	0,00
Atenção Básica	1.499.100,00	1.532.423,19	292.642,39	1.193.179,43	5,14	339.243,76	346.245,50	1.027.938,05	5,28	504.485,14	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.358.100,00	3.287.194,18	299.483,22	2.543.416,32	10,96	743.777,86	489.190,72	2.307.831,20	11,84	979.362,98	
Suporte Profilático e Terapêutico	127.300,00	113.700,00	16.720,93	60.866,53	0,26	52.833,47	16.720,93	60.866,53	0,31	52.833,47	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	76.100,00	221.000,00	5.397,41	175.707,14	0,76	45.292,86	5.397,41	175.645,08	0,90	45.354,92	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	611.000,00	1.072.673,64	371.696,07	890.656,79	3,84	182.016,85	290.757,04	711.341,69	3,65	361.331,95	
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	7.266.800,00	7.778.690,22	701.495,33	4.248.658,57	18,30	3.530.031,65	941.070,91	3.696.560,11	18,97	4.082.130,11	0,00
Ensino Fundamental	3.932.100,00	4.179.933,78	343.397,47	2.433.285,50	10,48	1.746.648,28	547.539,68	2.163.689,69	11,10	2.016.244,09	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Educação Infantil	1.335.500,00	1.553.067,87	166.130,14	781.195,32	3,37	771.872,55	173.092,73	770.461,34	3,95	782.606,53	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	92.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	1.476.000,00	1.552.488,57	168.606,28	818.067,89	3,52	734.420,68	196.944,40	644.083,81	3,31	908.404,76	
FU12 - Demais Subfunções	429.200,00	429.200,00	23.361,44	216.109,86	0,93	213.090,14	23.494,10	118.325,27	0,61	310.874,73	
Cultura	214.500,00	130.289,07	0,00	0,00	0,00	130.289,07	0,00	0,00	0,00	130.289,07	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	214.500,00	130.289,07	0,00	0,00	0,00	130.289,07	0,00	0,00	0,00	130.289,07	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	4.819.550,00	7.417.945,48	2.117.540,29	6.693.845,73	28,84	724.099,75	1.753.786,15	5.187.549,79	26,62	2.230.395,69	0,00
Infra-Estrutura Urbana	872.000,00	2.293.292,78	867.817,54	2.246.164,12	9,68	47.128,66	548.710,04	1.207.706,52	6,20	1.085.586,26	
Serviços Urbanos	3.947.550,00	5.124.652,70	1.249.722,75	4.447.681,61	19,16	676.971,09	1.205.076,11	3.979.843,27	20,42	1.144.809,43	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	435.000,00	346.508,80	43.203,21	191.636,34	0,83	154.872,46	33.747,73	168.889,63	0,87	177.619,17	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	435.000,00	346.508,80	43.203,21	191.636,34	0,83	154.872,46	33.747,73	168.889,63	0,87	177.619,17	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	67.000,00	52.000,00	0,00	8.898,44	0,04	43.101,56	0,00	8.898,44	0,05	43.101,56	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	
Controle Ambiental	60.000,00	45.000,00	0,00	8.898,44	0,04	36.101,56	0,00	8.898,44	0,05	36.101,56	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	141.000,00	151.173,28	0,00	46.423,28	0,20	104.750,00	0,00	46.423,28	0,24	104.750,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	33.000,00	54.423,28	0,00	46.423,28	0,20	8.000,00	0,00	46.423,28	0,24	8.000,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	108.000,00	96.750,00	0,00	0,00	0,00	96.750,00	0,00	0,00	0,00	96.750,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	161.000,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	161.000,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	157.300,00	161.920,00	11.325,02	115.730,39	0,50	46.189,61	11.325,02	115.730,39	0,59	46.189,61	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	157.300,00	161.920,00	11.325,02	115.730,39	0,50	46.189,61	11.325,02	115.730,39	0,59	46.189,61	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	323.000,00	299.281,59	27.429,23	118.382,67	0,51	180.898,92	42.482,03	111.358,32	0,57	187.923,27	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	323.000,00	299.281,59	27.429,23	118.382,67	0,51	180.898,92	42.482,03	111.358,32	0,57	187.923,27	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	270.000,00	270.000,00				270.000,00				270.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	854.300,00	949.300,18	170.271,04	669.332,31	2,88	279.967,87	170.271,04	669.332,31	3,43	279.967,87	
TOTAL (III) = (I + II)	30.633.000,00	34.488.198,81	5.370.531,18	23.212.470,33	100,00	11.275.728,48	5.537.904,76	19.485.883,78	100,00	15.002.315,03	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	854.300,00	949.300,18	170.271,04	669.332,31	2,88	279.967,87	170.271,04	669.332,31	3,43	279.967,87	0,00
Legislativa	100.000,00	100.000,00	13.536,99	49.292,78	0,21	50.707,22	13.536,99	49.292,78	0,25	50.707,22	0,00
Ação Legislativa	100.000,00	100.000,00	13.536,99	49.292,78	0,21	50.707,22	13.536,99	49.292,78	0,25	50.707,22	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	176.000,00	189.196,55	29.886,33	115.538,63	0,50	73.657,92	29.886,33	115.538,63	0,59	73.657,92	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	141.000,00	152.227,34	22.585,04	94.276,18	0,41	57.951,16	22.585,04	94.276,18	0,48	57.951,16	
Administração Financeira	35.000,00	36.969,21	7.301,29	21.262,45	0,09	15.706,76	7.301,29	21.262,45	0,11	15.706,76	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	10.500,00	10.841,16	2.150,60	8.970,00	0,04	1.871,16	2.150,60	8.970,00	0,05	1.871,16	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Comunitária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
FU08 - Administração Geral	6.000,00	9.841,16	2.150,60	8.970,00	0,04	871,16	2.150,60	8.970,00	0,05	871,16	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	10.100,00	10.100,00	0,00	0,00	0,00	10.100,00	0,00	0,00	0,00	10.100,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	10.100,00	10.100,00	0,00	0,00	0,00	10.100,00	0,00	0,00	0,00	10.100,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	216.000,00	227.000,00	44.211,76	174.612,74	0,75	52.387,26	44.211,76	174.612,74	0,90	52.387,26	0,00
Atenção Básica	74.100,00	79.100,00	20.269,69	72.389,60	0,31	6.710,40	20.269,69	72.389,60	0,37	6.710,40	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	104.400,00	104.400,00	17.234,93	67.037,71	0,29	37.362,29	17.234,93	67.037,71	0,34	37.362,29	
Suporte Profilático e Terapêutico	11.000,00	11.000,00	1.910,80	7.584,12	0,03	3.415,88	1.910,80	7.584,12	0,04	3.415,88	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	500,00	500,00	0,00	314,65	0,00	185,35	0,00	314,65	0,00	185,35	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	26.000,00	32.000,00	4.796,34	27.286,66	0,12	4.713,34	4.796,34	27.286,66	0,14	4.713,34	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	269.000,00	326.116,00	60.721,15	240.771,69	1,04	85.344,31	60.721,15	240.771,69	1,24	85.344,31	0,00
Ensino Fundamental	132.000,00	159.116,00	36.148,22	132.818,34	0,57	26.297,66	36.148,22	132.818,34	0,68	26.297,66	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	109.000,00	124.000,00	14.859,92	74.314,34	0,32	49.685,66	14.859,92	74.314,34	0,38	49.685,66	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	24.000,00	39.000,00	9.713,01	33.639,01	0,14	5.360,99	9.713,01	33.639,01	0,17	5.360,99	
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cultura	5.000,00	5.000,00	0,00	958,79	0,00	4.041,21	0,00	958,79	0,00	4.041,21	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	958,79	0,00	4.041,21	0,00	958,79	0,00	4.041,21	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	60.000,00	72.325,10	17.898,69	72.324,10	0,31	1,00	17.898,69	72.324,10	0,37	1,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	60.000,00	72.325,10	17.898,69	72.324,10	0,31	1,00	17.898,69	72.324,10	0,37	1,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	5.000,00	5.753,07	1.325,75	4.725,35	0,02	1.027,72	1.325,75	4.725,35	0,02	1.027,72	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	5.000,00	5.753,07	1.325,75	4.725,35	0,02	1.027,72	1.325,75	4.725,35	0,02	1.027,72	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	2.700,00	2.968,30	539,77	2.138,23	0,01	830,07	539,77	2.138,23	0,01	830,07	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04205596000117
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	2.700,00	2.968,30	539,77	2.138,23	0,01	830,07	539,77	2.138,23	0,01	830,07	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04205596000117
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 039/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 10/09/2020, sagrou-se vencedora as empresas, conforme segue:

6979	**18.849.143/0001-38**	**LEITE E RIBEIRO LTDA - ME**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
235508	ADAPTADOR PARA AGULHAS DE COLETA DE SANGUE A VACUO EM TUBOS DE 13MM E 16MM COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA PARA DESCARTE DE AGULHAS JUNTO A BASE DO ADAPTADOR	VACLUPLAST	UNIDADE	30,0000	78,0800	2.342,4000
235510	AGULHA DESCARTAVEL 20 X 5,5MM 24G	SOLIDOR	UNIDADE	10,0000	9,3000	93,0000
235512	AGULHA DESCARTAVEL 25 X 7MM 22G	DESCARPACK	UNIDADE	10,0000	8,6000	86,0000
231450	ALCOOL ACIDO A 3% 1L	RENYLAB	LITRO	2,0000	24,3500	48,7000
231420	ANTI A	PROTHEMO	UNIDADE	5,0000	18,1000	90,5000
235494	ANTI AB	PROTHEMO	UNIDADE	5,0000	18,1000	90,5000
231421	ANTI B	PROTHEMO	UNIDADE	5,0000	18,1000	90,5000

231469	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO	CRAL	UNIDADE	100,0000	65,0000	6.500,0000
231453	CORANTE DE LEISHMAN 1L	RENYLAB	LITRO	2,0000	81,0000	162,0000
231444	CORANTE DE MAY GRYNWALD 1L	RENYLAB	LITRO	2,0000	43,3000	86,6000
231438	CREATININA CINETICO	BIOCLIN	UNIDADE	10,0000	37,5000	375,0000
231449	FUCSINA FENICADA PARA ZIEHL NEELSEN 500ML	RENYLAB	LITRO	2,0000	27,0000	54,0000
231465	GARROTE COM TRAVA ADULTO	VACUPLAST	UNIDADE	10,0000	9,3000	93,0000
231477	MICROPIPETA DE VOLUME FIXO 1000UL	PEGUEPET	UNIDADE	2,0000	108,7000	217,4000
231475	MICROPIPETA DE VOLUME VARIAVEL DE 100UL A 1.000UL	PEGUEPET	UNIDADE	2,0000	126,4000	252,8000
231463	OLEO DE IMERSAO PARA MICROSCOPIO OTICO 100ML	RENYLAB	UNIDADE	2,0000	20,0000	40,0000
231423	SORO DE COOMBS MONOESPECIFICO	PROTHEMO	UNIDADE	2,0000	22,3500	44,7000
235507	SUPORTE PARA PIPETA WESTERGREEN	PRECISION	UNIDADE	2,0000	159,0000	318,0000
231426	TESTE RAPIDO HBSAG	ONSITE	UNIDADE	500,0000	2,6400	1.320,0000
231427	TESTE RAPIDO HCV	ONSITE	UNIDADE	500,0000	2,6400	1.320,0000
231425	TESTE RAPIDO HIV 1 E 2	ONSITE	UNIDADE	500,0000	3,0000	1.500,0000
231437	TRIGLICERES PP ENZIMATICO	BIOCLIN	UNIDADE	12,0000	87,5000	1.050,0000
231457	TUBO C/ TAMPA AMARELA GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COAGULO 10 ML	GREINER	UNIDADE	6.000,0000	0,7500	4.500,0000
231424	VDRL SUSPENSAO ANTIGENICA: 1 X 5 ML	BIOCLIN	UNIDADE	6,0000	50,0000	300,0000
				Total Fornecedor:		**20.975,10**

7106	**28.729.142/0001-03**	**NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATOR**

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
231439	ACIDO URICO		UNIDADE	10,0000	40,0000	400,0000
231447	ALCOOL METILICO 1L		LITRO	2,0000	14,8000	29,6000
235496	ALT		UNIDADE	10,0000	68,9000	689,0000
231422	ANTI D		UNIDADE	5,0000	31,9000	159,5000
231430	ASLO (AEO) LATEX COM CONTROLE POSITIVO E CONTROLE NEGATIVO E SENSIBILIDADE DO REATIVO AJUSTADA PARA 200 UI/ML DE AEO		UNIDADE	4,0000	47,5000	190,0000
235495	AST		UNIDADE	10,0000	67,5000	675,0000
231431	FATOR REUMATICO - FR LATEX COM CONTROLE POSITIVO E CONTROLE NEGATIVO E SENSIBILIDADE DO REATIVO DE 30 UI/ML DO PADRAO INTERNACIONAL DE SORO ARTRITICO DA OMS		UNIDADE	6,0000	46,0000	276,0000
231446	KIT DE COLORACAO PANOTICA: CORANTE Nº01, CORANTE Nº 02 E CORANTE Nº 03 CADA FRASCO DE 500 ML		UNIDADE	4,0000	34,5000	138,0000
235500	LAMINA DE VIDRO PONTA FOSCA		UNIDADE	1.000,0000	0,1300	130,0000
235499	LAMINA DE VIDRO PONTA LISA		UNIDADE	1.000,0000	0,1000	100,0000
235501	LAMINULAS DE VIDRO		UNIDADE	1.000,0000	0,0300	30,0000
231452	LUGOL FORTE 2% 500ML		LITRO	2,0000	19,7000	39,4000
235546	MICROPIPETA DE VOLUME 500UL		UNIDADE	2,0000	54,8000	109,6000
235505	MICROPIPETA DE VOLUME FIXO 100ul		UNIDADE	2,0000	54,8000	109,6000
235506	PIPETA WESTERGREEN PARA VHS		UNIDADE	20,0000	2,4300	48,6000
231487	PONTEIRA TIPO GILSON VOLUME 0 - 200UL AMARELA		UNIDADE	12.000,0000	0,0200	240,0000

231486	PONTEIRA TIPO GILSON VOLUME 200 - 1.000UL AZUL	UNIDADE	4.000,0000	0,0300	120,0000
231432	PROTEINA C REATIVA LATEX COM CONTROLE POSITIVO E CONTROLE NEGATIVO	UNIDADE	6,0000	44,5000	267,0000
231441	TGO CINETICO	UNIDADE	8,0000	70,0000	560,0000
231442	TGP CINETICO	UNIDADE	8,0000	70,0000	560,0000
231433	TIRAS REATIVAS PARA B-HCG	UNIDADE	500,0000	0,5600	280,0000
231434	TIRAS REATIVAS PARA URINALISES	UNIDADE	4.000,0000	0,2000	800,0000
231459	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 5 ML	UNIDADE	100,0000	0,1100	11,0000
231440	UREIA	UNIDADE	5,0000	99,0000	495,0000
				Total Fornecedor:	**6.457,30**
				Total Geral:	**27.432,40**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de SETEMBRO de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO Nº 008/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 008/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGRIMENSURA E TOPOGRAFIA, sendo:

1. Elaboração de projeto de pavimentação asfáltica.

2. Implantação de pavimentação asfáltica.

CONTRATADA:

RM SERVIÇOS DE AGRIMENSURA E TOPOGRAFIA LTDA

CNPJ: 35.282.553/0001-69

END: RUA PROCOPIO DE SOUZA PIRES S/N – JARDIM DO EDEN

CIDADE DE CONFRESA-MT

RODRIGO SANTANA

EMAIL: hoffsantana@gmail.com

VALOR TOTAL CONTRATADOR$ **R$ 48.672,00 (quarenta e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais),** que serão pagos conforme entregue a prestação de serviços, objeto desta Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 088/2020, em conformidade com o Termo de Referência.

Santa Terezinha – MT, 17 de Setembro de 2020

Euclesio Jose Ferretto

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N.º 065/2020-GP

DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

"Dispõe sobre a exoneração de cargo em comissão e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a Sra. ***MICHELE CURVO DOS ANJOS***, portadora do CPF n. 004.343.041-40 e RG n. 14967065 SSP/MT, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Artigo 2º - Esta portaria entraem vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de setembro de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 066/2019-GP

DE 17 DE SETEMBRO DE 2.020.

"Dispõe sobre a nomeação em cargo em comissão e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Sr. ***CARLOS ALBERTO ALÉSSIO***, portador do CPF n. 213.356.708-90 e RG n. 5313705 SSP/MT, servidor público municipal efetivo, matricula 446, para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do município de Santa Terezinha – MT.

Artigo 2º - Esta portaria entraem vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de setembro de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020.

A Prefeitura de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que fará realizar no dia **30 de Setembro de 2020, às 09h00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua 25, s/nº, Centro na cidade de Santa Terezinha-MT, a Reunião para realização DO **PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2020**. O julgamento será do tipo menor preço por item, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima, de segunda à sexta-feira, tel. Contato(66) 3558 - 1414oupelo e-mail: licitacaostz@hotmail.com

OBJETO:PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CIMENTO DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA TEREZINHA/MT.

Santa Terezinha - MT, 17 de SETEMBRO de 2020.

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 040/2020

EXTRATO DE CONTRATO 040/2020

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

OBJETO CONTRATUAL:CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NO ESTACIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.

CONTRATADA: JONNATAN C S COSTA - CNPJ: 35.585.460/0001-15

Assinado em: 17/09/2020 – Vencimento em: 31/12/2020

VALOR: R$- 99.806,11 (noventa e nove mil, oitocentos e seis reais e onze centavos).

SANTO AFONSO/MT, 17 DE SETEMBRO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO CONTRATO N.º 002/2017.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger, por meio do senhor Prefeito Municipal Valdir Pereira de Castro Filho torna-se público o Termo de Distrato do Contrato 002/2017 E Termos Aditivos, firmado entre as partes em 08/01/2020,senhora **NEUSA MARIA TEIXEIRA SILVA**, pessoa física, inscrita no CNP sob o Nº 299.538.471-34,endereço residencial Rua da Maravilha,Nº 111, CEP 78.180-000 na Cidade de Santo Antônio de Leverger-MT.

As partes concordam que, a partir desta data não haverá qualquer obrigação entre elas. E por estarem ajustados, assinam o presente Termo, em 02(duas) vias de igual teor e forma, nas presenças de duas testemunhas.

Santo Antônio de Leverger–MT, 31 de Agosto de 2020.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2020A DESÃO Nº 009/2020 A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO N° 051/2020 PARA O SEGUINTE OBJETO:A CONTRATADA COMPROMETE-SE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS GENUÍNOS E ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS EXCLUSIVAMENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.Item 1- Valor Total: R$ 400.000,00 Item 2- Valor Total: R$ 200.000,00 Item 3-Valor Total: R$ 150.000,00 Dotação Orçamentaria:Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Dotação: 15.451. 0028.2059,Natureza de Despesa: 33.90.39.00,Fonte: 0100; 0130 CONTRATADA: REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.355. 658/0001-28.CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.DATA DE ASSINATURA:15/09/2020.DATA DE VIGÊNCIA: 12(doze) meses.Santo Antônio de Leverger–MT,15 de setembro de 2020.Valdir Pereira de Castro Filho Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 395/2020

DE: 17 DE SETEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **JERONIMO LEMES DE SIQUEIRA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) efetivo **JERONIMO LEMES DE SIQUEIRA,** em 17/09/2020 a 01/10/2020, com período aquisitivo de 14/02/2019 a 13/02/2020, com retorno as suas atividades em 02 de outubro de 2020.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 17 DE SETEMBRO DE 2020

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 396/2020.

DE: 17 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DE SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER dispensa de serviço nos termos do art. 98 da Lei Federal nº 9504, de 30 de setembro de 1997, nos dias 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29,30 de setembro e 01 e 02 de outubro de 2020.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 17 DE SETEMBRO DE 2020.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 397/2020.

DE: 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º - Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder ao Sr. Wandoir Fornaza – coordenador de Fiscalização de Limpeza, adiantamento no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

02.09.01.15.452.5011.2062 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS

3390.30 – Material de Consumo R$ 800,00

Artigo 4º - A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 17 DE SETEMBRO DE 2020.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 004/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do **Pregão Eletrônico 004/2020**, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, AQUISIÇÃO DE UM (01) CAMINHÃO ZERO KM, ANO E MODELO 2020/2020, CABINE FRONTAL, MOTOR DIESEL, POTENCIA MINIMA DE 180 CV, TRANSMISSÃO MÍNIMA 6 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, EQUIPADO COM TANQUE PIPA DE NO MÍNIMO DE 9000 LITROS. RECURSO ORIUNDO DO Plano de Ação nº 0903-003194/2020; Emenda Parlamentar nº202023590007; Empenho nº 2020NE800230**. Portanto Sagrara-se vencedora do certame a Empresa**: VCS COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES EIRELI** – CNPJ: 21.700.911/0001-00**,**no valor total de **R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)**. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-1606- RAMAL 35.

São Félix do Araguaia - MT, 09 de setembro de 2020.

Lídia Barbosa de Brito

Pregoeira Oficial

Portaria 718/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 530/2020, DE 15/09/2020 - EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE ANA PAULA FERREIRA MARANHÃO

PORTARIA Nº 530, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a Exoneração a pedido, da Senhora ANA PAULA FERREIRA MARANHÃO, do Cargo Efetivo de Professora de Ensino de I Grau.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a Senhora **ANA PAULA FERREIRA MARANHÃO,** brasileira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1913610-2 - SSP/MT e inscrita no CPF nº 019.551.571-46, do cargo Efetivo de Professora de Ensino de I Grau**.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO

Pregão Presencial SRP nº**. 025/2020**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2020

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso torna público torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2020,** "***REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA" E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, MATERIAL HIGIENICO, UTENSILIOS PARA COPA E COZINHA E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO,***" durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de São Félix do Araguaia/MT e demais órgãos participantes, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: **MARIA JOSE DOS REIS NETO – ME** - CNPJ: 10.226.940/0001-57 com o valor licitado **R$ 231.921,00**(duzentos e trinta e um mil e novecentos e vinte um reais); **JONATHAN SILVA LUZ** - CNPJ: 30.709.546/0001-87 com o valor licitado **R$ 364.099,10** (trezentos e sessenta e quatro mil e noventa e nove reais e dez centavos); **SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP** – inscrito no CNPJ: 26.877.656/0001-80 com o valor licitado **R$150.255,28** (cento e cinquenta mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte oito centavos); **L. BARRETO KATAYAMA EIRELI** insc. No CNPJ: 10.448.902/0001-49 com o valor licitado **R$135.313,50** (cento e trinta e cinco mil, trezentos e treze reais e cinquenta centavos). Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-1606- RAMAL 35.

São Félix do Araguaia - MT, 16 de setembro de 2020.

Lídia Barbosa de Brito

Pregoeira Oficial

Port.718/2019

Visto:

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 91/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2020

CONTRATO (A): ANA CLARA DE SOUZA OLIVEIRA EIRELI

OBJETO - Contratação de Empresa Especializada Objetivando a Construção do Posto de Saúde na Reta Mineira, na Zona Rural do Município de São Jose do Povo-MT, conforme termo de referencia, **Planilha Média orçamentária, o Memorial descritivo, Plantas, Cronograma Físico Financeiro, etc., encontram-se à parte do relatório deste edital.**

VALOR TOTAL- O valor total do presente contrato é de **R$ 68.067,43 (sessenta e oito mil e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos).**

DA VIGÊNCIA- O prazo de vigência deste contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra em 31 de Dezembro de 2020.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA Nº 014/2020 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 014/2020 DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** a Servidor Municipal e dá outras providências.

MIRIAN VIEIRA FREIRE, SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 01 (três) meses de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **28/05/2015 a 28/05/2020**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo,Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, a funcionária **SELMA DE OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA**, Servidora Efetiva**,** portador do RG nº 1020536-5 SSP e inscrita no CPF sob o nº 786.338.851-15 no cargo de RECEPCIONISTA, lotado na Secretaria Municipal de Promoção Social, **sendo o afastamento em 15/09/2020 e retorno em 14/10/2020.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Povo – MT; 17 de Setembro de 2020.

_____

MIRIAN VIEIRA FREIRE

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 92/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2020

CONTRATO (A): ANICESIO BALDO & CIA LTDA-ME

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de dispensa de licitação nº41/2020, que tem como objeto ‘‘SERVIÇOS DE MANUTENÇAO CORRETIVA/LIMPEZA E AJUSTES EM DIVERSAS IMPRESSORAS DE DIVERSAS SECRETARIAS", cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de **R$ 960,00**(novecentos e sessenta reais),

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 14 de Setembro de 2020 a 14 de Dezembro de 2020, sem prejuízo da contagem do prazo da garantia dos produtos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº29/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ sob o nº 32.972.424/0001-04, com sede na Rua: Jose Salmen Hanze nº 924, de São Jose do Povo-MT, por intermédio da Pregoeira, Sra. Maria Irandi Duarte, usando da competência delegada pela portaria 04/2020- o qual objetivava a **contratação de empresa especializada na prestação serviços de 01(um) Médico para atender na unidade Básica de Saúde II de São Jose do Povo, Rua Fernando Correia da Costa, com Carga Horaria de 40 Horas Semanais, no Município de São Jose do Povo-MT, Confor-**

me Especificações Constantes no Anexo I Termo de Referencia Deste Edital.

Ocasionado em licitação **DESERTA PELA TERCEIRA VEZ.**

Sabendo da necessidade da Administração em adquirir o serviço, fica a disposição de o Município escolher a melhor forma de dar continuidade ao processo para adotar os procedimentos adequados, bem como para novos problemas.

.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos no site: www.saojosedopovo.mt.gov.br**.** no e-mail licitacao2019sjp@gmail.com através do telefone 66 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

.

SÃO JOSE DO POVO-M, 17 DE SETEMBRO DO ANO DE 2020.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA IRANDI DUARTE

P/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 059/2020. ASS:11/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado:**VETOR ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI** Objeto:**Contratação de empresa especializada para obras complementares e sinalização da rua Londrina e Avenida Brianorte.**Valor: R$ 69.681,37 Valdomiro Lachovicz – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 021-2020 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **O. G. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º **26.440.125/0001-26** com o valor **R$ 2.477.668,00;** São José do Rio Claro – MT, 17 de setembro de 2020. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 073/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º **073/2020. ASS: 17/09/2020; VCT: 17/09/2021; Fornecedor: O. G. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.** Objeto: futura e eventual aquisição de combustíveis e reagentes arla 32 para atender a frota de veículos do município de São José do Rio Claro - MT. **Valor:** R$ **2.477.668,00.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 203/2020

PORTARIA Nº 203/2020

DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designar o servidor público municipal qualificado, **Sr. Adailton Pereira Carneiro** como FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO.

§2º O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	*OBJETO*
CONTRATO 038/2020	Locação de caminhão pipa mínimo de 8.000 litros, sem motorista e abastecido por conta da empresa com a finalidade de prestar serviços de molhar as ruas e avenidas do Distrito de Santo Antônio do Fontoura com carga horária de 8 horas diárias de segunda a domingo.

§3º Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Brunah Rafaella Oliveira Nogueira, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 15 de setembro de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 204/2020

PORTARIA Nº 204/2020

DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designar o servidor público municipal qualificado, **Sra. Joselilda Siqueira de Carvalho** como FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO.

§2º O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	*OBJETO*
CONTRATO 035/2020	Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços da obra de construção da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, Construção de Centro de Convivência. No Município de São Jose do Xingu **– MT, conforme Contrato de Repasse** nº **873985/2018/MDS/CAIXA**, Ministério do Desenvolvimento Social, de acordo com as especificações contidas no anexo II (Termo de Referência) do Processo Licitatório, em virtude da demanda existente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo que as planilhas orçamentárias foram devidamente anexadas no edital do certame de Tomada de Preço n 01/2020.

§3º Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Luciana Neves Rodrigues, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 16 de setembro de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 205/2020

PORTARIA Nº. 205/2020

São José do Xingu- MT, 16 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, TIAGO VINICIUS BARBOSA SIMÃO, servidor público de provimentos efetivo em função gratificada no cargo de Diretor de Departamento do Compras, matrícula funcional nº 548 lotado na Secretaria Municipal de Administração, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nº 008/2020, oriunda do Pregão Presencial da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Rosileine Souza Pessoa, Servidora em cargo comissionado como Dirigente de Setor do Departamento do RH da Secretaria de Municipal de Administração matrícula funcional nº 10255 da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal da Ata de Registro de Preço:

I. Responsabilizar-se pela supervisão da ata de registro de preço, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação da ata de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução da ata, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço nº 008/2020 e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 16 de setembro de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 801/2020

LEI MUNICIPAL Nº. 801/2020 São José do Xingu-MT, em 14 de setembro de 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASFAX – ASSOCIAÇÃO DOS FAZENDEIROS DO VALE DO ARAGUAIA E DO XINGU.

A Câmara Municipal aprova e o Prefeito Municipal de São José do Xingu-MT sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com a ASFAX - **ASSOCIAÇÃO DOS FAZENDEIROS DO VALE DO ARAGUAIA E DO XINGU, com o objetivo de auxiliar na manutenção da Rodovia MT – 322.**

Art. 2º Compete ao Município de São José do Xingu/MT custear os gastos com combustíveis, na quantidade de 5.000 (cinco mil) litros de óleo diesel para os maquinários utilizados na manutenção que trata o artigo anterior.

Art. 3º Compete a ASFAX:

I – Fornecer os maquinários e operadores para as manutenções da Rodovia;

II – Realizar as manutenções da Rodovia MT – 322, quando previamente autorizado pelo Município de São José do Xingu/MT;

III – Prestar conta dos gastos com combustível nas manutenções de que trata esta lei;

Parágrafo único: A ASFAX poderá celebrar Termo de Fomento com o Estado de Mato Grosso ou qualquer outro ente para o custeio dos gastos com maquinários e operadores.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

14 de setembro de 2020.

VANDERLEY SOARES DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 59/2020, firmado em 08/09/2020. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CESPRO PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA..; Objeto:** Serviços de consolidação da legislação municipal, de modo informatizado, para utilização via Internet, num total estimado de 1.750 (mil setecentos e cinquenta) diplomas legais (Leis Municipais, Lei Orgânica e Emendas a LOM) na forma de um Portal de Legislação do site oficial da Prefeitura Municipal, com qualidade via celular, tablet, ou qualquer dispositivo, permitindo o acompanhamento de toda a legislação do município; Disponibilização de todos os documentos em seu formato original (digitalizado), fornecidos pela entidade; Disponibilização de todos os documentos em forma de texto digitado; Preparação dos textos, seguindo os mesmos padrões de formatação para todos os diplomas legais (Cfe. Lei Complementar Federal nº 095/98); Lincagem entre as remissões efetuadas dentro da referida legislação; Lincagem/interligação da legislação do Município com a base jurídica federal e estadual contida nos sites do Planalto Federal e Assembleia Legislativa; Disponibilização de um índice junto ao diploma legal acessado, contendo todos os diplomas legais diretamente relacionados com o mesmo; Criação de notas em meio à legislação municipal alertando o usuário para aspectos a serem levados em conta quando da interpretação/aplicação dos dispositivos, bem como a elaboração de lembretes que recomendam a consulta a outro(s) dispositivo(s) pertinente(s) ao assunto que está sendo pesquisado num dado momento; Organização de um índice geral (ementário) dividindo-se por ano e por ASSUNTO; Disponibilização do recurso de pesquisa por Diplomas com vários filtros para facilitar a busca: por nº de Diploma, por palavra(s), por ano(s), por tipo(s) e ainda busca por palavra(s) no corpo do Diploma; CONSOLIDAÇÃO COM VERSIONAMENTO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL; Possibilidade de extrair o(s) arquivo(s) digitalizado(s) original, texto (.doc) ou (.pdf); Recursos de acesso às redes sociais (twitter, facebook, G+ e whatsApp), possibilitando que o usuário compartilhe, curta e poste as Leis à partir do diploma legal acessado; SEGUIR Município: todos os cidadãos podem se cadastrar para receber notificações quando da criação ou modificação de alguma lei no município; Disponibilização para a prefeitura de Login e senha da PESQUISA NACIONAL: Através desta ferramenta é possível localizar com termos específicos as leis de todos os municípios cadastrados no banco de dados da CESPRO a nível nacional; Acesso ao sistema de legislação municipal por meio de Smartphones/Tablets via aplicativo mobile; Atualização e implementação na seção de legislação de todos os novos Diplomas Legais aprovados pelo prazo de 12 (doze) meses. **Vigência:** 12 meses; **Valor Global Estimado:** R$ 4.800,00; **Fiscal de Contrato:** ROSANGELA APARECIDA CORREA.

COVID-19: DECRETO Nº 135, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

Institui o TOQUE DE RECOLHER, para a prevenção dos riscos de disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de São José dos Quatro Marcos-MT, e dá outras providências.

O Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. Ronaldo Floreano dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de São José dos Quatro Marcos – MT (TOQUE DE RECOLHER), do dia 18 de setembro de 2020 ao dia 05 de outubro de 2020, no período entre 23h00min às 05h00min.

§ 1º. O disposto no *caput* não restringe a circulação de quem estiver transitando para acessar ou prestar serviços na área de saúde, segurança pública e privada, assistência social, serviços públicos e serviços essenciais, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante.

§ 2º. Não estão sujeitos à restrição contida neste artigo os funcionários de empresas privadas que estejam trabalhando no período noturno, desde que comprovada a necessidade, urgência no deslocamento e portando identificação funcional.

§ 3º. O cumprimento do disposto no *caput* ficará a cargo da fiscalização conjunta da Polícia Civil, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e dos Agentes Municipais de Fiscalização.

§ 4º. Os estabelecimentos comerciais terão uma tolerância de 15 minutos após as 23 horas para recolherem mesas, cadeiras e outros objetos e fechar as portas.

Art. 2º O não cumprimento do Toque de Recolher instituído neste Decreto, acarretará na interdição imediata e temporária dos estabelecimentos comerciais da seguinte forma:

I – Primeira interdição: paralisação das atividades comerciais por 02 (dois) dias;

II – Segunda interdição: paralisação das atividades comerciais por 05 (cinco) dias;

III – Terceira interdição: paralisação das atividades comerciais por 10 (dez) dias;

§1º A reabertura do estabelecimento comercial será automática, após transcorrido o prazo integral de interdição;

§ 2º O funcionamento do estabelecimento comercial antes de cumprido o prazo de interdição temporária, acarretará na suspensão do Alvará de

Funcionamento e ou Alvará Sanitário pelo prazo de 15 (quinze) dias, contabilizados a partir da data da constatação do descumprimento.

Art. 3º Além das interdições previstas no artigo anterior, em caso de descumprimento por cidadãos e comerciantes das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infração administrativa prevista no artigo 10, inciso VII, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, no artigo 65 da Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1999, Lei Estadual nº 11.110/2020, ficando sujeitas ainda as penas por violação dos Art. 132, 268 e 330, todos do Código Penal Brasileiro, bem como do Código de Postura Municipal.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de 18 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, aos 16 dias do mês de setembro de 2020. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
COVID-19: AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2020

O Município de Tabaporã/Mt, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979, – MT, CEP – 78.560-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº. 002/2020 de 10 de Janeiro 2020, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - EXCLUSIVO PARA ME – EPP – CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018, para REGISTRO DE PREÇOS do tipo Menor Preço por item, cujo objeto consiste na FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA O COMBATE E ENFRENTAMENTO DO COVID-19 NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ MT, conforme Termo de Referencia – ANEXO I do Edital.

Modalidade de licitação: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06, LC 147/14 E A LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018.

Forma de execução: INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: 30/09/2020

Horário: Das 07h00minh ÀS 08h00minh (HORÁRIO LOCAL)

Local: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data: 30/09/2020

Horário: AS 08h00minh (HORÁRIO LOCAL)

Local: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço acima citado, pelo telefone 66 3557 1248, pelo site http://www.tabaporatransparente.com.br/ ou pelo e-mail licitação@tabapora.mt.gov.br sem qualquer ônus, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).

Tabapaporã – MT, 17 de Setembro de 2020.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro nomeado

Portaria n° 002/2020

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 4139/2020.

DATA: 16/09/2020

SÚMULA: "Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por anulação parcial de dotação, no orçamento vigente, constante da Lei nº 1.198 de 13 de dezembro de 2019, e dá outras providências."

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de TABAPORÃ, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei n.º 1. 254/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial e acrescentar saldos orçamentários no valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais), na despesa fixada para o orçamento municipal do corrente exercício, nos termos dos artigos 42 e 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 4320/64, acrescendo o saldo na seguinte dotação:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

00200 23 692 0016 1073 **– Aquisição Equip. Para Mini Industria – Proprio e Convênio**

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica **R$ 3. 000,00**

Fonte: 0133.055000 – Outras transferências de recursos de convênios e contratos de repasse do Estado

VALOR TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DA DESPESA R$ 3.000,00

(Três mil reais)

Art. 2º O crédito autorizado no artigo 1º serão abertos por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

00300 18 541 0017 2105 – Promoção e Realização de Eventos

3.3.90.31.00.00 – Premiações Cultura, Artisticas, Científicas, Desportivas e outras **R$ 3.000,00**

Fonte: 0100.00.00.00 – Recursos Ordinários

VALOR TOTAL DA REDUÇÃO DA DESPESA R$ 3.000,00

(Três mil reais)

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, Tabaporã – MT, aos 16 dias do mês de Setembro de 2020.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

ADAIR JOSÉ SCHNEIDER

Sec. Municipal de Finanças e Orçamento

CONTABILIDADE
COVID-19: DECRETO Nº 4138/2020.

DATA: 16/09/2020

SÚMULA: "Abre crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, constante da Lei nº 1.198 de 13 de dezembro de 2019, e dá outras providências."

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de TABAPORÃ, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei n.º 1. 253/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial e acrescentar saldos orçamentários no valor de R$ 118.566,41 (cento e dezoito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos), na despesa fixada para o orçamento municipal do corrente exercício, nos termos dos artigos 42 e 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 4320/64, acrescendo o saldo na seguinte dotação:

ORGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE/DR	VALOR R$
6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINITRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
04 122 0019 2120 - COVID – Manutenção da Secretaria Municipal de Adm e Planejamento com Recursos da MP 938 – Mitigação perda FPM		
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	**0.1.00. 080000**	**97. 380,75**
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	**0.1.00. 080000**	**20. 000,00**
3.3.90.47.00.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas - PASEP	**0.1.00. 080000**	**1.185,66**

T O T A L R$ 118.566,41

Art. 2º O crédito autorizado será aberto por conta do excesso de arrecadação da receita de Transferências de recursos financeiros aos Municípios, com finalidade a apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos em razão da emergência em saúde pública, para mitigar os efeitos financeiros do repasse FPM, em conformidade com a Medida Provisória nº 938, de 02/04/2020), segundo a classificação e fonte a seguir:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	FONTE/ DR	VALOR R$
1718.12.99 – Outras Transferências da União Principal		
1718.12.99.04 – Apoio financeiro prestado pela União ao entes Federativos que Recebem do FPM (MP nº 938, de 02/04/ 2020)	**0.1.00. 080000**	**118. 566,41**

Total de Acréscimos da receita 118.566,41

(Cento e dezoito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos).

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Tabaporã – MT, aos 16 dias de Setembro de 2020.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

ADAIR JOSÉ SCHNEIDER

Sec. Municipal de Finanças e Orçamento

CONTABILIDADE
AUDIENCIA PUBLICA - PLOA 2021 - ATA

ATA DA AUDIENCIA PUBLICA

PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL – LOA 2021

Aos 14 (quatorze) dias do mês de Setembro de 2020, às 19:00 horas, realizou-se nas dependências da Camara Municipal de Tabaporã-MT, localizada na Av. Dr. Carlos Vidoto nº 610 em Tabaporã/MT, a Audiência Publica de discussão do Projeto de Lei do Orçamento Anual – LOA 2021, em cumprimento ao Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2020, via Live com transmissão ao via na página da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, Prefe Tabaporã. A abertura se deu pelo Senhor Adair José Schneider, Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, que agradeceu à presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Exma. Sra. Laurita José de Souza, que disponibilizou espaço para realizar a Audiência Pública. Desta feita, passou a palavra para a Contadora Luzia Gatass, assessora contábil da Prefeitura Municipal, iniciando a apresentação da proposta do Projeto da Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2021. Disse ainda, que o objetivo é transparecer a todo cidadão o planejamento para o Município de Tabaporã/MT. Salientou que em caso de questionamento, todos que tem dúvida, deverão utilizar o ***Chat*** da página do ***Facebook*** para enviar suas perguntas que serão respondidas ao final da apresentação. Ressaltou que a estimativa da receita e a fixação da despesa obedeceram critérios, sendo primordial o respeito ao atual cenário bem como aos índices inflacionários. Desta feita, iniciou a apresentação do Slide que vai anexo a esta ata. Citou a nota técnica da CNM – Confederação Nacional dos Municípios que traz orientações sobre a transparência em momentos de pandemia, onde ressalta que a Audiência Publica tem que acontecer para assegurar a participação popular, a gestão participativa, de forma eletrônica, havendo o incentivo nos questionamentos e sugestões. A Sra. Luzia disse ainda da importância de todos na construção do orçamento, onde cada um tem seu papel: O Poder Executivo gerencia, O Poder Legislativo Controla e a Sociedade Civil Monitora. Observou que há incerteza para o ano de 2021, sobretudo com relação à receita primária, devido aos impactos da Covid-19. As projeções se utilizam do histórico de arrecadação, que em 2020, está em declínio, principalmente o FPM e FUNDEB, mas anda sem reflexos significativos para a estimativa da receita de 2021. Ressaltou que este ano seria realizado o censo populacional pelo IBGE e há no município uma grande oportunidade em melhorar o nossos índices de recebimento de recursos, com a contagem real da população e fez um pedido em que cada cidadão colabore com atualização real da população pois as demandas de políticas publicas são enormes. Apresentou ainda, que a proposta de Orçamento do Município de Tabaporã – MT, para o exercício de 2021, ficou em R$ 47.620.890,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e vinte mil e oitocentos e noventa reais), em que com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, foi utilizado o índice de 3,65% (três pontos vírgula sessenta e cinco por cento) de aumento com relação ao exercício de 2020. Ato contínuo, a Sra. Luzia iniciou a apresentação dos valores orçados para 2021 para cada órgão, demonstrando através do detalhamento das despesas por órgão. Abriu-se em seguida a oportunidade para os internautas formularem os questionamentos, sanar duvidas ou ainda exponham suas opiniões acerca dos assuntos ora tratados. Houve somente uma participação via Facebook, com a seguinte pergunta: Qual o valor da emenda impositiva dos vereadores? A Sra. Luzia respondeu que ficou orçado a ordem de R$ 180.000,00, valor este que deverá ser dividido entre os nove (09) vereadores. Abriu-se novamente para questionamentos e como não houve o Sr. Adair José Schneider informou que a Audiencia Publica poderá ser assistida no endereço https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=323779... - página do Facebook da Prefeitura Municipal. Sendo assim, declarou encerrada a presente Audiência Pública do Projeto de Lei do Orçamento Anual – PLOA 2021. Nada mais havendo a tratar, eu Marilucia Ap. Martins dos Santos, _____ lavrei a presente ata, assinando juntamente com os demais presentes.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal Gestão 2017/2020

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 037/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2020

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA E CORREÇÕES SUPERFICIAIS EM PAREDES PARA A MANUTENÇÃO DOS IMÓVEIS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme oTermo de Referência do **ANEXO I.**

Repartição interessada:.....SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 002/2020 de 10 de Janeiro de 2020.

Empresa vencedora abaixo especificada:

IZABEL CRISTINA DE SOUZA – MEI

CNPJ Sob n° 14.406.251/0001-85

Venceu os seguintes Itens:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE PINTURA							
ITEM	**MATERIAL**	**MATERIAL TCE**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	34724	442502-2	**PRESTACAO DE SERVICO DE MAO DE OBRA DE PINTURA EM PAREDE INTERNA E EXTERNA EM GERAL COM TRES DEMAOS INCLUSIVE PREPARACAO E CORRECAO DE AREAS DANIFICADAS COM APLICACAO DE MASSA ACRILICA OU RESINA ACRILICA (LIMPEZA E LIXAMENTO) DA SUPERFICIE JA PINTADA**	MT	52200	**R$ 9,00**	**R$ 469.800,00**
2	99678	00011934	**PRESTACAO DE SERVICO DE MAO DE OBRA DE PINTURA EM FAIXA**	MT	11450	**R$ 20,00**	**R$ 229.000,00**
3	34725	331440-5	**PRESTACAO DE SERVICO DE MAO DE OBRA DE PINTURA EM PLACAS METALICAS COM TRES DEMAOS INCLUSIVE PREPARACAO E CORRECAO DE AREAS DANIFICADAS LIMPEZA E LIXAMENTO DA SUPERFICIE JA PINTADA.**	UN	5180	**R$ 125,00**	**R$ 647.500,00**
4	101094	327926-0	**PRESTACAO DE SERVICO DE PINTURA - EM PISO A BASE DE EPOXI,DUAS DEMAOS.**	MT	2100	**R$ 47,93**	**R$ 100.653,00**
5	101095	283677-7	**PRESTACAO DE SERVICO DE RECUPERACAO ESTRUTURAL - DE ESTRUTURA METALICA, COM SUBSTITUICAO DE PERFIS E PINTURA**	MT	700	**R$ 35,12**	**R$ 24.584,00**

Valor Total dos Itens: R$ 1.471.537,00(Um milhão, quatrocentos e setenta e um mil e quinhentos e trinta e sete reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 17 de Setembro de 2020.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 037/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2020

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA E CORREÇÕES SUPERFICIAIS EM PAREDES PARA A MANUTENÇÃO DOS IMÓVEIS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme oTermo de Referência do **ANEXO I.**

Repartição interessada:.....SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

IZABEL CRISTINA DE SOUZA – MEI

CNPJ Sob n° 14.406.251/0001-85

Venceu os seguintes Itens:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE PINTURA							
ITEM	**MATERIAL**	**MATERIAL TCE**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	34724	442502-2	**PRESTACAO DE SERVICO DE MAO DE OBRA DE PINTURA EM PAREDE INTERNA E EXTERNA EM GERAL COM TRES DEMAOS INCLUSIVE PREPARACAO E CORRECAO DE AREAS DANIFICADAS COM APLICACAO DE MASSA ACRILICA OU RESINA ACRILICA (LIMPEZA E LIXAMENTO) DA SUPERFICIE JA PINTADA**	MT	52200	**R$ 9,00**	**R$ 469.800,00**
2	99678	00011934	**PRESTACAO DE SERVICO DE MAO DE OBRA DE PINTURA EM FAIXA**	MT	11450	**R$ 20,00**	**R$ 229.000,00**
3	34725	331440-5	**PRESTACAO DE SERVICO DE MAO DE OBRA DE PINTURA EM PLACAS METALICAS COM TRES DEMAOS INCLUSIVE PREPARACAO E CORRECAO DE AREAS DANIFICADAS LIMPEZA E LIXAMENTO DA SUPERFICIE JA PINTADA.**	UN	5180	**R$ 125,00**	**R$ 647.500,00**
4	101094	327926-0	**PRESTACAO DE SERVICO DE PINTURA - EM PISO A BASE DE EPOXI,DUAS DEMAOS.**	MT	2100	**R$ 47,93**	**R$ 100.653,00**
5	101095	283677-7	**PRESTACAO DE SERVICO DE RECUPERACAO ESTRUTURAL - DE ESTRUTURA METALICA, COM SUBSTITUICAO DE PERFIS E PINTURA**	MT	700	**R$ 35,12**	**R$ 24.584,00**

Valor Total dos Itens: R$ 1.471.537,00(Um milhão, quatrocentos e setenta e um mil e quinhentos e trinta e sete reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 17 de Setembro de 2020.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.140/2020

Dispõe sobre a suspensão do prazo de validade do Concurso Público nº 001/2018.

O Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Groso, **Sr. SIRINEU MOLETA**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a aprovação pelo Congresso Nacional do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional brasileiro diante da pandemia causada pelo Novo Coronavírus (COVID- 19);

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 424 de 25 de Março de 2020, que declarou estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Estadual de Mato Grosso, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 4.105/2020 de 15 de julho de 2020*, que declarou estado de calamidade pública em decorrência da situação de emergência de saúde pública pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Tabaporã.*

DECRETA:

Art. 1º. Enquanto perdurar o estado de calamidade pública previsto no Decreto Municipal nº 4.105, de 15 de julho de 2020, fica suspenso o prazo de validade do Concurso Público regido por meio do Edital nº 001/2018.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 16/07/2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Tabaporã/MT, 18 de Setembro de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE ANULAÇÃO Nº PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que o Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2020/SAMAE,** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** referente à **AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS**

HIDRÁULICOS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA USO NA EXTENSÃO DA ADUTORA DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO SEPOTUBA PARA ETA QUEIMA-PÉ, TANGARÁ DA SERRA/MT, foi **ANULADA**, porém em breve iremos publicar a Abertura de um novo Processo.

Tangará da Serra/MT, 17 de Setembro de 2020.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação – SAMAE

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/ SAMAE

RATIFICO, o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/ SAMAE**, cujo teor e objeto **é a SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EMERGENCIAL NO MOTOR ELÉTRICO DE 50 CV DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) PARA O TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TANGARA DA SERRA-MT,**pelo valor global de **R$ R$ 2.969,10 (Dois Mil Novecentos e Sessenta e Nove Reais e Dez Centavos),** para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará Da Serra - MT. Signatário do Procedimento: **VALLE ELETROMOTORES LTDA ME,** inscrita no **CNPJ: 10.878.828/0001-09.** Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação e Assessoria Jurídica, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 17 de Setembro de 2020.

MARCEL ANDRADE BERTEGES

Diretor Geral do SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CANCELAMENTO DO ITEM 47- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 067/2019 DO PP-061/2019

CANCELAMENTO DO ITEM 47- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 067/2019 DO PP-061/2019- OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, (MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, AR CONDICIONADO INCLUINDO INSTALAÇÃO, DENTRE OUTROS), A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, com fundamento nos artigos 78 e 81 da Lei nº 8.666/93 e Art.21 e Decreto Federal 7.892/2013, torna público que, considerando pedido de desistência **para fornecimento do** item 47 registrado na **ARP 067/2019** em favor da beneficiária **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP**, bem como, deferimento ao pedido pela secretaria requisitante, conforme consta dos autos, promoveu o cancelamento do item 47, registrado em favor da referida empresa, cujo extrato, poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições da Ata de Registro de Preços Tangará da Serra, 17 de Setembro de 2019. Maria Alves de Souza- Chefe Departamento de Licitação.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA USO NA EXTENSÃO DA ADUTORA DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO SEPOTUBA PARA ETA QUEIMA-PÉ, TANGARÁ DA SERRA/MT.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 01 de Outubro de 2020 (Horário de Brasília)**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00m às 14h00m (horário de Brasília). O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 17 de Setembro de 2020.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO Nº 91, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

SÚMULA: "ALTERA O DECRETO Nº 90/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALTER KUHN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

CONSIDERANDO a Constituição Federal e a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO que na data de 12 de Junho de 2020, o Governador do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto nº 522/2020, alterado na data de 24 de Junho de 2020, pelo Decreto nº 532/2020, também instituiu classificação de risco, com adoção de diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação do COVID-19, de acordo com a Taxa de Ocupação em Leitos de UTI e Taxa de Crescimento de Contaminação;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os instrumentos de monitoramento da evolução da pandemia do Coronavírus;

CONSIDERANDO o nível BAIXO do Município na Matriz de Risco do Ministério da Saúde quanto a Taxa de Crescimento de Contaminação (TCC), classificada em 0,96% e a Classificação de risco com menos de 50 (cinquenta) casos ativos, contando hoje com 05 (cinco) casos ativos;

CONSIDERANDO a necessidade de se aperfeiçoar as metodologias que têm sido utilizadas pelo Poder Público, visando o constante monitoramento da evolução da pandemia causada pelo Coronavírus e das consequências sanitárias, sociais e econômicas;

CONSIDERANDO a necessidade da retomada gradual e responsável das atividades econômicas municipais, objetivando a manutenção dos postos de trabalho em prol do desenvolvimento econômico;

CONSIDERANDO o Decreto nº 605/2020 do Estado de Mato Grosso, que libera gradualmente os eventos e atividades, desde que obedecidas as regras de higienização necessárias;

D E C R E T A:

Eventos e Atividades ao Ar Livre

Art. 1º. Fica alterado o §1º do artigo 6º do Decreto nº 90/2020, de 16 de setembro de 2020, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. (...)

§1º – Excetuam-se da restrição descrita no *caput*:

I - as atividades esportivas ao ar livre, que poderão ser realizadas, desde que com a adoção de todas as medidas profiláticas aplicáveis descritas no artigo 2º deste Decreto ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, pelos usuários.

II – eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, com no máximo 200 (duzentas) pessoas por evento, respeitando o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local, tendo como base o metro quadrado e o espaçamento de 1,5 (um metro e meio) entre as pessoas.

III – atividades e provas campeiras, como tiro de laço, desde que respeitado o limite imposto no inciso II deste parágrafo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação até o dia **06 de Outubro de 2020**, permanecendo as demais disposições inalteradas.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de setembro de 2020.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2020

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT E MITRA DIOCESANA DE SINOP/MT

MITRA DIOCESANA DE SINOP/MT, neste ato representada pelo **Sr. Canisio Klaus**, portador da Cédula de Identidade RG nº 9019764332, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 264.402.370-04, doravante denominada Primeira Cooperante, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 01.978.212/0001-00 com sede administrativa na Avenida Clóves Felicio Vettorato, nº. 110, Centro, Terra Nova do Norte – MT, doravante denominado Segundo Cooperante, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Valter Kuhn,** brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na Rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT, que ao fim assinam o presente Termo, com base nas seguintes cláusulas e condições: **DO FUNDAMENTO LEGAL: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** 1. Constitui objeto do presente Termo de Cooperação Técnica o estabelecimento de condições de cooperação entre as partes para a gestão e o desenvolvimento conjunto de ações de promoção e preservação do destino turístico da Paróquia Nossa Senhora Aparecida localizada na Comunidade Nossa Senhora de Fátima no município de Terra Nova do Norte/MT. **CLAÚSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES** 2. Por força do presente caberá aos partícipes, na esfera de competência de cada um, o cumprimento das seguintes obrigações: **I - MITRA:** a) Manter o local limpo e arejado para visitação; b) Organizar a visitação (dias e horários que o templo religioso ficará aberto). c) Organizar calendário com horários de celebração religiosa; d) Manter as celebrações religiosas; e) Zelar pelo patrimônio Público; f) Construir e/ou reformar o templo religioso segundo normas litúrgicas da Igreja. g) Manter os gastos de energia do templo religioso que está vinculada ao projeto de energia solar da Paróquia Nossa Senhora Aparecida. **II – PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT** a) Incluir o ponto turístico no mapa municipal de turismo; b) Inserir o Ponto Turístico no Programa de Desenvolvimento e fomento ao Turismo municipal; c) Destinar recursos financeiros (Via Ministério do Turismo) através de projetos para melhorar a estrutura do Ponto Turístico; d) Providenciar a iluminação pública no local; e) Providenciar acessibilidade para todos; f) Promover a divulgação do ponto turístico; g) Manter um zelador/vigia no local, pelo menos nos horários de visitação. h) Manter a área e jardinagem limpas; i) Adquirir e doar, com base em autorizativo legal, bens móveis para a melhoria e desenvolvimento do local. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PESSOAL** 3. Cada partícipe será responsável pelo pessoal que utilizar na execução do objeto deste Termo de Cooperação Técnica, o qual lhe será diretamente vinculado e subordinado, bem como responderá perante terceiros por todos os atos praticados em decorrência deste instrumento. **CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA** 4. O presente instrumento jurídico será exercido sem ônus financeiro de parte a parte e terá sua vigência, contada da data de assinatura até 01/09/2021 podendo ser prorrogado entre os partícipes, mediante a assinatura de Termo aditivo. **CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES** 5. O Presente Termo poderá ser alterado, de comum acordo entre as partes mediante a assinatura de Termo Aditivo, obedecidas às disposições legais aplicáveis. **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS** 6. O presente Termo de Cooperação Técnica não ensejará qualquer espécie de repasse financeiro, devendo os participes arcar com os encargos salariais, fiscais, sociais e trabalhistas, dentre outros, relacionados às ações sob responsabilidades decorrentes deste Termo. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO** 7. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Termo, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas, dará direito a qualquer das partes de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba a outra parte qualquer direito. **CLÁSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO** 8. A publicação deste Acordo será providenciada pelo Município de Terra Nova do Norte/MT em extrato, no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art.61 da Lei n° 8.666, de 1993. **CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS** 9. Os casos omissos serão resolvidos por mútuo acordo entre as partes, obedecendo-se à legislação vigente, com o único objetivo de implementar ações conjuntas, convergindo esforços, com vistas à consecução do objeto do presente instrumento. **CLÁSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS** 10. Fica consignado que o Templo Religioso construído na Comunidade Nossa Senhora de Fátima no município de Terra Nova do Norte/MT e seus adornos, são de propriedade da Primeira Cooperante. 10.1. Não poderá, o Segundo Cooperante, interferir nas decisões da Primeira Cooperante no que tange a manutenção de Templo Religioso, tampouco sobre suas alterações e reforma. **CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO** 11. As dúvidas e controvérsias porventura surgidas na execução deste acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no Foro da Comarca de Terra Nova do Norte/MT. E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições expressas neste Termo, os participantes citados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma. Terra Nova do Norte/MT, 15 de setembro de 2020.

MITRA DIOCESANA DE SINOP/MT	**MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE**

TESTEMUNHAS:

1._____ **2.** _____

NOME:_____ **CPF:**_____	**NOME:**_____ **CPF:**_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

DECRETO Nº 32-2020

DECRETO Nº 32/2020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TESOURO NO PERÍODO ELEITORAL DE 2020, A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO NESSE PERÍODO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tesouro, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e;

CONSIDERANDO o período eleitoral de 2020, as disposições da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições), e demais normas eleitorais pertinentes à conduta dos agentes público, DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece normas para as eleições no ano de 2020 e dispõe sobre condutas vedadas neste período eleitoral aos agentes da Administração Pública direta e indireta do Município de Tesouro.

§ 1º Este Decreto não afasta o dever de observância das outras normas vigentes.

§ 2º O descumprimento da legislação eleitoral pode acarretar responsabilização civil, penal, eleitoral e administrativa.

§ 3º Os infratores estão sujeitos a sanções de demissão, multa, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, ressarcimento do dano, dentre outras, nos termos da legislação específica.

§ 4º Reputa-se Agente Público, para os efeitos deste Decreto, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional.

Capítulo II

DAS VEDAÇÕES

Art. 2º São vedadas as seguintes condutas aos agentes públicos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Tesouro:

I - ceder ou usar bens móveis ou imóveis da Administração Pública em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada a realização de convenção partidária;

II - usar materiais ou serviços da Administração Pública ou por ela custeados, inclusive internet ou endereço eletrônico institucional, em benefício de candidato, partido político ou coligação, que excedam as prerrogativas consignadas nas normas dos órgãos ou entidades que integram;

III - prestar serviços ou ceder Agente Público para campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o agente estiver licenciado;

IV - fazer ou permitir uso promocional de distribuição de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pela Administração Pública em favor de candidato, partido político ou coligação;

V - fazer ou permitir a realização de propaganda eleitoral nos prédios ou no interior das repartições da Administração Pública, bem como nos veículos oficiais ou a serviço da Administração Pública, ressalvada a propaganda pessoal e silenciosa, como no caso de uso de broches ou congêneres;

VI - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

VII - guardar, afixar ou distribuir material de propaganda eleitoral ou de manifestação de preferência por determinado candidato, partido político ou coligação no interior de bens móveis ou imóveis de posse ou propriedade ou a serviço da Administração Pública; e

VIII - utilizar equipamentos de informática, endereço eletrônico institucional, internet e congêneres pertencentes ou a serviço da Administração Pública para manifestar em redes sociais ou enviar comunicações eletrônicas com conteúdo político-eleitoral.

§1º É permitida a permanência de veículos contendo propaganda eleitoral nos estacionamentos dos prédios públicos, desde que não organizados estrategicamente com o objetivo de promoção de campanha de quaisquer candidatos.

§2º Os Agentes Públicos somente poderão participar de campanhas ou manifestações políticas ou eventos eleitorais fora do horário de expediente.

Art.3º É vedada a fixação e distribuição de propaganda eleitoral de candidatos, partidos ou coligações nos veículos do sistema de transporte público individual e coletivo de pessoas.

Capítulo III

DISPOSIÇÃO SOBRE A PUBLICIDADE

Art.4º É vedada a divulgação de publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades, em todos os meios de comunicação, de 26 de setembro de 2020 até a realização do pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral, e na hipótese do inciso VIII do § 3º do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020.

§1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§2º A publicidade institucional deve ser retirada de todos os sítios oficiais da rede de acesso à internet vinculados aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, para cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Tesouro, 17 de setembro de 2020.

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELABORAÇÃO DA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2021

A Prefeita do Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições legais,

RESOLVE,

CONVOCAR a população para Audiência Pública a ser realizada no dia **25 de Setembro de 2020, às 09:15 horas**, nas dependências da Câmara Municipal de Torixoréu-MT, sito à Rua Lázaro Teodoro de Freitas, S/N, Setor Aeroporto, na ocasião será discutida a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, por determinação do dispositivo legal da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF.

Compareça e Participe.

Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT, em 16 de Setembro de 2020.

(Original assinado por)

Inês Moraes Mesquita Coelho

Prefeita Municipal

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2016.

Título:

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2016.

Texto:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

CONTRATADO: G. D. BARBOSA & CIA LTDA

OBJETO: REALIZAÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA ESTAÇÃO RODO-VIÁRIA DA SEDE DO MUNICÍPIO REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 95/2012 - SECID.

UNIDADE/ORÇ: SEC. MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

VIGÊNCIA: 28 DE JULHO ATÉ 24 DE DEZEMBRO DE 2020

FUNDAMENTO: LEI 8.666/93, SUAS ALTERAÇÕES

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA RGF 2º QUADRIMESTRE DE 2020.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020.

A Prefeita do Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições legais,

RESOLVE,

CONVOCAR a população para a Audiência Pública a ser realizada no dia **25 de setembro de 2020**, às **08:00 horas**, nas dependências da Câmara Municipal de Torixoréu, localizada na Rua Lázaro Teodoro de Freitas, nº 52, Setor Aeroporto, para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais, do Poder Executivo Municipal, correspondente ao **2º Quadrimestre/2020 do RGF – Relatório de Gestão Fiscal.** (art. 53, Lei Complementar n° 101/2000).

Assim, ficam todos devidamente convocados para, querendo, participar desta audiência pública, entretanto, considerando os decretos estaduais e municipais bem como as determinações da OMS – Organização Mundial de Saúde, a realização deste evento seguirá as seguintes normas de segurança:

A realização do evento em espaço amplo e arejado;

Distanciamento das pessoas com espaço de 2,00mts. uma das outras;

Manter um servidor na entrada do evento disponibilizando álcool em gel para as pessoas que ingressarem no evento;

Disponibilizar máscaras para eventuais participantes que não tenham ou queiram substituí-las;

Limitar o evento em no máximo 01 (uma) hora de duração.

Torixoréu – MT, 16 de setembro de 2020.

Atenciosamente,

(Original assinado por)

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 38/2020

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 38/2020**, **objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Vale de São Domingos-MT.,** e sagrou vencedor a empresa AUTO POSTO SÃO DOMINGOS EIRELI-EPP inscrito no CNPJ: 04.809.649/0001-09. Vale de São Domingos-MT, 17 de Setembro de 2020. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 96/2019

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT – CONTRATADA: HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA IRELI-ME, CNPJ: 23.084.435/0001-67. OBJETO: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO ENGENHEIRO. Fica aditivado o valor de R$ 5.348,62 conforme planilha apresentada pelo setor de engenharia. Vale de São Domingos – MT, 17 de Setembro de 2020. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 38-2020

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 38-2020 fica registrado a ata de registro que teve como vencedores as empresas, AUTO POSTO SÃO DOMINGOS EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ: 04.809.649/0001-09, vencedor de todos os itens no valor global de R$ 633.980,00;, Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, COM FORNECIMENTO CONTINUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. Vale de São Domingos – MT, 17 de Setembro de 2020. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº180/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Angela Maria da Costa Ferreira	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível Elementar	Tec. da Man. da infraestrutura e Hig. escolar- TSAE	22/11/ 1994		30H	D-09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 839/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2018/2019, a vigorar a partir de **15.09.2020 á 14.10.2020,** a (o) servidor (a) **LENIR DE SOUZA BRITO,** matrícula n° 27191, exercendo o cargo Efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de Setembro de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº179/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Maria Nilza de Oliveira Santos	Prof – Nível Superior	Prof – Nível Superior	02/05/2012	4a. 4m. 6d	25H	B–05

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18de Setembrode 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº173/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Elenir Francisca de Arruda Rodrigues	Tec. Adm. Educacional – nível médio	Agente Administrativo – TAE	30/11/ 1993		30H	C-09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 838/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Setembro/2020, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
36805	NEUZI CRUZ PEREIRA	Efetivo	**2018/2019**	15.09.2020 a 18.09.2020 (05 dias)
86892	RODRIGO DUARTE MONTEIRO	Efetivo	**2018/2019**	21.09.2020 a 25.09.2020 (05 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de Setembro de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA N.º 198/2020

*"Retifica a Portaria n.º **202/2018** quedispusera sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte ao Sr. **JOÃO ANTONIO LIRA** em decorrência do falecimento da ex-servidora **KELMA LUCIENNY ANDRADE DE OLIVEIRA LIRA**."*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2018.07.26788P, **resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria n.º **202/2018** quedispusera sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte ao Sr. **JOÃO ANTONIO LIRA** em decorrência do falecimento da ex-servidora **KELMA LUCIENNY ANDRADE DE OLIVEIRA LIRA**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte ao Sr. **JOÃO ANTONIO LIRA** em decorrência do falecimento da ex-servidora **KELMA LUCIENNY ANDRADE DE OLIVEIRA LIRA**".*

***O Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2018.07.26788P e;*

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §7º, II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e dos artigos 7º, I, 24, II e 25, I, da Lei Municipal n.º 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c Lei Complementar n.º 4.014/2014, que dispõe sobre a criação da carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, c/c os arts. 16 e 26 da Lei Complementar n.º 4.293/2017, que autorizou a recomposição salarial e aprovou as tabelas salariais dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, resolve:

***Art. 1º** Conceder o benefício de Pensão por Morte, vitalícia, ao Sr. **JOÃO ANTONIO LIRA**, brasileiro, viúvo, portador da cédula de identidade RG n.º 0553719-3 SESP/MT e inscrito no CPF n.º 487.012.031-34, em decorrência do falecimento de sua cônjuge, Sra. **KELMA LUCIENNY ANDRADE DE OLIVEIRA LIRA**, ex- servidora municipal em atividade, no cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Agente Administrativo, Nível 04, Classe A, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Administração, devidamente matriculada sob o n.º 026219.*

***Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a **11/12/2017**, conforme disposto no artigo 25, I, da Lei n.º 2.719/2004.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 15 de setembro de 2020.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 010/2020

Várzea Grande 16 de setembro de 2020

O conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 1968, inciso III da Constituição da República, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993, que dispões sobre o Conselho Municipal de Saúde e da outras providencias;

Considerando o disposto inciso V do artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde;

Considerando o disposto no parágrafo primeiro do artigo 5º do regimento interno deste Órgão Colegiado;

Considerando o §4º do art. 6º do Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

RESOLVE:

Art 1º - Autorizar a formalização de processo licitatório de dos procedimentos de Raio-X com Laudo, Mapa Cardiológico, Eletrocardiografia Dinâmica (Holter), Teste Ergométrico, Esofagogastroduodenoscopia Ou Endoscopia Alta, Colonoscopia, Retossigmoidoscopia, Enema Opaco Simples E com Contraste, Broncoscopia, Expirometria, Estudo Urodinamico, Uretrocistografia Retrogada e Muccional, Uretrocistocopia, Ultrassom Morfologica, Eletroencefalograma Normal, Eletroencefalograma Sono e em Vigilia, Eletroencefalograma Sono com Foto, Eletroencefalograma com Mapeamento Cerebral, Polisonografia, Cintilografia, Ultrassonografia em até 03 (três) Tabelas SUS.

Marcos de Castro Quaresma

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologação

Homologação a Resolução nº 010/2020 do Conselho Municipal de Saúde/ VG

Diógenes Marcondes

Secretario Municipal de Saúde

PORTARIA Nº184/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Ivonete Firmino de Oliveira Paes de Arruda	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	01/04/1990		25H	C-10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 011/2020

Várzea Grande 16 de setembro de 2020

O conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 1968, inciso III da Constituição da República, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993, que dispões sobre o Conselho Municipal de Saúde e da outras providencias;

Considerando o disposto inciso V do artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde;

Considerando o disposto no parágrafo primeiro do artigo 5º do regimento interno deste Órgão Colegiado;

Considerando o §4º do art. 6º do Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

RESOLVE:

Art 1º - Autorizar a formalização de processo licitatório de Procedimentos Eletivos para realização de Cirurgia Ortopedica - Adulto /Infantil, Cirurgia Otorrino – Adulto e Infantil, Cirurgia Pediatrica – Geral e Cirurgia Urológica, em até 02 e ½ (duas e meia) Tabelas SUS .

Marcos de Castro Quaresma

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologação

Homologação a Resolução nº 011/2020 do Conselho Municipal de Saúde/ VG

Diógenes Marcondes

Secretario Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 009/2020

Várzea Grande 16 de setembro de 2020

O conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 1968, inciso III da Constituição da República, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993, que dispões sobre o Conselho Municipal de Saúde e da outras providencias;

Considerando o disposto inciso V do artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde;

Considerando o disposto no parágrafo primeiro do artigo 5º do regimento interno deste Órgão Colegiado;

Considerando o §4º do art. 6º do Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

RESOLVE:

Art 1º - Autorizar a formalização de processo licitatório de Procedimentos laboratoriais e de Patologia Clinica em até 02 (duas) Tabelas SUS.

Marcos de Castro Quaresma

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologação

Homologação a Resolução nº 009/2020 do Conselho Municipal de Saúde/ VG

Diógenes Marcondes

Secretario Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 841/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 290/2020,** somente com relação a servidora, **MARIA DE LOURDES DOS SANTOS CARNEIRO,** matrícula nº 32479**,** exercendo o cargo de **Médica Pediatra**,lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que concedeu 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, referente ao quinquênio de 09.03.2008/2013.

Onde se lê: 60 (sessenta) dias no período de 03.02.2020 a 02.04.2020.

Leia-se: 90 (noventa) diasnoperíodo de 02.03.2020 a 30.05.2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de setembro de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD JSSM

Avenida Castelo Branco, 2.500 – Bairro Água Limpa – Várzea Grande–MT - Telefone (65) 3688-8115.

www.varzeagrande.mt.gov.br

PORTARIA Nº 840/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	DURCE LENE MUNIZ DE SOUZA E SILVA

MATRICULA	11398
CARGO	Agente de Serviços Gerais - ADSE
PROCESSO N°	638913/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**02.02.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	08.09.2020 a 06.12.2020

SERVIDOR	**MARIA DE LOURDES DOS SANTOS CARNEIRO**
MATRICULA	32479
CARGO	Médica Pediatra
PROCESSO N°	608434/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**09.03.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	01.06.2020 a 29.08.2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de setembro de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD JSSM

Avenida Castelo Branco, 2.500 – Bairro Água Limpa – Várzea Grande–MT - Telefone (65) 3688-8169.

www.varzeagrande.mt.gov.br

MOÇÃO DE PESAR

“PESAR EM HONRA AO RECENTE FALECIMENTO DO SENHOR EDILSON LORENZO DA SILVA”.

O Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande – MT, através do Conselheiro Geovane Renfro da Silva e amigos prestam homenagem póstuma á família do senhor Edilson Lorenzo da Silva, que veio a óbito na data de 07/09/2020.

Queremos através desta Moção, externar votos de mais profundo pesar pelo falecimento do senhor Edilson Lorenzo da Silva. Era uma pessoa bastante conhecida e querida por todos, deixando irreparável lacuna no seio de sua família e amigos. Este Conselho não poderia deixar de prestar essa singela homenagem póstuma a esta família a quem temos muito apreço, apresentando publicamente sentimentos de pesar aos familiares, se solidarizando nesta hora de dor. Um homem guerreiro, que sempre lutou pelos seus ideais, nos deixando um exemplo de vida. Aos familiares, o nosso fraternal abraça com votos de pesar, e irrestrita solidariedade pela triste e irreparável perda, aos quais expressamos as nossas sinceras condolências

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 008/2020

Várzea Grande 08 de setembro de 2020

O conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 1968, inciso III da Constituição da República, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993, que dispões sobre o Conselho Municipal de Saúde e da outras providencias;

Considerando o disposto inciso V do artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde;

Considerando o disposto no parágrafo primeiro do artigo 5º do regimento interno deste Órgão Colegiado;

Considerando o §4º do art. 6º do Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

RESOLVE:

Art 1º - Autorizar a Moção de Pesar para a Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande (SMS-VG) em virtude do falecimento do servidor Edilson Lorenzo da Silva, vitima pelo COVID 19.

Marcos de Castro Quaresma

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologação

Homologação a Resolução nº 008/2020 do Conselho Municipal de Saúde/VG

Diógenes Marcondes

Secretario Municipal de Saúde

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDOo que consta na determinação judicial 1006401-82.2018.8.11.0002, e na Portaria n. 123/2020, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, do dia 20 de julho de 2020, pagina 194,195;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a retificação:

Onde se lê:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Maria do Socorro dos Santos Rocha	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	03/04/2014		25H	A-03

LEIA-SE:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Maria do Socorro dos Santos Rocha	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	03/04/2014		25H	B-03

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 18 deSetembrode 2020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº190/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Rosana Fatima de Arruda	Professor– nível Médio	Professor – nível Médio	28/02/1994		25H	D-09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº182/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar o Servidor da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Junio Cesar Seonaca de Araujo	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível Elementar	Tec. de Man. e Seg. da infraestrutura escolar- TSAE	30/06/2004		30H	C-06

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº181/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Joana Bispo Oliveira Souza	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível Elementar	Tec. da Man. da infraestrutura e Hig. escolar- TSAE	01/07/2003		30H	B-06

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº174/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Robson Nunes Vieira	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível médio	Tec. de Man. e Seg. da infraestrutura escolar- TSAE	03/05/2012		30H	C-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 201/2020

"*Retifica a Portaria n.º* ***078/2020*** *quedispôs sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuiçãoem favor da Sra.* ***FRANCIA FERREIRA MARQUES****."*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2018.04.26513P, **resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria n.º 078/2020 que dispôs sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** em favor de **FRANCIA FERREIRA MARQUES, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***FRANCIA FERREIRA MARQUES****".*

O Presidente do PREVIVAG *– Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2018.04.26513P e;*

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. ***40, §1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal****, com redação dada pela* ***Emenda Constitucional n.º 41/2003****, c/c art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei n.º 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c art. 195, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar n.º 1.164/1991, c/c Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4. 007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar n.º 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:*

Art. 1º *Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra.* ***FRANCIA FERREIRA MARQUES,*** *brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.° 3094549-6 SESP/MT e inscrita no CPF n.º 974.150.306-72, matrícula n.º 16676, efetiva no cargo de Técnico de Desenvolvimento Educacional – Perfil Berçarista, Nível 05, Classe C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com proventos integrais calculados pela média contributiva.*

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor em 01º de maio de 2020, revogada as disposições em contrário.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de setembro de 2020.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2020

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizara licitação para registro de preços na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2020,** tendo como objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de uniformes para os servidores do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande-MT.

Data da sessão: **07de outubro de 2020, às 09:00 hrs (horário local de Cuiabá - MT).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.daevg.com.br.

Várzea Grande-MT, 17 de setembro de 2020.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA - DAE/VG

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº177/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Luiza Barbosa Torres Pereira	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	03/05/1996		25H	C-09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 199/2020

*"Retifica a Portaria n.º **130/2018** quedispusera sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte a Sra. **MARIA DAS GRAÇAS RAMOS CARVALHO** em decorrência do falecimento do servidor **JOSÉ ANTONIO CARVALHO**."*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2018.07.26181P, **resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria n.º **130/2018** quedispusera sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte a Sra. **MARIA DAS GRAÇAS RAMOS CARVALHO** em decorrência do falecimento do servidor **JOSÉ ANTONIO CARVALHO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte a Sra. **MARIA DAS GRAÇAS RAMOS CARVALHO** em decorrência do falecimento do servidor **JOSÉ ANTONIO CARVALHO**".*

***O Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2018.07.26181P e;*

*Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. **40, §7º, inciso II, da Constituição Federal de 1988**, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e dos artigos 7º, II, 24, II e 25, I, da Lei Municipal n.º 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c Lei Complementar n.º 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de saúde de Várzea Grande, c/c art. 5º da Lei Complementar n.º 4.293/2017, que dispõe sobre a reestruturação das leis de carreira dos servidores públicos municipais, e institui novas tabelas salariais à Lei n.º 3.507/2010;*

Resolve:

***Art. 1º** Conceder o benefício de Pensão por Morte, vitalícia, a Sra. **MARIA DAS GRAÇAS RAMOS CARVALHO**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG n.º **3049279-3 SESP/MT** e inscrita no CPF n.º 127. 814.768-38, em decorrência do falecimento de seu cônjuge, Sr. **JOSÉ ANTÔNIO CARVALHO**, ex- servidora municipal em atividade, no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, Nível 08, Classe B, 30 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o n.º 23499.*

***Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a **11/02/2018**, conforme disposto no artigo 25, I, da Lei n.º 2.719/2004.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 15 de setembro de 2020.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

PORTARIA N.º 202/2020

*"Retifica a Portaria n.° **091/2018** que dispôs sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuiçãoem favor da Sra. **ARACY VIDOTTI DE OLIVEIRA**."*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2017.04.20766P, **resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria n.º 091/2018 que dispôs sobre a concessãodo benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** em favor da Sra. **ARACY VIDOTTI DE OLIVEIRA**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **ARACY VIDOTTI DE OLIVEIRA**".*

***O Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2017.04.20766P e;*

*Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. **40, §1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal**, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei n.° 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c o artigo 195, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar n.° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c Lei Complementar n.º 4.014/2014, que dispõe sobre a criação da carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, c/c os arts. 16 e 26 da Lei Complementar n.º 4.293/2017, que autorizou a recomposição salarial aprovou as tabelas salariais dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, resolve:*

***Art. 1º** Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **ARACY VIDOTTI DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.° 0315314-2 SSP/MT e inscrita no CPF n° 361. 673.711-72, matriculada sob o n.º 4757, efetiva no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 06, Classe A, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com proventos integrais calculados pela média contributiva.*

***Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de setembro de 2020.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 029/2020

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº. 03.076.083/0001-90. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este aditamento encontra fundamentação legal art. 65, I, alínea a), §1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações, na justificativa exarada pela Secretaria Gestora, nas condições do Contrato n. 029/2020, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 682235/2020. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, e ratificar a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a a Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem no seguinte LOTE 6 - BAIRRO SÃO MATEUS E SABIÁ - Ruas: Aporé, Atlético Mineiro, Cárceres, Corinthians, Carmelita Fernandes, da Paz, Dante Martins de Oliveira, Flamengo, Francisco Alves, Gilson de barros, Getúlio Vargas, Ilza Terezinha, Ieda Fragoso Nascimento, Ilza Terezinha Picoli Pagot, Ieda Fragoso Nascimento, Maria de Lourdes Jordão, Mixto, Nepoziano,Jordão, Operário, São Mateus, São Paulo, Tereza Maria Conceição, Vasco da gama, Valdir Pereira, com uma extensão de 6.833,58 metros, na cidade de Várzea Grande – MT. VALOR GLOBAL: Fica aditivado o valor de R$ 750. 345,87 (Setecentos e cinquenta mil trezentos e quarenta e cinco reais e oi-

tenta e sete centavos), referente ao acréscimo de aproximadamente 24% dos serviços contratados, passando o Contrato ao valor estimado de R$ 3.877.422,91 (Três milhões oitocentos e setenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e um centavos). UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTE: 0100/0190. FISCALIZAÇÃO: Fica designada pela Secretaria de Viação e Obras, para este ato, o Engº. Civil Waldisnei Moreno Costa, Crea nº 2891/D, Engª. Civil Edna Meire Pinto, Crea nº 2102/D MT, Engº Civil Felipe Augusto Tezolin, Crea nº 041090/D MT, Engº Civil Clóvis Pereira Mendes Filho, Crea nº 02040/DM.

DATA DE ASSINATURA: 11.09.2020

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Viação e Obras

CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA

Contratada

PORTARIA Nº176/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº.3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Maria de Lourdes Ribeiro	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	30/08/2002	2a.6m.0d	25H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Setembro de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 085/2016.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa LUMEN S/A CONSTRUTORA E INCORPORADORA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrito no CNPJ N. CNPJ n° 01.089.250/0001-02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamento no art. 65, I, alínea a), §1º, da Lei n. 8.666/1993, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e disposições do Contrato n. 085/2016, bem como nos demais documentos acostados ao Processo GESPRO N. 679382/2020. OBJETO: O presente Termo tem aditar o item 5.1 da “CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS”, na “CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS”, na “CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO” e o item 16. 6 da “CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO” do Contrato nº 085/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DA SUB-BACIA 02, DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – PAC I E PAC II – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO), conforme descrito no Termo de Referência nº. 011/2015, e demais anexos do edital do procedimento licitatório. VALOR GLOBAL Fica aditado o valor de R$ 767.595,02 (Setecentos e sessenta e sete mil quinhentos e noventa e cinco mil e dois centavos), decorrente da reprogramação de planilhas orçamentárias da execução da contratação. UO: SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS FONTE 0100. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS, que, designa para este ato, a Senhora BERNADETE DA SILVA SIQUEIRA, brasileira, portadora do RG nº. 468199-1 SSP/MT e no CPF nº. 393.817.061-15.

DATA DE ASSINATURA: 1º.09.2020

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal De Viação E Obras

LUMEN S/A CONSTRUTORA E INCORPORADORA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 17 de setembro do ano de dois mil e vinte às 09:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **TAISA FRANCISCO DA SILVA,** portadora da cédula de identidade RG – 1879907-8 SEJUSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o n. 034.896.401-36 para tomar posse no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 292/2020 de 16 de setembro de 2020.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N. 296/2020

“NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA”.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MÁRCIA VIVIANE FERNANDES DA SILVA** Técnica de Enfermagem**,** brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Marechal Rondon s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 422170 SSP/MT e CPF nº 001.330.621-98,

para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretária Municipal de Saúde,** a contar desta data.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica autorizada a secretária nomeada no Art. 1º, a abrir contas de deposito, solicitar saldos, extratos e comprovantes, sustar/ contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar movimentação financeira no RPG, consultar contas/aplic. Programas repasse RECU, liberar arquivos de pagamentos no GER. Financ, solicitar saldos/ extratos de investimentos, emitir comprovantes, efetuar transferência p/ mesma titularidade e movimentar todas as contas vinculadas ao CNPJ: **11.540.349/0001-32**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N. º 003/2019

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade– PREVILA.

CONTRATADO: Consórcio Gestor RPPS.

OBJETO: "O presente instrumento tem como objeto reajustar o preço do Contrato Administrativo nº 003/2019, de que trata a Cláusula Quarta nos termos do referido instrumento e da Lei Federal nº 8.666/93".

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de **01/09/2020** até **31/08/2021**, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR GLOBAL R$ 271.628,16 (duzentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos).

DATA: 01/09/2020.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 062/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 062/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais filtrantes (seixo rolado, areia para filtro e carvão mineral), para manutenção da ETA - Estação de Tratamento de Água Municipal, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): SAMEN COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 28.977.441/0001-67, com proposta no valor global de: R$ 29.532,00 (vinte e nove mil quinhentos e trinta e dois reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de setembro de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 062/ 2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 062/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais filtrantes (seixo rolado, areia para filtro e carvão mineral), para manutenção da ETA - Estação de Tratamento de Água Municipal, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): SAMEN COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 28.977.441/0001-67, com proposta no valor global de: R$ 29.532,00 (vinte e nove mil quinhentos e trinta e dois reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de setembro de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 064/2020 PREGÃO PRESENCIAL N. 064/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA METÁLICA - TIPO ALAMBRADO, CONFECCIONADA EM ARAME GALVANIZADO, COM BITOLA DE M-2.1/2", FIO Nº. 12 COM ALTURA DE 1,80 METROS, PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS SOLICITANTES.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
E. D. PEREIRA SERRALHERIA	26.319.203/0001-39	R$: 405.650,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 17 de setembro de 2020.

PORTARIA N. 295/2020

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO,** brasileira, residente e domiciliada a Rua L, s/nº, Bairro Jardim Aeroporto, município de Vila Bela da SS Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1538035-1 SSP/MT e CPF nº 007.973.101-50, do cargo de provimento em comissão de **Secretária Municipal de Saúde,** a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 064/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 064/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de tela metálica - tipo alambrado, confeccionada em arame galvanizado, com bitola de m-2.1/2", fio nº. 12 com altura de 1,80 metros, para atender demanda das secretarias municipais solicitantes, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): E. D. PEREIRA SERRALHERIA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 26.319.203/0001-39, com proposta no valor global de: R$ 405.650,00 (quatrocentos e cinco mil seiscentos e cinquenta reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 17 de setembro de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 064/2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 064/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de tela metálica - tipo alambrado, confeccionada em arame galvanizado, com bitola de m-2.1/2", fio nº. 12 com altura de 1,80 metros, para atender demanda das secretarias municipais solicitantes, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): E. D. PEREIRA SERRALHERIA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 26.319.203/0001-39, com proposta no valor global de: R$ 405.650,00 (quatrocentos e cinco mil seiscentos e cinquenta reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 17 de setembro de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 065/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 065/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes do tipo aparelhos de odontologia, para atender a demanda das unidades básicas de saúde habilitadas para desempenho de saúde bucal, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): BETANIAMED COMERCIAL EIRELI-EPP, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 09.560.267/0001-08, com proposta no valor global de: R$ 60.050,00 (sessenta mil e cinquenta reais) e CIRURGICA GONCALVES LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 15.371.628/0001-70, com proposta no valor global de: R$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 17 de setembro de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 065/2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 065/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes do tipo aparelhos de odontologia, para atender a demanda das unidades básicas de saúde habilitadas para desempenho de saúde bucal, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): BETANIAMED COMERCIAL EIRELI-EPP, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 09.560.267/0001-08, com proposta no valor global de: R$ 60.050,00 (sessenta mil e cinquenta reais) e CIRURGICA GONCALVES LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 15.371.628/0001-70, com proposta no valor global de: R$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 17 de setembro de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 065/2020 PREGÃO PRESENCIAL N. 065/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES DO TIPO APARELHOS DE ODONTOLOGIA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE HABILITADAS PARA DESEMPENHO DE SAÚDE BUCAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
BETANIAMED COMERCIAL EIRELI-EPP	09.560.267/0001-08	R$: 60.050,0
CIRURGICA GONCALVES LTDA	15.371.628/0001-70	R$: 60.500,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 17 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°047/2019(JC MOREIRA)

QUINTO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°047/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 086/2019 na modalidade Pregão Presencial n° 016/2019 de acordo com a planilha abaixo:

LOTE 03 – DIESEL S 500

ÍTEM PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

01 Óleo diesel S500 3,66 3,1% R$ 3,77

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 17 de Setembro de 2020.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

J C MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA (01.501.665/0002-22) - CONTRATADA

PORTARIAS

PORTARIA N.º 287/2020

De 17 de Setembro de 2020.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora LUCIENE CARDOSO DOS SANTOS ARAUJO, matrícula nº 165 lotada na Secretaria de Educação cargo de Professora de I a IV, conforme processo de solicitação a partir de 15/09/2020 a 14/12/2020, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 15/09/2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

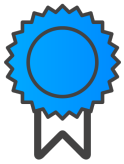
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Sep 17 22:31:00 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)